



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1731

Terça-feira - 28 de Abril de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Irineópolis	204	São João do Oeste	388
Anchieta	3	Itá	211	São João do Sul	389
Antônio Carlos	3	Itaiópolis	212	São Joaquim	393
Arroio Trinta.....	5	Itapiranga.....	213	São José.....	394
Ascurra.....	6	Itapoá.....	216	São José do Cedro.....	398
Bela Vista do Toldo.....	6	Ituporanga	218	São Lourenço do Oeste.....	399
Biguaçu	14	Joacaba.....	218	São Miguel da Boa Vista	401
Blumenau	18	Lages	237	São Miguel do Oeste.....	409
Bom Jardim da Serra	19	Laguna	238	São Pedro de Alcântara.....	409
Bom Jesus do Oeste	20	Lauro Muller	253	Schroeder.....	410
Braço do Trombudo	21	Leoberto Leal	255	Serra Alta	422
Brunópolis	26	Lindóia do Sul	256	Timbé do Sul	422
Brusque.....	27	Luzerna	257	Timbó	423
Caçador.....	36	Macieira.....	257	Três Barras	426
Camboriú.....	38	Mafra	258	Treze Tilias	432
Campo Alegre	38	Maracajá	259	Tunápolis.....	433
Campos Novos	56	Maravilha.....	260	Urussanga	434
Canoinhas.....	58	Marema.....	261	Videira.....	435
Capinzal	63	Meleiro	262	Vitor Meireles.....	447
Catanduas.....	72	Modelo	263	Xaxim.....	448
Caxambu do Sul.....	80	Morro da Fumaça	266		
Chapadão do Lageado	81	Navegantes.....	267	Associações	
Cocal do Sul.....	87	Nova Trento	308	AMMVI	449
Concórdia	87	Novo Horizonte	324		
Cordilheira Alta	88	Orleans	325	Consórcios	
Coronel Freitas.....	89	Ouro	330	CIGA	451
Corupá	89	Ouro Verde.....	331	CIM-AMAVI	452
Curitibanos	90	Palhoça	331	CIMVI.....	455
Dionísio Cerqueira	126	Papanduva.....	339	CIS/AMARP.....	455
Doutor Pedrinho.....	127	Passo de Torres.....	343	CIGAMERIOS	456
Ermo	127	Passos Maia	344		
Forquilha.....	130	Paulo Lopes	344		
Fraiburgo.....	135	Penha.....	348		
Frei Rogério	171	Petrolândia	351		
Garopaba.....	173	Pinheiro Preto	352		
Garuva	174	Pomerode	355		
Gaspar	177	Ponte Serrada	362		
Governador Celso Ramos	179	Porto Belo.....	362		
Guaraciaba	181	Porto União.....	363		
Guaramirim.....	182	Pouso Redondo	366		
Guarujá do Sul	187	Presidente Castello Branco.....	366		
Herval d'Oeste	188	Presidente Nereu.....	367		
Ibiam	189	Rio do Sul.....	367		
Ilhota	190	Salto Veloso	374		
Imarui	191	Santa Cecília	375		
Imbituba	193	Santa Rosa do Sul	376		
Indaial.....	195	Santiago do Sul.....	378		
Iomerê	203	São Bento do Sul.....	384		
Ipumirim	204	São Carlos	388		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 156/2015

PORTARIA Nº 156/2015 de 27 de abril de 2015

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA.”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária FLAVIA APARECIDA ZANINI, inscrito sob CPF nº 027.495.629-29, funcionária no cargo efetivo de Professor 1º ao 5º ano, a partir de 27/04/2015 a 26/05/2015, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 27 de abril de 2015

Novelli Sganzerla Camila Raquel Macagnan

Prefeito Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 157/2015

PORTARIA Nº 157/2015 - DE 27 DE ABRIL DE 2015

“SUBSTITUI MEMBROS PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO”.

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 24 da MP 339 de 28/12/06 e Lei Municipal nº 1.529 de 27/03/2007,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam substituídos determinados membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, constituído pela Portaria nº 153/2015 de 20 de abril de 2015:

- Representante dos Professores da Educação Básica Pública Municipal

Titular: FABIANA PROVIN ZENATTI

Suplente: NADIA SALVADOR

Art. 2º Ficam mantidos os demais membros para cumprimento das suas atribuições pelo prazo legal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de abril de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL REF. CONTRATO 25/2014

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº. 25/2014 DE 07/04/2014

Alterado pelo 1º Termo Aditivo em 02/06/2014

O Município de Água Doce - SC, , pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan, 322, cidade de Água Doce - SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Novelli Sganzerla, e de outro lado a empresa Wanderley Costa Silva ME, estabelecida na Rua da Pitanga, nº 234, Iporã do Oeste- SC CEP: 89.899-000, CNPJ n. 18.893.905/0001-01, neste ato representado por Wanderlei Costa Silva, resolvem de comum acordo RESCINDIR DE PLENO DIREITO o Contrato de Compra e Venda nº. 25/2014 de 07/04/2014 para fornecimento de equipamentos agrícolas em decorrência do Processo Licitatório nº 19/2014, Modalidade de Pregão Presencial nº 17/2014 em atendimento ao Contrato de Repasse nº. 1000.100-83/2012/MAPA/CAIXA, firmado entre as partes, a partir da qual inexistirão obrigações recíprocas, salvo os direitos e obrigações geradas anteriormente a esta data.

Água Doce, SC, 22 de abril de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

WANDERLEY COSTA SILVA

Wanderley Costa Silva ME

Contratado

TESTEMUNHAS

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA

CPF: 005.614.419-95

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

Anchieta**PREFEITURA****EXTRATO AVISO PREGÃO FMAS N. 008_2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 008/2015

A Gestora do FMAS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Item, para Contratação de empresa especializada em seguros para veículos da Secretaria de Assistência Social e Conselho Tutelar do Município de Anchieta/SC. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 11/05/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 27 de abril de 2015.
Rozane Maria Provin
Gestora FMAS

EXTRATO AVISO PREGÃO HOSPITAL 007_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 007/2015

A Diretora do Hospital Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Contratação de serviços médico, na forma de plantão médico na especialidade de clínica geral, para serem prestados no Hospital Municipal, conforme escala elaborada pelo Hospital, no período de maio a setembro de 2015, pago com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 11/05/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 27 de abril de 2015.
Rita Bressan de Lima
Diretora Administrativa

Antônio Carlos**PREFEITURA****48º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2015**

48º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 28/04/2015 a 28/05/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 28 de abril de 2015.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: MEDICO - 40H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
13º	IVANA DE OLIVEIRA TABALIPA	0947

AVISO DE ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2015**AVISO DE ERRATA**

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos torna pública a ERRATA, comunicando a todos os interessados que no Processo Licitatório nº 037/2015 - modalidade Tomada de Preço nº. 005/2015 ocorreu erro, abrindo-se dessa forma, novo prazo. Assim, a abertura do referido processo licitatório terá como nova data o dia 18 de maio de 2015 as 14h00min. No Edital de Processo Licitatório nº 037/2015 - modalidade Tomada de Preço nº 005/2015: Onde se lê: "6.3 O valor máximo orçado a ser cotado é de R\$ 140.060,70 (cento e quarenta mil e sessenta reais e setenta centavos), conforme Planilha Orçamentária anexa, sob pena de desclassificação." Leia-se "6.3 O valor máximo orçado a ser cotado é R\$ 139.732,82 (cento e trinta e nove mil setecentos e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos), conforme Planilha Orçamentária anexa, sob pena de desclassificação." As demais disposições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 28 de abril de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 039/2015; Modalidade: Pregão Presencial (Registro de Preço) nº. 023/2015; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: - A presente licitação tem por objeto aquisição parcelada de Nota Fiscal e Capas de Produtor Rural para uso da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 14 de maio de 2015 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8618, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 28 de abril de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 042/2015; Modalidade: Pregão Presencial nº. 024/2015; Tipo: Menor Preço por Lote; Objeto: Aquisição de uniformes para uso dos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 15 de maio 2015 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8618, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 28 de abril de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO N 32/2015

DECRETO Nº 000032/15 de 24 de Abril de 2015
Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 32.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01.10.301.0007.2.028-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Di-
retas 32.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01.10.301.0007.2.028-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Di-
retas -
Oper.Intra-Orçamentárias 32.000,00
Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 24 de Abril de 2015
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 260/2015

PORTARIA Nº 260/2015.
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:
Artigo 1º - Dispensar, HELENA ALFLEN SILVEIRA, do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 30 de abril de 2015, pelo término de seu Contrato Temporário.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de abril de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 28 de abril de 2015.

PORTARIA N 261/2015

PORTARIA Nº 261/2015.
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:
Artigo 1º - Dispensar, JOAO MARIA CHAVES NETO, do cargo de MOTORISTA, a partir de 30 de abril de 2015, pelo término de seu Contrato Temporário.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de abril de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 28 de abril de 2015.

PORTARIA N 262/2015

PORTARIA Nº 262/2015.

Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, LUANA KREMER, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, a partir de 04 de maio de 2015 a 18 de dezembro de 2015, para atuar no NEM Pe. Alfredo Junkes.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 28 de abril de 2015.

Arroio Trinta**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0011/2015 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS HORAS MÁQUINA (ESCAVADEIRA HIDRÁULICA/TRATOR ESTEIRA), AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E PEDRA BRITA PARA ABERTURA E CASCALHAMENTO DE RUA COM DRENAGEM PLUVIAL, CONFORME CONVÊNIO TR 1507 E PROCESSO 1470/2014 FIRMADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - VIDEIRA.

Origem dos Recursos:

* Recurso Estadual: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

* O valor de R\$ 83.333,33 (oitenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) é referente a Bens e Serviços (Contrapartida).

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 h do dia 13/05/2015.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 h do dia 13/05/2015.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através do e-mail: compras@arroio30.com.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 27 de abril de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO 21/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
EDITAL DE PREGÃO Nº21/2015

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 13/05/2015 às 10h00min horas, PREGÃO PRESENCIAL, para AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PADARIA PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS MUNICIPAIS, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 28 de abril de 2015.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO Nº 246

DECRETO N.º 246/2015, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1067/2014, de 30 de outubro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
16-10.301.0008-2.027	2.027	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0702	Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL GERAL			100.000,00

Art. 2º - Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
15-10.301.0008-2.027	2.027	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0702	Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL GERAL			100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 15 de abril de 2015.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 247

DECRETO N.º 247/2015, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1086/2015, de 24 de abril de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 16.721,92 (Dezesseis mil, setecentos e vinte e um reais e noventa e dois centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
88-15.452.0006-2.020	2.020	Convênio Rádio Patrulha	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	16.721,92
TOTAL GERAL			16.721,92

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 16.721,92 (Dezesseis mil, setecentos e vinte e um reais e noventa e dois centavos), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
112-15.452.0006-2.024	2.024	Manutenção da Iluminação Pública	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0703	Aplicações Diretas	16.721,92
TOTAL GERAL			16.721,92

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 24 de abril de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1.083

LEI Nº 1.083/2015, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

"REORGANIZA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reorganizar, na forma desta Lei, o Conselho Municipal de Educação, órgão colegiado, com atribuições Consultivas, Normativas, Deliberativa, Recursais, de Supervisão e Fiscalização no âmbito do Sistema Municipal de Ensino e na forma do seu Regimento Próprio.

CAPÍTULO I**DA FINALIDADE E ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO**

Art. 2º. O Conselho Municipal de Educação tem como finalidade participar diretamente da implementação, monitoramento e avaliação das ações de trabalho da rede de escolas da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. Para fins do disposto nesta Lei considera-se atribuições do Conselho Municipal de Educação:

I - Consultiva e de Assessoramento Superior, tais como:

- a) Proceder à avaliação do funcionamento do Sistema Municipal de Ensino, assegurando o fiel cumprimento dos princípios, leis, e normas pertinentes, inclusive estabelecendo mecanismos de integração no processo avaliativo dos Sistemas Federal e Estadual de Ensino, nos termos da lei;
- b) Propor medidas que visem ao aperfeiçoamento do ensino no Município;
- c) Subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Municipal de educação;
- d) Colaborar com sugestões na elaboração das Políticas Públicas de Educação e do plano de expansão do Ensino Fundamental e de Educação Infantil da rede pública municipal de ensino;
- e) Propor e aprovar medidas para ajustar o ensino ao melhor nível de produtividade;
- f) Examinar ou apresentar estudos e planos objetivando uma distribuição racional de unidades da rede escolar do Município;
- g) Sugerir a Secretaria Municipal de Educação as medidas que julgar necessárias para melhor solucionar os problemas educacionais;
- h) Sugerir alterações das leis que regem o Sistema Municipal de Ensino;
- i) Opinar sobre o plano anual de novas oportunidades educacionais da rede municipal de ensino;
- j) Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações na área de Educação, previstas no Plano Plurianual;
- k) Acompanhar a execução do Plano de Carreira;
- l) Zelar e incentivar o aprimoramento da qualidade de ensino no Município;
- m) Estudar e sugerir medidas que visem a expansão e ao aperfeiçoamento do ensino no Município;
- n) Assessorar o(a) Secretário(a) de Educação no diagnóstico dos problemas e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar o sistema municipal de ensino, especialmente no que diz respeito ao ensino infantil, fundamental e especial;
- o) Analisar as estatísticas da educação municipal anualmente, oferecendo subsídios aos demais órgãos e instituições do Sistema Municipal de Ensino.

II - Normativa-jurisdicional, fixar normas:

- a) Relacionadas à educação e ao ensino na forma da legislação

vigente, aplicáveis no âmbito do sistema;

b) Estabelecer procedimentos sobre validação, convalidação, aproveitamento de estudos, classificação e reclassificação, recuperação, adaptação e avaliação dos conhecimentos e das aprendizagens resultantes de atividades extraclasses ou exercidas no mundo do trabalho e, em práticas sociais;

c) Avaliar e aprovar critérios e procedimentos para matrícula, transferência e movimentação de aluno, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, inclusive para ações conjuntas com o Sistema Estadual de Ensino, relacionadas com a chamada escolar indispensável ao atendimento da demanda;

d) Emitir Pareceres sobre:

- Assuntos e questões de natureza educacional que lhe forem submetidos pela Secretaria Municipal de Educação, inclusive quanto a observância da legislação específica;

- Regularizar a vida escolar e a equivalência de estudos;

- Propor acordos, contratos e convênios relativos a assuntos educacionais;

- Appreciar outras matérias de interesse local e regional, relacionadas ao Sistema Municipal de Ensino, as que lhe sejam submetidas.

e) Baixar Normas:

- Para autorização de funcionamento, credenciamento de instituições, supervisão e avaliação de estabelecimentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos integrantes do Sistema Municipal de Ensino;

- Às Diretrizes Curriculares Nacionais para o currículo de Ensino Fundamental, quando exigido pelas características regionais;

- Para oferta do Ensino Religioso e de uma segunda língua estrangeira (Espanhol e Inglês);

- Para a autorização e avaliação dos programas de Educação a Distância e para sua implementação no ensino Fundamental;

- Para a elaboração de Regimento e de Projeto Político-Pedagógico.

f) Normatizar a equivalência de estudos nos níveis e modalidades da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos;

g) Elaborar ou reformular o seu Regimento Interno submetendo-o à aprovação do Chefe do Poder Executivo, através do(a) Secretário(a) Municipal de Educação;

h) Baixar normas complementares para o regular funcionamento do Sistema Municipal de Ensino.

III - Na função deliberativa:

a) Aprovar a indicação para a oferta de outras modalidades de ensino que não se incluam nas prioridades constitucionalmente estabelecidas, observados os recursos orçamentários próprios alocados previamente de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

b) Credenciar e supervisionar o funcionamento das unidades escolares integrantes do Sistema Municipal de Ensino, adotando ou determinando as medidas de controle pertinentes, para a garantia do padrão de qualidade e para o saneamento das deficiências identificadas;

c) Determinar/aprovar estudos para a reformulação de currículos, planejamento anual escolar e programas educacionais objetivando adequá-los às peculiaridades locais e regionais e às expectativas da comunidade;

d) Deliberar sobre propostas pedagógicas ou curriculares que lhe sejam submetidas através da Secretaria Municipal de Educação;

e) Deliberar sobre a proposta de tipologia escolar e a de suas reformulações;

f) Estabelecer/aprovar critérios para a expansão da rede municipal de ensino, de conformidade com a tipologia escolar adotada;

g) Aprovar calendários escolares por ano letivo, adequando-os às peculiaridades regionais, especialmente para as atividades de educação do campo, através dos planos de matrícula;

h) Aprovar o Regimento Escolar Comum para a Rede Municipal de Ensino, de abrangência geral ou parcial, bem como o Regimento Escolar das unidades integrantes do Sistema Municipal de Ensino e suas alterações;

i) Aprovar os currículos, matrizes curriculares e suas reformulações do ensino fundamental das unidades do Sistema Municipal de Ensino;

j) Deliberar sobre experiências pedagógicas, avaliando seus resultados na forma como estabelecerem os projetos aprovados;

k) Deliberar, como instância final administrativa, sobre recursos interpostos contra decisões de natureza pedagógica e didática, adotadas pelos titulares de órgãos executivos e administrativos da Secretaria Municipal de Educação, bem como, nas unidades integrantes da estrutura do Sistema Municipal de Ensino, observados os níveis de competências e prazos constantes do Regimento Escolar Unificado e do Regimento da Secretaria Municipal de Educação e do Regimento do Conselho;

l) Autorizar o funcionamento de instituições de Educação infantil e fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial;

m) propor a suspensão temporária das atividades de instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino;

n) Examinar e aprovar a transferência de Instituição de Educação infantil e fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial de um para outro mantenedor de instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino;

o) Aprovar o regimento das instituições de Educação infantil e fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial integrantes do Sistema Municipal de Ensino;

p) Julgar, em grau de recurso, as decisões do Conselho Deliberativo integrantes do Sistema Municipal de Ensino;

q) Requerer das autoridades constituídas, informações e esclarecimentos, sempre que se fizer necessário;

r) Realizar investigações sobre a situação do ensino em qualquer parte do território municipal;

s) Autorizar experiências pedagógicas com regimes especiais, no ensino infantil e fundamental;

t) Aprovar planos de expansão na rede de ensino municipal e particular;

u) Aprovar desativação, ampliação e junção de escolas municipais.

IV - Função Fiscalizadora

a) Acompanhar o cumprimento do Plano Municipal de Educação;

b) Acompanhar a implementação e resultados de práticas pedagógicas inovadoras;

c) Acompanhar o desempenho do Sistema Municipal de Ensino;

d) Promover sindicâncias através de comissões especiais em qualquer dos estabelecimentos de ensino sujeitos a jurisdição, sempre que julgar conveniente, adotando as medidas correcionais que entender necessárias;

e) Acompanhar as prestações de contas dos recursos financeiros da educação pública municipal, incluídos no Programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

f) Acompanhar a efetivação das ações previstas no Plano de Ações Articuladas (PAR) do município, coordenado pela Secretaria Municipal de Educação;

g) Supervisionar e propor o cumprimento das atribuições de cada servidor pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação em conformidade com os Decretos Municipais nº 1060/2012, de 23 de outubro de 2012, nº 215/2014 de 03 de novembro de 2014 e nº 216/2014, de 03 de novembro de 2014 e do Regimento Unificado Escolar do Sistema Municipal de Ensino de Bela Vista do Toldo;

h) Acompanhar o cumprimento das normas de segurança que determina o Código Nacional de Trânsito assegurando o bem estar dos alunos da Rede Municipal de Ensino.

V - Função mobilizadora

a) Estimular a participação comunitária no planejamento e execução dos programas educacionais do município, bem como a organização de associações de pais e mestres;

b) Manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação e com os demais Conselhos Municipais de Educação;

c) Articular-se com o Conselho Municipal da Criança e do

Adolescente e demais Conselhos Municipais que abranjam crianças, adolescentes e jovens para adoção coletiva de medidas que lhes assegurem o acesso ao processo educativo e a permanência na escola;

d) Articular-se com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, para assegurar a coordenação, a divulgação ou execução dos planos e programas educacionais;

e) Dar publicidade quanto aos atos do Conselho Municipal de Educação;

f) Promover eventos para discussão de temas relevantes da educação em nível nacional, estadual e municipal;

Parágrafo único: Além das atribuições relacionadas neste artigo, caberá, ainda, ao Conselho Municipal de Educação as atribuições que lhe virem a ser delegadas pela legislação pertinente.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Art. 4º. O Conselho Municipal de Educação será constituído por 13(treze) membros sendo:

a) Um representante titular e um suplente do suporte pedagógico do quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação, indicados pelo Chefe do Poder Executivo;

b) um representante titular e um suplente do quadro efetivo de especialistas da rede municipal de ensino;

c) Um representante titular e um suplente dos professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental nas escolas públicas pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino, do quadro efetivo, eleitos por seus pares;

d) Um representante titular e um suplente dos professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas pertencentes ao Sistema Municipal de Educação, do quadro efetivo, eleitos por seus pares;

e) Um representante titular e um suplente dos professores que atuam na educação infantil das escolas públicas pertencentes ao Sistema Municipal de Educação, do quadro efetivo, eleitos por seus pares;

f) Um representante titular e um suplente, do quadro efetivo, da Secretaria Municipal de Saúde, indicados pelo Chefe do Poder Executivo;

g) Um representante titular e um suplente de pais de alunos da rede pública municipal de ensino;

h) Um representante titular e um suplente, do quadro efetivo, da Secretaria Municipal de Assistência Social, indicados pelo Chefe do Poder Executivo;

i) Um representante titular e um suplente, do quadro efetivo, do Departamento de Recursos Humanos, indicados pelo Chefe do Executivo;

j) Um representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), com formação na área de licenciatura;

k) um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

l) Um representante titular e um suplente, do quadro efetivo, da Secretaria Municipal de Educação, indicados pelo Chefe do Poder Executivo;

m) Um representante titular e um suplente, do quadro efetivo, da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, indicados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º. Os membros do Conselho Municipal de Educação, escolhidos em conformidade com os dispositivos desta lei, deverão ser portadores das seguintes condições:

I - idoneidade moral;

II - interesse e experiência em assuntos de Educação;

III - não exercer mandato eletivo decorrente de eleições municipal e estadual, bem como é vedado o exercício simultâneo da função de Conselheiro com cargo de secretário do município e de Chefe do Poder Executivo.

§ 2º. Caso o escolhido venha a exercer mandato eletivo durante o período de representatividade, será substituído pelo seu suplente.

§ 3º. Não ocorrendo a nomeação no prazo de 60(sessenta) dias após a escolha dos Conselheiros pelos devidos segmentos, os mesmos serão homologados por ato do Conselho Municipal de Educação.

Art. 5º. O mandato de cada membro do Conselho Municipal de Educação terá duração de 04 (quatro) anos.

§ 1º. A cada 02 (dois) anos cessará o mandato, alternadamente, de 1/3 dos membros do Conselho.

§ 2º. Deve ser mantida, na alternância dos mandatos, a proporção estabelecida na lei entre representantes do Executivo e da sociedade.

§ 3º. O mandato dos membros titulares e suplentes, representantes do Executivo Municipal, encerra-se ao término da gestão do Prefeito do Município que o indicou, independentemente da data de sua nomeação como conselheiros.

§ 4º. Ocorrendo vaga no Conselho Municipal de Educação, assumirá o suplente para completar o mandato.

§ 5º. Permanecendo a vacância do cargo, será nomeado novo membro que completará o mandato do anterior, observado o segmento que representa.

§ 6º. Necessitando um Conselheiro afastar-se por prazo superior a 06 (seis) meses, será designado um substituto enquanto durar seu impedimento.

Art. 6º. Os membros serão indicados através dos órgãos que representam e nomeados através de Decreto pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único: A função de Conselheiro, não será remunerada, terá caráter público relevante e o seu exercício considerado prioritário.

Art. 7º. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação será considerado vago, antes do término estabelecido, nos seguintes casos:

I - Morte;

II - Renúncia;

III - Ausência injustificada por mais de 04 (quatro) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, no período de 01 (um) ano, sem justificativa;

IV - Doença que exija licença médica superior a 06 (seis) meses;

V - Procedimento incompatível com a dignidade das funções;

VI - Condenação por crime comum ou de responsabilidade;

VII - Não mais pertencer à categoria que representa no Conselho.

Art. 8º. O afastamento de qualquer membro do Conselho deverá ser solicitado através de ofício encaminhado ao Presidente.

Art. 9º. Mediante o afastamento de um membro, imediatamente deverá ser solicitado ao órgão que ele represente, a indicação do novo Conselheiro.

Art. 10. O Conselho Municipal de Educação será dividido em tantas comissões quantas forem necessárias ao estudo e à deliberação sobre assuntos pertinentes ao ensino, definido no Regimento Interno.

Parágrafo único: O Conselho Municipal de Educação realizará reuniões de acordo com o estabelecido no seu regimento.

CAPÍTULO III

DAS SESSÕES

Art. 11. O Conselho Municipal de Educação funcionará em Sessão do Plenário e em reunião de Comissões Permanentes na forma regimental.

Art. 12. O Conselho Municipal de Educação reunir-se-á e deliberará

com a presença da maioria simples de seus membros.
Parágrafo único: Caberá ao Presidente do Conselho Municipal de Educação o voto de desempate.

Art. 13. O Conselho Municipal de Educação reunir-se-á em reuniões ordinárias mensalmente e extraordinárias conforme necessário for.

Art. 14. O Regimento interno do Conselho normatizará o desenvolvimento das Sessões do Conselho.

Art. 15. Pelo comparecimento às sessões plenárias e às das comissões, os conselheiros terão abonados os seus pontos nas respectivas repartições públicas municipais.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho Municipal de Educação ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 17. O período de atividades do Conselho Municipal de Educação será de 1º de fevereiro a 20 de dezembro.

Art. 18. As decisões do Conselho Municipal de Educação serão proclamadas pelo Presidente, com base nos votos da maioria vencedora e terão a forma de resoluções e pareceres, conforme o caso sendo homologadas pelo Chefe do Executivo.

Art. 19. O Poder Público Municipal colocará à disposição do Conselho Municipal de Educação o quadro funcional e demais recursos necessários ao desempenho de suas atividades.

Art. 20. O Conselho Municipal de Educação vigorará por tempo indeterminado, somente podendo ser revogado por previsão legislativa, e sua sede será junto à Secretaria de Educação de Bela Vista do Toldo.

Art. 21. Caberá ao Secretário de Administração e Finanças do município, o fornecimento de apoio técnico, material e administrativo, ao colegiado.

Art. 22. Os casos omissos desta Lei serão apreciados e resolvidos pelo Executivo Municipal juntamente com o Conselho, observadas as disposições legais e terão força normativa.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário em especial a Lei nº 308 de 05 de maio de 2003 e as demais disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 24 de abril de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1.084

LEI Nº 1.084/2015, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A concessão de benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, art. 22, parágrafos 1º e 2º, consolidados pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 2º. Os Benefícios Eventuais da Política da Assistência Social, são provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de situação de risco ou de vulnerabilidade social decorrente de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, são regidos pelo disposto nesta Lei.

Parágrafo único: O Município deve garantir igualdade de condições no acesso a informações e a fruição do benefício eventual.

Art. 3º. O Benefício Eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar, por meios próprios, com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e/ou a sobrevivência dos seus membros.

Seção I Dos Princípios dos Benefícios Eventuais

Art. 4º. Os Benefícios Eventuais devem atender, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, aos seguintes princípios:
I - integração à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;
II - constituição de provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;
III - adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS;
IV - garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários;
V - garantia de igualdade de condições no acesso às informações;
VI - afirmação dos benefícios eventuais como direito relativo à cidadania;
VII - ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;
VIII - desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a política de assistência social.

Seção II Dos Critérios para Concessão dos Benefícios Eventuais

Art. 5º. Os benefícios eventuais somente serão concedidos se obedecidos os seguintes critérios:

I - realização de estudo socioeconômico da família, por profissional de serviço social, que servirá como instrumento de avaliação da necessidade do benefício;

§ 1º. O estudo de que trata o inciso I deste artigo poderá ser dispensado em caso de o indivíduo e/ou a sua família já serem acompanhados pelas equipes de referência do SUAS, em âmbito municipal, especificamente junto aos serviços socioassistenciais

ofertados no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS ou pela equipe de Proteção Social Especial - PSE, caso em que o profissional de serviço social deverá elaborar parecer técnico circunstanciado da situação socioeconômica familiar.

§ 2º. Na comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual, são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Seção I

Do Auxílio Natalidade

Art. 6º. O Benefício Eventual na forma de Auxílio-Natalidade constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família, destinado a atender qualquer dos seguintes aspectos:

I - necessidades do nascituro;

II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido;

III - apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º. O Auxílio-Natalidade concedido por meio de bens de consumo será integrado pelo enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário, utensílios para alimentação e de higiene, observadas as condições de qualidade que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária.

§ 2º. São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I - se o benefício for solicitado antes do nascimento, o responsável poderá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;

II - se for após o nascimento, o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

III - no caso de natimorto, deverá apresentar certidão de óbito;

IV - comprovante de residência;

V - comprovante de renda de todos os membros familiares;

VI - carteira de identidade e CPF de todos os membros familiares;

§ 3º. É vedada a concessão de auxílio natalidade para a família que estiver segurada pelo salário-maternidade, previsto no art. 18, I, g, da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Seção II

Do Auxílio-Funeral

Art. 7º. O Benefício Eventual na forma de Auxílio-Funeral constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, preferencialmente concedida por meio de bens e serviços, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família, visando ao atendimento prioritário de:

I - despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

II - necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros;

§ 1º. Na hipótese do inciso I deste artigo, o Auxílio-Funeral será integrado por:

I - serviços de preparação e traslado do corpo;

II - regularização documental do óbito;

III - urna funerária;

IV - velório;

V - sepultamento;

Art. 8º. O Auxílio-Funeral, requerido quando da morte de integrante da família, será concedido de imediato pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 1º. São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I - atestado de óbito;

II - comprovante de residência;

III - comprovante de renda;

IV - carteira de identidade e CPF do requerente do auxílio funeral.

§ 2º. O auxílio funeral deverá ser solicitado até 30 dias após o óbito.

§ 3º. Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua, a Secretaria Municipal de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

Art. 9º. O Benefício Eventual do Auxílio Funeral terá seu valor definido por resolução do Conselho Municipal de Assistência Social.

Seção III

Benefícios Eventuais em Situações de Vulnerabilidade Temporária

Art. 10. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material;

III - danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único: Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de:

a) acesso a condições e meios para suprir a manutenção social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação; e

c) domicílio.

II - da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV - de desastres e de calamidade pública; e

V - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Art. 11. A efetividade e o aproveitamento dos Benefícios Eventuais em Situação de Vulnerabilidade Temporária dependerão do apoio e do desenvolvimento conjunto das demais políticas públicas de atendimento à população, bem como do empenho das próprias famílias beneficiárias, que deverão envidar esforços em prol do crescimento individual e social de seus membros, favorecendo o processo de construção da cidadania.

Subseção I

Manutenção Cotidiana da Família

Art. 12. Os Benefícios Eventuais destinados às famílias em situação de risco ou de vulnerabilidade social temporária que visam à manutenção cotidiana dos seus membros abrangerão o necessário para alimentação, cuidados pessoais e condições mínimas de sobrevivência digna.

Art. 13. São modalidades de Benefícios Eventuais que visam à manutenção cotidiana da família:

I - cesta básica mensal;

II - kit de cuidados pessoais;

III - itens de uso doméstico e cotidiano;

IV - pagamento de energia elétrica e água potável, destinados à sobrevivência digna.

Art. 14. O Benefício Eventual na forma de cesta básica mensal será ofertado para as famílias com a finalidade de suplementação alimentar.

§ 1º. Os indivíduos e suas famílias que receberem este Benefício Eventual serão encaminhados a programas e oficinas que promovam o desenvolvimento pessoal e profissional, com vistas à inclusão no mercado de trabalho.

§ 2º. A recusa à participação de programas e oficinas, assim como a negativa de acompanhamento da família pela equipe de

referência do CRAS ou PSE, a ausência reiterada ou o abandono das atividades propostas para o atendimento socioassistencial dos indivíduos acarretará a suspensão da concessão do benefício de cesta básica mensal, que só será restabelecido mediante avaliação do caso por profissional de serviço social.

Art. 15. O Benefício Eventual destinado a cuidados pessoais visa a garantir condições mínimas de vestuário e higiene para gestantes, nutrízes, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua.

§ 1º. A concessão deste benefício não afasta a possibilidade de o Município realizar campanhas de arrecadação e distribuição de roupas, especialmente no início do período de inverno, para um público mais amplo que o definido no caput deste artigo.

Art. 16. Poderão também ser concedidos, na forma de Benefício Eventual, itens de uso doméstico e cotidiano, destinados à sobrevivência digna dos indivíduos e suas famílias, tais como colchões, roupa de cama e de banho e utensílios essenciais de cozinha.

Parágrafo único: Esta modalidade de Benefício Eventual não poderá ser concedida às famílias de modo contínuo, ficando limitada a uma ocorrência a cada 12 (doze) meses, excepcionada apenas nos casos de situação de emergência ou estado de calamidade pública formalmente decretada e que tenha a família beneficiária incluída entre os atingidos, a partir de informações e levantamentos realizados pela Defesa Civil Municipal ou Estadual.

Art. 17. São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I - comprovante de residência;

II - comprovante de renda de todos os membros familiares;

III - carteira de identidade e CPF de todos os membros familiares.

§ 1º. O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do estudo socioeconômico ou parecer social realizado por assistente social.

Subseção II

Moradia

Art. 18. Constituirão Benefícios Eventuais as provisões de acesso ou melhoria de unidades habitacionais destinadas à moradia de indivíduos e famílias em situação de risco ou de vulnerabilidade social, capazes de atender as necessidades vitais básicas do ser humano, nas seguintes modalidades:

I - aluguel social, visando à transferência de recursos para as famílias beneficiárias custearem a locação de imóvel que lhes sirva de residência, por tempo determinado e não superior a 12 (doze) meses.

II - doação de material de construção, para melhoria das condições físicas do imóvel que serve de residência à família.

Parágrafo único: Os prazos previstos neste artigo poderão ser reduzidos ou ampliados nos casos de situação de emergência ou estado de calamidade pública formalmente decretada e que tenha a família beneficiária incluída entre os atingidos, a partir de informações e levantamentos realizados pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 19. O Benefício Eventual de Aluguel Social será destinado prioritariamente às famílias que:

I - tenham na sua composição gestantes, nutrízes, crianças e adolescentes, idosos e/ou pessoas com deficiência;

II - estejam residindo em áreas de risco, de restrições à urbanização ou de trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais; ou

III - tenham a sua moradia interditada por ordem da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 20. O Benefício Eventual de Aluguel Social terá seu valor definido por resolução do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único: Na hipótese do aluguel mensal contratado ser inferior ao valor estabelecido em regulamento, o pagamento limitar-se-á ao valor estabelecido no contrato.

Art. 21. Somente poderão ser objeto de locação, para fins de Benefício Eventual de Aluguel Social, os imóveis que possuam condições de habitabilidade e estejam situados fora de áreas de risco.

Art. 22. A localização do imóvel, a negociação dos valores com o proprietário, a contratação da locação e o pagamento mensal aos locadores serão responsabilidades da Administração Pública.

Art. 23. Os indivíduos e famílias que forem beneficiados com o Aluguel Social e não tiverem solução de moradia no prazo máximo de concessão do benefício, poderão ter, excepcionalmente, prorrogado o prazo definido no inciso I do art. 18 desta Lei, devendo ser incluídos em programas e projetos de habitação de interesse social desenvolvidos por órgãos públicos.

Art. 24. É vedada a concessão do Benefício Eventual de Aluguel Social a mais de um membro da mesma família, concomitantemente.

Art. 25. A recusa à participação de programas e oficinas, assim como a negativa de acompanhamento da família pela equipe de referência do CRAS ou PSE, a ausência reiterada ou o abandono das atividades propostas para o atendimento socioassistencial dos indivíduos acarretará a suspensão da concessão do benefício do Aluguel Social, que só será restabelecido mediante avaliação do caso por profissional de serviço social.

Art. 26. A concessão do Benefício Eventual de Aluguel Social cessará, perdendo direito ao seu recebimento, a família que:

I - deixar de atender, a qualquer tempo, aos critérios estabelecidos no art. 4º desta Lei;

II - sublocar o imóvel objeto do benefício;

III - prestar declaração falsa ou empregar valores recebidos a título de benefício para fins diversos do pagamento de aluguel residencial.

Subseção III

Documentação Civil

Art. 27. O Benefício Eventual na forma de Documentação Civil tem o objetivo de oportunizar que os indivíduos regularizem sua situação civil por meio de:

I - pagamento de taxas para encaminhamento e expedição de documentos, inclusive segunda via de certidões (nascimento, casamento, óbito).

II - providências relacionadas à fotografia e cópias de documentos necessários para a solicitação da confecção de outros.

Parágrafo único: A taxa de emissão de certidão somente será paga no caso de absoluta impossibilidade de isenção (gratuidade), conforme estabelecem as legislações pertinentes.

Subseção IV

Transportes

Art. 28. O Benefício Eventual de transporte consistirá no fornecimento de passagem rodoviária interurbana para o indivíduo que, além de satisfazer os critérios previstos no art. 4º desta Lei, esteja impossibilitado de se deslocar por uma das seguintes situações:

I - liberdade definitiva de estabelecimento prisional;

II - atendimento de população em trânsito, que se encontra em situação de rua e deseja retornar ao Município de origem;

III - solicitação relacionada ao exercício da cidadania, no que se inclui:

a) visitação a familiares abrigados em instituições de longa permanência para idosos, equipamentos que prestam serviços de acolhimento ou instituições de privação de liberdade;

b) atendimento solicitações, convocações ou intimações do Poder

Judiciário Estadual ou Federal, da Polícia Estadual ou Federal ou das Forças Armadas Brasileiras.

Subseção V

Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública

Art. 29. O Benefício Eventual em Situação de Emergência ou de Calamidade Pública é uma provisão suplementar e provisória da assistência social, prestada para suprir necessidades do indivíduo ou da família na eventualidade das condições referidas e desde que tenham sido devidamente decretadas pelo Poder Executivo Municipal, com vistas a assegurar a sobrevivência e a reconstrução da autonomia.

§ 1º. Para fins desta Lei, entende-se:

I - desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

II - situação de emergência: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do Município;

III - estado de calamidade pública: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do Município.

§ 2º. São documentos essenciais para auxílio em situações de calamidade pública:

I - Comprovante de residência;

II - Comprovante de renda de todos os membros familiares;

III - Documentos pessoais (CPF, RG);

IV - Comprovação do dano material causado.

Art. 30. É condição para o recebimento do Benefício Eventual em Situação de Emergência ou de Calamidade Pública que o indivíduo ou a família, além de satisfazer os critérios do art. 4º desta Lei, tenha sido incluído entre os atingidos, a partir de informações e levantamentos realizados pela Defesa Civil Municipal ou Estadual.

Art. 31. O Benefício Eventual em Situação de Emergência ou de Calamidade Pública poderá ser concedido em bens de consumo, para propiciar condições de incolumidade e cidadania aos atingidos, incluindo, dentre outros itens:

I - o fornecimento de água potável;

II - a provisão e meios de preparação de alimentos;

III - o suprimento de material de:

a) abrigo;

b) vestuário;

c) limpeza;

d) higiene pessoal;

IV - o transporte de atingidos para locais seguros;

V - reconstrução ou recuperação de unidades habitacionais atingidas;

VI - outras, que vierem a ser estabelecidas em regulamento.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 33. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social fornecer ao Município informações sobre irregularidades na execução dos benefícios eventuais bem como avaliar e propor, a cada ano, a reformulação dos valores dos Benefícios Eventuais de Auxílio Natalidade e Auxílio Funeral.

Art. 34. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, previstas, a cada exercício financeiro, na Lei Orçamentária Anual.

§ 1º. Os recursos financeiros destinados ao custeio dos Benefícios Eventuais serão alocados no Fundo Municipal de Assistência Social.

§ 2º. Em caso de ocorrência de calamidade pública os recursos financeiros deverão ser complementados e articulados com os recursos destinados a defesa civil.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 36. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 24 de abril de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1.085

LEI Nº 1.085/2015, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DOS PACIENTES ONCOLÓGICOS DA REGIÃO DE CANOINHAS - APOCA."

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal firmar convênio com a Associação dos Pacientes Oncológicos da Região de Canoinhas - APOCA, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.613.939/0001-57, estabelecida à Rua Benjamin Constant, nº 902, Canoinhas - SC, com finalidade de promoção à saúde.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do Fundo Municipal de Assistência Social, rubrica orçamentária: 3.3.50.00.00.00.00.0700 - Dotação 10 - Projeto/Atividade 2.034.

Parágrafo único: As despesas decorrentes da execução do presente convênio ficam limitadas ao valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seicentos reais), divididas em 8 (oito) parcelas iguais e sucessivas no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais, a partir da assinatura do presente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 24 de abril de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1.086

LEI Nº 1.086/2015, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 16.721,92 (Dezesseis mil, setecentos e vinte e um reais e noventa e dois centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
88-15.452.0006-2.020	2.020	Convênio Rádio Patrulha	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	16.721,92
TOTAL GERAL			16.721,92

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 16.721,92 (Dezesseis mil, setecentos e vinte e um reais e noventa e dois centavos), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
112-15.452.0006-2.024	2.024	Manutenção da Iluminação Pública	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0703	Aplicações Diretas	16.721,92
TOTAL GERAL			16.721,92

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 24 de abril de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Biguaçu**PREFEITURA****PORTARIA Nº 1352/2015**

PORTARIA nº 1352 de 06 de março de 2015

Concede Readaptação ao(a) servidor(a) Luiza Helena Custódio, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), na Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Luiza Helena Custódio, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 8395, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades no CEIM Páscoa Regis Mendes, desempenhando as seguintes funções administrativas:

- I - Controlar estoque de materiais de limpeza e alimentos;
- II - Receber alimentos e materiais de limpeza;
- III - Controlar a data de validade dos alimentos;
- IV - Auxiliar nos momentos de refeição.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 27/03/2015 a 27/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/03/2015.

Biguaçu, 06 de março de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1353/2015

PORTARIA nº 1353 de 27 de abril de 2015

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Ângela Maria de Amorim Salum, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 345, ocupante do cargo efetivo de Professor I - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades na Biblioteca Pública Municipal, desempenhando as seguintes funções:

- I - Preparar projetos dentro de sua área de atuação, visando ou não a capacitação de recursos;
- II - Promover o controle bibliográfico por meio da coleta de informações e atualização de base de dados;
- III - acompanhar o atendimento de empréstimo e consulta;
- IV - Selecionar material para restauração;
- V - Executar o acesso a Base de Dados MARC 21 para buscas e levantamentos bibliográficos em nível local;
- VI - Elaborar cadastro;

VII - Supervisionar as tarefas de conservação e preservação do acervo;
VIII - Executar a deleção de material para aquisição e descarte, mantendo atualizado o programa de desenvolvimento do acervo;
IX - Orientar o usuário na aplicação de normas para apresentação de trabalhos acadêmicos;

X - Zelar pelas condições físicas e ambientais da biblioteca, garantindo a integridade do acervo e favorecendo a satisfação dos usuários;

XI - Manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação das necessidades do setor/departamento;

XII - Avaliar os conteúdos documentais, determinando os pontos de acesso para a recuperação de informação utilizando a Classificação Decimal de Dewey - CDD, AACR e Tabela de Cutter para normalizar os registros;

XIII - Classificar e Catalogar documentos, utilizando códigos de classificação e determinando as entradas de assunto, com o apoio de vocábulos controlados;

IX - Coordenar a utilização de normas e padrões utilizados no ingresso da informação da base de dados;

X - Elaborar planos de aquisição, para o desenvolvimento da coleção, tomando por base as indicações dos serviços de referência e circulação, dos usuários em geral, bem como da decisão da Bibliotecária-Chefe;

XI - Fazer reavaliação periódica da coleção, para fins de novas aquisições, complementação, descarte e separação do material em desuso;

XII - Analisar as indicações de títulos e decidir o número de exemplares, de cada título, a ser adquirido;

XIII - Propor e controlar assinaturas de periódicos;

XIV - Evitar a seleção de materiais para os quais a demanda não é evidente.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 27/03/2015 a 27/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/03/2015.

Biguaçu, 27 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1354/2015

PORTARIA nº 1354 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GABRIELLE BENTO DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 27/04/2015 a 09/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/04/2015.

Biguaçu, 27 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1355/2015

PORTARIA nº 1355 de 27 de abril de 2015

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;
CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;
CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;
CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ACLICI JOÃO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Atendimento ao Cidadão;

ADILSON MARCELINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Execução;

AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;

ALEXANDRE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Gestão de Frota;

ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV;

ANESIO EGIDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura;

ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriurário, da Secretaria Municipal da Fazenda;

ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;

ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;

ANTONIO RAFAEL CORREA VALENÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Esportes;

ASSIS RAMIRO DO AMARAL, Agente de Saúde Pública à disposição;

BRUNO ANDERSON, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;

BRUNO LOCKS BERNARDINO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Patrimônio Público;

CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;

CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Trânsito da Secretaria de Transportes;

CARLOS ZULMAR ALBINO, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Roçadeira Costal;

CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;

CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriurário;

CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;

CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente

de Obras Públicas;
 CHARLES EDGARD HOFFMANN, ocupante do Cargo de Conselheiro Tutelar;
 CLAUDIA BREHM LUIZ, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador da Casa Lar;
 CRISTIANO ALMEIDA DE SOUZA, ocupante do Cargo Temporário de Técnico em Topografia;
 DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;
 DAVID DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;
 DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;
 DILMAR FRANCHINI, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar;
 DIOGO DEMARCHI SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriurário;
 DIONEY AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar;
 DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriurário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
 DOUGLAS FERNANDES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura;
 DULCIMAR ANTONIO GRANDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
 EDENILDO MORFIM, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos;
 EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
 EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;
 EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriurário;
 ELISIANE APARECIDA FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Centro de Convivência de Idosos;
 ELOISA AMARAL DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Professor III;
 FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);
 FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
 FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;
 FABIULA MARA RODRIGUES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Exatoria;
 FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Ferais III (Jardineiro);
 FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;
 FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
 GABRIEL ARTHUR LOEFF, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Relações Institucionais;
 GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
 GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriurário;
 GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
 ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
 JAQUELINE SANTOS DE AVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriurário;
 JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
 JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
 JIMMIY SILVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte;
 JOAO DJALMA DE CARVALHO FRANÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Núcleo de Transportes;

JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceiteiro;
 JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
 JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;
 KLEBER GENTIL KUHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;
 LAUDEMIR CLOVIS PASTORELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;
 LEANDRO ADRIANO DE BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde;
 LEDIO GERHARDT, ocupante do Cargo Comissionado de Orçamento Participativo;
 LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
 LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;
 LIDIANE PERGHER MACHADO RABELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Transporte Escolar;
 LUIZ AUGUSTO VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;
 LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;
 LUIZ GONZAGA DE AQUINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Planejamento Urbano;
 LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriurário;
 MANOEL AIRTON PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
 MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
 MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;
 MARCELO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Temporário de Professor II;
 MARCELO LUIZ GALVÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
 MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora;
 MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;
 MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;
 MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriurário;
 MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
 NACET TOMAZ DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Saúde;
 NELSON CESAR OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal da Pesca e Maricultura;
 NILO VANDO SCHMITZ, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;
 ORILDO NELSON LAURENTINO JUNIOR, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Operações Internas;
 OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;
 OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Trator Agrícola;
 OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
 PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
 PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Obras;
 PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;
 PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
 PERI CESCINETTO WARTTMANN, ocupante do Cargo

Comissionado de Assistente Técnico;
PETERSON SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;
RAFAEL PETRI MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Agropecuária;
REGINALDO FOGAÇA ALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Integração Regional;
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
RODRIGO STEFFENS, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
SILVANA CESCONETO DA SILVA GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social;
SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão da Vigilância em Saúde;
SAUL DE MELO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Transporte;
SAULO CESAR GALLIANI, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;
TIAGO STEPHANI, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Santa Catarina;
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 1299/2015.

Biguaçu, 27 de abril de 2015.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 95/2015

PORTARIA nº 95 de 16 de janeiro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora VIVIANE CRISTINA FONTANELLA, como pregoeira, e GIORDANA BIANCON GANDOLFI OURIQUES, ANA CLÁUDIA SAGÁS, SUELEN DE MELLO MARTINS, MIRELLA DA CONCEIÇÃO, como componentes da equipe de apoio, com a finalidade de processar e julgar as licitações na modalidade de pregão da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu, nos termos do art. 3º, da lei 10520/2002, com efeitos a contar de 01/01/2015 a 31/12/2015.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2015.

Biguaçu, 16 de janeiro de 2015 de 2014.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO PP 58/2015 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
REPUBLICAÇÃO DO PP 58/2015 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 58/2015 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) REFRIGERADORES PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 15/05/2015, até 15:45 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 15/05/2015, às 16:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 28 de abril de 2015.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FIA e do Plano de Ação e Aplicação dos Recursos para o exercício de 2014.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Biguaçu/SC no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.069/90 de 13 de junho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 2906 de 26 de abril de 2010, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Sessão Plenária ordinária de 07 de abril de 2015.

- A ATA nº 05/2015.

- ECA - Lei nº 8069/90.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA e do Plano de Ação e Aplicação dos Recursos para o exercício de 2014.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.
Ana Paula Medeiros e Silva Vicente
Presidente do CMDCA/Biguaçu

Blumenau

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO MD Nº 2.313

RESOLUÇÃO MD Nº 2.313

NOMEIA DIEGO RICARDO PACHER EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 14 de abril de 2015, Diego Ricardo Pacher, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Almir Vieira - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 14 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.314

RESOLUÇÃO MD Nº 2.314

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 16 de abril de 2015, a servidora pública Ellen Soares de Souza, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Célio Dias - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 16 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.315

RESOLUÇÃO MD Nº 2.315

NOMEIA THAÍS SCHARIANNE DA ROSA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 22 de abril de 2015, Thaís Scharianne da Rosa, no cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Célio Dias - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 22 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS MARCO ANTONIO WANROWSKY
1º Secretário 2º Secretário

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE ABRIL DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 23 de abril de 2015.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Fábio Fiedler
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 6.702 e 6.759. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Substitutivo Global ao Projeto de Lei nº 6.767; o Projeto de Lei nº 6.780. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 483 e 484/2015. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2313, 2314 e 2315. Destino: comunique-se e publique-se.

Despachadas para a próxima Sessão as Moções nºs 81 e 82/2015.

Bom Jardim da Serra**PREFEITURA****02/2015**

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA/SC
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Processo licitatório Nº 02/2015

Modalidade: TOMADA DE PREÇO 01/2015

Forma de julgamento: menor preço global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS, CONFORME EDITAL. Abertura das propostas 14/05/2015 às 14h. Edital completo no site oficial do município: www.bomjardimdaserra.sc.gov.br base legal Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes

Bom Jardim da Serra(SC), 27 de abril de 2015.
Edelvânio Nunes Topanoti
Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 81/2015

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 81/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MECÂNICA PAGLIOCHI LTDA ME.
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 829/2015
Objeto: Serviço mecânico ara manutenção e reforma de Palio Weekend Trekking 1.6 2013/2014 da Polícia Militar.
Valor: R\$ 9.348,32 (Nove mil trezentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos).
Vigência: 27 de Abril de 2015 a 29 de Maio de 2015.
Assinatura: 27 de Abril de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4707/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4707/2015 de 27 de Abril de 2015.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0829/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4641/15 de 05 de Janeiro de 2.015, sob o Processo de Licitação nº 0829/2015, que tem por objeto Serviços mecânicos para manutenção e recuperação de Palio Weekend Trekking 1.6 2013/2014 da Polícia Militar.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Mecânica Pagliochi Ltda.	Para choque dianteiro	1,00	350,90
2	Mecânica Pagliochi Ltda.	Para choque traseiro	1,00	849,20
3	Mecânica Pagliochi Ltda.	Defletor Traseiro Direito	1,00	24,90
4	Mecânica Pagliochi Ltda.	Defletor Traseiro Esquerdo	1,00	24,90
5	Mecânica Pagliochi Ltda.	Moldura para choque Dianteiro Direito	1,00	81,90

6	Mecânica Pagliochi Ltda.	Tampa moldura para choque dianteiro	1,00	27,90
7	Mecânica Pagliochi Ltda.	Moldura para-lamas Dianteiro Esquerdo	1,00	87,90
8	Mecânica Pagliochi Ltda.	Moldura Paralamas Dianteiro direito	1,00	87,90
9	Mecânica Pagliochi Ltda.	Moldura para-lama traseiro direito	1,00	73,95
10	Mecânica Pagliochi Ltda.	Para-brisa Dianteiro	1,00	390,00
11	Mecânica Pagliochi Ltda.	Ponteira direção direito	1,00	58,90
12	Mecânica Pagliochi Ltda.	Barra axial lado direito	1,00	60,90
13	Mecânica Pagliochi Ltda.	Jogo calota Fiat	1,00	218,40
14	Mecânica Pagliochi Ltda.	Roda Aro 15 de aço	1,00	322,90
15	Mecânica Pagliochi Ltda.	Bandeja Lado Direito	1,00	573,73
16	Mecânica Pagliochi Ltda.	Travessa Radiador	1,00	321,90
17	Mecânica Pagliochi Ltda.	Protetor para barro Traseiro Direito	1,00	26,82
18	Mecânica Pagliochi Ltda.	Paralamas Dianteiro Direito	1,00	350,90
19	Mecânica Pagliochi Ltda.	Protetor Descarga	1,00	89,10
20	Mecânica Pagliochi Ltda.	Caixa de Ar	2,00	297,84
21	Mecânica Pagliochi Ltda.	Eixo Traseiro Chassi	1,00	2.627,48
22	Mecânica Pagliochi Ltda.	Geometria Automóvel DI/TR computado-rizada	1,00	50,00
23	Mecânica Pagliochi Ltda.	Mão de obra funilaria	1,00	1.630,00
24	Mecânica Pagliochi Ltda.	Mão de Obra Mecânica	10,00	720,00

Nove mil trezentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos 9.348,32

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 27/04/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 051

DECRETO Nº 051/2015

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DO TURISMO E MEIO AMBIENTE

Charles Rafael Schwambach, Prefeito municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei Municipal nº 0442/2003, de 28.11.2003 e Lei Municipal nº 0814/2014 de 24.11.2014, etc...

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal do Turismo e Meio Ambiente - COMTUMA, de acordo com as Leis Municipais nº 0442/2003 de 28.11.2003, e 0814/2014 de 24.11.2014, terá a seguinte composição:

I - por representantes de cada um dos órgãos setoriais indicados a seguir:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer;

Titular: Iracema Cristina Hubes de Oliveira Stupp
Suplente: Luciana Meurer

b) Representantes do Departamento de Meio Ambiente;

Titular: Mara Eliza Schade
Suplente: Isolene Grah

c) Representantes da Câmara de Vereadores;

Titular: Maristela Aparecida Costa Silva
Suplente: Daiana W. Lopes

d) Representantes da Epagri;

Titular: Dirceu Leite
Suplente: Silvia Mara Zimmermann

II - por representantes de entidades não governamentais, representantes de entidades Filantrópicas ou de Organização Social, legalmente constituídas, sendo:

a) Representantes da Associação da Microbacias da Vitória;

Titular: João Sidnei França
Suplente: Sergio Rogério Waltrick

b) Representantes da Associação dos Aquicultores de Braço do Trombudo;

Titular: Eron Adam Franz
Suplente: Rubens Georg

c) Representante da Câmara de dirigente Lojistas - CDL, de Braço do Trombudo;

Titular: Sicrit Teske
Suplente: Ani Prado

d) Representante da Indústria;

Titular: Ellen Carla Vetter Weiss
Suplente: Arno Weiss

Art. 2º Fica revogado o Decreto 005/2008 de 03.03.2008.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 24 de abril de 2015

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

DECRETO 052

DECRETO Nº.052/2015.

Anula e Suplementa Dotação no Orçamento vigente do Município de Braço do Trombudo.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0821/2014 de 17.12.2014, etc...

Art. 1º - Fica anulada a importância de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais), na seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS
02 - DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

2.068 - Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais
(177) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação do artigo anterior no valor de 9.000,00 (Nove mil reais), fica suplementada a seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS
02 - DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

2.068 - Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais
(181) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, em 24 de abril de 2015

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

DECRETO 053

DECRETO Nº.053/2015.

Anula e Suplementa Dotação no Orçamento vigente do Município de Braço do Trombudo.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0821/2014 de 17.12.2014, etc...

Art. 1º - Fica anulada a importância de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), na seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente:

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO
04 - DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E SANEAMENTO

2.023 - Manutenção da ETA
(43) - 4.5.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação do artigo anterior no valor de

35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), fica suplementada a seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente:

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO
04 - DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E SANEAMENTO

2.023 - Manutenção da ETA
(41) - 3.3.90.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 35.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, em 24 de abril de 2015
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 17/2015 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 23/2015
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 17/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 13h30min do dia 13.05.2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro de preços para contratação de empresa especializada em Serviço dedetização, limpeza de reservatório (caixa) de água, com eliminação de Pragas, insetos e outros resíduos depositados pelos mesmos, nas escolas da rede Municipal de Ensino de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 23 de Abril de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal.

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 18/2015 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 24/2015
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 18/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 12.05.2015, estará selecionando a melhor proposta para REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de Serviços de Perfuração aplicação de explosivos e Detonação de Rochas, para a cascalheira da localidade Serril, com fornecimento de materiais e mão de obra no município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 24 de Abril de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO 22/2015

Retificação do Extrato de Publicação Referente ao Processo 22/2015,

O Município de Braço do Trombudo Retifica Extrato de Publicação Referente ao Processo licitatório 22/2015 e Pregão Presencial 16/2015.

Onde se lê:
"do dia 22.04.2015"
Leia-se:
"do dia 11.05.2015"

Braço do Trombudo, em 27 de Abril de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13 2015 PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2015

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 13/2015		Data do Registro: 27/04/2015		Válido até: 27/04/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de peças para manutenção da motoniveladora RG 140 B ano 2012 da Secretaria de Obras do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	jogo lâmina 13 furos goiva amarela (15961)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	Meisa	0	1.220,0000	1
2	parafuso de lâmina aço 5/8 x 2.1/4 (15962)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	Fey	0	4,0000	1
3	porca de lâmina 5/8" (15963)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	Fey	0	2,0000	1
4	vidro porta lateral esquerda (15964)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	Eternit	0	3.450,0000	1
5	jogo de guarnição vidro da porta (15965)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	Eternit	0	1.300,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 13/2015		Data do Registro: 27/04/2015		Válido até: 27/04/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de peças para manutenção da motoniveladora RG 140 B ano 2012 da Secretaria de Obras do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	jogo de batente de porta (15966)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	Etemit	0	250,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 13/2015						Data do Registro: 27/04/2015		Válido até: 27/04/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de peças para manutenção da motoniveladora RG 140 B ano 2012 da Secretaria de Obras do Município de Braço do Trombudo.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2015
PROCESSO Nº 19/2015

(8675) - RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Braço do Trombudo, 27 de Abril de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 22/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
Processo Licitatório nº 22/2015 - Edital de Pregão Presencial nº 22/2015

Objeto: aquisição de veículo novo zero km. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h00min do dia 08/05/2015, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal.

RETIFICAÇÃO EDITAL 21/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2015

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 21/2015

Fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários

O Município de Brunópolis, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Armindo Leobet, nº 441, Centro, Brunópolis, SC, CEP 89634-000, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.853/0001-61, através do seu Prefeito Municipal, Exmo. Senhor Ademil Antonio da Rosa, TORNA PÚBLICO a presente RETIFICAÇÃO do Edital de Pregão 21/2015, conforme a seguir:

Art. 1º Fica alterado o § 36º do artigo 1º do Edital, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 36º - Os demais elementos técnicos em que se apoiarão a contratação, incluindo os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade exigidos, estão dispostos no Anexo IV do Edital, facultando-se ao proponente interessado a formulação de esclarecimentos e de visita aos locais de prestação dos serviços visando outros esclarecimentos que reputar pertinentes.

Art. 2º Fica alterado o item 1 da Cláusula Terceira da Minuta de Contrato, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

1. Pelo Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores disposto no Anexo I do presente contrato (cópia da proposta vencedora).

Art. 3º Fica alterado o subitem "a" do item 1 da Cláusula Sétima da Minuta de Contrato, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

a. Quando contratados, conforme valores disposto no Anexo I (cópia da proposta vencedora), converter dados para uso pelos aplicativos, instalar os aplicativos objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço, bem como, prestar suporte apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso dos aplicativos e que tenham observado,

em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Edital.

Brunópolis/SC, 24 de abril de 2015.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 815/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 815/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar do cargo de provimento efetivo de Professor para ocupar cargo em comissão, a servidora IZABELA ALBANI, matrícula 486442, com fundamento no artigo 9º da Lei 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/04/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 810/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 810/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora ROSANI HEIL, matrícula 413100-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, com fundamento no caput do artigo 144, da LC 147/2009, licença-prêmio de 90 (noventa) dias, compreendido entre 01/04/2015 a 29/06/2015, referente ao período aquisitivo 08/03/2007 a 27/03/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 01/04/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de abril de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

CONVENIO Nº 04/2015

CONVENIO Nº 04/2015
CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE BRUSQUE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE BRUSQUE.

Pelo presente Convênio, de um lado MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa estabelecida na Praça das Bandeiras, nº 77, Brusque (SC), por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com CNPJ

11.188.015/0001-41, representado neste ato pela Secretária de Saúde, Sra. Ana Beatriz Baron Ludvig, doravante denominado CONCEDENTE, e a REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 81.285.819/0001-44, com sede na Rua João Archer, 32, bairro Jardim Maluche, Brusque - SC, neste ato representado por sua Presidente, Sra. Sônia Maria Rieg Fischer, brasileira, inscrita no CPF sob nº 691.517.419-20, Carteira de Identidade nº 2344.549 - SSP/SC, adiante designada simplesmente CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo de Convênio, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Brusque nº 3.644, 30/08/13, Lei do Orçamento nº 3.676/13, e Decreto nº 6209/2010, com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Convênio tem por objeto a transferência de recursos por parte do CONCEDENTE, a título de cooperação financeira destinados à execução do projeto de manutenção da entidade, e aquisição de materiais de expediente, ambulatorial e móveis.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se:

1. A efetuar o repasse financeiro destinado à execução do objeto do Convênio, restrito ao previsto no plano de trabalho, de acordo com a cláusula sexta deste instrumento;
2. Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos repassados, de acordo com o objeto e com o cronograma de desembolso constante do plano de trabalho apresentado pela CONVENIENTE;
3. A publicar no órgão de imprensa local o extrato do presente Convênio até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
4. A promover a suspensão da liberação das parcelas vincendas em caso de desvio de finalidade na aplicação do valor do Convênio por parte da CONVENIENTE, atrasos injustificados no cumprimento do plano de trabalho apresentado, no caso de práticas atentatórias aos princípios fundamentais que regem a Administração Pública e em se verificando o descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

A CONVENIENTE obriga-se a:

1. Prestar contas, com os documentos comprobatórios originais, no prazo: (a) 90 (noventa) dias em caso de primeira parcela ou de recebimento único; e, (b) 60 (sessenta) dias a partir do recebimento de cada parcela, à exceção da primeira;
2. Prestar contas da aplicação dos saldos remanescentes das parcelas anteriormente repassadas;
3. Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, de acordo com a finalidade pactuada, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, nem repassados a outras entidades de direito público ou privado, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;
4. Devolução de eventual saldo do valor do Convênio, inclusive dos rendimentos decorrentes de aplicação financeira, caso não utilizados no objeto previsto no plano de trabalho, na data da conclusão ou rescisão do presente Convênio ou ainda nos prazos previstos item 1 da cláusula quarta;
5. Ressarcir o CONCEDENTE os recursos recebidos por meio deste Convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização;
6. Manter conta corrente bancária, bem como declaração do gerente da agência em que constará o número dessa, a agência e a denominação do órgão ou entidade seguidos de seu CNPJ;
7. Aplicar recursos, enquanto não empregados na finalidade prevista no plano de trabalho, em: (a) caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de uso for igual ou superior a um mês; (b) em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, caso sua utilização estiver prevista para prazos menores;
8. Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista

e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamento de seguros em geral, eximindo o CONCEDENTE de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Convênio terá início em 26/03/2015 e seu término em 31/12/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

Para a execução do presente Convênio o CONCEDENTE repassará a importância mensal de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), segundo o cronograma de desembolso constante do plano de trabalho.

Parágrafo único. As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta de dotação orçamentária própria, a seguir especificada: 2501.2273.3350.439922/10200.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O repasse financeiro do presente Convênio será efetuado através de depósito ou transferência bancária para a conta corrente nº 51220-6, junto a agência nº 0401-4 do BANCO DO BRASIL de titularidade da CONVENIENTE.

O recebimento da parcela subsequente do Convênio ficará sobrestada até a apresentação da prestação de contas da parcela anterior pela CONVENIENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

O presente Convênio e o respectivo Plano de Trabalho somente poderão ser alterados por meio de termos aditivos com as devidas justificativas, diante de proposta a ser apresentada e protocolizada antes de expirado o seu prazo de vigência e desde que aceita pelo ordenador de despesas.

É vedado aditar o presente Convênio e o respectivo Plano de Trabalho com o intuito de modificação do objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da dotação orçamentária.

Qualquer alteração no Convênio ou Plano de Trabalho sujeita-se as mesmas regras do presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O CONCEDENTE e a CONVENIENTE poderão propor a rescisão do presente Convênio, se comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável, ou por mútuo consenso das partes.

O CONCEDENTE poderá rescindir o presente instrumento unilateralmente, através de processo de tomada de contas especial, nos seguintes casos:

1. Se verificada a utilização dos recursos disponibilizados em desacordo com o objeto do Convênio e respectivo plano de trabalho;
2. Na falta de apresentação da prestação de contas dentro dos prazos estabelecidos neste instrumento;
3. Por motivo de conveniência e oportunidade.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Brusque, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio.

E, por assim estarem acordos, assinam as partes o presente Convênio, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Brusque/SC, 27 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

CONCEDENTE
FUNDO MUNIC. DE SAÚDE
ANA BEATRIZ BARON LUDVIG
Secretária de Saúde

CONVENIENTE

REDE FEMIN. DE COMBATE AO CÂNCER BRUSQUE

Sonia Maria Rieg Fischer
Presidente

CONVENIO Nº 05/2015

CONVENIO Nº 05/2015

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BRUSQUE - APAE.

Pelo presente Convênio, de um lado MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 83.102.343/0001-94, com sede administrativa estabelecida na Praça das Bandeiras, nº 77, Brusque (SC), por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, representado neste ato pelo Prefeito interino Roberto Pedro Prudêncio Neto, doravante denominado CONCEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BRUSQUE - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 76.852.615/0001-08, com sede na Avenida Augusto Bauer, 350, bairro Jardim Maluche, Brusque - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Sebastião Ernani Póia, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 216.692.449-20, RG 391462/SSP, adiante designada simplesmente CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo de Convênio, nos termos da Lei Orgânica do Município, Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Brusque nº 3.644, 30/08/13, Lei do Orçamento nº 3.676/13, e Decreto nº 6209/2010, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Convênio tem por objeto a transferência de recursos por parte do CONCEDENTE, a título de cooperação financeira destinados à aquisição de materiais e manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se:

1. A efetuar o repasse financeiro destinado à execução do objeto do Convênio, restrito ao previsto no plano de trabalho, de acordo com a cláusula sexta deste instrumento;
2. Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos repassados, de acordo com o objeto e com o cronograma de desembolso constante do plano de trabalho apresentado pela CONVENIENTE;
3. A publicar no órgão de imprensa oficial do Município extrato do presente Convênio até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
4. A promover a suspensão da liberação das parcelas vincendas em caso de desvio de finalidade na aplicação do valor do Convênio por parte da CONVENIENTE, atrasos injustificados no cumprimento do plano de trabalho apresentado, no caso de práticas atentatórias aos princípios fundamentais que regem a Administração Pública e em se verificando o descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste convênio;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

A CONVENIENTE obriga-se a:

1. Prestar contas, com os documentos comprobatórios originais, no prazo: (a) 90 (noventa) dias em caso de primeira parcela ou de recebimento único; e, (b) 60 (sessenta) dias a partir do recebimento de cada parcela, à exceção da primeira;
2. Prestar contas da aplicação dos saldos remanescentes das parcelas anteriormente repassadas;
3. Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, de acordo com a finalidade pactuada, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, nem repassados a outras entidades de direito público ou privado, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

4. Devolução de eventual saldo do valor do Convênio, inclusive dos rendimentos decorrentes de aplicação financeira, caso não utilizados no objeto previsto no plano de trabalho, na data da conclusão ou rescisão do presente Convênio ou ainda nos prazos previstos item 1 desta cláusula quarta;

5. Ressarcir o CONCEDENTE os recursos recebidos por meio deste Convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização;

6. Manter conta corrente bancária, bem como declaração do gerente da agência em que constará o número dessa, a agência e a denominação do órgão ou entidade seguidos de seu CNPJ;

7. Aplicar recursos, enquanto não empregados na finalidade prevista no plano de trabalho, em: (a) caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de uso for igual ou superior a um mês; (b) em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, caso sua utilização estiver prevista para prazos menores;

8. Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamento de seguros em geral, eximindo o CONCEDENTE de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será de 09 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

Para a execução do presente Convênio o CONCEDENTE repassará a importância global de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) a ser pago em 09 (parcelas) parcelas, segundo o cronograma de desembolso constante do plano de trabalho.

Parágrafo único. As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 30.001-08.244.0255.2328-3.3.50 - vínculo 10000.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O repasse financeiro do presente Convênio será efetuado por meio de depósito ou transferência bancária para a conta corrente de titularidade da CONVENIENTE, agência 0401-4, c/c 56577-6, banco CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme consta no Plano de Trabalho.

O recebimento da parcela subsequente do Convênio ficará sobrestada até a apresentação da prestação de contas da parcela anterior pela CONVENIENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

O presente Convênio e o respectivo Plano de Trabalho somente poderão ser alterados por meio de termos aditivos com as devidas justificativas, diante de proposta a ser apresentada e protocolizada antes de expirado o seu prazo de vigência e desde que aceita pelo ordenador de despesas.

É vedado aditar o presente Convênio e o respectivo Plano de Trabalho com o intuito de modificação do objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da dotação orçamentária.

Qualquer alteração no Convênio ou Plano de Trabalho sujeita-se as mesmas regras do presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O CONCEDENTE e a CONVENIENTE poderão propor a rescisão do presente Convênio, se comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável, ou por mútuo consenso das partes.

O CONCEDENTE poderá rescindir o presente instrumento unilateralmente, através de processo de tomada de contas especial, nos seguintes casos:

1. Se verificada a utilização dos recursos disponibilizados em desacordo com o objeto do Convênio e respectivo plano de trabalho;
2. Na falta de apresentação da prestação de contas dentro dos

- prazos estabelecidos neste instrumento;
3. Por motivo de conveniência e oportunidade;

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Brusque, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio.

E, por assim estarem acordes, assinam as partes o presente Convênio, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Brusque/SC, 01 de abril de 2015.

CONCEDENTE

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

Roberto Pedro Prudêncio Neto

CONVENIENTE

ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Sebastião Ernani Póia

Prefeito Interino Presidente

PORTARIA Nº 811/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 811/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora PATRÍCIA SOARES VENZON, matrícula 443743-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, com fundamento no caput do artigo 144, da LC 147/2009, licença-prêmio de 90 (noventa) dias, compreendido entre 01/04/2015 a 29/06/2015, referente ao período aquisitivo 08/02/2010 a 07/02/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 01/04/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de abril de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 835/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 835/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria 2495/2014, que cedeu o servidor público JULIANO LEONEL DE SOUZA VINOTTI, matrícula 895024, para o SAMAE, ficando a disposição da Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revoga a portaria 2495/2014, com efeitos a contar de 06/04/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de abril de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 838/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 838/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a portaria de nomeação para cargo em comissão nº 276/2012, do servidor SERGIO LUIZ GAMBA, matrícula 680818, ocupante do cargo de provimento efetivo de agente administrativo, para retornar ao seu cargo de origem.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06/04/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de abril de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

CONVENIO Nº 06/2015

CONVENIO Nº 06/2015

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR MEIO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E A CHARLOTTE ASSOCIAÇÃO DE ATIVIDADES PSICOFÍSICAS

Pelo presente Convênio, de um lado MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 83.102.343/0001-94, com sede administrativa estabelecida na Praça das Bandeiras, nº 77, Brusque (SC), por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, representado neste ato pelo Prefeito interino Roberto Pedro Prudêncio Neto, doravante denominado CONCEDENTE, e a CHARLOTTE ASSOCIAÇÃO DE ATIVIDADES PSICOFÍSICAS, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 81.286.114/0001-41, com sede na rua Carlos Graf, 50, bairro Jardim Maluche, Brusque/SC, neste ato representado pela sua Presidente, Susana Erthal Fischer, inscrita no C.P.F. Nº 805.829.829-87, RG 1.926.872/SSP-SC, doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Termo de Convênio, nos termos da Lei Orgânica do Município, Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Brusque nº 3644, 30/08/13, Lei do Orçamento nº 3.676/13, e Decreto nº 6209/2010, com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Convênio tem por objeto a transferência de recursos por parte da CONCEDENTE, a título de cooperação financeira destinados à manutenção da entidade CONVENENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

A CONCEDENTE obriga-se:

1. efetuar o repasse financeiro destinado à execução do objeto do Convênio, restrito ao previsto no plano de trabalho, de acordo com a cláusula quinta deste instrumento;
2. acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos repassados, de acordo com o objeto e com o cronograma de desembolso constante do plano de trabalho apresentado pela CONVENENTE;
3. publicar no órgão de imprensa oficial do município o extrato do

presente convênio até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

4. promover a suspensão da liberação das parcelas vincendas em caso de desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio por parte do CONVENENTE, atrasos injustificados no cumprimento do plano de trabalho apresentado, no caso de práticas atentatórias aos princípios fundamentais que regem a Administração Pública e em se verificando o descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE

A CONVENENTE obriga-se a:

1. prestar contas, com os documentos comprobatórios originais, no prazo de até: (a) 90 (noventa) dias em caso de primeira parcela ou de recebimento único; e, (b) 60 (sessenta) dias a partir do recebimento de cada parcela, à exceção da primeira;
2. prestar contas da aplicação dos saldos remanescentes das parcelas anteriormente repassadas;
3. responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, de acordo com a finalidade pactuada, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, nem repassados a outras entidades de direito público ou privado, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;
4. devolução de eventual saldo do valor do convênio, inclusive dos rendimentos decorrentes de aplicação financeira, caso não utilizados no objeto previsto no plano de trabalho, na data da conclusão ou rescisão do presente Convênio ou ainda nos prazos previstos item 1 desta cláusula terceira;
5. ressarcir a CONCEDENTE os recursos recebidos por meio deste convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização;
6. manter conta corrente bancária, bem como declaração do gerente da agência em que constará o número dessa, a agência e a denominação do órgão ou entidade seguidos de seu CNPJ;
7. aplicar recursos, enquanto não empregados na finalidade prevista no plano de trabalho, em: (a) caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de uso for igual ou superior a um mês; (b) em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, caso sua utilização estiver prevista para prazos menores;
8. responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamento de seguros em geral, eximindo a CONCEDENTE de quaisquer ônus e reivindicações perante terceiros, em juízo ou fora dele.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será de 09(nove) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

Para a execução do presente Convênio a CONCEDENTE repassará a importância global de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), a ser pago segundo o cronograma de desembolso constante do plano de trabalho.

Parágrafo único. As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 30.001.08.244.0255.2328.3.3.50- vínculo 10000.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O repasse financeiro do presente Convênio será efetuado por meio de depósito ou transferência bancária para a conta corrente nº 15.992-9, junto a agência nº 1414 do BANCO ITAU de titularidade da CONVENENTE.

O recebimento da parcela subsequente do Convênio ficará sobrestada até a apresentação da prestação de contas da parcela anterior pela CONVENENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

O presente Convênio e o respectivo Plano de Trabalho somente poderão ser alterados por meio de termos aditivos com as devidas justificativas, diante de proposta a ser apresentada e protocolizada

antes de expirado o seu prazo de vigência e desde que aceite pelo ordenador de despesas.

É vedado aditar o presente Convênio e o respectivo Plano de Trabalho com o intuito de modificação do objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da dotação orçamentária.

Qualquer alteração no Convênio ou Plano de Trabalho sujeita-se as mesmas regras do presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A CONCEDENTE e a CONVENIENTE poderão propor a rescisão do presente Convênio, se comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável, ou por mútuo consenso das partes.

A CONCEDENTE poderá rescindir o presente instrumento unilateralmente, através de processo de tomada de contas especial, nos seguintes casos:

1. Se verificada a utilização dos recursos disponibilizados em desacordo com o objeto do Convênio e respectivo plano de trabalho;
2. Na falta de apresentação da prestação de contas dentro dos prazos estabelecidos neste instrumento;
3. Por motivo de conveniência e oportunidade.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Brusque, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio.

E, por assim estarem acordes, assinam as partes o presente Convênio, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Brusque/SC, 01 de abril de 2015.

CONCEDENTE

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

Roberto Pedro Prudêncio Neto

Prefeito Interino

CONVENIENTE

CHARLOTTE ASSOC. DE ATIVIDADES PSICOF.

Susana Erthal Fischer

Presidente

EXTRATO CONTRATO Nº 050/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 050/2015

Espécie: Contrato nº 050/2015, entre o Município de Brusque e a empresa Deltractor Comercio e Importadora de Peças e Equipamentos Para Tratores Ltda, em 22/04/2015. Objeto: Aquisição de conchas para escavadeira. Valor: R\$ 31.800,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 018/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Jaison Homero de Oliveira Knoblauch e Ricardo André Muller.

EXTRATO CONTRATO Nº 051/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 051/2015

Espécie: Contrato nº 051/2015, entre o Município de Brusque e a empresa TPA Telecomunicações Ltda EPP, em 22/04/2015. Objeto: Prestação de serviços de telecomunicações, com o fornecimento de link's dedicados de internet via fibra óptica. Valor: R\$ 590.000,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 003/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Cristiano Bittencourt e Richard Marques de Cordova.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 023/2015, em 22/04/2015. Objeto: Aquisição de pneus para rolo compactador. Valor: R\$ 19.940,00. Origem: Pregão nº 016/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Jaison Homero de Oliveira Knoblauch.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 024/2015, em 22/04/2015. Objeto: aquisição de piso laminado, rodapé, manta acrílica e perfis, com instalação. Valor: R\$ 491.670,00. Origem: Pregão nº 008/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Cristiano Bittencourt.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 025/2015, em 22/04/2015. Objeto: Aquisição e instalação de cortinas (tipo persianas). Valor: R\$ 199.999,50. Origem: Pregão nº 007/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Cristiano Bittencourt.

EXTRATO DO CONTRATO 058/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 058/2015

ESPÉCIE: serv. atualização do software de emissão de contas do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 009/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.1.17.512.301.2291.3390399900.20000; VIGÊNCIA: até a data limite de 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 27 de abril de 2015; VALOR: R\$ 42.188,00 (Quarenta e Dois Mil e Cento e Oitenta e Oito Reais). CONTRATADA: Lautert Desenvolvimento de Sistemas Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 27 de abril de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

PORTARIA Nº 1.016/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1.016/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013, e com fundamento no artigo 212, §1º da LC 147/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o afastamento preventivo das atribuições do cargo concedido pela Portaria nº 494/2015, o servidor Éberton Gonçalves de Saibro Júnior, matrícula 812986, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de abril de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 31, DE 22 DE ABRIL DE 2015 LEGISLATIVO

Portaria Nº 31, de 22 de abril de 2015.

Dispõe sobre as regras de conduta dos participantes e expectadores durante o transcorrer das eleições indiretas do dia 30/04/2015 e fixa outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, Vereador Jean Daniel dos Santos Pirola, no uso das atribuições legais e regimentais e,

CONSIDERANDO a realização de eleições indiretas no município de Brusque no dia 30/04/2015 de competência desta Casa Legislativa;

CONSIDERANDO que o procedimento eleitoral é de responsabilidade da Mesa Diretora e da Comissão eleitoral designada pela Portaria nº 27 de 01/04/2015, com observância da Resolução Administrativa nº 02/2015, suas alterações e demais legislações aplicáveis à espécie;

CONSIDERANDO o espaço limitado do auditório onde serão realizadas as eleições, bem como a expectativa de grande público com intuito de acompanhar o evento;

CONSIDERANDO a necessidade desta Casa garantir a ordem e a segurança de todos os envolvidos no pleito eleitoral bem como proporcionar um ambiente adequado para o desenvolvimento dos trabalhos;

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido que a entrada ao recinto onde transcorrerão as eleições será permitida apenas aos servidores da Câmara de Vereadores, aos Vereadores e aos Candidatos, sem a necessidade de credenciamento.

Art. 2º Poderão acessar o recinto, desde que previamente credenciadas, as seguintes instituições/pessoas e nas determinadas quantidades:

CHAPA 01 - 30 credenciais
CHAPA 02 - 30 credenciais
IMPrensa - 14 credenciais
AUTORIDADES - 12 credenciais
CONVIDADOS -14 credenciais

§ 1º Com exceção das credenciais destinadas às autoridades e aos convidados, todos os demais acima mencionados que quiserem acompanhar a Sessão da eleição dentro do recinto, deverão, a partir do dia 24/04, retirar suas credenciais na Secretaria da Câmara, em seu horário normal de funcionamento.

§ 2º Para o credenciamento, deverá o requisitante apresentar um documento de identificação e, no caso de representante de Chapa, documento que identifique-o como autorizado a retirar as credenciais.

§ 3º A credencial é de uso pessoal e intransferível.

Art. 3º Todas as pessoas que não conseguirem efetuar o

credenciamento para assistir à eleição na Câmara poderão acompanhar ao vivo todo o processo através de telão que será instalado na Praça Sesquicentenário, ou ainda, acompanhar através da internet no site da Câmara Municipal de Brusque.

Art. 4º Aos devidamente credenciados será permitida a entrada no recinto da Câmara no dia 30/04/2015, das 13:00 às 13:50 horas.

Parágrafo único. Após esse horário, não mais será permitida a entrada no recinto, ainda que de posse da credencial.

Art. 5º Não será permitida a entrada de qualquer pessoa portando bandeira, faixa, cartazes, vestimenta ou qualquer outro meio em que fique caracterizado o apoio ou publicidade a candidato, chapa ou partido político.

Art. 6º Não será permitido qualquer tipo de manifestação, de apoio ou contra qualquer candidato, bem como vaias ou qualquer ato, do início ao fim da Sessão.

Art. 7º É vedado o ingresso de pessoa portando objetos que representem potencial ameaça à integridade física ou moral da instituição, dos candidatos ou de terceiros, tais como objetos contundentes, perfurantes ou cortantes, bem como de substâncias que apresentem risco potencial a pessoas ou bens, como artefatos explosivos ou substâncias químicas, armas de quaisquer espécies, exceto em se tratando de pessoas legalmente autorizadas.

Parágrafo único. No caso de descumprimento do disposto nos artigos 5º ao 7º, o cidadão será imediatamente retirado do recinto não mais podendo nele adentrar.

Art. 8º Qualquer dúvida ou esclarecimento adicional deverá ser feito diretamente à Comissão Eleitoral, nomeada pela Portaria nº 27 de 01/04/2015, nas dependências da Câmara em seu horário normal de funcionamento, ou através do plantão, nos termos do parágrafo 4º do artigo 1º do Anexo Único (Edital nº 01/2015) da Resolução Administrativa nº 02/2015.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 22 de abril de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba
Diretor Geral

PORTARIA Nº 813/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 813/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria de disponibilidade para o Ministério do Trabalho nº 6.641/2009, do servidor MARCOS BERNHARDT, matrícula 3026, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 814/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 814/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar do cargo de provimento efetivo de Professor para ocupar cargo em comissão, a servidora JAQUELINE PEIRÃO DOS SANTOS, matrícula 19135, com fundamento no artigo 9º da Lei 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 09/04/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 819/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 819/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar do cargo de provimento efetivo de Assistente de Administração para ocupar cargo em comissão, o servidor MARCOS BERNHARDT, matrícula 3026, com fundamento no artigo 9º da Lei 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 836/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 836/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013; Considerando que os servidores possuem a mesma categoria funcional, o mesmo regime de trabalho e a mesma habilitação

profissional; e Considerando o interesse e o consenso dos servidores em realizar a remoção por permuta;

RESOLVE:

Art. 1º - Remover por permuta, com fundamento no artigo 54 da LC 147/2009, os servidores públicos efetivos no cargo de cirurgião dentista LUCAS GUILHERME RAUBER, matrícula 737720, passando a exercer as atribuições do cargo na Unidade Básica de Saúde Santa Terezinha, e CARINA MARIA LYRA STENGRABER, matrícula 864790, passando a exercer as atribuições do cargo na Unidade Básica de Saúde Azambuja/1º de Maio.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 06/04/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de abril de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 864/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 864/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a portaria de nomeação para cargo em comissão nº 147/2011, da servidora ANA LUCIA RODRIGUES MARQUES, matrícula 444324, ocupante do cargo de provimento efetivo de coordenadora pedagógica, para retornar ao seu cargo de origem.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de abril de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 888/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 888/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a portaria de nomeação para cargo em comissão nº 9357/2014, da servidora ALINE DJULEI MONGUILHOTT MACHADO, matrícula 447323, ocupante do cargo de provimento efetivo de professora, para retornar ao seu cargo de origem.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 09/04/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de abril de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 926/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 926/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013; Considerando o convênio firmado entre o Poder Judiciário de Santa Catarina e o Poder Executivo municipal, que tem como finalidade a cessão de servidores municipais para desempenhar suas funções no âmbito da Vara da Fazenda Pública e dos Registros Públicos; Considerando que dois dos servidores cedidos não fazem mais parte deste quadro, um tomou posse em outro concurso público e outro está afastado do cargo público; Considerando a necessidade de profissionais da área administrativa para dar continuidade ao bom andamento das ações do executivo fiscal, onde o município é parte interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder, com fundamento no inciso I, do artigo 22, Lei 147/2009, a servidora ocupante de cargo efetivo de agente administrativo, BRUNA HEIL, matrícula nº 679569-1, da Secretaria de Saúde para exercer as atribuições do seu cargo na Vara da Fazenda Pública e dos Registros Públicos do Fórum de Brusque.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15/04/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de abril de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 940/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 940/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Remover a servidora SUZANA MÁRCIA MACHADO MAFRA, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada no Corpo de Bombeiros de Brusque para o IBPLAN.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revoga a portaria 2282/2014, com efeitos a contar de 15/04/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de abril de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 941/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 941/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a portaria de nomeação para cargo em comissão nº 126/2010, da servidora MARILENE CARRANO BARROS MELARA, matrícula 385646, ocupante do cargo de provimento efetivo de coordenadora pedagógica, para retornar ao seu cargo de origem.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15/04/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de abril de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 942/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 942/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria de nomeação para cargo em comissão nº 813/2013, do servidor SIDNEI PAVESI, matrícula 444316, ocupante do cargo de provimento efetivo de agente de serviços especiais, para retornar ao seu cargo de origem.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15/04/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de abril de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 956/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 956/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013; Considerando a aprovação e nomeação de cargo em outro concurso público de servidor lotado nesta Secretaria de Orçamento e Gestão; Considerando a cessão de servidores para outros órgãos por meio de convênios firmados; Considerando a necessidade de agentes administrativos na diretoria de Recursos Humanos;

RESOLVE:

Art. 1º - Remover, a pedido, a servidora ocupante de cargo de

provimento efetivo de agente administrativo, SANDRA REGINA SCHMIDT VIEIRA FERREIRA, com fundamento no artigo 49, Lei 147/2009, da Secretaria de Educação para a Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de abril de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 957/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 957/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora JANINE ORTHMANN PULZATO SILVA, matrícula 444111-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com fundamento no caput do artigo 144, da LC 147/2009, licença-prêmio de 90 (noventa) dias, compreendido entre 02/05/2015 a 30/07/2015, referente ao período aquisitivo 01/02/2007 a 31/01/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 02/05/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de abril de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 958/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 958/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor OVÍDIO CARLOS CAVIQUIONI, matrícula 5460-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, com fundamento no caput do artigo 144, da LC 147/2009, licença-prêmio de 90 (noventa) dias, compreendido entre 04/05/2015 a 01/08/2015, devendo retornar ao trabalho dia 03/08/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 04/05/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de abril de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 964/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 964/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 318/2013, que cedeu a servidora LIZANDRA GABRIELLE MELIM, matrícula 1007971, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, para o IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, ficando a disposição da Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revoga a portaria 318/2013, com efeitos a contar de 01/04/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de abril de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015 - IPPUC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015 - IPPUC

O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015, Objeto - Contratação de Empresa para Elaboração Aplicação e Julgamento de Concurso Público. Empresa - IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Publica, CNPJ - 33.645.482/0001-96, Com sede em Rio de Janeiro - RJ, pelo valor total de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), pelo período de 70(setenta) dias, nos termos do artigo 24 inciso XIII, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador, 27 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2015 - PREFEITURA

O Município de Caçador/SC torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2015, Objeto - Contratação para Prestação de Serviço de Tecnologia da Informação para fins de Gestão de Tramite de Abertura, Alteração e Baixa de Empresas, Mediante Registro Mercantil (REGIN) do CONSORCIO DE INF. NA GESTÃO PUBLICA MUNICIPAL, CNPJ - 09.427.503/0001-12, Com sede em Florianopolis - SC, pelo valor total de R\$ 14.580,00 (Quatorze mil quinhentos e oitenta reais), pelo período de 12(doze) meses, nos termos do artigo 24 inciso XXVI, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador, 22 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.379

DECRETO Nº 6.379, de 24 de abril de 2015.

Suplementa e anula dotação orçamentária no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 48.300,39 (quarenta e oito mil, trezentos reais e trinta e nove centavos):

05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

4.4.90.00.0063 - Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

3.3.90.00.0353 - Aplicações Diretas R\$ 25.300,39

TOTAL R\$ 48.300,39

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 48.300,39 (quarenta e oito mil, trezentos reais e trinta e nove centavos):

05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.3.90.00.0063 - Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

4.4.90.00.0353 - Aplicações Diretas R\$ 25.300,39

TOTAL R\$ 48.300,39

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

ERRATA - PROC. DE LICITAÇÃO Nº 37-2015 – PR – 21-2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

ERRATA - PROC. DE LICITAÇÃO Nº 37-2015 - PR - 21-2015 - PREFEITURA

EDITAL: Processo Licitatório nº 37/2015 - Pregão Presencial nº 21/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PATRULA AGRÍCOLA CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 811132/2014 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), DESTINADOS A SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR.

1. Onde consta: no Anexo II o valor de referência unitário R\$ 308.285,00 (trezentos e oito mil e duzentos e oitenta e cinco reais), passa a ser: 306.000,00 (trezentos e seis mil reais)

2. Onde consta: no Anexo II o valor de referência total R\$ 616.570,00 (seiscentos e dezesseis mil e quinhentos e setenta reais), passa a ser: 612.000,00 (seiscentos e doze mil reais)

A abertura passa ser para o dia 14 de maio de 2015 às 17:10 horas.

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: licitacao@cacador.sc.gov.br, telefone: (049) 3666.2431 ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 27 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito do Município de Caçador

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 46-2015 – PR – 29-2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 46-2015 - PR - 29-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA(HARDWARE E SOFTWARE), SERVIDOR E DADOS DE INTERNE PARA A POLICIA MILITAR DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 13/05/2015 as 14h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES: 13/05/2015 as 14h10min

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 24 de abril de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETO
PREFEITO MUNICIPAL

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 32-2015 – PR – 16-2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 32-2015 - PR - 16-2015 - PREFEITURA

Revoga-se o Processo de Licitação nº 32/2015 na Modalidade de Pregão Presencial nº 16/2015 - OBJETO; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE ESCADARIA E CALÇADA ENTRE A RUA JOSÉ GIOPPO E RUA CARAGUATÁ NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC, com julgamento previsto para o dia 16/04/2015 as 16h00min; Tendo em vista a ausência de proponentes interessados, caracterizando-se uma LICITAÇÃO DESERTA, Maiores Informações poderão ser obtidas pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 27 de abril de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETO
PREFEITO MUNICIPAL

REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO 01-2015 - PR - 01-2015 - FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PR - 01-2015 - FUNDEMA

REVOGA-SE O PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2015 - FUNDEMA, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE HIDROMETROS COM KIT CAVALETE E CAIXA DE PROTEÇÃO PARA LIGAÇÕES DOMICILIARES DE AGUA NO LOTEAMENTO MONGE JOÃO MARIA E OUTROS, COM ABERTURA NO DIA 26/03/2015 AS 14h10min, TENDO EM VISTA A DESCLASSIFICAÇÃO DA ÚNICA EMPRESA PARTICIPANTE, POIS NÃO CUMPRIU COM A EXIGÊNCIA DO EDITAL, QUANTO A HABILITAÇÃO. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 27 de abril de 2015.
Luiz Gustavo Pavelski
Presidente FUNDEMA

Camboriú**PREFEITURA****PR 013/2015 - FUNDESB**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2015-FMAS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARTUCHO DE TINTA E TONER, PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 12 (Doze) de Maio de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 27 de Abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre**PREFEITURA****CONVENIO Nº 249/2015**

CONVENIO Nº 249/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - AGESAN E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - AGESAN, autarquia especial, criada pela Lei Complementar nº 484, de 04 de janeiro de 2010, entidade pública com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.735.720/0001-11, com sede na Rua Anita Garibaldi, n.º 79, Ed. Centro Executivo Miguel Daux, sala 1103, Centro, Florianópolis, SC, CEP: 88.010-500, doravante denominada simplesmente AGESAN, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sérgio José Grando, brasileiro, casado, professor, portador do CPF 216.064.559-15 e do RG SSP/SC 140.215, residente e domiciliado na Rua Acadêmico Reinaldo Consoni, nº 557, Bairro Santa Mônica, Florianópolis, SC, CEP: 88.037-100, nomeado pelo ato nº 495 de 17 março de 2010, publicado no Diário Oficial nº 18.810, de 18 de março de 2010, e o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede na Rua Coronel Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre, SC, CEP: 89294-000, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representada pelo Prefeito em Exercício, Sebastião Vendelino Kons, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF Nº 486.479.009-44 e do RG 1.572.736, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO observando as determinações constantes nos preceitos legais estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.445/2007, Lei Federal nº 12.305/2010, Lei Complementar Estadual nº 484/2010, Decreto Federal nº 7.217/10, Lei Municipal nº 4.201 de 05 de Novembro de 2014 e outras normas legais regulamentares aplicáveis, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Para os efeitos deste Convênio de Cooperação, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

I - abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

II - esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Convênio tem por objeto a delegação, pelo Município à AGESAN, das questões afetas a regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico municipal.

Especificamente com o objeto referente aos incisos I - abastecimento de água potável e II - esgotamento sanitário, Parágrafo Único, Art. 1º, da Resolução da AGESAN nº 015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS OBJETIVOS GERAIS

I - assegurar a prestação de serviços adequados, assim entendidos aqueles que satisfazem as condições de regularidade,

continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade nas suas tarifas;

II - garantir a harmonia entre os interesses dos munícipes usuários, do MUNICÍPIO e da prestadora do serviço público de saneamento básico, podendo ser ela concessionária, permissionária ou autorizada;

III - zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do sistema de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES

DA AGESAN

I - supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades decorrentes do cumprimento da legislação específica relativa ao saneamento básico;

II - fiscalizar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, incluídos os aspectos contábeis e financeiros e os relativos ao desempenho técnico-operacional;

III - expedir regulamentos de ordem técnica e econômica, visando ao estabelecimento de padrões de qualidade para:

- a) prestação dos serviços;
- b) otimização dos custos;
- c) segurança das instalações; e
- d) atendimento aos usuários.

IV - estabelecer o regime tarifário, de forma a garantir a modicidade das tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços;

V - analisar os custos e o desempenho econômico-financeiro da prestação dos serviços;

VI - aplicar sanções e penalidades ao prestador do serviço, quando, sem motivo justificado houver descumprimento das diretrizes técnicas e econômicas expedidas pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

VII - disponibilizar os serviços de Ouvidoria.

DO MUNICÍPIO

I - supervisionar, acompanhar e apoiar as atividades do presente Convênio, diligenciando para que seus objetivos sejam alcançados;

II - fornecer à AGESAN todos os documentos, informações e dados necessários à regulação e fiscalização nos prazos estipulados;

III - encaminhar à AGESAN, periodicamente, relatórios de acompanhamento das obras e serviços objeto do presente Convênio;

IV - indicar um funcionário como representante/responsável do município referente aos serviços de saneamento básico;

V - dar ciência da celebração do presente Convênio a(s) prestadora(s) de serviço de saneamento básico do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

I - Os recursos necessários à execução dos serviços de regulação

e fiscalização da AGESAN, serão advindos da Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Saneamento Básico, de acordo com valor do benefício econômico anual auferido pelo concessionário, permissionário ou autorizado dos serviços públicos municipais de saneamento básico, repassados até o 30º dia do mês subsequente, a ser cobrados conforme Resolução Agesan nº 015/2011.

Taxa de fiscalização de Água e Esgotamento Sanitário

- TFAE = valor de 0.9% do Benefício Econômico Auferido. Conforme determina o § 1º, do Art.2º, da Resolução AGESAN 015/2011.

II - Para determinação do valor do benefício econômico a que se refere, considerar-se-á a tarifa fixada no respectivo contrato de concessão ou no ato de outorga de concessão e seus ajustes e revisões;

III - São sujeitos passivos da taxa as entidades públicas ou privadas que prestem serviços públicos de saneamento básico, podendo ser ela concessionária, permissionária ou autorizada;

IV - A taxa não recolhida no prazo fixado pela AGESAN será cobrada com acréscimos de acordo com a legislação vigente.

V - Os recursos serão depositados na conta n.º 900.400-9, na agência n.º 3582-3, do Banco do Brasil, identificada com o nome da AGESAN, por meio de Documento de Arrecadação Es-tadual - DARE.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio tem vigência a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, pelo prazo de 05 (cinco) anos, admitida sua prorrogação por meio de termos aditivos.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

O presente Convênio poderá ser alterado com as devidas justificativas, de comum acordo entre os partícipes, por meio de termos aditivos, devendo o respectivo pedido ser apresentado no prazo mínimo de 90 (noventa) dias antes do seu término.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

As partes podem rescindir o presente Convênio, a qualquer tempo, mediante aviso prévio por escrito de no mínimo 90 (noventa) dias, pela superveniência de disposição legal que torne este termo inexecutável ou impraticável ou por decisão judicial respeitando as obrigações assumidas com terceiros e saldadas os compromissos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

As dúvidas, controvérsias ou casos omissos oriundos na execução deste Convênio serão dirimidas pelas partes, respeitando a legislação pertinente.

CLÁUSULA NONA - DAS TESTEMUNHAS

Assinam como testemunhas:

Içuriti Pereira da Silva, brasileiro, funcionário público estadual, CPF nº 096.399.509-04, RG nº 263.299, residente e domiciliado na Av. Rubens Arruda Ramos, nº 1650, apto 907, Ed. Century Plaza, Centro, Florianópolis, SC.

Silvio César dos Santos Rosa, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 295.851.129.49, RG nº 532.559-5, residente e domiciliado na Rua Almirante Lamego, 830, Apto 210 - Bloco B, Centro, Florianópolis, SC - CEP 88015-600.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

É indispensável, para sua eficácia, a publicação do extrato deste Convênio ou de seus aditamentos no Diário Oficial do Estado, pela AGESAN, no prazo de 15 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas da execução do presente instrumento, porventura não solucionadas administrativamente.

Por estarem assim plenamente de acordo, as partes conveniadas, por seus representantes legais, obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento do presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinados pelos partícipes e pelas testemunhas, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Florianópolis/SC, 23 de Abril de 2015.

Sérgio José Grando

Diretor-Geral da AGESAN

Sebastião Vendelino Kons

Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre

TESTEMUNHAS:

1.
IÇURITI PEREIRA DA SILVA

2.
SILVIO CESAR DOS SANTOS ROSA

CONVOCAÇÃO Nº 032/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015
CONVOCAÇÃO Nº 032/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. JAIME RIBEIRO FREITAS, inscrito no CPF/MF sob nº 071.236.769-12, aprovado em 02º lugar no Concurso Público nº 001/2015, para o cargo público e na função de MÉDICO II, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h do dia 16 de Abril de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 16 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO Nº 033/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015
CONVOCAÇÃO Nº 033/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF sob nº 206.634.390-00, aprovado em 3º lugar no Concurso Público nº 001/2015, para o cargo público e na função de MÉDICO II, para

assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h do dia 29 de Abril de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 24 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO Nº 034/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015
CONVOCAÇÃO Nº 034/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. JANINE LOUISE DA SILVA MASO, inscrita no CPF/MF sob nº 037.803.439-16, aprovado em 4º lugar no Concurso Público nº 001/2015, para o cargo público e na função de MÉDICO II, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h do dia 27 de abril de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 22 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO Nº 035/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015
CONVOCAÇÃO Nº 035/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. CHRISTINA DE MEDEIROS, inscrito no CPF/MF sob nº 065.039.489-56, aprovado em 3º lugar no Concurso Público nº 001/2015, para o cargo público e na função de MÉDICO IV, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h do dia 06 de Maio de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 30 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO Nº 036/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015
CONVOCAÇÃO Nº 036/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. RODRIGO ELLER, inscrito no CPF/MF sob nº 066.136.649-95, aprovado em 4º lugar no Concurso Público nº 001/2015, para o cargo público e na função de MÉDICO IV, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h

do dia 27 de Abril de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 22 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO Nº 037/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015
CONVOCAÇÃO Nº 037/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. RICARDO GOMES MARTINS, inscrito no CPF/MF sob nº 044.987.536-90, aprovado em 2º lugar no Concurso Público nº 001/2015, para o cargo público e na função de MÉDICO I, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h do dia 30 de Abril de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 27 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CONVÊNIO Nº 17/2015

CONVÊNIO Nº 17/2015.
CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BATEIAS DE CIMA.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENENTE: "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BATEIAS DE CIMA", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.027.967/0001-43, com sede na Estrada Principal, snº, na localidade de Bateias de Cima, Município de Campo Alegre/SC, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. GERALDO BINECK, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 247.745.109-04. Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.273 de 17 de Março de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

Cláusula Primeira - OBJETO

O objeto de presente Convênio para a Manutenção das Atividades da Associação, apoiando seu desenvolvimento e bem estar da comunidade conforme disposto em seu Estatuto da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BATEIAS DE CIMA, situada na Localidade de Bateias de Cima, Município de Campo Alegre/SC.

Cláusula Segunda - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao

Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do Controle Interno do Conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.273 de 17 de Março de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.273 de 17 de Março de 2015.

Cláusula Terceira - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição de até R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais), parcela única no mês de Março do corrente ano.

Cláusula Quarta - PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste

Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

Cláusula Quinta - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 02.01.04122.0003.2.009-335041.00 - CONTRIBUIÇÕES - GABINETE DO PREFEITO.

Cláusula SEXTA - FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

Cláusula NONA - FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 25 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

geraldo bineck

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BATEIAS DE CIMA

TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

CPF/MF: 005.522.529-21

Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

CPF/MF: 304.385.869-72

Assinatura:

CONVÊNIO Nº 18/2015

CONVÊNIO Nº 18/2015.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CAMPINAS.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENIENTE: "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CAMPINAS", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.787.857/0001-70, com sede na Estrada Geral de Campinas, snº, na localidade de Campinas, Município de Campo Alegre/SC,

neste ato representada pela sua Presidente Srª. FILOMENA MUNHOZ, brasileira, solteira, portadora do CPF/MF nº 153.782.509-78.

Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.273 de 17 de Março de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

Cláusula Primeira - OBJETO

O objeto de presente Convênio para desenvolver as atividades que contribuam para melhorar as condições de vida da comunidade, valorizando as pessoas como um todo, a Associação continuará a fornecer Cursos, Palestras, recreação, Orientação sobre atividades que agreguem valores orgânico. Agilizar a reforma da sede, para que possa ter um ambiente saudável e agradável para as reuniões e outras atividades, Doutrinas "Catequese", Pastorais, Agentes de Saúde e Reuniões da Diretoria da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CAMPINAS, situada na Localidade de Campinas, Município de Campo Alegre/SC.

Cláusula Segunda - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do Controle Interno do Conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a

Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.273 de 17 de Março de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.273 de 17 de Março de 2015.

Cláusula Terceira - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição de até R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais), parcela única no mês de Março do corrente ano.

Cláusula Quarta - PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

Cláusula Quinta - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 02.01.04122.0003.2.009-335041.00 - CONTRIBUIÇÕES - GABINETE DO PREFEITO.

Cláusula SEXTA - FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

Cláusula NONA - FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 25 de Março de 2015.

Município de Campo Alegre

CONCEDENTE

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CAMPINAS
CONVENIENTE

TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

CPF/MF: 005.522.529-21

Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

CPF/MF: 304.385.869-72

Assinatura:

CONVÊNIO Nº 19/2015

CONVÊNIO Nº 19/2015.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SALTINHO.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENIENTE: "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SALTINHO", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.211.932/0001-58, com sede na Estrada Principal, snº, na localidade de Saltinho, Município de Campo Alegre/SC, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. FSANDRO SCHADECK, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 788.512.709-53.

Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.273 de 17 de Março de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

Cláusula Primeira - OBJETO

O objeto de presente Convênio para manutenção das atividades da Associação de Moradores, apoiando seu desenvolvimento e bem estar da Comunidade em geral, investimentos em equipamentos para rede de água potável existente na localidade de Saltinho, administrada pela ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SALTINHO, situada na Localidade de Saltinho, Município de Campo Alegre/SC.

Cláusula Segunda - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;

XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do Controle Interno do Conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.273 de 17 de Março de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.273 de 17 de Março de 2015.

Cláusula Terceira - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição de até R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais), parcela única no mês de Março do corrente ano.

Cláusula Quarta - PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

Cláusula Quinta - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 02.01.04122.0003.2.009-335041.00 - CONTRIBUIÇÕES - GABINETE DO PREFEITO.

Cláusula SEXTA - FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento

de qualquer indenização, a qualquer título que for.

Cláusula NONA - FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 25 de Março de 2015.

Município de Campo Alegre
CONCEDENTE

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SALTINHO
CONVENIENTE

TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

CPF/MF: 005.522.529-21

Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

CPF/MF: 304.385.869-72

Assinatura:

CREDENCIAMENTO 01/2015

PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS E/OU PROFISSIONAIS (PREÇO FIXADO DIFERENCIADO DA TABELA - SUS)

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, no uso de suas atribuições;

Considerando a ausência de interessados (até a presente data) no Edital de Credenciamento originados dos Processos de Inexigibilidade de Licitação de nº 01/2014 que oferece exames/consultas a preço fixados ;

Considerando a necessidade da contratação de serviços de saúde pelos gestores públicos, baseada em critérios uniformes, para suprir a necessidade da demanda dos usuários do sistema;

Considerando ainda, a Resolução do Conselho Municipal de Saúde, nº 006 de 06 de abril de 2015, que fixa os valores diferenciados a serem pagos pela contratação de exames/consultas médicas.

RESOLVE:

Convocar os prestadores de serviços de saúde interessados em oferecer serviços aos usuários do sistema de saúde do Município de Campo Alegre - SC, nas condições aqui estabelecidas.

O Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.941.360/0001-50, com sede à Rua Getúlio Vargas, nº 467, na cidade de Campo Alegre-SC, representado pelo Gestor Sra. Carolina da Costa Telma, CPF nº 061.299.189-09, faz saber a todos quantos interessarem, que está aberto prazo para inscrições de clínicas e/ou profissionais (especializados) para o credenciamento de prestadores de serviços de saúde (consultas médicas especializadas e exames) .

1. Do objeto e condições

1.1. O objeto do presente Edital é o CREDENCIAMENTO de Clínicas e/ou Profissionais, para a prestação de serviços de saúde, conforme valores constantes da TABELA, abaixo transcritos nas Tabelas 1: Consultas Médicas Especializadas e 2: Exames, que o Município utiliza para seus usuários:

TABELA 1: CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS

Código do procedimento	Descrição do procedimento	TABELA DE PREÇO (R\$) por consulta	Previsão de consumo mensal
03.01.01.007-2	CONSULTA EM UROLOGIA	75,00	10
03.01.01.007-2	CONSULTA EM REUMATOLOGIA	100,00	10
03.01.01.007-2	CONSULTA EM ENDOCRINOLOGIA	50,00	25
03.01.01.007-2	CONSULTA EM ORTOPEDIA	55,00	100
03.01.01.007-2	CONSULTA EM NEUROLOGIA	75,00	10
03.01.01.007-2	CONSULTA EM CARDIOLOGIA	75,00	35
03.01.01.007-2	CONSULTA VASCULAR	100,00	10
03.01.01.007-2	CONSULTA EM PSIQUIATRIA	100,00	10
03.01.01.007-2	CONSULTA EM GINECOLOGIA	50,00	30
03.01.01.007-2	CONSULTA EM NEUROCIRURGIA	75,00	10
03.01.01.007-2	CONSULTA EM HEMATOLOGIA	75,00	10
03.01.01.007-2	CONSULTA EM PNEUMOLOGIA	100,00	10
03.01.01.007-2	CONSULTA EM PEDIATRIA	50,00	10
03.01.01.007-2	CONSULTA EM DERMATOLOGIA	100,00	10
03.01.01.007-2	CONSULTA EM OTORRINOLOGIA	100,00	10
03.01.01.007-2	CONSULTA EM OFTALMOLOGIA	75,00	10
03.01.01.007-2	CONSULTA EM NEFROLOGIA PEDIATRICA	75,00	10
03.01.01.007-2	CONSULTA EM ONCOLOGIA	75,00	10

TABELA 2: EXAMES

Código do procedimento	Descrição do procedimento	TABELA DE PREÇO (R\$) por exame	Previsão de consumo mensal
02.04.01.001-2	DACRIOCISTOGRAFIA (CONTRASTE)	164,00	01
02.04.01.002-0	PLANIGRAFIA DE LARINGE	150,00	01
02.04.01.006-3	RADIOGRAFIA CAVUM (LATERAL+HIETZ) (CONTRASTE)	20,00	01
02.04.01.019-5	SIALOGRAFIA - POR GLÂNDULA (CONTRASTE)	164,00	01
02.04.03.002-1	DUCTOGRAFIA - POR MAMA (CONTRASTE)	173,00	01
02.04.03.008-0	RADIOLOGIA ESÔFAGO (CONTRASTE)	70,00	01
02.04.05.001-4	RADIOLOGIA CLISTER OPACO (DUPLO CONTRASTE)	150,00	01

02.04.05.003-0	RADIOLOGIA COLANGIOGRAFIA PÓS-OPERATÓRIA (CONTRASTE)	100,00	01
02.04.05.005-7	RADIOLOGIA FISTULOGRAFIA	150,00	01
02.04.05.006-5	RADIOLOGIA HISTEROSSALPINGOGRAFIA (CONTRASTE)	150,00	01
02.04.05.014-6	RADIOGRAFIA DE ESTÔMAGO E DUODENO (CONTRASTE)	150,00	01
02.04.05.015-4	RADIOLOGIA TRÂNSITO E MORFOLOGIA DO DELGADO (CONTRASTE)	150,00	01
02.04.05.017-0	RADIOLOGIA URETROCISTOGRAFIA (CONTRASTE)	150,00	01
02.04.05.018-9	RADIOLOGIA UROGRAFIA VENOSA COM BEXIGA PRÉ/PÓS-MICÇÃO	150,00	01
02.04.06.007-9	RADIOLOGIA DE ARTICULAÇÃO SACRO-ILÍACA (CONTRASTE)	20,00	01
02.04.06.009-5	RADIOGRAFIA DE BACIA	20,00	01
02.05.01.001-6	ECOCARDIOGRAFIA DE ESTRESSE	350,00	05
02.05.01.003-2	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA	350,00	03
02.11.02.006-0	TESTE ERGOMÉTRICO	250,00	02
02.11.02.004-4	HOLTER	250,00	02
	MAPA	250,00	01
	TESTE CARDIOPULMONAR	350,00	01
	ELETROCARDIOGRAMA	35,00	15
02.05.02.015-1	ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA COM DOPPLER COLORIDO E PULSADO	200,00	02
02.05.02.001-1	ECODOPPLER TRANSCRANIANO	275,00	01
02.05.02.003-8	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOME SUPERIOR	55,00	15
02.05.02.006-2	ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO	55,00	20
02.05.02.011-9	ULTRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA (VIA TRANSRETAL)	175,00	03
02.05.02.016-0	ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA (GINECOLÓGICA)	55,00	20
02.05.01.004-0	ULTRASSONOGRAFIA COM DOPPLER COLORIDO ATÉ 3 VASOS	160,00	16
02.05.02.004-6	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOME TOTAL	55,00	10
02.05.02.005-4	ULTRASSONOGRAFIA DO APARELHO URINÁRIO	55,00	10
02.05.02.007-0	ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	55,00	10
02.05.02.009-7	ULTRASSONOGRAFIA MAMÁRIA BILATERAL	55,00	10

02.05.02.010-0	ULTRASSONOGRRAFIA DE PRÓSTATA (VIA ABDOMINAL)	55,00	10
02.05.02.012-7	ULTRASSONOGRRAFIA DE TIREOIDE	55,00	15
02.05.02.014-3	ULTRASSONOGRRAFIA OBSTÉTRICA	55,00	25
02.05.02.018-6	ULTRASSONOGRRAFIA TRANSVAGINAL	55,00	20
02.05.02.013-5	ULTRASSONOGRRAFIA DE TÓRAX	55,00	05
02.09.01.002-9	COLONOSCOPIA	283,00	05
02.04.05.001-4	CLISTER OPACO COM DUPLO CONTRASTE	200,00	01
02.04.03.003-0	MAMOGRAFIA UNILATERAL	100,00	05
02.04.03.018-8	MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO	150,00	05
02.09.01.003-7	ESOFAGOGASTRODUDENOSCOPIA (ENDOSCOPIA)	139,50	15
02.11.04.002-9	COLPOSCOPIA	70,00	10
02.11.05.006-7	ELETRONEUROMIOGRAFIA – POR MEMBRO	150,00	10
02.11.08.002-0	GASOMETRIA	100,00	03
02.11.08.006-3	PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR SIMPLES (ESPIROMETRIA)	60,00	05
02.11.09.007-7	UROFLUXOMETRIA	100,00	01
02.06.01.001-0	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL COM OU SEM CONTRASTE	120,00	02
02.06.01.002-8	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO-SACRA	120,00	02
02.06.01.003-6	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA COLUNA TORÁCICA COM OU SEM CONTRASTE	120,00	02
02.06.01.004-4	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE OU ARTICULAÇÕES TEMPORO-MANDIBULAR	120,00	02
02.06.01.005-2	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE PESCOÇO (PARTES MOLES, LARINGE, TIREOIDE PARATIREOIDE, E LARINGE)	120,00	02
02.06.01.006-0	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE SELA TÚRCICA	120,00	02
02.06.01.007-9	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRÂNIO	120,00	02
02.06.02.001-5	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULAÇÕES DE MEMBRO SUPERIOR	120,00	02
02.06.02.001-5	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE HEMOTÓRAX	120,00	02

02.06.02.002-3	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DOS SEGMENTOS APENDICULARES	120,00	02
02.06.02.003-1	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX	120,00	02
02.06.02.004-0	TOMOMIELOGRAFIA COMPUTADORIZADA	300,00	02
02.06.03.001-0	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DO ABDOME SUPERIOR	150,00	02
02.06.03.002-9	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DAS ARTICULAÇÕES DE MEMBRO INFERIOR	120,00	02
02.06.03.003-7	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE Pelve OU BACIA	120,00	02
02.07.01.002-1	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ARTICULAÇÃO TEMPORO-MANDIBULAR (BILATERAL)	400,00	01
02.07.01.003-0	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE COLUNA CERVICAL	400,00	01
02.07.01.004-8	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE COLUNA LOMBO-SACRA	400,00	01
02.07.01.005-6	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE COLUNA TORÁCICA	400,00	01
02.07.01.006-4	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE CRÂNIO	400,00	01
02.07.01.007-2	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE SELA TÚRCICA	400,00	01
02.07.02.002-7	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE MEMBRO SUPERIOR (UNILATERAL)	400,00	01
02.07.02.003-5	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE TÓRAX	400,00	01
02.07.03.001-4	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ABDOME SUPERIOR	400,00	01
02.07.03.002-2	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE BACIA/PELVE/ ABDOME INFERIOR	400,00	01
02.07.03.003-0	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL)	400,00	01
02.01.01.041-0	BIOPSIA DE PRÓSTATA	615,00	02
02.01.01.019-4	BIOPSIA DE FARINGE	500,00	01
02.01.01.020-8	BIOPSIA DE FÍGADO	500,00	01
02.01.01.023-2	BIOPSIA DE GLÂNDULA SALIVAR	500,00	01
02.01.01.027-5	BIOPSIA DE MEDULA ÓSSEA	500,00	01
02.01.01.037-2	BIOPSIA DE PELE E PARTES MOLES	500,00	03
02.01.01.047-0	BIOPSIA DE TIREOIDE OU PARATIREOIDE	500,00	02
02.01.01.048-8	BIOPSIA DE URETER	500,00	01

1.1.1 - A contratação da clínica/profissional poderá ser realizada imediatamente após a homologação da inscrição do profissional/clínica pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde e formalização do contrato (conforme minuta constante do Anexo II).

1.1.1.1 - A homologação da inscrição que trata o item 1.1.1 somente poderá ser emitida após aprovação da documentação exigida neste Edital (item 6), através de emissão de Parecer da Comissão de Avaliação (que será criada para este fim).

1.1.2 - A tabela de preços terá validade de 01 (um) ano, contados da publicação deste Edital, podendo ser prorrogada, com aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

1.1.3 - Os serviços serão prestados na sede da empresa ou consultório médico credenciado.

1.1.4 Demais condições e cláusulas contratuais encontram-se no ANEXO II - Minuta de Contrato, parte integrante deste edital.

2. Dos Prestadores de Serviço

2.1. Poderão credenciar-se a prestar os serviços referidos no item anterior, pessoas físicas ou jurídicas do ramo, desde que "habilitadas" (conforme dispõe o item 6) e atendam todas as disposições deste Edital.

3. Da Remuneração dos Serviços

3.1. A remuneração dos serviços se dará unicamente com os valores fixados nas Tabelas 1: Consultas Médicas Especializadas e 2: Exames (constante do item 1 deste Edital).

3.2. Os pagamentos serão efetuados pelo CONTRATANTE, no mês subsequente à prestação dos serviços executados (em até 5 dias após a entrega da nota fiscal), através de depósito em conta bancária da CONTRATADA, contra apresentação da nota fiscal de serviços, acompanhadas da 1ª (primeira) via de requisição de exames/consultas que deverá estar devidamente autorizada e assinada pela Secretaria Municipal de Saúde de Campo Alegre-SC e ainda, deverá conter (na requisição) o nome do Usuários (município) atendido.

4. Dos Usuários dos Serviços

4.1. Os usuários dos serviços são aqueles atendidos nas unidades de saúde ou encaminhados pelas mesmas, com requisição de exames/consultas devidamente autorizada, assinada e contendo o nome do Usuário.

5. Do Credenciamento dos Prestadores de Serviço

1.1.1

5.1. As condições do credenciamento de prestadores de serviços do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE são universais e, portanto, sob as mesmas condições para todos os prestadores de serviços, razão pela qual são firmadas num termo de disposições rígidas e inegociáveis, em que obrigam tanto o Município como os prestadores de serviços, após o deferimento de sua inscrição para o seu credenciamento.

5.2. O credenciamento se dá imediatamente após a homologação da inscrição do profissional/clínica pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

6. Das inscrições e habilitação para a prestação do serviço

6.1. Para a "habilitação" os profissionais e/ou clínicas deverão inscrever-se para o credenciamento.

6.1.1 - A inscrição (que trata o item 6.1) inicia-se no dia 29 de abril de 2015, sem data prevista para encerramento, e deverá ser feita através da entrega (no Serviço de Suprimentos, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre-SC, Cep. 89.294-000) da Solicitação de Credenciamento (modelo de requerimento constante do Anexo I) acompanhado dos seguintes documentos:

Quando PESSOA JURÍDICA

- a) Solicitação formal de Credenciamento (Requerimento), conforme Modelo (Anexo I);
- b) Cópia do alvará sanitário emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária, reconhecidamente apta para tal;
- c) Cópia do C.N.P.J;
- d) Cópia do Contrato Social, declaração de firma individual, Estatuto Social ou documento constitutivo, devidamente registrado no órgão competente e suas devidas alterações;
- e) Cópia de diploma, títulos e/ou certificados do(s) responsável(is) técnico(s);
- f) Comprovante de inscrição e regularidade da unidade (clínica) e dos profissionais no respectivo "Conselho Regional";
- g) No caso de prestadores de serviços em exames relacionar os equipamentos disponíveis (à prestação do serviço);
- h) Cópia de Certidão Negativa de débito junto ao INSS;
- i) Certidão Negativa do FGTS.

Quando PESSOA FÍSICA

- a) Solicitação formal de Credenciamento (Requerimento), conforme Modelo (Anexo I);
- b) Cópia do alvará sanitário emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária, reconhecidamente apta(o) para tal;
- c) Cópia do CPF;
- d) Cópia do RG;
- e) Cópia de diploma, títulos e/ou certificados do profissional;
- f) Comprovante de inscrição e regularidade do profissional no respectivo "Conselho Regional".

6.2 A falta de quaisquer documentos é razão para o indeferimento da inscrição e motivação para a "inabilitação".

6.3 Uma vez homologada a inscrição, o prestador de serviços será convocado para firmar o Termo de Contrato (conforme minuta constante do Anexo II, parte integrante deste instrumento);

6.4 É de total responsabilidade da(o) empresa/profissional manter os documentos relativos à habilitação devidamente atualizados, sob pena de rescisão contratual e suspensão de pagamentos até que seja regularizada a documentação.

7. Das Disposições Finais

7.1 - Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br ou www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou ainda, solicitar o envio por e-mail (contato Serviço de Suprimentos 47- 3632-2266).

7.2 - A íntegra do presente Edital será publicado no Diário Oficial do Município (www.diariomunicipal.sc.gov.br), e ainda no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br).

7.3 - O resumo do presente edital será publicado em jornal de grande circulação local.

7.4 - Fazem parte integrantes deste Edital, independentemente de sua transcrição:

- a. ANEXO I - Modelo Solicitação formal de Credenciamento (Requerimento);
- b. ANEXO II - Minuta contratual

Campo Alegre, 27 de abril de 2015.

Carolina da Costa Telma
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
ANEXO I - MODELO REQUERIMENTO
(Parte integrante do Edital de Credenciamento nº 01/2015)

REQUERIMENTO

2 EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015

Pelo presente, atendendo aos preços fixados no Edital nº 01/2015, vimos oferecer aos usuários do Sistema de Saúde do Município de Campo Alegre, nossos serviços médicos, abaixo assinalado(s):

TABELA 1: CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS

Código do procedimento	Descrição do procedimento	Destacar com "X" o procedimento requerido	PREÇO (R\$) por consulta
03.01.01.007-2	CONSULTA EM UROLOGIA		75,00
03.01.01.007-2	CONSULTA EM REUMATOLOGIA		100,00
03.01.01.007-2	CONSULTA EM ENDOCRINOLOGIA		50,00
03.01.01.007-2	CONSULTA EM ORTOPEDIA		55,00
03.01.01.007-2	CONSULTA EM NEUROLOGIA		75,00
03.01.01.007-2	CONSULTA EM CARDIOLOGIA		75,00
03.01.01.007-2	CONSULTA VASCULAR		100,00
03.01.01.007-2	CONSULTA EM PSIQUIATRIA		100,00
03.01.01.007-2	CONSULTA EM GINECOLOGIA		50,00
03.01.01.007-2	CONSULTA EM NEUROCIRURGIA		75,00
03.01.01.007-2	CONSULTA EM HEMATOLOGIA		75,00
03.01.01.007-2	CONSULTA EM PNEUMOLOGIA		100,00
03.01.01.007-2	CONSULTA EM PEDIATRIA		50,00
03.01.01.007-2	CONSULTA EM DERMATOLOGIA		100,00
03.01.01.007-2	CONSULTA EM OTORRINOLOGIA		100,00
03.01.01.007-2	CONSULTA EM OFTALMOLOGIA		75,00
03.01.01.007-2	CONSULTA EM NEFROLOGIA PEDIATRICA		75,00
03.01.01.007-2	CONSULTA EM ONCOLOGIA		75,00

TABELA 2: EXAMES

Código do procedimento	Descrição do procedimento	Destacar com "X" o procedimento requerido	PREÇO (R\$) por exame
02.04.01.001-2	DACRIOCISTOGRAFIA (CONTRASTE)		164,00
02.04.01.002-0	PLANIGRAFIA DE LARINGE		150,00
02.04.01.006-3	RADIOGRAFIA CAVUM (LATERAL+HIETZ) (CONTRASTE)		20,00
02.04.01.019-5	SIALOGRAFIA - POR GLÂNDULA (CONTRASTE)		164,00
02.04.03.002-1	DUCTOGRAFIA - POR MAMA (CONTRASTE)		173,00
02.04.03.008-0	RADIOLOGIA ESÔFAGO (CONTRASTE)		70,00
02.04.05.001-4	RADIOLOGIA CLISTER OPACO (DUPLO CONTRASTE)		150,00
02.04.05.003-0	RADIOLOGIA COLANGIOGRAFIA PÓS-OPERATÓRIA (CONTRASTE)		100,00

02.04.05.005-7	RADIOLOGIA FISTULOGRAFIA		150,00
02.04.05.006-5	RADIOLOGIA HISTEROSSALPINGOGRAFIA (CONTRASTE)		150,00
02.04.05.014-6	RADIOGRAFIA DE ESTÔMAGO E DUODENO (CONTRASTE)		150,00
02.04.05.015-4	RADIOLOGIA TRÂNSITO E MORFOLOGIA DO DELGADO (CONTRASTE)		150,00
02.04.05.017-0	RADIOLOGIA URETROCISTOGRAFIA (CONTRASTE)		150,00
02.04.05.018-9	RADIOLOGIA UROGRAFIA VENOSA COM BEXIGA PRÉ/PÓS-MICÇÃO		150,00
02.04.06.007-9	RADIOLOGIA DE ARTICULAÇÃO SACRO-ILÍACA (CONTRASTE)		20,00
02.04.06.009-5	RADIOGRAFIA DE BACIA		20,00
02.05.01.001-6	ECOCARDIOGRAFIA DE ESTRESSE		350,00
02.05.01.003-2	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORÁCICA		350,00
02.11.02.006-0	TESTE ERGOMÉTRICO		250,00
02.11.02.004-4	HOLTER		250,00
	MAPA		250,00
	TESTE CARDIOPULMONAR		350,00
	ELETROCARDIOGRAMA		35,00
02.05.02.015-1	ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA COM DOPPLER COLORIDO E PULSADO		200,00
02.05.02.001-1	ECODOPPLER TRANSCRANIANO		275,00
02.05.02.003-8	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOME SUPERIOR		55,00
02.05.02.006-2	ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO		55,00
02.05.02.011-9	ULTRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA (VIA TRANSRETAL)		175,00
02.05.02.016-0	ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA (GINECOLÓGICA)		55,00
02.05.01.004-0	ULTRASSONOGRAFIA COM DOPPLER COLORIDO ATÉ 3 VASOS		160,00
02.05.02.004-6	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOME TOTAL		55,00
02.05.02.005-4	ULTRASSONOGRAFIA DO APARELHO URINÁRIO		55,00
02.05.02.007-0	ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL		55,00
02.05.02.009-7	ULTRASSONOGRAFIA MAMÁRIA BILATERAL		55,00

02.05.02.010-0	ULTRASSONOGRRAFIA DE PRÓSTATA (VIA ABDOMINAL)	55,00
02.05.02.012-7	ULTRASSONOGRRAFIA DE TIREOIDE	55,00
02.05.02.014-3	ULTRASSONOGRRAFIA OBSTÉTRICA	55,00
02.05.02.018-6	ULTRASSONOGRRAFIA TRANSVAGINAL	55,00
02.05.02.013-5	ULTRASSONOGRRAFIA DE TÓRAX	55,00
02.09.01.002-9	COLONOSCOPIA	283,00
02.04.05.001-4	CLISTER OPACO COM DUPLO CONTRASTE	200,00
02.04.03.003-0	MAMOGRAFIA UNILATERAL	100,00
02.04.03.018-8	MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO	150,00
02.09.01.003-7	ESOFAGOGASTRO-DUODENOSCOPIA (ENDOSCOPIA)	139,50
02.11.04.002-9	COLPOSCOPIA	70,00
02.11.05.006-7	ELETRONEURO-MIOGRAFIA – POR MEMBRO	150,00
02.11.08.002-0	GASOMETRIA	100,00
02.11.08.006-3	PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR SIMPLES (ESPIROMETRIA)	60,00
02.11.09.007-7	UROFLUXOMETRIA	100,00
02.06.01.001-0	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL COM OU SEM CONTRASTE	120,00
02.06.01.002-8	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO-SACRA	120,00
02.06.01.003-6	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA TORÁCICA COM OU SEM CONTRASTE	120,00
02.06.01.004-4	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE OU ARTICULAÇÕES TEMPORO-MANDIBULAR	120,00
02.06.01.005-2	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE PESCOÇO (PARTES MOLES, LARINGE, TIREOIDE PARATIREOIDE, E LARINGE)	120,00
02.06.01.006-0	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE SELA TÚRCICA	120,00
02.06.01.007-9	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRÂNIO	120,00
02.06.02.001-5	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULAÇÕES DE MEMBRO SUPERIOR	120,00
02.06.02.001-5	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE HEMOTÓRAX	120,00

02.06.02.002-3	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DOS SEGMENTOS APENDICULARES	120,00
02.06.02.003-1	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX	120,00
02.06.02.004-0	TOMOMIELOGRAFIA COMPUTADORIZADA	300,00
02.06.03.001-0	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DO ABDOME SUPERIOR	150,00
02.06.03.002-9	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DAS ARTICULAÇÕES DE MEMBRO INFERIOR	120,00
02.06.03.003-7	TOMOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE Pelve OU BACIA	120,00
02.07.01.002-1	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ARTICULAÇÃO TEMPORO-MANDIBULAR (BILATERAL)	400,00
02.07.01.003-0	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE COLUNA CERVICAL	400,00
02.07.01.004-8	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE COLUNA LOMBO-SACRA	400,00
02.07.01.005-6	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE COLUNA TORÁCICA	400,00
02.07.01.006-4	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE CRÂNIO	400,00
02.07.01.007-2	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE SELA TÚRCICA	400,00
02.07.02.002-7	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE MEMBRO SUPERIOR (UNILATERAL)	400,00
02.07.02.003-5	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE TÓRAX	400,00
02.07.03.001-4	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ABDOME SUPERIOR	400,00
02.07.03.002-2	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE BACIA/PELVE/ABDOME INFERIOR	400,00
02.07.03.003-0	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL)	400,00
02.01.01.041-0	BIOPSIA DE PRÓSTATA	615,00
02.01.01.019-4	BIOPSIA DE FARINGE	500,00
02.01.01.020-8	BIOPSIA DE FÍGADO	500,00
02.01.01.023-2	BIOPSIA DE GLÂNDULA SALIVAR	500,00
02.01.01.027-5	BIOPSIA DE MEDULA ÓSSEA	500,00
02.01.01.037-2	BIOPSIA DE PELE E PARTES MOLES	500,00
02.01.01.047-0	BIOPSIA DE TIREOIDE OU PARATIREOIDE	500,00
02.01.01.048-8	BIOPSIA DE URETER	500,00

Declaramos, desde já, que aceitamos todas as condições do Edital do Credenciamento nº 01/2015 (e seus anexos), bem como prestaremos o serviço de acordo com a legislação vigente.

Endereço para atendimento (clínica/consultório): _____.

Observação: Em anexo segue a documentação necessária à habilitação/inscrição.

Para fins de pagamento, informamos abaixo nossos dados bancários:

Banco _____

Agência nº _____

Conta nº _____

_____, _____ de _____ de 200____.

Atenciosamente,

Assinatura do responsável

ANEXO II - MINUTA CONTRATO

(Parte integrante do Edital de Credenciamento nº 01/2015)

CONTRATO Nº ____/2015.

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO _____.

Pelo presente instrumento particular de contrato que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.941.360/0001-50, com sede à Irmã Amália Gueller, 22, em Campo Alegre -SC, neste ato representado pela Gestora, Sra. Carolina da Costa Telma, CPF nº 061.299.189-09, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, de outro lado _____ (qualificação pessoa jurídica ou física), de agora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, com fulcro na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Contrato de Prestação de Serviço de Saúde para o Sistema de Saúde do Município de Campo Alegre -SC, nos termos que seguem abaixo (em decorrência do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2015/Credenciamento):

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

I - O presente contrato tem por objeto a execução de serviços especializados no(s) seguinte(s) procedimento(s): _____, conforme homologação da inscrição por parte do Gestor do Fundo Municipal de Saúde, em data de ____ de ____ de ____.

II - Os serviços a serem prestados pela CONTRATADA serão oferecidos aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Campo Alegre-SC, dentro dos limites quantitativos fixados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS)/Fundo Municipal de Saúde (FMS) e deliberados pelo Conselho Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

I - Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial populacional e serão ofertados aos usuários com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades de demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

II - Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados no seguinte endereço _____.

III - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos

serviços prestados nos termos desse contrato.

IV - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto em razão da execução deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

I - O presente contrato inicia-se na data de sua assinatura e expira em 31 de dezembro de 2015 (exercício financeiro), podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses (respeitando o exercício financeiro vigente), até o limite de 60 (sessenta) meses.

II- Cabe a contratada manter todas as condições de habilitação exigidas no Edital do Credenciamento nº 01/2015.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo médico;

II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação.

III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços.

IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização e qualquer ato previsto no contrato.

V - Ficará responsável por todos os gastos relativos aos insumos, que forem necessários para a perfeita execução do presente contrato, exceto no caso de tomografia e ressonância nuclear magnética que será fornecido os contrastes.

VI - Notificar à SMS de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao Serviço de Controle, Avaliação e Auditoria, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

VII - Cumprir com todas as obrigações de naturezas fiscais a parafiscais, que incidam ou venham incidir direta ou indiretamente sobre os produtos contratados.

VIII - Manter atualizadas (dentro do prazo de validade) todos os documentos de habilitação as Certidão Negativa emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social e Certidão Negativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

CLÁUSULA QUINTA: DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente e aos órgãos da SMS/Fundo e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de regresso.

II - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes da SMS/Fundo não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

III - a responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO

I - A SMS/Fundo pagará mensalmente a CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de procedimentos mensais realizados, desde que autorizados e aprovados pela SMS, nos termos do contrato e de acordo com os valores constantes na Tabela (em vigor), conforme transcreve-se:

VALORES...

II - Fica estabelecido, de forma criteriosa, que os serviços objeto deste contrato serão remunerados segundo a Tabela acima informada, vedada qualquer taxa ou complemento, sendo que o valor abaixo estimado não caracteriza nenhum tipo de previsão de

crédito, conforme descrito no item acima;

III - Estima-se em R\$ _____ (extenso) os gastos mensais com a execução deste contrato.

IV - A tabela de preços terá validade de 01 (um) ano, contados da publicação deste Edital, podendo ser prorrogada, com aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

I - As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão no presente exercício (2015) à conta de dotação consignada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde: _____.

CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - A fiscalização do contrato fica a conta da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, através do Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

Fica a CONTRATADA sujeita a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição pactuada neste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas, em especial as contidas no artigo 86 e 87 da Lei nº. 8.666/1993 Lei das Licitações e Contratos Administrativos e suas alterações, e demais disposições aplicáveis à espécie, assegurado o direito ao contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO

I - Constituem motivos para rescisão unilateral do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na cláusula décima.

II - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da SMS/Fundo em caso de rescisão administrativo prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

III - Em caso de rescisão contratual, se a interrupções das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 120 (cento e vinte) dias para ocorrer à rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - A contratualização de um prestador de serviço poderá ser, a qualquer tempo, alterada, suspensa ou cancelada, se o contrato deixar de satisfazer os interesses da Administração Pública Municipal ou as normas do Sistema Único de Saúde.

II - O presente contrato está vinculado aos termos do Edital nº 01/2015 SMS/Fundo.

III - Aplica-se ao presente Contrato, nas partes omissas, a legislação pertinente em vigor.

IV - As partes elegem o Foro Comarca de São Bento do Sul-SC para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, as partes, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma para que surtam seus efeitos, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre, ____ de _____ de _____.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

DECRETO Nº 8.978 DE 24 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.978 DE 24 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, nos termos do artigo 139, da Lei Federal nº 8069/90, Lei Municipal 3.425 de 25 de Novembro de 2008, e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º. Fica convocada à V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, para Consolidação do princípio da Prioridade Absoluta, preconizado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art.2º. O evento terá como tema "POLITICA E PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES".

Art.3º. A Conferencia Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente será realizada no dia 13 de Maio de 2015, das 08h30min às 17h00min em Campo Alegre/SC., no Espaço Cultural Profª. Sirley Maria Neumann Johanson, sito a Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 620, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º. O Relatório da referida Conferência Municipal será arquivado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA de Campo Alegre/SC.

Art.5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC, 24 de Abril de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.979 DE 27 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.979 DE 27 DE ABRIL DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339030.00.766 -	Material de Consumo	R\$ 8.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial de Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339035.00.766 -	Serviços de Consultoria	R\$ 8.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC,
27 de Abril de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 047/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 047/2015
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 047/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO PAB - Programa de Atenção Básica a Saúde, em data de 13 de Abril de 2015, no valor de R\$ 25.493,00 (vinte e cinco mil quatrocentos e noventa e três reais).

Campo Alegre/SC, 27 de Abril de 2015.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 048/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 048/2015
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 048/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS - BLVGS - Vigilância Sanitária, em data de 10 de Abril de 2015, no valor de R\$ 708,45 (setecentos e oito reais, quarenta e cinco centavos).

Campo Alegre/SC, 27 de Abril de 2015.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 049/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 049/2015
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 049/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE - ME - SALÁRIO EDUCAÇÃO, em data de 20 de Abril de 2015, no valor de R\$ 56.940,51 (cincoenta e seis mil, novecentos e quarenta reais cinquenta e um centavos).

Campo Alegre/SC, 27 de Abril de 2015.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 050/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 050/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 050/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE - PNAT - Transporte Escolar, em data de 13 de Abril de 2015, no valor de R\$ 12.654,05 (doze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais, cinco centavos).

Campo Alegre/SC, 27 de Abril de 2015.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 051/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 051/2015
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 051/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE - PNAE - Pré Escolar, em data de 13 de Abril de 2015, no valor de R\$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais).

Campo Alegre/SC, 27 de Abril de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 052/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 052/2015
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 052/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE - PNAE - Ensino Fundamental, em data de 13 de Abril de 2015, no valor de R\$ 8.190,00 (oito mil, cento e noventa reais).

Campo Alegre/SC, 27 de Abril de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 053/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 053/2015
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 053/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE - PNAE - Ensino Infantil - Creche, em data de 13 de Abril de 2015, no valor de R\$ 4.920,00 (quatro mil novecentos e vinte reais).

Campo Alegre/SC, 27 de Abril de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 054/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 054/2015
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 054/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE - PNAE - AEE - Assistência Ensino Especial, em data de 13 de Abril de 2015, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais).

Campo Alegre/SC, 27 de Abril de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2015.

PORTARIA Nº 11.885 DE 24 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.885 DE 24 DE ABRIL DE 2015
ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 11.626 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar as disposições do Art. 1º da Portaria nº 11.626 de 19 de Dezembro de 2014, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, ROSENILDA APARECIDA DA MAIA CUNHA, Matrícula Funcional nº 000607, Registro no Sistema sob nº 954871, referente ao período aquisitivo 11 de Novembro de 2013 a 10 de Novembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo".

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de Dezembro de 2014.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 24 de Abril de 2015.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.886 DE 24 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.886 DE 24 DE ABRIL DE 2015
ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 11.702 DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar as disposições do Art. 1º da Portaria nº 11.702 de 26 de Janeiro de 2015, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a servidora pública municipal, ocupante do cargo Público e exercendo a função de Assistente Social, ROSENILDA APARECIDA DA MAIA CUNHA, Matrícula Funcional nº 000607, Registro no Sistema sob nº 954871, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 11 de Novembro de 2013 á 10 de Novembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal”.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de Janeiro de 2015.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 24 de Abril de 2015.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO 15/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa que detém autorização do órgão competente (ANATEL) para prestar serviço de telefonia móvel digital com tecnologia GSM, no Estado de Santa Catarina, por intermédio de 16 (dezesseis) Códigos de Acesso, com o fornecimento de 16 (dezesseis) Estações Móveis (através de comodato gratuito),

devidamente ativadas (habilitadas), associadas a um Plano Pós-Pago de Serviço, sem franquia global, com estimativa mensal de 3.600 minutos, conforme relação abaixo:

	Qtde mensal estimada	Valor Unitário por assinatura (R\$)	Valor Mensal Assinatura Básica (para 32 acessos)
1 - "Assinatura Básica Mensal"			
Assinatura mensal (acessos).....	16	8,00	128,00
2 - "VC/VC1"	Tempo mensal estimado de uso (em minutos)	Valor p/ minuto (R\$)	Valor Total
Operadora proponente/operadora proponente	1.200	0,30	360,00
Operadora proponente para outras operadoras	1.200	0,30	360,00
Operadora proponente para telefone fixo	300	0,30	90,00
Valor Total VC/VC1			810,00
3 - "VC2"	Tempo mensal estimado de uso (em minutos)	Valor p/ minuto	Valor Total
Operadora proponente/operadora proponente	200	0,50	100,00
Operadora proponente para outras operadoras	200	1,20	240,00
Operadora proponente para telefone fixo	50	0,70	35,00
Valor Total "VC2"			375,00
4 - "VC3"	Tempo mensal estimado de uso (em minutos)	Valor p/ minuto	Valor Total
Operadora proponente/operadora proponente	200	0,60	120,00
Operadora proponente para outras operadoras	200	1,30	260,00
Operadora proponente para telefone fixo	50	0,80	40,00
Valor Total VC3			375,00
5 - "Outros serviços"	Tempo mensal estimado de uso	Valor unitário (min/mensagem/unid)	Valor Total
DSL-1 - recebimento de ligação dentro do Estado, na área de cobertura de operadora, em cidade c/ DDD diferente.	20 Minutos	0,50	10,00
DSL-2 - recebimento de ligações em outro Estado.	20 Minutos	0,50	10,00
AD - Adicional de deslocamento.	20 Minutos	0,50	10,00
Mensagens SMS (torpedo)	25 Mensagem	0,50	10,00
Intra-grupo zero	4 Unidade	6,00	24,00
Acesso a Caixa Postal (por minuto)	20 Minutos	0,30	6,00
Valor Total "Outros Serviços"			65,00

TOTAL GLOBAL para fins de julgamento de proposta (Soma: "1 - Valor Mensal Assinatura Básica (para 16 acessos)" + "2 - Valor Total VC/VC1" + "3 - Valor Total VC2" + "4 - Valor Total VC3" + Valor Total "5 - Outros Serviços")	1.798,00
--	----------

Critério julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL (Soma de todos os itens).

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 12/05/2015, às 11 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até 10 horas e 45 minutos, do dia 12/05/2015, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2015, na seguinte classificação:

O crédito orçamentário necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta das Dotações Orçamentárias dos respectivos exercícios financeiros classificadas como "outros serviços de serviços - pessoa jurídica", de qualquer Órgão/Unidade do Orçamento do Município de Campo Alegre e demais órgãos participantes deste Registro de Preços.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 11/2015 FMS".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 27 de abril de 2015.
Carolina da Costa Telma
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PREGÃO 45/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa que detém autorização do órgão competente (ANATEL) para prestar serviço de telefonia móvel digital com tecnologia GSM, no Estado de Santa Catarina, por intermédio 36 (trinta e seis) Códigos de Acesso, com o fornecimento de 36 (trinta e seis) Estações Móveis (através de comodato gratuito), devidamente ativadas (habilitadas), associadas a um Plano Pós-Pago de Serviço, sem franquia global, com estimativa mensal de 5.000 minutos, conforme relação abaixo:

1 - "Assinatura Mensal com acesso a internet com franquia de 3GB"	Qtde mensal estimada	Valor Unitário por assinatura (R\$)	Valor Mensal Assinatura Básica (para 01 acesso)
Assinatura mensal (acessos).....	01	64,90	64,90

1 - "Assinatura Básica Mensal"	Qtde mensal estimada	Valor Unitário por assinatura (R\$)	Valor Mensal Assinatura Básica (para 35 acessos)
Assinatura mensal (acessos).....	35	8,00	280,00

	Tempo mensal estimado de uso (em minutos)	Valor p/ minuto (R\$)	Valor Total
2 - "VC/VC1"			
Operadora proponente/operadora proponente	2.000	0,30	600,00
Operadora proponente para outras operadoras	1.400	0,30	420,00
Operadora proponente para telefone fixo	850	0,30	255,00
Valor Total VC/VC1			1.275,00

	Tempo mensal estimado de uso (em minutos)	Valor p/ minuto	Valor Total
3 - "VC2"			
Operadora proponente/operadora proponente	100	0,50	50,00
Operadora proponente para outras operadoras	100	0,90	90,00
Operadora proponente para telefone fixo	50	0,70	70,00
Valor Total "VC2"			210,00

	Tempo mensal estimado de uso (em minutos)	Valor p/ minuto	Valor Total
4 - "VC3"			
Operadora proponente/operadora proponente	100	0,50	50,00
Operadora proponente para outras operadoras	100	0,90	90,00
Operadora proponente para telefone fixo	50	0,70	70,00
Valor Total VC3			210,00

	Tempo mensal estimado de uso	Valor unitário (min/ mensagem/ unid)	Valor Total
5 - "Outros serviços"			

DSL-1 – recebimento de ligação dentro do Estado, na área de cobertura de operadora, em cidade c/ DDD diferente.	80 Minutos	0,70	56,00
DSL-2 – recebimento de ligações em outro Estado.	50 Minutos	0,70	35,00
AD – Adicional de deslocamento.	80 Minutos	0,70	56,00
Mensagens SMS (torpedo)	200 Mensagem	0,30	60,00
Intra-grupo zero	35 Unidades	6,00	210,00
Acesso a Caixa Postal (por minuto)	30 Minutos	0,30	9,00
Valor Total "Outros Serviços"			426,00
TOTAL GLOBAL para fins de julgamento de proposta (Soma: "1 - Valor Mensal Assinatura Básica (para 35 acessos)" + "Assinatura Mensal acesso a internet com franquia de 3GB" (1 acesso) + "2 - Valor Total VC/VC1" + "3 - Valor Total VC2" + "4 - Valor Total VC3" + Valor Total "5 - Outros Serviços")			2.465,90

Critério julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL (Soma de todos os itens).

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 12/05/2015, às 09 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até 8 horas e 45 minutos, do dia 12/05/2015, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2015, na seguinte classificação:

O crédito orçamentário necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta das Dotações Orçamentárias dos respectivos exercícios financeiros classificadas como "outros serviços de serviços - pessoa jurídica", de qualquer Órgão/Unidade do Orçamento do Município de Campo Alegre e demais órgãos participantes deste Registro de Preços.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 45/2015".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 27 de abril de 2015.
Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 21/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
PREGÃO Nº 21/2015

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 12 de maio de 2015 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11h e das 13h30min às 17h, diariamente.

Campos Novos, 28 de Abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

AVISO PPNº20/2015.TRANSPORTE ESCOLAR.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 11 de Maio de 2015 às 14.00 HORAS, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, DO TIPO MENOR PREÇO POR KM RODADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA DO ANEXO II OU PADRONIZADA DO AUTO COTAÇÃO O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323.

Campos Novos, 21 de Abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 03/2015 DE 27/04/2015 ALTERA VALORES DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO PARA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS DA LEI COMPLEMENTAR 07/07

LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2015 DE 27/04/2015

ALTERA VALORES DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO PARA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS DA LEI COMPLEMENTAR 07/07

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Os itens 02 e 03 do Anexo I da Lei Complementar 07/07 passará a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I - LEI COMPLEMENTAR 07/07
QUADRO DE PESSOAL
PSF - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

Nº de Ordem	Cargos/Funções	Venc. R\$	Nº de Vagas	Escolaridade/Qualificação	Atribuições/Responsabilidades
02	Auxiliar de Enfermagem Comunitário	1.055,00	24	Portador de diploma de Nível Médio, com registro no COREN	Desenvolver com os Agentes Comunitários de Saúde atividades de identificação das famílias de risco; contribuir, quando solicitado, com o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde, no que se refere às visitas domiciliares; acompanhar as consultas de enfermagem os indivíduos expostos à situação de risco, visando garantir uma melhor monitoria de suas condições de saúde; executar, segundo sua qualificação profissional, os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiológica nas áreas de atenção à criança, ao adolescente, à mulher, ao trabalhador e ao idoso, bem como no controle da tuberculose, hanseníase, doenças crônico-degenerativas e infecto-contagiosas; participar da discussão e organização do processo de trabalho da unidade de saúde.
03	Auxiliar de Odontologia Comunitário	1.014,00	9	Portador de diploma de Nível Médio, com Registro no COREN	Desenvolver atividades e ações de apoio ao odontólogo nos postos de atendimento (consultório), fazendo o controle dos fichários dos pacientes; contribuir com os Agentes Comunitários de Saúde no que se refere às visitas domiciliares; participar da organização do processo de trabalho e organização da unidade de saúde na área odontológica.

Art. 2º. Os encargos decorrentes desta lei serão suportados por dotações específicas consignadas na LDO e LO vigentes.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 27 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
 Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.166/15 DE 27/04/2015 AUTORIZA A REVISÃO DE VENCIMENTOS DOS EMPREGADOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO QUE FORAM ADMITIDOS EM DECORRÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR 07/07 E SUAS ALTERAÇÕES (ESF) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.166/2015 DE 27/04/2015

AUTORIZA A REVISÃO DE VENCIMENTOS DOS EMPREGADOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO QUE FORAM ADMITIDOS EM DECORRÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 07/07 E SUAS ALTERAÇÕES (ESF) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual, a título de recuperação de perdas inflacionárias, de que trata o artigo 37, inciso X da Constituição Federal a todos os empregados públicos do Poder Executivo Municipal que foram admitidos em decorrência da Lei Complementar nº 07/07 e suas alterações.

Art. 2º - O percentual de revisão geral anual referido no artigo 1º será aplicado sobre os vencimentos do mês de março do corrente ano, utilizando-se o índice do IPCA/IBGE de 8,13% (oito vírgula treze por cento), acumulado no período de 01 de abril de 2014 a 31 de março de 2015.

Art. 3º - Para o pagamento da revisão geral anual serão feitos três lançamentos na folha de pagamento dos empregados públicos municipais, nas seguintes datas e percentuais: de 5,13% (cinco vírgula treze por cento) no mês de abril do corrente ano; 1,5% (um vírgula cinco por cento) no mês de junho do corrente ano e 1,5% no mês de agosto do corrente ano.

Art. 4º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos devidos ajustes e atualizações no quadro de vencimentos que integra o Plano de Cargos e Salários dos Empregados Públicos, mediante a aplicação do disposto na presente lei.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações específicas consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 27 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
 Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS**EXT. PP. 04/2015 - ERRATA**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2015

ERRATA

Levamos ao conhecimento dos interessados a CORREÇÃO:

Onde lê-se:

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 07/05/2015, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

Leia-se:

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 12/05/2015, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas**PREFEITURA****PUBLICAÇÃO ATA DA REUNIÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PMC 35/2015**

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dependência: MUNICIPIO DE CANOINHAS - LICITACOES - (SC)

Licitação: (Ano: 2015/ MUNICIPIO DE CANOINHAS / Nº Processo: 55/2015)

Às 15:03:05 horas do dia 14/04/2015 no endereço RUA FELIPE SCHMIDT 10, bairro CENTRO, da cidade de CANOINHAS - SC, reuniram-se o Pregoeiro da disputa Sr(a). PAULO CESAR SAFANELLI, e a respectiva Equipe de Apoio, designado pelo ato de nomeação, para realização da Sessão Pública de Licitação do Pregão Nº Processo: 55/2015

- 2015/35/2015 que tem por objeto AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO NOVO, ZERO KILOMETRO e 01 CAÇAMBA BASCULANTE NOVA, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL de DESENVOLVIMENTO RURAL DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Abertas as propostas, foram apresentados os seguintes preços:

Lote (1) - Caminhão trucado, 6x4, novo, zero quilômetro. Preço máximo admitido para este item é de R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais).

AO CADASTRAR SUA PROPOSTA NO SITE, A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO OFERECIDO. Não foram apresentadas propostas para este lote da licitação

Lote (2) - 01 (uma) Caçamba Basculante, nova, na cor branca. Preço máximo admitido para este lote é de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais).

AO CADASTRAR SUA PROPOSTA NO SITE, A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO OFERECIDO

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
14/04/2015 10:33:26:411	LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS	R\$ 29.000,00
14/04/2015 11:58:50:680	RODA LIVRE CONCESSIONARIA EIRELI-EPP	R\$ 45.000,00
13/04/2015 14:15:58:065	CARMETAL INDUSTRIA COM DE IMPLEMENTOS RODOVIARIOS	R\$ 29.000,00
13/04/2015 16:14:50:242	MEGAMIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME	R\$ 405.000,00
14/04/2015 11:59:31:992	VEBRASIL CONCESSIONARIA EIRELI - EPP	R\$ 49.990,00
01/04/2015 17:12:55:201	DVH ELETRICA MONTAGENS DE PAINELIS - EIRELI - ME	R\$ 29.000,00

Após a etapa de lances, Com disputa em sessão pública, foram apresentados os seguintes menores preços:

Lote (1) - Caminhão trucado, 6x4, novo, zero quilômetro. Preço máximo admitido para este item é de R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais).

AO CADASTRAR SUA PROPOSTA NO SITE, A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A

MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO OFERECIDO.

Não foram localizadas lances para este lote.

Lote (2) - 01 (uma) Caçamba Basculante, nova, na cor branca. Preço máximo admitido para este lote é de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais).

AO CADASTRAR SUA PROPOSTA NO SITE, A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO OFERECIDO

Data-Hora	Fornecedor	Lance
14/04/2015 15:24:12:389	LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS	R\$ 22.030,00
14/04/2015 15:18:43:700	CARMETAL INDUSTRIA COM DE IMPLEMENTOS RODOVIARIOS	R\$ 23.199,00
01/04/2015 17:12:55:201	DVH ELETRICA MONTAGENS DE PAINELIS - EIRELI - ME	R\$ 29.000,00
14/04/2015 15:13:46:418	RODA LIVRE CONCESSIONARIA EIRELI-EPP	R\$ 40.000,00
14/04/2015 11:59:31:992	VEBRASIL CONCESSIONARIA EIRELI - EPP	R\$ 49.990,00
14/04/2015 15:09:09:196	MEGAMIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME	R\$ 50.000,00

Encerrada a etapa de lances foi verificada a regularidade da empresa que ofertou o menor preço. Após confirmada a habilitação da proponente e examinada pelo Pregoeiro da disputa e a Equipe de Apoio a aceitabilidade da proposta de menor preço, quanto ao objeto bem como quanto à compatibilidade do preço apresentado com os praticados no mercado e o valor estimado para a contratação, o Pregoeiro decidiu:

No dia 09/04/2015, às 08:40:39 horas, no lote (1) - Caminhão trucoado, 6x4, novo, zero quilômetro. Preço máximo admitido para este item é de R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais).

AO CADASTRAR SUA PROPOSTA NO SITE, A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO OFERECIDO. - a situação do lote foi alterada para: cancelado. O motivo da alteração foi o seguinte: Alterações das especificações técnicas do caminhão constante neste lote 01.

No dia 14/04/2015, às 15:56:21 horas, no lote (2) - 01 (uma) Caçamba Basculante, nova, na cor branca. Preço máximo admitido para este lote é de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais).

AO CADASTRAR SUA PROPOSTA NO SITE, A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO OFERECIDO - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 22/04/2015, às 17:19:17 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 22/04/2015, às 17:19:17 horas, no lote (2) - 01 (uma) Caçamba Basculante, nova, na cor branca. Preço máximo admitido para este lote é de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais).

AO CADASTRAR SUA PROPOSTA NO SITE, A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO OFERECIDO - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O fornecedor cumpriu com todos os itens do edital. No dia 23/04/2015, às 17:14:19 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 23/04/2015, às 17:14:19 horas, no lote (2) - 01 (uma) Caçamba Basculante, nova, na cor branca. Preço máximo admitido para este lote é de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais).

AO CADASTRAR SUA PROPOSTA NO SITE, A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO OFERECIDO - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: Não houve manifestação de intenção de recorrer.

No dia 23/04/2015, às 17:14:19 horas, no lote (2) - 01 (uma) Caçamba Basculante, nova, na cor branca. Preço máximo admitido para este lote é de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais).

AO CADASTRAR SUA PROPOSTA NO SITE, A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO OFERECIDO

- pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS com o valor R\$ 22.030,00.

No dia 27/04/2015, às 13:26:45 horas, a autoridade competente da licitação - DIOGO CARLOS SEIDEL - alterou a situação da licitação para homologada.

Publicada a decisão, nesta sessão, e nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro da disputa declarou encerrados os trabalhos. Anexo a ata segue relatório contendo informações detalhadas sobre o andamento do processo.

PAULO CESAR SAFANELLI
Pregoeiro da disputa

DIOGO CARLOS SEIDEL
Autoridade Competente

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK
Membro Equipe Apoio

Proponentes:

01.606.913/0001-19 CARMETAL INDUSTRIA COM DE IMPLEMENTOS RODOVIARIOS

19.244.721/0001-75 DVH ELETRICA MONTAGENS DE PAINELIS - EIRELI - ME

75.274.316/0001-70 LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS

08.599.042/0001-00 MEGAMIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME

58.343.864/0001-96 RODA LIVRE CONCESSIONARIA EIRELI-EPP

09.340.232/0001-63 VEBRASIL CONCESSIONARIA EIRELI - EPP

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PMC 35/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/15

HOMOLOGAÇÃO: 27/04/15

CONTRATADO: LIBRELATO IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 CAÇAMBA BASCULANTE NOVA, DESTINADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.030,00 (vinte e dois mil e trinta reais)

DATA: 27/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 04/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/15

HOMOLOGAÇÃO: 27/04/15

CONTRATADO: NEIDE SILVA SANTIAGO EIRELI EPP CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A INSTALAÇÃO DE RÉGUA DE PAREDE (TOMADA) E VÁLVULA DE REGULAGEM, PARA REDE DE OXIGÊNIO, AR COMPRIMIDO E VÁCUO MEDICINAL, A SEREM COLOCADOS EM REDE EXISTENTE NA CENTRAL DE GASES, NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (UPA 24 HS).

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais)

DATA: 27/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 45/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 75/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 45/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 14/05/2015, às 10h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADA, PARA EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, REDES DE INFORMÁTICA E TELEFÔNICA, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 14/05/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 04/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Processo / Ano:	11/2015	Processo Administrativo:	Total dos Itens Vencedores: 8.500,00			
Licitação.....:	4/2015 - PR		1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Modalidade....:	PREGÃO PRESENCIAL		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A INSTALAÇÃO DE RÉGUA DE PAREDE (TOMADA) E VÁLVULA DE REGULAGEM, PARA REDE DE OXIGÊNIO, AR COMPRIMIDO E VÁCUO MEDICINAL, A SEREM COLOCADOS EM REDE EXISTENTE NA CENTRAL DE GASES, NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (UPA 24 HS).			
Objeto.....:						

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 311043614	- TOMADA DE PAREDE PARA AR COMPRIMIDO, COMPLETA - Unidade: UN						
16583	NEIDE SILVA SANTIAGO EIRELI EPP	IFAB	12,000	0,0000	135,0308	1.620,37	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 311043615	- TOMADA DE PAREDE PARA OXIGENIO, COMPLETA - Unidade: UN						
16583	NEIDE SILVA SANTIAGO EIRELI EPP	IFAB	20,000	0,0000	135,0301	2.700,60	Venceu	1 *****
Item.....: 3	- 311043616	- TOMADA DE PAREDE PARA VÁCUO, COMPLETA - Unidade: UN						
16583	NEIDE SILVA SANTIAGO EIRELI EPP	IFAB	12,000	0,0000	135,0301	1.620,36	Venceu	1 *****
Item.....: 4	- 311043617	- VALVULA BI PARA AR COMPRIMIDO - Unidade: UN						
16583	NEIDE SILVA SANTIAGO EIRELI EPP	IFAB	12,000	0,0000	58,1517	697,82	Venceu	1 *****
Item.....: 5	- 311043618	- VALVULA BI PARA OXIGENIO - Unidade: UN						
16583	NEIDE SILVA SANTIAGO EIRELI EPP	IFAB	20,000	0,0000	58,1517	1.163,03	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/2

Processo / Ano: 11/2015
Licitação.....: 4/2015 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A INSTALAÇÃO DE RÉGUA DE PAREDE (TOMADA) E VÁLVULA DE REGULAGEM, PARA REDE DE OXIGÊNIO, AR COMPRIMIDO E VÁCUO MEDICINAL; A SEREM COLOCADOS EM REDE EXISTENTE NA CENTRAL DE GASES, NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (UPA 24 HS).

Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.500,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 6	-	311043619	- VALVULA BI PARA VACUO	- Unidade: UN				
16583	NEIDE SILVA SANTIAGO EIRELI EPP	IFAB	12,000	0,0000	58,1517	697,82	Venceu	1 ****

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)	
MARCIANO FERNANDES CORREA -	EQUIPE DE APOIO	
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE	
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC	
JOSE CARLOS HERBST -	CRC/SC 031639/O-0	

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 054/2015

DECRETO Nº 054, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Revoga o Processo Licitatório nº 74/2015, na modalidade Concorrência nº 04/2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, poder - dever da Administração de anular ou revogar seus próprios atos, inclusive ex officio.

CONSIDERANDO a vinculação ao princípio da legalidade e à defesa do interesse público;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 167/2015, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 74/2015, na modalidade de Concorrência nº 04/2015, com objeto de contratação de empresa especializada para implantação do sistema de esgoto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 27 de abril de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 051/2015

DECRETO Nº 051, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Revoga o Processo Licitatório nº 010/2015, na modalidade Pregão Eletrônico nº 01/2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, poder - dever da Administração de anular ou revogar seus próprios atos, inclusive ex officio.

CONSIDERANDO a vinculação ao princípio da legalidade e à defesa do interesse público;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 164/2015, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 010/2015, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 01/2015, com objeto de contratação de empresa especializada para serviços de assistência técnica e manutenção corretiva nos equipamentos odontológicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 23 de abril de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 052/2015

DECRETO Nº 052, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Revoga o Processo Licitatório nº 078/2015, na modalidade Tomada de Preços nº 03/2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, poder - dever da Administração de anular ou revogar seus próprios atos, inclusive ex officio.

CONSIDERANDO a vinculação ao princípio da legalidade e à defesa do interesse público;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 165/2015, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 078/2015, na modalidade de Tomada de Preços nº 03/2015, com objeto de implantação de iluminação no Campo de Futebol do Bairro São Cristóvão e Arquibancada no Campo de Futebol do Loteamento João Evangelista Parizotto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 23 de abril de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 053/2015

DECRETO Nº 053, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Revoga o Processo Licitatório nº 02/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 02/2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, poder - dever da Administração de anular ou revogar seus próprios atos, inclusive ex officio.

CONSIDERANDO a vinculação ao princípio da legalidade e à defesa do interesse público;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 166/2015, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 02/2015, na

modalidade de Pregão Presencial nº 02/2015, com objeto de contratação de serviço de transporte.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 27 de abril de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PMC CONTRATO 0152/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0152/2015		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: INDUSTRIA DE SINALIZADORES FOLADOR LTDA - ME		
Valor.....: 113,52 (cento e treze reais e cinquenta e dois centavos)		
Vigência.....: Início: 24/04/2015 Término: 25/04/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2015 Processo_Licitatório.....: 00083 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para sinalização de faixas em vias públicas, a serem utilizados em diversos locais do município de Capinzal/SC.		
Capinzal, 27 de Abril de 2015		

PMC CONTRATO 0153/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0153/2015		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: PROART COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA		
Valor.....: 15.550,00 (quinze mil quinhentos e cinquenta reais)		
Vigência.....: Início: 24/04/2015 Término: 25/04/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2015 Processo_Licitatório.....: 00083 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para sinalização de faixas em vias públicas, a serem utilizados em diversos locais do município de Capinzal/SC.		
Capinzal, 27 de Abril de 2015		

PMC CONTRATO 0154/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0154/2015		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZACAO LTDA EPP		
Valor.....: 11.745,00 (onze mil setecentos e quarenta e cinco reais)		
Vigência.....: Início: 24/04/2015 Término: 25/04/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2015 Processo_Licitatório.....: 00083 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para sinalização de faixas em vias públicas, a serem utilizados em diversos locais do município de Capinzal/SC.		
Capinzal, 27 de Abril de 2015		

PMC CONTRATO 0155/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0155/2015		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: VICENTE CELESTINO POLONI - ME		
Valor.....: 20.030,00 (vinte mil trinta reais)		
Vigência.....: Início: 24/04/2015 Término: 25/04/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2015 Processo_Licitatório.....: 00083 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para sinalização de faixas em vias públicas, a serem utilizados em diversos locais do município de Capinzal/SC.		
Capinzal, 27 de Abril de 2015		

PMC CONTRATO 0156/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0156/2015		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: CONCREBAL - CONCRETOS BALDISSERA LTDA.		
Valor.....: 25.125,00 (vinte e cinco mil cento e vinte e cinco reais)		
Vigência.....: Início: 27/04/2015 Término: 27/04/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2015 Processo_Licitatório.....: 00084 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Concreto FCK20 convencional para utilização em melhorias de passeios públicos e para-das de ônibus em diversos pontos do Município.		
Capinzal, 27 de Abril de 2015		

PORTARIA 127/2015

PORTARIA Nº 127, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Vera Amália Bazzi, matrícula nº 320528/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 9, referência C, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha, em vaga excedente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 128/2015

PORTARIA Nº 128, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Analine Basei, matrícula nº 326569/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, em substituição a titular Lilian Aparecida Dorini, designada para responder pela Coordenação Pedagógica desta escola.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 129/2015

PORTARIA Nº 129, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Jocineia Lukacviz, matrícula nº 329916/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer, para atuar junto à sala de A.E.E. - atendimento de alunos de educação infantil com necessidades especiais.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 130/2015

PORTARIA Nº 130, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, do servidor Juliano do Prado, matrícula nº 323489/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Diretoria de Ensino, para atuar com as Escolas de Dança do Município de Capinzal.

Art. 2º O servidor passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 131/2015

PORTARIA Nº 131, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, conforme requerimento protocolado sob o nº 079/2015, Josiane Freisleben, matrícula nº 330060/04, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 132/2015

PORTARIA Nº 132, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 32 e 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 101/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de formação, ao servidor Juciano Durigon, matrícula nº 323438/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina Leve, nível 199, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 199, referência C, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 133/2015

PORTARIA Nº 133, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 02 de fevereiro de 2015, a servidora Christine Marly Kappes, matrícula nº 327239/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1,

classe 8, referência B, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora não deve realizar deslocamentos deambulatórios longos, deve evitar escadarias e realizar atividades leves que não envolvam esforço físico - atividades extra classe, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 134/2015

PORTARIA Nº 134, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica nomeada Evelin Serafini, matrícula 410035/01, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Comunicação Social, nível CC - 3, conforme anexo III - A da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e suas alterações, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Evelin Serafini

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srtª. Evelin Serafini, matrícula 41003/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Diretor de Comunicação Social, nomeada pela Portaria nº 134/2015.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 135/2015

PORTARIA Nº 135, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 02 de fevereiro de 2015, a servidora Eliane Maria Helt, matrícula nº 309087/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora deve exercer apenas funções administrativas - extra classe, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 136/2015

PORTARIA Nº 136, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 02 de fevereiro de 2015, a servidora Elisângela Frizzo, matrícula nº 309168/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Bernardo Dr. Vilson Pedro Kleinubing, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora deve exercer apenas atividades extra classe, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 137/2015

PORTARIA Nº 137, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 02 de fevereiro de 2015, a servidora Dalva Maria Helt Marques, matrícula nº 307785/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora deve exercer apenas atividades administrativas, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 138/2015

PORTARIA Nº 138, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 02 de fevereiro de 2015, a servidora Tânia Luci Bazzi Angeli, matrícula nº 319694/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência E, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora deve exercer apenas atividades extra classe, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 139/2015

PORTARIA Nº 139, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 02 de fevereiro de 2015, a servidora Ivanir Margarida da Luz Laux, matrícula nº 329517/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora deve exercer apenas atividades leves, sem sobrecarregar os joelhos, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 140/2015

PORTARIA Nº 140, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 02 de fevereiro de 2015, a servidora Adriana Antunes da Costa Perin, matrícula nº 304891/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência E, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Administração e Finanças, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora deve exercer apenas atividades extra classe, conforme parecer psiquiátrico expedido pelo médico particular da servidora, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 141/2015

PORTARIA Nº 141, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 02 de fevereiro de 2015, a servidora Ieda Aparecida Gramazio, matrícula nº 322997/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência E, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora deve exercer apenas atividades extra classe, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 142/2015

PORTARIA Nº 142, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 02 de fevereiro de 2015, a servidora Eloá Salete Toaldo Giumbelli, matrícula nº 309320/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência E, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora deve exercer apenas atividades extra classe, sem movimentos repetitivos, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 143/2015

PORTARIA Nº 143, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 02 de fevereiro de 2015, o servidor Alcebiades Fracaro, matrícula nº 305146/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, nível 212, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria de Infraestrutura, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º O servidor deve exercer atividades de Vigilante, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 144/2015

PORTARIA Nº 144, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 02 de fevereiro de 2015, o servidor Pedro Alair da Luz, matrícula nº 317438/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Pedreiro e Carpinteiro, nível 282, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria de Infraestrutura, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º O servidor deve exercer atividades leves, na Área de Lazer, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 145/2015

PORTARIA Nº 145, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 02 de fevereiro de 2015, a servidora Vera Alice Santos Gonçalves, matrícula nº 320510/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência E, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora deve exercer atividades extra classe, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 146/2015

PORTARIA Nº 146, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptado, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 02 de fevereiro de 2015, o servidor Paulo Cesar da Costa, matrícula nº 317365/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º O servidor deve exercer atividades leves, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 147/2015

PORTARIA Nº 147, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 02 de fevereiro de 2015, a servidora Vivian Mafisa Golin, matrícula nº 320897/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8 referência E, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora deve evitar atividades que envolvam esforço físico, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 148/2015

PORTARIA Nº 148, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 02 de fevereiro de 2015, a servidora Universina de Paula Guedes, matrícula nº 325465/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência E, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Administrativo Municipal, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora é convalescente de Câncer de Cólo de Útero e deve fazer serviços leves, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 150/2015

PORTARIA Nº 150, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 02 de fevereiro de 2015, a servidora Cassia Maris Wilbert Souza, matrícula nº 307157/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora deve exercer apenas atividades administrativas, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 151/2015

PORTARIA Nº 151, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 02 de fevereiro de 2015, a servidora Maria de Lurdes da Costa, matrícula nº 314919/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Belisário Pena, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora deve exercer apenas atividades extra classe, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 152/2015

PORTARIA Nº 152, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designada a servidora Ivete Terezinha Rosseti Baretta, matrícula nº 311260/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, nível 065, referência G, conforme o Anexo I, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pelo Setor de Atendimento Ambulatorial e concede FC - 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 022/2011

TERMO DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO EDITAL 22/2011

Nome: MAISA RAABER

Cargo: PSICÓLOGO

MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos da Secretaria da Administração e Finanças, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, residente à Linha Pellizzaro, nesta cidade, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

Conforme disposto no item XI do Concurso Público originado pelo Edital 22/2011 o (a) mesmo(a) deverá apresentar na Diretoria de Recursos Humanos num prazo de até 05 (cinco) dias, a partir do recebimento deste, cópia autenticada em cartório dos seguintes documentos:

- a) Quitação com as obrigações eleitorais e militares, este último em caso de candidato do sexo masculino, com a devida apresentação da cópia do Título de Eleitor, do comprovante de votação da última eleição; e do comprovante de quitação com o serviço militar;
- b) Habilitação para o cargo conforme exigido nos termos do Anexo I do Edital 22/2011.
- c) Documento de Identidade (RG);
- d) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- e) Certidão de Casamento ou Nascimento;
- f) Certidão de Nascimento de Filhos;
- g) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) com número do PIS/PASEP;
- h) Comprovante de residência;
- i) Também deverá entregar:
 1. Uma (01) foto 3x4 colorida recente;
 2. Conta para recebimento de salário, apenas da CEF;
 3. Declaração de Bens atualizada com firma reconhecida em cartório;
 4. Declaração de cargo acumulado ou não com firma reconhecida em cartório;
 5. Via original do laudo médico de saúde física e mental a ser

realizado por órgão credenciado pela Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento do Município de Capinzal;

6. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal nº 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios, com firma reconhecida em cartório.

O não-cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação em prazo hábil impede a nomeação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Ticiane Paula H. de L. da Gama

Diretora de Recursos Humanos

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0021/2015 - CONCORRÊNCIA Nº 0001/2015

TERMO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2015
CONCORRÊNCIA Nº 1/2015

OBJETO: Outorga de Concessão de direito real de uso de terreno constante do Distrito Industrial

MOTIVO: Nenhum proponente compareceu em data e horários estipulados em edital. O mesmo foi publicado em diversos meios conforme determinação da lei.

1. ANULAR, o presente Processo Licitatório 21/2015

Catanduvas, 27 de abril de 2015
GISA APARECIDA GIACOMIN
PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.254 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA P/6254/14, de 08.12.2014

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, JUSSARA ALVES DE LIMA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) JUSSARA ALVES DE LIMA, ocupante do Cargo Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6172/14.

Catanduvas, 08 de dezembro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6172/14.

PORTARIA Nº 6.255 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA P/6255/14, de 08.12.2014

"Demite, antes do termo final de contratação temporária VINICIUS ADELCHI CACHOEIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) VINICIUS ADELCHI CACHOEIRA, ocupante do Cargo Médico, Nível CE-116A, 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de

Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/5989/14.

Catanduvas, 08 de dezembro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5989/14.

PORTARIA Nº 6.256 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA P/6256/14, de 08.12.2014

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, SUELEN CAVALHEIRO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) SUELEN CAVALHEIRO Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, 40 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Este ato tem seus efeitos a partir da presente data, quando o(a) Servidor(a) deixou de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6069/14.

Catanduvas, 08 de dezembro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 6069/14.

PORTARIA Nº 6.257 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA P/6257/14, de 10.12.2014

"Exonera de Cargo em Comissão, FERNANDA SU ELEN TIGRE SPADER"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 9º, II, combinado com o artigo 40 I, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

EXONERAR, no interesse da Administração Pública Municipal, FERNANDA SU ELEN TIGRE SPADER, das funções do Cargo em Comissão de Supervisora de Saúde, Nível CC-08, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando a(o) nominada(o) funcionária(o) deixa de exercer suas funções.

Catanduvas, 10 de dezembro de 2014
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5743/13.

PORTARIA Nº 6.258 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA P/ 6258/14, de 17.12.2014.

"Prorroga por prazo determinado, contratação de Servidores Temporários que especifica"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255/10, de 28 de abril de 2010,

RESOLVE:

PRORROGAR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a contratação para as funções citadas abaixo, em caráter excepcional e por prazo determinado, com 40 (quarenta) horas semanais no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal da Infraestrutura, com os vencimentos de lei, os (as) seguintes Servidores (as):

NOME	CARGO	ATO ANTERIOR
ALIPIO RIBEIRO	Op. Maq. Agrícola e Rodov	PORTARIA P/6058/14
ANORELINO MACIEL	Op. Maq. Agrícola e Rodov	PORTARIA P/6060/14
ANTONIO ALVES DA ROZA	Op. Maq. Agrícola e Rodov	PORTARIA P/6057/14
ANOTONINHO B. A. DE OLIVEIRA	Agente de Serviços e Manutenção	PORTARIA P/6096/14
CLEUNICE FATIMA CAMILO	Agente de Serviços e Manutenção	PORTARIA P/6044/14
EDMAR LUIZ BORGARO	Op. Maq. Agrícola e Rodov	PORTARIA P/6180/14
EUGENIO ROSA DE ANDRADE	Op. Maq. Agrícola e Rodov	PORTARIA P/6188/14
JACIR ROBERTO DE MORAES	Motorista	PORTARIA P/6179/14
JARDO DOS SANTOS	Agente de Serviços Gerais	PORTARIA P/6061/14
JOAO LUZ	Vigia	PORTARIA P/6198/14
JOÃO ZILTON DE LIMA	Agente de Serviços Gerais	PORTARIA P/6052/14
LURDES RIBEIRO	Agente de Serviços Gerais	PORTARIA P/6055/14
MANDERLEI BASSO	Op. Maq. Agrícola e Rodov	PORTARIA P/6059/14
MARIA AMABILE AP. A. MORAIS	Agente de Serviços Gerais	PORTARIA P/6094/14
OSMAR DOS SANTOS NUNES	Agente de Serviços Gerais	PORTARIA P/6063/14
ROBERTO LUCIO CASIANO	Agente de Serviços Gerais	PORTARIA P/6163/14
ROBSON DOS SANTOS	Motorista	PORTARIA P/6045/14
TEREZA RICARDO	Agente de Serviços Gerais	PORTARIA P/6054/14
VALDIR ALVES DE OLIVEIRA	Agente de Serviços Gerais	PORTARIA P/6056/14
VALMIR LUIZ BANDEIRA	Agente de Serviços Gerais	PORTARIA P/6053/14
WILMAR RODRIGUES VIEIRA	Vigia	PORTARIA P/6051/14
ZELINDA DO PRADO FREITAS	Agente de Serviços Gerais	PORTARIA P/6145/14
ZENO BRUNO BASSO	Agente de Serviços Gerais	PORTARIA P/6046/14

Este ato prorroga o período constante nas Portarias anteriores, elevando-as até 31 de dezembro de 2015.

Catanduvas, 17 de dezembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 6.260 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA P/6260/14, de 18.12.2014.

"Prorroga por prazo determinado, contratação de Servidores Temporários que especifica"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art. 2º, VII, da Lei nº 2.255/10, de 28 de abril de 2010;

RESOLVE

PRORROGAR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a contratação para as funções citadas abaixo, em caráter excepcional e por prazo determinado, com 40:00 horas (semanais), na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, as nomeações dos servidores abaixo relacionados:

NOME	FUNÇÃO	ATO ANTERIOR
Eliane Salete de Lima Santos	Agente Comunitário de Saúde	P/ 5889/14
Francieli Xavier de Almeida	Agente Comunitário de Saúde	P/ 5889/14
Glauca T. Luzia Carvalho	Agente Comunitário de Saúde	P/ 6112/14
Isania Salete dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	P/ 5889/14
Jussara Janaina Lemes	Agente Comunitário de Saúde	P/ 5889/14
Vera Lucia de Lima	Agente Comunitário de Saúde	P/ 6095/14
Marli Terezinha Anhaya	Agente de Saúde Comb. Endemias	P/ 5882/13
Nelva Maule	Agente de Copa e Higienização	P/ 6047/14
Camila Bandeira	Agente de Copa e Higienização	P/ 6192/14
Darci Antonio Chinato	Agente de Serviços Manutenção	P/ 5889/14
Camila Seibt de Oliveira	Psicólogo 40 horas	P/ 6090/14
Ana Cristina Finger Campos	Psicólogo 40 horas	P/ 6079/14
Alessandra Begnini	Assistente Social	P/ 5991/14

Este ato prorroga o período de contratação constante nas Portarias anteriores, elevando-os 31 de dezembro 2015.

Catanduvas, 18 de dezembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 6.261 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA P/6261/14, de 18.12.2014.

"Prorroga por prazo determinado, contratação de Servidores Temporários que especifica"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art. 2º, VII, da Lei nº 2.255/10, de 28 de abril de 2010;

RESOLVE

PRORROGAR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a contratação para as funções citadas

abaixo, em caráter excepcional e por prazo determinado, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, as nomeações dos servidores abaixo relacionados:

NOME	FUNÇÃO	ATO ANTERIOR
Michael Maurilho Obetz	Cuidador Infantil	P/ 5969/14
Gisele Alves da Silva	Cuidador Infantil	P/ 5957/14
Tatiane Fernandes Danielli	Cuidador Infantil	P/ 5983/14
Sherlon Cristina de Bastiani	Professor Educação Infantil 20h	P/ 6035/14
Valdemir Bogoni	Professor Series Iniciais 20h	P/6009/14
Marly Marmementini Fagundes	Agente de Copa e Higienização	P/5934/14
Marcelo Bandeira	Motorista	P/6050/14

Este ato prorroga o período de contratação constante nas Portarias anteriores, elevando-os 18 de dezembro 2015.

Catanduvas, 17 de dezembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 6.262 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA P/6262/14, de 18.12.2014.

“Prorroga por prazo determinado, contratação de Servidores Temporários que especifica”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art. 2º, VII, da Lei nº 2.255/10, de 28 abril de 2010;

RESOLVE

PRORROGAR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a contratação para as funções citadas abaixo, em caráter excepcional e por prazo determinado, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, as nomeações dos servidores abaixo relacionados:

NOME	FUNÇÃO	ATO ANTERIOR
Carlos Alberto Barbieri	Medico 20 horas	P/ 6072/14
Geonara Paula Secco	Técnica em Enfermagem	P/ 6078/14
Sheila Ferri	Farmacêutica 20	P/ 6092/14
Suzania Bandeira	Agente de Copa e Higienização	P/ 6233/14

Este ato prorroga o período de contratação constante nas Portarias anteriores, elevando-os 31 de março 2015.

Catanduvas, 18 de dezembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 6.263 DE 04 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA P/6263/15, de 04.01.2015

“Exonera de Cargo em Comissão, CLAUDINEI ANTONIO SELLA”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 9º, II, combinado com o artigo 40 I, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

EXONERAR, no interesse da Administração Pública Municipal, CLAUDINEI ANTONIO SELLA, das funções do Cargo em Comissão de Secretario Municipal de Administração e Finanças, Nível CC-01, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o nominado funcionário deixa de exercer suas funções.

Catanduvas, 04 de janeiro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5776/13

PORTARIA Nº 6.264 DE 05 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA P/6264/15, de 05.01.2015

“Exonera a pedido, ADILES APARECIADA RODRIGUES”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 39, I, combinado com o artigo 207, §1º, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

EXONERAR, mediante pedido do(a) interessado(a), ADILES APARECIADA RODRIGUES, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-01A, 25 horas semanais do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Este ato atende pedido do (a) Servidor(a), que desempenhou suas funções até a presente data.

Catanduvas, 05 de janeiro de 2015

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5185/11

PORTARIA Nº 6.265 DE 05 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA P/6265/15, de 05.01.2015

“Nomeia para Cargo em Comissão, Hilário Godoi Chaves”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

RESOLVE

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, Hilário Godoi Chaves, para as funções do Cargo em Comissão de Diretor de Meio Ambiente e Defesa Civil, Nível CC-03, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos a partir da presente data, quando o nominado Servidor passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 05 de janeiro de 2015

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6195/14.

PORTARIA Nº 6.266 DE 05 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA P/ 6266/15, de 05.01.2015.

"Admite temporariamente, ANDREI GABRIEL DE MELO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ANDREI GABRIEL DE MELO, para o Cargo de Médico, Nível CE-116A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 05 de janeiro de 2015 a 04 de julho de 2015.

Catanduvas, 05 de janeiro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.267 DE 07 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA P/6267/15, de 07.01.2015

"Demite, ALTAIR DA ROCHA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) ALTAIR DA ROCHA, ocupante do Cargo Agente de Serviços e Manutenção, Nível CE-06A, 40 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6199/14.

Catanduvas, 07 de janeiro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6199/14

PORTARIA Nº 6.268 DE 12 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA P/ 6268/15, de 12.01.2015.

"Admite temporariamente, JOSE BELAMIR PEREIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, JOSE BELAMIR PEREIRA, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 12 de janeiro de 2015 a 31 de março de 2015.

Catanduvas, 12 de janeiro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.269 DE 12 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA P/ 6269/15, de 12.01.2015,

"Admite temporariamente,
SERGIO AGOSTINHO GONÇALVES"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, SERGIO AGOSTINHO GONÇALVES, para o Cargo de Agente de Serviço Gerais, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 12 de janeiro de 2015 a 11 de julho de 2015.

Catanduvas, 11 de fevereiro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.270 DE 19 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA P/6270/15, de 19.01.2015

"Demite, MAYARA RIBEIRO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) MAYARA RIBEIRO, ocupante do Cargo Técnico em Enfermagem, Nível CE-26A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6088/14.

Catanduvas, 19 de janeiro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6088/14.

PORTARIA Nº 6.271 DE 12 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA P/6271/14, de 12.01.2015

"Prorroga por prazo determinado, nomeação de SALVELINA ROSA DO AMARAL"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, e Edital de Teste Seletivo, nº 001/12, de 30 de janeiro de 2012,

RESOLVE

PRORROGAR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação de SALVELINA ROSA DO AMARAL, ocupante do Cargo de Agente de Copa Higienização, Nível CE-06A (com 40:00 horas) semanais, em caráter excepcional e prazo determinado, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto Social, com os vencimentos de lei.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/6114/14, elevando-o 31 de dezembro de 2015.

Catanduvas, 12 de janeiro de 2015

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6114/14

PORTARIA Nº 6.272 DE 23 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA P/6272/15, de 23.01.2015

"Demite, ANDRE ALVES DRUN NETO

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) ANDRE ALVES DRUN NETO, ocupante do Cargo Agente de Serviço Gerais, Nível CE-06A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6174/14.

Catanduvas, 23 de janeiro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6174/14.

PORTARIA Nº 6.273 DE 31 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA P/6273/15, de 31.01.2015

"Exonera de Cargo em Comissão, FRANCIELE DRESCH SPIER BUTZEN"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 9º, II, combinado com o artigo 40 I, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

EXONERAR, no interesse da Administração Pública Municipal, FRANCIELE DRESCH SPIER BUTZEN, das funções do Cargo em Comissão de Coordenador do CREAS, 40 horas semanais, Nível CC-05, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) nomeado(a) funcionário(a) deixa de exercer suas funções.

Catanduvas, 31 de janeiro de 2015

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6080/14

PORTARIA Nº 6.274 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/6274/15, de 02.02.2015

Concede licença para tratar de interesses particulares MIRAMAR APARECIDA PEREIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 102, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

CONCEDER, atendendo pedido do(a) interessado(a), MIRAMAR APARECIDA PEREIRA, Licença para tratar de Interesses Particulares à Funcionário(a), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, CE -06A no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, tem prazo de 02 (dois) anos.

Início da licença:

01 de fevereiro de 2015

Término da licença:

31 de janeiro de 2017

Catanduvas, 02 de janeiro 2014

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5100/11.

PORTARIA Nº 6.275 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/6275/15, de 02.02.2015

"Exonera a pedido, Suzana Terezinha Succhetti"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 39, I, combinado com o artigo 207, §1º, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

EXONERAR, mediante pedido do(a) interessado(a), Suzana Terezinha Succhetti ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-01A, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato atende pedido do (a) Servidor(a), que desempenhou suas funções até a presente data.

Catanduvas, 02 de fevereiro de 2015

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5422/12.

PORTARIA Nº 6.276 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/6276/15, de 02.02.2015

"Exonera a pedido, Juliana Bittencourt Ferreira de Queiroz

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 39, I, combinado com o artigo 207, §1º, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

EXONERAR, mediante pedido do(a) interessado(a), Juliana Bittencourt Ferreira de Queiroz ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato atende pedido do (a) Servidor(a), que desempenhou suas funções até a presente data.

Catanduvas, 02 de fevereiro de 2015

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5840/13.

PORTARIA Nº 6.277 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/6277/15, de 02.02.2015

"Exonera a pedido, Vanusa Dias Flâmia"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 39, I, combinado com o artigo 207, §1º, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

EXONERAR, mediante pedido do(a) interessado(a), Vanusa Dias Flâmia, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Comunitária de Saúde, Nível CE-31B, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Este ato atende pedido do(a) Servidor(a), que desempenhou suas funções até a presente data.

Catanduvas, 02 de fevereiro de 2015

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6223/14

PORTARIA Nº 6.278 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/6278/15, de 02.02.2015

"Demite, Simone de Lourdes Cavalheiro"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) Simone de Lourdes Cavalheiro, ocupante do Cargo Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da

Portaria P/5933/14.

Catanduvas, 23 de janeiro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5933/14.

PORTARIA Nº 6.279 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/6279/14, de 02.02.2014

"Concede Licença-Prêmio à LEONIR RIBEIRO DE FREITAS "

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 106A, da Lei Complementar nº 01/08,

RESOLVE

CONCEDER, atendendo pedido do(a) interessado(a) 01 (uma) Licença-Prêmio a(o) funcionário(a) LEONIR RIBEIRO DE FREITAS, com Efetividade, no Cargo de Motorista, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, sem prejuízo em seus vencimentos.

Período aquisitivo do direito à licença:

01 de julho 2008 a 30 de junho de 2013

Período de gozo:

01 de fevereiro 2015 a 02 de maio de 2015

Catanduvas, 02 de fevereiro de 2015

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ao Anterior: Portaria P/4444/08.

PORTARIA Nº 6.280 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/6280/14, de 06.02.2015

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, CLAUDEMIRA RIBEIRO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) CLAUDEMIRA RIBEIRO, ocupante do Cargo Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6070/14.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6070/14.

PORTARIA Nº 6.281 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/6281/15, de 06.02.2015

"Demite, DAIANA BERTOTTI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) DAIANA BERTOTTI, ocupante do Cargo Assistente Social, Nível CE-81A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6091/14.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6091/14.

PORTARIA Nº 6.282 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/ 6282/15, de 06.02.2015.

"Prorroga contrato por prazo determinado, GLAUCIA CAMUZZATO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255/10, de 28 de abril de 2010,

RESOLVE:

PRORROGAR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a contratação de GLAUCIA CAMUZZATO, ocupante do Cargo de Engenheiro(a) Ambiental, Nível CE -101A, em caráter excepcional e por prazo determinado, com 40 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/6181/14, elevando-o até 31/07/2015.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2015

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6181/14.

PORTARIA Nº 6.283 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/ 6283/15, de 06/02/2015

"Altera carga horária de Servidor que especifica"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 103, VIII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no art. 21 da Lei Complementar Municipal nº 19 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 66, de 21 de junho de 2010.

Considerando que o Servidor é efetivo no cargo de Odontólogo 40 horas, cuja nomeação ocorreu em 03 de janeiro de 2012;
Considerando que o Servidor requer redução temporária (de setembro de 2014 a janeiro de 2015) de carga horária para 20 horas

semanais para atender interesse particular e também requer redução proporcional de remuneração;

Considerando que a redução temporária de carga horária não prejudica a prestação dos serviços públicos,

Considerando que tal redução tem amparo na legislação municipal (art. 17 da Lei Complementar nº 66/2010),

RESOLVE:

REDUZIR, em regime temporário, a carga horária da servidora SALETE RIBEIRO CHIARELLO, Professora, 40 (quarenta) horas Nível MG-521D40 para 20 (vinte) horas semanais, com proporcional redução de vencimentos do cargo efetivo durante o período de 02 anos, compreendido no período de 09 de fevereiro de 2015 a 08 de fevereiro de 2017.

Catanduvas - SC, 06 de fevereiro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal.

Ato Anterior: P/6167/14.

PORTARIA Nº 6.284 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/ 6284/15, de 09.02.2015.

"Admite temporariamente, ANGELA MARIA BROLLO BEGNINI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ANGELA MARIA BROLLO BEGNINI, para o Cargo de Professor (a) de Educação Física, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 09 de fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015.

Catanduvas, 09 de fevereiro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior P/ 5999/14.

PORTARIA Nº 6.285 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/ 6285/15, de 09.02.2015.

"Admite temporariamente, JOYCE NATALHA DRUN FILIPPIN"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, JOYCE NATALHA DRUN FILIPPIN, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-01A, 25 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de

Pessoal da Secretaria Municipal de Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 09 de janeiro de 2015 a 19 de março de 2015.

Catanduvas, 09 de janeiro de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior:NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.286 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/ 6286/15, de 09.02.2015,
"Admite temporariamente, CLAUZIA ADRIANA DE VARGAS BROLL"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, CLAUZIA ADRIANA DE VARGAS BROLL, para o Cargo de Professor (a) de Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 09 de fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015.

Catanduvas, 09 de fevereiro de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6011/14

PORTARIA Nº 6.287 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/ 6287/15, de 09.02.2015,
"Admite temporariamente, ANAI TAVARES CARDOZO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ANAI TAVARES CARDOZO, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 09 de fevereiro de 2015 a 01 de março de 2015.

Catanduvas, 09 de fevereiro de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6085/14.

PORTARIA Nº 6.288 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/6288/15, de 09.02.2015
"Concede Licença-Prêmio à ANGELA MARILIA GARCIA MIOTTO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 106A, da Lei Complementar nº 01/08,

RESOLVE

CONCEDER, atendendo pedido do(a) interessado(a) 01 (uma) Licença-Prêmio a(o) funcionário(a) ANGELA MARILIA GARCIA MIOTTO com Efetividade, no Cargo de Professora, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, sem prejuízo em seus vencimentos.

Período aquisitivo do direito à licença:

01 de julho 2008 a 30 de junho de 2010
01 de julho 2011 a 30 de junho de 2014

Período de gozo:

09 de fevereiro 2015 a 10 de maio de 2015

Catanduvas, 09 de fevereiro de 2015
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6075/14.

PORTARIA Nº 6.289 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/6289/15, de 09.02.2015
"Nomeia para Cargo em Comissão, Regina Claudia Ribeiro Nora"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

RESOLVE

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, Regina Claudia Ribeiro Nora, para as funções do Cargo em Comissão de Gerente de Programas Sociais II, Nível CC-05, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos retroativo a de 02 de fevereiro de 2015, quando o(a) nominado(a) Servidor(a) passou a exercer essas funções, cessando seus e feitos em 18 de fevereiro de 2015

Catanduvas, 09 de fevereiro de 2015
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 24/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 24/2015
Edital: Pregão Presencial Nº.: 13/2015
Tipo: Menor Preço/Por Lote.
Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS NOVOS E REFORMA DE BRINQUEDOS EXISTENTES PARA MANUTENÇÃO DOS PARQUES INFANTIS JUNTO AO PRÉ-ESCOLAR CHAPEUZINHO VERMELHO E CRECHE MUNICIPAL CRIANÇA FELIZ.
Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 13 de Maio de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 13 de Maio de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br .
CAXAMBU DO SUL, 27 DE ABRIL DE 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 39/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000039/15 de 24 de Abril de 2015

Outros no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001334/14 de 3 de Novembro de 2014.
DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 29.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04.01 - Departamento de Educação

04.01.12.365.0006.1.014-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 29.000,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04.01 - Departamento de Educação

04.01.12.365.0006.1.014-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 29.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 24 de Abril de 2015
VILMAR FOPPA
PREFEITO

LEI 1.346/2015

LEI Nº 1.346/2015

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.207/2010, DOAÇÃO DE LOTE URBANO PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica revogada a Lei Municipal nº 1.207/2010, de 17 de agosto de 2010, que autorizou a cessão temporária do lote urbano nº 339-A, com área de 500,00m², matrícula nº R-1-58.707, para a Casa de Oração Pentecostal Vida Nova da cidade de Chapecó.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar o lote urbano nº 339-A, da quadra nº 29, do Loteamento que deu origem à cidade de Caxambu do Sul, com área de 500,00m², registrado na matrícula nº R-1-58.707, do Registro Imobiliário da Comarca de Chapecó/SC, ao Estado de Santa Catarina, para abrigar as futuras instalações da sede do Destacamento da Polícia Militar no município de Caxambu do Sul, que deverá ser construída, vedada a utilização para qualquer outro fim.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal, desde já fica autorizado a transferir o lote urbano identificado no artigo anterior, ao Estado de Santa Catarina, por meio de Escritura Pública de Doação, com cláusula de reversão automática em favor do Município de Caxambu do Sul, caso não seja utilizado no prazo máximo de 3 (três) anos, contados da data de publicação da presente Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 27 de ABRIL de 2015.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

212/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 212/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, c/c com as Leis Complementares nº. 007 de 23.12.99 e 008 de 23.12.99, e tendo em vista a homologação do Resultado do Concurso Público nº. 02/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata aprovada no Concurso Público nº. 02/2014, para preenchimento do cargo de provimento efetivo, conforme Anexo Único, adjunto a esta Portaria, e disposições do art. 8º, Anexos I, II, III e IV da Lei Complementar nº. 007 de 23.12.99 e art. 13 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 2º A posse deverá ocorrer no prazo de até trinta dias contados da publicação deste ato nos meios oficiais de publicação, com apresentação dos documentos previstos no art. 15 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 3º O presente ato tornar-se-á sem efeito, se no decorrer do prazo fixado no art. 2º desta Portaria, o candidato não tomar posse, conforme determina o art. 14, §2º da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de abril de 2015.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CLAS.	NOME	CARGO
2º	Maiara Klettenberg	Enfermeira – 40 horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 22 de abril de 2015.
JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

213/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 213/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01/06/2013 à 30/05/2014, a VILMA ROSA CORREIA DE OLIVEIRA, matriculada sob o nº238/03, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo - 40 horas na Secretaria Municipal da

Agricultura, Indústria e Comercio.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 28.04.2015 à 27.05.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 27 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

ANEXOS DO DECRETO 043-2015

Serviços Topográficos - Agrimensura & Edificações
Antonio Duarte da Silva - CREA 40080-5 SC Rua Pres.Nereu 205 - Fundos - Centro - Ituporanga SC
E-mail: antonio_agrimensor@yahoo.com.br - F. 47-533.2866 - 9998.0822

MEMORIAL DESCRITIVO

O presente Memorial descritivo tem como objetivo mostrar as confrontações, dimensões e área de um terreno, localizado em Chapadão do Lageado, propriedade do Sr. PAULO BETTOLY NETO, CPF 218.634.319-34, conforme certidão do Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga para fins de DESMEMBRAMENTO.

Matricula 1.787

Área total Matriculada 80.346,00m2

Área total do terreno 81.480,00m2

Área a ser desapropriada 603,75m2

Área remanescente do terreno 80.876,25m2

OBS: A Área a desmembrar com 603,75m, será UNIFICADA na Matrícula 19.740, com 16.000,00m2, totalizando 16.603,75m2

Limites e Confrontações - Área a Desmembrar com 603,75m2, (Projeto anexo).

Partindo do P02 Coordenadas UTM N= 6949325.944 E=644857.712, em direção ao P03, com Coordenadas UTM N= 6949325.228 E=644850.252, distancia de 7,50m, divisa Paulo Bettoly Neto Matrícula 1.787. Deste segue por uma linha reta até P04, Coordenadas UTM N=6949245.084 E=644857.928, distancia de 80,50m, divisa com Paulo Bettoly Neto, Matrícula 1.787. Deste segue até o P05, com Coordenadas UTM N=6949245.814 E=644865.392, distancia de 7,50m, divisa com Paulo Bettoly Neto, Matrícula 1.787. Deste segue uma linha reta até o P02, margeando a Rodovia que dá acesso ao Município com distancia de 80,50m.

Limites e confrontações referente a Matrícula 19.740, com a Área UNIFICADA de 16.603,75m2, (Projeto anexo).

Partindo do ponto OPP, Coordenadas UTM N=6949593.080 E=644985.495, distancia de 85,50m, divisa com Rodovia de acesso ao Município, encontra-se o P01, com Coordenadas UTM N=6949560.028 E=644909.488. Deste segue por uma linha curva com distancia de 281,60m, divisa com Paulo Bettoly Neto, Matrícula 1.787, chega ao P02, P02Coordenadas UTM N= 6949325.944 E=644857.712. Partindo, em direção ao P03, com Coordenadas UTM N= 6949325.228 E=644850.252, distancia de 7,50m, divisa Paulo Bettoly Neto Matrícula 1.787. Deste segue por uma linha reta até P04, Coordenadas UTM N=6949245.084 E=644857.928, distancia de 80,50m, divisa com Paulo Bettoly Neto, Matrícula 1.787. Deste segue até o P05, com Coordenadas UTM N=6949245.814 E=644865.392, distancia de 7,50m, divisa com Paulo Bettoly Neto, Matrícula 1.787. Deste segue 58,74m,

divisa com Paulo Bettoly Neto, Matrícula 1.787, chega ao P06, Coordenadas UTM N=6948187.147 E=644868.204. Seguindo uma linha curva com 164,83m, divisa Paulo Bettoly Neto, Matrícula 640, encontra-se o P09, Coordenadas UTM N=6949147.040 E=644732.488. Deste por uma linha sinuosa com 303,78m, divisa com Rodovia de acesso ao Município, encontra-se o P10, Coordenadas UTM N=6949309.584 E=644881.850. Deste uma linha curva com 112,62m, divisa com a Antiga Estrada, encontra-se o P11, Coordenada UTM N=6949421.319 E=644880.445. Deste seguindo uma linha curva com 220,20m, divisa com divisa Paulo Bettoly Neto Matrícula 1.787, encontra-se o ponto OPP.

Serviços Topográficos - Agrimensura & Edificações
Antonio Duarte da Silva - CREA 40080-5 SC Rua Pres.Nereu 205 - Fundos - Centro - Ituporanga SC
E-mail: antonio_agrimensor@yahoo.com.br - F. 47-533.2866 - 9998.0822

Resp. Técnico Proprietário/Requerente
Antônio Duarte da Silva Paulo Bettoly Neto
CREA 040080-5/SC CPF 218.634.319-34

Pref. Municipal de Chapadão do Lageado
CNPJ 01.613.120/0001-27

Ituporanga, 24 de abril de 2015.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 07.2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA por este Edital a candidata aprovada no Concurso Público Edital 02/2014, a seguir relacionada, a comparecer no setor de pessoal, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, a fim de tomar posse no respectivo cargo.

Qualquer Dúvida entrar em contato através do telefone (47) 3537 00 72 ou por meio do e-mail: administracao@chapadaodolageado.sc.gov.br

NOME	CARGO
Maiara Klettenberg	Enfermeira – 40 horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 24 de abril de 2015.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 212/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, c/c com as Leis Complementares nº. 007 de 23.12.99 e 008 de 23.12.99, e tendo em vista a homologação do Resultado do Concurso Público nº. 02/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata aprovada no Concurso Público nº. 02/2014, para preenchimento do cargo de provimento efetivo, conforme Anexo Único, adjunto a esta Portaria, e disposições do art. 8º, Anexos I, II, III e IV da Lei Complementar nº. 007 de 23.12.99 e art. 13 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 2º A posse deverá ocorrer no prazo de até trinta dias contados da publicação deste ato nos meios oficiais de publicação, com apresentação dos documentos previstos no art. 15 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 3º O presente ato tornar-se-á sem efeito, se no decorrer do prazo fixado no art. 2º desta Portaria, o candidato não tomar posse, conforme determina o art. 14, §2º da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de abril de 2015.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CLAS.	NOME	CARGO
2º	Maiara Klettenberg	Enfermeira – 40 horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 22 de abril de 2015.
JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 043 DE 27.04.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº. 043 DE 27.04.2015

Declara de Utilidade Pública, para fins de Desapropriação, área de terra situada na rodovia de acesso ao Município, via localidade de Rio Lageado, para construção do Portal Turístico e dá outras providências.

CONSIDERANDO o objeto do Contrato de Repasse n. 783208/2013/MTUR/CAIXA, do Ministério do Turismo, que prevê a liberação de recursos para construção de Portal Turístico;

CONSIDERANDO que a construção do Portal, complementarà a atividade turística Lageadense, fortalecendo e fomentando o desenvolvimento turístico local e regional;

CONSIDERANDO a realização de estudo técnico, que definiu o local ora declarado de utilidade pública, como mais apropriado para a implantação do Projeto;

CONSIDERANDO, que a área localiza-se na principal via de acesso ao Município, em local estratégico, em função da visibilidade alcançada, sendo, portanto, de interesse público;

CONSIDERANDO, que a área de terras em função da sua extensão, é suficiente para a execução do objeto, com suas obras complementares (estacionamento, monumento histórico e ajardinamento);

CONSIDERANDO a necessidade de desapropriação do imóvel para implantação do projeto.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto - Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e amparado nos arts. 50, XIII e 70, I, d, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, via amigável ou judicial, a área de terra situada na Rodovia de acesso ao Município, via localidade de Rio Lageado, Município de Chapadão do Lageado, abaixo descrita:

PROPRIETÁRIOS – PAULO BETTOLY NETO e EDILZA KREUSCH BETTOLY

Número da Matrícula do Imóvel: 1.787 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga.

Área Total do Imóvel: 80.346,00m²

Área Desapropriada: 603,75m²

DESCRIÇÃO: Terreno com área desapropriada de 603,75m² (seiscentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), devidamente matriculado sob o nº. 1.787, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga, situado na Rodovia de acesso ao Município, via localidade de Rio Lageado - Município de Chapadão do Lageado, com as seguintes medidas e confrontações:

Área: 603,75m²

Partindo do P02 Coordenadas UTM N= 6949325.944 E=644857.712, em direção ao P03, com Coordenadas UTM N= 6949325.228 E=644850.252, distância de 7,50m, divisa Paulo Bettoly Neto Matrícula 1.787. Deste segue por uma linha reta até P04, Coordenadas UTM N=6949245.084 E=644857.928, distancia de 80,50m, divisa com Paulo Bettoly Neto, Matrícula 1.787. Deste segue até o P05, com Coordenadas UTM N=6949245.814 E=644865.392, distancia de 7,50m, divisa com Paulo Bettoly Neto, Matrícula 1.787. Deste segue uma linha reta até o P02, margeando a Rodovia que dá acesso ao Município com distancia de 80,50m.

Art. 2º A área a que se refere o art. 1º deste Decreto destina-se a construção do Portal Turístico, na principal via de acesso à cidade de Chapadão do Lageado.

Art. 3º Faz parte integrante do presente decreto o levantamento planimétrico da área de intervenção e o memorial descritivo.

Art. 4º A indenização decorrente da efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, fica consignada à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

Projeto/Atividade: 1009 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis

Elemento de Despesa - 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 123 - Recursos Ordinários - Tesouro - Exercício Anterior

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 27 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ANEXOS DO DECRETO 043-2015 / MAPA**Serviços Topográficos – Agrimensura & Edificações**

Antonio Duarte da Silva - CREA 40080-5 SC Rua Pres.Nereu 205 – Fundos – Centro - Ituporanga SC

E-mail: antonio_agrimensor@yahoo.com.br - F. 47-533.2866 – 9998.0822

MEMORIAL DESCRITIVO

O presente Memorial descritivo tem como objetivo mostrar as confrontações, dimensões e área de um terreno, localizado em Chapadão do Lageado, propriedade do Sr. **PAULO BETTOLY NETO**, CPF 218.634.319-34, conforme certidão do Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga para fins de **DESMEMBRAMENTO**.

Matricula	1.787
Área total Matriculada	80.346,00m2
Área total do terreno	81.480,00m2
Área a ser desapropriada	603,75m2
Área remanescente do terreno	80.876,25m2

OBS: A Área a desmembrar com 603,75m, será UNIFICADA na Matrícula 19.740, com 16.000,00m2, totalizando 16.603,75m2

Limites e Confrontações – Área a Desmembrar com 603,75m2, (Projeto anexo).

Partindo do P02 Coordenadas UTM N= 6949325.944 E=644857.712, em direção ao P03, com Coordenadas UTM N= 6949325.228 E=644850.252, distancia de 7,50m, divisa Paulo Bettoly Neto Matrícula 1.787. Deste segue por uma linha reta até P04, Coordenadas UTM N=6949245.084 E=644857.928, distancia de 80,50m, divisa com Paulo Bettoly Neto, Matrícula 1.787. Deste segue até o P05, com Coordenadas UTM N=6949245.814 E=644865.392, distancia de 7,50m, divisa com Paulo Bettoly Neto, Matrícula 1.787. Deste segue uma linha reta até o P02, margeando a Rodovia que dá acesso ao Município com distancia de 80,50m.

Limites e confrontações referente a Matrícula 19.740, com a Área UNIFICADA de 16.603,75m2, (Projeto anexo).

Partindo do ponto OPP, Coordenadas UTM N=6949593.080 E=644985.495, distancia de 85,50m, divisa com Rodovia de acesso ao Município, encontra-se o P01, com Coordenadas UTM N=6949560.028 E=644909.488. Deste segue por uma linha curva com distancia de 281.60m, divisa com Paulo Bettoly Neto, Matrícula 1.787, chega ao P02, P02 Coordenadas UTM N= 6949325.944 E=644857.712. Partindo, em direção ao P03, com Coordenadas UTM N= 6949325.228 E=644850.252, distancia de 7,50m, divisa Paulo Bettoly Neto Matrícula 1.787. Deste segue por uma linha reta até P04, Coordenadas UTM N=6949245.084 E=644857.928, distancia de 80,50m, divisa com Paulo Bettoly Neto, Matrícula 1.787. Deste segue até o P05, com Coordenadas UTM N=6949245.814 E=644865.392, distancia de 7,50m, divisa com Paulo Bettoly Neto, Matrícula 1.787. Deste segue 58,74m, divisa com Paulo Bettoly Neto, Matrícula 1.787, chega ao P06, Coordenadas UTM N=6948187.147 E=644868.204. Seguindo uma linha curva com 164,83m, divisa Paulo Bettoly Neto, Matrícula 640, encontra-se o P09, Coordenadas UTM N=6949147.040 E=644732.488. Deste por uma linha sinuosa com 303,78m, divisa com Rodovia de acesso ao Município, encontra-se o P10, Coordenadas UTM N=6949309.584 E=644881.850. Deste uma linha curva com 112,62m, divisa com a Antiga Estrada, encontra-se o P11, Coordenada UTM N=6949421.319 E=644880.445. Deste seguindo uma linha curva com 220,20m, divisa com divisa Paulo Bettoly Neto Matrícula 1.787, encontra-se o ponto OPP.

Serviços Topográficos – Agrimensura & Edificações

Antonio Duarte da Silva - CREA 40080-5 SC Rua Pres.Nereu 205 – Fundos – Centro - Ituporanga SC

E-mail: antonio_agrimensor@yahoo.com.br - F. 47-533.2866 – 9998.0822

Resp. Técnico

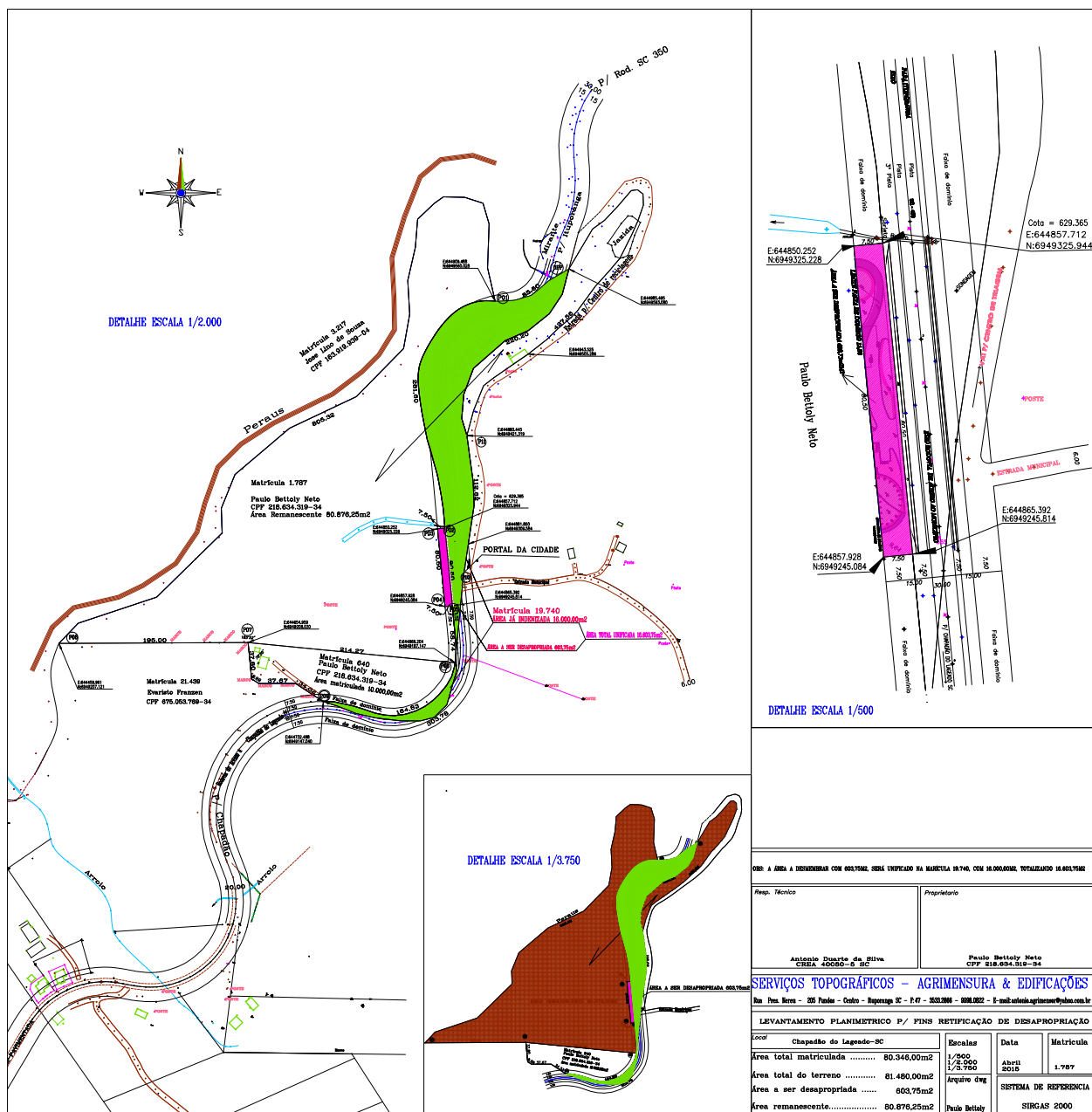
Antônio Duarte da Silva
CREA 040080-5/SC

Proprietário/Requerente

Paulo Bettoly Neto
CPF 218.634.319-34

Pref. Municipal de Chapadão do Lageado
CNPJ 01.613.120/0001-27

Ituporanga, 24 de abril de 2015.



Cocal do Sul**SAMAE****ERRATA PREGÃO PRESENCIAL 11/2015**

Pregão Presencial n.º 11/2015.

Processo n.º 11/2015.

ERRATA - Alteração de Descrição de Objeto e data de abertura.

A descrição do item de nº 03 do Anexo I do Edital de Pregão Presencial 11/2015 fica alterado no que diz respeito ao tipo de concreto, ou seja, de concreto armado para concreto simples, conforme segue abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	TIPO	R\$ MÁXIMO UNITÁRIO
3	Tubo de concreto simples, diâmetro de 400mm	300	Unidades	35,00

FICA ALTERADA A DATA DA ABERTURA DO CERTAME PARA O DIA 13/05/2015 ÀS 09:30 HORAS.

Cocal do Sul-SC, 27 de Abril de 2015.

Adenilson Ghisi

Pregoeiro do SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL 14/2015

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:30 horas do dia 18 de Maio de 2015, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 14/2015, para aquisição de tubos e conexões para reposição de almoxarifado, conforme descrição no Anexo I do edital. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:30 horas do dia 18 de Maio de 2015. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 - Bairro Jardim Bela Vista - Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: www.samaecocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul-SC, 27 de Abril de 2015.

Carla Cristina Possamai Della.

Diretora do SAMAE

Concórdia**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2015 - PMC

Obras E Serviços De Engenharia

Objeto: Contratação de empresa do ramo de construção civil, em regime de empreitada global (mão de obra e material), para execução de reforma da EBM Irmão Miguel, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 15/05/2015, ÀS 10h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 14/05/2015, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 15/05/2015, às 10h00min.

Abertura: dia 15/05/2015, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 27 de Abril de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2015

A Secretária Municipal de Educação, torna público que ratificou o ato do Senhor ORIDES STORCHIO, Diretor Administrativo, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 24 de abril de 2015, para assinatura de jornais e revistas, para suporte Técnico e Pedagógico a alunos e professores, a serem distribuídas nas escolas da Rede Pública Municipal, celebrado com REDE DE COMUNICAÇÃO SC LTDA, no valor total de R\$ R\$6.999,90 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais com noventa centavos); DYS EDITORA LTDA ME, no valor total de R\$12.595,00 (doze mil e quinhentos e noventa e cinco reais); EMPRESA EDITORA CONCORDIA LTDA, no valor total de R\$16.352,00 (dezesseis mil e trezentos e cinquenta e dois reais); CERTA EDITORA DE JORNAIS LTDA ME, no valor total de R\$14.375,00 (quatorze mil e trezentos e setenta e cinco reais); EDITORA JOTAGÊ LTDA - ME, no valor total de R\$7.260,00 (sete mil e duzentos e sessenta reais).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretaria Municipal de Educação

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 193/2015

DECRETO N. 193/2015 DE 27 DE ABRIL DE 2015

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir do dia 30 de abril de 2015, a Sra. MICHELLE PARNOFF, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria com carga horária de 20 h semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 27 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO Nº 194/2015

DECRETO Nº 194/2015, DE 27 DE ABRIL DE 2015

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica demitida, a pedido, a partir de 30/04/2015, a Sra. MICHELLE PARNOFF, na função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 27 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO Nº 195/2015

DECRETO N. 195/2015 DE 27 DE ABRIL DE 2015

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ASSISTENTE TÉCNICO DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir do dia 30 de abril de 2015, a Sra. CRISTIANE FAREZIN TOSATI, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria com carga horária de 20 h semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 27 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas**PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 46/2015**

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46/2015

Contratado: TRANSPORTES SÃO MARCOS LTDA ME

Objeto: Contratação de empresa através de empreitada global para pavimentação com pedras irregulares nas rodovias EMCF-133 e EMNI-032 acesso a linha Cairu BR 282, município de Coronel Freitas SC, totalizando 5.796,00 m²

Valor: R\$ 209.989,08 (Duzentos e nove mil novecentos e oitenta e nove reais e oito centavos)

Vigência: 27/07/2015

Corupá**PREFEITURA****CREDENCIAMENTO Nº 002/15**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO

Modalidade CREDENCIAMENTO Nº 002/15

O MUNICÍPIO DE CORUPÁ torna público aos interessados que se encontra aberto o CREDENCIAMENTO DE CLINICAS MÉDICAS E LABORATORIOS NAS ESPECIALIDADES CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO I, para o atendimento das necessidades das pessoas do Município, cujo objeto é atender aos munícipes na área médica, através de consultas e/ou exames, em conformidade com o Anexo I do Edital e Anexo V - Minuta do Contrato, nos prazos, tipos e quantidades solicitadas em ato formal do MUNICÍPIO, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 28/04/2015.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 27 de Abril de 2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 012/2015 - REGISTRO DE PREÇO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 012/15

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de equipamentos de proteção individual (EPI's) e outros materiais afins, destinados à melhoria das condições de trabalho dos Servidores Municipais de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 28/04/2015 às 09 horas do dia 11/05/2015.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 11/05/2015.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 28 de Abril de 2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.571/2015

DECRETO Nº 4.571/2015

DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DO PROCON, DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DA FISCALIZAÇÃO, DAS PRÁTICAS INFRATIVAS E DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS RELATIVAS À LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990, DECRETO Nº 2.181, DE 20 DE MARÇO DE 1997 E LEI MUNICIPAL Nº 5.410/2015.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

DECRETA

TÍTULO I DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I DA NATUREZA E OBJETIVOS

Art. 1º. O Programa Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, criado pela Lei nº 5.410 de 18 de março de 2015, fica organizado nos termos deste Decreto competindo os seguintes objetivos permanentes:

- I - assessorar ao Prefeito Municipal na formulação da Política municipal de proteção e defesa ao consumidor.
- II - planejar, elaborar, coordenar e executar a política municipal de proteção ao consumidor.
- III - receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias ou sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- IV - prestar orientação permanente aos consumidores sobre seus direitos e garantias;
- V - representar ao Ministério Público, para fins de adoção de medidas judiciais no âmbito de suas atribuições;
- VI - solicitar o apoio de órgãos e entidades federais, estaduais e demais órgãos municipais, bem como auxiliar na fiscalização de preços, abastecimento, quantidade e segurança de bens de consumo, no âmbito de sua competência;
- VII - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas, em conformidade com a Lei 8.078/90 e Decreto 2.181/97;
- VIII - expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores;
- IX - manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, na conformidade do previsto no art. 44, da Lei 8.078/90, e registrando as soluções.
- X - colocar à disposição dos consumidores, mecanismos que possibilitem informar os menores preços dos produtos básicos;
- XI - solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução de seus objetivos.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º. O PROCON Municipal tem a seguinte estrutura organizacional:

- I - Coordenador Executivo do Procon;
- II - Serviço de Educação e atendimento ao consumidor;

II - Serviço de Fiscalização e apoio administrativo.

SEÇÃO I COORDENADOR EXECUTIVO DO PROCON

Art. 3º. Compete ao Coordenador Executivo do PROCON:

- I - propor, planejar, elaborar e coordenar a política do sistema municipal de defesa dos direitos e interesses dos consumidores com anuência do Procurador Geral do Município;
- II - acompanhar a execução e o desempenho das atividades do PROCON;
- III - questionar junto aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais, bem como junto ao PROCON Estadual e outros órgãos de Defesa do Consumidor, visando estabelecer mecanismos de cooperação e/ou atuação em conjunto;
- IV - Providenciar para que as reclamações e/ou pedidos dirigidos ao PROCON Municipal tenham pronta e eficaz solução;
- V - firmar convênios ou acordos de cooperação com anuência do Procurador Geral do Município;
- VII - estimular, incentivar e orientar a criação e organização de associações e entidades de defesa do consumidor no Município e apoiar as existentes;

- VIII - encaminhar, se for o caso, as reclamações não resolvidas administrativamente pelo PROCON Municipal à Assistência Judiciária ou ao Ministério Público;
- IX - apresentar ao Procurador Geral do Município relatório mensal e anual das atividades desenvolvidas pelo PROCON Municipal;
- X - zelar para que seja sempre mantida compatibilizações entre as atividades e funções do PROCON com as exigências legais de proteção ao consumidor;
- XI - buscar intercâmbio jurídico com o PROCON Estadual e o Ministério da Justiça;
- XII - atuar junto ao Sistema Municipal de Ensino, visando incluir o tema "Educação para o Consumo" nas disciplinas já existentes, possibilitando a informação e formação de uma nova mentalidade nas relações de consumo;
- XIII - estudar permanentemente o fluxo das atividades do PROCON, propondo as devidas alterações em função de novas necessidades de atualização e aumento da eficiência dos serviços prestados;
- XIV - julgar o procedimento administrativo fixando multa, observando os critérios pertinentes;
- XV - proferir decisão em primeira instância de julgamento, sobre arquivamentos e processos administrativos de Reclamação Fundamentada Atendida, Reclamação Fundamentada Não Atendida e Reclamação Não Fundamentada.
- XIX - prolatar decisão em primeira instância no processo originário do Auto de Infração;
- XX - requerer a instauração de inquéritos policiais;
- XXI - aprovar o Cadastro de Defesa do Consumidor e autorizar a publicação das reclamações fundamentadas atendidas e não atendidas;
- XXII - baixar atos e normas administrativas visando, o bom andamento do PROCON Municipal, bem como aquelas necessárias à defesa do consumidor, sempre com anuência do Procurador Geral do Município;
- XXIII - instaurar procedimentos administrativos de ofício;
- XXIV - divulgar, por todos os meios possíveis, a relação dos menores preços praticados no mercado em relação aos produtos básicos;
- XXV - administrar o sistema SINDEC;
- XXVI - dirigir e representar o PROCON Municipal;
- XXVII - Desempenhar atividades correlatas.

SEÇÃO II SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR

Art. 4º. O Serviço de Educação e atendimento ao Consumidor, órgão subordinado à Coordenadoria Executiva, será dirigido por um servidor efetivo designado pelo Coordenador do Procon.

Art. 5º. Compete ao Serviço de Educação ao Consumidor:

- I - manter à disposição dos consumidores sistema permanente de informação dos menores preços de produtos básicos;
- II - orientar permanentemente os consumidores sobre seus direitos e garantias;
- III - incentivar a criação e organização de órgãos e associações comunitárias voltadas a defesa do consumidor e apoiar os já existentes;
- IV - desenvolver palestras, campanhas, feiras, debates e outras atividades correlatas;
- V - atuar junto ao Sistema Municipal formal de ensino, visando fomentar a inclusão do tema Educação para o Consumo entre as disciplinas já existentes, de forma a possibilitar a formação de uma nova mentalidade nas relações de consumo.

SEÇÃO III

DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 6º. O Serviço de Fiscalização e Apoio Administrativo é órgão subordinado à Coordenadoria Executiva dirigido por um fiscal e por um servidor efetivo, designado pelo coordenador executivo, na forma da Lei.

Art. 7º. Ao Serviço de Apoio Administrativo compete:

- I - a disponibilização e controle da utilização de recursos materiais, humanos e financeiros do PROCON;
- II - organizar os procedimentos de expediente do PROCON;
- III - a realização de outras atividades de ordem administrativa.
- IV - divulgar e atender as instruções administrativas baixadas pelo Coordenador Executivo;
- V - efetuar o registro e ordenamento das correspondências recebidas e encaminhadas pelo PROCON;
- VI - divulgar, interna e externamente, quando for o caso, atas, comunicações e resoluções de interesse da clientela do PROCON, da CMPN e do CONDECON;
- VII - receber, registrar e encaminhar todos os documentos e papéis relacionados ao PROCON, providenciado para que seja feito o controle da tramitação destes;
- VIII - informar aos interessados sobre o andamento de processos e orientá-los sobre os demais assuntos pertinentes à atuação do PROCON;
- IX - manter arquivo geral de expedientes findos, registrando os que forem de interesse do PROCON;
- X - providenciar e fiscalizar a execução dos serviços de limpeza e conservação dos móveis e dependências do PROCON;
- XI - executar outras atribuições afins.

Art. 8º. Compete ao fiscal do PROCON:

- I - fiscalizar as relações de consumo;
- II - determinar conjuntamente com o Coordenador Executivo as diligências especiais no atendimento de reclamações formuladas pelos consumidores, notadamente aquelas que necessitam de verificação "in loco" para a comprovação da possível prática infrativa;
- III - fiscalizar, de forma preventiva dos direitos do consumidor, em todas suas etapas, incluindo a lavratura de autos relacionados ao ato praticado, conforme Decreto nº 2.181/97;
- IV - a fiscalização da publicidade dos produtos e serviços, coibindo aquelas consideradas enganosas e abusivas;
- V - a comunicação às autoridades competentes das infrações as relações de consumo;
- VI - expedir notificação;
- VII - participar de "blitz";
- VIII - os fiscais devem proceder com decoro no exercício da

- função, visando preservar a imagem do PROCON;
- IX - receber amostra de produtos apreendidos ou recolhidos por suspeita de estarem em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos competentes;
- X - encaminhar amostras para análises e parecer de órgãos competentes;
- XI - receber resultados e pareceres das análises, instruir os processos e devolvê-los ao setor interessado;
- XII - orientar e realizar coletas de amostra de produtos suspeitos, conforme as normas fiscalizatórias;
- XII - vistoriar a realização do serviço, objeto da reclamação, emitindo parecer e visando instruir o processo em tramitação;
- XIII - exercer qualquer outra atividade fiscalizatória prevista em leis e regulamentos pertinentes.

§ 1º A fiscalização será efetuada por agentes fiscais devidamente credenciados mediante Cédula de Identificação Fiscal, oficialmente designados para o cargo de carreira de Fiscal do PROCON e vinculados ao respectivo órgão de proteção e defesa do consumidor;

§ 2º Os agentes responderão pelos atos que praticarem quando investidos da ação fiscalizadora.

Art. 9º. Ao servidor designado para desenvolver as atividades relativas ao Serviço de Apoio Administrativo do PROCON compete:

- I - recepcionar e orientar o consumidor;
- II - registrar as denúncias em formulário próprio e tomar as medidas para solucioná-las;
- III - encaminhar as reclamações para o Setor de Conciliação para providenciar audiência conciliatória;
- IV - encaminhar para o Setor de Fiscalização os casos que exigem diligências ou ao órgão Judiciário os casos que assim exigirem;
- V - remeter os assuntos pendentes de solução aos órgãos competentes, dentro de suas respectivas áreas de atuação e jurisdição. Para subsequentes providências e medidas pertinentes;
- VI - expedir ofícios aos reclamantes e reclamados relativo às reclamações;
- VII - comunicar solução da denúncia ao consumidor e determinar arquivamento do processo, com vistas ao Diretor;
- VIII - Emitir certidões negativas;
- IX - entregar material informativo ao consumidor;
- X - expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelo consumidor ao PROCON (Art. 55, § 4º da Lei nº 8.078/90);
- XI - elaborar e/ou distribuir material formativo e informativo sobre os direitos e deveres do consumidor;
- XII - efetuar estatísticas mensais de atendimento, bem como o relatório circunstanciado, onde constem denúncias, encaminhamentos e soluções ou pendências;
- XIII - Executar serviços de datilografia, reprografia e digitação.
- XIV - Protocolizar, expedir e arquivar documentos;
- XV - Processar as reclamações;
- XVI - Controlar a tramitação do processo;
- XVII - Guardar e arquivar os atendimentos e processos executados;
- XVIII - Secretariar a Diretoria do PROCON e do CONDECON e demais atividades que lhe forem atribuídas.
- XIX - Conciliador, auxiliar da Gerência de Defesa do Cidadão na audiência de conciliação;
- XX - outras atividades determinadas pela Coordenadoria ou correlatas.

TÍTULO II

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. O PROCON Municipal, órgão de proteção e defesa dos direitos do consumidor, responsável pela abertura de processo, conciliação, instrução, julgamento e recurso, das causas de sua competência.

Art. 11. O processo orientar-se-á pelos critérios da celeridade, economia processual, buscando sempre que possível a conciliação em prol do consumidor.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 12. O PROCON Municipal de Curitiba tem competência para conciliar, processar e julgar as relações de consumo, quando o consumidor residir em Curitiba ou quando efetivar a compra na cidade de Curitiba.

CAPÍTULO III DA CONSULTA

Art. 13. A consulta do consumidor realizar-se-á de forma oral através da Ficha de Atendimento (FA) e lançada no SINDEC no órgão de atendimento da seguinte forma:

- I - o atendente entrará em contato com o fornecedor, momento em que relatará sucintamente os fatos com o objetivo de atender a pretensão do consumidor;
- II - o atendente realizará, se for o caso, o cálculo da dívida em conformidade com os índices oficiais e entregará ao consumidor a fim de que o mesmo apresente ao fornecedor com o intuito de formalizar acordo.

Parágrafo Único - Caso não seja efetivada a conciliação instaurar-se-á processo administrativo preliminar.

Art. 14. Considera-se consulta simples, o registro de pedido que objetive uma informação ou orientação a respeito de assuntos de interesse do consumidor:

§ 1º O atendimento prestado no caso do caput deste artigo constará do banco de dados;

§ 2º Mediante análise técnica, e a seu critério, os casos apresentados a título de consulta poderão ser convertidos em reclamações, de ofício, ou a pedido do consumidor, ou, ainda, conduzir à emissão de Carta de Informações Preliminares - CIP, posteriormente à orientação a ele fornecida.

CAPÍTULO IV DA CARTA DE INFORMAÇÃO PRELIMINAR

Art. 15. A Carta de Informação Preliminar (CIP), deverá conter de forma simples:

- I - o nome, a qualificação e o endereço das partes;
- II - os fatos e fundamentos, de forma sucinta;
- III - o objeto e a devida restituição.

Art. 16. O fornecedor poderá no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da Carta de Informação Preliminar (CIP), oferecer sua resposta:

- I - prestar as informações demandadas e acolher na íntegra o pedido do consumidor;
- II - prestar as informações demandadas e apresentar proposta diversa de acordo;
- III - negar atendimento à pretensão do consumidor, apresentando sucintamente os motivos pelos quais não perfectibilizou o acordo, e, por conseguinte da oportunidade de instauração do

procedimento administrativo, momento em que apresentará os fundamentos de fato e de direito.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos I e II, caberá ao fornecedor fazer prova, do efetivo atendimento ao pedido do consumidor ou, ainda, do aceite deste à proposta alternativa por ele formulada, sem o que, proceder-se-á à análise do caso na forma do parágrafo seguinte.

§ 2º Na hipótese do inciso III, será dado um dos seguintes encaminhamentos:

- I - abertura de reclamação, em sede administrativa;
- II - orientação aos consumidores a ingressarem no judiciário para o resguardo de seus direitos.

§ 3º Quanto às hipóteses dos incisos I e II, a Carta de Informação Preliminar (CIP), será arquivada após a demonstração do acordo cumprido, pelo período de 05 (cinco) anos a contar da data do seu arquivamento.

CAPÍTULO V DA RECLAMAÇÃO

Art. 17. Considera-se reclamação o registro que, apresenta notícia de lesão ou ameaça a direito do consumidor, nas relações de consumo.

Art. 18. A reclamação de consumo poderá ser instaurada:

- I - pela Gerência de Atendimento no caso de ausência de proposta de acordo na Carta de Informação Preliminar;
- II - de ofício, por iniciativa da própria autoridade competente;
- III - pelo consumidor, oralmente, reduzida a termo, ficando seu processamento sujeito à apresentação, pelo consumidor, dos documentos apontados como necessários pela equipe técnica de atendimento, sob pena de arquivamento do pedido.

Parágrafo Único - O PROCON, poderá, a seu critério, operacionalizar outros meios de abertura de reclamações, tais como e-mail, acesso via Internet mediante senha personalizada por fornecedor, ou outras modalidades de comunicação que venham a ser criadas ou implementadas para tal fim.

Art. 19. As consultas e reclamações de consumo deverão conter:

- I - identificação completa do consumidor;
- II - identificação do fornecedor;
- III - a descrição do fato ou ato constitutivo da infração;
- IV - dispositivos legais infringidos;
- V - assinatura da autoridade competente.

§ 1º Nos casos em que se fizer necessária a entrega de documentos pelo consumidor, visando à instauração de procedimento próprio, sendo vedado o recebimento de originais, salvo expressa autorização da supervisão de atendimento.

§ 2º Eventuais desentranhamentos de documentos originais deverão ser solicitados pelo interessado, devendo ser substituído por cópias.

§ 3º Nos casos de entrega de produtos que subsidiem as reclamações, deverá ser observada orientação específica no caso dessa natureza.

§ 4º O consumidor poderá ser representado por procurador, mediante competente instrumento de mandato, que deverá ser apresentado no ato da formulação da consulta ou reclamação.

Art. 20. A Coordenadoria Executiva do Procon, nos casos de conduta reiterada de fornecedor em recusar conciliação ou atendimento às demandas dos consumidores, entre outros, para resguardo dos direitos e interesses dos consumidores, determinar o encaminhamento ao departamento de fiscalização a fim de instaurar auto de infração e a devida fixação da multa.

CAPÍTULO VI DA RECLAMAÇÃO COLETIVA

Art. 21. Sendo constatada a repetição de demandas individuais análogas, ainda que em seu estágio preliminar (emissão de CIP), que versem sobre um mesmo objeto, relativamente a um mesmo fornecedor, indicando a possibilidade de existência de dano coletivo, determinando a reunião dos feitos individuais em uma única Reclamação Coletiva, que terá no polo ativo o PROCON, da qual o fornecedor demandado será Notificado.

§ 1º Em tais casos, os consumidores cujas demandas individuais tenham sido reunidas, bem como os demais que venham a apresentar demandas análogas, posteriormente, e enquanto estiver em trâmite a Reclamação Coletiva, passarão a figurar nela como beneficiários, apensando-se suas demandas individuais aos autos da Reclamação Coletiva, para que seus casos possam ser individualmente avaliados e respondidos pelo fornecedor demandado.

§ 2º Cada uma das demandas individuais reunidas, para fins de composição do banco de dados do PROCON, bem como do Cadastro de Reclamações Fundamentadas de que trata o art. 44, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, terá mantido seu caráter individual.

§ 3º Uma vez adotado tal procedimento, o Diretor Geral poderá determinar, a suspensão da emissão de Cartas de Informações Preliminares, bem como da abertura de novas reclamações individuais passíveis de inserção na Reclamação Coletiva.

§ 4º Na Reclamação Coletiva, o fornecedor será instado a manifestar-se conclusivamente:

I - com relação a cada uma das demandas individuais nela reunidas, no sentido de dar-lhes atendimento, ou não;

II - de forma coletiva, quanto à conduta objeto da Reclamação.

CAPÍTULO VII DA NOTIFICAÇÃO

Art. 22. A notificação expedida ao fornecedor, acompanhada de cópia da Reclamação, far-se-á:

- I - por correspondência, com aviso de recebimento;
- II - pessoalmente, pelo fiscal, quando frustrada pelo correio;
- III - por edital, quando não localizado pelo fiscal.

Parágrafo Único - Quando o fornecedor, não puder ser notificado, por via postal ou pessoalmente, será feita a notificação por edital, a ser afixado nas dependências do órgão respectivo, em lugar público, pelo prazo de 10 dias, ou divulgado, pelo menos uma vez, na imprensa oficial ou em jornal de circulação local.

Art. 23. A notificação conterà cópia da Reclamação, dia e hora para comparecimento a audiência de conciliação.

Parágrafo Único - O fornecedor deve apresentar resposta escrita, acompanhada de documentos na própria audiência de conciliação, sob a advertência de que, não comparecendo este, considerar-se-ão verdadeiros as alegações iniciais, e será proferido julgamento de plano, sujeitando-o às sanções cabíveis, por desobediência, a

teor do § 4º, do art. 55, da Lei nº 8.078/90.

Art. 24. A audiência de conciliação será desnecessária quando o fornecedor reiteradamente comparece à audiência sem apresentar propostas, com o intuito de apenas procrastinar o feito.

CAPÍTULO VIII DAS INTIMAÇÕES

Art. 25. As intimações serão feitas na forma prevista para notificação, ou por qualquer outro meio idôneo de comunicação, como pela forma eletrônica.

§ 1º Dos atos praticados na audiência, considerar-se-ão desde logo cientes as partes;

§ 2º As partes comunicarão ao conciliador as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação.

Art. 26. As intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais ou a seus advogados.

CAPÍTULO IX DOS PRAZOS

Art. 27. Os atos processuais realizar-se-ão no prazo prescritos por este Decreto, quando está for omissa, determinar-se-á os prazos, tendo em conta a complexidade da causa.

Art. 28. Não havendo determinação quanto a determinado ato, nem assinatura, o prazo será de 05 (cinco) dias para a prática do ato processual a cargo da parte.

Art. 29. Os prazos começam a correr da data do recebimento das notificações, quanto às intimações a partir da ciência no órgão oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se do vencimento.

CAPÍTULO X DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Art. 30. Aberta a conciliação, o conciliador esclarecerá ao fornecedor as vantagens da conciliação.

§ 1º As partes comparecerão pessoalmente à audiência, podendo fazer-se representar por preposto com poderes para transigir;

§ 2º Não obtendo a conciliação, oferecerá o fornecedor a resposta, na própria audiência, resposta por escrito, acompanhada de documentos.

Art. 31. Encerrada a audiência de conciliação, quando houver, será reduzida a termo:

I - Termo de Encerramento, quando as partes, sem justificativa, não comparecerem, dando vez ao encerramento da reclamação.

II - Termo de Comparecimento, quando estiver ausente apenas uma das partes, ou quando, ambas presentes, não houver acordo.

III - Termo de Acordo, com natureza de título executivo extrajudicial, passível de homologação pelo Poder Judiciário, quando ocorrer composição entre as partes.

Parágrafo Único - Havendo indícios de infração às normas de defesa do consumidor, a reclamação poderá ser apreciada não apenas pela Coordenador Executivo, mas também pela Fiscalização, que poderá, inclusive, fazer-se representar na audiência, para que, em

sendo o caso, tome desde logo as medidas cabíveis a cada caso.

CAPÍTULO XI DA REVELIA

Art. 32. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na Reclamação, salvo se o contrário resultar da convicção deste órgão.

CAPÍTULO XII NÃO COMPARECIMENTO DO CONSUMIDOR

Art. 33. O não comparecimento do consumidor à audiência conciliatória para a qual tenha sido previamente notificado acarretará o arquivamento no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Caso o consumidor informe que formalizou acordo prévio, a audiência será cancelada, ou se o consumidor justificar a sua ausência, tal audiência poderá ser redesignada.

CAPÍTULO XIII DAS PROVAS

Art. 34. Decorrido o prazo da impugnação, o conciliador determinará as diligências cabíveis, podendo dispensar as meramente protelatórias ou irrelevantes, sendo-lhe facultado requisitar as necessárias informações, esclarecimento ou documentos, a serem apresentados no prazo estabelecido.

CAPÍTULO XIV DECISÃO ADMINISTRATIVA

Art. 35. A decisão administrativa conterá relatório dos fatos, o respectivo enquadramento legal e, à seguinte classificação:

- I - Reclamação Fundamentada Atendida;
- II - Reclamação Fundamentada Não Atendida
- III - Reclamação Encerrada;
- IV - Reclamação Não Fundamentada;
- V - Consulta Fornecida.

§ 1º A decisão administrativa que classificar a reclamação como fundamentada, atendida ou não, será inserida no cadastro de publicação contra fornecedores de produtos e serviços a teor do art.44, da Lei. Nº 8.078/90.

§ 2º No caso de dois ou mais pedidos cumulativos, ou, na hipótese de caracterização de responsabilidade de mais de um fornecedor pelos eventos de que trate o caso, um mesmo procedimento poderá reunir todas as partes envolvidas, gerando, por conseguinte, mais de um registro no cadastro de que trata o art. 44, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 36. Será encerrado o procedimento administrativo quando se verificar:

- I - a desistência do consumidor;
- II - quando o consumidor não promover os atos e diligências que lhe competir abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias;
- II - o não comparecimento do consumidor à audiência conciliatória para a qual tenha sido previamente notificado, desde que não haja notícia nos autos de que essa ausência seja decorrente de composição prévia entre as partes, em contato direto, sem intermediação do PROCON;
- III - ausência de elementos formais que autorizem sua continuidade;
- IV - incorreção nos dados de abertura do procedimento;
- V - abertura de casos em duplicidade;
- VI - registro de caso cuja natureza não permita acolhimento do

pedido pelo órgão, segundo orientação da Gerência de Defesa do Cidadão.

CAPÍTULO XV DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Art. 37. O Procurador Geral do município proferirá decisão final, determinando, nos casos em que se esteja diante de reclamações fundamentadas, atendidas ou não, sua devida inscrição no cadastro de que trata o art. 44, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

§ 1º É de 10 (dez) dias o prazo aberto às partes para interposição de recurso, sem efeito suspensivo, contados da data da intimação da decisão.

§ 2º O recurso de que trata o parágrafo anterior, deverá ser endereçado ao Procurador Geral do Município.

§ 3º A contar da data da intimação da decisão proferida quanto ao recurso, será concedido às partes o prazo de 10 (dez) dias para vistas dos autos e, findo esse prazo, estes serão arquivados.

§ 4º Uma vez encerrado e arquivado o feito, no âmbito do PROCON, eventual pedido de desarquivamento dos autos estará sujeito à cobrança de emolumentos.

Art. 38. Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo.

CAPÍTULO XVI DO ARQUIVO DE CONSUMO

Art. 39. Considera-se Arquivo de Consumo o conjunto das consultas, reclamações e denúncias registradas pelo PROCON.

§ 1º O acesso ao arquivo de que trata o caput deste artigo será franqueado ao público em geral, e poderá ser operacionalizado por formas diversas, tais como consultas telefônicas, por e-mail, fac-símile ou por quaisquer outros meios pertinentes, a critério do PROCON.

§ 2º As informações a serem prestadas, na forma do parágrafo anterior, versarão sobre apontamentos e registros objetivos do Arquivo de Consumo, sem a realização de qualquer juízo de valor sobre as práticas ou condutas comerciais dos fornecedores nele catalogados.

§ 3º O Arquivo de Consumo não se confunde com o Cadastro de Reclamações Fundamentadas, previsto pelo art. 44, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, ainda que este último integre os registros do primeiro.

Art. 40. Os consumidores, fornecedores e legítimos interessados, poderão requerer, mediante solicitação por escrito, cópias das consultas e reclamações nas quais forem parte ou sobre as quais demonstrarem legítimo interesse, nos termos da legislação em vigor.

§ 1º A apreciação quanto à eficácia da demonstração de legítimo interesse no caso, por terceiro, caberá ao PROCON.

§ 2º A extração e o fornecimento de cópias estarão sujeitos à cobrança de emolumentos.

§ 3º Em se tratando de pedido de cópias visando à interposição ou à instrução de ação judicial que tenha por objeto o mesmo caso tratado em reclamação em curso perante o PROCON, poderá o Coordenador Executivo determinar o seu encerramento, no âmbito administrativo, sem prejuízo de sua apreciação pela Diretoria

de Fiscalização.

Art. 41. O pedido de vistas dos autos, nos termos da legislação vigente, somente será deferido se em termos o procedimento, ou posteriormente à conclusão da reclamação, resguardando-se, assim, o interesse do consumidor, bem como a celeridade do procedimento.

TÍTULO III

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO

CAPÍTULO - I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 42. Este Decreto de Procedimentos Administrativo de Fiscalização rege o processo administrativo das infrações a Lei nº 8.078/90, e alterações posteriores, portarias e outros atos baixados pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, - SDE, por meio do seu Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor DPDC, da Legislação Municipal e outras legislações correlatas na defesa do consumidor ou de outros atos expedidos por autoridade que a lei determinar tal competência.

Art. 43. Os dispositivos neste Decreto são aplicáveis no que couber na obtenção de informações sobre produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.

Parágrafo único. O PROCON fiscalizará e controlará a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias.

Art. 44. No âmbito de sua jurisdição e competência, caberá ao órgão municipal de proteção e defesa do consumidor, criado na forma da Lei nº 3.341 de 22 de novembro de 1999, exercer as atividades de:

- I - receber, analisar, avaliar e apurar consultas e denúncias apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado ou por consumidores individuais;
- II - prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias;
- III - informar, conscientizar e motivar o consumidor, por intermédio dos diferentes meios de comunicação;
- IV - solicitar à polícia judiciária a instauração de inquérito para apuração de delito contra o consumidor, nos termos da legislação vigente;
- V - representar ao Ministério Público competente, para fins de adoção de medidas processuais, penais e civis, no âmbito de suas atribuições;
- VI - levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações de ordem administrativa que violem os interesses difusos, coletivos ou individuais dos consumidores;
- VII - solicitar o auxílio de órgãos e entidades da União, dos Estados, a fim de auxiliar na fiscalização de preços, abastecimento, quantidade e segurança de produtos e serviços;
- VIII - incentivar, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais, a criação de órgãos públicos estaduais e municipais de defesa do consumidor e a formação, pelos cidadãos, de entidade com esse mesmo objetivo;
- IX - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas na Lei nº 8.078, de 1990, e em outras normas pertinentes à defesa do consumidor;
- X - solicitar o auxílio de órgãos e entidades de notória especialização técnico-científica para consecução de seus objetivos;
- XI - provocar a Secretaria de Direito Econômico para celebrar convênios e termos de ajustamento de conduta, na forma do § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985;

XII - funcionar, no processo administrativo, como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência, dentro das regras fixadas pela Lei nº 8.078, de 1990, pelo Decreto nº 2.181, de 1997, pela Lei Complementar nº 3.341 de 22 de novembro de 1999 e por este Decreto.

CAPÍTULO II

DA JURISDIÇÃO

Art. 45. A jurisdição administrativa inerente às matérias de que trata este Decreto é exercida pelo Procurador Geral do Município em todo o território do Município de Curitiba/SC.

TÍTULO IV

DA FISCALIZAÇÃO, DAS PRÁTICAS INFRATIVAS, DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS E DA DESTINAÇÃO DA MULTA E ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS

CAPÍTULO I

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 46. O PROCON, órgão da administração pública Municipal de Curitiba/SC, destinado à defesa dos interesses e direitos do consumidor, tem, no âmbito de suas respectivas competências, atribuição para fiscalizar as relações de consumo, apurar, autuar e punir os responsáveis por práticas que violem os direitos do consumidor.

Art. 47. A fiscalização das relações de consumo de que tratam a Lei nº 8.078, de 1990, o Decreto nº 2.181, de 1997, a Lei Complementar nº 189, de 2005, a Portaria nº 01/SMD/2009, e as demais normas de defesa do consumidor será exercida em todo o território do município de Curitiba/SC.

Art. 48. Compete ao Serviço de Fiscalização:

- I - fiscalizar as Relações de Consumo;
- II - efetuar diligências especiais no atendimento de reclamações formuladas pelos consumidores, notadamente aquelas que necessitam de verificação "in loco" para a comprovação da possível prática infrativa;
- III - fiscalizar, de forma preventiva, a veiculação da publicidade enganosa ou abusiva;

Art. 49. A Cédula de identificação fiscal deverá conter as seguintes informações:

I - No anverso:

- a) número da credencial;
- b) foto 3X4;
- c) cargo de FISCAL;
- d) número do RG;
- e) nome do fiscal.

II - No verso:

- a) número da matrícula;
- b) número do CPF;
- c) assinatura do Fiscal;
- d) deve conter os seguintes dizeres: O portador está autorizado a praticar todos os atos de fiscalização decorrentes da aplicação do CDC - Lei nº 8.078/90, Decreto nº 2.181/97, devendo-lhes ser dado acesso aos locais onde exista relação de consumo, bem como as autoridades devem prestar-lhes toda cooperação no desempenho de sua função;
- e) assinatura do dirigente.

Art. 50. As credenciais e os instrumentos da atividade sancionatória são documentos públicos municipais, sendo obrigatório sua devolução ao Procon Municipal, nos casos de:

- I - desligamento e afastamento do servidor credenciado;
- II - anulação de credencial;

III - requerimento pelo Procon.

§ 1º Nas hipóteses do inciso I e III, o prazo para devolução é de 30 (trinta) dias, a partir da data do fato gerador.

§ 2º Considera-se infração disciplinar a recusa ou descumprimento dos prazos de entrega das credenciais.

Art. 51. A credencial de agente fiscal poderá ser anulada, independente da sua data de validade, nas seguintes hipóteses:

I - reprovação no curso de atualização;

II - após procedimento administrativo que constatar o uso indevido da credencial;

Parágrafo Único - A sanção prevista neste artigo será aplicada pelo Coordenador do Procon, podendo ser aplicada por medida cautelar, antecedente ou incidente ao procedimento administrativo.

CAPÍTULO III DAS PRÁTICAS INFRATIVAS

Art. 52. São consideradas práticas infrativas as enumeradas no Decreto nº 2.181/97 e na Lei nº 8.048/90.

CAPÍTULO IV DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Art. 53. São critérios de classificação de cada infração a infringência de qualquer artigo e seus incisos da Lei nº 8.078/90 e suas regulamentações posteriores, do Decreto nº 2.181/97, o momento da prática infrativa e a unidade ou a pluralidade de lesados, classificando-os em:

I - Leves: aquelas em que forem verificadas somente circunstâncias atenuantes:

II - Graves: aquelas em que forem verificadas somente circunstâncias agravantes.

Art. 54. A inobservância das normas contidas na Lei nº 8.78/90, e das demais normas de defesa do consumidor constituirá prática infrativa e sujeitará o fornecedor às seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, inclusive de forma cautelar, antecedente ou incidente no processo administrativo, sem prejuízo das de natureza cível, penal e das definidas em normas específicas

I - multa;

II - apreensão do produto;

III - inutilização do produto;

IV - cassação do registro do produto junto ao órgão competente;

V - proibição de fabricação do produto;

VI - suspensão do fornecimento de produtos ou serviços

VII - suspensão temporária da atividade

VIII - revogação da concessão ou permissão de uso;

IX - cassação da licença do estabelecimento ou de atividade;

X - interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade;

XI - intervenção administrativa;

XII - imposição de contrapropaganda.

Art. 55. Para os fins de aplicação da multa de que trata o artigo 57 da Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990, e alterações posteriores, levar-se-á em conta o porte da empresa e as circunstâncias em que a infração foi praticada.

Art. 56. Considera-se parte integrante do conjunto de normas do PROCON a portaria, que estabelece critérios para imposição de graduação das penas administrativas no âmbito do PROCON

Municipal de Curitiba.

Art. 57. Na imposição de sanções serão considerados a repercussão de ordem econômica e social da infração cometida, o valor da operação ilegal e o locupletamento ilícito ou outras vantagens obtidas pelo infrator, seu grau de instrução, experiência, antecedentes fiscais e comerciais e condição econômica.

§ 1º A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração nas relações de consumo, a vantagem auferida e a condição econômica do infrator, será aplicada mediante procedimento administrativo nos termos da Lei, remetendo para a conta vinculada PREFEITURA/PROCON, nos termos da Lei Municipal nº 5.410/2015.

§ 2º A multa será em montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (UFIR), ou índice equivalente que venha substituí-lo.

Art. 58. As penas de apreensão, de inutilização de produtos, de proibição de fabricação de produtos, de suspensão de fornecimento de produto ou serviço de cassação de registro do produto e revogação da concessão ou permissão de uso serão aplicadas pela administração, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando forem constatados vícios de quantidade ou qualidade por inadequação ou insegurança do produto ou serviço.

Art. 59. As penas de cassação de alvará de licença, de interdição e de suspensão temporária da atividade, bem como, a de intervenção administrativa serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática de infrações de maior gravidade previstas neste Regimento e na legislação de defesa do consumidor.

§ 1º A pena de cassação da concessão será aplicada à concessionária de serviço público, quando violar obrigação legal ou contratual.

§ 2º A pena de intervenção administrativa será aplicada sempre que as circunstâncias de fato desaconselharem a cassação da licença, a interdição ou suspensão da atividade.

§ 3º Pendendo ação judicial na qual se discuta a imposição de penalidade administrativa, não haverá reincidência até o trânsito em julgado da sentença.

Art. 60. A imposição de contrapropaganda será cominada quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos do art. 36 e seus parágrafos da Lei nº 8.078/90 e sempre as expensas do infrator.

Parágrafo Único - A contrapropaganda será divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão e, preferencialmente no mesmo veículo, local, espaço e horário, de forma capaz de desfazer o malefício da publicidade enganosa e abusiva.

Art. 61. As penalidades previstas nos incisos III a XI do artigo 55 sujeitar-se-ão a posterior confirmação pelo órgão normativo ou regulador da atividade, nos limites de sua competência.

Art. 62. Responderão pelas infrações e penalidades previstas na Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 e Decreto nº 2.181 de 20 de março de 1997, respectivamente e suas alterações posteriores, as empresas em geral, por atos praticados por seus administradores, empregados ou prepostos e ainda por pessoas físicas, quando for o caso.

Parágrafo Único - Para efeito deste Decreto, consideram-se:

I - Empresas em Geral: as sociedades comerciais, as sociedades civis, as firmas individuais registradas ou não, as cooperativas, fundações e as sociedades de fato;

II - Estabelecimento: a sede industrial, comercial ou administrativa da empresa suas filiais, sucursais, depósitos ou similares;

III - Responsáveis pelo Estabelecimento: os diretores, administradores, gerentes ou quem, de direito ou de fato, pratique, em nome de outrem, ato de comércio;

IV - Pessoas físicas: aquelas não inscritas no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

CAPÍTULO V DA DESTINAÇÃO DA MULTA E DA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 63. A multa de que trata o inciso I do art. 56 e caput do art. 57 da Lei nº 8.078/90, reverterá para a conta vinculada com dotações específicas em favor do PROCON Curitiba.

Art. 64. As multas arrecadadas serão destinadas ao financiamento de projetos relacionados com os objetivos da Política Nacional de Relações de Consumo, com a defesa dos direitos básicos do consumidor e com a modernização administrativa dos órgãos públicos de defesa do consumidor.

CAPÍTULO VI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 65. As infrações a que se refere este Regimento serão apuradas, processadas e julgadas mediante processo administrativo que terá início mediante:

I - ato, por escrito, da autoridade competente;

II - lavratura de auto de infração;

III - Reclamação.

§ 1º Antecedendo à instauração do processo administrativo, poderá a autoridade competente abrir investigação preliminar, cabendo, para tanto, requisitar dos fornecedores informações sobre as questões investigadas, resguardando o segredo industrial, na forma do disposto no § 4º do art. 55 da Lei nº 8.078, de 1990.

§ 2º A recusa à prestação das informações ou o desrespeito às determinações e convocações do PROCON Municipal de Curitiba caracteriza desobediência, na forma do art. 330 do Código Penal ficando a autoridade administrativa com poderes para determinar a imediata cessação da prática, além da imposição das sanções administrativas e civis cabíveis.

SEÇÃO II DA RECLAMAÇÃO

Art. 66. O consumidor poderá apresentar sua reclamação pessoalmente, ou por telegrama, carta, telex, fax-simile ou qualquer outro meio de comunicação, inclusive por meio eletrônico, ao órgão de proteção e defesa do consumidor.

Art. 67. A reclamação, lavrada em modelo próprio, protocolizada, terá obrigatoriamente todos seus campos preenchidos e deverá conter:

I - descrição clara e precisa dos fatos;
II - documentos apensados referente à reclamação;
III - fundamentação legal.

Parágrafo Único - A reclamação sempre que configurar prática infrativa procederá a autuação, ficando anexo ao Auto de Infração.

SEÇÃO III DOS AUTOS DE INFRAÇÃO, DE APREENSÃO E DO TERMO DE DEPÓSITO

Art. 68. Os Autos de Infração, de Apreensão e o Termo de Depósito, deverão ser lavrados em modelo próprio, com numeração sequencial impressa, em 3(três) vias, rubricado ou cancelado pelo Coordenador do PROCON Municipal de Curitiba, ou por servidor ao qual este delegar competência, preenchido de forma clara e precisa, sem entrelinhas, rasuras ou emendas, as ações e omissões caracterizadoras das infrações administrativas.

Art. 69. O auto de infração, deverá conter:

- a) o local, a data e a hora da lavratura;
- b) o nome, o endereço e a qualificação do autuado;
- c) a descrição do fato ou do ato constitutivo da infração;
- d) o dispositivo legal infringido;
- e) a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 10 dias;
- f) a identificação do agente autuante, sua assinatura, a indicação do seu cargo ou função e o número de sua matrícula;
- g) a designação do órgão julgador e o respectivo endereço;
- h) a assinatura do autuado.

Art. 70. O auto de apreensão e o termo de depósito deverão conter:

- a) o local, a data e a hora da lavratura;
- b) o nome, o endereço e a qualificação do autuado;
- c) a descrição e a quantidade dos produtos apreendidos;
- d) as razões e os fundamentos da apreensão;
- e) o local onde o produto ficará armazenado;
- f) a quantidade de amostra colhida para análise;
- g) a identificação do agente autuante, sua assinatura, a indicação do seu cargo ou função e o número de sua matrícula;
- h) a assinatura do depositário.

Parágrafo Único - Os bens apreendidos, a critério da autoridade, poderão ficar sob a guarda do proprietário, responsável ou preposto ou empregado que responda pelo gerenciamento do negócio, nomeado fiel depositário, mediante termo próprio, proibida a venda, utilização, substituição, subtração ou remoção, total ou parcial, dos referidos bens.

Art. 71. Os Autos de Infração, de Apreensão e o Termo de Depósito serão lavrados pelo agente autuante que houver verificado a prática infrativa, preferencialmente no local onde foi comprovado a irregularidade.

§ 1º Quando necessário, para comprovação de infração, os Autos serão acompanhados de laudo pericial.

§ 2º Quando a verificação do defeito ou vício relativo à qualidade, oferta e apresentação de produtos não depender de perícia, o agente competente consignará o fato no respectivo Auto.

Art. 72. A assinatura nos Autos de Infração, de Apreensão e no Termo de Depósito, por parte do autuado, ao receber cópias dos mesmos, constitui notificação, sem implicar confissão.

Parágrafo Único - Em caso de recusa do autuado em assinar e/ou

receber o Auto de Infração, de Apreensão e o Termo de Depósito lavrado, o Fiscal consignará o fato no próprio Auto e no Termo, remetendo-os ao autuado por via postal, com Aviso de Recebimento (AR) ou outro procedimento equivalente, tendo os mesmos efeitos do caput deste artigo.

Art. 73. O Auto de Apreensão objetiva o recolhimento de amostra destinada à análise do conteúdo de mercadoria cujo tipo, especificação, peso ou composição possam ter transgredido determinações legais ou não correspondam à respectiva classificação oficial ou real, bem como, a apreensão e retirada das mercadorias impróprias ao consumo.

§ 1º A quantidade suficiente da amostra da mercadoria apreendida e o invólucro em que ela será acondicionada obedecerão à legislação do órgão competente para a realização do exame pericial.

§ 2º Na falta de disposição constante da legislação do órgão pericial competente, a amostra da mercadoria será acondicionada em invólucro adequado, fechado de modo inviolável, do qual constarão as assinaturas do autuante e do responsável pelo estabelecimento.

§ 3º No caso de recusa do responsável pelo estabelecimento em assinar o invólucro, o autuante certificará o fato no próprio invólucro.

§ 4º Nos casos referentes a peso, não haverá apreensão quando a mercadoria for comercializada a granel, ou sem embalagem própria, pela empresa fiscalizadora, procedendo-se a verificação do peso na balança do próprio estabelecimento.

§ 5º No caso de apreensão de mercadorias impróprias para o consumo, estes ficarão à disposição dos órgãos competentes para análise e recolhimento, devendo ser acondicionadas e lacradas pelos fiscais de Relações de Consumo na presença dos responsáveis pelo estabelecimento ou pessoa por eles designados, o qual será nomeado fiel depositário.

Art. 74. O Coordenador do PROCON Municipal remeterá no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento, cópia da primeira via do Auto de Apreensão e a mercadoria apreendida ao órgão competente mais próximo, para proceder à perícia técnica, solicitando-lhe o laudo pericial.

§ 1º Se o laudo pericial, solicitado na forma do "caput" deste artigo, comprovar o cometimento da infração, o Fiscal de Relações de Consumo atuará a empresa, juntando obrigatoriamente ao Auto de Infração a primeira via do Auto de Apreensão e o referido laudo.

§ 2º A terceira via do Auto de Apreensão, ficará arquivada na Fiscalização.

§ 3º No caso de apreensão de mercadorias impróprias para o consumo, o Fiscal do PROCON lavrará o Auto de Apreensão e atuará a empresa, juntando obrigatoriamente ao Auto de Infração a primeira via do Auto de Apreensão.

Art. 75. Caso haja necessidade de utilização de mais de um formulário de Auto de Infração, de Constatação e de Apreensão para a narração da ocorrência verificada, o Fiscal deverá usar a Folha de Continuação, preenchida a máquina ou em tinta indelével em modelo próprio em 3 (três) vias, que além de ter obrigatoriamente os seus campos preenchidos, deverá conter o número do auto lavrado e será processado como um único instrumento, independentemente do número de formulários utilizados.

Art. 76. As autuações serão:

I - comuns, quando decorrerem de infrações constatadas no momento da fiscalização;

II - especiais, quando se fundamentarem em quaisquer dos instrumentos preliminares previstos neste regimento.

SEÇÃO IV

DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO POR ATO DE AUTORIDADE COMPETENTE

Art. 77. O processo administrativo poderá ser instaurado mediante reclamação do interessado ou por iniciativa da própria autoridade competente.

Parágrafo Único - Na hipótese de a investigação preliminar não resultar em processo administrativo com base em reclamação apresentada por consumidor, deverá este ser informado sobre as razões do arquivamento pela autoridade competente.

Art. 78. O processo administrativo, na forma deste Decreto, deverá, obrigatoriamente, conter:

I - a identificação do infrator;

II - a descrição do fato ou ato constitutivo da infração;

III - os dispositivos legais infringidos;

IV - a assinatura da autoridade competente.

Art. 79. A autoridade administrativa poderá determinar, na forma de ato próprio, constatação preliminar da ocorrência de prática presumida.

Art. 80. O Auto de Constatação objetiva descrever, de modo claro e objetivo, ação ou omissão caracterizadora de infração, quando:

I - for constatada fora do estabelecimento ao qual a infração é imputável.

II - depender de documentos, esclarecimentos ou outros meios complementares de prova necessários à lavratura do Auto de Infração.

Art. 81. O Auto de Constatação, lavrado em modelo próprio, com numeração sequencial impressa, em 3 (três) vias, terá obrigatoriamente todos os seus campos preenchidos.

Parágrafo Único - Se o fiscalizador recusar-se assinar e/ou receber a segunda via do Auto de Constatação, o Fiscal, procederá na forma do parágrafo único do artigo 18.

SEÇÃO V

DA NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA

Art. 82. A autoridade competente expedirá notificação ao infrator, fixando o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento, para apresentar defesa, na forma do art. 40.

§ 1º A notificação, acompanhada de cópia da inicial do processo administrativo, far-se-à:

I - pessoalmente ao infrator, seu mandatário ou preposto;

II - por carta registrada ao infrator, seu mandatário ou preposto, com aviso de recebimento (AR);

§ 2º Quando o infrator, seu mandatário ou preposto não puder ser notificado, pessoalmente ou por via postal, será feita a notificação por edital a ser afixado nas dependências do órgão respectivo, em lugar público, pelo prazo de dez dias, ou divulgado, pelo menos uma vez, na imprensa oficial ou em jornal de circulação local.

SEÇÃO VI

DA NOTIFICAÇÃO PARA EXIBIR OU ENTREGAR DOCUMENTO

Art. 83. A Notificação objetiva exigir a exibição ou entrega de documento, prestação de esclarecimento de matéria pertinente à fiscalização em curso, à instrução do processo originário do Auto de Infração, devendo ser expedida sempre que tais dados não estiverem disponíveis no momento da diligência fiscalizadora.

Art. 84. A Notificação expedida a em modelo próprio, em 3 (três) vias, deverá conter:

I - descrição clara e objetiva do fato constatado que se relaciona com o documento a ser exibido ou com o esclarecimento a ser prestado;

II - finalidade da expedição do documento;

III - local, data e horário para seu cumprimento.

Parágrafo Único - Se o fiscalizado recusar-se a assinar e/ou receber a segunda via da Notificação, o agente de fiscalização procederá na forma do parágrafo único do artigo 18.

Art. 85. O prazo para cumprimento da Notificação, independentemente da localização da empresa fiscalizada, será de até 10 (dez) dias.

Parágrafo Único - O prazo inicialmente concedido poderá ser, excepcionalmente, prorrogado pelo Coordenador do PROCON Municipal de Curitiba e pelo Fiscal por tempo não superior ao prazo inicial da notificação, desde que justificado através de requerimento fundamentado.

Art. 86. Se a empresa fiscalizada não cumprir a Notificação o Fiscal declarará, de imediato, o não cumprimento no verso da primeira e terceira vias, procedendo-se à consequente lavratura do Auto de Infração.

Parágrafo Único - Cumprida a Notificação, e caso não se constate infração, a Fiscalização aporá declaração de cumprimento nas três vias da Notificação, arquivando a primeira e terceira vias, e devolvendo-se a segunda ao notificado.

Art. 87. Equiparar-se-á a Notificação, para efeito de permitir a lavratura de Auto de Infração, ofício ou outro documento através do qual a autoridade competente requisitar, no prazo que instituir, o fornecimento de informações, dados periódicos ou especiais das empresas em geral.

**SEÇÃO VII
DOS INSTRUMENTOS PRELIMINARES**

Art. 88. Constituem instrumentos preliminares as autuações especiais:

I - o Auto da Constatação;

II - a Notificação;

III - o Auto da Apreensão;

IV - Reclamação.

**SEÇÃO VIII
DAS AUTUAÇÕES DECORRENTES DOS INSTRUMENTOS PRELIMINARES**

Art. 89. No caso de ser constatado fora do estabelecimento ao qual a infração é imputável, o Fiscal do PROCON lavrará Auto de Infração juntando obrigatoriamente a primeira via do Auto de Constatação, observando o disposto no § 4º do artigo 72.

Parágrafo Único - Proceder-se-á de maneira idêntica ao disposto no "caput" deste artigo, no caso da necessidade de documentos, esclarecimentos ou outros meios complementares de prova necessários, ficar caracterizado que o fato descrito no Auto de

Constatação configurar infração a qualquer dispositivo da Lei nº 8.078/90, legislações correlatas e regulamentações de autoridade competente.

Art. 90. A empresa deverá ser autuada no próprio estabelecimento se deixar de cumprir a Notificação, devendo o Fiscal juntar obrigatoriamente ao Auto de Infração a primeira via daquele instrumento preliminar com a declaração do seu não atendimento aposta no verso.

Parágrafo Único - As empresas que deixarem de fornecer as informações e os dados requisitados por ofício, serão autuadas, devendo ser anexada obrigatoriamente ao Auto de Infração, uma cópia do documento que as requisitou com declaração do desatendimento.

**SEÇÃO IX
DA DEFESA**

Art. 91. O processo administrativo decorrente de auto de infração, de ato de ofício de autoridade competente, ou de reclamação será instruído e julgado na esfera de atribuição do órgão que o tiver instaurado.

Art. 92. O infrator poderá apresentar defesa escrita, no prazo de dez dias, contados do dia do recebimento da Notificação ou da data da única publicação de edital, indicando na defesa:

a) a autoridade julgadora a quem é dirigida;

b) a qualificação do impugnante;

c) as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação;

d) as provas que lhe dão suporte.

Art. 93. A qualquer momento, o representante da empresa autuada terá vista, na sede do PROCON Municipal de Curitiba do processo originário, podendo coletar os dados que julgar necessários a sua mais ampla defesa.

Art. 94. A empresa ou pessoa física autuada somente será permitida a produção ou indicação de prova documental ou pericial.

Parágrafo Único - A empresa ou pessoa física autuada poderá apresentar, na defesa, cópia de quaisquer documentos, sendo facultada à Fiscalização exigir a sua conferência com o documento original.

Art. 95. A empresa ou pessoa física autuada poderá anexar documentos e laudos de exame, em prazo marcado pelo Diretor do PROCON, quando por motivo de força maior, esclarecido na defesa, e esta não puder juntá-los.

§ 1º A empresa ou pessoa física autuada especificará a prova indicada, sua natureza ou finalidade, podendo o Diretor do PROCON negá-la, quando não for comprovada a força maior ou se a prova indicada for estranha à matéria em apreciação no processo.

§ 2º O prazo marcado pelo Coordenador do PROCON para a produção da prova indicada na defesa, não poderá exceder a 30 (trinta) dias da data da ciência do despacho que a determinar.

§ 3º Não caberá recurso do despacho do Procurador geral do Município que denegar a produção posterior de prova não indicada na defesa.

Art. 96. Decorrido o prazo da defesa, o órgão julgador determinará as diligências cabíveis, podendo dispensar as meramente protelatórias ou irrelevantes, sendo-lhe facultado requisitar do infrator, de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, órgãos ou entidades públicas as necessárias informações, esclarecimentos ou documentos, a

serem apresentados no prazo estabelecido.

Art. 97. Ultimada a fase de instrução do processo, inclusive com a tramitação da retificação do Auto de Infração e após os trâmites legais previstos neste Decreto, o Diretor do PROCON/SC proferirá sua decisão.

SEÇÃO X DAS NULIDADES

Art. 98. A inobservância de forma não acarretará a nulidade do ato, se não houver prejuízo para a defesa.

Parágrafo Único - A nulidade prejudica somente os atos posteriores ao ato declarado nulo e dele diretamente dependentes ou de que sejam consequência, cabendo à autoridade que a declarar indicar tais atos e determinar o adequado procedimento saneador, se for o caso.

SEÇÃO XI DA DECISÃO ADMINISTRATIVA

Art. 99. A decisão administrativa conterá relatório dos fatos, o respectivo enquadramento legal e, se condenatória a natureza e gradação da pena.

§ 1º A autoridade administrativa competente, antes de julgar o feito apreciará a defesa e as provas produzidas pelas partes, não estando vinculada ao relatório de sua consultoria jurídica ou órgão similar, se houver;

§ 2º Julgado o processo e fixado a multa, será o infrator notificado para efetuar seu recolhimento no prazo de dez dias ou apresentar recurso.

Art. 100. Quando a cominação prevista for a contrapropaganda, o processo poderá ser instruído com indicações técnico-publicitárias das quais se intimará o autuado, obedecidas, na execução da respectiva decisão, as condições constantes do § 1º do art. 60 da Lei nº 8.078/90.

Art. 101. Recebendo o processo, o Coordenador do PROCON Municipal, proferirá decisão no sentido de:

I - homologar o auto e arbitrar multa para cada infração nela caracterizada, observadas as regras do artigo 39 e da Portaria
II - deixar de homologar o auto.

§ 1º O Coordenador do PROCON fundamentará, obrigatoriamente, a sua decisão e declarará as infrações subsistentes e as insubsistentes. Fixando para cada infração que reconhecer a multa a ela adequada, observando o disposto no parágrafo único dos artigos 24, 25, 26 e 27 do Decreto nº 2181/97 que regulamentou a Lei nº 8078/90.

§ 2º Na fundamentação da decisão, o Coordenador poderá se reportar às razões e conclusões do parecer da Assessoria Jurídica.

§ 3º Se a decisão não atender ao disposto nos parágrafos anteriores a autoridade competente para apreciar o recurso, de plano determinará o retorno do processo ao Coordenador do PROCON para fundamentar o seu despacho decisório e especificar o valor da multa arbitrada para cada infração.

Art. 102. O Coordenador do PROCON, recorrerá de ofício de sua decisão:

I - quando declarar insubsistente qualquer das infrações constantes do Auto de Infração;
II - quando no recebimento do recurso voluntário, reformar total

ou parcialmente sua decisão.

Parágrafo Único - O recurso "ex-officio", no caso do inciso I, será interposto na própria decisão que apreciar o Auto de Infração.

SEÇÃO XII DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 103. Da decisão do Coordenador do PROCON Municipal de Curitiba que aplicou a sanção, caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de dez dias, contados da data da intimação da decisão, ao Procurador Geral do Município, que proferirá decisão definitiva, como segunda e última instância recursal.

Parágrafo Único - No caso de aplicação de multas, o recurso será recebido, com efeito suspensivo pela autoridade superior.

Art. 104. Não será conhecido o recurso interposto fora dos prazos e condições estabelecidas neste Regimento.

Art. 105. Sendo julgada insubsistente a infração, a autoridade julgadora recorrerá à autoridade imediatamente superior, nos termos fixados nesta Seção, mediante declaração na própria decisão.

Art. 106. A decisão é definitiva quando não mais couber recurso, seja de ordem formal ou material.

Art. 107. Todos os prazos referidos nesta Seção são preclusivos.

CAPÍTULO VII DA INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA

Art. 108. Não sendo recolhido o valor da multa em trinta dias, será a mesma inscrita na dívida ativa em livro próprio, emitida a Certidão de Dívida Ativa para a subsequente execução judicial, nos termos da Lei nº 6.830/80.

Art. 109. Aos procedimentos administrativos disciplinados por este Regimento, aplica-se subsidiariamente as normas do Código de Processo Civil, da Lei nº 6.830 de 22 de setembro de 1980 e demais normas vigentes no Direito Processual Brasileiro.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 110 São competentes para:

I - lavrar Autos de Infração, de Constatação e de Apreensão:

a) o Fiscal do PROCON devidamente credenciado, oficialmente designado pela autoridade competente com publicação em Diário Oficial do Estado e vinculado ao respectivo órgão de defesa do consumidor, com abrangência em todo o território de Curitiba.

II - processar o auto de infração:

a) Coordenador Executivo do PROCON.

III - prolatar a decisão de primeira instância no processo originário do Auto de Infração:

a) o Coordenador Executivo do PROCON.

IV - apreciar o recurso "ex-officio" ou voluntário:

a) o Procurador Geral do Município;
b) a autoridade a quem o Procurador Geral delegar a atribuição.

Parágrafo Único - As regras de competência constantes deste

artigo não excluem as demais previstas neste Regimento para os servidores ou autoridades mencionados.

V - para emitir notificação, compete:

- a) o Coordenador Executivo do PROCON;
- b) o Fiscal do PROCON.

§ 1º O Fiscal terá livre trânsito em qualquer dependência do estabelecimento fiscalizado, podendo examinar estoques, notas fiscais, papéis, livros e demais documentos que julgar conveniente ao desempenho de suas atribuições.

§ 2º A empresa autuada será notificada da mudança do órgão processante.

§ 3º Do dia da entrega da Notificação para recolhimento da multa ou da publicação do edital desta, correrá o prazo para apresentação da defesa da empresa autuada, salvo se tiver sido apresentada no órgão incompetente, caso em que será considerada válida e encaminhada imediatamente ao órgão competente para ser apreciada.

Art. 111. A autuação somente poderá versar sobre fato pretérito ocorrido até 5 (cinco) anos da sua lavratura.

Art. 112. A autuação que versar sobre fato pretérito basear-se-á no ato interventivo vigente à época do fato, mesmo que na data da lavratura esteja revogado.

Art. 113. Quando o Auto de Infração ou o Auto de Constatação se fundamentar em documentos, estes deverão ser anexados àquele, por cópia.

Parágrafo Único - Na impossibilidade de tal fato ocorrer, o autuante deverá:

- a) mencionar no Auto a causa impeditiva da juntada e descrever minuciosamente o documento;
- b) notificar o autuado para apresentar cópia do documento respectivo.

Art. 114. Todos os atos decorrentes da ação fiscalizadora serão lavrados ou expedidos no estabelecimento fiscalizado, exceto quando:

I - Não houver segurança para o Fiscal de Relações de Consumo exercer sua missão;

II - da lavratura do Auto de Constatação, no caso do inciso II do artigo 27.

III - da lavratura do Auto de Apreensão, a mercadoria se encontrar em local diverso daquele em que foi produzida, embalada ou comercializada;

IV - da lavratura do Auto de Infração, nos casos previstos no artigo 49;

V - da lavratura de Auto ou da expedição de Notificação para o comerciante ambulante, que ocorrerá onde este se encontrar.

§ 1º Na hipótese do inciso I deste artigo, o Fiscal de Relações de Consumo iniciará ou concluirá sua missão em local que julgar seguro, previamente comunicando ao responsável pelo estabelecimento, podendo solicitar auxílio à autoridade policial, caso julgue necessário.

§ 2º O Fiscal deverá lavrar Auto de Constatação contra outras empresas infratoras que não a titular do estabelecimento fiscalizado,

para posterior lavratura de Auto de Infração, desde que apure ou comprove infrações cometidas por aquelas.

§ 3º Tratando-se de comerciante ambulante, o Fiscal de Relações de Consumo mencionará, no ato decorrente da ação fiscalizadora, a residência e os elementos do documento de identidade do fiscalizado.

Art. 115. Após a entrega da primeira via do Auto de Infração pelo Fiscal autuante à seção responsável pela protocolização do mesmo, esta deverá encaminhar o processo formado, juntamente com a primeira via do auto lavrado, à Fiscalização para proceder a revisão do instrumento lavrado em formulário próprio, e de imediato:

I - Determinar a juntada dos documentos que não tenham sido anexados;

II - Sugerir ao Coordenador do PROCON, quando for o caso, a retificação do auto, que não poderá alterar a descrição do fato caracterizador da infração ou suprir a falta de assinatura do autuante, do autuado ou da declaração da recusa deste em assinar o documento.

§ 1º A Fiscalização, no caso de retificação, comunicará imediatamente o fato a empresa autuada e lhe reabrirá o prazo de dez dias para, querendo, apresentar defesa, a partir do dia do recebimento da retificação.

§ 2º O Auto de Infração com vício que não possa ser retificado será protocolizado e o Coordenador do PROCON após o decurso do prazo para apresentação da defesa, declarará, de plano, a nulidade e extinção do processo.

Art. 116. Na inviabilidade da entrega da segunda via do Auto de Infração ou de instrumento preliminar ao responsável pelo estabelecimento fiscalizado, a remessa será feita à empresa por via postal com aviso de recebimento - AR e, na impossibilidade desta, a ciência será dada por edital.

Parágrafo Único - O edital será afixado nas dependência do PROCON, em lugar público, pelo prazo de dez dias, ou divulgado, pelo menos uma vez, na imprensa oficial ou em jornal de circulação local, contendo o inteiro teor do auto de infração ou do instrumento preliminar, para apresentação da defesa ou cumprimento da exigência.

Art. 117. O Procurador Geral do Município ou o Coordenador Executivo do PROCON, por despacho fundamentado, poderá declarar suspeição ou impedimento para eximir-se de proferir decisão em processo originário de Auto de Infração.

§ 1º Na hipótese deste artigo, a autoridade referida no "caput" deverá remeter o processo a seu substituto legal.

§ 2º Se igualmente suspeitos ou impedidos os substitutos legais, o Procurador Geral ou autoridade competente designará, no processo, o prolator da decisão.

Art. 118. Os prazos previstos neste Regimento sempre computados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, serão contínuos, não se interromperão em sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativos, não começarão nem terminarão nestes dias, e, nesta última hipótese, serão prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 119. São fatais os prazos constantes neste Decreto, salvo exceção prevista.

§ 1º Transcorridos os prazos aludidos neste artigo sem que tenha sido cumprido suas determinações, certificar-se-á o

desatendimento em 24 horas, dando-se prosseguimento.

§ 2º O órgão processante deverá deixar de juntar ao processo qualquer petição, guia ou documento apresentado fora de prazo mencionados nos artigos anteriores, devendo os mesmos serem arquivados.

§ 3º A restauração dos processos originários de Auto de Infração será iniciada com as respectivas terceiras vias arquivadas no órgão processante.

TÍTULO V DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 120. Todos os Formulários de Fiscalização previsto neste Decreto serão aprovados pelo Coordenador do PROCON e encaminhados ao Órgão responsável pela formatação, regulamentação e impressão.

Art. 121. Este Decreto aplica-se a todos os processos administrativos não transitados em julgado na instância administrativa, na data em que entrar em vigor.

Art. 122. Com base na Lei nº 8.078/90, o PROCON, poderá expedir atos administrativos, visando à fiel observância das normas de proteção e defesa do consumidor.

Art. 123. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, aplicando-se subsidiariamente os preceitos da Lei nº 8.078/90, do Decreto nº 2.181/1997, o Código de Processo Civil e a Lei nº 9.099/95.

Curitiba, 01 de abril de 2015.
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto ao primeiro dia do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município,

DECRETO Nº 4.575/2015

DECRETO Nº 4.575/2015
INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NA FORMA DA LEI Nº 5.437/2015.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Inclui no orçamento do Fundo Municipal de Saúde as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.437/2015:

INCLUI FONTE DE RECURSO
06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.039 OBRAS NA ÁREA DA SAÚDE
4.4.90.00.00.00.00.3002 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Saúde na forma da Lei nº 5.437/2015, no montante de R\$ 135.695,74 (cento e trinta e cinco mil, seiscentos e noventa e cinco reais, setenta e quatro centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.039 OBRAS NA ÁREA DA SAÚDE
4.4.90.00.00.00.00.3002 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 135.695,74
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 135.695,74.

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014, originados de transferências do Município para o SUS, conforme decreto nº 4.557/2015.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de abril de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten
Secretário de Saúde

DECRETO Nº 4.576/2015

DECRETO Nº 4.576/2015
INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NA FORMA DA LEI Nº 5.438/2015.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Inclui no orçamento do Fundo Municipal de Saúde as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.438/2015:

INCLUI FONTE DE RECURSO
06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.040 OBRAS E INVEST. NA SAÚDE - BLOCO INVESTIMENTO
4.4.90.00.00.00.00.3038 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Saúde na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 15.722,35 (quinze mil, setecentos e vinte e dois reais, trinta e cinco centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.040 OBRAS E INVEST. NA SAÚDE - BLOCO INVESTIMENTO
4.4.90.00.00.00.00.3038 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 15.722,35
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 15.722,35.

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014 originados de transferências do SUS União, pelo descomprometimento do recurso em decorrência do cancelamento de Resto a Pagar.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de abril de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten
Secretário de Saúde

DECRETO Nº 4.577/2015

DECRETO Nº 4.577/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA FORMA DA LEI Nº 5.439/2015

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Inclui no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.439/2015.

INCLUI FONTE DE RECURSO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.083 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- IGD/PBF
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
44900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.085 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PFMC II
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.086 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PTMC
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.087 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- IGD/SUAS
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
44900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.088 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PBV/SCFV
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.089 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PBF
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.090 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- ACESSUAS
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0005.2.084 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PAC I
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.243.0005.2.091 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PAC CRIANÇA/ADOLESCENTE
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 5.439/2015 no montante de R\$ 502.868,81 (quinhentos e dois mil, oitocentos e sessenta e oito reais, oitenta e um centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.083 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- IGD/PBF
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 100.625,13
44900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 30.000,00

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.085 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PFMC II
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 82.230,31

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.086 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PTMC
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 3.746,20

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.087 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- IGD/SUAS
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 2.500,00
44900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 4.096,95

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.088 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PBV/SCFV
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 112.978,43

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.089 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PBF
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 89.972,29

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.090 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- ACESSUAS
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 44.926,44

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.243.0005.2.084 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PAC I
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 2.236,64

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.243.0005.2.091 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PAC CRIANÇA/ADOLESCENTE
 33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 29.556,42
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 502.868,81

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro dos RECURSOS FEDERAL ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 4º - Inclui no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.439/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.077 AÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE - ESTADO/FMAS
 33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS
 44900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.078 AÇÕES DE MÉDIA COMPLEXIDADE - ESTADO/FMAS
 33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS
 44900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.079 AÇÕES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS - ESTADO/FMAS
 33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.082 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA BÁSICA - ESTADO/FMAS
 33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 5º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 5.439/2015, no montante de R\$ 46.667,37 (quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais, trinta e sete centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.077 AÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE - ESTADO/FMAS
 33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 7.209,11
 44900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 1.217,57

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.078 AÇÕES DE MÉDIA COMPLEXIDADE - ESTADO/FMAS
 33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 11.772,63
 44900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 5.616,97

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.079 AÇÕES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS - ESTADO/FMAS
 33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 1.227,91

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.082 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA BÁSICA - ESTADO/FMAS
 33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 19.623,18
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 46.667,37

Art. 6º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso ESTADUAL ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de abril de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

DECRETO Nº 4.578/2015

DECRETO Nº 4.578/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA FORMA DA LEI Nº 5.440/2015

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.440/2015 no montante de R\$ 287.344,00 (duzentos e oitenta e sete mil, trezentos e quarenta e quatro reais) a saber :

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
 18.541.0019.1021 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL NOVO CEMITÉRIO MUNICIPAL
 44900000000.00.1000 APLICAÇÃO DIRETA
 R\$ 13.425,80

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
 18.541.0022.2069 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO
 33930000000.00.1000 APLIC. DIR. DEC. DE OP. ENTRE ÓRGÃOS ... R\$ 205.898,00
 44710000000.00.1000 TRANSF. A CONS. PÚBLICOS
 R\$ 68.020,20

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 287.344,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.440/2015 no montante de R\$ 287.344,00 (duzentos e oitenta e sete mil, trezentos e quarenta e quatro reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

18.541.0022.2069 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO

3171000000.00.1000 TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS

R\$ 5.226,72

3371000000.00.1000 TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS

R\$ 282.117,28

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 287.344,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de abril de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.579/2015

DECRETO Nº 4.579/2015

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º da Lei Complementar nº 005 de 06 de novembro de 1992,

DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado e homologado nesta data o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação, instituído pela Lei Complementar nº 005 de 06 de novembro de 1992, e que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de abril de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima

Secretário de Educação e Cultura

REGIMENTO INTERNO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I

DO CONSELHO, SUA FINALIDADE E SUAS ATRIBUIÇÕES.

Art. 1º - O Conselho Municipal de Educação de Curitiba (CME), órgão deliberativo e consultivo da administração no setor de educação, criado pela Lei Complementar nº 005 de 06 de novembro de 1992, reger-se-á pelo presente Regimento Interno observado às normas e disposições da legislação pertinente.

Art. 2º - O Conselho destina-se a estimular, fortalecer e institucionalizar a participação dos setores organizados da sociedade de Curitiba, no processo de tomada de decisões no setor de educação de competência da administração municipal.

Art. 3º - São atribuições do Conselho Municipal de Educação, além de outras que possam vir a ser delegadas pelo competente Conselho Estadual de Educação:

I - Zelar pelo cumprimento da legislação aplicável à educação e ensino;

II - opinar sobre diretrizes educacionais;

III - Manifestar-se, no âmbito do Município de Curitiba, sobre:

a) Plano Municipal de Educação;

b) A ampliação e aplicação de recursos a serem destinados a educação

c) Regimento Interno, calendário e currículo comum às escolas;

d) Criação, ampliação, desativação e localização de escolas;

e) Relatório de Atividades da Secretaria Municipal de Educação.

IV - Acompanhar o levantamento anual da população em idade escolar e propor alternativas para seu atendimento;

V - Incentivar a integração das redes de ensino municipal, estadual e federal, confessionais e filantrópicas;

VI - Estudar e sugerir medidas que visem a expansão qualitativa e quantitativa do ensino no município;

VII - Manter Intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação, com os demais Conselhos Municipais de Educação e Instituições Congêneres;

VIII - Emitir Pareceres sobre:

a) Assuntos em questões de natureza educacional que lhe forem submetidos pelo Poder Executivo Municipal;

b) Concessão de auxílios e subvenções a instituições educacionais;

c) Convênios, acordos ou contratos relativos a assuntos educacionais que o Poder público pretenda celebrar;

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 4º - O Conselho Municipal de Educação será constituído por 20 (vinte) membros titulares e 20 (vinte) membros suplentes, os quais serão empossados pelo Prefeito Municipal, com mandatos na forma da lei.

§ 1º Os membros integrantes do Conselho Municipal de Educação, serão indicados por quem de direito e segundo os critérios abaixo estabelecidos:

a) Um professor, de livre indicação do Poder executivo Municipal;

b) Cinco professores da Rede Municipal de Ensino, indicados pelos Núcleos Municipais e Centros de Educação Infantil;

c) Um representante da Secretaria de Educação e Cultura;

d) Um representante dos Diretores dos Núcleos Municipais e Centros de Educação Infantil;

e) Um representante de Escolas Particulares;

f) Um representante da Secretaria Estadual de Educação;

g) Um representante da Universidade do Contestado: Campus Curitiba;

h) Um representante da Universidade Federal de Santa Catarina;

i) Um representante do Sistema S do Município (SENAI, SESI, SENAC);

j) Um representante dos Programas Sócio Educacionais;

k) Um representante da Câmara de Vereadores;

l) Um representante do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente;

m) Um representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Município de Curitiba;

n) Dois representantes de Pais de Alunos - Núcleos Municipais e/

ou Centros de Educação Infantil;
o) Um representante dos Estudantes Universitários;

§ 2º - A qualquer tempo, mediante requerimento dirigido ao conselho e deferido pela metade mais um (01) de seus membros, poderão outros órgãos e entidades educacionais fazerem-se representar neste conselho, no limite máximo de até 20 (vinte) membros.

§ 3º - Será de dois anos o mandato dos membros do Conselho, podendo haver recondução e substituição a qualquer tempo e a critério dos órgãos e entidades representadas, mediante comunicado oficial de seu presidente, diretor ou equivalente.

§ 4º - Todos os membros do Conselho serão residentes e domiciliados no município de Curitiba.

§ 5º - Cada uma das entidades representadas indicará um titular e um suplente para nomeação do Prefeito Municipal.

Art. 5º - Serão considerados de natureza relevante os serviços prestados ao Município de Curitiba pelos membros do Conselho.

Parágrafo Único: Uma vez que convocado oficialmente para os estudos, pareceres e deliberações dos assuntos pertinentes à Comissão a que pertence, deverão comparecer espontaneamente.

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS DO CONSELHO

Art. 6º - São Órgãos do Conselho:

- I - Plenária;
- II - Diretoria;
- III - Comissões;
- IV - Assessoria Técnica;
- V - Secretaria Geral;

Seção I Do Plenário

Art. 7º - Ao Plenário compete:

- I - Discutir e deliberar sobre os assuntos relacionados nos artigos 2º e 3º, inciso I a IX deste regimento;
- II - Julgar e decidir sobre os assuntos encaminhados a apreciação deste Conselho;
- III - Apreçar e decidir sobre assuntos relevantes de interesse do próprio Conselho Municipal de Educação ou da Comunidade Educacional;
- IV - Deliberar e delegar Conselheiro (s) para participar de Congressos, Seminários, Cursos sobre Educação e congêneres, sempre com representante (s) do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo Único: Os custos advindos do cumprimento do inciso IV deste artigo serão ressarcidos pela Prefeitura Municipal pelo Regime de diárias ou custeio de adiantamento pelo Fundo Municipal de Educação.

Art. 8º - O Plenário, como órgão deliberativo do Conselho Municipal de Educação, reunir-se-á a ordinária e extraordinariamente, em sessões públicas convocadas pelo Presidente do Conselho, em data, horário e local previamente fixado deliberando com maioria simples dos membros presentes.

§ 1º - As reuniões ordinárias serão mensais.

§ 2º - As reuniões extraordinárias ocorrerão sempre que necessário, podendo ser convocadas pelo Presidente ou por metade mais 01 (um) dos membros do Conselho, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, limitando-se a pauta ao assunto que justifique sua convocação.

§ 3º - O quorum exigido para realização de qualquer reunião será de metade mais um dos membros do Conselho em primeira chamada e com qualquer número em segunda, feita 30 (trinta) minutos após a primeira convocação.

Art. 9º - As decisões do Conselho Municipal de Educação tomarão a forma de Resolução.

Art. 10º - As sessões plenárias desenvolver-se-ão de acordo com o Regimento do Plenário, aprovado por Resolução do Conselho.

Seção II

Da Diretoria

Art. 11 - A diretoria do Conselho Municipal de Educação compor-se-á:

- I - Presidente;
- II - Vice-presidente;
- III - Secretário.

Art. 12. O Presidente será a autoridade administrativa superior do Conselho.

Art. 13. O Presidente será indicado e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 14. O Vice-presidente será escolhido de acordo com a votação da maioria dos Conselheiros, em Plenário especialmente convocado para esta finalidade.

Art. 15. O Secretário será indicado e nomeado pelo Presidente do Conselho, dentre os conselheiros Titulares.

Art. 16. Compete ao Presidente:

- I - Convocar, presidir e orientar os trabalhos do Conselho;
- II - Exercer a representação externa deste Conselho Municipal;
- III - Cumprir e fazer cumprir a legislação e as resoluções expedidas pelo Conselho;
- IV - Requisitar e prover os recursos necessários para o bom funcionamento do Conselho Municipal de Educação;
- V - Distribuir os processos, designando inclusive os membros que deverão analisá-los;
- VI - Providenciar as diligências e exames requisitados pelo Conselho;
- VII - Apresentar a cada final de ano, ao Poder Executivo, um relatório informativo dos trabalhos do Conselho Municipal de Educação;
- VIII - Conceder ou não licença aos membros do Conselho, desde que solicitada à licença formalmente pelo Conselheiro.
- IX - Comunicar a Secretaria Municipal de Educação, o término do mandato dos conselheiros;
- X - Decidir sobre questões de ordem, cabendo recurso ao Plenário;
- XI - Desempenhar todas as funções inerentes ao cargo;

§ 1º - O Presidente será auxiliado ou substituído em seus impedimentos, pelo Vice Presidente do Conselho Municipal de Educação.

§ 2º - Em caso de vacância o Presidente será sucedido pelo Vice Presidente, até a conclusão do respectivo mandato.

§ 3º - O Presidente do Conselho somente votará nos casos de empate, cabendo a este o voto de qualidade a ser dado na própria reunião.

Art. 17. Compete ao Vice Presidente substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;

Art. 18. Compete ao Secretário:

- I - Substituir o Vice-presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II - Substituir a Secretária Executiva das comissões especiais em suas faltas ou impedimentos.
- III - Manter relação completa e atualizada dos Conselheiros e

instituições educacionais que atuem no Município de Curitiba-nos.

IV - Fazer publicar, periodicamente, as emendas das decisões do Conselho, para que tenham ampla divulgação.

Seção III

Das Comissões

Art. 19. Para estudos dos assuntos de competência do Conselho Municipal de Educação serão constituídas as seguintes Comissões Permanentes, das quais, somente poderão fazer parte os membros efetivos do mesmo conselho. Esses membros desenvolverão seus trabalhos de acordo com o Regimento Interno comum, aprovado por resolução do Conselho:

I - Comissão de educação Infantil;

II - Comissão de Ensino Fundamental 1º a 9º ano do Ensino Fundamental;

III - Comissão de Legislação e Normas.

§ 1º - Além das Comissões Permanentes mencionadas neste artigo poderão ser constituídas comissões Especiais de caráter temporário específico.

§ 2º - A Comissão Especial estará automaticamente dissolvida uma vez concluída a tarefa de que for incumbida.

Art. 20. As comissões têm por objetivo emitir parecer, realizar estudos técnicos e pesquisas sobre assuntos de interesse da comunidade educacional.

Art. 21. O Presidente e o Vice-presidente poderão fazer parte das comissões.

Art. 22. As comissões Permanentes e as comissões Especiais serão compostas de no mínimo 03 (três) membros e de no máximo 04 (quatro) membros, os quais elegerão o seu respectivo coordenador, que designará automaticamente os relatores para quaisquer processos submetidos à Comissão.

Parágrafo único: Nenhum conselheiro poderá integrar, em caráter permanente, mais de (1) uma comissão.

Art. 23. Compete ao relator emitir parecer nos prazos estabelecidos pelo Presidente do Conselho.

Art. 24. Reuniões conjuntas de duas ou mais comissões poderão ser realizadas, quando houver interesse comum.

Art. 25. As deliberações das comissões serão tomadas com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 26. Os pronunciamentos das comissões terão caráter de parecer, e serão submetidos à discussão e votação do Plenário.

Seção IV

Da Assessoria Técnica

Art. 27. A Assessoria Técnica, constituída de assessores permanentes e eventuais, terá como finalidade prover o Conselho Municipal de Educação do apoio técnico necessário de suas atividades. Parágrafo Único: O Conselho disporá de pelo menos 01 (um) Assessor Técnico, funcionário do setor de educação, indicado pelo Presidente, dentre seus membros titulares ou suplentes, ao qual competirá:

- Realizar estudos e pesquisas necessárias ao embasamento pedagógico e legal dos pareceres dos membros do Conselho;
- Assessorar as comissões do Conselho Municipal de Educação;
- Desincumbir-se das tarefas que lhe forem atribuídas pelo Presidente;
- Quando convocado, participar e opinar nas sessões do Conselho, sem direito a voto;
- Atender aos pedidos de informação dos Conselheiros,

fornecendo pareceres por escrito dentro dos prazos concedidos quando solicitados.

Seção V

Da Secretaria Geral

Art. 29. O Conselho Municipal de Educação disporá e manterá uma Secretária Geral destinada ao suporte administrativo necessário ao funcionamento do Conselho e a cargo da Secretaria Executiva das comissões, utilizando-se das disponibilidades de instalações e de funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único: A Secretaria Municipal de Educação nomeará e colocará à disposição da Secretaria Geral deste Conselho, profissional habilitado que desempenhará a função de Secretário Executivo.

Art. 30. À Secretaria Executiva compete:

I - Secretaria as sessões do Conselho;

II - Lavrar as atas de sessões e proceder à sua leitura;

III - Providenciar a execução das medidas determinadas pelo Presidente;

IV - Prestar as informações que lhe forem solicitadas pelos Conselheiros;

V - Superintender todo o serviço da Secretaria Geral deste Conselho;

VI - Expedir as convocações para as reuniões do Conselho;

VII - Coordenar a organização e atualização da correspondência, arquivos, documentos e cadastro das entidades representadas no Conselho;

VIII - Organizar a pauta de reuniões;

IX - Solicitar à Secretaria Municipal de Educação, servidores municipais para prestarem serviços ao Conselho;

X - Elaborar relatório das atividades do Conselho, anualmente ou sempre que solicitado pelo Presidente do Conselho Municipal de Educação.

XI - Desincumbir-se das demais atribuições inerentes à função.

CAPÍTULO IV

DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 31. São atribuições dos membros do Conselho:

I - Participar das reuniões quando convocados;

II - Relatar, discutir e proferir voto aos processos que lhe forem atribuídos;

III - Participar das discussões e deliberações do Conselho;

IV - Solicitar ao Presidente, quando julgar necessário, a presença do postulante de qualquer órgão informante, para as entrevistas que se fizerem indispensáveis nas reuniões do Conselho.

V - Solicitar ao Secretário do Conselho por intermédio do Presidente, os esclarecimentos verbais que entender necessários.

VI - Pedir vistas dos processos e requerer adiamento das votações.

VII - Propor convocação de sessões extraordinárias.

VIII - Propor a emenda ou reforma do Regimento Interno do Conselho.

IX - Exercer outras atribuições definidas em lei ou regulamento.

Art. 32. Caso o conselheiro titular não puder comparecer a qualquer sessão, deverá antecipadamente comunicar o fato à Secretaria Executiva que convocará seu suplente.

CAPÍTULO V

DAS SESSÕES

Art. 33. O Conselho Municipal de Educação, reunir-se-á em sessão plena, independente de convocação, todas as últimas quartas-feiras do mês.

Parágrafo Único: No caso de feriado ou ponto facultativo, a reunião realizar-se-á no primeiro dia útil seguinte.

Art. 34. O Conselho Municipal de Educação poderá reunir-se extraordinariamente, mediante pedido do Secretário Municipal de Educação ou por iniciativa dos conselheiros, através da manifestação de no mínimo 07 (sete) de seus membros.

Art. 35. As sessões serão abertas com a presença de no mínimo a maioria, ou seja, metade mais um em primeira chamada, na forma prevista no parágrafo 3º do art. 8º deste regimento.

Art. 36. As sessões plenárias, com duração máxima de 02 (duas) horas, constarão de:

- I - Leitura da ata;
- II - Expediente;
- III - Ordem do dia;
- IV - Explicações pessoais.

Parágrafo Único: Quando no decurso de uma sessão, faltar quorum para as votações, prosseguir-se-á na discussão da matéria pendente na sessão seguinte.

Art. 37. As deliberações e resoluções de qualquer natureza, em sessão plenária, serão tomadas por maioria simples dos conselheiros presentes na respectiva sessão.

Parágrafo Único: A votação será simbólica, salvo quando requerida e aprovada outra forma de pronunciamento, pela maioria simples de seus membros.

Art. 38. Nas ausências do Presidente, Vice-presidente e Secretário a sessão será presidida pelo Conselheiro mais idoso dentre os membros presentes.

Art. 39. O Conselheiro que faltar a 02 (duas) reuniões consecutivas, ou a 5 (cinco) sessões intercaladas no semestre, quer seja das sessões plenárias ou das comissões, sem apresentar justificativa, será considerado demitente e deverá o Presidente do Conselho comunicar o fato à Secretaria Municipal de Educação para que a mesma providência a substituição do conselheiro.

Art. 40. As dúvidas quanto a interpretação do Regimento Interno, na sua prática, constituem questão de ordem que poderá ser suscitada em qualquer fase da reunião.

Art. 41. As questões de ordem serão formuladas no prazo de 02 (dois) minutos, com a clareza e com a indicação das disposições que se pretendem elucidar.

Art. 42. Todas as questões de ordem suscitadas durante a reunião serão resolvidas pelo Presidente do Conselho a exceção do disposto no inciso X do art. 16.

Parágrafo Único: As decisões sobre questões de ordem serão consideradas como simples precedentes e somente adquirirão força obrigatória quando incorporadas ao Regimento Interno.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 43. Os encargos financeiros do Conselho Municipal de Educação correrão à conta de dotação própria da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 44. O presente Regimento Interno poderá ser alterado por proposta apresentada por escrito e devidamente justificada em reunião anterior do Conselho, por qualquer membro do Conselho Municipal de Educação, em votação, desde que respeitados os 2/3 (dois terços) dos conselheiros presente.

Art. 45. As omissões e dúvidas de interpretação e execução deste Regimento serão resolvidas em Plenário do Conselho Municipal de Educação e homologadas pelo Secretário Municipal de Educação, observadas as disposições legais e terão força normativa.

Art. 46. Este Regimento entrará em vigor na data da publicação do decreto que o homologar

Curitiba, 18 de abril de 2015.

Conselho Municipal de Educação

DECRETO Nº 4.580/2015

DECRETO Nº 4.580/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA FORMA DA LEI N. 5.447/2015.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.447/2015 no montante de R\$ 405.500,00 (quatrocentos e cinco mil e quinhentos reais) a saber :

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRET. ADM. E FINANÇAS

4490000000.00.1000 APLICAÇÃO DIRETA R\$ 54.800,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

18.541.0022.1028 AQUISIÇÃO DE ÁREAS DE PRESER. PERMANENTE

4490000000.00.1000 APLICAÇÃO DIRETA R\$ 54.800,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

20.606.0024.1030 AQUISIÇÃO DE MÁQ., VEÍCULOS E IMPL. AGRÍCOLAS

4490000000.00.1000 APLICAÇÃO DIRETA R\$ 94.600,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1015 CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 60.300,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1018 AQUISIÇÃO MÁQ., E VEÍCULOS - SECRET. TRANSP. OBRAS

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 66.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.08 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

27.813.0029.1012 OBRAS PARA PRÁTICAS ESPORTIVAS

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 75.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 405.500,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n.

5.447/2015 no montante de R\$ 405.500,00 (quatrocentos e cinco mil e quinhentos reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.123.0003.2008 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS - ADMINISTRAÇÃO
3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR
R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 285.500,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
26.782.0028.2072 MANUT. DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL
3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.07 SECRETARIA DA IND. COMÉRCIO E TURISMO
22.661.0025.2065 MANUT. DA SECRET. DA IND. COM. E TURISMO
4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 405.500,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de abril de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.581/2015

DECRETO Nº 4.581/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL NA FORMA DA LEI Nº 5.448/2015.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.448/2015,

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO
3390000000.00.3012 APLICAÇÕES DIRETAS.

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.448/2015, no montante de R\$ 94.830,57 (noventa e quatro mil, oitocentos e trinta reais, cinquenta e sete centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO
3390000000.00.3012 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 94.830,57
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 94.830,57

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso CONVÊNIO DE TRÂNSITO, ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 4º - Ficam incluídas no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.448/2015:

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS.

Art. 5º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.448/2015, no montante de R\$ 516.284,28 (quinhentos e dezesseis mil, duzentos e oitenta e quatro reais, vinte e oito centavos):
SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 516.284,28
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 516.284,28

Art. 6º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIO, ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 7º. Ficam incluídas no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.448/2015:

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4490000000.00.3007 APLICAÇÕES DIRETAS.

Art. 8º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.448/2015, no montante de R\$ 47.076,87 (quarenta e sete mil, setenta e seis reais, oitenta e sete centavos):

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4490000000.00.3007 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 47.076,87
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 47.076,87

Art. 8º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recurso CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE, ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14

e Decreto 4.557/2015.

Art. 9º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de abril de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.437/2015

LEI Nº 5.437/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Fundo Municipal de Saúde as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.329/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.039 OBRAS NA ÁREA DA SAÚDE

4.4.90.00.00.00.00.00.3002 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Saúde na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 135.695,74 (cento e trinta e cinco mil, seiscentos e noventa e cinco reais, setenta e quatro centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.039 OBRAS NA ÁREA DA SAÚDE

4.4.90.00.00.00.00.00.3002 APLICAÇÕES DIRETAS

..... R\$ 135.695,74

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 135.695,74.

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014, originados de transferências do Município para o SUS, conforme decreto nº 4.557/2015.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de abril de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten
Secretário de Saúde

LEI Nº 5.438/2015

LEI Nº 5.438/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Fundo Municipal de Saúde as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.329/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.040 OBRAS E INVEST. NA SAÚDE - BLOCO INVESTIMENTO

4.4.90.00.00.00.00.00.3038 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Saúde na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 15.722,35 (quinze mil, setecentos e vinte e dois reais, trinta e cinco centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.040 OBRAS E INVEST. NA SAÚDE - BLOCO INVESTIMENTO

4.4.90.00.00.00.00.00.3038 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 15.722,35

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 15.722,35.

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014 originados de transferências do SUS União, pelo descomprometimento do recurso em decorrência do cancelamento de Resto a Pagar.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de abril de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten
Secretário de Saúde

LEI Nº 5.439/2015

LEI Nº 5.439/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.329/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.083 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- IGD/PBF
 33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
 44900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.085 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PPMC II
 33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.086 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PTMC
 33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.087 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- IGD/SUAS
 33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
 44900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.088 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PBV/SCFV
 33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.089 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PBF
 33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.090 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- ACESSUAS
 33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.243.0005.2.084 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PAC I
 33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.243.0005.2.091 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PAC CRIANÇA/ADOLESCENTE
 33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 502.868,81 (quinhentos e dois mil, oitocentos e sessenta e oito reais, oitenta e um centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.083 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- IGD/PBF
 33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 100.625,13
 44900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 30.000,00

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.085 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PPMC II
 33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 82.230,31

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.086 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PTMC
 33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 3.746,20

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.087 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- IGD/SUAS
 33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 2.500,00
 44900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 4.096,95

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.088 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PBV/SCFV
 33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 112.978,43

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.089 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PBF
 33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 89.972,29

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.090 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- ACESSUAS
 33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 44.926,44

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.243.0005.2.084 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PAC I
 33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 2.236,64

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.243.0005.2.091 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS- PAC CRIANÇA/ADOLESCENTE
 33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 29.556,42
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 502.868,81

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro dos RECURSOS FEDERAIS ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.329/2014:

INCLUI FONTE DE RECURSO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.077 AÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE - ESTADO/FMAS
 33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS
 44900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.078 AÇÕES DE MÉDIA COMPLEXIDADE - ESTADO/FMAS
 33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS
 44900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.079 AÇÕES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS - ESTADO/FMAS
 33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.082 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA BÁSICA - ESTADO/FMAS
 33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 5º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 46.667,37 (quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais, trinta e sete centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.077 AÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE - ESTADO/FMAS
 33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 7.209,11
 44900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 1.217,57

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.078 AÇÕES DE MÉDIA COMPLEXIDADE - ESTADO/FMAS
 33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 11.772,63
 44900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 5.616,97

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.079 AÇÕES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS - ESTADO/FMAS
 33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 1.227,91

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2.082 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA BÁSICA - ESTADO/FMAS
 33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 19.623,18
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 46.667,37

Art. 6º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso ESTADUAL ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 17 de abril de 2015.

José Antônio Guidi
 Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
 Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.440/2015

LEI Nº 5.440/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
 Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 287.344,00 (duzentos e oitenta e sete mil, trezentos e quarenta e quatro reais) a saber :

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
 18.541.0019.1021 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL NOVO CEMITÉRIO MUNICIPAL
 4490000000.00.1000 APLICAÇÃO DIRETA R\$ 13.425,80

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
 18.541.0022.2069 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO
 3393000000.00.1000 APLIC. DIR. DEC. DE OP. ENTRE ÓRGÃOS ... R\$ 205.898,00
 4471000000.00.1000 TRANSF. A CONS. PÚBLICOS R\$ 68.020,20

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 287.344,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 287.344,00 (duzentos e oitenta e sete mil, trezentos e quarenta e quatro reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
 18.541.0022.2069 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO
 3171000000.00.1000 TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS R\$ 5.226,72
 3371000000.00.1000 TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS R\$ 282.117,28

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 287.344,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 17 de abril de 2015.

José Antônio Guidi
 Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
 Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.441/2015

LEI Nº 5.441/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER - RFCC.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde, autorizado a firmar convênio com Rede Feminina de Combate ao Câncer de Curitiba - RFCC inscrita no CNPJ sob nº 78.478.021/0001-04 objetivando o repasse de recursos financeiros para a manutenção e funcionamento das atividades da entidade.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à RFCC a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em três parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de saúde.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das seguintes dotações:

06.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0008.2.022 - Contribuições Financeiras - Saúde

3.3.50.00.00.00.00.1002 14 Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 15.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de abril de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten
Secretário de Saúde

TERMO DE CONVÊNIO Nº 04/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER - RFCC.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado Rede Feminina de Combate ao Câncer de Curitiba, inscrita no CNPJ sob nº 78.478.021/0001-04 neste ato representada por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município, através do Fundo Municipal de Saúde, à REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER - RFCC para auxílio à manutenção da entidade

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à RFCC a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em três parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 5.000,00

(cinco mil reais) para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA : A entidade RFCC obriga-se a encaminhar relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

Parágrafo Único : A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro

CLÁUSULA QUARTA : Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 5.441/2015 de 17/04/2015 terá prazo determinado iniciando-se em abril de 2015 e término em 10 de dezembro de 2015 e poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SEXTA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 17 de abril de 2015.

José Antonio Guidi	
Prefeito Municipal	Presidente RFCC

LEI Nº 5.442/2015

LEI Nº 5.442/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO UNIVERSITÁRIO

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Algarino Silveira, inscrito no CPF sob nº 477.580.409-00, do lote urbano, Bairro Universitário, com área de 420,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), situado no lado sul da Rua SD, e esquina, ao lado leste da Rua Eduardo Amaral, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 14,00 metros com Rua SD;

Ao Sul, 14,00 metros com Eliana Donde Fossatti;

Ao Leste, 30,00 metros, sendo 21 metros com Sidnei Ildebrando e 9 metros com Célio Jose Ortiz;

Ao Oeste, 30,00 metros, sendo 6 metros com a Rua Antonio Helio Amaral e 24 metros com o lote de Marizete Alves Carneiro..

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 17 de abril de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.443/2015

LEI Nº 5.443/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SANTO ANTONIO

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública, através do programa de regularização imobiliária denominado Lar Legal, Lei Municipal n. 5.053/2013 aos possuidores dos lotes situados na área descrita, conforme mapa da quadra 46, de forma individual e discriminada pelo rol anexo que passa a fazer parte integrante da Lei.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de abril de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LISTA DE NOMES -BAIRRO SANTO ANTONIO

QUADRA 46

Nome	Lote	Área
Marilei Fátima de Farias	01	95,00m²
Ceriana de Fatima Pereira	10	149,50m²

LEI Nº 5.444/2015

LEI Nº 5.444/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Marcos Felipe dos Santos, inscrito no CPF sob n. 099.734.679-57, do lote urbano, Bairro São José, com área de 184,50m² (cento e oitenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), situado no lado oeste da Rua Salvador Inácio

Pereira, distando 9,20 metros ao sul da Rua Alfredo Lenzer, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 16,50 metros com o lote de Julinho Vargas;
Ao Sul, 19,50 metros com o lote de Dornélio Borges;
Ao Leste, 10,80 metros com a Rua Salvador Inácio Pereira;
Ao Oeste, 9,70 metros com o lote de Neuza Santos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 24 de abril de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.445/2015

LEI Nº 5.445/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO AGUA SANTA

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Valdezir Wolinger das Neves, inscrito no CPF sob n. 560.038.709-15, do lote urbano, Bairro Água Santa, com área de 95,58m² (noventa e cinco metros e cinquenta decímetros quadrados), situado no lado sul da Rua Raulino Almeida, distando 125,10 metros ao leste da Rua Avelino Fontana, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 8,00 metros com a Rua Raulino Almeida;
Ao Sul, 8,20 metros com Prefeitura Municipal;
Ao Leste, 12,60 metros com o lote de Osvaldina Maria França;
Ao Oeste, 11,00 metros com o lote de Izaías dos Santos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 24 de abril de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.446/2015

LEI Nº 5.446/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Julinho Vargas, inscrito no CPF sob n. 864.606.419-00, do lote urbano, Bairro São José, com área de 142,60m² (cento e quarenta e dois metros e sessenta decímetros quadrados), situado no lado oeste da Rua Salvador Inácio Pereira, esquina ao sul com a Rua Alfredo Lenzer, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 14,50 metros com a Rua Alfredo Lenzer;
Ao Sul, 16,50 metros com lote de Marcos Felipe dos Santos;
Ao Leste, 9,20 metros com a Rua Salvador Inácio Pereira;
Ao Oeste, 9,20 metros com o lote de Neuza dos Santos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 24 de abril de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.447/2015

LEI Nº 5.447/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 405.500,00 (quatrocentos e cinco mil e quinhentos reais) a saber :

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0002.1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRET. ADM. E FINANÇAS
4490000000.00.1000 APLICAÇÃO DIRETA R\$ 54.800,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
18.541.0022.1028 AQUISIÇÃO DE ÁREAS DE PRESER. PERMANENTE
4490000000.00.1000 APLICAÇÃO DIRETA
..... R\$ 54.800,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
20.606.0024.1030 AQUISIÇÃO DE MÁQ., VEÍCULOS E IMPL. AGRÍCOLAS
4490000000.00.1000 APLICAÇÃO DIRETA
..... R\$ 94.600,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.452.0018.1015 CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS
4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 60.300,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.452.0018.1018 AQUISIÇÃO MÁQ., E VEÍCULOS - SECRET. TANS. OBRAS
4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 66.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.08 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
27.813.0029.1012 OBRAS PARA PRÁTICAS ESPORTIVAS
4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 75.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 405.500,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 405.500,00 (quatrocentos e cinco mil e quinhentos reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.123.0003.2008 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS - ADMINISTRAÇÃO
3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR
R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS
.... R\$ 285.500,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
26.782.0028.2072 MANUT. DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL
3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS
.... R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA IND. COMÉRCIO E TURISMO
22.661.0025.2065 MANUT. DA SECRET. DA IND. COM. E TURISMO
4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS
.... R\$ 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 405.500,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 24 de abril de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.448/2015

LEI Nº 5.448/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.329/2014:

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO
3390000000.00.3012 APLICAÇÕES DIRETAS.

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 94.830,57 (noventa e quatro mil, oitocentos e trinta reais, cinquenta e sete centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO
3390000000.00.3012 APLICAÇÕES DIRETAS
... R\$ 94.830,57
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 94.830,57

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso CONVÊNIO DE TRÂNSITO, ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.329/2014:

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS.

Art. 5º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 516.284,28 (quinhentos e dezesseis mil, duzentos e oitenta e quatro reais, vinte e oito centavos):
SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS

.... R\$ 516.284,28
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 516.284,28

Art. 6º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIO, ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.329/2014:

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4490000000.00.3007 APLICAÇÕES DIRETAS.

Art. 8º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 47.076,87 (quarenta e sete mil, setenta e seis reais, oitenta e sete centavos):

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4490000000.00.3007 APLICAÇÕES DIRETAS
.... R\$ 47.076,87
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 47.076,87

Art. 8º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recurso CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE, ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de abril de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.449/2015

LEI Nº 5.449/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Saúde autorizado a firmar convênio com a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS, inscrita no CNPJ sob nº 95.991.113/0001-02, objetivando o repasse mensal de recursos financeiros para a manutenção e funcionamento do atendimento do hospital local no ano de 2015.

Art. 2.º - Pelo convênio, o Poder Executivo, através da Secretaria de Saúde, repassará à Fundação Hospitalar a importância de R\$ 420.000,00 (Quatrocentos e vinte mil reais), destinados a auxílio na manutenção do nosocômio, em oito parcelas no valor de R\$ 52.500,00.

§ 1º - Fica vedada a utilização dos recursos com despesas de salários, encargos trabalhistas e passivo imobilizado.

§ 2º - Os valores repassados incorporam, para todos os fins, a cota orçamentária destinada à manutenção da saúde pública.

§ 3º - A Fundação prestará constas dos recursos recebidos no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das seguintes dotações:

06.01 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0008.2.022 - Contribuições Financeiras - Saúde
3.3.50.00.00.00.00.00.1002 14 Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 420.000,00

Art. 4.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 24 de abril de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Sanção1 Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal
Altamir Carvalho Goetten
Secretário de Saúde
TERMO DE CONVÊNIO Nº 05/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido à Rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, Sr. Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal, doravante denominado MUNICÍPIO e de outro lado a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS, inscrita no CNPJ sob n.º 95.991.113/0001-02, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos estabelecidos a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse das verbas pelo Município à Fundação, para manutenção e funcionamento do atendimento ambulatorial/ emergencial do Hospital.

CLÁUSULA SEGUNDA: Por este convênio, o Poder Executivo, através da Secretaria de Saúde, repassará à Fundação Hospitalar importância de R\$420.000,00 (Quatrocentos e vinte mil reais), destinados a auxílio na manutenção do nosocômio, em oito parcelas no valor de R\$ 52.500,00, sendo a primeira a partir da data de publicação da lei autorizativa.

§ 1.º - Fica vedada a utilização dos recursos com despesas de salários, encargos trabalhistas e passivo imobilizado.

§ 2.º - Os valores repassados incorporam, para todos os fins, a cota orçamentária destinada à manutenção da saúde pública.

CLÁUSULA TERCEIRA: A FUNDAÇÃO deverá determinar a abertura

de conta especial em agência oficial bancária para recebimento dos recursos, encaminhando mensalmente ao MUNICÍPIO a devida e respectiva prestação de contas dos recursos recebidos.

CLÁUSULA QUARTA : A FUNDAÇÃO obriga-se a encaminhar relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas e ainda:

- I. o compromisso de o conveniente movimentar os recursos na conta bancária única e específica do convênio;
- II. a obrigação de o conveniente prestar contas dos recursos recebidos;
- III. a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo;
- IV. a vigência do convênio, fixada de acordo com o prazo previsto para a execução do objeto;
- V. a obrigatoriedade de eventual devolução de recursos, nos casos previstos neste Decreto;
- VI - Obtenção e apresentação das certidões negativas.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 5.449/2015 de 24 de abril de 2015 terá prazo determinado iniciando-se na data de publicação da lei autorizativa e término em 10 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por ato do Poder Executivo de forma expressa e justificada.

CLÁUSULA SEXTA : Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.449/2015, poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA: Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitibanos, 24 de abril de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Fundação Hospitalar de Curitibanos

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO116 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato116 /2015

Contrato Nº.: 116/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: MARIANA POMERENING STEFANES ME

Valor : 44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 03/02/2015 Término: 03/02/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015

Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),

2.070.3.3.90.00.00.00.00 (102)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE REVISTA DE EDIÇÃO MENSAL, PARA DIVULGAÇÃO E ORIENTAÇÃO AOS MUNICÍPIOS DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, DIVULGAÇÃO DA EXPOCENTRO 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO117 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato117 /2015

Contrato Nº.: 117/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: Industria de Artefatos de Cimento Presidente Ltda

Valor : 88.416,00 (oitenta e oito mil quatrocentos e dezesesseis reais)

Vigência : Início: 03/02/2015 Término: 03/02/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 295/2014

Recursos : Dotação: 1.016.4.4.90.00.00.00.00 (66)

Objeto : AQUISIÇÃO DE LAJOTAS SEXTAVADAS COM TESTE DE CERTIFICAÇÃO DE 35MPa, PARA USO NA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS DO MUNICÍPIO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO118 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato118 /2015

Contrato Nº.: 118/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: FLORICULTURA COLINA LTDA ME

Valor : 270,00 (duzentos e setenta reais)

Vigência : Início: 03/02/2015 Término: 03/02/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 304/2014

Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (62), 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE ADUBOS, SEMENTES E GRAMA EM LEIVA PLANTADA PARA MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL, CAMPO DE FUTEBOL DO BAIRRO GETÚLIO VARGAS E HORTO MUNICIPAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO119 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato119 /2015

Aditivo Nº : 119/2015 - Contrato Nº: 7/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA.

Valor : 17.120,37 (dezesete mil cento e vinte reais e trinta e sete centavos)

Vigência : Início: 03/02/2015 Término: 05/01/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (89), 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (109)

Objeto : ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 17.120,37 PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, TENDO EM VISTA REAJUSTE DO GOVERNO FEDERAL DE 8,99%, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO120 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato120 /2015

Contrato Nº.: 120/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: RODA BRASIL -DISTRIB. DE AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS L

Valor : 990,00 (novecentos e noventa reais)

Vigência : Início: 04/02/2015 Término: 04/02/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015

Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (32)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E VICINAIS, GABINETE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO121 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato121 /2015

Contrato Nº.: 121/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA

Valor : 4.072,60 (quatro mil e setenta e dois reais e

sessenta centavos)
 Vigência : Início: 04/02/2015 Término: 04/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E VICINAIS, GABINETE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, POLICIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO122 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato122 /2015

Contrato Nº.: 122/2015
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada.: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME.
 Valor : 27,65 (vinte e sete reais e sessenta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 04/02/2015 Término: 04/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014
 Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),
 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO123 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato123 /2015

Contrato Nº.: 123/2015
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada.: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME.
 Valor : 960,00 (novecentos e sessenta reais)
 Vigência : Início: 04/02/2015 Término: 04/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014
 Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00

(62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO124 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato124 /2015

Contrato Nº.: 124/2015
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada.: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
 Valor : 939,60 (novecentos e trinta e nove reais e sessenta centavos)
 Vigência : Início: 05/02/2015 Término: 05/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014
 Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO125 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato125 /2015

Aditivo Nº : 125/2015 - Contrato Nº.: 635/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada.: CONSTRUTORA MACIEL LTDA.
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 06/02/2015 Término: 06/09/2015
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 235/2014
 Recursos : Dotação:

Objeto : CONSTRUÇÃO DE 03 ACADEMIAS DE SAUDE AO AR LIVRE, CONFORME CONVENIO Nº 2014TR 002496, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A PREFEITURA DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL E DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO126 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato126 /2015

Aditivo Nº : 126/2015 - Contrato Nº: 740/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
Valor : 4.486,54 (quatro mil quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 06/02/2015 Término: 02/03/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 273/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA SALA DE MONITORAMENTO NO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO127 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato127 /2015

Aditivo Nº : 127/2015 - Contrato Nº: 740/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
Valor : 4.729,52 (quatro mil setecentos e vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos)
Vigência : Início: 06/02/2015 Término: 02/03/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 273/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA SALA DE MONITORAMENTO NO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO128 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato128 /2015

Contrato Nº...: 128/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
Valor : 7.485,00 (sete mil quatrocentos e oitenta e cinco reais)
Vigência : Início: 06/02/2015 Término: 06/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO129 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato129 /2015

Contrato Nº...: 129/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.
Valor : 8.260,00 (oito mil duzentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 06/02/2015 Término: 06/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO130 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato130 /2015

Contrato Nº.: 130/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: FERREIRA E SERAFINI AUTO ELÉTRICA LTDA
Valor : 1.990,00 (um mil novecentos e noventa reais)
Vigência : Início: 06/02/2015 Término: 06/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00
(30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO131 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato131 /2015

Contrato Nº.: 131/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: SASSO E ORTIZ LTDA ME
Valor : 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 06/02/2015 Término: 06/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00
(30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO132 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato132 /2015

Contrato Nº.: 132/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: SORDI PECAS E SERVICOS DIESEL LTDA
Valor : 6.990,00 (seis mil novecentos e noventa reais)
Vigência : Início: 06/02/2015 Término: 06/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00
(30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO133 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato133 /2015

Aditivo Nº : 133/2015 - Contrato Nº: 80/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA
Valor : 18.125,00 (dezoito mil cento e vinte e cinco reais)
Vigência : Início: 06/02/2015 Término: 02/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO134 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato134 /2015

Contrato Nº.: 134/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA.
Valor : 10.804,00 (dez mil oitocentos e quatro reais)
Vigência : Início: 06/02/2015 Término: 06/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO135 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato135 /2015

Contrato Nº.: 135/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: STANG & STANG LTDA
Valor : 12.950,00 (doze mil novecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 06/02/2015 Término: 06/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO136 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato136 /2015

Contrato Nº.: 136/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: STANG & STANG LTDA
Valor : 11.500,00 (onze mil quinhentos reais)
Vigência : Início: 06/02/2015 Término: 06/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO137 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato137 /2015

Aditivo Nº : 137/2015 - Contrato Nº.: 291/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: LB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/04/2015
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 51/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : Pavimentação de Vias Públicas, compreendido de pavimentação asfáltica e concreto betuminoso a quente (CBUQ) da Rua Arthur Lenser, Rua Waldelirio C. Sampaio, Rua Frei Gaspar, Rua Frei Justino Girardi, Rua Capitão Antônio José Pereira, Rua Carlos Goetten e Servidão nº 16, Rua Salomão Carneiro de Almeida, Rua Paulo de Assis Mendes, e Pavimentação em Paralelepípedo da Rua Leopoldo Arruda, conforme descrição detalhada nos memoriais descritivos e demais condições previstas neste edital e em seus anexos

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO138 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato138 /2015

Aditivo Nº : 138/2015 - Contrato Nº: 290/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/04/2015
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 51/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : Pavimentação de Vias Públicas, compreendido de pavimentação asfáltica e concreto betuminoso a quente (CBUQ) da Rua Arthur Lenser, Rua Waldelirio C. Sampaio, Rua Frei Gaspar, Rua Frei Justino Girardi, Rua Capitão Antônio José Pereira, Rua Carlos Goetten e Servidão nº 16, Rua Salomão Carneiro de Almeida, Rua Paulo de Assis Mendes, e Pavimentação em Paralelepípedo da Rua Leopoldo Arruda, conforme descrição detalhada nos memoriais descritivos e demais condições previstas neste edital e em seus anexo

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO139 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato139 /2015

Contrato Nº.: 139/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA ME
Valor : 616,00 (seiscentos e dezesseis reais)
Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 303/2014
Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ATLETAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER PARA PARTICIPAÇÕES EM COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FESPORTE, TRANSPORTE DE ALUNOS PARA O IFC/RIODO SUL E CEDUP/SÃO JOSÉ DO CERRITO, TRANSPORTE DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA TERCEIRA IDADE, TRANSPORTE DE DETENTOS DA PENITENCIÁRIA DE SÃO CRISTOVAO DO SUL A CURITIBANOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPINA E REMOÇÃO DE ENTULHOS, E TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, DURANTE O ANO DE 2015, CONFORME ANE

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO140 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato140 /2015

Contrato Nº.: 140/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: RAFAEL CAVALI SCHLICHTING 08528971970
Valor : 1.050,00 (um mil e cinquenta reais)
Vigência : Início: 10/02/2015 Término: 10/03/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS ESPORTIVOS DOADOS PELA FESPORTE DE FLORIANÓPOLIS PARA CURITIBANOS

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO141 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato141 /2015

Contrato Nº.: 141/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-23
Valor : 70.000,08 (setenta mil reais e oito centavos)
Vigência : Início: 10/02/2015 Término: 31/01/2018
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2013
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (34)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELA ECT PARA A ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIAS COM AR PARA O CONVENIO DE TRANSITO E CONTRATO COM O CIASC, COM RECURSOS POLICIA CIVIL, MILITAR E CONVENIO TRANSITO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO142 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato142 /2015

Contrato Nº.: 142/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-23

Valor : 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
 Vigência : Início: 10/02/2015 Término: 31/01/2018
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2013
 Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE POSTAGEM "CORREIO" ATÉ DIA 31/01/2018.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO143 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato143 /2015

Contrato Nº.: 143/2015
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada.: JL- COMERCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PE-CAS E A
 Valor : 996,00 (novecentos e noventa e seis reais)
 Vigência : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 279/2014
 Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto : AQUISIÇÃO DE BATERIAS DE DIVERSOS AMPERES, PARA USO EM VEÍCULOS DO GABINETE, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, POLÍCIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA O ANO DE 2015. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO144 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato144 /2015

Contrato Nº.: 144/2015
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada.: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
 Valor : 248,52 (duzentos e quarenta e oito reais e cinquenta e dois centavos)
 Vigência : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014
 Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN.

DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO145 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato145 /2015

Contrato Nº.: 145/2015
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada.: CAFE TROPEIRO INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFE LTDA -
 Valor : 460,00 (quatrocentos e sessenta reais)
 Vigência : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014
 Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO146 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato146 /2015

Contrato Nº.: 146/2015
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada.: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA-caçador
 Valor : 269,70 (duzentos e sessenta e nove reais e setenta centavos)
 Vigência : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014
 Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN.

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO147 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato147 /2015

Contrato Nº.: 147/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Valor : 19,99 (dezenove reais e noventa e nove centavos)
Vigência : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO148 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato148 /2015

Contrato Nº.: 148/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Valor : 47,00 (quarenta e sete reais)
Vigência : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO149 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato149 /2015

Contrato Nº.: 149/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Valor : 95,04 (noventa e cinco reais e quatro centavos)
Vigência : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO150 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato150 /2015

Contrato Nº.: 150/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CAFE TROPEIRO INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFE LTDA -
Valor : 230,00 (duzentos e trinta reais)
Vigência : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão Presencial n. 062/2015. no Objeto: ONDE SE LÊ Aquisição de trator de agrícola e aquisição de retroescavadeira para o Município de Dionísio Cerqueira .O CORRETO é Objeto: Aquisição de trator agrícola, aquisição de retroescavadeira e aquisição de equipamentos agrícolas para o Município de Dionísio Cerqueira Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia onde se lê 08/05/2015 .FICA ALTERADO A DATA DE ABERTURA PARA O DIA 12/05/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 27/04/2015.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 039/2015.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: : JK Pneus Ltda.
Objeto Aquisição de pneus para os veículos da Frota Municipal...
Valor R\$ 9.350,00 Origem: Processo 057/2015 Modalidade: Pregão nº 057/2015. Vigência: 27/04/2015 à 31/12/2015.
Dionísio Cerqueira 27/04/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 040/2015.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: : Modelo Pneus Ltda.
Objeto Aquisição de pneus para os veículos da Frota Municipal...
Valor R\$ 15.288,00 Origem: Processo 057/2015 Modalidade: Pregão nº 057/2015. Vigência: 27/04/2015 à 31/12/2015.
Dionísio Cerqueira 27/04/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 041/2015.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: : Bellenzier Pneus Ltda.
Objeto Aquisição de pneus para os veículos da Frota Municipal...
Valor R\$ 796,00 Origem: Processo 057/2015 Modalidade: Pregão nº 057/2015. Vigência: 27/04/2015 à 31/12/2015.

Dionísio Cerqueira 27/04/2015
Altair Rittes
Prefeito Municipal.

RESULTADO DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 005/2015 Modalidade: Pregão nº 005/2015, Objeto Aquisição de materiais de expediente e materiais de copa e cozinha para a Secretaria de Assistência Social Vencedores Rosa & rosa Cia Ltda. Valor R\$ 528,60 - Lotérica e Comercio SL Ltda. -ME - Valor R\$ 2.577,86 Dionísio Cerqueira 24/04/2015
Marilene Limberger - Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 027/2015 Modalidade: Pregão nº 027/2015, Objeto Aquisição de folders, cartazes e materiais gráficos para o Fundo Municipal da Saúde do Município. Vencedor Dangraf. Artes Gráficas Ltda. -. Valor R\$ 47.109,00
Dionísio Cerqueira 24/04/2015
João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão Nº 057/2015 PMDC Objeto Aquisição de pneus para os veículos da Frota Municipal.. Origem: Pregão 057/2015 PMDC. Vencedor J.K Pneus Ltda. Valor R\$ 9.350,00 - Modelo Pneus Ltda. - Valor R\$ 15.288,00 - Bellenzier Pneus Ltda. - Valor R\$ 796,00.

Dionísio Cerqueira 27/04/2015
Altair Rittes
Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO TP 18-2015 ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2015.

Licitação: 000018/2015 Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

Às nove horas(s) do vigésimo sétimo dia do mês de Abril de dois mil e quinze, na sala de licitações do Município de Doutor Pedrinho - SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria nº 163/2014, para análise e julgamento da habilitação da licitação em epígrafe, sem a presença de representantes das empresas. Para constar, registra-se que as empresas que apresentaram os envelopes em prazo tempestivo foram: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA e PETRY EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, conforme ata da sessão pública de abertura dos envelopes de habilitação. Assim, após análise dos documentos apresentados e das exigências do Edital, houve o julgamento da habilitação, donde a licitante EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA restou declarada habilitada no certame, e a licitante PETRY EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA foi considerada inabilitada, pois apresentou a certidão negativa de Falência ou Concordata de outra comarca, e não da cidade sede da empresa licitante, como estabelece a alínea IX do item 6.3 do edital em questão. Desta forma, decidiu-se também pela divulgação deste julgamento da fase de habilitação, com intimação dos interessados através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, para os fins do art. 109 da Lei nº 8.666/93. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual segue assinada pelos presentes.

Município de Doutor Pedrinho/SC, 27 de abril de 2015.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

MARIO BENÍCIO VIVIANI
PRESIDENTE

PAULO ANDREY VICENTE
SECRETARIO

JULIANA PURIM
MEMBRO

Ermo

PREFEITURA

LEI Nº 381, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 381, de 22 de abril de 2015.

Dispõe Sobre a Instituição do Programa Municipal de Recuperação Fiscal do Município de Ermo no Ano de 2015- REFIS/Ermo-2015.

ALDOIR CADORIN, Prefeito do Município de Ermo faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Ermo, o Programa de Recuperação Fiscal no Ano de 2015 - REFIS/ERMO-2015, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes pessoas jurídicas e físicas, relativos a impostos, contribuições, taxas e acessórios, de competência municipal, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

Art. 2º O ingresso no REFIS/ERMO-2015 dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus ao regime especial de consolidação dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta lei.

§ 1º - O ingresso no REFIS/ERMO-2015 implica inclusão da totalidade dos débitos de responsabilidade do optante perante o Município de Ermo relativos aos tributos e acessórios mencionados no art. 1º, inclusive os não constituídos, que serão denunciados espontaneamente, mediante confissão irretratável.

§ 2º - A opção pelo Programa deverá ser formalizada até 31 de novembro de 2015, mediante requerimento escrito do contribuinte de adesão ao REFIS/ERMO-2015.

§ 3º - O valor do débito a ser consolidado será determinado com base na legislação vigente, com os acréscimos relativos à multa de mora ou de ofício, aos juros de mora e a correção monetária com variação da Unidade Fiscal do Município - UFM.

§ 4º - Para fins desta lei, havendo a opção do contribuinte por aderir ao REFIS/ERMO-2015, na consolidação do débito para fins de pagamento a multa de mora ou de ofício e os juros de mora a que se refere o parágrafo anterior serão reduzidos em 100% (cem por cento) de seus valores, sendo que a correção monetária não sofrerá redução.

§ 5º - O prazo tratado no parágrafo segundo poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, por decreto do Executivo, justificadas a oportunidade e a conveniência do ato.

Art. 3º O débito devido na forma desta Lei será pago em parcela única.

Art. 4º A opção pelo REFIS/ERMO-2015 exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos, contribuições e taxas de que trata esta lei.

Art. 5º A opção pelo REFIS/ERMO-2015 sujeita o optante a:

I - confissão irretratável da totalidade dos débitos incluídos;

II - a aceitação plena e irretratável de todas as condições

estabelecidas para ingresso e permanência no Programa;

III - pagamento regular da parcela do débito consolidado, bem assim dos tributos decorrente de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de dezembro de 2014;

IV - para obter o benefício do REFIS/ERMO-2015 o contribuinte optante deve confessar os débitos existentes e desistir, renunciando expressa e irrevogavelmente, de todas as ações incidentes, recursos judiciais ou processos administrativos e seus recursos, que tenham por objeto, ou finalidade mediata ou imediata, discutir ou impugnar lançamentos ou débitos incluídos no REFIS/ERMO-2015, devendo, outrossim, renunciar ao direito sobre que se fundam os correspondentes pleitos;

V - as execuções fiscais já ajuizadas serão, a critério do Fórum da Comarca de Turvo-SC e do Município de Ermo, incluídas nas pautas das "Semanas do Mutirão da Conciliação" a serem realizadas no presente ano de 2015 na Comarca de Turvo-SC;

VI - no caso de haver atraso no pagamento de qualquer dos tributos decorrente de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de dezembro de 2014, o contribuinte optante será imediatamente excluído do REFIS/ERMO-2015.

Art. 6º A homologação da opção do contribuinte será efetuada pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Ermo mediante termo próprio.

§ 1º - Realizada a opção do contribuinte pelo REFIS/ERMO-2015, fica automaticamente convencionado que o imóvel relacionado com o débito consolidado serve como garantia real do total do débito consolidado, sendo que em caso de prévia existência de penhora em processo de execução fiscal a mesma será mantida até a integral quitação do parcelamento.

§ 2º - O contribuinte fica como fiel depositário do bem que serve como garantia no termo de opção ao REFIS/ERMO-2015, que deverá ser mantido em perfeitas condições de uso e conservação até o fim do parcelamento.

§ 3º - Uma vez intimado para tanto, o contribuinte é obrigado a apresentar ao Município de Ermo o bem dado em garantia, sob pena de ser automaticamente considerado depositário infiel, tendo de responder por seus atos na forma da Lei Cível e Penal.

Art. 7º O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I - deixar de atender qualquer uma das exigências do Art.5º, ou de apresentar o bem que serve de garantia do REFIS/ERMO-2015, quando intimado para tanto pelo Município.

II - não pagar o valor da cota única no prazo estabelecido na guia do REFIS/ERMO-2015;

III - praticar qualquer ato tendente a subtrair receita do optante nos livros e documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações.

§ 1º - A exclusão do contribuinte do REFIS/ERMO-2015 implicará na exigibilidade imediata da totalidade dos débitos ainda não pagos pelo mesmo, restabelecendo-se neste montante os valores abatidos por conta do REFIS/ERMO-2015, tudo devidamente atualizado na forma da legislação aplicável.

§ 2º - A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte for cientificado da decisão de sua exclusão.

§ 3º - A critério do Município, a cientificação do contribuinte quanto a sua exclusão do REFIS/ERMO-2015 poderá ser feita:

I - por simples ofício, mediante recebimento; ou

II - correspondência com A.R.; ou

III - publicação em jornal de circulação local; ou

IV - notificação por Cartório ou Judicial.

§ 4º - A exclusão do REFIS/ERMO-2015 importará no imediato prosseguimento dos processos de execução fiscal suspensos por conta da adesão, considerando-se o restabelecimento dos valores abatidos por conta do REFIS/ERMO-2015 e a atualização dos mesmos na forma da legislação aplicável.

§ 5º - Não será aplicado o disposto neste artigo no caso de situações de emergência ou calamidade pública declarada pelo município, pelo período em que perdurar referida situação.

Art. 8º A presente Lei não revoga os dispositivos do Código Tributário Municipal ou os termos do REFIS/ERMO-2014, ficando tais normas com suas eficácias suspensas no que colidir com os preceitos da presente Lei até o fim da vigência desta norma.

Parágrafo único. Aplica-se subsidiariamente o Código Tributário Municipal, no que couber na aplicação da presente Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor em na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de abril de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 382, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 382, de 22 de abril de 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Efetuar a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Município de Ermo e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito do Município de Ermo faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do Município de Ermo, crédito adicional ESPECIAL no valor de R\$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais), para ser utilizado na transferência ao CIASS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DE TURVO E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES na prestação de serviços sócio assistenciais de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do Art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial - CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002) com a suplementação do seguinte programa:

07.01 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.0039.2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de

Assistência Social
 3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.0080 ()- Aplicações Diretas
 R\$ 13.516,80
 3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0080 ()- Aplicações Diretas
 R\$ 12.288,20
 4.4.71.00.00.00.00.00.0.1.0080 ()- Aplicações Diretas
 R\$ 4.095,00

Art. 2º A execução do disposto no Art. 1º correrá à conta da fonte 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 29.900,00.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de abril de 2015
 ALDOIR CADORIN
 Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL
 Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 383, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 383, de 28 de abril de 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesc Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito do Município de Ermo faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Aquisição de Um Terreno para Construção de um Parque Industrial e Construção de um Galpão para Incubar Empresas.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 1.200.000,00 (Um Milhão e Duzentos Mil Reais).

Parágrafo único. Em garantia ao empréstimo estabelecido neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se

refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ermo – SC, em 28 de abril de 2015.
 ALDOIR CADORIN
 Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL
 Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 021 DE 28 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº. 021 de 28 de abril de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ERMO CONFORME LEI 383 DE 28 DE ABRIL DE 2015.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei 383, de 28 de abril de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Ermo, crédito adicional especial no valor de R\$ 1.200.000,00 (Um Milhão e Duzentos Mil Reais para a inclusão do seguinte programa:

04.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 22.661.0043.2024 – Manutenção de parque industrial e agroindustrial
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0027 (69)– Aplicações Diretas.....R\$ 1.200.000,00

Art. 2º De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito especial de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 383/2015, de 28/04/2015.

§ 1º. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de abril de 2015.
 ALDOIR CADORIN
 Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL
 Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/PMF/2015
(Referente Pregão Presencial nº. 53/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº. 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº. 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa:

1. KF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, CNPJ/MF nº. 78.885.548/0001-53, estabelecida na Rodovia Gabriel Arns, 4350, Cidade de Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pela Sra. Isabel Buss, brasileira, CI 2578034, CPF 562.629.499-68;

Doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 53/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de tubos de concreto de vários diâmetros, com as resistências mínimas especificadas nas normas da NBR, para atendimento às diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 05 (cinco) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. A Prefeitura Municipal de Forquilha, através da Secretaria

de Obras, poderá a qualquer tempo (durante a vigência do contrato), determinar novos relatórios de ensaio de todas as bitolas dos tubos (objeto do edital), referente a resistência e a compressão diametral, conforme NBR 8890/2003.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante

o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

- 1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
- 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
- 2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou

instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 53/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 23 de ABRIL de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

KF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Isabel Buss
CPF: 562.629.499-68.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 67/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/PMF/2015
(Referente Pregão Presencial nº. 67/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa CC ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, CNPJ/MF nº 09.080.335/0001-31, estabelecida na Rua Gov. Aderbal Ramos da Silva, 240, São José/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Rogério Toledo Gonçalves, brasileiro, CI 3683541, CPF 003.773.039-84, doravante denominada DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 67/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de forma parcelada, através de empresas do ramo pertinente, de "galerias de concreto pré-moldado" conforme ABNT NBR 15.396/2006, para atendimento as diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

- 1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.
- 1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.
- 1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.
- 1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 05 (cinco) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do

produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em

decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução

imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível

o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 67/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima

Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 27 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

CC ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Rogério Toledo Gonçalves
CPF: 003.773.039-84

EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 47/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PAZETTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS EIRELI ME

OBJETO - Aquisição de veículos diversos, 0 km (incluindo caminhão, veículo de passeio e utilitário), para uso das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 210.500,00 (duzentos e dez mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA - 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia)

DOTAÇÃO - 0501.1006.4490 (54), 0703.1012.4490 (135), (225)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 28/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA - 20 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 34/PMF/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 34/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 88/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONFER - CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

DO OBJETO - Prestação de serviços de pavimentação asfáltica a serem executados em 06 (seis) ruas municipais dos Bairros Centro, Vila Franca e Ouro Negro, por meio da Proposta nº. 7036, Programa de Transferência nº. 2013000640, firmados entre o Município de Forquilha e o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios - FUNDAM.

DO PRAZO - Fica acrescido 120 (cento e vinte) dias no prazo de execução do contrato 88/PMF/2015 de 25/08/2015 para 23/12/2015 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 21/04/2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 20 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal**Fraiburgo****PREFEITURA****ACÓRDÃO - 2979/2014**

Acórdão - Ademir Cavalheiro - ME

Processo Administrativo nº 2979/2014

Auto de Infração nº 010/2014

Relator: Alisson Luiz Soligo (ACIAF)

TRIBUTÁRIO. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - ENVIO DE INFORMAÇÕES ATRAVÉS DE LIVRO FISCAL ELETRÔNICO - DENÚNCIA ESPONTÂNEA - AFRONTA AO PRINCÍPIO DO NÃO-CONFISCO, DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO, POR MAIORIA DE VOTOS. MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO.

1. Muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto a pena pecuniária ora aplicada. Tese do relator não acolhida, por maioria de votos.

2. Exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tomou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória, como no caso dos autos. Novamente, tese do relator não acolhida, por maioria de votos.

3. Interpretação restritiva à aplicação da legislação municipal, que prevê a obrigatoriedade da entrega dos livros fiscais eletrônicos, com informações dos serviços prestados e tomados, até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica (Lei Municipal nº 1934/07). Vencidos o relator e a conselheira representante dos contribuintes.

3. Recurso Voluntário conhecido e, por maioria de votos, desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes Autos (Processo Administrativo nº 2979/2014) em que figura como contribuinte Ademir Cavalheiro - ME:

ACORDAM, por maioria de votos, conhecer do recurso voluntário e no mérito, negar-lhe provimento, vencidos o Relator e a conselheira representante dos contribuintes.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por Ademir Cavalheiro - ME, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal às fls. 15-18, que indeferiu a defesa de fl. 05, mantendo na íntegra o auto de infração nº 0010/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 23/04/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 0010/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços prestados nas competências 12/2011 a 12/2012 e tomados nas competências 12/2011 a 12/2012, através

do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 04/06/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 12/06/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 06 alegando em síntese: a) que o Livro Eletrônico já estava regularizado antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia espontânea; b) que não recebeu notificação prévia para a regularização das divergências apontadas no Livro Eletrônico, como acontece com os órgãos públicos estaduais e federal; c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço. Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 0010/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 11-14, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 0010/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls. 15-18, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente, em 18/08/2014, Recurso Voluntário à fl. 19, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 0010/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

É o Relatório.

V O T O

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento deste relator, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando à aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justiça tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento é o correto, evitando ações judiciais desnecessárias.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá à sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no caso em tela e no entendimento deste relator, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os

contadores para que verificassem a situação dos envios dos livros fiscais eletrônicos, concedendo-lhes prazo para regularização sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e contribuintes) com a aplicação de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente o condão arrecadatário.

Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, já que somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico em razão da ajuda direta dos escritórios de contabilidade.

Registra-se aqui a indignação deste relator quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais.

De outro norte, a análise do recurso será técnica e levará em conta os princípios jurídicos que norteiam o Sistema Tributário Brasileiro.

Conforme se observa da fl. 12, em sua contestação o Sr. Auditor Fiscal reconhece que as declarações (Livro Fiscal Eletrônico) foram enviadas no dia 02/06/2014, e que o Auto de Infração foi lavrado em 23/04/2014. Assim, considera-se tais fatos incontroversos para análise de direito.

Pois bem, observa-se ainda que somente em 04/06/2014 a recorrente foi intimada da expedição do Auto de Infração em tela.

Desta feita, conclui-se que, de fato, os Livros Fiscais Eletrônicos foram enviados em 02/06/2014, portanto, 02(dois) dias antes da intimação do Auto de Infração, ocorrida em 04/06/2014.

Observa-se que, as declarações de serviços prestados/tomados - Livro Fiscal Eletrônico - foram enviadas, embora fora do prazo legal, antes do início da ação fiscal (intimação do Auto de Infração), o que configura o instituto jurídico da Denúncia Espontânea.

Sobre o tema, observa-se o Art. 138 do Código Tributário Nacional:

Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

Cita-se o entendimento do douto professor Leandro Paulsen, sobre a aplicação da denúncia espontânea nas obrigações acessórias:

A exclusão da multa fiscal aplica-se tanto ao descumprimento de obrigação principal como de obrigação acessória, visto que o Art. 138 do CTN não faz qualquer alusão à natureza da infração. Se o legislador não discriminou quais as infrações que seriam afastadas pela denúncia espontânea, aplica-se indistintamente o instituto, seja às infrações de natureza substancial, seja de natureza formal. [...] No caso de infrações formais, não há falar em pagamento do tributo, porque o que foi descumprido é justamente uma prestação positiva ou negativa (obrigação de fazer) exigida pelo fisco no interesse da apuração e fiscalização, que precede a satisfação da obrigação principal.

Neste mesmo sentido, cita o Professor:

"Como a lei diz que a denúncia a de ser acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido, resta indubitado que a exclusão da responsabilidade tanto se refere às infrações das quais decorra o não pagamento do tributo como a infrações meramente formais, vale dizer, infrações das quais não decorra o não pagamento do tributo. Inadimplemento de obrigações tributárias meramente acessórias. O cumprimento de uma obrigação acessória

fora do prazo legal configura nitidamente uma forma de denúncia espontânea da infração, e afasta, portanto, a responsabilidade do sujeito passivo". (MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário, 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 144)

Assim, muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto a pena pecuniária ora aplicada.

Por tais motivos, entendo presente o instituto da denúncia espontânea, o que por si só enseja no cancelamento do Auto de Infração em tela.

De outro norte, em se tratando de notificação pelo atraso no envio de Livro Fiscal Eletrônico com declarações de serviços tomados, entendo que ferir frontalmente o princípio do não-confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Embora previsto na Legislação Municipal, a informação trazida pelos serviços tomados em nada contribuiu com a arrecadação ou mesmo contra a eventual evasão fiscal, não possuindo condão de fiscalização.

No meu entendimento, a exigência de tal obrigação acessória, possui o único objetivo de, em não sendo observado, gerar receita ao Erário, em razão da aplicação de penalidade, o que por si só fere o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, sem contar o caráter confiscatório.

Novamente, cita-se entendimento do mestre Leandro Paulsen, em caso análogo:

Multa por não manter arquivos digitais e sistemas eletrônicos. Art. 12 da Lei 8.218/91. "... no caso em análise, a ausência de transcrição para registro eletrônicos da documentação contábil e fiscal do contribuinte não necessariamente ocasiona repercussão sobre a obrigação principal, ou seja, embora não tenha sido respeitado o preceito que prevê a escrituração eletrônica, o contribuinte pode ter recolhido todos os tributos devidos dentro do prazo legal. [...] A multa prevista no Art. 12 da Lei 8.218/91 contém uma peculiaridade: ela não é calculada sequer sobre o valor do tributo que teria deixado de ser recolhido pelo contribuinte, mais sim sobre seu faturamento, o que demonstra absoluta ausência de razoabilidade da penalidade aplicada. [...] ... as diversas multas previstas no Art. 12 da Lei 8.218/91 não guardam qualquer parâmetro com as condutas que se pretende evitar, violando os princípios constitucionais da vedação ao confisco, proporcionalidade e razoabilidade..." (CEZAROTTI, Guilherme. Aplicação de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. Razoabilidade e Proporcionalidade em sua aplicação. RDDT 148, Janeiro/08).

Assim, exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tomou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória, como no caso dos autos.

Do Voto

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea e a afronta aos princípios do não-confisco, razoabilidade e proporcionalidade, conheço do Recurso Voluntário de fl. 19 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº 0010/2014.

É assim que voto.

D e c i s ã o

Ante o exposto, vencidos o relator e a conselheira representante dos contribuintes, por maioria de votos, o Conselho decidiu conhecer do recurso voluntário, e negar-lhe provimento, mantendo o Auto de Infração.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, representante do contribuinte, Lucas Dalagnol e Moisés Amadeu Patrício, representando a Fazenda Pública.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.

Alisson Luiz Soligo

Conselheiro - Representante da ACIAF

Relator

Acórdão - Ademir Zago & Cia Ltda

Processo Administrativo nº 2981/2014

Auto de Infração nº 012/2014

Relator: Alisson Luiz Soligo (ACIAF)

TRIBUTÁRIO. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - ENVIO DE INFORMAÇÕES ATRAVÉS DE LIVRO FISCAL ELETRÔNICO - DENÚNCIA ESPONTÂNEA - AFRONTA AO PRINCÍPIO DO NÃO-CONFISCO, DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO, POR MAIORIA DE VOTOS. MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO.

1. Muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto a pena pecuniária ora aplicada. Tese do relator não acolhida, por maioria de votos.

2. Exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tomou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória, como no caso dos autos. Novamente, tese do relator não acolhida, por maioria de votos.

3. Interpretação restritiva à aplicação da legislação municipal, que prevê a obrigatoriedade da entrega dos livros fiscais eletrônicos, com informações dos serviços prestados e tomados, até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica (Lei Municipal nº 1934/07). Vencidos o relator e a conselheira representante dos contribuintes.

3. Recurso Voluntário conhecido e, por maioria de votos, desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes Autos (Processo Administrativo nº 2981/2014) em que figura como contribuinte Ademir Zago & Cia Ltda:

ACORDAM, por maioria de votos, conhecer do recurso voluntário e no mérito, negar-lhe provimento, vencidos o Relator e a conselheira representante dos contribuintes.

R e l a t ó r i o

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por Ademir Zago & Cia Ltda, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal às fls. 09-12, que indeferiu a defesa de fl. 04, mantendo na íntegra o auto de infração nº 012/2014. Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 23/04/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 0012/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços tomados nas competências 11 e 12/2010 e 12/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 24/07/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 30/07/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 04 alegando em síntese: a) que o Livro Eletrônico já estava regularizado antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia espontânea; b) que não recebeu notificação prévia para a regularização das divergências apontadas no Livro Eletrônico, como acontece com os órgãos públicos estaduais e federal; c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço. Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 0012/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 05-08, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 0012/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls. 09-12, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente, em 19/08/2014, Recurso Voluntário à fl. 13, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 0012/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

É o Relatório.
V O T O

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento deste relator, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando à aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justiça tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser

fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento é o correto, evitando ações judiciais desnecessárias.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá à sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no caso em tela e no entendimento deste relator, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os contadores para que verificassem a situação dos envios dos livros fiscais eletrônicos, concedendo-lhes prazo para regularização sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e contribuintes) com a aplicação de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente o condão arrecadatório. Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, já que somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico em razão da ajuda direta dos escritórios de contabilidade.

Registra-se aqui a indignação deste relator quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais.

De outro norte, a análise do recurso será técnica e levará em conta os princípios jurídicos que norteiam o Sistema Tributário Brasileiro.

Conforme se observa da fl. 06, em sua contestação o Sr. Auditor Fiscal reconhece que as declarações (Livro Fiscal Eletrônico) foram enviadas entre o dia 22/05/2014 e 02/06/2014, e que o Auto de Infração foi lavrado em 23/04/2014. Assim, considera-se tais fatos incontroversos para análise de direito.

Pois bem, observa-se ainda que somente em 24/07/2014 a recorrente foi intimada da expedição do Auto de Infração em tela.

Desta feita, conclui-se que, de fato, os Livros Fiscais Eletrônicos foram enviados entre os dias 22/05/2014 e 02/06/2014, portanto, quase 60(sessenta) dias antes da intimação do Auto de Infração, ocorrida em 24/07/2014.

Observa-se que, as declarações de serviços prestados/tomados - Livro Fiscal Eletrônico - foram enviadas, embora fora do prazo legal, antes do início da ação fiscal (intimação do Auto de Infração), o que configura o instituto jurídico da Denúncia Espontânea.

Sobre o tema, observa-se o Art. 138 do Código Tributário Nacional:

Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

Cita-se o entendimento do douto professor Leandro Paulsen, sobre a aplicação da denúncia espontânea nas obrigações acessórias:

A exclusão da multa fiscal aplica-se tanto ao descumprimento de obrigação principal como de obrigação acessória, visto que o Art. 138 do CTN não faz qualquer alusão à natureza da infração. Se o legislador não discriminou quais as infrações que seriam afastadas pela denúncia espontânea, aplica-se indistintamente o instituto, seja às infrações de natureza substancial, seja de natureza formal. [...] No caso de infrações formais, não há falar em pagamento do

tributo, porque o que foi descumprido é justamente uma prestação positiva ou negativa (obrigação de fazer) exigida pelo fisco no interesse da apuração e fiscalização, que precede a satisfação da obrigação principal.

Neste mesmo sentido, cita o Professor:

“Como a lei diz que a denúncia a de ser acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido, resta indubitado que a exclusão da responsabilidade tanto se refere as infrações das quais decorra o não pagamento do tributo como a infrações meramente formais, vale dizer, infrações das quais não decorra o não pagamento do tributo. Inadimplemento de obrigações tributárias meramente acessórias. O cumprimento de uma obrigação acessória fora do prazo legal configura nitidamente uma forma de denúncia espontânea da infração, e afasta, portanto, a responsabilidade do sujeito passivo”. (MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário, 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 144)

Assim, muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto a pena pecuniária ora aplicada,.

Por tais motivos, entendo presente o instituto da denúncia espontânea, o que por si só enseja no cancelamento do Auto de Infração em tela.

De outro norte, em se tratando de notificação pelo atraso no envio de Livro Fiscal Eletrônico com declarações de serviços tomados, entendo que ferir frontalmente o princípio do não-confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Embora previsto na Legislação Municipal, a informação trazida pelos serviços tomados em nada contribuiu com a arrecadação ou mesmo contra a eventual evasão fiscal, não possuindo condão de fiscalização.

No meu entendimento, a exigência de tal obrigação acessória, possui o único objetivo de, em não sendo observado, gerar receita ao Erário, em razão da aplicação de penalidade, o que por si só fere o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, sem contar o caráter confiscatório.

Novamente, cita-se entendimento do mestre Leandro Paulsen, em caso análogo:

Multa por não manter arquivos digitais e sistemas eletrônicos. Art. 12 da Lei 8.218/91. “... no caso em análise, a ausência de transcrição para registro eletrônicos da documentação contábil e fiscal do contribuinte não necessariamente ocasiona repercussão sobre a obrigação principal, ou seja, embora não tenha sido respeitado o preceito que prevê a escrituração eletrônica, o contribuinte pode ter recolhido todos os tributos devidos dentro do prazo legal. [...] A multa prevista no Art. 12 da Lei 8.218/91 contém uma peculiaridade: ela não é calculada sequer sobre o valor do tributo que teria deixado de ser recolhido pelo contribuinte, mais sim sobre seu faturamento, o que demonstra absoluta ausência de razoabilidade da penalidade aplicada. [...] ... as diversas multas previstas no Art. 12 da Lei 8.218/91 não guardam qualquer parâmetro com as condutas que se pretende evitar, violando os princípios constitucionais da vedação ao confisco, proporcionalidade e razoabilidade...” (CEZAROTTI, Guilherme. Aplicação de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. Razoabilidade e Proporcionalidade em sua aplicação. RDDT 148, Janeiro/08).

Assim, exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tomou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória, como no caso dos autos.

Do Voto

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea e a afronta aos princípios do não-confisco, razoabilidade e proporcionalidade, conheço do Recurso Voluntário de fl. 13 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº 0012/2014.

É assim que voto.

D e c i s ã o

Ante o exposto, vencidos o relator e a conselheira representante dos contribuintes, por maioria de votos, o Conselho decidiu conhecer do recurso voluntário, e negar-lhe provimento, mantendo o Auto de Infração.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, representante do contribuinte, Lucas Dalagnol e Moisés Amadeu Patrício, representando a Fazenda Pública.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.

Alisson Luiz Soligo

Conselheiro - Representante da ACIAF

Relator

Acórdão - Antonio Carlos Ribeiro

Processo Administrativo nº 3015/2014

Auto de Infração nº 045/2014

Relator: Alisson Luiz Soligo (ACIAF)

TRIBUTÁRIO. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - ENVIO DE INFORMAÇÕES ATRAVÉS DE LIVRO FISCAL ELETRÔNICO - DENÚNCIA ESPONTÂNEA - AFRONTA AO PRINCÍPIO DO NÃO-CONFISCO, DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO, POR MAIORIA DE VOTOS. MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO.

1. Muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto a pena pecuniária ora aplicada. Tese do relator não acolhida, por maioria de votos.

2. Exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tomou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória, como no caso dos autos. Novamente, tese do relator não acolhida, por maioria de votos.

3. Interpretação restritiva à aplicação da legislação municipal, que prevê a obrigatoriedade da entrega dos livros fiscais eletrônicos, com informações dos serviços prestados e tomados, até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica (Lei Municipal nº 1934/07). Vencidos o relator e a conselheira

representante dos contribuintes.

3. Recurso Voluntário conhecido e, por maioria de votos, desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes Autos (Processo Administrativo nº 3015/2014) em que figura como contribuinte Antonio Carlos Ribeiro:

ACORDAM, por maioria de votos, conhecer do recurso voluntário e no mérito, negar-lhe provimento, vencidos o Relator e a conselheira representante dos contribuintes.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por Antonio Carlos Ribeiro, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal às fls. 09-12, que indeferiu a defesa de fl. 04, mantendo na íntegra o auto de infração nº 0045/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 23/04/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 0045/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços tomados nas competências 11 e 12/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 24/07/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 30/07/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 04 alegando em síntese: a) que o Livro Eletrônico já estava regularizado antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia espontânea; b) que não recebeu notificação prévia para a regularização das divergências apontadas no Livro Eletrônico, como acontece com os órgãos públicos estaduais e federal; c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço. Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 0045/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 05-08, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 0045/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls. 09-12, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente, em 19/08/2014, Recurso Voluntário à fl. 14, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 0045/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

É o Relatório.
VOTO

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento deste relator, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando à aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justiça tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento é o correto, evitando ações judiciais desnecessárias.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá à sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no caso em tela e no entendimento deste relator, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os contadores para que verificassem a situação dos envio dos livros fiscais eletrônicos, concedendo-lhes prazo para regularização sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e contribuintes) com a aplicação de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente o condão arrecadatário. Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, já que somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico em razão da ajuda direta dos escritórios de contabilidade.

Registra-se aqui a indignação deste relator quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais.

De outro norte, a análise do recurso será técnica e levará em conta os princípios jurídicos que norteiam o Sistema Tributário Brasileiro.

Conforme se observa da fl. 06, em sua contestação o Sr. Auditor Fiscal reconhece que as declarações (Livro Fiscal Eletrônico) foram enviadas no dia 10/05/2014, e que o Auto de Infração foi lavrado em 23/04/2014. Assim, considera-se tais fatos incontroversos para análise de direito.

Pois bem, observa-se ainda que somente em 24/07/2014 a recorrente foi intimada da expedição do Auto de Infração em tela.

Desta feita, conclui-se que, de fato, os Livros Fiscais Eletrônicos foram enviados em 10/05/2014, portanto, mais de 60(sessenta) dias antes da intimação do Auto de Infração, ocorrida em 24/07/2014.

Observa-se que, as declarações de serviços prestados/tomados - Livro Fiscal Eletrônico - foram enviadas, embora fora do prazo legal, antes do início da ação fiscal (intimação do Auto de Infração), o que configura o instituto jurídico da Denúncia Espontânea.

Sobre o tema, observa-se o Art. 138 do Código Tributário Nacional:

Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia

apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

Cita-se o entendimento do douto professor Leandro Paulsen, sobre a aplicação da denúncia espontânea nas obrigações acessórias:

A exclusão da multa fiscal aplica-se tanto ao descumprimento de obrigação principal como de obrigação acessória, visto que o Art. 138 do CTN não faz qualquer alusão à natureza da infração. Se o legislador não discriminou quais as infrações que seriam afastadas pela denúncia espontânea, aplica-se indistintamente o instituto, seja às infrações de natureza substancial, seja de natureza formal. [...] No caso de infrações formais, não há falar em pagamento do tributo, porque o que foi descumprido é justamente uma prestação positiva ou negativa (obrigação de fazer) exigida pelo fisco no interesse da apuração e fiscalização, que precede a satisfação da obrigação principal.

Neste mesmo sentido, cita o Professor:

“Como a lei diz que a denúncia a de ser acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido, resta indubitado que a exclusão da responsabilidade tanto se refere as infrações das quais decorra o não pagamento do tributo como a infrações meramente formais, vale dizer, infrações das quais não decorra o não pagamento do tributo. Inadimplemento de obrigações tributárias meramente acessórias. O cumprimento de uma obrigação acessória fora do prazo legal configura nitidamente uma forma de denúncia espontânea da infração, e afasta, portanto, a responsabilidade do sujeito passivo”. (MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário, 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 144)

Assim, muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto a pena pecuniária ora aplicada,

Por tais motivos, entendo presente o instituto da denúncia espontânea, o que por si só enseja no cancelamento do Auto de Infração em tela.

De outro norte, em se tratando de notificação pelo atraso no envio de Livro Fiscal Eletrônico com declarações de serviços tomados, entendo que ferir frontalmente o princípio do não-confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Embora previsto na Legislação Municipal, a informação trazida pelos serviços tomados em nada contribuiu com a arrecadação ou mesmo contra a eventual evasão fiscal, não possuindo condão de fiscalização.

No meu entendimento, a exigência de tal obrigação acessória, possui o único objetivo de, em não sendo observado, gerar receita ao Erário, em razão da aplicação de penalidade, o que por si só fere o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, sem contar o caráter confiscatório.

Novamente, cita-se entendimento do mestre Leandro Paulsen, em caso análogo:

Multa por não manter arquivos digitais e sistemas eletrônicos. Art. 12 da Lei 8.218/91. “... no caso em análise, a ausência de transcrição para registro eletrônicos da documentação contábil e fiscal do contribuinte não necessariamente ocasiona repercussão sobre a obrigação principal, ou seja, embora não tenha sido respeitado o preceito que prevê a escrituração eletrônica, o contribuinte pode ter recolhido todos os tributos devidos dentro do prazo legal. [...]”

A multa prevista no Art. 12 da Lei 8.218/91 contém uma peculiaridade: ela não é calculada sequer sobre o valor do tributo que teria deixado de ser recolhido pelo contribuinte, mais sim sobre seu faturamento, o que demonstra absoluta ausência de razoabilidade da penalidade aplicada. [...] ... as diversas multas previstas no Art. 12 da Lei 8.218/91 não guardam qualquer parâmetro com as condutas que se pretende evitar, violando os princípios constitucionais da vedação ao confisco, proporcionalidade e razoabilidade...” (CEZAROTTI, Guilherme. Aplicação de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. Razoabilidade e Proporcionalidade em sua aplicação. RDDT 148, Janeiro/08).

Assim, exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tomou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória, como no caso dos autos.

Do Voto

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea e a afronta aos princípios do não-confisco, razoabilidade e proporcionalidade, conheço do Recurso Voluntário de fl. 14 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº 0045/2014.

É assim que voto.

D e c i s ã o

Ante o exposto, vencidos o relator e a conselheira representante dos contribuintes, por maioria de votos, o Conselho decidiu conhecer do recurso voluntário, e negar-lhe provimento, mantendo o Auto de Infração.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, representante do contribuinte, Lucas Dalagnol e Moisés Amadeu Patrício, representando a Fazenda Pública.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.

Alisson Luiz Soligo
Conselheiro - Representante da ACIAF
Relator

Acórdão - Barretinho Serviços Ltda
Processo Administrativo Nº 3029/2014
Auto De Infração Nº 060/2014
Relator: Alisson Luiz Soligo (ACIAF)

TRIBUTÁRIO. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - ENVIO DE INFORMAÇÕES ATRAVÉS DE LIVRO FISCAL ELETRÔNICO - DENÚNCIA ESPONTÂNEA - AFRONTA AO PRINCÍPIO DO NÃO-CONFISCO, DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO, POR MAIORIA DE VOTOS. MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO.

1. Muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto

a pena pecuniária ora aplicada. Tese do relator não acolhida, por maioria de votos.

2. Exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tomou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória, como no caso dos autos. Novamente, tese do relator não acolhida, por maioria de votos.

3. Interpretação restritiva à aplicação da legislação municipal, que prevê a obrigatoriedade da entrega dos livros fiscais eletrônicos, com informações dos serviços prestados e tomados, até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica (Lei Municipal nº 1934/07). Vencidos o relator e a conselheira representante dos contribuintes.

3. Recurso Voluntário conhecido e, por maioria de votos, desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes Autos (Processo Administrativo nº 3029/2014) em que figura como contribuinte Barretinho Serviços Ltda:

ACORDAM, por maioria de votos, conhecer do recurso voluntário e no mérito, negar-lhe provimento, vencidos o Relator e a conselheira representante dos contribuintes.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por Barretinho Serviços Ltda, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal às fls. 13-16, que indeferiu a defesa de fl. 06, mantendo na íntegra o auto de infração nº 0060/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 23/04/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 0060/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços prestados nas competências 07/2010 a 12/2013 e tomados nas competências 07/2010 a 12/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 10/06/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 03/07/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 06 alegando em síntese: a) que o Livro Eletrônico já estava regularizado antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia espontânea; b) que não recebeu notificação prévia para a regularização das divergências apontadas no Livro Eletrônico, como acontece com os órgãos públicos estaduais e federal; c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço. Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 0060/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 09-12, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 0060/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls. 13-16, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente, em 19/08/2014, Recurso Voluntário à fl. 17, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 0060/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

É o Relatório.

V O T O

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento deste relator, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando à aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justiça tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento é o correto, evitando ações judiciais desnecessárias.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá à sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no caso em tela e no entendimento deste relator, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os contadores para que verificassem a situação do envio dos livros fiscais eletrônicos, concedendo-lhes prazo para regularização sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e contribuintes) com a aplicação de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente o condão arrecadatório.

Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, já que somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico em razão da ajuda direta dos escritórios de contabilidade.

Registra-se aqui a indignação deste relator quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais.

De outro norte, a análise do recurso será técnica e levará em conta os princípios jurídicos que norteiam o Sistema Tributário Brasileiro.

Conforme se observa da fl. 10, em sua contestação o Sr. Auditor Fiscal reconhece que as declarações (Livro Fiscal Eletrônico) foram enviadas no dia 03/06/2014, e que o Auto de Infração foi lavrado em 23/04/2014. Assim, considera-se tais fatos incontroversos para análise de direito.

Pois bem, observa-se ainda que somente em 10/06/2014 a recorrente foi intimada da expedição do Auto de Infração em tela.

Desta feita, conclui-se que, de fato, os Livros Fiscais Eletrônicos foram enviados em 03/06/2014, portanto, 07(sete) dias antes da intimação do Auto de Infração, ocorrida em 10/06/2014.

Observa-se que, as declarações de serviços prestados/tomados - Livro Fiscal Eletrônico - foram enviadas, embora fora do prazo legal, antes do início da ação fiscal (intimação do Auto de Infração), o que configura o instituto jurídico da Denúncia Espontânea.

Sobre o tema, observa-se o Art. 138 do Código Tributário Nacional:

Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

Cita-se o entendimento do douto professor Leandro Paulsen, sobre a aplicação da denúncia espontânea nas obrigações acessórias:

A exclusão da multa fiscal aplica-se tanto ao descumprimento de obrigação principal como de obrigação acessória, visto que o Art. 138 do CTN não faz qualquer alusão à natureza da infração. Se o legislador não discriminou quais as infrações que seriam afastadas pela denúncia espontânea, aplica-se indistintamente o instituto, seja às infrações de natureza substancial, seja de natureza formal. [...] No caso de infrações formais, não há falar em pagamento do tributo, porque o que foi descumprido é justamente uma prestação positiva ou negativa (obrigação de fazer) exigida pelo fisco no interesse da apuração e fiscalização, que precede a satisfação da obrigação principal.

Neste mesmo sentido, cita o Professor:

“Como a lei diz que a denúncia a de ser acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido, resta indubitado que a exclusão da responsabilidade tanto se refere as infrações das quais decorra o não pagamento do tributo como a infrações meramente formais, vale dizer, infrações das quais não decorra o não pagamento do tributo. Inadimplemento de obrigações tributárias meramente acessórias. O cumprimento de uma obrigação acessória fora do prazo legal configura nitidamente uma forma de denúncia espontânea da infração, e afasta, portanto, a responsabilidade do sujeito passivo”. (MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário, 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 144)

Assim, muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto a pena pecuniária ora aplicada,

Por tais motivos, entendo presente o instituto da denúncia espontânea, o que por si só enseja no cancelamento do Auto de Infração em tela.

De outro norte, em se tratando de notificação pelo atraso no envio de Livro Fiscal Eletrônico com declarações de serviços tomados, entendo que ferir frontalmente o princípio do não-confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Embora previsto na Legislação Municipal, a informação trazida pelos serviços tomados em nada contribuiu com a arrecadação ou mesmo contra a eventual evasão fiscal, não possuindo condão de fiscalização.

No meu entendimento, a exigência de tal obrigação acessória,

possui o único objetivo de, em não sendo observado, gerar receita ao Erário, em razão da aplicação de penalidade, o que por si só fere o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, sem contar o caráter confiscatório.

Novamente, cita-se entendimento do mestre Leandro Paulsen, em caso análogo:

Multa por não manter arquivos digitais e sistemas eletrônicos. Art. 12 da Lei 8.218/91. “... no caso em análise, a ausência de transcrição para registro eletrônicos da documentação contábil e fiscal do contribuinte não necessariamente ocasiona repercussão sobre a obrigação principal, ou seja, embora não tenha sido respeitado o preceito que prevê a escrituração eletrônica, o contribuinte pode ter recolhido todos os tributos devidos dentro do prazo legal. [...] A multa prevista no Art. 12 da Lei 8.218/91 contém uma peculiaridade: ela não é calculada sequer sobre o valor do tributo que teria deixado de ser recolhido pelo contribuinte, mais sim sobre seu faturamento, o que demonstra absoluta ausência de razoabilidade da penalidade aplicada. [...] ... as diversas multas previstas no Art. 12 da Lei 8.218/91 não guardam qualquer parâmetro com as condutas que se pretende evitar, violando os princípios constitucionais da vedação ao confisco, proporcionalidade e razoabilidade...” (CEZAROTTI, Guilherme. Aplicação de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. Razoabilidade e Proporcionalidade em sua aplicação. RDDT 148, Janeiro/08).

Assim, exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tomou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória, como no caso dos autos.

Do Voto

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea e a afronta aos princípios do não-confisco, razoabilidade e proporcionalidade, conheço do Recurso Voluntário de fl. 17 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº 0060/2014.

É assim que voto.

D e c i s ã o

Ante o exposto, vencidos o relator e a conselheira representante dos contribuintes, por maioria de votos, o Conselho decidiu conhecer do recurso voluntário, e negar-lhe provimento, mantendo o Auto de Infração.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, representante do contribuinte, Lucas Dalagnol e Moisés Amadeu Patrício, representando a Fazenda Pública.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.

Alisson Luiz Soligo

Conselheiro - Representante da ACIAF

Relator

Acórdão - Eletro Eletrônica Nadal Ltda

Processo Administrativo nº 3134/2014

Auto de Infração nº 213/2014

Relator: Alisson Luiz Soligo (ACIAF)

TRIBUTÁRIO. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - ENVIO DE INFORMAÇÕES

ATRAVÉS DE LIVRO FISCAL ELETRÔNICO - DENÚNCIA ESPONTÂNEA - AFRONTA AO PRINCÍPIO DO NÃO-CONFISCO, DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO, POR MAIORIA DE VOTOS. MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO.

1. Muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto a pena pecuniária ora aplicada. Tese do relator não acolhida, por maioria de votos.

2. Exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tomou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória, como no caso dos autos. Novamente, tese do relator não acolhida, por maioria de votos.

3. Interpretação restritiva à aplicação da legislação municipal, que prevê a obrigatoriedade da entrega dos livros fiscais eletrônicos, com informações dos serviços prestados e tomados, até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica (Lei Municipal nº 1934/07). Vencidos o relator e a conselheira representante dos contribuintes.

3. Recurso Voluntário conhecido e, por maioria de votos, desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes Autos (Processo Administrativo nº 3134/2014) em que figura como contribuinte Eletro Eletrônica Nadal Ltda:

ACORDAM, por maioria de votos, conhecer do recurso voluntário e no mérito, negar-lhe provimento, vencidos o Relator e a conselheira representante dos contribuintes.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por Eletro Eletrônica Nadal LTda, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal às fls. 20-23, que indeferiu a defesa de fl. 05, mantendo na íntegra o auto de infração nº 0213/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 25/04/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 0213/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços prestados nas competências de 11 e 12/2013 e tomados nas competências 10/2010 a 12/2011; 02/2012 a 12/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 10/06/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 12/06/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 05 alegando em síntese: a) que o Livro Eletrônico já estava regularizado antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia espontânea; b) que não recebeu notificação prévia para a regularização das divergências apontadas no Livro Eletrônico, como acontece com os órgãos públicos estaduais e federal; c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as

informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço. Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 0213/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 16-19, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 0213/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls. 20-23, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente, em 18/08/2014, Recurso Voluntário à fl. 24, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 0213/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

É o Relatório.
V O T O

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento deste relator, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando à aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justiça tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento é o correto, evitando ações judiciais desnecessárias.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá à sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no caso em tela e no entendimento deste relator, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os contadores para que verificassem a situação do envio dos livros fiscais eletrônicos, concedendo-lhes prazo para regularização sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e contribuintes) com a aplicação de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente o condão arrecadatário. Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, já que somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico em razão da ajuda direta dos escritórios de contabilidade.

Registra-se aqui a indignação deste relator quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais.

De outro norte, a análise do recurso será técnica e levará em conta os princípios jurídicos que norteiam o Sistema Tributário Brasileiro.

Conforme se observa da fl. 17, em sua contestação o Sr. Auditor Fiscal reconhece que as declarações (Livro Fiscal Eletrônico) foram enviadas entre os dias 08/05/2014 e 31/05/2014, e que o Auto de Infração foi lavrado em 25/04/2014. Assim, considera-se tais fatos incontroversos para análise de direito.

Pois bem, observa-se ainda que somente em 10/06/2014 a recorrente foi intimada da expedição do Auto de Infração em tela.

Desta feita, conclui-se que, de fato, os Livros Fiscais Eletrônicos foram enviados entre os dias 08/05/2014 e 31/05/2015, portanto, mais de 10(dez) dias antes da intimação do Auto de Infração, ocorrida em 10/06/2014.

Observa-se que, as declarações de serviços prestados/tomados - Livro Fiscal Eletrônico - foram enviadas, embora fora do prazo legal, antes do início da ação fiscal (intimação do Auto de Infração), o que configura o instituto jurídico da Denúncia Espontânea.

Sobre o tema, observa-se o Art. 138 do Código Tributário Nacional:

Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

Cita-se o entendimento do douto professor Leandro Paulsen, sobre a aplicação da denúncia espontânea nas obrigações acessórias:

A exclusão da multa fiscal aplica-se tanto ao descumprimento de obrigação principal como de obrigação acessória, visto que o Art. 138 do CTN não faz qualquer alusão à natureza da infração. Se o legislador não discriminou quais as infrações que seriam afastadas pela denúncia espontânea, aplica-se indistintamente o instituto, seja às infrações de natureza substancial, seja de natureza formal. [...] No caso de infrações formais, não há falar em pagamento do tributo, porque o que foi descumprido é justamente uma prestação positiva ou negativa (obrigação de fazer) exigida pelo fisco no interesse da apuração e fiscalização, que precede a satisfação da obrigação principal.

Neste mesmo sentido, cita o Professor:

"Como a lei diz que a denúncia a de ser acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido, resta indubitado que a exclusão da responsabilidade tanto se refere as infrações das quais decorra o não pagamento do tributo como a infrações meramente formais, vale dizer, infrações das quais não decorra o não pagamento do tributo. Inadimplemento de obrigações tributárias meramente acessórias. O cumprimento de uma obrigação acessória fora do prazo legal configura nitidamente uma forma de denúncia espontânea da infração, e afasta, portanto, a responsabilidade do sujeito passivo". (MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário, 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 144)

Assim, muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto a pena pecuniária ora aplicada,.

Por tais motivos, entendo presente o instituto da denúncia espontânea, o que por si só enseja no cancelamento do Auto de Infração

em tela.

De outro norte, em se tratando de notificação pelo atraso no envio de Livro Fiscal Eletrônico com declarações de serviços tomados, entendo que ferir frontalmente o princípio do não-confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Embora previsto na Legislação Municipal, a informação trazida pelos serviços tomados em nada contribuiu com a arrecadação ou mesmo contra a eventual evasão fiscal, não possuindo condão de fiscalização.

No meu entendimento, a exigência de tal obrigação acessória, possui o único objetivo de, em não sendo observado, gerar receita ao Erário, em razão da aplicação de penalidade, o que por si só fere o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, sem contar o caráter confiscatório.

Novamente, cita-se entendimento do mestre Leandro Paulsen, em caso análogo:

Multa por não manter arquivos digitais e sistemas eletrônicos. Art. 12 da Lei 8.218/91. "... no caso em análise, a ausência de transcrição para registro eletrônicos da documentação contábil e fiscal do contribuinte não necessariamente ocasiona repercussão sobre a obrigação principal, ou seja, embora não tenha sido respeitado o preceito que prevê a escrituração eletrônica, o contribuinte pode ter recolhido todos os tributos devidos dentro do prazo legal. [...] A multa prevista no Art. 12 da Lei 8.218/91 contém uma peculiaridade: ela não é calculada sequer sobre o valor do tributo que teria deixado de ser recolhido pelo contribuinte, mais sim sobre seu faturamento, o que demonstra absoluta ausência de razoabilidade da penalidade aplicada. [...] ... as diversas multas previstas no Art. 12 da Lei 8.218/91 não guardam qualquer parâmetro com as condutas que se pretende evitar, violando os princípios constitucionais da vedação ao confisco, proporcionalidade e razoabilidade..." (CEZAROTTI, Guilherme. Aplicação de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. Razoabilidade e Proporcionalidade em sua aplicação. RDDT 148, Janeiro/08).

Assim, exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tomou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória, como no caso dos autos.

Do Voto

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea e a afronta aos princípios do não-confisco, razoabilidade e proporcionalidade, conheço do Recurso Voluntário de fl. 24 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº 0213/2014.

É assim que voto.

D e c i s ã o

Ante o exposto, vencidos o relator e a conselheira representante dos contribuintes, por maioria de votos, o Conselho decidiu conhecer do recurso voluntário, e negar-lhe provimento, mantendo o Auto de Infração.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, representante do contribuinte, Lucas Dalagnol e Moisés Amadeu Patrício,

representando a Fazenda Pública.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.

Alisson Luiz Soligo

Conselheiro - Representante da ACIAF

Relator

Acórdão - Leoni Delorenze - Me

Processo Administrativo nº 3355/2014

Auto de Infração nº 379/2014

Relator: Alisson Luiz Soligo (ACIAF)

TRIBUTÁRIO. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - ENVIO DE INFORMAÇÕES ATRAVÉS DE LIVRO FISCAL ELETRÔNICO - DENÚNCIA ESPONTÂNEA - AFRONTA AO PRINCÍPIO DO NÃO-CONFISCO, DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO, POR MAIORIA DE VOTOS. MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO.

1. Muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto a pena pecuniária ora aplicada. Tese do relator não acolhida, por maioria de votos.

2. Exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tomou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória, como no caso dos autos. Novamente, tese do relator não acolhida, por maioria de votos.

3. Interpretação restritiva à aplicação da legislação municipal, que prevê a obrigatoriedade da entrega dos livros fiscais eletrônicos, com informações dos serviços prestados e tomados, até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica (Lei Municipal nº 1934/07). Vencidos o relator e a conselheira representante dos contribuintes.

3. Recurso Voluntário conhecido e, por maioria de votos, desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes Autos (Processo Administrativo nº 3355/2014) em que figura como contribuinte Leoni Delorenze - ME:

ACORDAM, por maioria de votos, conhecer do recurso voluntário e no mérito, negar-lhe provimento, vencidos o Relator e a conselheira representante dos contribuintes.

R e l a t ó r i o

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por Leoni Delorenze - ME, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal às fls. 09-12, que indeferiu a defesa de fl. 04, mantendo na íntegra o auto de infração nº 0379/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 28/04/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 00379/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços tomados nas competências 01 a 12/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 24/07/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 30/07/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 04 alegando em síntese: a) que o Livro Eletrônico já estava regularizado antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia espontânea; b) que não recebeu notificação prévia para a regularização das divergências apontadas no Livro Eletrônico, como acontece com os órgãos públicos estaduais e federal; c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço. Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 0379/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 05-08, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 0379/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls. 09-12, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente, em 19/08/2014, Recurso Voluntário à fl. 13, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 0379/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

É o Relatório.

V O T O

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento deste relator, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando à aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justiça tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento é o correto, evitando ações judiciais desnecessárias.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá à sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no caso em tela e no entendimento deste relator, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os contadores para que verificassem a situação dos envios dos livros fiscais eletrônicos, concedendo-lhes prazo para regularização sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e

contribuintes) com a aplicação de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente o condão arrecadatório. Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, já que somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico em razão da ajuda direta dos escritórios de contabilidade.

Registra-se aqui a indignação deste relator quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais.

De outro norte, a análise do recurso será técnica e levará em conta os princípios jurídicos que norteiam o Sistema Tributário Brasileiro.

Conforme se observa da fl. 06, em sua contestação o Sr. Auditor Fiscal reconhece que as declarações (Livro Fiscal Eletrônico) foram enviadas no dia 08/05/2014, e que o Auto de Infração foi lavrado em 28/04/2014. Assim, considera-se tais fatos incontroversos para análise de direito.

Pois bem, observa-se ainda que somente em 24/07/2014 a recorrente foi intimada da expedição do Auto de Infração em tela.

Desta feita, conclui-se que, de fato, os Livros Fiscais Eletrônicos foram enviados em 08/05/2014, portanto, mais de 60(sessenta) dias antes da intimação do Auto de Infração, ocorrida em 24/07/2014.

Observa-se que, as declarações de serviços prestados/tomados - Livro Fiscal Eletrônico - foram enviadas, embora fora do prazo legal, antes do início da ação fiscal (intimação do Auto de Infração), o que configura o instituto jurídico da Denúncia Espontânea.

Sobre o tema, observa-se o Art. 138 do Código Tributário Nacional:

Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

Cita-se o entendimento do douto professor Leandro Paulsen, sobre a aplicação da denúncia espontânea nas obrigações acessórias:

A exclusão da multa fiscal aplica-se tanto ao descumprimento de obrigação principal como de obrigação acessória, visto que o Art. 138 do CTN não faz qualquer alusão à natureza da infração. Se o legislador não discriminou quais as infrações que seriam afastadas pela denúncia espontânea, aplica-se indistintamente o instituto, seja às infrações de natureza substancial, seja de natureza formal. [...] No caso de infrações formais, não há falar em pagamento do tributo, porque o que foi descumprido é justamente uma prestação positiva ou negativa (obrigação de fazer) exigida pelo fisco no interesse da apuração e fiscalização, que precede a satisfação da obrigação principal.

Neste mesmo sentido, cita o Professor:

“Como a lei diz que a denúncia a de ser acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido, resta indubitado que a exclusão da responsabilidade tanto se refere as infrações das quais decorra o não pagamento do tributo como a infrações meramente formais, vale dizer, infrações das quais não decorra o não pagamento do tributo. Inadimplemento de obrigações tributárias meramente acessórias. O cumprimento de uma obrigação acessória fora do prazo legal configura nitidamente uma forma de denúncia espontânea da infração, e afasta, portanto, a responsabilidade do sujeito passivo”. (MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito

Tributário, 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 144)

Assim, muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto a pena pecuniária ora aplicada.

Por tais motivos, entendo presente o instituto da denúncia espontânea, o que por si só enseja no cancelamento do Auto de Infração em tela.

De outro norte, em se tratando de notificação pelo atraso no envio de Livro Fiscal Eletrônico com declarações de serviços tomados, entendo que ferir frontalmente o princípio do não-confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Embora previsto na Legislação Municipal, a informação trazida pelos serviços tomados em nada contribuiu com a arrecadação ou mesmo contra a eventual evasão fiscal, não possuindo condão de fiscalização.

No meu entendimento, a exigência de tal obrigação acessória, possui o único objetivo de, em não sendo observado, gerar receita ao Erário, em razão da aplicação de penalidade, o que por si só fere o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, sem contar o caráter confiscatório.

Novamente, cita-se entendimento do mestre Leandro Paulsen, em caso análogo:

Multa por não manter arquivos digitais e sistemas eletrônicos. Art. 12 da Lei 8.218/91. “... no caso em análise, a ausência de transcrição para registro eletrônicos da documentação contábil e fiscal do contribuinte não necessariamente ocasiona repercussão sobre a obrigação principal, ou seja, embora não tenha sido respeitado o preceito que prevê a escrituração eletrônica, o contribuinte pode ter recolhido todos os tributos devidos dentro do prazo legal. [...] A multa prevista no Art. 12 da Lei 8.218/91 contém uma peculiaridade: ela não é calculada sequer sobre o valor do tributo que teria deixado de ser recolhido pelo contribuinte, mais sim sobre seu faturamento, o que demonstra absoluta ausência de razoabilidade da penalidade aplicada. [...] ... as diversas multas previstas no Art. 12 da Lei 8.218/91 não guardam qualquer parâmetro com as condutas que se pretende evitar, violando os princípios constitucionais da vedação ao confisco, proporcionalidade e razoabilidade...” (CEZAROTTI, Guilherme. Aplicação de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. Razoabilidade e Proporcionalidade em sua aplicação. RDDT 148, Janeiro/08).

Assim, exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tomou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória, como no caso dos autos.

Do Voto

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea e a afronta aos princípios do não-confisco, razoabilidade e proporcionalidade, conheço do Recurso Voluntário de fl. 13 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº 00379/2014.

É assim que voto.

D e c i s ã o

Ante o exposto, vencidos o relator e a conselheira representante dos contribuintes, por maioria de votos, o Conselho decidiu conhecer do recurso voluntário, e negar-lhe provimento, mantendo o Auto de Infração.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, representante do contribuinte, Lucas Dalagnol e Moisés Amadeu Patrício, representando a Fazenda Pública.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.

Alisson Luiz Soligo

Conselheiro - Representante da ACIAF

Relator

Acórdão - Luiz Carlos Pedrozo Serviços - ME

Processo Administrativo nº 3358/2014

Auto de Infração nº 382/2014

Relator: Alisson Luiz Soligo (ACIAF)

TRIBUTÁRIO. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - ENVIO DE INFORMAÇÕES ATRAVÉS DE LIVRO FISCAL ELETRÔNICO - DENÚNCIA ESPONTÂNEA - AFRONTA AO PRINCÍPIO DO NÃO-CONFISCO, DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO, POR MAIORIA DE VOTOS. MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO.

1. Muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto a pena pecuniária ora aplicada. Tese do relator não acolhida, por maioria de votos.

2. Exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tomou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória, como no caso dos autos. Novamente, tese do relator não acolhida, por maioria de votos.

3. Interpretação restritiva à aplicação da legislação municipal, que prevê a obrigatoriedade da entrega dos livros fiscais eletrônicos, com informações dos serviços prestados e tomados, até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica (Lei Municipal nº 1934/07). Vencidos o relator e a conselheira representante dos contribuintes.

3. Recurso Voluntário conhecido e, por maioria de votos, desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes Autos (Processo Administrativo nº 3358/2014) em que figura como contribuinte Luiz Carlos Pedrozo Serviços - ME:

ACORDAM, por maioria de votos, conhecer do recurso voluntário e no mérito, negar-lhe provimento, vencidos o Relator e a conselheira representante dos contribuintes.

R e l a t ó r i o

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por Luiz Carlos Pedrozo Serviços - ME, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal às fls. 11-14, que indeferiu

a defesa de fl. 06, mantendo na íntegra o auto de infração nº 0382/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 28/04/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 0382/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços prestados nas competências 11/2010 a 12/2013 e tomados nas competências 12/2010 a 12/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 24/07/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 30/07/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 06 alegando em síntese: a) que o Livro Eletrônico já estava regularizado antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia espontânea; b) que não recebeu notificação prévia para a regularização das divergências apontadas no Livro Eletrônico, como acontece com os órgãos públicos estaduais e federal; c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço. Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 0382/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 07-10, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 0382/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls. 11-14, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente, em 19/08/2014, Recurso Voluntário à fl. 15, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 0382/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

É o Relatório.

V O T O

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento deste relator, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando à aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justiça tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento é o correto, evitando

ações judiciais desnecessárias.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá à sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no caso em tela e no entendimento deste relator, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os contadores para que verificassem a situação dos envio dos livros fiscais eletrônicos, concedendo-lhes prazo para regularização sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e contribuintes) com a aplicação de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente o condão arrecadatário. Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, já que somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico em razão da ajuda direta dos escritórios de contabilidade.

Registra-se aqui a indignação deste relator quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais.

De outro norte, a análise do recurso será técnica e levará em conta os princípios jurídicos que norteiam o Sistema Tributário Brasileiro.

Conforme se observa da fl. 06, em sua contestação o Sr. Auditor Fiscal reconhece que as declarações (Livro Fiscal Eletrônico) foram enviadas no dia 31/05/2014, e que o Auto de Infração foi lavrado em 28/04/2014. Assim, considera-se tais fatos incontroversos para análise de direito.

Pois bem, observa-se ainda que somente em 24/07/2014 a recorrente foi intimada da expedição do Auto de Infração em tela.

Desta feita, conclui-se que, de fato, os Livros Fiscais Eletrônicos foram enviados em 31/05/2014, portanto, quase 60(sessenta) dias antes da intimação do Auto de Infração, ocorrida em 24/07/2014.

Observa-se que, as declarações de serviços prestados/tomados - Livro Fiscal Eletrônico - foram enviadas, embora fora do prazo legal, antes do início da ação fiscal (intimação do Auto de Infração), o que configura o instituto jurídico da Denúncia Espontânea.

Sobre o tema, observa-se o Art. 138 do Código Tributário Nacional:

Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

Cita-se o entendimento do douto professor Leandro Paulsen, sobre a aplicação da denúncia espontânea nas obrigações acessórias:

A exclusão da multa fiscal aplica-se tanto ao descumprimento de obrigação principal como de obrigação acessória, visto que o Art. 138 do CTN não faz qualquer alusão à natureza da infração. Se o legislador não discriminou quais as infrações que seriam afastadas pela denúncia espontânea, aplica-se indistintamente o instituto, seja às infrações de natureza substancial, seja de natureza formal. [...] No caso de infrações formais, não há falar em pagamento do tributo, porque o que foi descumprido é justamente uma prestação positiva ou negativa (obrigação de fazer) exigida pelo fisco no interesse da apuração e fiscalização, que precede a satisfação da obrigação principal.

Neste mesmo sentido, cita o Professor:

“Como a lei diz que a denúncia a de ser acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido, resta indubitado que a exclusão da responsabilidade tanto se refere as infrações das quais decorra o não pagamento do tributo como a infrações meramente formais, vale dizer, infrações das quais não decorra o não pagamento do tributo. Inadimplemento de obrigações tributárias meramente acessórias. O cumprimento de uma obrigação acessória fora do prazo legal configura nitidamente uma forma de denúncia espontânea da infração, e afasta, portanto, a responsabilidade do sujeito passivo”. (MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário, 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 144)

Assim, muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto a pena pecuniária ora aplicada.

Por tais motivos, entendo presente o instituto da denúncia espontânea, o que por si só enseja no cancelamento do Auto de Infração em tela.

De outro norte, em se tratando de notificação pelo atraso no envio de Livro Fiscal Eletrônico com declarações de serviços tomados, entendo que ferir frontalmente o princípio do não-confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Embora previsto na Legislação Municipal, a informação trazida pelos serviços tomados em nada contribuiu com a arrecadação ou mesmo contra a eventual evasão fiscal, não possuindo condão de fiscalização.

No meu entendimento, a exigência de tal obrigação acessória, possui o único objetivo de, em não sendo observado, gerar receita ao Erário, em razão da aplicação de penalidade, o que por si só fere o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, sem contar o caráter confiscatório.

Novamente, cita-se entendimento do mestre Leandro Paulsen, em caso análogo:

Multa por não manter arquivos digitais e sistemas eletrônicos. Art. 12 da Lei 8.218/91. “... no caso em análise, a ausência de transcrição para registro eletrônicos da documentação contábil e fiscal do contribuinte não necessariamente ocasiona repercussão sobre a obrigação principal, ou seja, embora não tenha sido respeitado o preceito que prevê a escrituração eletrônica, o contribuinte pode ter recolhido todos os tributos devidos dentro do prazo legal. [...] A multa prevista no Art. 12 da Lei 8.218/91 contém uma peculiaridade: ela não é calculada sequer sobre o valor do tributo que teria deixado de ser recolhido pelo contribuinte, mais sim sobre seu faturamento, o que demonstra absoluta ausência de razoabilidade da penalidade aplicada. [...] ... as diversas multas previstas no Art. 12 da Lei 8.218/91 não guardam qualquer parâmetro com as condutas que se pretende evitar, violando os princípios constitucionais da vedação ao confisco, proporcionalidade e razoabilidade...” (CEZAROTTI, Guilherme. Aplicação de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. Razoabilidade e Proporcionalidade em sua aplicação. RDDT 148, Janeiro/08).

Assim, exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tomou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória, como no caso dos autos.

Do Voto

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea e a afronta aos princípios do não-confisco, razoabilidade e proporcionalidade, conheço do Recurso Voluntário de fl. 15 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº 0382/2014.

É assim que voto.

D e c i s ã o

Ante o exposto, vencidos o relator e a conselheira representante dos contribuintes, por maioria de votos, o Conselho decidiu conhecer do recurso voluntário, e negar-lhe provimento, mantendo o Auto de Infração.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, representante do contribuinte, Lucas Dalagnol e Moisés Amadeu Patrício, representando a Fazenda Pública.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.

Alisson Luiz Soligo

Conselheiro - Representante da ACIAF

Relator

Acórdão - Rosemeri de Fátima Barbosa Campagnaro

Processo Administrativo nº 3093/2014

Auto de Infração nº 124/2014

Relator: Alisson Luiz Soligo (ACIAF)

TRIBUTÁRIO. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - ENVIO DE INFORMAÇÕES ATRAVÉS DE LIVRO FISCAL ELETRÔNICO - DENÚNCIA ESPONTÂNEA - AFRONTA AO PRINCÍPIO DO NÃO-CONFISCO, DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO, POR MAIORIA DE VOTOS. MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO.

1. Muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto a pena pecuniária ora aplicada. Tese do relator não acolhida, por maioria de votos.

2. Exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tomou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória, como no caso dos autos. Novamente, tese do relator não acolhida, por maioria de votos.

3. Interpretação restritiva à aplicação da legislação municipal, que prevê a obrigatoriedade da entrega dos livros fiscais eletrônicos, com informações dos serviços prestados e tomados, até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica (Lei Municipal nº 1934/07). Vencidos o relator e a conselheira representante dos contribuintes.

3. Recurso Voluntário conhecido e, por maioria de votos, desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes Autos (Processo Administrativo nº 3093/2014) em que figura como contribuinte Rosemeri de

Fátima Barbosa Campagnaro:

ACORDAM, por maioria de votos, conhecer do recurso voluntário e no mérito, negar-lhe provimento, vencidos o Relator e a conselheira representante dos contribuintes.

R e l a t ó r i o

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por Rosemeri de Fátima Barbosa Campagnaro, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal às fls. 11-14, que indeferiu a defesa de fl. 04, mantendo na íntegra o auto de infração nº 0124/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 24/04/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 0124/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços prestados nas competências de 10 a 12/2013 e tomados nas competências 09 a 12/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 03/07/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 14/07/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 06 alegando em síntese: a) que o Livro Eletrônico já estava regularizado antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia espontânea; b) que não recebeu notificação prévia para a regularização das divergências apontadas no Livro Eletrônico, como acontece com os órgãos públicos estaduais e federal; c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço. Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 0124/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 07-10, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 0124/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls. 11-14, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente, em 19/08/2014, Recurso Voluntário à fl. 15, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 0124/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

É o Relatório.

V O T O

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento deste relator, já manifestado em outros

processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando à aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justiça tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento é o correto, evitando ações judiciais desnecessárias.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá à sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no caso em tela e no entendimento deste relator, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os contadores para que verificassem a situação do envio dos livros fiscais eletrônicos, concedendo-lhes prazo para regularização sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e contribuintes) com a aplicação de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente o condão arrecadatário. Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, já que somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico em razão da ajuda direta dos escritórios de contabilidade.

Registra-se aqui a indignação deste relator quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais.

De outro norte, a análise do recurso será técnica e levará em conta os princípios jurídicos que norteiam o Sistema Tributário Brasileiro.

Conforme se observa da fl. 08, em sua contestação o Sr. Auditor Fiscal reconhece que as declarações (Livro Fiscal Eletrônico) foram enviadas entre os dias 09/05/2014 e 31/05/2014, e que o Auto de Infração foi lavrado em 24/04/2014. Assim, considera-se tais fatos incontroversos para análise de direito. Pois bem, observa-se ainda que somente em 03/07/2014 a recorrente foi intimada da expedição do Auto de Infração em tela.

Desta feita, conclui-se que, de fato, os Livros Fiscais Eletrônicos foram enviados entre os dias 09/05/2014 e 31/05/2015, portanto, mais de 30(trinta) dias antes da intimação do Auto de Infração, ocorrida em 03/07/2014.

Observa-se que, as declarações de serviços prestados/tomados - Livro Fiscal Eletrônico - foram enviadas, embora fora do prazo legal, antes do início da ação fiscal (intimação do Auto de Infração), o que configura o instituto jurídico da Denúncia Espontânea.

Sobre o tema, observa-se o Art. 138 do Código Tributário Nacional:

Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

Cita-se o entendimento do douto professor Leandro Paulsen, sobre

a aplicação da denúncia espontânea nas obrigações acessórias:

A exclusão da multa fiscal aplica-se tanto ao descumprimento de obrigação principal como de obrigação acessória, visto que o Art. 138 do CTN não faz qualquer alusão à natureza da infração. Se o legislador não discriminou quais as infrações que seriam afastadas pela denúncia espontânea, aplica-se indistintamente o instituto, seja às infrações de natureza substancial, seja de natureza formal. [...] No caso de infrações formais, não há falar em pagamento do tributo, porque o que foi descumprido é justamente uma prestação positiva ou negativa (obrigação de fazer) exigida pelo fisco no interesse da apuração e fiscalização, que precede a satisfação da obrigação principal.

Neste mesmo sentido, cita o Professor:

“Como a lei diz que a denúncia a de ser acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido, resta indubitado que a exclusão da responsabilidade tanto se refere as infrações das quais decorra o não pagamento do tributo como a infrações meramente formais, vale dizer, infrações das quais não decorra o não pagamento do tributo. Inadimplemento de obrigações tributárias meramente acessórias. O cumprimento de uma obrigação acessória fora do prazo legal configura nitidamente uma forma de denúncia espontânea da infração, e afasta, portanto, a responsabilidade do sujeito passivo”. (MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário, 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 144)

Assim, muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto a pena pecuniária ora aplicada.

Por tais motivos, entendo presente o instituto da denúncia espontânea, o que por si só enseja no cancelamento do Auto de Infração em tela.

De outro norte, em se tratando de notificação pelo atraso no envio de Livro Fiscal Eletrônico com declarações de serviços tomados, entendo que ferir frontalmente o princípio do não-confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Embora previsto na Legislação Municipal, a informação trazida pelos serviços tomados em nada contribuiu com a arrecadação ou mesmo contra a eventual evasão fiscal, não possuindo condão de fiscalização.

No meu entendimento, a exigência de tal obrigação acessória, possui o único objetivo de, em não sendo observado, gerar receita ao Erário, em razão da aplicação de penalidade, o que por si só fere o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, sem contar o caráter confiscatório.

Novamente, cita-se entendimento do mestre Leandro Paulsen, em caso análogo:

Multa por não manter arquivos digitais e sistemas eletrônicos. Art. 12 da Lei 8.218/91. “... no caso em análise, a ausência de transcrição para registro eletrônicos da documentação contábil e fiscal do contribuinte não necessariamente ocasiona repercussão sobre a obrigação principal, ou seja, embora não tenha sido respeitado o preceito que prevê a escrituração eletrônica, o contribuinte pode ter recolhido todos os tributos devidos dentro do prazo legal. [...] A multa prevista no Art. 12 da Lei 8.218/91 contém uma peculiaridade: ela não é calculada sequer sobre o valor do tributo que teria deixado de ser recolhido pelo contribuinte, mais sim sobre seu

faturamento, o que demonstra absoluta ausência de razoabilidade da penalidade aplicada. [...] ... as diversas multas previstas no Art. 12 da Lei 8.218/91 não guardam qualquer parâmetro com as condutas que se pretende evitar, violando os princípios constitucionais da vedação ao confisco, proporcionalidade e razoabilidade..." (CE-ZAROTTI, Guilherme. Aplicação de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. Razoabilidade e Proporcionalidade em sua aplicação. RDDT 148, Janeiro/08).

Assim, exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tomou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória, como no caso dos autos.

Do Voto

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea e a afronta aos princípios do não-confisco, razoabilidade e proporcionalidade, conheço do Recurso Voluntário de fl. 15 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº 0124/2014.

É assim que voto.

D e c i s ã o

Ante o exposto, vencidos o relator e a conselheira representante dos contribuintes, por maioria de votos, o Conselho decidiu conhecer do recurso voluntário, e negar-lhe provimento, mantendo o Auto de Infração.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, representante do contribuinte, Lucas Dalagnol e Moisés Amadeu Patrício, representando a Fazenda Pública.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.

Alisson Luiz Soligo

Conselheiro - Representante da ACIAF

Relator

Acórdão - Walmor Correa de Menezes - ME

Processo Administrativo nº 3325/2014

Auto de Infração nº 350/2014

Relator: Alisson Luiz Soligo (ACIAF)

TRIBUTÁRIO. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - ENVIO DE INFORMAÇÕES ATRAVÉS DE LIVRO FISCAL ELETRÔNICO - DENÚNCIA ESPONTÂNEA - AFRONTA AO PRINCÍPIO DO NÃO-CONFISCO, DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO, POR MAIORIA DE VOTOS. MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO.

1. Muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto a pena pecuniária ora aplicada. Tese do relator não acolhida, por maioria de votos.

2. Exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço

e não quem tomou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória, como no caso dos autos. Novamente, tese do relator não acolhida, por maioria de votos.

3. Interpretação restritiva à aplicação da legislação municipal, que prevê a obrigatoriedade da entrega dos livros fiscais eletrônicos, com informações dos serviços prestados e tomados, até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica (Lei Municipal nº 1934/07). Vencidos o relator e a conselheira representante dos contribuintes.

3. Recurso Voluntário conhecido e, por maioria de votos, desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes Autos (Processo Administrativo nº 3325/2014) em que figura como contribuinte Walmor Correa de Menezes - ME:

ACORDAM, por maioria de votos, conhecer do recurso voluntário e no mérito, negar-lhe provimento, vencidos o Relator e a conselheira representante dos contribuintes.

R e l a t ó r i o

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por Walmor Correa de Menezes - ME, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal às fls. 11-14, que indeferiu a defesa de fl. 04, mantendo na íntegra o auto de infração nº 0350/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 28/04/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 0350/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços prestados nas competências de 11 e 12/2013 e tomados nas competências 11 e 12/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 03/07/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 14/07/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 04 alegando em síntese: a) que o Livro Eletrônico já estava regularizado antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia espontânea; b) que não recebeu notificação prévia para a regularização das divergências apontadas no Livro Eletrônico, como acontece com os órgãos públicos estaduais e federal; c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço. Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 0350/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 07-10, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 0350/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls. 11-14, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente, em 19/08/2014, Recurso Voluntário à fl. 15, reiterando as

alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 0350/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

É o Relatório.
V O T O

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento deste relator, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando à aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justiça tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento é o correto, evitando ações judiciais desnecessárias.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá à sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no caso em tela e no entendimento deste relator, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os contadores para que verificassem a situação do envio dos livros fiscais eletrônicos, concedendo-lhes prazo para regularização sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e contribuintes) com a aplicação de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente o condão arrecadatário.

Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, já que somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico em razão da ajuda direta dos escritórios de contabilidade.

Registra-se aqui a indignação deste relator quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais.

De outro norte, a análise do recurso será técnica e levará em conta os princípios jurídicos que norteiam o Sistema Tributário Brasileiro.

Conforme se observa da fl. 08, em sua contestação o Sr. Auditor Fiscal reconhece que as declarações (Livro Fiscal Eletrônico) foram enviadas no dia 21/05/2014, e que o Auto de Infração foi lavrado em 28/04/2014. Assim, considera-se tais fatos incontroversos para análise de direito.

Pois bem, observa-se ainda que somente em 03/07/2014 a recorrente foi intimada da expedição do Auto de Infração em tela.

Desta feita, conclui-se que, de fato, os Livros Fiscais Eletrônicos foram enviados no dia 21/05/2014, portanto, mais de 40(quarenta) dias antes da intimação do Auto de Infração, ocorrida em 03/07/2014.

Observa-se que, as declarações de serviços prestados/tomados - Livro Fiscal Eletrônico - foram enviadas, embora fora do prazo

legal, antes do início da ação fiscal (intimação do Auto de Infração), o que configura o instituto jurídico da Denúncia Espontânea.

Sobre o tema, observa-se o Art. 138 do Código Tributário Nacional:

Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

Cita-se o entendimento do douto professor Leandro Paulsen, sobre a aplicação da denúncia espontânea nas obrigações acessórias:

A exclusão da multa fiscal aplica-se tanto ao descumprimento de obrigação principal como de obrigação acessória, visto que o Art. 138 do CTN não faz qualquer alusão à natureza da infração. Se o legislador não discriminou quais as infrações que seriam afastadas pela denúncia espontânea, aplica-se indistintamente o instituto, seja às infrações de natureza substancial, seja de natureza formal. [...] No caso de infrações formais, não há falar em pagamento do tributo, porque o que foi descumprido é justamente uma prestação positiva ou negativa (obrigação de fazer) exigida pelo fisco no interesse da apuração e fiscalização, que precede a satisfação da obrigação principal.

Neste mesmo sentido, cita o Professor:

“Como a lei diz que a denúncia a de ser acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido, resta indubitado que a exclusão da responsabilidade tanto se refere as infrações das quais decorra o não pagamento do tributo como a infrações meramente formais, vale dizer, infrações das quais não decorra o não pagamento do tributo. Inadimplemento de obrigações tributárias meramente acessórias. O cumprimento de uma obrigação acessória fora do prazo legal configura nitidamente uma forma de denúncia espontânea da infração, e afasta, portanto, a responsabilidade do sujeito passivo”. (MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário, 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 144)

Assim, muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto a pena pecuniária ora aplicada.

Por tais motivos, entendo presente o instituto da denúncia espontânea, o que por si só enseja no cancelamento do Auto de Infração em tela.

De outro norte, em se tratando de notificação pelo atraso no envio de Livro Fiscal Eletrônico com declarações de serviços tomados, entendo que ferir frontalmente o princípio do não-confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Embora previsto na Legislação Municipal, a informação trazida pelos serviços tomados em nada contribuiu com a arrecadação ou mesmo contra a eventual evasão fiscal, não possuindo condão de fiscalização.

No meu entendimento, a exigência de tal obrigação acessória, possui o único objetivo de, em não sendo observado, gerar receita ao Erário, em razão da aplicação de penalidade, o que por si só

fere o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, sem contar o caráter confiscatório.

Novamente, cita-se entendimento do mestre Leandro Paulsen, em caso análogo:

Multa por não manter arquivos digitais e sistemas eletrônicos. Art. 12 da Lei 8.218/91. "... no caso em análise, a ausência de transcrição para registro eletrônicos da documentação contábil e fiscal do contribuinte não necessariamente ocasiona repercussão sobre a obrigação principal, ou seja, embora não tenha sido respeitado o preceito que prevê a escrituração eletrônica, o contribuinte pode ter recolhido todos os tributos devidos dentro do prazo legal. [...] A multa prevista no Art. 12 da Lei 8.218/91 contém uma peculiaridade: ela não é calculada sequer sobre o valor do tributo que teria deixado de ser recolhido pelo contribuinte, mais sim sobre seu faturamento, o que demonstra absoluta ausência de razoabilidade da penalidade aplicada. [...] ... as diversas multas previstas no Art. 12 da Lei 8.218/91 não guardam qualquer parâmetro com as condutas que se pretende evitar, violando os princípios constitucionais da vedação ao confisco, proporcionalidade e razoabilidade..." (CEZAROTTI, Guilherme. Aplicação de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. Razoabilidade e Proporcionalidade em sua aplicação. RDDT 148, Janeiro/08).

Assim, exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tomou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória, como no caso dos autos.

Do Voto

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea e a afronta aos princípios do não-confisco, razoabilidade e proporcionalidade, conheço do Recurso Voluntário de fl. 15 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº 0350/2014.

É assim que voto.

D e c i s ã o

Ante o exposto, vencidos o relator e a conselheira representante dos contribuintes, por maioria de votos, o Conselho decidiu conhecer do recurso voluntário, e negar-lhe provimento, mantendo o Auto de Infração.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, representante do contribuinte, Lucas Dalagnol e Moisés Amadeu Patrício, representando a Fazenda Pública.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.
Alisson Luiz Soligo
Conselheiro - Representante da ACIAF
Relator

Acórdão - Willian Ricardo Darol - ME
Processo Administrativo nº 3331/2014
Auto de Infração nº 355/2014
Relator: Alisson Luiz Soligo (ACIAF)

TRIBUTÁRIO. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - ENVIO DE INFORMAÇÕES ATRAVÉS DE LIVRO FISCAL ELETRÔNICO - DENÚNCIA

ESPONTÂNEA - RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO, POR MAIORIA DE VOTOS. MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO.

1. Muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto a pena pecuniária ora aplicada. Tese do relator não acolhida, por maioria de votos.

2. Interpretação restritiva à aplicação da legislação municipal, que prevê a obrigatoriedade da entrega dos livros fiscais eletrônicos, com informações dos serviços prestados e tomados, até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica (Lei Municipal nº 1934/07). Vencidos o relator e a conselheira representante dos contribuintes.

3. Recurso Voluntário conhecido e, por maioria de votos, desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes Autos (Processo Administrativo nº 3331/2014) em que figura como contribuinte Willian Ricardo Darol - ME:

ACORDAM, por maioria de votos, conhecer do recurso voluntário e no mérito, negar-lhe provimento, vencidos o Relator e a conselheira representante dos contribuintes.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por Willian Ricardo Darol - ME, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal às fls. 10-13, que indeferiu a defesa de fl. 04, mantendo na íntegra o auto de infração nº 0355/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 28/04/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 00355/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços prestador na competência 12/2012, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 03/07/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 14/07/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 04 alegando em síntese: a) que o Livro Eletrônico já estava regularizado antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia espontânea; b) que não recebeu notificação prévia para a regularização das divergências apontadas no Livro Eletrônico, como acontece com os órgãos públicos estaduais e federal; c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço. Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 0355/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 06-09, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 0355/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls. 10-13, a Sra.

Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente, em 19/08/2014, Recurso Voluntário à fl. 14, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 0355/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

É o Relatório.
V O T O

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento deste relator, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando à aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justiça tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento é o correto, evitando ações judiciais desnecessárias.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá à sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no caso em tela e no entendimento deste relator, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os contadores para que verificassem a situação dos envio dos livros fiscais eletrônicos, concedendo-lhes prazo para regularização sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e contribuintes) com a aplicação de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente o condão arrecadatário. Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, já que somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico em razão da ajuda direta dos escritórios de contabilidade. Registra-se aqui a indignação deste relator quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais.

De outro norte, a análise do recurso será técnica e levará em conta os princípios jurídicos que norteiam o Sistema Tributário Brasileiro.

Conforme se observa da fl. 06, em sua contestação o Sr. Auditor Fiscal reconhece que as declarações (Livro Fiscal Eletrônico) foram enviadas no dia 31/05/2014, e que o Auto de Infração foi lavrado em 28/04/2014. Assim, considera-se tais fatos incontroversos para análise de direito. Pois bem, observa-se ainda que somente em 03/07/2014 a recorrente foi intimada da expedição do Auto de Infração em tela.

Desta feita, conclui-se que, de fato, os Livros Fiscais Eletrônicos

foram enviados em 31/05/2014, portanto, quase 40(quarente) dias antes da intimação do Auto de Infração, ocorrida em 03/07/2014.

Observa-se que, as declarações de serviços prestados/tomados - Livro Fiscal Eletrônico - foram enviadas, embora fora do prazo legal, antes do início da ação fiscal (intimação do Auto de Infração), o que configura o instituto jurídico da Denúncia Espontânea.

Sobre o tema, observa-se o Art. 138 do Código Tributário Nacional:

Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

Cita-se o entendimento do douto professor Leandro Paulsen, sobre a aplicação da denúncia espontânea nas obrigações acessórias:

A exclusão da multa fiscal aplica-se tanto ao descumprimento de obrigação principal como de obrigação acessória, visto que o Art. 138 do CTN não faz qualquer alusão à natureza da infração. Se o legislador não discriminou quais as infrações que seriam afastadas pela denúncia espontânea, aplica-se indistintamente o instituto, seja às infrações de natureza substancial, seja de natureza formal. [...] No caso de infrações formais, não há falar em pagamento do tributo, porque o que foi descumprido é justamente uma prestação positiva ou negativa (obrigação de fazer) exigida pelo fisco no interesse da apuração e fiscalização, que precede a satisfação da obrigação principal.

Neste mesmo sentido, cita o Professor:

“Como a lei diz que a denúncia a de ser acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido, resta indubitado que a exclusão da responsabilidade tanto se refere as infrações das quais decorra o não pagamento do tributo como a infrações meramente formais, vale dizer, infrações das quais não decorra o não pagamento do tributo. Inadimplemento de obrigações tributárias meramente acessórias. O cumprimento de uma obrigação acessória fora do prazo legal configura nitidamente uma forma de denúncia espontânea da infração, e afasta, portanto, a responsabilidade do sujeito passivo”. (MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário, 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 144)

Assim, muito embora a obrigação acessória em tela, ou seja, a obrigação da apresentação das declarações fiscais dos serviços prestados e tomados deva ser cumprida até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à movimentação econômica mensal (Art. 3ª da Lei Municipal nº 1934/07), o fato do envio do Livro Fiscal Eletrônico antes da intimação do Auto de Infração pelo contribuinte elide por completo a responsabilidade do sujeito passivo, inclusive quanto a pena pecuniária ora aplicada.

Por tais motivos, entendo presente o instituto da denúncia espontânea, o que por si só enseja no cancelamento do Auto de Infração em tela.

Do Voto

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea, conheço do Recurso Voluntário de fl. 14 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº 00355/2014.

É assim que voto.

D e c i s ã o

Ante o exposto, vencidos o relator e a conselheira representante dos contribuintes, por maioria de votos, o Conselho decidiu conhecer do recurso voluntário, e negar-lhe provimento, mantendo o Auto de Infração.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, representante do contribuinte, Lucas Dalagnol e Moisés Amadeu Patrício, representando a Fazenda Pública.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.

Alisson Luiz Soligo

Conselheiro - Representante da ACIAF

Relator

ACÓRDÃO - ADEMIR MOREIRA DA SILVA & CIA. LTDA ME.

Processo administrativo nº 2980/2014

Auto de infração nº 11/2014

Relator: Lucas Dalagnoli

Vistos, relatados e discutidos estes autos (Processo administrativo nº 2980) em que figura como contribuinte Ademir Moreira da Silva & Cia LTDA ME:

ACORDAM, por maioria de votos. Não conhecer do recurso voluntário

RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pelo contribuinte Ademir Moreira da Silva & Cia. LTDA ME, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra Auditora Fiscal, que indeferiu a defesa, mantendo na íntegra o auto de infração nº 011/2014, Foi lavrado o Auto de Infração nº 011/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços prestados e tomados nas competências de novembro e dezembro de 2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

O contribuinte apresentou defesa prévia referente ao auto de Infração nº 011/2014, sustentando, em síntese, que:

a) Não foi o contribuinte intimado previamente para efetuar os acertos apontados pela fiscalização no Livro Eletrônico, concedendo-se prazo para atendimento; b) Na data da entrega da intimação do auto de infração, não foram encontradas divergências; c) Deixou o fisco de discriminar no auto de infração os supostos serviços tomados/prestados pelo contribuinte; d) A ciência do auto de infração foi dada a pessoa estranha e não ao responsável legal da requerente; e) O município tenta aplicar multas exorbitantes e desproporcionais, um verdadeiro confisco, culminando muitas vezes ao fechamento dos estabelecimentos;

Finalmente, requereu o cancelamento do Auto de Infração e Termo de Intimação, e não sendo este admitido, seja o mesmo convertido em advertência.

Em contestação de fls 16-19, o sr. Auditor-Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 011/2014.

Por sua decisão fundamentada de fls. 20-25, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin), indeferiu a defesa administrativa,

mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª instância administrativa, o recorrente protocolizou em 05/09/2014, recurso voluntário. Reiterando as alegações trazidas na defesa administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 011/2014,

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

Esse é o relatório.

VOTO

A Lei nº 1.934/2007 instituiu a obrigatoriedade de escrituração dos Livros Fiscais - LIFs, definidos nos Artigos 469 e seguintes da lei Complementar nº 053/2003, através do Sistema Eletrônico de Dados, aos prestadores e tomadores de serviço sujeitos à tributação do Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, sediados ou estabelecidos no município de Fraiburgo

Em seu art. 3º, a referida lei trata do prazo para apresentação das declarações mensais (8º dia útil), bem como disciplina o termo a quo da referida obrigatoriedade, vejamos:

Art. 3º As declarações fiscais dos serviços prestados ou tomados deverão ser apresentadas até o oitavo dia útil do mês subsequente à movimentação econômica mensal, com início a partir da competência de janeiro de 2008, sob a responsabilidade individual do contribuinte, do contador ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis de suas operações tributáveis, os quais estarão sujeitos a posterior verificação pela Autoridade Fiscal.

§ 1º. As declarações fiscais deverão ser inseridas junto ao sistema disponibilizado via internet no "Módulo Declaração".

§ 2º. Os contribuintes que não possuírem movimento econômico, em determinada competência, deverão fazer a declaração fiscal sob a rubrica "SEM MOVIMENTO", dentro dos prazos previstos no "caput" deste artigo.

Conforme exposto, se verifica que não há previsão legal que autorize o Fisco a emitir intimações prévias para que o contribuinte venha a regularizar pendências através do livro Eletrônico.

O contribuinte afirma que na data de entrega do auto de Infração não haviam divergências a serem sanadas. Quanto ao relatório apresentado, este serve como instrumento para averiguar se os lançamentos efetuados por ele estão corretamente declarados.

O auto de infração teve sua origem na falta de declaração, ou seja o contribuinte se encontrava com declarações não iniciadas.

Extraí-se ainda do processo, que o Auto de Infração foi lavrado no dia 23/04/2014, e as declarações de serviços prestados/tomados foram apresentados no dia 30/04/2014.

A alegação do contribuinte quanto à falta de discriminação dos serviços tomados/prestados no Auto de Infração não merece prosperar, haja vista, constam claramente as competências e o "status" em que as mesmas se encontravam quando da emissão do relatório, desta forma se as declarações não foram iniciadas, não há como o fisco descrever se houve ou não serviços a serem declarados.

Também não merece prosperar a alegação de que a notificação não foi assinada pelo representante legal da empresa, uma vez que o sujeito passivo compareceu ao processo administrativo em comento e exerceu em toda plenitude o contraditório e ampla defesa.

No mais, o recebimento do auto de infração, enviado no endereço da empresa, por pessoa que se apresente como representante da empresa legítima a ciência com base na teoria da aparência.

Salienta-se que o contribuinte também tomou ciência através de edital publicado no DOM/SC, na data de 13/05/2014.

Quanto ao suposto caráter confiscatório, a multa aplicada não caracteriza violação ao princípio do não-confisco, vez que teve por

escopo punir o contribuinte em razão da omissão de dados importantes relativos à movimentação econômica.
O valor fixado da multa, é de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais), que, em si, não representa nenhum valor confiscatório, estando dentro dos critérios da proporcionalidade e razoabilidade.

O VOTO

Diante do exposto, conheço da defesa apresentada, bem como, da contestação e decisão dos Srs. Auditores, para no mérito, INDEFERIR o recurso e manter o Auto de Infração.

DECISÃO

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por maioria de votos, o Conselho decidiu não conhecer do recurso.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, Alisson Luiz Soligo e Moisés Amadeu Patrício.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.
Lucas Dalagnoli
Conselheiro - Relator

ACÓRDÃO - CLÍNICA DE FISIOTERAPIA VISUALLE S/S LTDA

Processo administrativo nº 3064/2014

Auto de infração nº 095/2014

Relator: Lucas Dalagnoli

Vistos, relatados e discutidos estes autos (Processo administrativo nº 3064) em que figura como contribuinte CLÍNICA DE FISIOTERAPIA VISUALLE S/S LTDA:

ACORDAM, por maioria de votos. Não conhecer do recurso voluntário

RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pelo contribuinte Clínica de Fisioterapia Visualle S/S Ltda, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra Auditora, que indeferiu a defesa, mantendo na íntegra o auto de infração nº 095/2014, Foi lavrado o Auto de Infração nº 095/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços prestados na competência 12/2012 e tomados nas competências 06/2012, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

O contribuinte apresentou defesa prévia referente ao auto de Infração nº 095/2014, sustentando, em síntese, que: a) Não foi o contribuinte intimado previamente para efetuar os acertos apontados pela fiscalização no Livro Eletrônico, concedendo-se prazo para atendimento; b) Na data da entrega da intimação do auto de infração, não foram encontradas divergências; c) Deixou o fisco de discriminar no auto de infração os supostos serviços tomados/prestados pelo contribuinte; d) A ciência do auto de infração foi dada a pessoa estranha e não ao responsável legal da requerente; e) O município tenta aplicar multas exorbitantes e desproporcionais, um verdadeiro confisco, culminando muitas vezes ao fechamento dos estabelecimentos;

Finalmente, requereu o cancelamento do Auto de Infração e Termo de Intimação, e não sendo este admitido, seja o mesmo convertido em advertência.

Em contestação de fls 15-18, o sr. Auditor-Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 095/2014.

Por sua decisão fundamentada de fls. 19-24, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª instância administrativa, o recorrente protocolizou em 05/09/2014, recurso voluntário. Reiterando as alegações trazidas na defesa administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 095/2014,

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

Esse é o relatório.

VOTO

A Lei nº 1.934/2007 instituiu a obrigatoriedade de escrituração dos Livros Fiscais - LIFs, definidos nos Artigos 469 e seguintes da lei Complementar nº 053/2003, através do Sistema Eletrônico de Dados, aos prestadores e tomadores de serviço sujeitos à tributação do Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, sediados ou estabelecidos no município de Fraiburgo

Em seu art. 3º, a referida lei trata do prazo para apresentação das declarações mensais (8º dia útil), bem como disciplina o termo a quo da referida obrigatoriedade, vejamos:

Art. 3º As declarações fiscais dos serviços prestados ou tomados deverão ser apresentadas até o oitavo dia útil do mês subsequente à movimentação econômica mensal, com início a partir da competência de janeiro de 2008, sob a responsabilidade individual do contribuinte, do contador ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis de suas operações tributáveis, os quais estarão sujeitos a posterior verificação pela Autoridade Fiscal.

§ 1º. As declarações fiscais deverão ser inseridas junto ao sistema disponibilizado via internet no "Módulo Declaração".

§ 2º. Os contribuintes que não possuem movimento econômico, em determinada competência, deverão fazer a declaração fiscal sob a rubrica "SEM MOVIMENTO", dentro dos prazos previstos no "caput" deste artigo.

Conforme exposto, se verifica que não há previsão legal que autorize o Fisco a emitir intimações prévias para que o contribuinte venha a regularizar pendências através do livro Eletrônico.

O contribuinte afirma que na data de entrega do auto de Infração não haviam divergências a serem sanadas. Quanto ao relatório apresentado, este serve como instrumento para averiguar se os lançamentos efetuados por ele estão corretamente declarados.

O auto de infração teve sua origem na falta de declaração, ou seja o contribuinte se encontrava com declarações não iniciadas.

Extraí-se ainda do processo, que o Auto de Infração foi lavrado no dia 24/04/2014, e as declarações de serviços prestados/tomados foram apresentados entre os dias 14/05/2014 e 05/06/2014.

A alegação do contribuinte quanto à falta de discriminação dos serviços tomados/prestados no Auto de Infração não merece prosperar, haja vista, constam claramente as competências e o "status" em que as mesmas se encontravam quando da emissão do relatório, desta forma se as declarações não foram iniciadas, não há como o fisco descrever se houve ou não serviços a serem declarados.

Também não merece prosperar a alegação de que a notificação não foi assinada pelo representante legal da empresa, uma vez que o sujeito passivo compareceu ao processo administrativo em

comento e exerceu em toda plenitude o contraditório e ampla defesa.

No mais, o recebimento do auto de infração, enviado no endereço da empresa, por pessoa que se apresente como representante da empresa legítima a ciência com base na teoria da aparência.

Salienta-se que o contribuinte também tomou ciência através de edital publicado no DOM/SC, na data de 13/05/2014.

Quanto ao suposto caráter confiscatório, a multa aplicada não caracteriza violação ao princípio do não-confisco, vez que teve por escopo punir o contribuinte em razão da omissão de dados importantes relativos à movimentação econômica.

O valor fixado da multa, é de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais), que, em si, não representa nenhum valor confiscatório, estando dentro dos critérios da proporcionalidade e razoabilidade.

O VOTO

Diante do exposto, conheço da defesa apresentada, bem como, da contestação e decisão dos Srs. Auditores, para no mérito, INDEFERIR o recurso e manter o Auto de Infração.

DECISÃO

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por maioria de votos, o Conselho decidiu não conhecer do recurso.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, Alisson Luiz Soligo e Moisés Amadeu Patrício.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.

Lucas Dalagnoli

Conselheiro - Relator

ACÓRDÃO - ROSILENE BUZATO DA SILVA E CIA LTDA.

Processo administrativo nº 3065/2014

Auto de infração nº 126/2014

Relator: Lucas Dalagnoli

Vistos, relatados e discutidos estes autos (Processo administrativo nº 3065) em que figura como contribuinte ROSILENE BUZATO DA SILVA E CIA LTDA:

ACORDAM, unanimidade. Não conhecer do recurso voluntário

RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pelo contribuinte ROSILENE BUZATO DA SILVA E CIA LTDA, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra Auditora Fiscal, que indeferiu a defesa, mantendo na íntegra o auto de infração nº 126/2014,

Foi lavrado o Auto de Infração nº 126/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços prestados e tomados nas competências de julho, outubro, novembro e dezembro/2013., através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

O contribuinte apresentou defesa prévia referente ao auto de Infração nº 126/2014, sustentando, em síntese, que:

a) Não foi o contribuinte intimado previamente para efetuar os acertos apontados pela fiscalização no Livro Eletrônico, concedendo-se

prazo para atendimento; b) Na data da entrega da intimação do auto de infração, não foram encontradas divergências; c) Deixou o fisco de discriminar no auto de infração os supostos serviços tomados/prestados pelo contribuinte; d) A ciência do auto de infração foi dada a pessoa estranha e não ao responsável legal da requerente; e) O município tenta aplicar multas exorbitantes e desproporcionais, um verdadeiro confisco, culminando muitas vezes ao fechamento dos estabelecimentos;

Finalmente, requereu o cancelamento do Auto de Infração e Termo de Intimação, e não sendo este admitido, seja o mesmo convertido em advertência.

Em contestação de fls 13-16, o sr. Auditor-Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 126/2014.

Por sua decisão fundamentada de fls. 17-22, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª instância administrativa, o recorrente protocolizou em 05/09/2014, recurso voluntário. Reiterando as alegações trazidas na defesa administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 126/2014,

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

Esse é o relatório.

VOTO

A Lei nº 1.934/2007 instituiu a obrigatoriedade de escrituração dos Livros Fiscais - LIFs, definidos nos Artigos 469 e seguintes da Lei Complementar nº 053/2003, através do Sistema Eletrônico de Dados, aos prestadores e tomadores de serviço sujeitos à tributação do Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, sediados ou estabelecidos no município de Fraiburgo

Em seu art. 3º, a referida lei trata do prazo para apresentação das declarações mensais (8º dia útil), bem como disciplina o termo a quo da referida obrigatoriedade, vejamos:

Art. 3º As declarações fiscais dos serviços prestados ou tomados deverão ser apresentadas até o oitavo dia útil do mês subsequente à movimentação econômica mensal, com início a partir da competência de janeiro de 2008, sob a responsabilidade individual do contribuinte, do contador ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis de suas operações tributáveis, os quais estarão sujeitos a posterior verificação pela Autoridade Fiscal.

§ 1º. As declarações fiscais deverão ser inseridas junto ao sistema disponibilizado via internet no "Módulo Declaração".

§ 2º. Os contribuintes que não possuírem movimento econômico, em determinada competência, deverão fazer a declaração fiscal sob a rubrica "SEM MOVIMENTO", dentro dos prazos previstos no "caput" deste artigo.

Conforme exposto, se verifica que não há previsão legal que autorize o Fisco a emitir intimações prévias para que o contribuinte venha a regularizar pendências através do livro Eletrônico.

O contribuinte afirma que na data de entrega do auto de Infração não haviam divergências a serem sanadas. Quanto ao relatório apresentado, este serve como instrumento para averiguar se os lançamentos efetuados por ele estão corretamente declarados.

O auto de infração teve sua origem na falta de declaração, ou seja o contribuinte se encontrava com declarações não iniciadas.

Extraí-se, ainda do processo, que o Auto de Infração foi lavrado no dia 24/04/2014, e as declarações de serviços prestados/tomados foram apresentados no dia 24/06/2014.

A alegação do contribuinte quanto à falta de discriminação dos serviços tomados/prestados no Auto de Infração não merece prosperar, haja vista, constam claramente as competências e o

"status" em que as mesmas se encontravam quando da emissão do relatório, desta forma se as declarações não foram iniciadas, não há como o fisco descrever se houve ou não serviços a serem declarados.

Também não merece prosperar a alegação de que a notificação não foi assinada pelo representante legal da empresa, uma vez que o sujeito passivo compareceu ao processo administrativo em comento e exerceu em toda plenitude o contraditório e ampla defesa.

No mais, o recebimento do auto de infração, enviado no endereço da empresa, por pessoa que se apresente como representante da empresa legítima a ciência com base na teoria da aparência.

Salienta-se que o contribuinte também tomou ciência através de edital publicado no DOM/SC, na data de 13/05/2014.

Quanto ao suposto caráter confiscatório, a multa aplicada não caracteriza violação ao princípio do não-confisco, vez que teve por escopo punir o contribuinte em razão da omissão de dados importantes relativos à movimentação econômica.

O valor fixado da multa, é de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais), que, em si, não representa nenhum valor confiscatório, estando dentro dos critérios da proporcionalidade e razoabilidade.

O VOTO

Diante do exposto, conheço da defesa apresentada, bem como, da contestação e decisão dos Srs. Auditores, para no mérito, INDEFERIR o recurso e manter o Auto de Infração.

DECISÃO

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por maioria de votos, o Conselho decidiu não conhecer do recurso.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, Alisson Luiz Soligo e Moisés Amadeu Patrício.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.

Lucas Dalagnoli

Conselheiro - Relator

ACÓRDÃO - SANTO SERIGHELLI & CIA LTADA - ME

Processo administrativo nº 3105/2014

Auto de infração nº 135/2014

Relator: Lucas Dalagnoli

Vistos, relatados e discutidos estes autos (Processo administrativo nº 3105) em que figura como contribuinte Santo Serighelli & Cia LTDA ME:

ACORDAM, por maioria de votos. Não conhecer do recurso voluntário

RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pelo contribuinte Santo Serighelli & Cia LTDA ME, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra Auditora Fiscal, que indeferiu a defesa, mantendo na íntegra o auto de infração nº 135/2014, Foi lavrado o Auto de Infração nº 135/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços restados e tomados nas competências de setembro a

dezembro/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

O contribuinte apresentou defesa prévia referente ao auto de Infração nº 135/2014, sustentando, em síntese, que:

a) Não foi o contribuinte intimado previamente para efetuar os acertos apontados pela fiscalização no Livro Eletrônico, concedendo-se prazo para atendimento; b) Na data da entrega da intimação do auto de infração, não foram encontradas divergências; c) Deixou o fisco de discriminar no auto de infração os supostos serviços tomados/prestados pelo contribuinte; d) A ciência do auto de infração foi dada a pessoa estranha e não ao responsável legal da requerente; e) O município tenta aplicar multas exorbitantes e desproporcionais, um verdadeiro confisco, culminando muitas vezes ao fechamento dos estabelecimentos; Finalmente, requereu o cancelamento do Auto de Infração e Termo de Intimação, e não sendo este admitido, seja o mesmo convertido em advertência.

Em contestação de fls 17-28, o sr. Auditor-Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 135/2014.

Por sua decisão fundamentada de fls. 21-26, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª instância administrativa, o recorrente protocolizou em 05/09/2014, recurso voluntário. Reiterando as alegações trazidas na defesa administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 135/2014,

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

Esse é o relatório.

VOTO

A Lei nº 1.934/2007 instituiu a obrigatoriedade de escrituração dos Livros Fiscais - LIFs, definidos nos Artigos 469 e seguintes da lei Complementar nº 053/2003, através do Sistema Eletrônico de Dados, aos prestadores e tomadores de serviço sujeitos à tributação do Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, sediados ou estabelecidos no município de Fraiburgo

Em seu art. 3º, a referida lei trata do prazo para apresentação das declarações mensais (8º dia útil), bem como disciplina o termo a quo da referida obrigatoriedade, vejamos:

Art. 3º As declarações fiscais dos serviços prestados ou tomados deverão ser apresentadas até o oitavo dia útil do mês subsequente à movimentação econômica mensal, com início a partir da competência de janeiro de 2008, sob a responsabilidade individual do contribuinte, do contador ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis de suas operações tributáveis, os quais estarão sujeitos a posterior verificação pela Autoridade Fiscal.

§ 1º. As declarações fiscais deverão ser inseridas junto ao sistema disponibilizado via internet no "Módulo Declaração".

§ 2º. Os contribuintes que não possuírem movimento econômico, em determinada competência, deverão fazer a declaração fiscal sob a rubrica "SEM MOVIMENTO", dentro dos prazos previstos no "caput" deste artigo.

Conforme exposto, se verifica que não há previsão legal que autorize o Fisco a emitir intimações prévias para que o contribuinte venha a regularizar pendências através do livro Eletrônico.

O contribuinte afirma que na data de entrega do auto de Infração não haviam divergências a serem sanadas. Quanto ao relatório apresentado, este serve como instrumento para averiguar se os lançamentos efetuados por ele estão corretamente declarados.

O auto de infração teve sua origem na falta de declaração, ou seja o contribuinte se encontrava com declarações não iniciadas. Extrai-se, ainda do processo, que o Auto de Infração foi lavrado no dia 24/04/2014, e as declarações de serviços prestados/tomados foram apresentados no dia 13/05/2014.

A alegação do contribuinte quanto à falta de discriminação dos serviços tomados/prestados no Auto de Infração não merece prosperar, haja vista, constam claramente as competências e o "status" em que as mesmas se encontravam quando da emissão do relatório, desta forma se as declarações não foram iniciadas, não há como o fisco descrever se houve ou não serviços a serem declarados.

Também não merece prosperar a alegação de que a notificação não foi assinada pelo representante legal da empresa, uma vez que o sujeito passivo compareceu ao processo administrativo em comento e exerceu em toda plenitude o contraditório e ampla defesa.

No mais, o recebimento do auto de infração, enviado no endereço da empresa, por pessoa que se apresente como representante da empresa legítima a ciência com base na teoria da aparência.

Salienta-se que o contribuinte também tomou ciência através de edital publicado no DOM/SC, na data de 13/05/2014.

Quanto ao suposto caráter confiscatório, a multa aplicada não caracteriza violação ao princípio do não-confisco, vez que teve por escopo punir o contribuinte em razão da omissão de dados importantes relativos à movimentação econômica.

O valor fixado da multa, é de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais), que, em si, não representa nenhum valor confiscatório, estando dentro dos critérios da proporcionalidade e razoabilidade.

O VOTO

Diante do exposto, conheço da defesa apresentada, bem como, da contestação e decisão dos Srs. Auditores, para no mérito, INDEFERIR o recurso e manter o Auto de Infração.

DECISÃO

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por maioria de votos, o Conselho decidiu não conhecer do recurso.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, Alisson Luiz Soligo e Moisés Amadeu Patrício.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.

Lucas Dalagnoli

Conselheiro - Relator

ACÓRDÃO - SILVERIA & SANTOS SERVIÇOS MÉDICOS S.S - ME - FILIAL.

Processo administrativo nº 3170/2014

Auto de infração nº 248/2014

Relator: Lucas Dalagnoli

Vistos, relatados e discutidos estes autos (Processo administrativo nº 3170) em que figura como contribuinte Silveira & Santos Serviços Médicos S.S - ME - Filial:

ACORDAM, por maioria de votos. Não conhecer do recurso voluntário

RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pelo contribuinte Ademir Moreira da Silva & Cia. LTDA ME, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra Auditora Fiscal, que indeferiu a defesa, mantendo na íntegra o auto de infração nº 248/2014, Foi lavrado o Auto de Infração nº 248/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços e tomados nas competências de abril e maio de 2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

O contribuinte apresentou defesa prévia referente ao auto de Infração nº 248/2014, sustentando, em síntese, que:

a) Não foi o contribuinte intimado previamente para efetuar os acertos apontados pela fiscalização no Livro Eletrônico, concedendo-se prazo para atendimento; b) Na data da entrega da intimação do auto de infração, não foram encontradas divergências; c) Deixou o fisco de discriminar no auto de infração os supostos serviços tomados/prestados pelo contribuinte; d) A ciência do auto de infração foi dada a pessoa estranha e não ao responsável legal da requerente; e) O município tenta aplicar multas exorbitantes e desproporcionais, um verdadeiro confisco, culminando muitas vezes ao fechamento dos estabelecimentos;

Finalmente, requereu o cancelamento do Auto de Infração e Termo de Intimação, e não sendo este admitido, seja o mesmo convertido em advertência.

EEm contestação de fls 14-17, o sr. Auditor-Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 248/2014.

Por sua decisão fundamentada de fls. 18-23, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª instância administrativa, o recorrente protocolizou em 05/09/2014, recurso voluntário. Reiterando as alegações trazidas na defesa administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 248/2014,

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

Esse é o relatório.

VOTO

A Lei nº 1.934/2007 instituiu a obrigatoriedade de escrituração dos Livros Fiscais - LIFs, definidos nos Artigos 469 e seguintes da lei Complementar nº 053/2003, através do Sistema Eletrônico de Dados, aos prestadores e tomadores de serviço sujeitos à tributação do Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, sediados ou estabelecidos no município de Fraiburgo

Em seu art. 3º, a referida lei trata do prazo para apresentação das declarações mensais (8º dia útil), bem como disciplina o termo a quo da referida obrigatoriedade, vejamos:

Art. 3º As declarações fiscais dos serviços prestados ou tomados deverão ser apresentadas até o oitavo dia útil do mês subsequente à movimentação econômica mensal, com início a partir da competência de janeiro de 2008, sob a responsabilidade individual do contribuinte, do contador ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis de suas operações tributáveis, os quais estarão sujeitos a posterior verificação pela Autoridade Fiscal.

§ 1º. As declarações fiscais deverão ser inseridas junto ao sistema disponibilizado via internet no "Módulo Declaração".

§ 2º. Os contribuintes que não possuem movimento econômico, em determinada competência, deverão fazer a declaração fiscal sob a rubrica "SEM MOVIMENTO", dentro dos prazos previstos no

“caput” deste artigo.

Conforme exposto, se verifica que não há previsão legal que autorize o Fisco a emitir intimações prévias para que o contribuinte venha a regularizar pendências através do livro Eletrônico.

O contribuinte afirma que na data de entrega do auto de Infração não haviam divergências a serem sanadas. Quanto ao relatório apresentado, este serve como instrumento para averiguar se os lançamentos efetuados por ele estão corretamente declarados.

O auto de infração teve sua origem na falta de declaração, ou seja o contribuinte se encontrava com declarações não iniciadas.

Extraí-se, ainda do processo, que o Auto de Infração foi lavrado no dia 24/04/2014, e as declarações de serviços prestados/tomados foram apresentados no dia 19/05/2014.

A alegação do contribuinte quanto à falta de discriminação dos serviços tomados/prestados no Auto de Infração não merece prosperar, haja vista, constam claramente as competências e o “status” em que as mesmas se encontravam quando da emissão do relatório, desta forma se as declarações não foram iniciadas, não há como o fisco descrever se houve ou não serviços a serem declarados.

Também não merece prosperar a alegação de que a notificação não foi assinada pelo representante legal da empresa, uma vez que o sujeito passivo compareceu ao processo administrativo em comento e exerceu em toda plenitude o contraditório e ampla defesa.

No mais, o recebimento do auto de infração, enviado no endereço da empresa, por pessoa que se apresente como representante da empresa legítima a ciência com base na teoria da aparência.

Salienta-se que o contribuinte também tomou ciência através de edital publicado no DOM/SC, na data de 13/05/2014.

Quanto ao suposto caráter confiscatório, a multa aplicada não caracteriza violação ao princípio do não-confisco, vez que teve por escopo punir o contribuinte em razão da omissão de dados importantes relativos à movimentação econômica.

O valor fixado da multa, é de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais), que, em si, não representa nenhum valor confiscatório, estando dentro dos critérios da proporcionalidade e razoabilidade.

O VOTO

Diante do exposto, conheço da defesa apresentada, bem como, da contestação e decisão dos Srs. Auditores, para no mérito, INDEFERIR o recurso e manter o Auto de Infração.

DECISÃO

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por maioria de votos, o Conselho decidiu não conhecer do recurso.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, Alisson Luiz Soligo e Moisés Amadeu Patrício.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.

Lucas Dalagnoli

Conselheiro - Relator

ACÓRDÃO - PLANET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA..

Processo administrativo nº 3180/2014

Auto de infração nº 159/2014

Relator: Lucas Dalagnoli

Vistos, relatados e discutidos estes autos (Processo administrativo

nº 3180) em que figura como contribuinte Planet Comércio e Serviços de Informática LTDA:

ACORDAM, por maioria de votos. Não conhecer do recurso voluntário

RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pelo contribuinte Planet Comércio e Serviços de Informática LTDA, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra Auditora Fiscal, que indeferiu a defesa, mantendo na íntegra o auto de infração nº 159/2014,

Foi lavrado o Auto de Infração nº 159//2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços prestados e tomados nas competências de novembro e dezembro de 2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

O contribuinte apresentou defesa prévia referente ao auto de Infração nº 159/2014, sustentando, em síntese, que:

a) Não foi o contribuinte intimado previamente para efetuar os acertos apontados pela fiscalização no Livro Eletrônico, concedendo-se prazo para atendimento; b) Na data da entrega da intimação do auto de infração, não foram encontradas divergências; c) Deixou o fisco de discriminar no auto de infração os supostos serviços tomados/prestados pelo contribuinte; d) A ciência do auto de infração foi dada a pessoa estranha e não ao responsável legal da requerente; e) O município tenta aplicar multas exorbitantes e desproporcionais, um verdadeiro confisco, culminando muitas vezes ao fechamento dos estabelecimentos;

Finalmente, requereu o cancelamento do Auto de Infração e Termo de Intimação, e não sendo este admitido, seja o mesmo convertido em advertência.

Em contestação de fls 18-21, o sr. Auditor-Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 159/2014.

Por sua decisão fundamentada de fls. 22-27, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª instância administrativa, o recorrente protocolizou em 05/09/2014, recurso voluntário. Reiterando as alegações trazidas na defesa administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 159/2014,

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

Esse é o relatório.

VOTO

A Lei nº 1.934/2007 instituiu a obrigatoriedade de escrituração dos Livros Fiscais - LIFs, definidos nos Artigos 469 e seguintes da lei Complementar nº 053/2003, através do Sistema Eletrônico de Dados, aos prestadores e tomadores de serviço sujeitos à tributação do Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, sediados ou estabelecidos no município de Fraiburgo

Em seu art. 3º, a referida lei trata do prazo para apresentação das declarações mensais (8º dia útil), bem como disciplina o termo a quo da referida obrigatoriedade, vejamos:

Art. 3º As declarações fiscais dos serviços prestados ou tomados deverão ser apresentadas até o oitavo dia útil do mês subsequente à movimentação econômica mensal, com início a partir da competência de janeiro de 2008, sob a responsabilidade individual do contribuinte, do contador ou responsável pelo imposto, mediante

lançamentos contábeis de suas operações tributáveis, os quais estarão sujeitos a posterior verificação pela Autoridade Fiscal.

§ 1º. As declarações fiscais deverão ser inseridas junto ao sistema disponibilizado via internet no "Módulo Declaração".

§ 2º. Os contribuintes que não possuem movimento econômico, em determinada competência, deverão fazer a declaração fiscal sob a rubrica "SEM MOVIMENTO", dentro dos prazos previstos no "caput" deste artigo.

Conforme exposto, se verifica que não há previsão legal que autorize o Fisco a emitir intimações prévias para que o contribuinte venha a regularizar pendências através do livro Eletrônico.

O contribuinte afirma que na data de entrega do auto de Infração não haviam divergências a serem sanadas. Quanto ao relatório apresentado, este serve como instrumento para averiguar se os lançamentos efetuados por ele estão corretamente declarados.

O auto de infração teve sua origem na falta de declaração, ou seja o contribuinte se encontrava com declarações não iniciadas.

Extraí-se, ainda do processo, que o Auto de Infração foi lavrado no dia 24/04/2014, e as declarações de serviços prestados/tomados foram apresentados no dia 13/05/2014.

A alegação do contribuinte quanto à falta de discriminação dos serviços tomados/prestados no Auto de Infração não merece prosperar, haja vista, constam claramente as competências e o "status" em que as mesmas se encontravam quando da emissão do relatório, desta forma se as declarações não foram iniciadas, não há como o fisco descrever se houve ou não serviços a serem declarados.

Também não merece prosperar a alegação de que a notificação não foi assinada pelo representante legal da empresa, uma vez que o sujeito passivo compareceu ao processo administrativo em comento e exerceu em toda plenitude o contraditório e ampla defesa.

No mais, o recebimento do auto de infração, enviado no endereço da empresa, por pessoa que se apresente como representante da empresa legítima a ciência com base na teoria da aparência.

Salienta-se que o contribuinte também tomou ciência através de edital publicado no DOM/SC, na data de 13/05/2014.

Quanto ao suposto caráter confiscatório, a multa aplicada não caracteriza violação ao princípio do não-confisco, vez que teve por escopo punir o contribuinte em razão da omissão de dados importantes relativos à movimentação econômica.

O valor fixado da multa, é de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais), que, em si, não representa nenhum valor confiscatório, estando dentro dos critérios da proporcionalidade e razoabilidade.

O VOTO

Diante do exposto, conheço da defesa apresentada, bem como, da contestação e decisão dos Srs. Auditores, para no mérito, INDEFERIR o recurso e manter o Auto de Infração.

DECISÃO

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por maioria de votos, o Conselho decidiu não conhecer do recurso.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, Alisson Luiz Soligo e Moisés Amadeu Patrício.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.

Lucas Dalagnoli

Conselheiro - Relator

ACÓRDÃO - HZ CONSULTORIA LTDA.

Processo administrativo nº 3263/2014

Auto de infração nº 288/2014

Relator: Lucas Dalagnoli

Vistos, relatados e discutidos estes autos (Processo administrativo nº 3263) em que figura como contribuinte HZ Consultoria LTDA:

ACORDAM, por maioria de votos. Não conhecer do recurso voluntário

RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pelo contribuinte HZ Consultoria LTDA, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra Auditora Fiscal, que indeferiu a defesa, mantendo na íntegra o auto de infração nº 288/2014,

Foi lavrado o Auto de Infração nº 288/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços prestados e tomados nas competências de novembro e dezembro de 2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

O contribuinte apresentou defesa prévia referente ao auto de Infração nº 011/2014, sustentando, em síntese, que:

a) Não foi o contribuinte intimado previamente para efetuar os acertos apontados pela fiscalização no Livro Eletrônico, concedendo-se prazo para atendimento; b) Na data da entrega da intimação do auto de infração, não foram encontradas divergências; c) Deixou o fisco de discriminar no auto de infração os supostos serviços tomados/prestados pelo contribuinte; d) A ciência do auto de infração foi dada a pessoa estranha e não ao responsável legal da requerente; e) O município tenta aplicar multas exorbitantes e desproporcionais, um verdadeiro confisco, culminando muitas vezes ao fechamento dos estabelecimentos;

Finalmente, requereu o cancelamento do Auto de Infração e Termo de Intimação, e não sendo este admitido, seja o mesmo convertido em advertência.

Em contestação de fls 13-16, o sr. Auditor-Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 288/2014.

Por sua decisão fundamentada de fls. 17-22, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª instância administrativa, o recorrente protocolizou em 05/09/2014, recurso voluntário. Reiterando as alegações trazidas na defesa administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 288/2014,

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

Esse é o relatório.

VOTO

A Lei nº 1.934/2007 instituiu a obrigatoriedade de escrituração dos Livros Fiscais - LIFs, definidos nos Artigos 469 e seguintes da lei Complementar nº 053/2003, através do Sistema Eletrônico de Dados, aos prestadores e tomadores de serviço sujeitos à tributação do Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, sediados ou estabelecidos no município de Fraiburgo

Em seu art. 3º, a referida lei trata do prazo para apresentação das declarações mensais (8º dia útil), bem como disciplina o termo a quo da referida obrigatoriedade, vejamos:

Art. 3º As declarações fiscais dos serviços prestados ou tomados deverão ser apresentadas até o oitavo dia útil do mês subsequente à movimentação econômica mensal, com início a partir da competência de janeiro de 2008, sob a responsabilidade individual do contribuinte, do contador ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis de suas operações tributáveis, os quais estarão sujeitos a posterior verificação pela Autoridade Fiscal.

§ 1º. As declarações fiscais deverão ser inseridas junto ao sistema disponibilizado via internet no "Módulo Declaração".

§ 2º. Os contribuintes que não possuem movimento econômico, em determinada competência, deverão fazer a declaração fiscal sob a rubrica "SEM MOVIMENTO", dentro dos prazos previstos no "caput" deste artigo.

Conforme exposto, se verifica que não há previsão legal que autorize o Fisco a emitir intimações prévias para que o contribuinte venha a regularizar pendências através do livro Eletrônico.

O contribuinte afirma que na data de entrega do auto de Infração não haviam divergências a serem sanadas. Quanto ao relatório apresentado, este serve como instrumento para averiguar se os lançamentos efetuados por ele estão corretamente declarados.

O auto de infração teve sua origem na falta de declaração, ou seja o contribuinte se encontrava com declarações não iniciadas.

Extraí-se, ainda do processo, que o Auto de Infração foi lavrado no dia 28/04/2014, e as declarações de serviços prestados/tomados foram apresentadas entre os dias 12/05/2014 e 16/05/2014..

A alegação do contribuinte quanto à falta de discriminação dos serviços tomados/prestados no Auto de Infração não merece prosperar, haja vista, constam claramente as competências e o "status" em que as mesmas se encontravam quando da emissão do relatório, desta forma se as declarações não foram iniciadas, não há como o fisco descrever se houve ou não serviços a serem declarados.

Também não merece prosperar a alegação de que a notificação não foi assinada pelo representante legal da empresa, uma vez que o sujeito passivo compareceu ao processo administrativo em comento e exerceu em toda plenitude o contraditório e ampla defesa.

No mais, o recebimento do auto de infração, enviado no endereço da empresa, por pessoa que se apresente como representante da empresa legítima a ciência com base na teoria da aparência.

Salienta-se que o contribuinte também tomou ciência através de edital publicado no DOM/SC, na data de 13/05/2014.

Quanto ao suposto caráter confiscatório, a multa aplicada não caracteriza violação ao princípio do não-confisco, vez que teve por escopo punir o contribuinte em razão da omissão de dados importantes relativos à movimentação econômica.

O valor fixado da multa, é de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais), que, em si, não representa nenhum valor confiscatório, estando dentro dos critérios da proporcionalidade e razoabilidade.

O VOTO

Diante do exposto, conheço da defesa apresentada, bem como, da contestação e decisão dos Srs. Auditores, para no mérito, INDEFERIR o recurso e manter o Auto de Infração.

DECISÃO

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por maioria de votos, o Conselho decidiu não conhecer do recurso.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no

Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, Alisson Luiz Soligo e Moisés Amadeu Patrício.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.

Lucas Dalagnoli
Conselheiro - Relator

ACÓRDÃO - ZH ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS LTDA.

Processo administrativo nº 3333/2014

Auto de infração nº 357/2014

Relator: Lucas Dalagnoli

Vistos, relatados e discutidos estes autos (Processo administrativo nº 3333) em que figura como contribuinte ZH Administração de Empresas LTDA:

ACORDAM, por maioria de votos. Não conhecer do recurso voluntário

RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pelo contribuinte ZH Administração de Empresas LTDA, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra Auditora Fiscal, que indeferiu a defesa, mantendo na íntegra o auto de infração nº 357/2014, Foi lavrado o Auto de Infração nº 357/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços prestados e tomados nas competências de novembro e dezembro de 2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

O contribuinte apresentou defesa prévia referente ao auto de Infração nº 357/2014, sustentando, em síntese, que:

a) Não foi o contribuinte intimado previamente para efetuar os acertos apontados pela fiscalização no Livro Eletrônico, concedendo-se prazo para atendimento; b) Na data da entrega da intimação do auto de infração, não foram encontradas divergências; c) Deixou o fisco de discriminar no auto de infração os supostos serviços tomados/prestados pelo contribuinte; d) A ciência do auto de infração foi dada a pessoa estranha e não ao responsável legal da requerente; e) O município tenta aplicar multas exorbitantes e desproporcionais, um verdadeiro confisco, culminando muitas vezes ao fechamento dos estabelecimentos; Finalmente, requereu o cancelamento do Auto de Infração e Termo de Intimação, e não sendo este admitido, seja o mesmo convertido em advertência.

Em contestação de fls 13-16, o sr. Auditor-Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 357/2014.

Por sua decisão fundamentada de fls. 17-22, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª instância administrativa, o recorrente protocolizou em 05/09/2014, recurso voluntário. Reiterando as alegações trazidas na defesa administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 159/2014,

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

Esse é o relatório.

VOTO

A Lei nº 1.934/2007 instituiu a obrigatoriedade de escrituração dos Livros Fiscais - LIFs, definidos nos Artigos 469 e seguintes da lei Complementar nº 053/2003, através do Sistema Eletrônico de Dados, aos prestadores e tomadores de serviço sujeitos à tributação do Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, sediados ou estabelecidos no município de Fraiburgo

Em seu art. 3º, a referida lei trata do prazo para apresentação das declarações mensais (8º dia útil), bem como disciplina o termo a quo da referida obrigatoriedade, vejamos:

Art. 3º As declarações fiscais dos serviços prestados ou tomados deverão ser apresentadas até o oitavo dia útil do mês subsequente à movimentação econômica mensal, com início a partir da competência de janeiro de 2008, sob a responsabilidade individual do contribuinte, do contador ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis de suas operações tributáveis, os quais estarão sujeitos a posterior verificação pela Autoridade Fiscal.

§ 1º. As declarações fiscais deverão ser inseridas junto ao sistema disponibilizado via internet no "Módulo Declaração".

§ 2º. Os contribuintes que não possuem movimento econômico, em determinada competência, deverão fazer a declaração fiscal sob a rubrica "SEM MOVIMENTO", dentro dos prazos previstos no "caput" deste artigo.

Conforme exposto, se verifica que não há previsão legal que autorize o Fisco a emitir intimações prévias para que o contribuinte venha a regularizar pendências através do livro Eletrônico.

O contribuinte afirma que na data de entrega do auto de Infração não haviam divergências a serem sanadas. Quanto ao relatório apresentado, este serve como instrumento para averiguar se os lançamentos efetuados por ele estão corretamente declarados.

O auto de infração teve sua origem na falta de declaração, ou seja o contribuinte se encontrava com declarações não iniciadas.

Extraí-se, ainda do processo, que o Auto de Infração foi lavrado no dia 28/04/2014, e as declarações de serviços prestados/tomados foram apresentados no dia 06/06/2014.

A alegação do contribuinte quanto à falta de discriminação dos serviços tomados/prestados no Auto de Infração não merece prosperar, haja vista, constam claramente as competências e o "status" em que as mesmas se encontravam quando da emissão do relatório, desta forma se as declarações não foram iniciadas, não há como o fisco descrever se houve ou não serviços a serem declarados.

Também não merece prosperar a alegação de que a notificação não foi assinada pelo representante legal da empresa, uma vez que o sujeito passivo compareceu ao processo administrativo em comento e exerceu em toda plenitude o contraditório e ampla defesa.

No mais, o recebimento do auto de infração, enviado no endereço da empresa, por pessoa que se apresente como representante da empresa legítima a ciência com base na teoria da aparência.

Salienta-se que o contribuinte também tomou ciência através de edital publicado no DOM/SC, na data de 13/05/2014.

Quanto ao suposto caráter confiscatório, a multa aplicada não caracteriza violação ao princípio do não-confisco, vez que teve por escopo punir o contribuinte em razão da omissão de dados importantes relativos à movimentação econômica.

O valor fixado da multa, é de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais), que, em si, não representa nenhum valor confiscatório, estando dentro dos critérios da proporcionalidade e razoabilidade.

O VOTO

Diante do exposto, conheço da defesa apresentada, bem como, da contestação e decisão dos Srs. Auditores, para no mérito, INDEFERIR o recurso e manter o Auto de Infração.

DECISÃO

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por maioria de votos, o Conselho decidiu não conhecer do recurso.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, Alisson Luiz Soligo e Moisés Amadeu Patrício.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.

Lucas Dalagnoli
Conselheiro - Relator

ACÓRDÃO - ZIOLKOWSKI ADMINISTRADORA DE HOTÉIS LTDA.

Processo administrativo nº 3335/2014

Auto de infração nº 359/2014

Relator: Lucas Dalagnoli

Vistos, relatados e discutidos estes autos (Processo administrativo nº 3335) em que figura como contribuinte Ziolkowski Administradora de Hotéis LTDA:

ACORDAM, por maioria de votos. Não conhecer do recurso voluntário

RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pelo contribuinte Ziolkowski Administradora de Hotéis LTDA, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra Auditora Fiscal, que indeferiu a defesa, mantendo na íntegra o auto de infração nº 359/2014,

Foi lavrado o Auto de Infração nº 359/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços prestados e tomados nas competências de outubro a dezembro de 2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

O contribuinte apresentou defesa prévia referente ao auto de Infração nº 359/2014, sustentando, em síntese, que:

a) Não foi o contribuinte intimado previamente para efetuar os acertos apontados pela fiscalização no Livro Eletrônico, concedendo-se prazo para atendimento; b) Na data da entrega da intimação do auto de infração, não foram encontradas divergências; c) Deixou o fisco de discriminar no auto de infração os supostos serviços tomados/prestados pelo contribuinte; d) A ciência do auto de infração foi dada a pessoa estranha e não ao responsável legal da requerente; e) O município tenta aplicar multas exorbitantes e desproporcionais, um verdadeiro confisco, culminando muitas vezes ao fechamento dos estabelecimentos;

Finalmente, requereu o cancelamento do Auto de Infração e Termo de Intimação, e não sendo este admitido, seja o mesmo convertido em advertência.

Em contestação de fls 24-27, o sr. Auditor-Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 359/2014.

Por sua decisão fundamentada de fls. 28-33, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª instância administrativa, o recorrente protocolizou em 05/09/2014,

recurso voluntário. Reiterando as alegações trazidas na defesa administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 359/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

Esse é o relatório.
VOTO

A Lei nº 1.934/2007 instituiu a obrigatoriedade de escrituração dos Livros Fiscais - LIFs, definidos nos Artigos 469 e seguintes da Lei Complementar nº 053/2003, através do Sistema Eletrônico de Dados, aos prestadores e tomadores de serviço sujeitos à tributação do Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, sediados ou estabelecidos no município de Fraiburgo

Em seu art. 3º, a referida lei trata do prazo para apresentação das declarações mensais (8º dia útil), bem como disciplina o termo a quo da referida obrigatoriedade, vejamos:

Art. 3º As declarações fiscais dos serviços prestados ou tomados deverão ser apresentadas até o oitavo dia útil do mês subsequente à movimentação econômica mensal, com início a partir da competência de janeiro de 2008, sob a responsabilidade individual do contribuinte, do contador ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis de suas operações tributáveis, os quais estarão sujeitos a posterior verificação pela Autoridade Fiscal.

§ 1º. As declarações fiscais deverão ser inseridas junto ao sistema disponibilizado via internet no "Módulo Declaração".

§ 2º. Os contribuintes que não possuem movimento econômico, em determinada competência, deverão fazer a declaração fiscal sob a rubrica "SEM MOVIMENTO", dentro dos prazos previstos no "caput" deste artigo.

Conforme exposto, se verifica que não há previsão legal que autorize o Fisco a emitir intimações prévias para que o contribuinte venha a regularizar pendências através do livro Eletrônico.

O contribuinte afirma que na data de entrega do auto de Infração não haviam divergências a serem sanadas. Quanto ao relatório apresentado, este serve como instrumento para averiguar se os lançamentos efetuados por ele estão corretamente declarados.

O auto de infração teve sua origem na falta de declaração, ou seja o contribuinte se encontrava com declarações não iniciadas.

Extraí-se, ainda do processo, que o Auto de Infração foi lavrado no dia 28/04/2014, e as declarações de serviços prestados/tomados foram apresentados no dia 23/05/2014.

A alegação do contribuinte quanto à falta de discriminação dos serviços tomados/prestados no Auto de Infração não merece prosperar, haja vista, constam claramente as competências e o "status" em que as mesmas se encontravam quando da emissão do relatório, desta forma se as declarações não foram iniciadas, não há como o fisco descrever se houve ou não serviços a serem declarados.

Também não merece prosperar a alegação de que a notificação não foi assinada pelo representante legal da empresa, uma vez que o sujeito passivo compareceu ao processo administrativo em comento e exerceu em toda plenitude o contraditório e ampla defesa.

No mais, o recebimento do auto de infração, enviado no endereço da empresa, por pessoa que se apresente como representante da empresa legítima a ciência com base na teoria da aparência.

Salienta-se que o contribuinte também tomou ciência através de edital publicado no DOM/SC, na data de 13/05/2014.

Quanto ao suposto caráter confiscatório, a multa aplicada não caracteriza violação ao princípio do não-confisco, vez que teve por escopo punir o contribuinte em razão da omissão de dados importantes relativos à movimentação econômica.

O valor fixado da multa, é de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta

reais), que, em si, não representa nenhum valor confiscatório, estando dentro dos critérios da proporcionalidade e razoabilidade.

O VOTO

Diante do exposto, conheço da defesa apresentada, bem como, da contestação e decisão dos Srs. Auditores, para no mérito, INDEFERIR o recurso e manter o Auto de Infração.

DECISÃO

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por maioria de votos, o Conselho decidiu não conhecer do recurso.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, Alisson Luiz Soligo e Moisés Amadeu Patrício.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.

Lucas Dalagnoli

Conselheiro - Relator

ACÓRDÃO - LUIZ CARLOS ALVES RODRIGUES & CIA LTDA - ME.

Processo administrativo nº 3381/2014

Auto de infração nº 404/2014

Relator: Lucas Dalagnoli

Vistos, relatados e discutidos estes autos (Processo administrativo nº 3381) em que figura como contribuinte Luiz Carlos Alves Rodrigues & Cia LTDA - ME:

ACORDAM, por maioria de votos. Não conhecer do recurso voluntário

RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pelo contribuinte Ademir Moreira da Silva & Cia. LTDA ME, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra Auditora Fiscal, que indeferiu a defesa, mantendo na íntegra o auto de infração nº 404/2014, Foi lavrado o Auto de Infração nº 404/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços

erwicos prestados e tomados nas competências de maio e junho de 2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1,934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

O contribuinte apresentou defesa prévia referente ao auto de Infração nº 404/2014, sustentando, em síntese, que:

a) Não foi o contribuinte intimado previamente para efetuar os acertos apontados pela fiscalização no Livro Eletrônico, concedendo-se prazo para atendimento; b) Na data da entrega da intimação do auto de infração, não foram encontradas divergências; c) Deixou o fisco de discriminar no auto de infração os supostos serviços tomados/prestados pelo contribuinte; d) A ciência do auto de infração foi dada a pessoa estranha e não ao responsável legal da requerente; e) O município tenta aplicar multas exorbitantes e desproporcionais, um verdadeiro confisco, culminando muitas vezes ao fechamento dos estabelecimentos; Finalmente, requereu o cancelamento do Auto de Infração e Termo de Intimação, e não sendo este admitido, seja o mesmo convertido em advertência.

Em contestação de fls 07-10, o sr. Auditor-Fiscal (Georges dos Reis

Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 404/2014.

Por sua decisão fundamentada de fls. 11-16, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª instância administrativa, o recorrente protocolizou em 05/09/2014, recurso voluntário. Reiterando as alegações trazidas na defesa administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 404/2014,

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

Esse é o relatório.
VOTO

A Lei nº 1.934/2007 instituiu a obrigatoriedade de escrituração dos Livros Fiscais - LIFs, definidos nos Artigos 469 e seguintes da Lei Complementar nº 053/2003, através do Sistema Eletrônico de Dados, aos prestadores e tomadores de serviço sujeitos à tributação do Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, sediados ou estabelecidos no município de Fraiburgo

Em seu art. 3º, a referida lei trata do prazo para apresentação das declarações mensais (8º dia útil), bem como disciplina o termo a quo da referida obrigatoriedade, vejamos:

Art. 3º As declarações fiscais dos serviços prestados ou tomados deverão ser apresentadas até o oitavo dia útil do mês subsequente à movimentação econômica mensal, com início a partir da competência de janeiro de 2008, sob a responsabilidade individual do contribuinte, do contador ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis de suas operações tributáveis, os quais estarão sujeitos a posterior verificação pela Autoridade Fiscal.

§ 1º. As declarações fiscais deverão ser inseridas junto ao sistema disponibilizado via internet no "Módulo Declaração".

§ 2º. Os contribuintes que não possuírem movimento econômico, em determinada competência, deverão fazer a declaração fiscal sob a rubrica "SEM MOVIMENTO", dentro dos prazos previstos no "caput" deste artigo.

Conforme exposto, se verifica que não há previsão legal que autorize o Fisco a emitir intimações prévias para que o contribuinte venha a regularizar pendências através do livro Eletrônico.

O contribuinte afirma que na data de entrega do auto de Infração não haviam divergências a serem sanadas. Quanto ao relatório apresentado, este serve como instrumento para averiguar se os lançamentos efetuados por ele estão corretamente declarados.

O auto de infração teve sua origem na falta de declaração, ou seja o contribuinte se encontrava com declarações não iniciadas.

Extraí-se, ainda do processo, que o Auto de Infração foi lavrado no dia 28/04/2014, e as declarações de serviços prestados/tomados foram apresentadas entre os dias 14/05/2014 e 16/05/2014.

A alegação do contribuinte quanto à falta de discriminação dos serviços tomados/prestados no Auto de Infração não merece prosperar, haja vista, constam claramente as competências e o "status" em que as mesmas se encontravam quando da emissão do relatório, desta forma se as declarações não foram iniciadas, não há como o fisco descrever se houve ou não serviços a serem declarados.

Também não merece prosperar a alegação de que a notificação não foi assinada pelo representante legal da empresa, uma vez que o sujeito passivo compareceu ao processo administrativo em comento e exerceu em toda plenitude o contraditório e ampla defesa.

No mais, o recebimento do auto de infração, enviado no endereço da empresa, por pessoa que se apresente como representante da empresa legitima a ciência com base na teoria da aparência.

Salienta-se que o contribuinte também tomou ciência através de edital publicado no DOM/SC, na data de 13/05/2014.

Quanto ao suposto caráter confiscatório, a multa aplicada não caracteriza violação ao princípio do não-confisco, vez que teve por escopo punir o contribuinte em razão da omissão de dados importantes relativos à movimentação econômica.

O valor fixado da multa, é de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais), que, em si, não representa nenhum valor confiscatório, estando dentro dos critérios da proporcionalidade e razoabilidade.

O VOTO

Diante do exposto, conheço da defesa apresentada, bem como, da contestação e decisão dos Srs. Auditores, para no mérito, INDEFERIR o recurso e manter o Auto de Infração.

DECISÃO

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por maioria de votos, o Conselho decidiu não conhecer do recurso.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, Alisson Luiz Soligo e Moisés Amadeu Patrício.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.

Lucas Dalagnoli
Conselheiro - Relator

ACÓRDÃO - ODONTOMIX CLINICA ODONTOLOGICA LTDA.

Processo administrativo nº 3429/2014

Auto de infração nº 452/2014

Relator: Lucas Dalagnoli

Vistos, relatados e discutidos estes autos (Processo administrativo nº 3429) em que figura como contribuinte Odontomix Clínica Odontológica LTDA:

ACORDAM, por maioria de votos. Não conhecer do recurso voluntário

RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pelo contribuinte Odontomix Clínica Odontológica LTDA, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 452/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra Auditora Fiscal, que indeferiu a defesa, mantendo na íntegra o auto de infração nº 452/2014, Foi lavrado o Auto de Infração nº 452/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços prestados e tomados nas competências de dezembro de 2012 e dezembro de 2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

O contribuinte apresentou defesa prévia referente ao auto de Infração nº 011/2014, sustentando, em síntese, que:

a) Não foi o contribuinte intimado previamente para efetuar os acertos apontados pela fiscalização no Livro Eletrônico, concedendo-se prazo para atendimento; b) Na data da entrega da intimação do auto de infração, não foram encontradas divergências; c) Deixou o fisco de discriminar no auto de infração os supostos serviços tomados/prestados pelo contribuinte; d) A ciência do auto

de infração foi dada a pessoa estranha e não ao responsável legal da requerente; e) O município tenta aplicar multas exorbitantes e desproporcionais, um verdadeiro confisco, culminando muitas vezes ao fechamento dos estabelecimentos; Finalmente, requereu o cancelamento do Auto de Infração e Termo de Intimação, e não sendo este admitido, seja o mesmo convertido em advertência.

Em contestação de fls 16-19, o sr. Auditor-Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 011/2014.

Por sua decisão fundamentada de fls. 20-25, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª instância administrativa, o recorrente protocolizou em 05/09/2014, recurso voluntário. Reiterando as alegações trazidas na defesa administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 011/2014, Em contestação de fls 15-18, o sr. Auditor-Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 452/2014.

Por sua decisão fundamentada de fls. 19-24, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª instância administrativa, o recorrente protocolizou em 05/09/2014, recurso voluntário. Reiterando as alegações trazidas na defesa administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 452/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

Esse é o relatório.
VOTO

A Lei nº 1.934/2007 instituiu a obrigatoriedade de escrituração dos Livros Fiscais - LIFs, definidos nos Artigos 469 e seguintes da lei Complementar nº 053/2003, através do Sistema Eletrônico de Dados, aos prestadores e tomadores de serviço sujeitos à tributação do Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, sediados ou estabelecidos no município de Fraiburgo. Em seu art. 3º, a referida lei trata do prazo para apresentação das declarações mensais (8º dia útil), bem como disciplina o termo a quo da referida obrigatoriedade, vejamos:

Art. 3º As declarações fiscais dos serviços prestados ou tomados deverão ser apresentadas até o oitavo dia útil do mês subsequente à movimentação econômica mensal, com início a partir da competência de janeiro de 2008, sob a responsabilidade individual do contribuinte, do contador ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis de suas operações tributáveis, os quais estarão sujeitos a posterior verificação pela Autoridade Fiscal.

§ 1º. As declarações fiscais deverão ser inseridas junto ao sistema disponibilizado via internet no "Módulo Declaração".

§ 2º. Os contribuintes que não possuírem movimento econômico, em determinada competência, deverão fazer a declaração fiscal sob a rubrica "SEM MOVIMENTO", dentro dos prazos previstos no "caput" deste artigo.

Conforme exposto, se verifica que não há previsão legal que autorize o Fisco a emitir intimações prévias para que o contribuinte venha a regularizar pendências através do livro Eletrônico.

O contribuinte afirma que na data de entrega do auto de Infração não haviam divergências a serem sanadas. Quanto ao relatório apresentado, este serve como instrumento para averiguar se os lançamentos efetuados por ele estão corretamente declarados.

O auto de infração teve sua origem na falta de declaração, ou seja o contribuinte se encontrava com declarações não iniciadas.

Extraí-se, ainda do processo, que o Auto de Infração foi lavrado no dia 30/04/2014, e as declarações de serviços prestados/tomados foram apresentadas no dia 14/05/2014.

A alegação do contribuinte quanto à falta de discriminação dos serviços tomados/prestados no Auto de Infração não merece prosperar, haja vista, constam claramente as competências e o "status" em que as mesmas se encontravam quando da emissão do relatório, desta forma se as declarações não foram iniciadas, não há como o fisco descrever se houve ou não serviços a serem declarados.

Também não merece prosperar a alegação de que a notificação não foi assinada pelo representante legal da empresa, uma vez que o sujeito passivo compareceu ao processo administrativo em comento e exerceu em toda plenitude o contraditório e ampla defesa.

No mais, o recebimento do auto de infração, enviado no endereço da empresa, por pessoa que se apresente como representante da empresa legítima a ciência com base na teoria da aparência.

Salienta-se que o contribuinte também tomou ciência através de edital publicado no DOM/SC, na data de 13/05/2014.

Quanto ao suposto caráter confiscatório, a multa aplicada não caracteriza violação ao princípio do não-confisco, vez que teve por escopo punir o contribuinte em razão da omissão de dados importantes relativos à movimentação econômica.

O valor fixado da multa, é de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais), que, em si, não representa nenhum valor confiscatório, estando dentro dos critérios da proporcionalidade e razoabilidade.

O VOTO

Diante do exposto, conheço da defesa apresentada, bem como, da contestação e decisão dos Srs. Auditores, para no mérito, INDEFERIR o recurso e manter o Auto de Infração.

DECISÃO

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por maioria de votos, o Conselho decidiu não conhecer do recurso.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 31 de março de 2015, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, Alisson Luiz Soligo e Moisés Amadeu Patrício.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.
Lucas Dalagnoli
Conselheiro - Relator

PORTARIA Nº 1020/2015

PORTARIA Nº 1020, DE 27 DE ABRIL DE 2015.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, o servidor JOEL WORMA DE SOUZA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 037.024.719-10, nomeado no cargo de provimento efetivo de MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1021/2015

PORTARIA Nº 1021, DE 27 DE ABRIL DE 2015.
Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores, e em conformidade com a comunicação interna n.º 05/2015, da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ANTONIO CARLOS RINALDI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 540.562.179-04, nomeado no cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, Função Gratificada FGM - NÍVEL 1, 40 horas semanais, por ser responsável pelos serviços de Retroescavadeira Hidráulica PC 150 Komatsu, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1022/2015

PORTARIA Nº 1022, DE 27 DE ABRIL DE 2015.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de ALESSANDRO FUSATTO NETO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 024.524.867-60, contratado em caráter temporário na função de MÉDICO CLÍNICO GERAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1023/2015

PORTARIA N.º 1023, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2013, homologado pelo decreto 310/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ALESSANDRO FUSATTO NETO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 024.524.867-60, no cargo de provimento efetivo de MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1024/2015

PORTARIA Nº 1024, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0654/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 27 (vinte e sete) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária do servidor RAFAEL SAVIAN FERNANDES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 058.363.009-09, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 05 de maio de 2015 até 07 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1025/2015

PORTARIA N.º 1025, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0655/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALESSANDRA PIRES FERREIRA PORTELA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 049.965.239-80, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA com carga horária de 18 horas semanais, no período de 02 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1026/2015

PORTARIA N.º 1026, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005 de 10 de fevereiro de 2015; e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0656/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de KARINE CAMARGO DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 106.014.529-41, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1027/2015

PORTARIA N.º 1027, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 01 de setembro de 2014; e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0657/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IRACI PEREIRA DA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 022.555.719-35, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1028/2015

PORTARIA N.º 1028, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 01 de setembro de 2014; e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0658/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIANE APARECIDA DE PAULA PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 737.636.169-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 07 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1029/2015

PORTARIA N.º 1029, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 01 de setembro de 2014; e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0659/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MAGALI DOS SANTOS ROCHA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 907.134.359-68, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de maio de 2015 até 10 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1030/2015

PORTARIA N.º 1030, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 01 de setembro de 2014; e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0654/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de RAFAEL SAVIAN FERNANDES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 058.363.009-09, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 07 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1031/2015

PORTARIA Nº 1031, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna 038/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário EDMILSON CAMARGO ROQUE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 646.849.389-72, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio 2015 até 30 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1032/2015

PORTARIA Nº 1032, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de JORGE COSTA ANDRADE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º. 502.546.699-72, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1033/2015

PORTARIA Nº 1033, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de CLENIR GONZAGA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º. 041.526.769-22, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0005_2015-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 0005/2015 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de reforma do Estádio Macieirão Edir Preste Valin, constantes dos LOTES 1 e 2 do Edital com fornecimento de todo material e mão de obra, de acordo com os memoriais e projetos (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS das empresas habilitadas, após decorrido "in albis" o prazo recursal previsto no art. 109, inc. I, alínea "a" da Lei nº 8.666/93, não houve cotação no LOTE 1, restando prejudicada sua contratação,

no LOTE 2 houve a renúncia expressa do sócio-administrador da empresa FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INST. ELÉTRICAS LTDA ME enquadrada como microempresa, acerca do exercício do direito da LC nº 123/2006, uma vez possuir preferência de contratação. Desta forma, nos termos do item 6.7.2.2 do Edital restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora no LOTE 2 com o menor preço global POR LOTE a empresa CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA no valor de R\$ 179.165,27 (cento e setenta e nove mil cento e sessenta e cinco reais e vinte e sete centavos) ficando este valor abaixo do valor máximo estipulado pelo Município no item 1.3 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 27 de abril de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº. 708/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL E NOS FUNDOS MUNICIPAIS.

DECRETO Nº. 708/2015, 17 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL E NOS FUNDOS MUNICIPAIS DE FREI ROGÉRIO (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 12, inciso IV e art. 13, § 3º, da lei nº 806/2014 de 27/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 485.850,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
ORGÃO	02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
UND	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
PROJ./ATIV.	1.057	OBRAS DE URBANIZAÇÃO – RUAS, PRAÇAS E CALÇADA.	
ELEMENTO	4.4.90.00.00.00.00.00.0110	APLICAÇÕES DIRETAS	
	108	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 70.000,00
UND	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
PROJ./ATIV.	1.054	ABERTURAS DE RUAS, PAVIMENTAÇÃO URBANA E ESTRADAS VICINAIS.	
ELEMENTO	4.4.90.00.00.00.00.00.0110	APLICAÇÕES DIRETAS	
	105		R\$ 140.000,00
UND	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
PROJ./ATIV.	1.054	ABERTURAS DE RUAS, PAVIMENTAÇÃO URBANA E ESTRADAS VICINAIS.	
ELEMENTO	4.4.90.00.00.00.00.00.0194	APLICAÇÕES DIRETAS	
	106		R\$ 245.850,00
UND	03	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO – AMBIENTE.	
PROJ./ATIV.	2.045	MANUTENÇÃO SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO – AMBIENTE.	
ELEMENTO	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	APLICAÇÕES DIRETAS	
	34		R\$ 20.000,00
ORGÃO	03	FUNDOS MUNICIPAIS	
UND	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
PROJ./ATIV.	2.062	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PETI	

ELEMENTO	3.3.90.00.00.00. 00.00.0110	APLICAÇÕES DIRETAS	
	1	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 10.000,00
	TOTAL		R\$ 485.850,00

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014 no valor R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) da fonte de recurso próprios, e R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais), do Termo de Compromisso nº 792797/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA PROCESSO Nº 2622.1009943-42, totalizando R\$ 485.850,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta reais) para a dotação orçamentária do orçamento corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 17 de abril 2015.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 710/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO.

DECRETO Nº. 710/2015, 27 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 12, inciso IV e art. 13, § 3º, da lei nº 806/2014 de 27/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
ORGÃO	02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
UND	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
PROJ./ATIV.	2.074	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
ELEMENTO	3.3.90.00.00.00. 00.00.0110	APLICAÇÕES DIRETAS	
	135	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 53.000,00
	TOTAL		R\$ 53.000,00

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014 no valor R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais) da fonte de recurso próprios, para a dotação orçamentária do orçamento corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 27 de abril de 2015.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

RESUMO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO, 12/2015

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC, torna público aos interessados que fará realizar através do pregoeiro oficial, no dia 12 de maio de 2015 às 14h00min, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sob a égide das Leis 10520 e n.º 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, sendo o objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos de classe residencial (coleta convencional), no município de Frei Rogério.

Informações e Edital poderão ser obtidos através site: www.frei-rogerio.sc.gov.br ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-MAIL compras@freirogerio.sc.gov.br

Frei Rogério (SC), 27 de abril de 2015
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 076/2015

DECRETO N.º 076, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

REVOGA O DECRETO N.º 105, DE 30 DE JULHO DE 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto n.º 105, de 30 de julho de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 077/2015

DECRETO N.º 077, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 14, DE 24 DE ABRIL DE 2015, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 14, de 24 de abril de 2015, do Conselho Municipal de Saúde, que "Dispõe sobre a aprovação do Relatório Anual de Gestão 2014 do Conselho Municipal de Saúde", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
LEI MUNICIPAL Nº 1.690 DE 28/12/2012

Resolução nº 14 de 24 de abril de 2015.

Dispõe sobre a aprovação do Relatório Anual de Gestão 2014.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião extraordinária do dia 24 de abril de 2015, no uso de suas atribuições:

RESOLVE aprovar o Relatório Anual de Gestão 2014.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 24 de abril de 2015.

ELSITA THORSTENBERG DE ANDRADE
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

PORTARIA N.º 313/2015.

PORTARIA N.º 313, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor HONORATO TIMÓTEO PACHECO, Matrícula Funcional n.º 5554, referente a 2014/2015, no período de 12/05/2015 a 10/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

RESOLUÇÃO Nº 14/2015 CMS

Resolução nº 14 de 24 de abril de 2015.

Dispõe sobre a aprovação do Relatório Anual de Gestão 2014.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião extraordinária do dia 24 de abril de 2015, no uso de suas atribuições:

RESOLVE aprovar o Relatório Anual de Gestão 2014.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 24 de abril de 2015.

ELSITA THORSTENBERG DE ANDRADE
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 28/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 015/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 015/2015
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO MATERIAS PARA MANUTENÇÃO E EXTENSÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE GARUVA.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 12/05/2015
as 08:30 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 24 de abril de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 016/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 016/2015
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Apoios Ergonômicos para os pés, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 08/05/2015
as 08:30 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 22 de abril de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 017/2015
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de Preços para a possível aquisição de televisores, computadores, estabilizadores e nobreaks, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 11/05/2015
as 08:30 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 23 de abril de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 100/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 100/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA
CONTRATADO: RENATA VANEISSA DE SANTANA
OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NÍVEL II DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
VIGÊNCIA: 13/04/2015 A 18/12/2015
REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 462,38 (Quatrocentos e sessenta e dois reais e trinta e oito centavos).
DATA DE ASSINATURA: 09/04/2015

JOSÉ CHAVES
PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RENATA VANEISSA DE SANTANA
CONTRATADA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 101/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 101/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA
CONTRATADO: SILVIA CRISTINA DOS SANTOS
OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NÍVEL I DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
VIGÊNCIA: 15/04/2015 A 18/12/2015
REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 855,12 (Oitocentos e cinquenta e cinco reais e doze centavos).
DATA DE ASSINATURA: 14/04/2015

JOSÉ CHAVES
PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SILVIA CRISTINA DOS SANTOS
CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 97/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO
E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO
TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 97/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA
CONTRATADO: DEISE CRISTINA DA COSTA GONÇALVES
OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL
PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE SUPERVISÃO DO
MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO
VIGÊNCIA: 13/04/2015 A 18/12/2015
REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2684,43 (Dois mil seiscentos e oitenta e quatro reais e quarenta e três centavos).
DATA DE ASSINATURA: 09/04/2015

JOSÉ CHAVES
PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DEISE CRISTINA DA COSTA GONÇALVES
CONTRATADA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 98/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO
E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO
TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 98/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA
CONTRATADO: JESSICA BUENO DA ROSA
OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL
PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NÍVEL
I DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO
VIGÊNCIA: 13/04/2015 A 18/12/2015
REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 855,12 (Oitocentos e cinquenta e cinco reais e doze centavos).
DATA DE ASSINATURA: 09/04/2015

JOSÉ CHAVES
PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JESSICA BUENO DA ROSA
CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 99/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO
E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO
TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 99/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA
CONTRATADO: GISELY VIEIRA DA CUNHA
OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL
PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NÍVEL
I DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO
VIGÊNCIA: 13/04/2015 A 31/08/2015
REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1710,25 (Hum mil setecentos e dez reais e vinte e cinco centavos).
DATA DE ASSINATURA: 09/04/2015

JOSÉ CHAVES
PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GISELY VIEIRA DA CUNHA
CONTRATADA

LEI Nº 1877/2015

LEI Nº 1877, DE 22 DE ABRIL DE 2015

“Disciplina as nomeações para cargos em comissão e funções gratificadas no âmbito dos órgãos do Poder Executivo e Legislativo municipal e dá outras providências”.

JOSE CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e na conformidade do Artigo 37, Inciso X da Constituição Federal, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica vedada a nomeação para cargos em comissão ou função gratificada, no âmbito dos órgãos do Poder Executivo e Legislativo do Município de Garuva, de cidadãos enquadrados nas seguintes hipóteses:

I - os que tenham contra si julgada procedente representação formulada perante a Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, desde a decisão até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos;

II - os condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

a) contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;

b) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;

c) contra o meio ambiente e a saúde pública;

d) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

e) de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;

f) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

g) de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;

h) de redução à condição análoga à de escravo;
i) contra a vida e a dignidade sexual;
j) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;
III - os declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 08 (oito) anos;
IV - os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a decisão até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos;
V - os condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, desde a decisão até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos;
VI - os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena;
VII - os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 08 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;
VIII - os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 08 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário ou pela própria Administração;
IX - os servidores do Poder Executivo e Legislativo, que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, e que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 08 (oito) anos.
Parágrafo único: A vedação prevista no inciso II do presente artigo não se aplica aos crimes culposos, àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.
Art. 2º - Todos os atos efetuados em desobediência às vedações previstas nesta Lei serão considerados nulos a partir da entrada em vigor desta Lei.
Art. 3º - Caberá ao Poder Executivo Municipal e ao Poder Legislativo, de forma individualizada, a fiscalização de seus atos em obediência a presente lei, com a possibilidade de requerer aos órgãos competentes informações e documentos que entenderem necessários para o cumprimento de suas disposições.
Art. 4º - O nomeado ou designado para cargo em comissão ou função gratificada, obrigatoriamente antes da investidura, terá ciência das restrições aqui previstas, devendo declarar, por escrito, sob as penas da lei, não se encontrar inserido nas vedações do art. 1º.
Art. 5º - As autoridades competentes, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação da Lei, promoverão a exoneração dos ocupantes de cargos de provimento em comissão ou função gratificada que se enquadrem nas situações previstas no art. 1º e que foram nomeados antes da entrada em vigor desta Lei, sob pena de responsabilidade.
Parágrafo único. Os atos de exoneração produzirão efeitos a contar de suas respectivas publicações.
Art. 6º - As denúncias de descumprimento da presente Lei poderão ser formuladas por qualquer pessoa, por escrito ou verbalmente, caso em que deverão ser reduzidas a termo, sendo vedado, todavia, o anonimato.
§1º - A denúncia deverá ser processada mesmo se vier desacompanhada de prova ou indicação da forma como obtê-la, não podendo ser desconsiderada em qualquer hipótese, salvo quando

demonstrada de plano sua inveracidade, ou quando de má-fé o denunciante;

§2º - Encaminhada a denúncia para funcionário incompetente para conhecê-la, esta será imediatamente enviada para a autoridade competente, sob pena de responsabilidade;

§3º - A autoridade que não tomar as providências cabíveis, ou, de qualquer forma, frustrar a aplicação das disposições da presente lei, responderá pelo ato na forma da legislação municipal.

Art. 7º - A apuração administrativa a que se refere o art. 6º não excluirá a atuação do Ministério Público, das autoridades policiais e demais legitimados para o questionamento do ato respectivo.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSE CHAVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 60/2015

PORTARIA Nº. 060, de 23 de abril de 2015

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 1296/2015;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora CIBELE RODRIGUEZ.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 23 de abril de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 009/2015 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR/SC

Resolução nº 009/2015 - CMDCA

Aprova o Registro de Inscrição de Entidades Não Governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com fundamento nos art. 03 e art.11, Inciso XI, XXI da Lei Complementar Municipal nº. 1432/1993 e de conformidade com a deliberação aprovada na reunião realizada no dia 14 de abril de 2015, e no uso de suas competências:

Considerando que conforme disposição legal é assegurada com absoluta prioridade à Criança e ao Adolescente, a realização de seus direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, como dever concorrente da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público Municipal articulado aos Poderes Público Federal e Estadual;

Considerando a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, alterada pela Lei Federal nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, e levando em conta o teor dos artigos 90 e 91, que determinam, respectivamente, que as entidades governamentais e não governamentais inscrevam seus programas de proteção e socioeducativos destinados às crianças e aos adolescentes junto aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, e que as entidades não governamentais devam, como condição para o seu funcionamento, ser registradas nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Resolução do CONANDA nº 71, de 10 de Junho de 2001, que dispõe sobre o Registro de Entidades Não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Socioeducativo das Governamentais e Não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Atendimento e dá outras providências;

Considerando a Resolução do CONANDA nº 74, de 13 de setembro de 2001, que dispõe sobre o registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, e dá outras providências;

Considerando a Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, que dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando a Resolução nº 119/2006, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE;

Considerando a deliberação do CEDCA/PR nº 019/2006, que orienta sobre o registro de entidades não governamentais e a inscrição de programas junto aos conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Resolução Conjunta CONANDA/CNAS nº 01 de 18 de Junho de 2009, que estabelece Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para criança e adolescente e legislações

pertinentes;

Considerando a Resolução CMDCA nº005/2012, que regulamenta o registro de entidades não governamentais e inscrição de programas e serviços de atendimento à criança e ao adolescente de entidades governamentais e não governamentais;

Considerando, a Resolução CMDCA nº 004/2014, que regulamenta o registro de Entidades e Serviços no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelece termos e critérios de análise e dá outras providências.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o registro de inscrição das entidades não governamentais, abaixo relacionadas, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar/SC.

- 1) APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- 2) Ação Social e Cidadã

Art. 2º - O registro das entidades de atendimento não governamentais terá validade de dois anos, conforme competência estabelecida no art. 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar, obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução passa a vigorar a partir de sua publicação.

Gaspar, 22 de abril de 2015.

CAMILA SCHREIBER

Presidente do CMDCA

Gaspar - SC.



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1731

Terça-feira - 28 de Abril de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Irineópolis	45	São João do Oeste	87
Anchieta	2	Itá	46	São João do Sul	87
Antônio Carlos	3	Itaiópolis	47	São Joaquim	88
Arroio Trinta.....	4	Itapiranga.....	47	São José.....	88
Ascurra.....	4	Itapoá.....	48	São José do Cedro.....	90
Bela Vista do Toldo.....	5	Ituporanga	49	São Lourenço do Oeste.....	90
Biguaçu	5	Joaçaba.....	49	São Miguel da Boa Vista	91
Blumenau	6	Lages	52	São Miguel do Oeste.....	91
Bom Jardim da Serra	7	Laguna	52	São Pedro de Alcântara.....	92
Bom Jesus do Oeste	7	Lauro Muller	59	Schroeder.....	92
Braço do Trombudo	8	Leoberto Leal	60	Serra Alta	94
Brunópolis	9	Lindóia do Sul	60	Timbé do Sul	94
Brusque.....	9	Luzerna	61	Timbó	95
Caçador.....	12	Macieira.....	61	Três Barras	96
Camboriú.....	13	Mafra	62	Treze Tilias	97
Campo Alegre	13	Maracajá	62	Tunápolis.....	97
Campos Novos	15	Maravilha.....	63	Urussanga	98
Canoinhas.....	16	Marema.....	63	Videira.....	98
Capinzal	16	Meleiro	64	Vitor Meireles.....	100
Catanduvas.....	19	Modelo	64	Xaxim.....	101
Caxambu do Sul.....	22	Morro da Fumaça	65		
Chapadão do Lageado	23	Navegantes.....	66	Associações	
Cocal do Sul.....	23	Nova Trento	67	AMMVI	101
Concórdia	24	Novo Horizonte	68		
Cordilheira Alta	24	Orleans	68	Consórcios	
Coronel Freitas.....	25	Ouro	69	CIGA	102
Corupá	25	Ouro Verde.....	70	CIM-AMAVI.....	102
Curitibanos	26	Palhoça	70	CIMVI.....	102
Dionísio Cerqueira	30	Papanduva.....	72	CIS/AMARP.....	102
Doutor Pedrinho.....	31	Passo de Torres.....	73	CIGAMERIOS	102
Ermo	31	Passos Maia	73		
Forquilha.....	32	Paulo Lopes	74		
Fraiburgo.....	32	Penha.....	75		
Frei Rogério	34	Petrolândia	76		
Garopaba.....	34	Pinheiro Preto	77		
Garuva	35	Pomerode	78		
Gaspar	35	Ponte Serrada	79		
Governador Celso Ramos	36	Porto Belo.....	79		
Guaraciaba	37	Porto União.....	80		
Guaramirim.....	38	Pouso Redondo	81		
Guarujá do Sul	40	Presidente Castello Branco.....	81		
Herval d'Oeste	40	Presidente Nereu.....	82		
Ibiam	41	Rio do Sul.....	82		
Ilhota	41	Salto Veloso	83		
Imarui	42	Santa Cecília	84		
Imbituba	42	Santa Rosa do Sul	84		
Indaial.....	43	Santiago do Sul.....	85		
Iomerê	44	São Bento do Sul.....	85		
Ipumirim	45	São Carlos	86		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO 30/2015

ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 030/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 030/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2015

PROCESSO Nº 44/2015

LOCADOR: ASSIRES DE MELO CAMPOS

LOCATÁRIO: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

OBJETO: O LOCADOR dá em locação ao LOCATÁRIO, imóvel de sua propriedade, situado no Bairro Calheiros, Av. Bela Vista nº 13.000, para utilização da Secretaria da Educação, no Município de Governador Celso Ramos, constituído de 01 (uma) área medindo aproximadamente 1.432,93 m² sendo uma área com dimensões irregulares e constando um prédio de 02 pavimentos com área de 252 m².

Onde se lê o valor de R\$ 4.500,00 (Quatro Mil e quinhentos Reais), leia-se Valor de R\$ 4.900,00 (Quatro mil e novecentos Reais).

Governador Celso Ramos, 27 de abril de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº041/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2015

Ata de Registro de Preços nº 41/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

CONTRATADO: - DALMONIR DOS SANTOS FILHO ME.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 13 de abril de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº042/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2015

Ata de Registro de Preços nº 42/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL nº 022/2015

PROCESSO nº 040/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

CONTRATADO: - THIAGO BERNARDINO DA SILVA -ME.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, DO TIPO SPLIT,

INCLUINDO AS INSTALAÇÕES DAS PARTES ELÉTRICAS, DRENOS E DEMAIS SERVIÇOS DE ESTRUTURA E ACABAMENTOS PARA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 27 de abril de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº043/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2015

Ata de Registro de Preços nº 43/2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL nº 022/2015

PROCESSO nº 040/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

CONTRATADO: - THIAGO BERNARDINO DA SILVA -ME.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, DO TIPO SPLIT, INCLUINDO AS INSTALAÇÕES DAS PARTES ELÉTRICAS, DRENOS E DEMAIS SERVIÇOS DE ESTRUTURA E ACABAMENTOS PARA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 27 de abril de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015

PROCESSO Nº 01/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
CONTRATADO: - NOVOTETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ROBERTO MANOEL CALLADO LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 15 de abril de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2015
CARTA CONVITE Nº 12/2015
PROCESSO Nº 36/2015
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
CONTRATADO: - EUROBAC SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA - ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 15 de abril de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2015
CARTA CONVITE Nº 11/2015
PROCESSO Nº 09/2015
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
CONTRATADO: - MECANICA ALHO LTDA - ME.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO DA FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 15 de abril de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2015

Extrato de Contrato Nº 034/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 034/2015
CARTA CONVITE Nº 015/2015
PROCESSO Nº 39/2015

EMPRESA CONTRATADA: GESTÃO PUBLICA CONSULTORES ASSOCIADOS-EPP
OBJETO DO CONTRATO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA ÀS UNIDADES GESTORAS DO MUNICÍPIO NA EXECUÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS RELACIONADOS À GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS, PROCESSOS LICITATÓRIOS, CONTRATOS, COMPRAS, ASSINATURAS DE CONVÊNIOS E ACORDOS, ELABORAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LEIS, DECRETOS E PORTARIAS, ENTRE OUTROS DESENVOLVIDOS NO COTIDIANO DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Valor do contrato: R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)

Governador Celso Ramos, 22 de abril de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2015

Extrato de Contrato Nº 035/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2015
CARTA CONVITE Nº 014/2015
PROCESSO Nº 38/2015

EMPRESA CONTRATADA: ALL LUX SERVIÇOS COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA - ME
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA E CISTERNAS DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Valor do contrato: R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais)

Governador Celso Ramos, 23 de abril de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2015

Extrato de Contrato Nº 036/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2015
CARTA CONVITE Nº 013/2015
PROCESSO Nº 37/2015

EMPRESA CONTRATADA: DEHIDRO SANEAMENTO LTDA - ME
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HIDROJATEAMENTO PARA A DESOBSTRUÇÃO DA REDE PLUVIAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC PARA MANUTENÇÃO DAS RODOVIAS
Valor do contrato: R\$ 34.775,00 (Trinta e quatro mil setecentos e setenta e cinco reais).

Governador Celso Ramos, 24 de abril de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal.

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO 01.2015 CONTRATO 29.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad 01/2015 - Contrato Nº: 29/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
Contratada...: INDUMAR INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUS
Valor : 2.698,41 (dois mil seiscentos e noventa e oito reais e quarenta e um centavos)
Vigência : Início: 27/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE FERRO (CHAPA DE FERRO) E SERVIÇOS PARA CONserto DA CAÇAMBA DO CAMINHÃO CARGO 2622 PLACA MDT 8025 ONDE A CAÇAMBA ESTA TORTA E APRESENTA RACHADURAS NAS TRAVESSAS E ASSOALHO NÃO VASCULANDO MAIS, NECESSITA DE CONserto PARA DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS.

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS 56.2015 PMGBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2015
PROCESSO Nº 56/2015 HOMOLOGAÇÃO: 27/04/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS(ROCADEIRA, CARRINHO DE MÃO, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, RASTELO, ENTRE OUTROS) PARA SER UTILIZADO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE EM ATIVIDADES DE PAISAGISMO(CORTE DE GRAMA, LIMPEZA EXTERNA, PODA DE ÁRVORES,ETC..) NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS(CARRINHO DE MÃO, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, RASTELO, ENTRE OUTROS) PARA SER UTILIZADO NO DEPTO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS EM ATIVIDADES DE PAISAGISMO(CORTE DE GRAMA E OUTRO

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.182,00 (um mil cento e oitenta e dois reais)

CONTRATADO: AGROVETERINARIA PRINCESA LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.586,10 (três mil quinhentos e oitenta e seis reais e dez centavos)

=====

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 54.15 AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE AGASALHOS (EDUCAÇÃO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº54/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 67/15, Edital de Pregão Presencial Nº 54/15, Objeto: AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE AGASALHOS (UNIFORMES); recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 11/05/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 11/05/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 27 de abril de 2015.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 55.15 GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº55/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 68/15, Edital de Pregão Presencial Nº 55/15, Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios para alunos das escolas da rede municipal de ensino e materiais de higiene e limpeza para uso nas escolas do ensino fundamental e infantil; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 11/05/15; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 11/05/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 27 de abril de 2015.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 01.15 ELABORAÇÃO PROJETO ESGOTO SANITÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº01/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 35/15, Edital de Tomada de Preços Nº 01/15, Objeto: contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico do sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário; recebimento de propostas até às 10:30 horas do dia 18/05/15; a abertura do Edital será às 10:30 horas do dia 18/05/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 27 de abril de 2015.
Sirlei Maria Scalco Ceretta,
Ordenadora do FMS

**MINUTA EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 04.15
REFORMA DE SANITARIOS, SALA DIREÇÃO E
RAMPAS DA ESCOLA PADRE ALFREDO KASPER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABASC,
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº04/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, através do Fundo Municipal de Saúde, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 66/15, Edital de Tomada de Preços Nº 04/15, Objeto: contratação de empresa de engenharia para reforma de sanitários, sala da direção e rampas de acessibilidade na escola municipal Padre Alfredo Kasper; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 18/05/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 18/05/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 27 de abril de 2015.
Roque Luiz meneghini,
Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO PROCESSO 47.2015 PP 41.2015 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

CNPJ: 82.821.216/00001-82

RUA ADEMAR DE BARROS, Nº85

CEP: 89920-000 GUARACIABA - SC

Pregão Presencial Nº41/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nr.: 47/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE BIBLIOTECA COM 315 VOLUMES DESTINADAS A UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E AQUISIÇÃO DE BIBLIOTECA COM 317 VOLUMES DESTINADAS A UNIDADE DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO QUE SERÃO UTILIZADAS COMO INCENTIVO A LEITURA, CONSIDERANDO QUE É UMA FONTE DE DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL DA CRIANÇA.

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 06/2015

O prefeito Municipal, Senhor Roque Luiz Meneghini no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com amparo no Art. 49 da Lei 8.666/93, e tendo em vista que não acudiu interessados em fornecer BIBLIOTECA COM 315 VOLUMES DESTINADAS A EDUCAÇÃO INFANTIL E BIBLIOTECA COM 317 VOLUMES DESTINADAS A EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO resolve: "Revogar o Processo Licitatório instaurado pelo município de Guaraciaba-SC, sob o nº 47/2015 - Modalidade Pregão Presencial nº 41/2015, tendo em vista que não acudiu interessados.

PUBLIQUE-SE.

GUARACIABA, 27 de abril de 2015.
ROQUE LUIZ MENEGHINI,
PREFEITO MUNICIPAL

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO 5 CHAMADA MERENDA 03 2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE CHAMADA DE
AMOSTRAS DE
LICITAÇÃO

Edital: Pregão – Registro de Preços - 03/2015

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR.

5º CHAMADA

Conforme Ordem de Classificação, fica as empresas, itens e valores relacionados abaixo, a apresentarem suas amostras de produtos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis , ou seja 24 de Abril de 2015 até as 16:00 na Secretaria de Educação de Guaramirim :

ITEM 20 CARNE DE AVE/FRANGO CONGELADA, TIPO COXA E SOBRECOXA, COM COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (ROSADA). CONGELADA, POR ISSO DEVE ESTAR COMPACTA COMO PEDRA DE GELO E CONSERVADA EM EQUIPAMENTO ADEQUADO ATÉ O MOMENTO DA ENTREGA. NÃO DEVE ESTAR AMOLECIDA, NEM PEGAJOSA. NÃO DEVE APRESENTAR OUTROS CORTES ALÉM DE COXA E SOBRECOXA. TAMBÉM NÃO DEVE APRESENTAR PONTOS OU MANCHAS ESVERDEADAS. A QUANTIDADE DE GELO NO INTERIOR DA EMBALAGENS NÃO DEVE SER EXCESSIVA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, TIPO DA CARNE, DATA DE fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Registro de inspeção animal municipal ou estadual ou federal (SIM ou SIE ou SIF- Ministério da Agricultura.

COMERCIAL STORINNY LTDA ME - 8.500 KG R\$ 4,89

ITEM 21 CARNE DE AVE/FRANGO - TIPO PEITO DE FRANGO SEM OSSO. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (ROSADA). CONGELADO, POR ISSO DEVE ESTAR COMPACTO COMO PEDRA DE GELO E CONSERVADO EM EQUIPAMENTO ADEQUADO ATÉ O MOMENTO DA ENTREGA. A CARNE NÃO DEVE ESTAR AMOLECIDA, NEM PEGAJOSA. TAMBÉM NÃO DEVE APRESENTAR PONTOS OU MANCHAS ESVERDEADAS. A QUANTIDADE DE GELO NO INTERIOR DA EMBALAGEM DEVE RESPEITAR OS LIMITES MÁXIMOS ESTIPULADOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, TIPO DA CARNE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL. Registro de inspeção animal municipal ou estadual ou federal (SIM ou SIE ou SIF- Ministério da Agricultura).

COMERCIAL STORINNY LTDA ME - 7.500 KG R\$ 7,98

ITEM 22 CARNE BOVINA MOÍDA CONGELADA (POSTA VERMELHA). EMBALAGEM CONTENDO 1 KG. DEVE APRESENTAR BAIXO TEOR DE GORDURA. COLORAÇÃO VERMELHA INTENSA E ODOR CARACTERÍSTICO DE CARNE FRESCA (AGRADÁVEL). ISENTA DE OSSO, CARTILAGEM, NERVO, PELE, COURO, DEMAIS APARAS OU PÊLOS. LIVRE DE EXCESSIVOS PONTOS BRANCOS, POIS ESTES INDICAM ELEVADA QUANTIDADE DE GORDURA. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE. RÓTULO INDICANDO A PROCEDÊNCIA, TIPO DE CARNE, LOTE, PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. REGISTRO DE INSPEÇÃO ANIMAL MUNICIPAL OU

ESTADUAL OU FEDERAL (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA).
COMERCIAL STORINNY LTDA ME - 7.000 KG R\$ 11,98

ITEM 23 CARNE BOVINA EM PEDAÇOS (MÚSCULO TRASEIRO). CARNE CONGELADA, SENDO DIVIDIDA EM CUBOS PEQUENOS. EMBALAGEM CONTENDO 1 KG. DEVE APRESENTAR BAIXO TEOR DE GORDURA. COLORAÇÃO VERMELHO INTENSA E ODOR CARACTERÍSTICO DE CARNE FRESCA (AGRADÁVEL). ISENTA DE OSSO, CARTILAGEM, NERVO, PELE, COURO, DEMAIS APARAS OU PÊLOS. LIVRE DE QUANTIDADE EXCESSIVA DE GORDURA. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE. RÓTULO INDICANDO A PROCEDÊNCIA, TIPO DE CARNE, LOTE, PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. REGISTRO DE INSPEÇÃO ANIMAL MUNICIPAL OU ESTADUAL OU FEDERAL (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA).
COMERCIAL STORINNY LTDA ME - 4.800 KG R\$ 12,98

ITEM 24 CARNE SUÍNA. PALETA SUÍNA CONGELADA, DIVIDIDA EM CUBOS PEQUENOS E SEM PELE. EMBALAGEM CONTENDO 1KG. COLORAÇÃO ROSADA E ODOR CARACTERÍSTICO DE CARNE FRESCA (AGRADÁVEL). ISENTA DE OSSO, CARTILAGEM, NERVO, PELE, COURO E DEMAIS APARAS OU PÊLOS. LIVRE DE QUANTIDADE EXCESSIVA DE GORDURA. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE. RÓTULO INDICANDO A PROCEDÊNCIA, TIPO DE CARNE, LOTE, PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. REGISTRO DE INSPEÇÃO ANIMAL MUNICIPAL OU ESTADUAL OU FEDERAL (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA).
JOSE MARTINI NETO SUPERMERCADO MARTINI EIRELI - 3.900 KG UN R\$ 12,20

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-4433

GUARAMIRIM (SC), 22/04/2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO 29/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 29/2015
Processo Licitatório: 29/2015
Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLOTAGEM E CÓPIA DE PROJETOS (PRETO/BRANCO E COLORIDO).

Entrega dos Envelopes: 13/05/2015 às 09h00min
Abertura dos Envelopes: 13/05/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 27 de abril de 2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 455/2015

DECRETO Nº. 455/2015
Designa Fiscal e Gestor do Contrato nº. 34/2012-PMG.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto nº. 435/2015, que dispõe sobre o Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas;

Considerando os termos do Processo Licitatório nº. 53/2012-PMG, que tem por objeto a pavimentação da Rua Guilherme Tomelin;

Considerando o Contrato nº. 34/2012-PMG, celebrado entre o Município de Guaramirim e a empresa Paviplan Pavimentação Ltda.;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designada a servidora pública municipal Ana Beatriz Schier, matrícula 281093, Arquiteta, como fiscal e Diogo Junckes, matrícula 197440, Secretário de Infraestrutura, como gestor do contrato nº. 34/2012-PMG, firmado em decorrência da Concorrência nº. 53/2012-PMG, com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art. 2º. Ao fiscal do contrato caberá a execução técnica das funções designadas no Decreto nº. 435/2015 e no artigo 67 da Lei 8.666/1993, garantindo a qualidade na execução do objeto contratado.

Art. 3º. Ao gestor do contrato caberá executar as funções designadas no Decreto nº. 435/2015, priorizando o atendimento às necessidades do Município, de forma eficiente e econômica.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 456/2015

DECRETO Nº. 456/2015

Designa Fiscal e Gestor do Contrato nº. 25/2013-FMS.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto nº. 435/2015, que dispõe sobre o Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas;

Considerando os termos do Processo Licitatório nº. 22/2013-FMS, que tem por objeto a construção do posto de saúde do Bairro Guamiranga;

Considerando o Contrato nº. 25/2013-FMS, celebrado entre o Município de Guaramirim e a empresa MD Arquitetura e Construção Ltda.;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designada a servidora pública municipal Ana Beatriz Schier, matrícula 281093, Arquiteta, como fiscal e Jair Tomelin, matrícula 244686, Secretário de Saúde, como gestor do contrato nº. 25/2013-FMS, firmado em decorrência da Tomada de Preços nº. 22/2013-FMS, com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art. 2º. Ao fiscal do contrato caberá a execução técnica das funções designadas no Decreto nº. 435/2015 e no artigo 67 da Lei 8.666/1993, garantindo a qualidade na execução do objeto contratado.

Art. 3º. Ao gestor do contrato caberá executar as funções designadas no Decreto nº. 435/2015, priorizando o atendimento às necessidades do Município, de forma eficiente e econômica.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 457/2015

DECRETO Nº. 457/2015

Designa Fiscal e Gestor do Contrato nº. 40/2012-PMG.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto nº. 435/2015, que dispõe sobre o Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas;

Considerando os termos do Processo Licitatório nº. 79/2012-PMG, que tem por objeto a construção do CEI do Bairro Amizade;

Considerando o Contrato nº. 40/2012-PMG, celebrado entre o Município de Guaramirim e a empresa Rocha Empreendimentos Ltda.;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designada a servidora pública municipal Kenia Zimmermann, matrícula 195820, Engenheira Civil, como fiscal e Cláudia Roberta Chiodini, matrícula 235318, Secretária de Educação, como gestora do contrato nº. 40/2012-PMG, firmado em decorrência da Tomada de Preços nº. 79/2012-PMG, com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art. 2º. Ao fiscal do contrato caberá a execução técnica das funções designadas no Decreto nº. 435/2015 e no artigo 67 da Lei 8.666/1993, garantindo a qualidade na execução do objeto contratado.

Art. 3º. Ao gestor do contrato caberá executar as funções designadas no Decreto nº. 435/2015, priorizando o atendimento às necessidades do Município, de forma eficiente e econômica.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 458/2015

DECRETO Nº. 458/2015

Designa Fiscal e Gestor do Contrato nº. 43/2014-PMG.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto nº. 435/2015, que dispõe sobre o Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas;

Considerando os termos do Processo Licitatório nº. 40/2014-PMG, que tem por objeto a ampliação e reforma do CEI Roseli Ullmann;

Considerando o Contrato nº. 43/2014-PMG, celebrado entre o Município de Guaramirim e a empresa Engevale Construtora Ltda. - ME;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designada a servidora pública municipal Kenia Zimmermann, matrícula 195820, Engenheira Civil, como fiscal e Cláudia Roberta Chiodini, matrícula 235318, Secretária de Educação, como gestora do contrato nº. 43/2014-PMG, firmado em decorrência da Tomada de Preços nº. 40/2014-PMG, com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art. 2º. Ao fiscal do contrato caberá a execução técnica das funções designadas no Decreto nº. 435/2015 e no artigo 67 da Lei 8.666/1993, garantindo a qualidade na execução do objeto contratado.

Art. 3º. Ao gestor do contrato caberá executar as funções designadas no Decreto nº. 435/2015, priorizando o atendimento às necessidades do Município, de forma eficiente e econômica.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 459/2015

DECRETO Nº. 459/2015

Designa Fiscal e Gestor do Contrato nº. 15/2013-PMG.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto nº. 435/2015, que dispõe sobre o Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas;

Considerando os termos do Processo Licitatório nº. 98/2012-PMG, que tem por objeto a construção da ponte no Putanga

Considerando o Contrato nº. 15/2013-PMG, celebrado entre o Município de Guaramirim e a empresa BTN Construtora de Obras Ltda.;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o servidor público municipal Frank Ricardo de Oliveira, matrícula 223166, Engenheiro Civil, como fiscal e Diogo Junckes, matrícula 197440, Secretário de Infraestrutura, como gestor do contrato nº. 15/2013-PMG, firmado em decorrência da Tomada de Preços nº. 40/2014-PMG, com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art. 2º. Ao fiscal do contrato caberá a execução técnica das funções designadas no Decreto nº. 435/2015 e no artigo 67 da Lei 8.666/1993, garantindo a qualidade na execução do objeto contratado.

Art. 3º. Ao gestor do contrato caberá executar as funções designadas no Decreto nº. 435/2015, priorizando o atendimento às necessidades do Município, de forma eficiente e econômica.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 460/2015

DECRETO Nº. 460/2015

Designa Fiscal e Gestor do Contrato nº. 46/2011-PMG.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto nº. 435/2015, que dispõe sobre o Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas;

Considerando os termos do Processo Licitatório nº. 17/2011-PMG, que tem por objeto a pavimentação da Rua Romão Getnerski;

Considerando o Contrato nº. 46/2011-PMG, celebrado entre o Município de Guaramirim e a empresa Paviplan Pavimentacao Ltda.;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o servidor público municipal Frank Ricardo de Oliveira, matrícula 223166, Engenheiro Civil, como fiscal e Diogo Junckes, matrícula 197440, Secretário de Infraestrutura, como gestor do contrato nº. 46/2011-PMG, firmado em decorrência da Tomada de Preços nº. 17/2011-PMG, com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art. 2º. Ao fiscal do contrato caberá a execução técnica das funções designadas no Decreto nº. 435/2015 e no artigo 67 da Lei 8.666/1993, garantindo a qualidade na execução do objeto contratado.

Art. 3º. Ao gestor do contrato caberá executar as funções designadas no Decreto nº. 435/2015, priorizando o atendimento às necessidades do Município, de forma eficiente e econômica.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 461/2015

DECRETO Nº. 461/2015

Designa Fiscal e Gestor do Contrato nº. 07/2012-PMG.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto nº. 435/2015, que dispõe sobre o Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas;

Considerando os termos do Processo Licitatório nº. 05/2012-PMG, que tem por objeto a pavimentação da Rua Hervino Henemann;

Considerando o Contrato nº. 07/2012-PMG, celebrado entre o Município de Guaramirim e a empresa Paviplan Pavimentacao Ltda.;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o servidor público municipal Frank Ricardo de Oliveira, matrícula 223166, Engenheiro Civil, como fiscal e Diogo Junckes, matrícula 197440, Secretário de Infraestrutura, como gestor do contrato nº. 07/2012-PMG, firmado em decorrência da Tomada de Preços nº. 05/2012-PMG, com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art. 2º. Ao fiscal do contrato caberá a execução técnica das funções designadas no Decreto nº. 435/2015 e no artigo 67 da Lei 8.666/1993, garantindo a qualidade na execução do objeto contratado.

Art. 3º. Ao gestor do contrato caberá executar as funções designadas no Decreto nº. 435/2015, priorizando o atendimento às necessidades do Município, de forma eficiente e econômica.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 462/2015

DECRETO Nº. 462/2015
Designa Fiscal e Gestor do Contrato nº. 34/2014-PMG.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto nº. 435/2015, que dispõe sobre o Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas;

Considerando os termos do Processo Licitatório nº. 62/2014-PMG, que tem por objeto a construção do Ginásio Osvaldo Klein;

Considerando o Contrato nº. 07/2012-PMG, celebrado entre o Município de Guaramirim e a empresa Engevale Construtora Ltda. - ME;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o servidor público municipal Frank Ricardo de Oliveira, matrícula 223166, Engenheiro Civil, como fiscal e Romeu Butschardt Junior, matrícula 281840, Secretário de Esporte e Lazer, como gestor do contrato nº. 34/2014-PMG, firmado em decorrência da Tomada de Preços nº. 62/2014-PMG, com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art. 2º. Ao fiscal do contrato caberá a execução técnica das funções designadas no Decreto nº. 435/2015 e no artigo 67 da Lei 8.666/1993, garantindo a qualidade na execução do objeto contratado.

Art. 3º. Ao gestor do contrato caberá executar as funções designadas no Decreto nº. 435/2015, priorizando o atendimento às necessidades do Município, de forma eficiente e econômica.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 463/2015

DECRETO Nº. 463/2015
Designa Fiscal e Gestor do Contrato nº. 24/2014- FMS.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto nº. 435/2015, que dispõe sobre o Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas;

Considerando os termos do Processo Licitatório nº. 35/2014- FMS, que tem por objeto a construção do posto de saúde do Bairro Bananal do Sul;

Considerando o Contrato nº. 24/2014- FMS, celebrado entre o Município de Guaramirim e a empresa MD Arquitetura e Construção Ltda.;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o servidor público municipal Frank Ricardo de Oliveira, matrícula 223166, Engenheiro Civil, como fiscal e Jair Tomelin, matrícula 244686, Secretário de Saúde, como gestor do contrato nº. 24/2014-FMS, firmado em decorrência da Tomada de Preços nº. 35/2014- FMS, com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art. 2º. Ao fiscal do contrato caberá a execução técnica das funções designadas no Decreto nº. 435/2015 e no artigo 67 da Lei 8.666/1993, garantindo a qualidade na execução do objeto contratado.

Art. 3º. Ao gestor do contrato caberá executar as funções designadas no Decreto nº. 435/2015, priorizando o atendimento às necessidades do Município, de forma eficiente e econômica.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 464/2015

DECRETO Nº. 464/2015
Designa Gestor e Fiscal do Contrato nº. 69/2014-PMG.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no artigo 67 §§ 1º e 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

Considerando os termos do Processo Licitatório nº. 125/2014-PMG, que tem por objeto a aquisição de caminhão;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado como gestor e fiscal do contrato nº. 69/2014-PMG, o Sr. Diogo Junckes, matrícula 197440, Secretário de Infraestrutura, para afiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do contrato firmado em decorrência do Pregão nº. 125/2014-PMG, celebrado entre o Município de Guaramirim e a Empresa Maiochi Veiculos Ltda.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 465/2015

DECRETO Nº. 465/2015

Designa Gestor e Fiscal do Contrato nº. 08/2015-FMS.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no artigo 67 §§ 1º e 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

Considerando os termos do Processo Licitatório nº. 08/2015-FMS, que tem por objeto o custeio de 20 (vinte) sessões de eletroconvulsoterapia, juntamente com a internação hospitalar em acomodação apartamento, junto ao Hospital Santa Catarina de Blumenau/SC, em favor do paciente Leandro Ervin Fiamoncini, conforme determinação nos Autos nº. 0300176-57.2015.8.24.0026, da 2ª Vara da Comarca de Guaramirim/SC;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o servidor público municipal Adriana Rampon Stanguerlin de Andrade, matrícula 265810, Gerente de Planejamento e Gestão do Serviço de Saúde, como fiscal e Jair Tomelin, matrícula 244686, Secretário de Saúde, como gestor, do contrato nº. 08/2015-FMS, firmado em decorrência da Inexigibilidade de Licitação nº. 08/2015-FMS, celebrado entre o Município de Guaramirim e o Hospital Santa Catarina Blumenau.

Art. 2º. Ao fiscal do contrato caberá a fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do contrato, garantindo a qualidade na execução do objeto contratado.

Art. 3º. Ao gestor do contrato caberá o acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do contrato, priorizando o atendimento às necessidades do Município, de forma eficiente e econômica.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - PREF 16**

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

ATO EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Guarujá do Sul/SC. CONTRATADA: MAN LATIN AMÉRICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. CNPJ: 06.020.318/0001-10. VALOR TOTAL: R\$ 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais). ASSINATURA: 06 de fevereiro de 2015. OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino e demais entidades autorizadas, de acordo com a legislação específica vigente, na União, Estados, Distrito Federal e Municípios para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2015. VIGENCIA: 05 de fevereiro de 2016.

Guarujá do Sul/SC, 06 de fevereiro de 2015.

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES DE GUARUJÁ DO SUL**1ª RETIFICAÇÃO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015**

* 1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Sr. ALCIONE ROBERTO STRAUB, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Complementar Municipal nº 19/2014 e alterações posteriores com obediência à Lei Orgânica do Município e suas atualizações e Art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, TORNA PÚBLICO aos interessados, que o edital do Concurso Público nº 001/2015 sofre retificação no que se refere INCLUSÃO das Atribuições do Cargo de Auxiliar Legislativo, mais precisamente no Anexo III - Atribuições do cargo conforme abaixo especificado:

ANEXO III**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015****ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****AUXILIAR LEGISLATIVO:**

- Redigir ou participar da redação de projetos de lei, resoluções, atas, ofícios, memorandos, editais, requerimentos, correspondências, pareceres e demais documentos de circulação interna e externa
- Acompanhar as reuniões plenárias fazendo o registro das mesmas; realizando quando solicitado, a transcrição e supervisão das gravações das atas de reuniões das comissões e das sessões plenárias;
- Proceder ao cadastramento de todo o trâmite das proposições e projetos e leis;
- Coletar assinatura dos integrantes da mesa diretora e dos demais parlamentares nas atas e demais proposições e documentos;
- Responder pela guarda do Livro de Atas e de outros documentos

da Casa Legislativa;

- Selecionar e arquivar processos, leis, publicações, atos normativos, atos administrativos e documentos diversos segundo normas preestabelecidas;
- Controlar o expediente recebido e expedido pela Câmara;
- Protocolar as proposições dos Vereadores e demais documentos recebidos e expedidos;
- Autenticar documentos e preencher fichas de registro para formar processos, encaminhando-os às unidades ou aos superiores competentes;
- Proceder a pesquisas da legislação federal, estadual e municipal;
- Organizar o sistema de referência e de índices necessários à pronta localização de documentos;
- Realizar serviços de natureza administrativa, burocrática e outras atividades correlatas;
- Executar serviços administrativos de maior complexidade sempre que necessário;
- Zelar pela manutenção de máquinas e equipamentos sob sua responsabilidade;
- Operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos;
- Desempenhar os demais serviços de secretaria.

As demais informações constantes no referido edital permanecem inalteradas.

Guarujá do Sul (SC), 27 de abril de 2015.

ALCIONE ROBERTO STRAUB

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Guarujá do Sul - SC

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 570/2015

PORTARIA Nº 570/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora EUGÊNIA BUCCO (Matr. 1358), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Administrador de Saúde Pública, Nível - 12/1, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de dezembro de 2012 e 15 de março de 2014, para serem gozadas a partir de 27 de abril de 2015 a 26 de maio de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 27 de Abril de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

Ibiam**PREFEITURA****EDITAL SME 04/2015**

EDITAL SME-004/2015

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DE RELAÇÃO PARCIAL DE ALUNOS QUE FORAM CONTEMPLADOS COM BOLSA DE ESTUDO DE ACORDO COM O EDITAL SME-001/2015 REFERENTE AS INSCRIÇÕES REALIZADOS NO PERÍODO DE 01/04/15 E 15/04/15.

De acordo com o item 4, "e" do Edital nº SME-001/2015 a Secretaria Municipal da Educação, após análise da documentação e aprovação, publica a relação de alunos que tiveram deferido o requerimento de concessão de Bolsa de Estudos, e foram contemplados com Bolsa de Estudo:

1. Daniel Lutkmeyer Gonzatto;
2. Natália da Silva Matos Borsoi;
3. Silvia Cristiane Tescke Coelli;
4. Micheli Tescke Coelli;
5. Marcia Fattori Ceroni;
6. John Lenon Centofante Romanatto;
7. Laurize Manelly B. Tragancin;
8. Diego da Silva Guindani;
9. Carolina D. Rinaldi;
10. Felipe Dissegna da Costa;
11. Ana Cleia Costa de Oliveira;
12. Cezar Augusto Fontana Cardoso;
13. Gabriela Padilha Campanharo.

Considerando que o Edital SME-002/2015, prorrogou o prazo de inscrição até o dia 30 de abril de 2015, poderá existir novas concessões de bolsa, que serão objetos de divulgação em outro Edital. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

E, para que chegue ao conhecimento de todos determinou-se a expedição do presente Edital.

Ibiam, 27 de abril de 2015.

Luciana Trevisol Balen

Secretária Municipal da Educação

RESOLUÇÃO 03 2015 - FMS

RESOLUÇÃO Nº 03/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 063, de 10 de novembro de 1997.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária do dia 23 de Abril de 2015 e Ata nº 141.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o RDQA (Relatório Detalhado Quadrimestral Anual) do 1º, 2º e 3º Quadrimestre de 2014;

Art.2º Aprovar o SARGSUS (Relatório Anual de Gestão 2014)

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMpra-SE.

IBIAM-SC 27 DE ABRIL DE 2015.

ARLETE DURIGON LIZOT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Ibiam

Homologada em: 27/03/2015

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal de Ibiam

Publicação e Registro:

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO TP 006 - 2015 PMI - LUIZ LEAL E LUIZ PONTALDI

PROCESSO Nº. 118/2015 TOMADA DE PREÇO Nº. 6/2015 Prefeitura Municipal de Ilhota	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - POR LOTE
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E DRENAGEM PLUVIAL NAS RUAS LUIZ LEAL (LOTE 1) E LUIZ PONTALDI (LOTE 2), DE ACORDO COM O TERMO DE COMPROMISSO Nº 798174/2013 - MINISTÉRIO DAS CIDADES, CONVÊNIO 1012034-12/2013, conforme Edital e seus anexos.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 15/05/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 15/05/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.	

VALMOR BERTELLI JÚNIOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES
Ilhota, 28 de abril de 2015.

DECRETO 63 2015

Decreto nº 63, de 07 de abril de 2015.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO PRESENTE EXERCÍCIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei nº 4.320, de 17/03/64, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1784, de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º- Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial, no valor de R\$ 245.850,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta reais), por conta do excesso de arrecadação, conforme abaixo demonstrado:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DMER
Atividade: 1.005 - PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS,

REURBANIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO

Elemento:()4.4.90.00.00.00.00.01.0034 - Aplicações Diretas ..
..... R\$ 245.850,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como recursos para as atividades criadas no artigo 1º deste decreto, o resultado do excesso de arrecadação do exercício corrente conforme quadro anexo I:

I - Recurso de Transferência de Convênio União nº 1012034-12/2013 R\$ 245.850,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

--	--

Ilhota, 07 de abril de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

ANEXO I

Recurso de Transferência de Convênio União nº 1012034-12/2013:

Nome da Fonte de Recursos	Valores apurados
Convênio Federal Fonte: 34 – Transferências de Convênios – União	
Arrecadação	0.00
Provável Arrecadação	245.850,00
Total	245.850,00
Previsão orçamentária para o exercício de 2015	0,00
= Total do provável excesso de arrecadação	245.850,00

DANIEL CHRISTIAN BOSI Prefeito Municipal	MARCIO ALEXANDRE DOS SANTOS Contador CRC SC 030821-02
---	--

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº. 035, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº. 035, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2015, EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar abaixo descrito, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 865.005,29 (oitocentos e sessenta e cinco mil, cinco reais e vinte e nove centavos) conforme segue:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.104	MANUTENÇÃO DO PAB-FIXO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.064	Aplicações Diretas	15.823,40
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00		0.6.064	Aplicações Diretas	37.830,39
PROJ/ATIV. – 2.106	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.064	Aplicações Diretas	487,92
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00		0.6.064	Aplicações Diretas	15.943,23
PROJ/ATIV. – 2.109	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CO-FINANCIAMENTO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.023	Aplicações Diretas	131.683,88
PROJ/ATIV. – 2.110	MANUTENÇÃO DO NASF			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00		0.6.064	Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.064	Aplicações Diretas	4.383,91
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.023	Aplicações Diretas	13.913,53
PROJ/ATIV. – 2.111	MANUTENÇÃO DO PMAQ			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00		0.6.064	Aplicações Diretas	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.064	Aplicações Diretas	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00		0.6.064	Aplicações Diretas	60.505,65
UNIDADE – 14.03	VIGILANCIA EM SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.112	PISO FIXO DE GIVILANCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE-PSVPS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.066	Aplicações Diretas	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00		0.6.066	Aplicações Diretas	14.067,44
PROJ/ATIV. – 2.113	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA VIGILANCIA SANITARIA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.066	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00		0.6.066	Aplicações Diretas	7.905,33
UNIDADE – 14.04	ASSISTENCIA FARMACEUTICA			
PROJ/ATIV. – 2.114	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA FARMACIA BÁSICA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor

3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.023	Aplicações Diretas	46.223,95
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.067	Aplicações Diretas	2.751,34
UNIDADE – 14.05	MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
PROJ/ATIV. – 2.115	TETO MANUCIPAL MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		0.6.065	Aplicações Diretas	63.485,32
Total Suplementação			865.005,29	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos proveniente de superávit financeiro conforme descrito abaixo:

Recurso	Descrição	Valor
0.6.023	Superávit – Transferência de Convênios - Saúde	191.821,36
0.6.064	Superávit – Atenção Básica	534.974,50
0.6.065	Superávit – Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	63.485,32
0.6.066	Superávit – Vigilância em Saúde	71.972,77
0.6.067	Superávit – Assistência Farmácia Básica	2.751,34
Total Suplementação		865.005,29

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2013-2016 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 27 de abril de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 036, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº. 036, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, exercício 2014, na importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	24	1.000	Aplicações Diretas	80.000,00
Total Suplementação			80.000,00	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito especial disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	22	1.000	Aplicações Diretas	80.000,00
Total Suplementação			80.000,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2013-2016 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 27 de abril de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 054/2015

EDITAL SEAGP Nº 054/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015, divulgado através do Edital nº 005/2015, de 12 de março de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 05/2015, de 31 de março de 2015, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 005/2015, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 27 de Abril a 27 de Maio de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 27 de abril de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 054/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Auxiliar Cuidador/Educador
Claudete Rodrigues da Rosa

PORTARIA PMI/GGP Nº 256/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 256, de 27 de abril de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 12 de abril de 2012, através do Concurso Público Edital - 01/2011 e PORTARIA DGP/SEAGP N.º 079/2012, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Josiane Natália Pacheco dos Santos	Servente Merendeira 40h	017.914.099-03	24/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 27 de abril de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 257/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 257, de 27 de abril de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora ZILDA BÁRBARA DARCY ANDRADE, Auxiliar de Enfermagem, inscrita no CPF sob o n.º 989.700.547-15, admitida em 05 de janeiro de 1995, contrato nº 588, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	15.05.2015 a 13.06.2015 06.07.2015 a 04.08.2015 03.11.2015 a 02.12.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 258/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 258, de 27 de abril de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Tilda Campos David	Servente Merendeira	006.054.520-83	27/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CANCELA PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEMUSA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica anulado o Processo Licitatório nº 26/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 21/2015, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 28 de abril de 2015.

Dilson Petrassen Junior

Pregoeiro Oficial

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1374/15

. DECRETO Nº 1374/15

. De 22 de abril de 2015

Anula e Suplementa no Orçamento do Município

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5145, de 22/04/2015,

DECRETA,

Art. 1º - Fica anulado o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para Abertura de Crédito Adicional Especial a Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
04.001.0004.0126.0004.2065.3339000000000000	01000000	35.000,00

Art. 2º - Fica aberto no orçamento vigente da MUNICIPIO DE INDIAIAL, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 35.000,00 conforme segue:

Dotação	Vínculo	Valor
04.001.0004.0126.0004.2065.3339300000000000	01000000	35.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 22 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 22 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1375/15

. DECRETO Nº 1375/15

. De 22 de abril de 2015

Homologa Processo Seletivo Simplificado Edital 001/2015 - Obras/ Sesam e Agricultura.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e considerando o Edital de que trata o Decreto Municipal nº 1311/15,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado a que se refere o Edital 001/2014, conforme Anexo Único, parte integrante deste Decreto, para os cargos de Auxiliar de Serviços Gerais, a serem contratados temporariamente para

preenchimento de vagas na Secretaria de Obras, Saneamento e Agricultura.

Prefeitura do Município de Indaial, em 22 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 22 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 1375/15

Classificação Definitiva Processo Seletivo 001/2015 – Aux. Serv. Gerais			
Classificação	Nota	Inscrição nº	Nome
1	10	76	Nilso Braciani
2	10	82	Joelson Vanderlei Gonçalves
3	10	5	Simone Alberton Garbari
4	10	18	Maurício Franzen
5	10	14	Roberto Gieland
6	10	21	Josmar das Neves
7	9,5	68	Valmir Nunes
8	9,5	1	Amauri Machado
9	9,5	48	Luiz Lamin
10	9,5	37	José Denival de Jesus
11	9,5	66	Patrícia Aparecida Sardinha Cardoso
12	9,5	30	Jair Mafra
13	9,5	77	Edvaldo Vieira
14	9,5	74	Ema dos Santos Alves
15	9,5	71	Antonio Carlos Markus
16	9,5	27	Ulysses Bispo Pereira
17	9,5	50	Ronaldo Miranda da Silveira
18	9,5	17	Marcionei da Rosa
19	9,5	22	Emerson da Silva
20	9,5	16	Vanderlete de Andrade
21	9	26	Maria da Conceição Nunes
22	9	80	Luciano da Silva
23	9	45	Adailton Kanis
24	9	11	Luiz Sérgio Garbari
25	9	32	Antônio Edmilson Martins da Silva
26	9	28	Alcione Muller
27	9	46	Sidnei Frare
28	9	9	Maicon Marcelino Muller Machado
29	9	62	Onímia Valci Sirlene Raddatz
30	9	4	Gilberto Vicente Machado
31	9	41	Geisson do Amaral Soares
32	9	34	Ana Paula Simão Wolff
33	9	63	Gian Jonathan Barbosa
34	8,5	59	Izeltino Frigo
35	8,5	10	Maria de Lourdes da Silva Cruz
36	8,5	78	Sérgio Luis Stuepp
37	8,5	58	Rosélia Fortes
38	8,5	12	Vera Lúcia Florência Arcanjo
39	8,5	13	Sandro Engel

40	8,5	67	Marco Antonio Lima da Silva
41	8,5	38	Airton Ferreira
42	8,5	69	Fernando Amaro
43	8,5	39	Nielson Ferreira
44	8,5	47	Raul Thales de Freitas
45	8,5	83	Maycon Douglas Wesley Saturnino
46	8	8	Julio Alves de Oliveira
47	8	55	Ines Rodrigues dos Santos
48	8	23	Silvia Muller
49	8	72	Iraci do Nascimento Taborda
50	8	70	Josuel Ferreira
51	8	33	Josimeri Bauner
52	8	40	Elias Soares Machado
53	8	57	Jadson Barbosa dos Anjos
54	7,5	49	Vilson Giacomozzi
55	7,5	42	Adir dos Santos Carvalho
56	7	52	Marlene Ribeiro Muniz
57	7	53	Lucimara Amaral Chagas
58	6,5	44	Arvelino Pedro Correa
59	6,5	60	Marli Bueno de Oliveira
60	6,5	2	Valdecir Kryzanowski
61	6,5	84	Tatiege Pereira Ferreira
62	6	31	Mario José Mazzolli
63	6	7	Lauro Arcanjo
64	5,5	6	José Gonçalves de Oliveira

Candidatos que se declararam portadores de deficiência

Classificação	Nota	Inscrição nº	Nome
1º	9	34	Ana Paula Simão Wolf
2º	8	23	Silvia Muller

José Dempsey Doderio Junior – Membro da Comissão: _____

Alexandre Ricardo Tamanini – Membro da Comissão: _____

Leníria Preilepper – Membro da Comissão: _____

DECRETO Nº 1376/15

. DECRETO Nº 1376/15

. De 23 de abril de 2015

ALTERA COMPOSIÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO - DECRETO Nº 915/14.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3.570/07 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a composição da composição do Conselho Municipal de Indústria e Comércio - CMIC, nomeado pelo Decreto

nº 915/14, passando a vigorar com a seguinte redação:

I - Desenvolvimento Econômico

- Titular: Marcelo Lanznaster

- Suplente: Jovania de Freitas Borges

II - Associação das Micro e Pequenas Empresa (AMPE)

- Titular: Cleones Schroeder

- Suplente: Rosângela M. R. Amaral

III - Associação Comercial e Industrial de Indaial (ACIDI)

- Titular: Ivo Benke

- Suplente: José Cardoso

IV - Câmara de Dirigentes Lojistas de Indaial (CDL)

- Titular: Vilmar José Gorges Júnior

- Suplente: Rafael Thonern

V - Sindicatos dos Empregados nas Indústrias

- Titular: Sueli Navaro Reiter

- Suplente: Juvenal Antônio da Silva

VI - Associação Educacional Leonardo da Vinci (UNIASSELVI)

- Titular: Prof. Irzo Antonio Beckedorff

- Suplente: Aldo Junior Pasqualini

VII - Representante da Ordem dos Advogados no Brasil - OAB

- Titular: Silvio Walter

- Suplente: Maicon Campestrini

VII - Representante dos Clubes de Serviço

- Titular: Eliezer Ruben Thomsen

- Suplente: Samir Luiz Tillmann

VIII - Representante Sindicato dos Empregados do Comércio

- Titular: Arlindo Mueller

- Suplente: Luiz Vilson Oliveira

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 23 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 23 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1377/15

. DECRETO Nº 1377/15

. De 23 de abril de 2015

Instaura Processo Administrativo Disciplinar/Ingrid Bahls

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 92, incisos VIII, XI e XII, conforme estabelece a Lei Complementar nº 105/10 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em seus artigos 107, 109, 112, 113 e 115 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria 12/15, parte integrante deste Decreto,

DECRETA,

Art. 1º - Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com o disposto no artigo 109, inciso III, da Lei Complementar 105/10, para apuração de responsabilidades da servidora INGRID BAHLS, ocupante do cargo de Enfermeira II.

Art. 2º - Ficam designados para integrarem a Comissão do Processo Administrativo, objeto do artigo 1º, os servidores abaixo:

- Karina Fabrícia Rebelo
- Alexandre Kroeger Reguse
- Humberto Cesário Pereira

Art. 3º - Fica determinado o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência deste Decreto, para a conclusão do Processo Administrativo.

Art. 4º - Fica concedida gratificação da ordem de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para cada servidor designado, conforme dispõe o artigo 53, alínea "d" e parágrafo 2º da Lei Complementar 105/10, o qual deverá ser requerido ao final do Processo.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial em 23 de abril de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 23 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete,0

DECRETO Nº 1378/15

. DECRETO Nº 1378/15

. De 27 de abril de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 da Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.115/14,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 41.734,57 (Quarenta e um mil reais setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e sete centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
41.001.0013.0391.0041.1652.33390000 0000000	03345407	41.734,57

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 27 de abril de 2015.

Município de Indaial, em 27 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 27 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI N º 5149

. LEI Nº 5149

. de 22 de abril de 2015

Dispõe sobre a prevenção e a punição de atos de pichação do patrimônio público e privado no âmbito do município de Indaial e dá outras providências.

(Autoria: Vereadores Anderson Luz dos Santos e José Klock)

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a política municipal contra pichações dos patrimônios público e privado do município de Indaial.

Art. 2º - A política prevista nesta lei destina-se a conter a poluição visual provocada pela pichação no município de Indaial.

Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da política de que trata esta Lei:

I. Construir um ambiente urbano com qualidade visual satisfatória através do combate a pichação; e

II. Conscientizar e esclarecer a população sobre os prejuízos que a prática da pichação acarreta a sociedade.

Art. 4º - A política estabelecida nessa lei, consistirá nas seguintes medidas:

I. Elaborar programas e campanhas de cunho cultural e educacional que visem erradicar as pichações;

II. Intensificar a fiscalização nos locais de maior incidência de pichações; e

III. Planejar ações e desenvolver estratégias para coibir as pichações.

Art. 5º - Para tornar eficaz o controle sobre a utilização de tintas sprays e similares, os estabelecimentos que comercializam tais produtos deverão possuir formulários para preenchimento quando de sua aquisição, contendo o nome, o número de cadastro de Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, bem como comprovante de endereço do comprador.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos citados no caput armazenarão em bancos de dados próprios, no prazo de três anos, as informações prestadas, a fim de auxiliar o Poder Executivo e os órgãos competentes a elucidar determinados fatos.

Art. 6º - Em caso de descumprimento do disposto no artigo 5º e seu parágrafo, será o representante do estabelecimento advertido, e, em caso de reincidência, terá cassado seu alvará de funcionamento.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, num prazo de 30 (trinta) dias, aplicando as medidas que achar necessárias para seu fiel cumprimento.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.

Município de Indaial, em 22 de abril de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 22 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5146

. LEI Nº 5146
. de 22 de abril de 2015
Autoriza desafetação de parte de área verde .

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município autorizado a efetuar a desafetação de parte de área verde, com área de 499,70m², no bairro dos Estados, no Loteamento Jardim Dona Elza, matriculada junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Indaial sob o nº 26.275, fazendo parte de um todo com área de 12.406,64 m².

Art. 2º - A área desafetada pelo artigo 1º da presente Lei, destina-se ao prolongamento da Rua Indiana, contendo as seguintes características:

“ Um terreno urbano situado no lado par da Rua Indiana, bairro dos Estados, nesta cidade e Comarca de Indaial, contendo área de 499,70 m² (quatrocentos e noventa e nove metros quadrados e setenta décimos), sem benfeitorias, medindo e confrontando pela frente em duas linhas, a primeira em 21,00m com o lado par da Rua Indiana e a segunda em 25,00m com o lote nº 35 (M-26.175), do mesmo loteamento; nos fundos em duas linhas, a primeira em curva com 9,42m (raio de 6,00m) e a segunda em 36,00m, ambas com área verde 01 de propriedade do Município de Indaial; pelo lado direito em 12,00m com o lado ímpar da Rua Piauí; pelo lado esquerdo em duas linhas, a primeira em curva com 6,28m (raio de 4,00m) e a segunda em 2,00m, ambas com a Área Verde 01 de propriedade do Município de Indaial.”

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial em 22 de abril de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 22 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5147

. LEI Nº 5147
. de 22 de abril de 2015
Dispõe sobre o Prolongamento Rua Indiana

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o. - Fica autorizado e oficializado o prolongamento da Rua Indiana” no Loteamento “Jardim Dona Elza, bairro dos Estados, com início na área verde 01 e término na Rua Piauí.

Parágrafo Único - Com o presente prolongamento a Rua Indiana passa a apresentar as seguintes dimensões:

- Nos primeiros 122,00metros, com gabarito total de 14,80m, sendo

Pista : 10,00metros

Passeios : 2,40metros cada lado.

- A partir dos 122,00metros, ou seja, os 49,00m restantes, com gabarito total de 12,00m, sendo:

Pista : 8,00metros

Passeios : 2,00metros de cada lado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial em, 22 de abril de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 22 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5148

. LEI Nº 5148
. de 22 de abril de 2015

Dispõe sobre a Organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC - institui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, e institui o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC, e dá outras providências.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 1º A presente Lei estabelece a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC, nos termos da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 e Decreto nº 2.181 de março de 1997.

Art. 2º São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC:

I - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON;

II - Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON.

III - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC.

Parágrafo único. Integram o Sistema Municipal de Defesa do

Consumidor os órgãos e entidades da Administração Pública municipal que se dedicam à proteção e defesa do consumidor, sediadas no município, observando o disposto nos artigos 82 e 105 da Lei 8.078/90.

CAPÍTULO II

DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON

Seção I Das Atribuições

Art. 3º Fica criado o PROCON Municipal de Indaial, vinculado ao Gabinete do Prefeito, destinado a promover e implementar as ações direcionadas à educação, orientação, proteção e defesa do consumidor e coordenação a política do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe:

- I - Planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção ao consumidor;
- II - Receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, reclamações e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- III - Orientar permanentemente os consumidores e fornecedores sobre seus direitos, deveres e prerrogativas;
- IV - Encaminhar ao Ministério Público a notícia de fatos tipificados como crimes contra as relações de consumo e as violações a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;
- V - Incentivar e apoiar a criação e organização de associações civis de defesa do consumidor e apoiar as já existentes, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais;
- VI - Promover medidas e projetos contínuos de educação para o consumo, podendo utilizar os diferentes meios de comunicação e solicitar o concurso de outros órgãos da Administração Pública e da sociedade civil;
- VII - Colocar à disposição dos consumidores mecanismos que possibilitem informar os menores preços dos produtos básicos, entre outras pesquisas;
- VII - Manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, no mínimo, nos termos do art. 44 da Lei nº 8.078/90 e dos artigos 57 e 62 do Decreto 2.181/97, remetendo cópia ao Procon Estadual, preferencialmente em meio eletrônico;
- IX - Expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores e comparecerem às audiências de conciliação designadas, nos termos do art. 55, § 4º da Lei 8.078/90;
- X - Instaurar, instruir e concluir processos administrativos para apurar infrações à Lei 8.078/90, podendo mediar conflitos de consumo, designando audiências de conciliação;
- XI - Fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90 e Decreto nº 2.181-97);
- XII - Solicitar o concurso de órgão e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos;
- XII - Encaminhar à Defensoria Pública do Estado os consumidores que necessitem de assistência jurídica.
- XIV - propor a celebração de convênios com outros Municípios, entidades públicas, civis ou privadas, para defesa do consumidor.

Seção II Da Estrutura

Art. 4º A Estrutura Organizacional do PROCON municipal será a seguinte:

- I - Coordenadoria Executiva;
- II - Setor de Atendimento ao Consumidor;

- III- Setor de Fiscalização;
- IV - Setor de Assessoria Jurídica;

Art. 5º A Coordenadoria Executiva será dirigida por um Coordenador Executivo, e os serviços por Chefes.

Parágrafo primeiro - São criados os seguintes cargos de provimento em comissão, declarados de livre nomeação e exoneração, pelo Prefeito Municipal:

- I - Coordenador Executivo do PROCON, símbolo CC2;
- II - Chefe de Fiscalização do PROCON, símbolo CC3;
- III - os demais cargos deverão ser nomeados por ato do Prefeito Municipal.

Parágrafo segundo - O Coordenador Executivo do PROCON será oficialmente designado pela autoridade competente com publicação em veículo oficial do município e vinculado ao respectivo órgão de defesa do consumidor, com abrangência em todo o território do município de Indaial;

Parágrafo terceiro - Os serviços do PROCON serão executados por servidores públicos municipais, podendo ser auxiliados por estagiários de 2º e 3º graus.

Art. 6º O Coordenador Executivo do PROCON Municipal será nomeado pelo Prefeito Municipal.

Art. 7º O Poder Executivo municipal colocará à disposição do PROCON os recursos humanos necessários para o funcionamento do órgão, promovendo os remanejamentos necessários.

Art. 8º O Poder Executivo municipal disporá os bens materiais e recursos financeiros para o perfeito funcionamento do órgão, promovendo os remanejamentos necessários.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - COMDECON

Art. 9º Fica instituído o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, com as seguintes atribuições:

- I - Atuar na formulação de estratégias e diretrizes para a política municipal de defesa do consumidor.
- II - Administrar e gerir financeira e economicamente os valores e recursos depositados no Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC, bem como deliberar sobre a forma de aplicação e destinação dos recursos na reconstituição dos bens lesados e na prevenção de danos, zelando pela aplicação dos recursos na consecução dos objetivos previstos nesta Lei, bem como nas Leis nº 7.347/85 e 8.078/90 e seu Decreto Regulamentador.
- II - Prestar e solicitar a cooperação e a parceria de outros órgãos públicos;
- IV - Elaborar, revisar e atualizar as normas referidas no § 1º do art. 55 da lei nº 8.078/90.
- V - aprovar e fiscalizar o cumprimento de convênios e contratos como representante do Município de (nome da cidade), objetivando atender ao disposto no item II deste artigo;
- VI - examinar e aprovar projetos de caráter científico e de pesquisa visando ao estudo, proteção e defesa do consumidor;
- VII - aprovar e publicar a prestação de contas anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC, dentro de 60 (sessenta) dias do início do ano subsequente;
- VIII - Elaborar seu Regimento Interno.

Art. 10. O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON será composto por representantes assim discriminados:

- I - o Coordenador Executivo do PROCON é membro nato;

II - um representante da Secretaria de Administração e Finanças;
III - um representante da Procuradoria do Município de Indaial;
IV - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Indaial;
V - um representante de associações que estejam constituídas nos termos da lei civil e incluam, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao consumidor, desde que manifestem sua intenção de integrar o Conselho através de ofício devidamente protocolado perante o Conselho e sendo aprovado, tomará posse no início da gestão subsequente.

§ 1º - O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON elegerá o seu presidente dentre os representantes do Poder Público.

§ 2º - Deverão ser asseguradas a participação e manifestação dos representantes do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública Estadual nas reuniões do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON.

§ 3º - As indicações para nomeações ou substituições de representantes do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON serão feitas pelas entidades ou órgãos na forma de seus estatutos.

§ 4º - Para cada membro será indicado um suplente que substituirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimento do titular.

§ 5º - Perderá a condição de representante do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON e deverá ser substituído o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no período de 1 (um) ano.

§ 6º - Os órgãos e entidades relacionados neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo o disposto no § 2º deste artigo.

§ 7º - As funções dos membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviços à promoção e preservação da ordem econômica e social local.

§ 8º - Os membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON e seus suplentes, à exceção do membro nato, terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

Art. 11. O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por mês e extraordinariamente sempre que convocados pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

Parágrafo único - As sessões do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON instalar-se-ão com a maioria dos votos presentes.

CAPITULO IV DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - FMDC

Art. 12. Fica instituído o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC, de que trata o art. 57, da Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, com objetivo de receber recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores.

§ 1º - O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC será gerido pelo Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, composto por seus membros nos termos do artigo 10

desta Lei.

§ 2º - O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC constituir-se-á de natureza financeira, e seus créditos orçamentários integrarão o orçamento (LDA) do órgão central do município em unidade orçamentária própria.

Art. 13. O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC terá o objetivo de prevenir e reparar os danos causados à coletividade de consumidores no âmbito do município de Indaial.

§ 1º - Os recursos do Fundo ao qual se refere este artigo, serão aplicados:

I - Na reparação dos danos causados à coletividade de consumidores do município de Indaial;

II - Na promoção de atividades e eventos educativos, culturais e científicos e na edição de material informativo relacionado à educação, proteção e defesa do consumidor;

III - No custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessário à instrução de inquérito civil ou procedimento investigatório preliminar instaurado para a apuração de fato ofensivo ao interesse difuso ou coletivo.

IV - Na modernização administrativa do PROCON;

V - No financiamento de projetos relacionados com os objetivos da Política Nacional das Relações de Consumo (art. 30, Dec. nº 2.181/90);

VI - No custeio de pesquisas e estudos sobre o mercado de consumo municipal elaborado por profissional de notória especialização ou por instituição sem fins lucrativos incumbida regimental ou estruturariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional.

VII - No custeio da participação de representantes do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC em reuniões, encontros e congressos relacionados à proteção e defesa do consumidor, e ainda investimentos em materiais educativos e de orientação ao consumidor;

§ 2º - Na hipótese do inciso III deste artigo, deverá o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON considerar a existência de fontes alternativas para custeio da perícia, a sua relevância, a sua urgência e as evidências de sua necessidade.

Art. 14. Constituem recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC o produto da arrecadação:

I - das condenações judiciais de que tratam os artigos 11 e 13 da Lei 7.347 de 24 de julho de 1985;

II - Dos valores destinados ao município em virtude da aplicação da multa prevista no art. 56, inciso I e no art. 57 e seu Parágrafo Único da Lei nº 8.078/90, assim como daquela cominada por descumprimento de obrigação contraída em termo de ajustamento de conduta;

III - As transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas ou privadas;

IV - Os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

V - As doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras;

VI - Outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo;

Art. 15. As receitas descritas no artigo anterior serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito, à disposição do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON.

§ 1º - As empresas infratoras comunicarão no prazo de 10 (dez) dias, ao COMDECON, através do Coordenador Executivo do PROCON os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação

da origem.

§ 2º - Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º - O saldo credor do Fundo, apurado em balanço do município ao término de cada exercício financeiro, será transferido para exercício seguinte, a seu crédito.

§ 4º - O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON deve publicar anualmente os demonstrativos de receitas e despesas gravadas nos recursos do Fundo, repassando cópia aos demais conselheiros, na primeira reunião subsequente.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. O Município de Indaial prestará apoio administrativo e contábil no que tange a administração dos recursos financeiros do PROCON, do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON e do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC, através da Secretaria Municipal de Finanças ou a qual estiver vinculada.

Art. 17. No desempenho de suas funções, os órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor poderão manter convênios de cooperação técnica entre si e com outros órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, no âmbito de suas respectivas competências e observado o disposto no art. 105 da Lei 8.078/90.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor integra o Sistema Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo estabelecer convênios para o desenvolvimento de ações e programas de defesa do consumidor com o órgão e coordenador estadual.

Art. 18. Consideram-se colaboradores do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor as universidades públicas ou privadas, que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

Parágrafo único. Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar em estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

Art. 19. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Município.

Art. 20. O Poder Executivo municipal aprovará, mediante decreto, o Regimento Interno do PROCON municipal de Indaial, do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC, do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, definindo a sua subdivisão administrativa e dispondo sobre as competências e atribuições específicas das unidades e cargos.

Art. 21. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei 2.980/2001 de 24 de setembro de 2001.

Município de Indaial, em 22 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 22 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº5145

. LEI Nº 5145

. de 22 de abril de 2015

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICIPIO DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para Abertura de Crédito Adicional Especial a Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
04.001.0004.0126.0004.2065.3339000000000000	01000000	35.000,00

Art. 2º - Fica aberto no orçamento vigente da MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 35.000,00 conforme segue:

Dotação	Vínculo	Valor
04.001.0004.0126.0004.2065.3339300000000000	01000000	35.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 22 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 22 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO N° 072/2015 ALTERAÇÃO

MUNICIPIO DE INDAIAL

ALTERAÇÃO DE DATA DE ENTREGA E ABERTURA

Licitatório nº 072/2015.

Pregão Presencial nº 034/2015-10430

Objeto: Contratação de link de internet, link de interconexão e plano de telefonia fixa.

Entrega dos envelopes: 04/05/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 04/05/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 002 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 259/2014

EDITAL DE PREGÃO Nº 095/2014-10430

TERMO ADITIVO 002 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS - OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo Licitatório nº 259/2014 - Edital de Pregão nº 095/2014-10430, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

1.1. SCHULZ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.719.136/0001-68, estabelecida à Rua Mal. Floriano Peixoto, nº 6417 - Bairro Estrada das Areias, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

2.1. Constitui-se como objeto da presente Ata, o registro de preços para a aquisição de gêneros alimentícios para o programa de alimentação escolar, conforme as especificações constantes no Anexo VI - Termo de Referência do Objeto, do Edital de Pregão no 095/2014-10430, e conforme o quadro que segue:

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÕES
LOTE 08			
38	548	Kg	Feijão preto.
LOTE 21			
68	1.175	Kg	Carne bovina "patinho" cubos.
69	1.657	Kg	Carne bovina "patinho" iscas (tipo estrogonofe).
70	2.029	Kg	Carne bovina "patinho" moída.

3. VALORES REGISTRADOS:

3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1. Empresa SCHULZ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, vencedor do lote 08 no item 38 com o valor unitário de R\$ 3,87 (três reais e oitenta e sete centavos), do lote 21 no item 68 com o valor unitário de R\$ 20,75 (vinte reais e setenta e cinco centavos), do lote 21 no item 69 com o valor unitário de R\$ 20,75 (vinte reais e setenta e cinco centavos), do lote 21 no item 70 com o valor unitário de R\$ 20,76 (vinte reais e setenta e seis centavos);

3.1.2. Tendo em vista pedido de realinhamento de preços encaminhado dia 23/04/2015, e ainda, justificando que os novos preços estão dentro da margem de aumento dos citados produtos,

percentualmente, estamos concedendo tal reajuste, conforme ofício e notas fiscais em anexo.

3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4.0. AS PARTES:

4.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 24 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	SCHULZ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA Eduardo Schulz Sócio Administrador

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

CAMARA DE VEREADORES DE INDAIAL**ATA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 01/2014 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01/2014 - SESSÃO PÚBLICA 27/04/15****ATA DE REUNIÃO**

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2014

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2014

No dia 27/04/2014, às 15h, na Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores de Indaial, deu-se início a sessão pública da Comissão de Licitação instituída pela Portaria nº 39/2014, destinada à análise e julgamento do requerimento de credenciamento e da documentação apresentada pela empresa J.A. Jornais e Revistas Ltda- ME, CNPJ nº 12.098.591/0001-60, protocolada no dia 17/04/2015. Presente à sessão o representante da empresa, Flavio Augusto Ferri Molinari, carteira de identidade nº 3055873611 - SSP/PC RS. O requerimento e documentos apresentados pela empresa J.A. Jornais e Revistas Ltda - ME, foram lidos, examinados e devidamente rubricados pelos membros da Comissão de Licitação. A Comissão de Licitações constatou que os requisitos do Edital de Credenciamento nº 001/2014, Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2014, foram cumpridos pela empresa requerente, com exceção do item 12.1.2 - "Comprovação de que o jornal tenha no mínimo 08 páginas por edição, em formato conforme especificações constantes deste Edital". Apesar de anexado exemplar do jornal Alternativo, com número de páginas superior ao exigido no edital, entendeu a comissão não ser o suficiente, pois o item 12.1.4 prevê: "A declaração deverá ser datada e assinada pelo sócio administrador da empresa, ter firma reconhecida em cartório e carimbo da empresa,...". Assim sendo, e, com o compromisso do sócio proprietário do jornal em providenciar o documento amanhã, dia 28 de abril de 2015, fica marcada para às 14 horas, do dia 28/04/2015, nova sessão pública para recebimento e avaliação do documento citado na presente ata. Questionado o representante legal da empresa J.A. Jornais e Revistas Ltda - ME se declinava do prazo recursal, e, diante da concordância do mesmo, será a presente publicada no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar, a Comissão de Licitação deu por encerrada a sessão pública, tendo sido lavrada esta ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes à sessão pública.

Indaial, em 27 de abril de 2015.

Jefferson José Carlini
Presidente da Comissão de Licitação

Carin Maria Bachmann Brandt	Maria Helena Theiss
Membro da Comissão de Licitação	Membro da Comissão de Licitação

Flávio Augusto Ferri Molinari

Sócio Proprietário J.A. Jornais e Revistas Ltda - ME
CI 3055873611**Iomerê****PREFEITURA****LEI 804/2015**

LEI Nº 804 DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Faz revisão anual dos subsídios dos Vereadores do Município de Iomerê, nos termos do artigo 37, X, da Constituição Federal.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O subsídio mensal dos Vereadores constante do artigo 1º da Lei nº 0689/12, de 20 de junho de 2012, fica reajustado em 3,84% (três vírgula oitenta e quatro por cento) nos termos do artigo 37, X, da Constituição Federal, passando de R\$ 1.478,82 (um mil quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos) para R\$ 1.535,61 (um mil quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos) a partir de 1 de abril de 2015.

Art. 2º. O subsídio mensal do Presidente da Câmara Municipal e previsto no artigo 3º da Lei nº 0689/12, de 20 de junho de 2012, fica reajustado em 3,84% (três vírgula oitenta e quatro por cento) nos termos do artigo 37, X, da Constituição Federal, passando de R\$ 2.218,23 (dois mil duzentos e dezoito reais e vinte e três centavos) para R\$ 2.303,41 (dois mil trezentos e três reais e quarenta e um centavos) a partir de 1 de abril de 2015.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 24 de abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim**PREFEITURA**

PORTARIA Nº.252/2015 DE 27 DE ABRIL DE 2.015.
CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A ILSE FALABRETTI ALBIERO, matrículas 51-5, Licença Prêmio de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2010 a 2015, e gozo de 27/04/2015 a 26/05/2015.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 27 de Fevereiro de 2015.

Ipumirim - SC, 27 de Abril de 2.015.
VALDIR ZANELLA
Prefeito.

Irineópolis**PREFEITURA****ATA RP PROC 28/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO 28/2014
PREGÃO PRESENCIAL 15/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 28/2014, Pregão Presencial nº 15/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014 e Sra. Cassiana Lais Brand; Sr. Marcos Zemir Grepfrie - representante da empresa Angeomed - Com de Prod. Méd. Hosp. Eireli; Sr. Reginaldo Jose de Almeida - representante da empresa Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda; Sr. Alex Oliveira de Almeida - representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda; Sr. Antônio Cordova Pereira representante da empresa Altermed Mat. Med Hosp. Ltda; Sr. Andre Trzcinski representante da empresa Dimaster Com. De Prod. Hosp Ltda; Sr. Wilson Luiz Cortiano - representante da empresa Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda; Sr. Diego Gili - representante da empresa Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares; Gesse Bonfim - representante da empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda; Sr. Everaldo Fallero Falk - representante da empresa Licimed Distribuidora de Medicamentos Ltda. As empresas que encaminharam seus envelopes através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos: Aglon Comércio e Representações Ltda, SEDEX SF 50774780 8 BR; Cirúrgica Jaw Com. De Mat. Med.Hosp. Ltda, SEDEX DG885233901BR; A empresa Dist. Med. Andromeda Ltda encaminhou através da empresa Bauer Express Nota Fiscal nº 9391; A empresa Wincorp Farmacêutica Comercial Ltda deixou seus envelopes através de seu representante. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Angeomed - Com de Prod. Méd. Hosp. Eireli; Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda; Promefarma Representações Comerciais Ltda; Altermed Mat. Med Hosp. Ltda; Dimaster Com. De Prod. Hosp Ltda; Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda; Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares; Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda; Licimed Distribuidora de Medicamentos Ltda. seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Cirurgica Jaw Com. De Mat. Méd. Hosp. Ltda, foi desclassificada por não abrir o CD de propostas. A empresa Wincorp Farmacêutica Comercial Ltda, foi desclassificada por não apresentar carimbo do CNPJ na proposta de preços. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 28/2014, Pregão Presencial nº 15/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani

Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014 e Sra. Cassiana Lais Brand; Sr. Marcos Zemir Grepfrie - representante da empresa Angeomed - Com de Prod. Méd. Hosp. Eireli; Sr. Reginaldo Jose de Almeida - representante da empresa Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda; Sr. Alex Oliveira de Almeida - representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda; Sr. Antônio Cordova Pereira representante da empresa Altermed Mat. Med Hosp. Ltda; Sr. Andre Trzcinski representante da empresa Dimaster Com. De Prod. Hosp Ltda; Sr. Nilton Luiz Cortiano - representante da empresa Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda; Sr. Diego Gili - representante da empresa Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares; Gesse Bonfim - representante da empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda; Sr. Everaldo Fallero Falk - representante da empresa Licimed Distribuidora de Medicamentos Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda; Promefarma Representações Comerciais Ltda; Altermed Mat. Med Hosp. Ltda; Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda; Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares; Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, e foi constatado que as empresas acima apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. As empresas Andromeda Distribuidora de Medicamentos Ltda; Dimaster Com. De Prod. Hosp Ltda; Licimed Distribuidora de Medicamentos Ltda; Angeomed - Com de Prod. Méd. Hosp. Eireli, apresentaram documentação em desacordo com o item 06 subitem 6.4 alínea "c" do edital, sendo consideradas INABILITADAS. A empresa Mauro Marciano pede a desclassificação do item 71, tal pedido fica sob a decisão do Sr. Juliano Pozzi Pereira Prefeito Municipal. Os representantes das empresas INABILITADAS manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. De acordo com a Lei 8666/93 Art. 109 Inciso I abre-se o prazo de 05(cinco) dias úteis, os demais representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para análise de Recurso, relativo ao Processo Licitatório nº 28/2014, Pregão Presencial nº 15/2014, os membros da Comissão de Licitação designados através da Portaria nº 540/2014, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues - equipe de apoio, para analisar o Parecer Jurídico, solicitado a Advogada, Sra. Ana Maria Onevecht. A causídica fez a análise dos recursos e, de acordo com o Parecer, opinou pela manutenção da decisão da Comissão Permanente de Licitação, pelos seus próprios fundamentos, em razão do seguinte: As Recorrentes: Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda e Licimed Distribuidora de Medicamentos Correlatos e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda apresentaram o documento do item 6.4, letra c, em desacordo com o solicitado no edital. Em razão do exposto, a comissão de Licitação, através de seus membros presentes, decidem em comum acordo com o Parecer Jurídico emitido pela Sra. Ana Maria Onevecht, manter a inabilitação das empresas Recorrentes (Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda e Licimed Distribuidora de Medicamentos Correlatos e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda.), declarando habilitadas apenas as demais empresas. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Aglon Comércio e Representações Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
078	Frasco	Dexametasona colírio 0,1% 5ml	1.000	MAXIDEX-AL-CON/NOVART	3,38	3.380,00
119	Comprimido	Levodopa + benserazida 100/25 mg	5.000	PROLOPA BD-ROCHE	0,83	4.150,00
TOTAL R\$						7.530,00

Altermed Material Médico Hospitalar Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
006	Comprimido	Ácido fólico 5 mg	50.000	Natulab	0,0208	1.040,00
027	Ampola	Benzilpenicilina benzatina pó para suspensão injetável 600.000UI	1.000	Teuto	3,83	3.830,00
035	Comprimido	Carbonato de cálcio + colecalciferol 500 mg CaCO ₃ + 400UI	5.000	Imec	0,35	1.750,00
036	Comprimido	Carbonato de cálcio 1250 mg (equivalente 550 mg Ca++)	5.000	Tks	0,104	520,00
039	Comprimido	Carvedilol 25 mg	12.000	Torrent	0,109	1.308,00
048	Comprimido	Citalopram 20 mg	30.000	Torrent	0,12	3.600,00
054	Comprimido	Cloridrato de amitriptilina 25 mg	150.000	Neo Quimica	0,043	6.450,00
055	Comprimido	Cloridrato de biperideno 2 mg	20.000	Cristalia	0,2489	4.978,00
061	Ampola	Cloridrato de lidocaína solução injetável com vasoconstritor 20 ml	100	Hypofarma	3,27	327,00
074	Comprimido	Cloridrato de sertralina 50 mg	150.000	Torrent	0,1099	16.485,00
081	Ampola	Dexametasona injetável 4 mg 1ml	3.000	Farmace	0,75	2.250,00
082	Comprimido	Diazepam 5 mg	150.000	Santisa	0,0389	5.835,00
092	Frasco	Estearato de eritromicina suspensão oral 50 mg 60 ml	3.000	Prati Dona-duzzi	3,30	9.900,00
098	Comprimido	Fenobarbital 100 mg	25.000	União Quimica	0,1667	4.167,50
099	Frasco	Fenobarbital solução oral 40 mg/ml 20 ml	200	Cristalia	3,75	750,00
100	Cápsula	Fluconazol 100 mg	5.000	Cristalia	0,7639	3.819,50
107	Comprimido	Glibenclamida 5 mg	100.000	Medquimica	0,0229	2.290,00

115	Frasco	Insulina glargina lantus 100 UI/ 10 ml	150	Sanofi Aventis	342,20	51.330,00
118	Frasco	Lactulose 667 mg/ml 120 ml	3.000	Uci Farma	1,3889	4.166,70
133	Comprimido	Mesilato de doxazosina 2 mg	5.000	E.M.S	0,0972	486,00
145	Bisnaga	Nitrato de miconazol loção 2% 30 gr	1.000	Teuto	1,18	1.180,00
156	Comprimido	Permanganato de potássio 100 mg	300	Farmax	0,0486	14,58
165	Comprimido	Secnidazol 1000 mg	2.000	Prati Dona-duzzi	0,39	780,00
173	Frasco/Bolsa	Soro ringer com lactato 500 ml	100	Segmenta-Eurofarma	2,875	287,50
TOTAL R\$						127.544,78

Centermedi - Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor unit	Valor total
001	Ampola	Acetato de medroxiprogesterona solução injetável 150 mg 1 ml	500	União Química	12,80	6.440,00
005	Comprimido	Ácido acetil salicílico 100 mg	120.000	Imec	0,0149	1.788,00
013	Comprimido	Alendronato de sódio 70 mg	3.000	Delta	0,369	1.107,00
019	Cápsula	Ampicilina 500 mg	5.000	Prati D	0,125	625,00
022	Frasco	Azitomicina pó para suspensão oral 40 mg 22,5 ml	3.000	Pharlab	2,48	7.440,00
032	Comprimido	Captopril 25 mg	200.000	Geolab	0,019	3.800,00
033	Frasco	Carbamazepina 20 mg 100ml xarope	200	Medley	6,09	1.218,00
042	Frasco	Cefalexina sódica ou cloridrato de cefalexina suspensão oral 50 mg/ml 60 ml	5.000	Teuto	3,00	15.000,00
056	Comprimido	Cloridrato de ciprofloxacino 500 mg	70.000	Prati D	0,15	10.500,00
062	Ampola	Cloridrato de lidocaína solução injetável sem vasoconstritor 20 ml	100	Hypofarma	1,89	189,00
063	Comprimido	Cloridrato de loperamina 2 mg	2.000	Pharmasciense	0,09	180,00
065	Comprimido	Cloridrato de metformina 850 mg	50.000	Geolab	0,077	3.850,00
066	Comprimido	Cloridrato de metoclopramida 10 mg	30.000	Belfar	0,0528	1.594,00
077	Ampola	Decanoato de haloperidol solução injetável 5 mg 1ml	50	Cristalia	7,00	350,00
084	Comprimido	Dicloridrato de betaistina 25 mg	10.000	Eurofarma	0,305	3.050,00
095	Cartela	Etinilestradiol + levonogestrel 0,02 mg + 0,10 mg com 21 drágeas	100	Biolab	11,40	1.140,00
101	Cápsula	Fluconazol 150 mg	5.000	Prati D	0,19	950,00
102	Comprimido	Fosfato de codeína 30 mg	30.000	Cristalia	0,86	25.800,00
103	Frasco	Fosfato sódico de prednisolona solução oral 1,34 mg/ml 100 ml	500	Prati D.	4,00	2.000,00
104	Frasco	Fosfato sódico de prednisolona solução oral 4,02 mg/ml 100 ml	3.000	Prati D	5,30	15.900,00
111	Comprimido	Hidroclorotiazida 25 mg	150.000	Teuto	0,022	3.300,00
122	Comprimido	Levotiroxina sódica 100 mg	30.000	Merck	0,094	2.820,00
127	Comprimido	Losartana potássica 50 mg	200.000	Teuto	0,044	8.800,00
147	Cartela	Noretisterona 0,35 mg com 35 cpr	430	Biolab	6,03	2.592,90
150	Comprimido	Ondasetrona 4 mg	10.000	Biolab	2,10	21.000,00
155	Unidade	Pasta d'água pasta (F.N.)	300	Santa Terezinha	2,20	660,00
164	Envelope	Sais para reidratação pó para solução oral 27,9 gr	3.000	Ifal	0,357	1.071,00
177	Frasco	Sulfametoxazol + trimetropina suspensão oral 40 mg + 8 mg 50 ml	1.000	Sobral	1,05	1.050,00
TOTAL R\$						144.164,90

Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
014	Comprimido	Alopurinol 100 mg	30.000	Sanval	0,038	1.140,00
015	Comprimido	Amoxicilina + clavulanato de potássio 500 mg + 125 mg	50.000	Glaxosmithkline	0,668	33.400,00
018	Frasco	Amoxicilina pó para suspensão 50 mg 150 ml	5.000	Prati Dona-duzzi	3,39	16.950,00

021	Comprimido	Atenolol 50 mg	100.000	Vitapan	0,0235	2.350,00
029	Frasco	Brometo de ipratrópio solução inalante 0,25 mg/ml 20ml	5.000	Hipolabor	0,53	2.650,00
031	Frasco	Bromidrato de fenoterol 5mg 20 ml	5.000	Hipolabor	1,37	6.850,00
037	Comprimido	Carbonato de lítio 300 mg	30.000	Hipolabor	0,09	2.700,00
041	Cápsula	Cefalexina sódica ou cloridrato de cefalexina 500 mg	50.000	Cellofarm/ Aspen	0,155	7.750,00
047	Ampola	Cetoprofeno solução injetável 100 mg 2ml	5.000	União Química	1,59	7.950,00
051	Frasco	Clonazepan 2,5 mg 20 ml	5.000	Hipolabor	1,55	7.750,00
057	Comprimido	Cloridrato de clomipramina 25 mg	5.000	Novartis	0,619	3.095,00
058	Comprimido	Cloridrato de clorpromazina 100 mg	5.000	União Química	0,19	950,00
059	Comprimido	Cloridrato de fluoxetina 20 mg	150.000	Teuto	0,052	7.800,00
072	Comprimido	Cloridrato de propranolol 40 mg	30.000	Osorio de Moraes	0,013	390,00
073	Comprimido	Cloridrato de ranitidina 150 mg	30.000	Medquímica	0,076	2.280,00
075	Comprimido	Cloridrato de tramadol 50 mg	5.000	Hipolabor	0,13	650,00
105	Comprimido	Furosemida 40 mg	50.000	Geolab	0,032	1.600,00
110	Comprimido	Haloperidol 5 mg	25.000	União Química	0,066	1.650,00
125	Comprimido	Loratadina 10 mg	10.000	Geolab	0,048	480,00
130	Comprimido	Maleato de enalapril 10 mg	100.000	Sanval	0,0439	4.390,00
134	Comprimido	Metildopa 250 mg	20.000	Sanval	0,112	2.240,00
146	Cápsula	Nitrofurantoína 100 mg	5.000	Teuto	0,11	550,00
148	Comprimido	Norfloxacin 400 mg	10.000	Medquímica	0,139	1.390,00
151	Comprimido	Oxalato de escitalopram 10 mg	10.000	SEM/GERM/ SIGMA	0,40	4.000,00
152	Comprimido	Oxcarbazepina 600 mg	20.000	União Química	0,71	14.200,00
153	Comprimido	Paracetamol 500 mg	200.000	Hipolabor	0,038	7.600,00
154	Frasco	Paracetamol solução oral 200 mg 15 ml	2.000	Hipolabor	0,45	900,00
160	Comprimido	Prednisona 20 mg	20.000	Sanval	0,108	2.106,00
169	Frasco/Bolsa	Soro fisiológico 500 ml	500	Segmenta/ Eurofarma	2,48	1.240,00
172	Frasco/Bolsa	Soro glicosado 500 ml	500	Fresenius Kabi	2,35	1.175,00
176	Comprimido	Sulfametoxazol + trimetoprima 400 mg + 80 mg	20.000	Prati Dona- duzzi	0,065	1.300,00
180	Frasco	Sulfato ferroso solução oral 25mg/ml 20 ml	2.000	Hipolabor	0,56	1.120,00
182	Comprimido	Valproato de sódio 500 mg	20.000	Biolab Sanus	0,65	13.000,00
TOTAL R\$						163.650,00

Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
010	Comprimido	Albendazol 400 mg	5.000	Prati	0,39	1.950,00
011	Frasco	Albendazol suspensão 40 mg/ml 10 ml	3.000	Prati	0,90	2.700,00
017	Comprimido	Amoxicilina 500 mg	50.000	Aurobindo	0,097	4.850,00
020	Comprimido	Antietanol 250 mg	10.000	Sanofi	0,32	3.200,00
026	Ampola	Benzilpenicilina benzatina pó para suspensão injetável 1.200.000UI	1.000	Nova farma	5,25	5.250,00
028	Comprimido	Besilato de anlodipino 5 mg	50.000	Vitapan	0,021	1.050,00
030	Ampola	Brometo N-butilescopolamina solução injetável	1.000	Teuto	1,12	1.120,00
034	Comprimido	Carbamazepina 200 mg	100.000	Hypermarcas	0,0798	7.980,00
040	Comprimido	Carvedilol 6,25 mg	50.000	Baldacci	0,059	2.950,00
043	Ampola	Ceftriaxona pó para suspensão injetável 1g	500	Aurobindo	5,60	2.800,00
045	Ampola	Celestone soluspan injetável 3mg 1ml	200	Mantecorp	0,744	148,80
046	Frasco	Cetoconazol xampu 2% 100 ml	3.000	Nativista	3,40	10.200,00
050	Comprimido	Clobazam 20 mg	5.000	Sanofi	0,835	4.175,00
064	Comprimido	Cloridrato de metformina 500 mg	30.000	Teuto	0,054	1.620,00

069	Cápsula	Cloridrato de nortriptilina 50 mg	5.000	Ranbaxy	0,40	2.000,00
070	Comprimido	Cloridrato de paroxetina 20 mg	40.000	Aurobindo	0,155	6.200,00
071	Ampola	Cloridrato de prometazina solução injetável 25 mg 2 ml	2.000	Osorio	0,013	26,00
076	Comprimido	Cloridrato de verapamil 80 mg	20.000	Prati	0,048	960,00
079	Tubo	Dexametasona creme 0,1% 10 gr	3.000	Multilab	0,67	2.010,00
086	Ampola	Dipirona sódica + brometo de n-butilescopolamina solução injetável 5 ml	2.000	Hyperfarma	1,66	3.320,00
087	Comprimido	Dipirona sódica 500 mg	100.000	Sobral	0,065	6.500,00
090	Ampola	Enantato de norestisterona 50 mg + valerato de estradiol 5 mg	500	Cifarma	5,10	2.550,00
096	Cartela	Etinilestradiol + levonogestrel 0,03 mg + 0,15 mg com 21 drágeas	4.800	Cifarma	0,50	2.400,00
097	Comprimido	Fenitoína sódica 100 mg	10.000	Teuto	0,063	630,00
106	Ampola	Furosemida solução injetável 10 mg 2 ml	100	Santisa	0,69	69,00
116	Comprimido	Isossorbida 5 mg	2.000	Baldacci	0,226	452,00
121	Comprimido	Levofloxacino 500 mg	5.000	Zydus	0,79	3.950,00
123	Comprimido	Levotiroxina sódica 25 mg	50.000	Merck	0,103	5.150,00
124	Comprimido	Levotiroxina sódica 50 mg	50.000	Merck	0,11	5.500,00
126	Frasco	Loratadina xarope 1mg/ml 100 ml	5.000	Mariol	1,60	8.000,00
136	Comprimido	Metronidazol 400 mg	20.000	Teuto	0,36	7.200,00
137	Bisnaga	Metronidazol gel vaginal 10% 50 mg 40 gr	1.000	Teuto	2,30	2.300,00
138	Comprimido	Naproxeno 500 mg	10.000	Teuto	0,32	3.200,00
157	Frasco	Permetrina loção 5% - 60 ml	3.000	Nativita	2,00	6.000,00
162	Frasco	Protetor solar fator 30 frasco 120 ml	30	Moph	6,70	201,00
175	Bisnaga	Sulfadiazina de prata pasta 1% 50 gr	2.000	Nativita	3,00	6.000,00
178	Frasco	Sulfato de gentamicina colírio 5 mg 5 ml	500	Allergan	6,78	3.390,00
TOTAL R\$						128.001,80

Promefarma Representações Comerciais Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
002	Frasco	Acetato de retinol + colecalciferol solução oral 50.000 UI/ml + 10.0000 UI/ml 10 ml	2.000	Nycomed	11,60	23.200,00
003	Tubo	Acetonido de triancinolona em orabase 1 mg 10 gr	200	Prati	2,97	594,00
004	Comprimido	Aciclovir 200 mg	10.000	Prati	0,109	1.090,00
016	Frasco	Amoxicilina + clavulanato de potássio suspensão oral 50/12,5 mg 75 ml	5.000	Sandoz	4,48	22.400,00
023	Comprimido	Azitromicina 500 mg	6.000	Prati	0,369	2.214,00
025	Frasco	Beclometasona spray 250mcg	300	Chiesi	56,89	17.067,00
067	Ampola	Cloridrato de metoclopramida solução injetável 5 mg 2 ml	3.000	Isofarma	0,24	720,00
068	Frasco	Cloridrato de metoclopramida solução oral 4 mg 10 ml	2.000	Mariol	0,459	918,00
083	Tubo	Diclofenaco emulgel 60 gr	100	Prati	2,599	259,90
085	Comprimido	Digoxina 0,25 mg	15.000	Pharlab	0,0349	523,50
088	Frasco	Dipirona sódica gotas 500 mg - 10 ml	2.000	Natulab	0,45	900,00
089	Ampola	Dipirona solução injetável 500 mg 2 ml	5.000	Teuto	0,48	2.400,00
091	Comprimido	Espironolactona 25 mg	20.000	Aspen	0,088	1.760,00
093	Cartela	Estrogênios conjugados 0,3 mg com 28 drágeas	80	Wyeth	17,59	1.407,20
094	Bisnaga	Estrogênios conjugados creme vaginal 0,625 mg/ml	100	Wyeth	29,50	2.950,00
109	Frasco	Guaco (mikania glomerata spreng) solução oral 100 ml	3.000	Natalab	1,67	5.010,00
112	Frasco	Hidróxido de alumínio 150 ml	1.000	Mariol	1,69	1.690,00
114	Frasco	Ibuprofeno gotas 50mg/ml 30 ml	10.000	Natulab	0,74	7.400,00
120	Comprimido	Levodopa + carbidopa 250/25 mg	5.000	Hypermarcas -brainf	0,17	850,00
128	Frasco	Maleato de dexclorfeniramina 0,4 mg xarope 120 ml	6.000	Natulab	0,83	4.980,00
131	Frasco	Maleato de timolol colírio 0,25% 5 ml	500	Biosintética	3,09	1.545,00
132	Frasco	Mebendazol suspensão oral 20 mg 30 ml	3.000	Natulab	0,649	1.947,00
135	Comprimido	Metronidazol 250 mg	20.000	Prati	0,069	1.380,00

141	Frasco	Nistatina suspensão oral 100.000 UI/ml 50 ml	1.000	Natulab	1,54	1.540,00
143	Biswnaga	Nitrato de miconazol creme vaginal 2% 60 gr	2.000	Prati	4,42	8.840,00
149	Comprimido	Omeprazol 20 mg	500.000	Pharlab	0,044	22.000,00
158	Frasco	Povidine degermante 1 lt	100	Mariol	17,20	1.720,00
159	Frasco	Povidine tópico 1 lt	100	Mariol	16,30	1.630,00
166	Comprimido	Sinvastatina 20 mg	50.000	Sandoz	0,0575	2.875,00
174	Ampola	Succinato de hidrocortisone injetável 500 mg 4 ml	1.000	Teuto	6,29	6.290,00
179	Comprimido	Sulfato ferroso 40 mg Fe++	50.000	Natulab	0,031	1.550,00
181	Cartela	Triquilar com 21 drágeas	1.000	Bayer	5,42	5.420,00
TOTAL R\$						155.070,60

Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
009	Ampola	Água destilada 5 ml	1.000	Isofarma	0,168	168,00
049	Comprimido	Claritromicina 500 mg	20.000	Pharlab	0,76	15.200,00
053	Comprimido	Cloridrato de amiodarona 200 mg	15.000	Geolab	0,255	3.825,00
060	Tubo	Cloridrato de lidocaina gel 2% 30 gr	200	Pharlab	1,407	281,40
080	Frasco	Dexametasona elixir 0,1 mg 100 ml	5.000	Sobral	1,11	5.550,00
113	Comprimido	Ibuprofeno 600 mg	150.000	Teuto	0,0795	11.925,00
117	Comprimido	Ivermectina 6 mg	1.000	Vitapan	0,2678	267,80
129	Comprimido	Maleato de dexclorfeniramina 2 mg	10.000	Geolab	0,0576	576,00
139	Comprimido	Nimesulida 100 mg	60.000	Vitapan	0,0396	2.376,00
140	Frasco	Nimesulida solução 50 mg 15ml	3.000	Vitapan	0,704	2.112,00
161	Comprimido	Prednisona 5 mg	20.000	Vitapan	0,05	1.000,00
167	Frasco	Soro fisiológico 100 ml	5.000	Halex Istar	1,7664	8.832,00
168	Frasco/Bolsa	Soro fisiológico 250 ml	1.000	Halex Istar	2,001	2.001,00
170	Frasco/Bolsa	Soro glicofisiológico 500 ml	500	Fresenius	2,64	1.320,00
171	Frasco/Bolsa	Soro glicosado 250 ml	500	Halex Istar	2,139	1.069,50
183	Frasco	Valproato de sódio solução oral 50 mg 100 ml	2.000	Teuto	1,98	3.960,00
184	Comprimido	Varfarina sódica 5 mg	5.000	Teuto	0,088	440,00
TOTAL R\$						60.903,70

Irineópolis, 27 de abril de 2015.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal de Irineópolis

EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 46/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas/ SEBRAE/SC.

Objeto: EXECUÇÃO DO PROJETO UAC - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL - REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE, COMPREENDENDO AS SEGUINTE AÇÕES:

AÇÃO I - CONSULTORIA - DIAGNOSTICO EMPRESARIAL;

AÇÃO II - CAPACITAÇÃO E CONSULTORIA EMPRESARIAL;

AÇÃO III - CONSULTORIA TECNOLÓGICA;

AÇÃO IV - ESTRATÉGIA DE MERCADO - MOSTRA GASTRONÔMICA;

AÇÃO V - ACESSO À MERCADO - MISSÃO EMPRESARIAL/VISITA TÉCNICA;

AÇÃO VI - CONSULTORIA DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES.

Valor total: R\$ 22.464,00 (vinte e dois mil quatrocentos e sessenta e quatro reais).

Vigência: 24.04.2015 a 30.01.2016

Base Legal - Processo Licitatório 19/2015 - Dispensa de Licitação nº. 02/2015

8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 47/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: Linck Maquinas S/A.

Objeto: Aquisição de 01 escavadeira hidráulica, com a finalidade de proporcionar melhores condições de trafegabilidade e recuperação das estradas vicinais, conforme proposta de trabalho, através de recursos de convênio e próprios.

Valor total: R\$ 296.900,00(duzentos e noventa e seis mil e novecentos reais).

Vigência: 24.04.2015 a 23.04.2016

Base Legal - Processo Licitatório nº 10/2015 - Pregão Presencial nº. 06/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 14/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 14/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2015

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Linck Maquinas S/A.

Irineópolis, 24 de abril de 2015.

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 19/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 19/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 02/2015

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas/ SEBRAE/SC.

Irineópolis, 24 de abril de 2015.

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

PORTARIA N º 145/2015

PORTARIA Nº. 145/2015.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares, aos servidores públicos municipais abaixo relacionados:

Nº de Ordem	NOME	Período de Férias
1.	Cristiano Back	01/05 a 30/05/2015
2.	Eliane Chaves	02/05 a 31/05/2015
3.	Jurandir Rodolfo Mallmann	01/05 a 30/05/2015
4.	Salvador Natair de Oliveira	01/05 a 30/05/2015
5.	Sergio Roberto Binder	11/05 a 30/05/2015
6.	Silvio Gevieski	01/05 a 30/05/2015
7.	Thiago Dione Zielinski	02/05 a 31/05/2015
8.	Viomar Binder	01/05 a 30/05/2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 24 de Abril de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 146/2015

PORTARIA Nº. 146/2015.

NOMEIA SERVIDORA PARA O CARGO DE COORDENADORA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item V, do artigo 65 e parágrafo único do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo II da já citada Lei,

RESOLVE:

Art 1º - NOMEAR TATIANE DE SOUZA, nascida em 02/04/1993, portadora do CPF n º 084.740.739-80, RG n º 5.996.935 SESP/SC, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de COORDENADORA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, criado através da Lei Complementar n º 011/2003, com redação dada pela Lei Complementar nº 021/2005 de 13/05/2005.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 24 de Abril de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

EDITAL 006 - PROCESSO SELETIVO 002/2015 - CLASSIFICAÇÃO FINAL

EDITAL 006 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" torna público, para o conhecimento dos interessados, a o RESULTADO FINAL do 002/2015, objetivando a formação de cadastro reserva para a contratação em caráter temporário de estagiários para atuação nas diversas secretarias da Administração Municipal.

RESULTADO FINAL POR ÁREA

SECRETARIAS DE URBANISMO, AGRICULTURA E DMER

Nº inscrição	Nome	Nota
017	Milena Jussara Pedroso	8,00
037	Yuri Bisol Castilho	5,50
007	André Luis Tombini	5,00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Nº inscrição	Nome	Nota
014	Paulo Vinicius Hassemer	8,00
036	Amanda Porn	7,00
042	Ana Maria Rhoden	6,50
010	Claudia Michele Brandt	6,00
006	Jonathan Daniel Moreira	6,00
040	Elisei Luis Golo	5,00

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL / CRAS

Nº inscrição	Nome	Nota
016	Claudia Regina Buche	7,00
020	Janieli Canal	6,50
011	Igor Luan Hartmann	6,00

SECRETARIA DE SAUDE

Nº inscrição	Nome	Nota
027	Alessandra Hall	6,50

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - escolas da rede municipal

Nº inscrição	Nome	Nota
001	Genuir José Andrioli Junior	7,00
031	Luiz Gabriel Bittencourt	6,50
012	Raissa de Freitas Schmoller Raspini	6,50
021	Arian Luis Zeni	6,00
032	Kiria Poliana Bittencourt	6,00
013	Amanda Paula Roy Pereira da Silva	5,50
003	Cristiane Silvia Mertins Marcanzoni	5,50
018	Gabriel Alves da Silva	5,50
005	Ian Rick Bartniski	5,50
008	Cristiane Mara Dallelaste Teles	5,00
034	Lilian Rafaela Minella	5,00
023	Paola Cristina Antunes	5,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - Pré Escola Sítio do Pica Pau Amarelo

Nº inscrição	Nome	Nota
022	Érica Tamires Jesus de Carvalho	6,00
015	Willian Romildo Gehardt Nietiedt	6,00

Itá/SC, 27 de abril de 2015.
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

EDITAL 007 - PROCESSO SELETIVO 001/2015 - 3ª CHAMADA

EDITAL007 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
Nº 001/2015 - 3ª CHAMADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 001/2015, homologado pelo Decreto 024/2015 de 09 de abril de 2015, para comparecerem no dia 28 de ABRIL 2015, às 8h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal, nº16 - Vila Gerasul, Itá/SC.

Auxiliar de Classe

26	SIRLEI MARIA STRINGUI
27	ANA PAULA REMOCRI

Itá, 27 de abril de 2015
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal de Itá

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL - PR Nº 21/2015

Processo Licitatório nº 27/2015 - Pregão Presencial nº 21/2015 - Objeto: contratação de empresa para prestar serviços de roçada e limpeza, às margens da Rodovia SC 114. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 12 de maio de 2015, até as 09hs10min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 12 de maio de 2015, as 09hs20min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptis.sc.gov.br. Itaiópolis, 24 de abril de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº 13/2015; Pregão Presencial nº 13/2015. Objeto: Contratação de Empresa para realização de exames de Alta Complexidade para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) atendidos e encaminhados através das Estratégias de Saúde da Família do Município de Itaiópolis, contemplando Tomografia Computadorizada e Ressonância Magnética, com uso de contrastes durante a realização dos exames, de acordo com a necessidade do procedimento e sob recomendação médica. Empresa vencedora: Associação de Caridade São Vicente de Paulo. Valor: R\$ 33.327,50. Vigência: 07 de meses. Itaiópolis, 27 de abril de 2015. Eliseu Alexandre Gabardo - Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO PREFEITURA Nº 124/2015 A 136/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Elio Groth Tornearia - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 065/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de solda, preenchimento, recuperação de peças de máquinas pesadas e caminhões desta municipalidade.

VALOR: R\$ 64.124,00

VIGÊNCIA: 01 de abril de 2016.

Itapiranga - SC., 01 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Maxcopy Equipamentos e Suprimentos Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 049/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de recarga de toners para atender as diversas secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 69.923,00

VIGÊNCIA: 02 de abril de 2016.

Itapiranga - SC., 02 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2015

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa de Livre Associação do Município de Itapiranga.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 003/2015.

OBJETO: Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e de acordo com a cláusula terceira da Ata original, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços, reajusta em 40,75% (Quarenta inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) para o item nº 45 do Processo Licitatório nº 003/2015, para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.

VALOR: R\$ 17.305,20

VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2016.

Itapiranga - SC., 02 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2015

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa de Livre Associação do Município de Itapiranga.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 033/2015.

OBJETO: Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e de acordo com a cláusula terceira da Ata original, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços, reajusta em 30,29% (Trinta inteiros e vinte e nove centésimos por cento) para o item nº 20 do Processo Licitatório nº 033/2015, para aquisição de gêneros alimentícios e outros materiais, para entrega parcelada, destinados para o programa conviver idosos da secretaria da assistência social, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 1.386,48

VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2016.

Itapiranga - SC., 02 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2015

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 062/2015.

OBJETO: Altera a marca cotada no item de nº 01 "água sanitária apropriada para higienização de alimentos (essa informação deverá constar no rótulo), deve ter registro no ministério da saúde. deverá conter as seguintes informações na rotulagem: composição: hipoclorito de sódio e água. princípio ativo: hipoclorito de sódio. teor de cloro ativo: 2,0% a 2,5% p/p. não deverá conter hidróxido de sódio. validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega do produto", haja vista a constatação por parte do município de que a marca originalmente cotada (Girando Sol) não atendia as especificações exigidas no item. A empresa optou por cotar a marca Q-BOA que atende as especificações exigidas.

VIGÊNCIA: 25 de março de 2016.

Itapiranga - SC., 02 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Darcy Antonio Vassalli - Me.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 162/2014.

OBJETO: Aquisição de botas táticas destinadas para uso da Polícia Militar de Itapiranga.

VALOR: R\$ 13.090,00

VIGÊNCIA: 04 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC., 13 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Paulo C. Padilha - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 077/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de placas destinadas para sinalização da cidade e interior, deste município.

VALOR: R\$ 2.956,00

VIGÊNCIA: 22 de abril de 2016.

Itapiranga - SC., 22 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Gilson Wuttke - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 077/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de placas destinadas para sinalização da cidade e interior, deste município.

VALOR: R\$ 18.106,00

VIGÊNCIA: 22 de abril de 2016.

Itapiranga - SC., 22 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Barcelo Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 078/2015.

OBJETO: Contratação de empresas para realização de transporte de atletas e outros, conforme autoriza a lei municipal nº 2.497/2008.

VALOR: R\$ 31.800,00

VIGÊNCIA: 24 de abril de 2016.

Itapiranga - SC., 24 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Nelson Schneiders - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 078/2015.

OBJETO: Contratação de empresas para realização de transporte de atletas e outros, conforme autoriza a lei municipal nº 2.497/2008.

VALOR: R\$ 112.500,00

VIGÊNCIA: 24 de abril de 2016.

Itapiranga - SC., 24 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Vanderlei Melchior - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 079/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais destinados para manutenção da iluminação pública do município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 5.300,00

VIGÊNCIA: 24 de abril de 2016.

Itapiranga - SC., 24 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Armando Lucca - EPP.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 079/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais destinados para manutenção da iluminação pública do município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 42.250,00

VIGÊNCIA: 24 de abril de 2016.

Itapiranga - SC., 24 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2015

PARTES: Município de Itapiranga e NS Tecnologia em Iluminação Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 079/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais destinados para manutenção da iluminação pública do município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 15.140,00

VIGÊNCIA: 24 de abril de 2016.

Itapiranga - SC., 24 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO SAÚDE Nº 048/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2015 - FMS.

PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa de Livre Associação do Município de Itapiranga.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 011/2015 - FMS.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de leite em pó especial, destinado para uso na alimentação de crianças recém-nascidas.

VALOR: R\$ 10.140,00

VIGÊNCIA: 13 de abril de 2016.

Itapiranga - SC., 13 de abril de 2015.

Luis Carlos Steffenon

Administrador do FMS

EXTRATO DE CONTRATO DA PREFEITURA Nº 073/2015 A 078/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 073/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Paraná Equipamentos S.A.

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 074/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de peças e serviços para conserto da bomba hidráulica do rolo compactador Caterpillar, a disposição da secretaria de transportes desta municipalidade.

VALOR: R\$ 37.226,36

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2015.

Itapiranga - SC. 01 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 172/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Construtora Hammes Ltda - EPP

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 166/2014.

OBJETO: Prorroga o prazo de execução do projeto para pintura interna e externa (com fornecimento de materiais e mão de obra) do prédio da Escola Municipal de Educação Infantil São Vicente e execução em regime de empreitada global dos serviços para ampliação e reforma parcial da Escola Municipal Bela Vista, desta cidade, tendo em vista que em virtude do período expressivo de interrupção de entrega de mercadorias causado pela "Paralisação dos Caminhoneiros", a cerâmica que seria assentada na parede não foi entregue no prazo combinado, o que acabou por paralisar a obra até que a mesma fosse entregue.

VIGÊNCIA: 30 de abril de 2015.

Itapiranga - SC. 02 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Gambatto Veículos São Miguel Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 070/2015.

OBJETO: Aquisição de veículo novo, 0 km, destinado uso do Corpo de Bombeiros de Itapiranga.

VALOR: R\$ 60.850,00

VIGÊNCIA: 10 de abril de 2016.

Itapiranga - SC. 10 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO DISTRATO Nº 076/2015

RESCISÃO DO CONTRATO Nº 185/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Informática Itapiranga Ltda

OBJETO: O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato nº 185/2014 para Comercialização de Internet para a Delegacia da Polícia Civil do município de Itapiranga, que ocorre em virtude da realização de processo licitatório para prestação deste serviço.

VALOR: R\$ 989,10

Itapiranga - SC. 10 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Paloschi & Paloschi Ltda - ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 073/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços para treinamento de equipes de competição do departamento de esportes do município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 42.500,00

VIGÊNCIA: 15 de abril de 2016.

Itapiranga - SC. 15 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/2015

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 070/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Berwanger & Grutzmann Corretora de Seguros Ltda

ORIGEM: Processo Licitatório na Modalidade de Convite de nº 92/2013.

OBJETO: Contratação de seguros para equipamentos desta municipalidade.

VALOR: R\$ 3.865,62

VIGÊNCIA: 02 de maio de 2016.

Itapiranga - SC. 24 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DA SAÚDE Nº 009/2015 A 012/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATOS CONTRATOS - SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2015 - FMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2014 - FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Construtora Bem Te Vi Ltda.

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 08/2014 - FMS

OBJETO: Prorroga até o dia 30 de junho de 2015, o prazo para a execução da obra de execução dos serviços para construção da Unidade Básica de Saúde Fronteira, conforme repasse fundo a fundo do Fundo Nacional da Saúde, Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, em virtude de alterações no projeto e orçamento.

VIGÊNCIA: 30 de junho de 2015.

Itapiranga - SC, 31 de março de 2015.

Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2015 - FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Clínica de Estética Bucal Muller & Muller S/S Ltda - Me.

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 013/2015 - FMS

OBJETO: Contratação de serviços odontológicos para confecção de próteses dentárias a pessoas necessitadas, conforme edital de credenciamento nº 001/2015.

VALOR: R\$ 217.800,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC, 02 de abril de 2015.

Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2015 - FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Gambatto Veículos São Miguel Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 009/2015 - FMS

OBJETO: Aquisição de 01 veículo novo, 0 km, destinado para uso da vigilância sanitária.

VALOR: R\$ 40.850,00

VIGÊNCIA: 10 de abril de 2016.

Itapiranga - SC, 10 de abril de 2015.

Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2015 - FMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2014 - FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Construtora Bem Te Vi Ltda.

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 08/2014 - FMS

OBJETO: Aditivo Contratual em virtude da realização de alterações qualitativas e quantitativas, de forma diferente do originalmente contratado na obra de execução dos serviços para construção

da Unidade Básica de Saúde Fronteira, conforme repasse fundo a fundo do Fundo Nacional da Saúde, Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2.

VALOR: R\$ 120.588,88

VIGÊNCIA: 30 de junho de 2015.

Itapiranga - SC, 15 de abril de 2015.

Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DE CONVÊNIO PREFEITURA Nº 04/2015 A 05/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATOS CONVENIOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 004/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Associação dos Empresários de Itapiranga - ASSEMIT.

OBJETO: Repasse financeiro para fins de custear despesas com infraestrutura, avaliação, preparação, manejo, transporte, alimentação, exames, tosquia e acompanhamento veterinário dos animais a serem expostos pelo setor agropecuário para a realização da 8ª Exposição Feira Regional, Agroindustrial e Comercial de Itapiranga - EFRAIT.

VALOR: R\$ 45.000,00

VIGÊNCIA: 30 de julho de 2015.

Itapiranga - SC, 16 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 005/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Associação dos Empresários de Itapiranga - ASSEMIT.

OBJETO: repasse financeiro para fins de custear despesas de infraestrutura, para a realização da 8ª Exposição Feira Regional, Agroindustrial e Comercial de Itapiranga - EFRAIT.

VALOR: R\$ 75.000,00

VIGÊNCIA: 30 de julho de 2015.

Itapiranga - SC, 16 de abril de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO Nº 80/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO

LICITATORIO DO PREGAO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2015

O Município de Itapiranga vem retificar o Edital de Processo Licitatório nº 80/2015, que tem como objeto: Aquisição de peças e materiais destinados para manutenção das máquinas pesadas a disposição da Secretaria de Transportes. A data da sessão pública prevista para o dia 30/04/2015 às 09:00 horas, em razão da alteração ocorrida no edital, os prazos constantes do instrumento convocatório ficam prorrogados, a teor do art. 21 § 4º da Lei 8.666/93, para o dia 08/05/2015 às 14:00 horas.

Itapiranga, 27 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015 PROCESSO Nº 43/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015
PROCESSO Nº 43/2015

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 12 de maio de 2015, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a aberturas dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Contratação de empresa para fornecimento e transporte de 20.000m³ de saibro de rocha britado, classificação peneira no máximo até 4" (polegadas), conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 27 de abril de 2015.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL PREGÃO Nº 24/15 - PROCESSO Nº 42/15

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015
PROCESSO Nº 42/2015

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00 min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30 min do dia 11 de maio de 2015, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos para uso das Unidades de Saúde, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças Licitações e Contratos das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 24 de abril de 2015.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2015 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 019/2014 MÉDICO 20 HORAS

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2015
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 019/2014
MÉDICO 20 HORAS

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato IGOR MORELLE PINHEIRO OLIVEIRA para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão) ;
7. Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação ;
8. Uma foto recente ;
9. Comprovante de residência;
10. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo. (Diploma);
11. Registro no CRM/SC;
12. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
13. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
14. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
16. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
17. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
18. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade);
19. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
20. Tipagem sanguínea;
21. Laudo médico;
22. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____;

Cristian Angelo Grassi
Secretário da Saúde
Itapoá, 27 de Abril de 2015.

**SECRETARIA DE SAÚDE:TERMO DE CONVOCAÇÃO
Nº 006/2015 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
- EDITAL Nº 019/2014 MÉDICO 20 HORAS**

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2015
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 019/2014
MÉDICO 20 HORAS

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata ANALU MARTINS STIEGEMAIER para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão) ;
7. Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação ;
8. Uma foto recente ;
9. Comprovante de residência;
10. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo. (Diploma);
11. Registro no CRM/SC;
12. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
13. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
14. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
16. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
17. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
18. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade);
19. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
20. Tipagem sanguínea;
21. Laudo médico;
22. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____;

Cristian Angelo Grassi
Secretário da Saúde
Itapoá, 27 de Abril de 2015.

IPESI**ATA - TOMADA DE PREÇOS 01 2015**

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA.

DATA	27/04/2015
HORARIO	11:00 HORAS
LICITAÇÃO/Nº	TOMADA DE PREÇO 01/2015
PROCESSO	02/2014

OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa para provimento de software de Gestão Pública e Serviços, desenvolvido em ambiente Web, abrangendo os serviços de instalação, migração de dados, parametrização, implantação, treinamento, provimento de datacenter, manutenção legal e corretiva e suporte técnico, conforme especificações constantes no Anexo VII do Edital

No dia e hora supramencionados, na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Itapoá, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação-CPL, conforme Portaria 818/2014, para os procedimentos inerentes a sessão da Tomada de Preço em epígrafe, conforme Edital respectivo e seus anexos. Observado que o edital foi Publicado no Mural Público do Ipesi, no Diário Oficial dos Municípios do dia 08 de abril de 2015, edição nº 1719, página 306 e no dia 09 de abril de 2015, edição 1720, página 252; publicado no jornal a notícia do dia 08 e 09 de abril de 2015; site oficial www.ipesi.sc.gov.br. Protocolou os envelopes de Habilitação e Proposta a empresa IPM Informatica Ltda, inscrita no CNPJ sob o nr 01.258.027/0001-41, às 9 Horas e 35 minutos no dia vinte e sete de abril de dois mil e quinze. Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação de proposta que se encontravam devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação e analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa estava de acordo com edital, portanto considerada HABILITADA. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada, cuja proposta foi achada conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

EMPRESA	VALOR TOTAL
IPM Informática Ltda	R\$ 31.922,00(trinta e um mil, novecentos e vinte e dois reais)

Portanto a empresa foi vencedora do objeto com o valor total de R\$ 31.922,00(trinta e um mil, novecentos e vinte e dois reais). A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme.

CARLITO JOAQUIM CUSTODIO JUNIOR - Presidente

SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA - Membro

JOSELENE G. DO NASCIMENTO CUNHA - Membro

JACKSON ALVES ASSUNÇÃO

Participante: IPM Informática Ltda

Ituporanga

PREFEITURA

ERRATA 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITUPORANGA
EDITAL Nº024/2015

ERRATA 002

DO EDITAL Nº 024, DE 23 DE ABRIL DE 2015, que Dispõe sobre a convocação de candidatos classificados no Concurso Público Municipal nº 001/2014 e Edital de convocação nº. 001/2014 e 002/2014”

JOELMA DA SILVA foi por equívoco convocada pelo Edital de Convocação nº 024 de 23 de abril de 2015, para o cargo de Psicóloga, sendo que a mesma foi classificada pelo Edital do Concurso Público 01/2014, e a chamada seria para o Edital do Concurso Público 03/2014.

Tornam público a seguinte ERRATA:

Onde se lê: EDITAL 01/2014 JOELMA DA SILVA
Lê-se:
EDITAL 03/2014 FELIPE FERREIRA DE JESUS

Ituporanga, 27 de abril de 2015
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito de Ituporanga

Joaçaba

PREFEITURA

33/2013 FMS

CONTRATO Nº 33/2013/FMS - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, centro, inscrito no CNPJ sob o número 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, por seu Gestor, e a empresa GESTÃO SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.556.416/0001-04, estabelecida na RUA MARIO LOBO, 61, Bairro CENTRO, no Município de JOINVILLE/SC, representada neste ato pelo Sr. NORIVAL RAULINO DA SILVA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 3.651.026 e CPF nº 027.027.459-62, residente e domiciliado na RUA FRITZ HOFMANN, 62, cidade de JOINVILLE/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 33/2013/FMS, firmado em 26/08/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 33/2013/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 27/2013/FMS, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços de consultoria e capacitação na área do Sistema Único de Saúde para assessoramento da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 10 (dez) meses, a contar de 26 de abril de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 30 (trinta) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais), passando a importar a presente contratação o valor global de R\$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 24 de abril de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Rafael Laske
Prefeito

GESTÃO SAUDE LTDA
Norival Raulino da Silva Junior

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

DISPENSA DE LICITAÇÃO 3/2015/PMJ - HOMOLOGADA EM 24/04/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 37/2015/PMJ
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2015/PMJ

1 - DO OBJETO

Contratação da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, para a execução de serviços de assistência técnica e extensão rural no Município de Joaçaba, SC, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho 2015 - PAT, Anexo I deste processo.

2 - DA JUSTIFICATIVA

A dispensa de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se pela relevância dos serviços a serem prestados pela empresa contratada, os quais suprem a necessidade de suporte operacional para que a Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação do Município incremente suas atividades visando o pleno desenvolvimento sustentável do meio rural, em benefício de toda a sociedade.

Ressalta-se ainda que a empresa contratada, no que tange ao nível tático-operacional, delega às gerências regionais, além de outras competências, a articulação e suporte intrarregional, a participação nos planos municipais de desenvolvimento rural e na articulação local.

3 - DA EMPRESA CONTRATADA

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0034-20, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 172, centro, do Município de Joaçaba (SC).

4 - DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 16.100,00 (dezesesseis mil e cem reais) para a execução dos serviços, sendo que o mesmo deverá ser pago de forma parcelada, conforme estabelecido no contrato.

5 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso VIII.

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do processo acima citado serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária:

2.044 - MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

171 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 13 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E INOVAÇÃO
JORGE RONALDO POHL
Secretário

EDITAL 001 2015 CONCURSO SECRETARIA DE SAÚDE - CONVOCAÇÃO PRA SORTEIO

MUNICÍPIO DE JOAÇABA / SC
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
CONCURSO PÚBLICO 01/2015

EDITAL Nº 09/2015 - CONVOCAÇÃO PARA SORTEIO PÚBLICO

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba/SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 60 da Lei Orgânica do Município, torna público o Edital nº. 09/2015 - Convocação para Sorteio Público, referente ao Concurso Público Nº. 01/2015 destinado ao provimento de cargos públicos efetivos de Auxiliar de Saúde Bucal, Fisioterapeuta, Técnico em Enfermagem, Agente da Dengue, Nutricionista, Médico Generalista, Médico Especialista nas áreas de Cardiologia, Dermatologia, Gastroenterologia, Geriatria, Ginecologia, Infectologia, Neurologia, Oftalmologia, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pneumologia, Pediatria, Psiquiatria, Urologia e Cabeça e Pescoço, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, e alterações posteriores, sob o regime estatutário, certame que observará os regramentos pertinentes, além do estatuído no edital de abertura e inscrições, tudo sob a coordenação técnico-administrativa da empresa Legalle Concursos e Soluções Integradas Ltda.

1. DA DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DE SORTEIO PÚBLICO

O sorteio público será realizado em ato público no dia 30 do mês de abril de 2015, às 14 horas, nas dependências do Auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba/SC, situada à Avenida XV de Novembro, Nº 223, na cidade de Joaçaba/SC, em acordo com o edital de abertura e inscrições.

2. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

Os candidatos abaixo relacionados, ficam convocados a comparecer na data, horário e local indicados no item 1 deste edital para acompanhar ato público de sorteio público como último critério de desempate a ser aplicado:

Angela Aurora Andrin, inscrição 0005, para o cargo de Técnico de Enfermagem; Ivani de Fátima Brasil Moreira do Prado, inscrição 0024, para o cargo de Técnico de Enfermagem; Mariluz Almeida Chagas, inscrição 0038, para o cargo de Técnico de Enfermagem; Mônica Wolfart, inscrição 0035, para o cargo de Técnico de Enfermagem; Lucimari Mendes Rodrigues Calluans, inscrição 0033, para o cargo de Técnico de Enfermagem; Zenir das Graças Schuzaizerski Swistak, inscrição 0014, para o cargo de Técnico de Enfermagem; Jéssica Bressanelli, inscrição 0026, para o cargo de Agente da Dengue; Rosane Teles Vieira, inscrição 0072, para o cargo de Agente da Dengue; Cleriston Viana de Souza, inscrição 0010, para o cargo de Agente da Dengue; Elisabete da Cruz, inscrição 0008, para o cargo de Agente da Dengue; Leticia Ediane Lago, inscrição 0050, para o cargo de Agente da Dengue; Geneci Dornelles, inscrição 0045, para o cargo de Agente da Dengue; Valdir Ferreira, inscrição 0029, para o cargo de Agente da Dengue; Fernanda Pasini, inscrição 0049, para o cargo de Agente da Dengue; Janaina Ferreira dos Santos, inscrição 0047, para o cargo de Agente da Dengue; Rejane Paganini, inscrição 0032, para o cargo de Agente da Dengue; Gisele da Silva dos Santos, inscrição 0055, para o cargo de Agente da Dengue; Janaina Medeiros Soutier, inscrição 0012, para o cargo de Agente da Dengue; Maieli da Silva

Amora, inscrição 0004, para o cargo de Agente da Dengue; Naiara Ferreira de Oliveira, inscrição 0039, para o cargo de Agente da Dengue; Walter de Oliveira, inscrição 0042, para o cargo de Agente da Dengue; Franciane de Lurdes Benites, inscrição 0057, para o cargo de Agente da Dengue; Silvana da Luz, inscrição 0035, para o cargo de Agente da Dengue; Claudia Eduarda de Lima Chudzikiewicz, inscrição 0041, para o cargo de Agente da Dengue; Juliana Aparecida Machado da Silveira, inscrição 0071, para o cargo de Agente da Dengue; Angélica Bianchetti da Silva, inscrição 0006, para o cargo de Agente da Dengue; Debora Glauce da Silva Rodrigues, inscrição 066, para o cargo de Agente da Dengue; Diane Favretto, inscrição 0002, para o cargo de Nutricionista e Fernanda Paloschi, inscrição 0009, para o cargo de Nutricionista.

Os candidatos ficam advertidos que o comparecimento não é obrigatório.

Joaçaba/SC, em 27 de abril de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal de Joaçaba/SC

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

EDITAL 001 2015 CONCURSO SECRETARIA DE SAÚDE - NOTAS OFICIAIS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA / SC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

CONCURSO PÚBLICO 01/2015

EDITAL Nº 08/2015 - DIVULGAÇÃO DAS NOTAS OFICIAIS DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba/SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 60 da Lei Orgânica do Município, torna público o Edital nº. 08/2015 - Divulgação das notas oficiais da prova teórico-objetiva, referente ao Concurso Público Nº. 01/2015 destinado ao provimento de cargos públicos efetivos de Auxiliar de Saúde Bucal, Fisioterapeuta, Técnico em Enfermagem, Agente da Dengue, Nutricionista, Médico Generalista, Médico Especialista nas áreas de Cardiologia, Dermatologia, Gastroenterologia, Geriatria, Ginecologia, Infectologia, Neurologia, Oftalmologia, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pneumologia, Pediatria, Psiquiatria, Urologia e Cabeça e Pescoço, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, e alterações posteriores, sob o regime estatutário, certame que observará os regramentos pertinentes, além do estatuído no edital de abertura e inscrições, tudo sob a coordenação técnico-administrativa da empresa Legalle Concursos e Soluções Integradas Ltda.

Joaçaba/SC, em 27 de abril de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal de Joaçaba/SC

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

1. DAS NOTAS OFICIAIS POR CARGO

AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL							
INSC.	CANDIDATO	DATA NASC.	RG	NOTA PROVA			CLASSIFICAÇÃO FINAL
				PORTUGUÊS	CONHEC. ESPECÍFICOS	NOTA FINAL	
0006	SONIA ZAGO FERNANDES	15/10/1970	2631593	1,75	5,25	7	1º
0005	MARCELI APARECIDA DE SOUZA	07/09/1971	2823487	1	5,5	6,5	2º
0004	ANDREIA DA LUZ FREITAS	23/05/1988	9906345-9	1,5	5,0	6,5	3º
0009	NILTA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA	11/06/1973	2822709-3	1	5,25	6,25	4º
0003	ANA LUCIA SOBRINHO	28/11/1981	3847618	1,25	5	6,25	5º
0001	ANDRÉA TOIGO DA SILVA	03/11/1976	3347217	1,5	4,75	6,25	6º
0011	GRAZIELA CHAVES	25/08/1995	6615697	0,75	5	5,75	7º
0002	ANA PAULA VIEIRA	21/06/1983	5007541	1	4,75	5,75	8º
0008	DEIZI DAIANI CORDEIRO	04/04/1993	5641756	1,25	4,25	5,5	9º
0010	SUELEM RODRIGUES FARIAS	10/10/1984	3808135	1	4,25	5,25	10º

FISIOTERAPEUTA

INSC.	CANDIDATO	DATA NASC.	RG	NOTA PROVA			CLASSIFICAÇÃO FINAL
				PORTUGUÊS	CONHEC. ESPECÍFICOS	NOTA FINAL	
0004	KARINE GUIZZO TEIXEIRA	08/12/1986	1089087728	1,25	4	5,25	1º
0008	ALINE LETICIA CARRER BURLIN	20/12/1990	5095816	1,5	3,75	5,25	2º
0006	GRAZIELA BARBIERI	27/08/1981	3777567	0,75	4	4,75	R
0007	CAROLINE MOREIRA LOPES	08/12/1990	3849000	1	3,75	4,75	R
0005	LUCIANA BERNARDI	21/10/1986	4488380	1	3,25	4,25	R
0002	RENATA LUCI SAVARIS	02/12/1979	3427922	1	3,25	4,25	R
0001	CÁSSIO NORONHA MARTINS	22/09/1988	1079408298	1	3	4	R
0009	PATRICIA HELLER	25/08/1980	3157984	0,5	3,25	3,75	R
0003	CRISTIANE PATZLAFF	25/04/1987	4929924	0,25	2	2,25	R

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

INSC.	CANDIDATO	DATA NASC.	RG	NOTA PROVA			CLASSIFICAÇÃO FINAL
				PORTUGUÊS	CONHEC. ESPECÍFICOS	NOTA FINAL	
0018	CHAIANE DAL PRÁ	20/01/1991	5423426	2	6,25	8,25	1º
0032	KAROLINE HARTMANN CESA	20/10/1990	5276475	2,25	5,5	7,75	2º
0006	JOANITA RIGO	21/03/1978	3777895	1,75	5,75	7,5	3º
0015	SOLANGE RIBEIRO	08/04/1979	3928845	1	6,25	7,25	4º
0005	ANGELA AURORA ANDRIN	27/09/1982	3747008	1,75	5,5	7,25	E 5º
0024	IVANI DE FÁTIMA BRASIL MOREIRA DO PRADO	15/06/1969	7203194	1,75	5,5	7,25	E 5º
0026	VERA LUCIA GALVÃO BISSANI	18/08/1973	3153712	1,75	5,25	7	7º
0001	LUANA FRACARO	11/02/1988	5008751	0,75	5,5	6,25	8º
0022	MARLENE TEREZINHA HELLER	06/07/1984	4756341	1	5,25	6,25	9º
0012	ELIZANDRA FIDELIS	04/10/1980	3808130	1,25	5	6,25	10º
0040	MICHELI ALVES DIAS	28/11/1979	3847791	1,5	4,75	6,25	11º
0039	RAQUEL APARECIDA DIAS	10/08/1984	4739685-7	1	5	6	12º
0003	ADRIANA DE SOUZA ALMEIDA	07/03/1978	3680484	1,75	4,25	6	13º
0030	SALETE NERES	15/02/1966	2420080	2	4	6	14º
0010	ROSA BITENCOURT PINHO	22/10/1967	1709299	1	4,75	5,75	15º
0038	MARILUZ ALMEIDA CHAGAS	03/09/1973	2820650	1,25	4,5	5,75	E 16º
0035	MÔNICA WOLFART	28/05/1982	4621854	1,25	4,5	5,75	E 16º
0013	MARINEZ STASIACK	04/08/1980	3066035191	1	4,5	5,5	18º
0016	MARCELEI APARECIDA DE OLIVEIRA RODRIGUES	28/09/1977	3511773-7	1,25	4,25	5,5	19º
0004	DANIELLE IZES MASCARELLO	12/06/1981	3777263	1,75	3,75	5,5	20º
0033	LUCIMARI MENDES RODRIGUES CALLUANS	31/07/1967	2147680	0,75	4,5	5,25	E 21º
0014	ZENIR DAS GRAÇAS SCHUVAIZERSKI SWISTAK	05/11/1968	2709845-1	0,75	4,5	5,25	E 21º
0020	DIUVANA SIQUEIRA DE SOUZA	17/11/1982	4380966-9	1	4,25	5,25	23º
0017	MARISTELA DE FÁTIMA CAVALHEIRO MACHADO	10/11/1984	5007240	1,5	3,75	5,25	24º
0002	SIMONE FATTORI	17/04/1986	4742293	1,25	3,5	4,75	R
0008	EUNICE FERREIRA COUTINHO SOARES	05/01/1963	12664840-2	0,5	4	4,5	R
0031	IONE MARIA BELOTTO CORRÊA	23/11/1950	655134	0,75	3,75	4,5	R
0037	MARIA DE FATIMA MARTINAZZO	07/05/1977	3427502	1	3,5	4,5	R
0036	SINIRA APARECIDA SOARES	24/02/1965	1706376	0,25	4	4,25	R
0007	DIRCEMA TEREZINHA DE MARCO	03/12/1960	1517336	0,5	3,75	4,25	R
0025	IVANIR ALVES MULLER	21/04/1959	6806970	0,5	3,5	4	R
0028	MARCIA MARIA BONOTTO	16/10/1970	2420095	0,5	3,5	4	R
0009	ROSELI WEBER	06/02/1966	1709506	0,5	3,5	4	R
0019	DÉBORA ZUANAZZI	14/10/1985	5087497953	1,5	2,5	4	R
0027	MARIA ADELINA INACIO FERREIRA	23/02/1967	1889235	0,5	3,25	3,75	R

0011	IVANILDE TEREZINHA PASA DE OLIVEIRA	31/08/1971	2821977	0,5	2,75	3,25	R
0029	SUZANI GREGÓRIO RIBEIRO	25/02/1973	2819431	0,25	2,75	3	R

AGENTE DA DENGUE

INSC.	CANDIDATO	DATA NASC.	RG	NOTA PROVA			CLASSI- FICAÇÃO FINAL
				PORTU- GUÊS	CONHEC. ESPECÍFI- COS	NOTA FINAL	
0019	TAILISE CRISTINA KOPP	16/12/1988	5619368	1,75	6,75	8,5	1º
0077	ADRIANO DANIEL PASQUALOTTI	17/01/1990	4079503662	1,75	6	7,75	2º
0075	EMILIANO LOPES	24/01/1984	4055241	2	5,75	7,75	3º
0046	EDILAINE APARECIDA DE BARBA DE COL	12/10/1978	3849606	1,75	5,75	7,5	4º
0009	CAMILA BELON	16/01/1997	5464041-5	2	5,25	7,25	5º
0022	LILIAN VERIDIANA BOGONI	06/08/1975	3652953	2,25	5	7,25	6º
0025	ANGELA MARIA ROSANELLI	15/04/1993	5914533	1,25	5,75	7	7º
0063	RITA FRATINI	20/08/1980	3652542	1,75	5,25	7	8º
0020	JULIANA FRIGO GIACOMINI	24/07/1992	5753972	1	5,75	6,75	9º
0028	JESSICA TALYTA RIBEIRO	23/02/1995	5708693	1,25	5,5	6,75	10º
0040	ANDERSON PELENTIER	01/11/1987	5007243	1,75	5	6,75	11º
0023	GUSTAVO MORELATO BENATO	29/07/1989	4954607	2	4,75	6,75	12º
0026	JÉSSICA BRESSANELLI	02/03/1996	5423433	1,25	5	6,25	E 13º
0072	ROSANE TELES VIEIRA	03/11/1975	3346719	1,25	5	6,25	E 13º
0010	CLERISTON VIANA DE SOUZA	19/07/1983	30412249-X	1,5	4,75	6,25	E 15º
0008	ELIZABETE DA CRUZ	16/02/1965	1767030	1,5	4,75	6,25	E 15º
0050	LETICIA EDIANE LAGO	30/03/1998	5837878	1,5	4,75	6,25	E 15º
0045	GENECI DORNELLES	02/07/1970	456212	1,75	4,5	6,25	E 18º
0029	VALDIR FERREIRA	16/11/1962	1333681	1,75	4,5	6,25	E 18º
0049	FERNANDA PASINI	13/05/1995	4434573	1,25	4,75	6	E 20º
0047	JANAINA FERREIRA DOS SANTOS	19/12/1991	5212486	1,25	4,75	6	E 20º
0032	REJANE PAGANINI	16/09/1974	2637216	1,25	4,75	6	E 20º
0014	MARIELI DA SILVA PENTEADO	31/05/1983	4289975	1,75	4,25	6	23º
0002	CRISTIANE NAGINSKI	11/04/1988	5731510	0,75	5	5,75	24º
0011	LIDIAMARA APARECIDA BELUSSO	29/07/1993	5641546	1	4,75	5,75	25º
0055	GISELE DA SILVA DOS SANTOS	23/10/1994	6627265	1,25	4,5	5,75	E 26º
0012	JANAINA MEDEIROS SOUTIER	02/03/1991	5544918	1,25	4,5	5,75	E 26º
0004	MAIELI DA SILVA AMORA	22/10/1989	5464584-0	1,25	4,5	5,75	E 26º
0039	NAIARA FERREIRA DE OLIVEIRA	06/06/1997	6762690	1,25	4,5	5,75	E 26º
0042	WALTER DE OLIVEIRA	07/10/1964	1513964	1,25	4,5	5,75	E 26º
0060	JÉSSICA ALVES	22/11/1992	5394875	1,75	4	5,75	31º
0038	EVERTON TEIXEIRA DA SILVA	30/01/1996	5995441	2	3,75	5,75	32º
0057	FRANCIANE DE LURDES BENITES	20/03/1996	5837625	1	4,5	5,5	E 33º
0035	SILVANA DA LUZ	09/03/1988	5239579	1	4,5	5,5	E 33º
0041	CLAUDIA EDUARDA DE LIMA CHUDZIKIEWICZ	29/09/1995	6211044	1,25	4,25	5,5	E 35º
0071	JULIANA APARECIDA MACHADO DA SILVEIRA	29/08/1983	4488528	1,25	4,25	5,5	E 35º
0001	GIOVANI JOSÉ MARIANO	12/02/1992	4797348	0,75	4,5	5,25	37º
0006	ANGÉLICA BIANCHETTI DA SILVA	21/06/1985	4373540	1,25	4	5,25	E 38º
0066	DEBORA GLAUCE DA SILVA RODRIGUES	25/01/1991	5402375-0	1,25	4	5,25	E 38º
0036	ROSANGELA APARECIDA GIRIOLI	13/12/1973	2818079	0,5	4,5	5	40º
0005	ROSANE JOAQUIM DA SILVA	19/08/1974	2824423	0,75	4,25	5	41º
0053	EDNA MARA GRAHL	09/05/1988	7024433	1,5	3,5	5	42º
0018	NELSON SCHLINDWEIN JUNIOR	27/05/1994	5158588	1,75	3,25	5	43º
0030	SUÉLEN APARECIDA FERLIN	15/05/1982	4005068	1	3,75	4,75	R

0070	MARCIA ARNS DOS SANTOS	07/10/1978	3158382-2	1,25	3,5	4,75	R
0007	PAMELA CRISTINA MOREIRA	26/03/1994	6673003	1,25	3,5	4,75	R
0024	STEPHANIE DINA COSTA FERREIRA	11/10/1994	6217785	1,25	3,5	4,75	R
0021	KELLY DAIANE DE OLIVEIRA	29/05/1988	5158549	1,5	3,25	4,75	R
0027	FABIANA DE OLIVEIRA	07/03/1981	3928075	0,5	4	4,5	R
0043	GILBERTO VASTRES	18/06/1972	2823246	0,5	4	4,5	R
0016	MARLENE PASTORI BOTT	01/09/1971	2634889-6	0,75	3,75	4,5	R
0069	PAULO HENRIQUE PADOVA	20/08/1992	4621039	0,5	3,75	4,25	R
0058	IVA LUIZA DA SILVA	21/06/1949	1701743	0,75	3,5	4,25	R
0065	ALESSANDRA MARIA ZAMPIERI SERAFIM	07/06/1972	2633682	0,75	3,5	4,25	R
0048	JULIA DA ROSA	21/11/1995	6025438	0,75	3,5	4,25	R
0033	MARIA CASTURINA CHIMITE	01/12/1975	2817960	0,75	3,5	4,25	R
0017	PÂMELA MIRELA DA SILVA	31/05/1997	6851853	0,75	3,5	4,25	R
0064	PAOLA ZAMPIERI SERAFIM	24/10/1992	5158702	0,75	3,5	4,25	R
0003	ALCIMARA VARGAS	02/07/1985	4879363	1	3,25	4,25	R
0067	LEILA DIANA DA SILVA RODRIGUES	11/05/1992	5402371	1,25	2,75	4	R
0015	ROMILDE SCHEREN	30/06/1961	1385951	1,25	2,75	4	R
0056	CLAUDINEI DIAS RODRIGUES	11/01/1981	4092838	0,75	3	3,75	R
0051	JUCIMARA DO NASCIMENTO LAGO	04/10/1977	3527208	1	2,75	3,75	R
0062	CAMILA TERENCE ZAGONEL	11/05/1996	5341319	1	2,25	3,25	R
0054	JULIANE APARECIDA PANCERA	22/02/1991	5619803	1	2,25	3,25	R
0052	ROSANE DE OLIVEIRA	24/06/1970	2146349	0,75	2,25	3	R
0061	DIRLEI MARIA MIOTTO	15/11/1960	24898810-4	0,25	2,25	2,5	R
0059	REGIANE THEREZINHA DOS SANTOS	25/03/1987	41962996-8	0,25	2,25	2,5	R
0044	MARIA TAVARES ALVES	06/10/1962	1511666	0	2	2	R

NUTRICIONISTA

INSC.	CANDIDATO	DATA NASC.	RG	NOTA PROVA			CLASSI- FICAÇÃO FINAL
				PORTU- GUÊS	CONHEC. ESPECÍFI- COS	NOTA FINAL	
0003	MAIELE KREMER	16/03/1990	4954702	1	5,5	6,5	1º
0006	CLAUDIA SILVESTRE TORRES	17/01/1971	7050353452	0,5	5,5	6	2º
0008	ANGELA CARLA FORESTI	20/05/1992	5270158	0,75	5,25	6	3º
0010	LINNAE HOFFMANN COELHO	02/07/1987	3427514-2	0,5	5,25	5,75	4º
0001	LETÍCIA SERNAJOTTO URBANO DE MORAES	08/11/1987	4434097	0,75	5	5,75	5º
0011	TAINÁ TESSARI	02/05/1991	5464328	1,5	4	5,5	6º
0002	DIANE FAVRETTO	19/02/1988	5008299	0,75	4,5	5,25	E 7º
0009	FERNANDA PALOSCHI	07/07/1994	6099976	0,75	4,5	5,25	E 7º
0004	DAYANE FISCHER	28/01/1992	5212987	0	3,5	3,5	R
0005	GEOVANA BOMBASSARO	25/03/1990	3994491	1,5	3	4,5	R

MÉDICO GENERALISTA

INSC.	CANDIDATO	DATA NASC.	RG	NOTA PROVA			CLASSI- FICAÇÃO FINAL
				PORTU- GUÊS	CONHEC. ESPECÍFI- COS	NOTA FINAL	
0005	AMANDA FRIES DE ANDRADE	15/08/1991	5341492	2	5,75	7,75	1º
0002	GABRIEL WEISS	05/05/1991	5276388	1,25	5,25	6,5	2º
0007	GLADISTONE COGHETTO JÚNIOR	25/07/1990	6210700	1	5	6	3º
0011	NELZI FERREIRA DE QUEIROZ JUNIOR	20/07/1991	5276118	1,25	4,75	6	4º
0010	ERLO LUTZ	25/04/1963	7017605952	1,75	4	5,75	5º

0003	IANE GONZATTO	01/08/1988	6083713732	0,75	4,75	5,5	6º
0012	BEATRIZ SARTORI	15/05/1992	4150427	1,25	4,25	5,5	7º
0004	DANIELA KOPHAL	10/02/1987	3101277	0,75	4,25	5	8º
0013	GIOVANI BENETTI	09/08/1981	4040623011	0,75	4	4,75	R
0006	JOEL WORMA DE SOUZA	29/12/1982	3409330	0,75	3,25	4	R
0008	DAIANA FORESTI	05/11/1985	4785385	0,75	2,75	3,5	R

MÉDICO ESPECIALISTA: DERMATOLOGIA

INSC.	CANDIDATO	DATA NASC.	RG	NOTA PROVA			CLASSIFICAÇÃO FINAL
				PORTUGUÊS	CONHEC. ESPECÍFICOS	NOTA FINAL	
0001	ROBERTA RICHTER ZANELLA BISSANI	30/09/1982	7188872	2	3,75	5,75	1º

MÉDICO ESPECIALISTA: GERIATRIA

INSC.	CANDIDATO	DATA NASC.	RG	NOTA PROVA			CLASSIFICAÇÃO FINAL
				PORTUGUÊS	CONHEC. ESPECÍFICOS	NOTA FINAL	
0001	CLOVIS BISSANI JUNIOR	11/05/1983	3538840	1	6,25	7,25	1º

MÉDICO ESPECIALISTA: GINECOLOGIA

INSC.	CANDIDATO	DATA NASC.	RG	NOTA PROVA			CLASSIFICAÇÃO FINAL
				PORTUGUÊS	CONHEC. ESPECÍFICOS	NOTA FINAL	
0002	DIEGO MAESTRI	04/04/1974	7058614186	1,25	4,75	6	1º
0001	JONATAS DEON	15/01/1985	3427979	0,75	4,75	5,5	2º
0003	JORGE LUIZ ARISTIMUNHA JUNIOR	10/03/1982	2076135173	1,5	3,75	5,25	3º

MÉDICO ESPECIALISTA: NEUROLOGIA

INSC.	CANDIDATO	DATA NASC.	RG	NOTA PROVA			CLASSIFICAÇÃO FINAL
				PORTUGUÊS	CONHEC. ESPECÍFICOS	NOTA FINAL	
0001	GABRIEL PAIZ PELLISER	03/01/1984	2058302544	0,75	4,5	5,25	1º

MÉDICO ESPECIALISTA: OFTALMOLOGIA

INSC.	CANDIDATO	DATA NASC.	RG	NOTA PROVA			CLASSIFICAÇÃO FINAL
				PORTUGUÊS	CONHEC. ESPECÍFICOS	NOTA FINAL	
0001	CRISTIANO DETONI	12/03/1977	3157737	0,75	3,5	4,25	R

MÉDICO ESPECIALISTA: PEDIATRIA

INSC.	CANDIDATO	DATA NASC.	RG	NOTA PROVA			CLASSIFICAÇÃO FINAL
				PORTUGUÊS	CONHEC. ESPECÍFICOS	NOTA FINAL	

0001	DAIANE DE CASTRO FROSI	15/01/1989	5095146014	0,5	5,25	5,75	1°
------	------------------------	------------	------------	-----	------	------	----

MÉDICO ESPECIALISTA: ORTOPEDIA

INSC.	CANDIDATO	DATA NASC.	RG	NOTA PROVA			CLASSIFICAÇÃO FINAL
				PORTUGUÊS	CONHEC. ESPECÍFICOS	NOTA FINAL	
0003	RANGEL SEGATTI	01/04/1982	6060899116	1	3,25	4,25	R
0004	GUSTAVO HOHMANN CAMIÑA	23/09/1980	3156648	0,5	3,5	4	R

MÉDICO ESPECIALISTA: OTORRINOLARINGOLOGIA

INSC.	CANDIDATO	DATA NASC.	RG	NOTA PROVA			CLASSIFICAÇÃO FINAL
				PORTUGUÊS	CONHEC. ESPECÍFICOS	NOTA FINAL	
0001	GUSTAVO HENRIQUE DURAN	21/09/1988	5118375	0,75	5	5,75	1°

MÉDICO ESPECIALISTA: PNEUMOLOGIA

INSC.	CANDIDATO	DATA NASC.	RG	NOTA PROVA			CLASSIFICAÇÃO FINAL
				PORTUGUÊS	CONHEC. ESPECÍFICOS	NOTA FINAL	
0001	ENEMARA CRISTIANE PRETTO	30/08/1982	3427693	1	4,75	5,75	1°
0002	CARLOS ALBERTO MASSUCATO	08/10/1982	3847702	1	4,5	5,5	2°

MÉDICO ESPECIALISTA: UROLOGIA

INSC.	CANDIDATO	DATA NASC.	RG	NOTA PROVA			CLASSIFICAÇÃO FINAL
				PORTUGUÊS	CONHEC. ESPECÍFICOS	NOTA FINAL	
0002	LUCAS FELIPE GOMES	02/01/1981	4069175182	2	6,5	8,5	1°
0001	FRANCISCO OTAVIO ALVES LORASCHI	03/08/1978	1705126	2,25	4,5	6,75	2°

R: Reprovado

E: Empate

EXTRATO CONTRATO 240/2015/PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 240/2015/PMJ

PL 37/2015/PMJ - DL 3/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI - JOAÇABA.

OBJETO: Prestação, pela CONTRATADA, de serviços de assistência técnica e extensão rural no Município de Joaçaba, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho 2015 - PAT, que desde já integra este instrumento.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 16.100,00 (dezesesseis mil e cem reais), que serão pagos pela CONTRATANTE em 09 (nove) parcelas iguais e sucessivas.

VIGÊNCIA: 31/12/2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.044 - MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

171 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas

FISCAL CONTRATO: NELSI CARNIEL

DATA DE ASSINATURA: 24/04/2015.

JORGE RONALDO POHL

Secretário de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação

EXTRATO CONTRATO 77/2015/FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 77/2015/FMS

PL 11/2015/FMS - TP 01/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: RUBENS WALMORBIDA NETO ME OBJETO: a prestação pela CONTRATADA de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos e equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de enfermagem das Unidades de Saúde (ESF's) do Município de Joaçaba, SC.

VALOR CONTRATADO: R\$ 25.188,00(Vinte e cinco mil, cento e oitenta e oito reais), sendo R\$ 2.099,00 (Dois mil, noventa e nove reais) mensais

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.122 - BLATB - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038 - Aplicações Diretas

FISCAL DO CONTRATO: ARIELA AUGUSTIN

DATA DE ASSINATURA: 27/04/2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI

Secretário Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PL 11/2015/FMS - TP 01/2015/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2015/FMS

O Secretário de Saúde Ademir Luiz Righi, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 11/2015/FMS - TP 01/2015/FMS, nos seguintes termos:

Objeto: a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos e equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de enfermagem das Unidades de Saúde (ESF's) do Município de Joaçaba, SC. Empresa Vencedora:

RUBENS WALMORBIDA NETO ME

VALOR R\$ 25.188,00 (vinte e cinco mil, cento e oitenta e oito

reais), sendo R\$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais) mensais.

FISCAL: ARIELA AUGUSTIN.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 27 de abril de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI

Secretario- FMS

PORTARIA N.º 4261

PORTARIA Nº 4.261 DE 22 DE ABRIL DE 2015

"CONTRATA FUNCIONÁRIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR, o (a) Sr.(a) MARLI SILVEIRA MENDES VEBER, Agente Comunitário de Saúde, a partir da data de 22 de abril de 2015, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público n.º 004/2014/FMS com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 22 de abril de 2015

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4262

PORTARIA Nº 4.262 DE 24 DE ABRIL DE 2015

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) GIOVANA DOS SANTOS MILANI, a partir do dia 24 de abril de 2015, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público n.º 004/2014/FMS com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 24 de abril de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4263

PORTARIA Nº 4.263 DE 24 DE ABRIL DE 2015
"REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - REDUZ A CARGA HORÁRIA d(a) Sr.(a) ELIANI DE FATIMA BALESTRIN DAROLD, Professor Temporário, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atender o disposto na Lei Complementar n.º 259/2014, na Escola Municipal Frida Regensburger, com carga horária de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 24 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4264

PORTARIA Nº 4.264 DE 24 DE ABRIL DE 2015
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor ANDRELISSA HOFF DE OLIVEIRA SOBRINHO das funções de Agente de Dengue, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo disposto no art. 1º, I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 22 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 24 de abril de 2015
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4265

PORTARIA Nº 4.265 DE 27 DE ABRIL DE 2015
"CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com o processo n.º 137.789/2015, resolve:

Art. 1º. CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA a(o) Servidor(o) ARLENE MARIA FERRI, Professor Pós Graduado Nível I (Pós Graduado - cargo em extinção), em função de implementar o direito de acordo com o art. 35, da Lei Complementar nº 99 de 24 de junho de 2005.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010, tendo implementado os requisitos para concessão em 19 de agosto de 2011.

JOAÇABA(SC), em 27 de abril de 2015
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4266

PORTARIA Nº 4.266 DE 27 DE ABRIL DE 2015
"CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com o processo n.º 138.103/2015, resolve:

Art. 1º. CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA a(o) Servidor(o) LUCIA SANTINI SARTORI MANTOVANI, Técnico de Administração, em função de implementar o direito de acordo com o art. 35, da Lei Complementar nº 99 de 24 de junho de 2005.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 14 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010, tendo implementado os requisitos para concessão em 19 de agosto de 2011.

JOAÇABA(SC), em 27 de abril de 2015
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4267

PORTARIA Nº 4.267 DE 27 DE ABRIL DE 2015
"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) ANDREIA CAZELLA, Assessor Administrativo da Gerencia de Cultura, nível CC-5, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal - Divisão de Cultura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 27 de abril de 2015
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4268

PORTARIA Nº 4.268 DE 27 DE ABRIL DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). ROSANE DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Internos, em função da titulação de Ensino médio, conforme pedido protocolado através do processo n.º 138.239 de 14 de abril de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Auxiliar de Serviços Internos Nível B-II.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 14 de abril de 2015, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4269

PORTARIA Nº 4.269 DE 27 DE ABRIL DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). ALINE APARECIDA SCHMIDT DAMBROS, Assistente Social, em função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 138.278 de 17 de abril de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Assistente Social Nível C-III.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 18 de abril de 2015, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4270

PORTARIA Nº 4.270 DE 27 DE ABRIL DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). AJONIELSEN BENITES, Motorista, em função da titulação de Ensino médio, conforme pedido protocolado através do processo n.º 138.014 de 31 de março de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Motorista Nível B-II.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 31 de março de 2015, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4271

PORTARIA Nº 4.271 DE 27 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). JUCELEINE APARECIDA DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Internos, em função da titulação de Ensino médio, conforme pedido protocolado através do processo n.º 138.124 de 09 de abril de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Auxiliar de Serviços Internos Nível B-II.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 09 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4272

PORTARIA Nº 4.272 DE 27 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). JULIANA CHIAMULERA, Assistente Social, em função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 138.120 de 09 de abril de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Assistente Social Nível C-III.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 09 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4273

PORTARIA Nº 4.273 DE 27 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). TIAGO DUPONT GIUMBELLI, Técnico de Administração, em função da titulação de Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 137.951 de 26 de março de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Técnico de Administração Nível B-VII.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 26 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4274

PORTARIA Nº 4.274 DE 27 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). ROSILEI BASSO QUAIATTO, Auxiliar de Serviços Internos, em função da titulação de Ensino médio, conforme pedido protocolado através do processo n.º 138.210 de 13 de abril de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Auxiliar de Serviços Internos Nível B-II.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 13 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4275

PORTARIA Nº 4.275 DE 27 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). CLAUDIA MARIA SIMIONI, Terapeuta Oriental, em função da titulação de Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 137.364 de 18 de fevereiro de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Terapeuta Oriental Nível C-I.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 18 de fevereiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4276

PORTARIA Nº 4.276 DE 27 DE ABRIL DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). CLARICE APARECIDA DUTRA, Auxiliar de Serviços Internos, em função da titulação de Ensino médio, conforme pedido protocolado através do processo n.º 138.173 de 10 de abril de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Auxiliar de Serviços Internos Nível B-II.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4277

PORTARIA Nº 4.277 DE 27 DE ABRIL DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). FRANCIANE ALICE RIZZI SCHMIDKE, Técnico de Administração, em função da titulação de Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 137.985 de 30 de março de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Técnico de Administração Nível B-VII.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4278

PORTARIA Nº 4.278 DE 27 DE ABRIL DE 2015
"SUSPENDE PRAZO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE ESPECIFICA"

O Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º SUSPENDE EM 30 DIAS a contar da notificação à empresa acontecida em 16/04/2015, o prazo do processo administrativo instaurado pela portaria n.º 3.921/2015 que apura indícios de descumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA ME, diante dos registros encaminhados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, face a ata lavrada em 08/04/2015, onde a empresa compromete-se a sanar as pendências apontadas em levantamento, ao findar do prazo será procedida nova vistoria a fim de verificar se foram sanadas as patologias registradas.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 27 de janeiro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

RECISAO 161/2014 PMJ

RESCISÃO
TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 161/2014/PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE doravante denominado PERMITENTE, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO, relativo ao TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 161/2014/PMJ, firmado com RONALDO ISLER, pessoa física, inscrita no CPF/MF sob o nº 009.141.499-70 e C.I. nº 4.542.818, com endereço na Rua Antonio Gonzaga, 853, Bairro Cruzeiro do Sul, na cidade de Joaçaba - SC, doravante denominado PERMISSIONÁRIO, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Pelo presente fica RESCINDIDO, com fundamento na alínea "f" da cláusula quinta do mesmo, o TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 161/2014/PMJ, celebrado com o PERMISSIONÁRIO na data de 10 de abril de 2014, proveniente do Processo de Licitação nº 23/2014/PMJ - Edital de Concorrência nº 1/2014/PMJ, homologado em 10/04/2014, cujo objeto era a Permissão de Uso do Ponto correspondente ao item 1 do Anexo I do Edital de Concorrência nº 1/2014/PMJ, localizado na Avenida Barão do Rio Branco - em frente ao nº 449, visando a exploração de comércio ambulante contínuo de alimentos, de acordo com o estabelecido no referido Edital e seus Anexos e no Decreto nº 3.103/2007

CLÁUSULA SEGUNDA

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir da data de publicação do extrato do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

JOAÇABA (SC), 27 de abril de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA - PERMITENTE
RAFAEL LASKE - Prefeito

1. _____
2. _____

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 30 dias da convocação do candidato(a) Sr(a) ANDRESSA BENJAMIN CARDOSO, Cargo de Auxiliar de Serviços Internos, classificado em 72º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga pelo referido candidato.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 20 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

SIMAE - JOAÇABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JHL 007/2014 - SIMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0007/2014

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0043/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 30/10/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s), nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Tíquetes Alimentação para fornecimento mensal aos servidores do SIMAE, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0043/2014.

1.2 A licitante registrada concede Taxa de Administração de -1,88% (Hum virgula oitenta e oito por cento negativo) para os tíquetes alimentação concedidos aos servidores do SIMAE.

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para a aquisição de Tíquetes Alimentação, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 A Taxa de Administração registrada manter-se-á inalterada pelo período de vigência da presente Ata, admitida à recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 A Taxa de Administração registrada que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 A redução de percentual de desconto decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0043/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os Tíquetes Alimentação deverão ser fornecidos conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas

quantidades que julgar necessárias, através de Solicitação de Entrega - SE enviado por e-mail através do Recursos Humanos,.

4.2 Após o recebimento da SE-Solicitação de Entrega, por parte do fornecedor, os tíquetes deverão ser entregues no prazo máximo de 04 (quatro) dias, após o recebimento da solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na SE.

4.3 No ato da entrega dos Tíquetes Alimentação a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.4 Fica aqui estabelecido que o Tíquete Alimentação será recebido:

a. provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade;
b. definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade dos Tíquetes Alimentação com a especificação e a consequente aceitação.

4.4.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega a contento.

4.5. Os Tíquetes Alimentação que forem recusados (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.6. Se a substituição dos Tíquetes Alimentação recusados, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Efetivado mensalmente, de acordo com a quantidade de tíquetes entregues, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br.

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, em até 5 (cinco) dias úteis após entregue a contento, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá sob hipótese alguma pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das notas fiscais/faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos Tíquetes correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2.060 2.061 2.062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 3.3.90.39.40

6. RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos tíquetes fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Os serviços (cartões magnéticos ou documentos impressos) deverão ser iniciados no prazo de até 10(dez) dias úteis, a contar da data de assinatura do Contrato e da disponibilização dos dados pela contratante;

b) Enviar os cartões magnéticos, se for o caso, no mínimo dispondo de senha para operação de bloqueio, e os em documento impresso, devidamente identificados, ao responsável pela distribuição no Recursos Humanos do SIMAE.

c) Fornecimento Mensal de Tíquete Alimentação em documento Impresso/Cartão Magnéticos para servidores das Áreas Administrativa e Técnica do SIMAE de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna, com valor facial de R\$ 18,90 (dezoito reais e noventa centavos) unitário e valor total mensal de R\$ 415,80(Quatrocentos e quinze reais e oitenta centavos) por servidor beneficiado,

d) Efetuar a entrega dos Tíquetes Alimentação ou disponibilização dos créditos nos cartões magnéticos após solicitação em prazo de até 04 (quatro) dias, em horário comercial;

e) Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos tíquetes fornecidos;

f) Manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

g) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o tíquete que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

h) Sendo os Tíquetes fornecidos através de Cartão Magnético, a proponente vencedora deverá enviar relatório ao Recursos Humanos comprovando crédito nos referidos cartões dos servidores do SIMAE, no prazo máximo de 04 (quatro) dias após a solicitação.

i) Por ocasião do recebimento dos Tíquetes, sendo eles impressos, o SIMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de quantidades enviadas e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

j) A contratada deverá, assim que for considerado vencedor da licitação, apresentar uma lista com os nomes dos estabelecimentos comerciais credenciados à receber os tíquetes alimentação. Não cumprindo este requisito, a empresa será considerada inapta a contratação e consequentemente desclassificada.

k) Executar o objeto de acordo com o Termo de Referência Anexo I do edital.

l) Responsabilizar pelo envio e frete dos produtos.

m) O Prazo de Validade dos Tíquetes Alimentação Impressos, não poderá ser inferior a 03(três) meses, contados da data em que se operar o recebimento, identificados com o nome do SIMAE de Joaçaba, segundo os padrões próprios da fornecedora.

n) Liberar os créditos dos tíquetes alimentação a partir da data determinada pelo Recursos Humanos do SIMAE.

- o) Atualizar os valores para crédito, conforme indicação do SIMAE.
- p) Fornecer a segunda via de cartão magnético e reemissão de senha, se for o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento do pedido, caso seja optado pelo cartão magnético.
- q) Providenciar imediata correção das deficiências apontadas pelo SIMAE quanto da execução dos serviços objetos da presente licitação e respectivo contrato.
- r) Fiscalizar os estabelecimentos integrantes de sua rede, no sentido de se obter um produto adequado, variado e higiênico, dentro dos padrões e legislação estabelecidos, descredenciando os que não apresentarem serviços satisfatórios;
- s) Apresentar descrição de metodologia operacional adotada para desempenho das atividades necessárias ao cumprimento do objeto da licitação, no ato da assinatura do contrato, através de:
- a) Tecnologia: Utilização de recursos tecnológicos que propiciem agilidade, segurança e confiabilidade no funcionamento do sistema, assegurando inclusive a identificação de possíveis falsificações de cartões, ou tíquetes;
- b) Método de administração e gerência: Relatórios gerenciais em nível de informações disponíveis, garantindo o bom funcionamento do sistema;
- c) Meios de comunicação utilizados pelo licitante para atingir o usuário final, visando esclarecimento e dúvidas e ainda a divulgação dos serviços, bem como do conhecimento dos estabelecimentos credenciados e descredenciados mensalmente.
- t) Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos Federais, Estaduais e Municipais, presentes ou futuros que, direta ou indiretamente incidam ou venham a incidir sobre o serviço relacionado com o objeto contratual;
- u) Comunicar, imediatamente ao SIMAE, tão logo sejam do seu conhecimento os Procedimentos Fiscais, ainda que de caráter interpretativo, os quais possam ter reflexos financeiros sobre o contrato;
- v) Manter sempre à frente dos serviços, profissional devidamente habilitado na entidade profissional competente e pessoal adequado disponível na quantidade necessária para a execução dos serviços;
- w) Manter serviços de atendimento ao cliente no mínimo no horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais, sem qualquer custo adicional, inclusive quanto ao fornecimento de saldos, extratos e alteração de senha.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- a. Quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b. Quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c. Quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d. Quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os tíquetes decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f. Perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- a. Advertência;
- b. Multa:
- i. O atraso injustificado no fornecimento, sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia de atraso, limitados a 20%(vinte por cento) do valor da parcela em atraso.
- ii. Multa de 10% do valor total do contrato em caso de rescisão unilateral;
- c. Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 30 de outubro de 2014.

Eliane Aparecida Ceron Vier

Pregoeiro

Equipe de Apoio:

Giane Maria Marquezze Lecher Mônica Saraiva Romani

Rafael Arlindo da Costa

Sul Card Administradora de Cartões S.A

HOMOLOGAÇÃO PR11/2015 SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2015 - PR Processo Administrativo: 14/2015 Processo de Licitação: 14/2015 Data do Processo: 19/03/2015
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 14/2015
b) Licitação Nr.: 11/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 27/04/2015
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA UTILIZAÇÃO NAS AREAS TECNICA E ADMINISTRATIVA DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

JOACABA AUTO LTDA. (6331)

1 VEÍCULO ZERO QUILOMETRO, FABRICAÇÃO NACIONAL; TIPO UTILITÁRIO CABINE DUBLA, TRANSPORTE MÍNIMO 4 (QUATRO) PASSAGEIROS INCLUINDO O MOTORISTA, COR BRANCA ANO/MODELO MÍNIMO 2015/15, MOTOR BICOMBUSTÍVEL MÍNIMO 1590CC, POTÊNCIA MÍNIMA DE 101CV, TORQUE MÍNIMO DE 15 KGF.M, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA 650 KG, PESO BRUTO TOTAL MÁXIMO 1200 KG, ALTURA MÁXIMA 1650 MM, LARGURA MÁXIMA 1750 MM, COMPRIMENTO MÍNIMO 4400 MM, TRAÇÃO DIANTEIRA, CÂMBIO MANUAL COM NO MÍNIMO 6 MARCHAS SENDO 5 A FRENTE E UMA A RÉ, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR-CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS, TRAVAS ELÉTRICAS, CINTO DE SEGURANÇA DIANTEIRO COM REGULAGEM DE ALTURA, LATERAIS TRASEIROS RETRÁTIL DE 3 PONTOS, BANCOS TRASEIROS COM APOIO DE CABEÇA, AIR BAG DUPLO, RETROVISORES EXTERNOS COM REGULAGEM INTERNA, SISTEMA DE FREIOS HIDRÁULICO A PEDAL E ABS E EBD, FREIOS TRASEIROS A TAMBOR E DIANTEIROS A DISCO VENTILADO. RODAS EM AÇO 14" E PNEUS 175/70 R14 RADIAIS SEM CÂMARA COM CALOTAS, RODA COM PNEU SOBRESSALENTE. PROTETOR DE CARTER DO MOTOR E DA CAIXA DE CÂMBIO (EXCETO PARA OS MODELOS ONDE A POSIÇÃO DESTES COMPONENTES ESTEJAM PROTEGIDOS PELO EIXO DIANTEIRO DE VEÍCULO), TANQUE DE COMBUSTÍVEL CAPACIDADE MÍNIMA DE 53 LITROS, HODÔMETRO TOTAL E PARCIAL DIGITAL, CONTAGIROS, CAÇAMBA COM REVESTIMENTO, FIXAÇÃO DE CARGA POR GANCHOS, LONA MARÍTIMA, PROTETOR DE TETO TIPO SANTO ANTÔNIO, JOGO DE TAPETES, CARPETE NO ASSOALHO INTERNO, PROTETOR DE CAÇAMBA, BANCOS DIANTEIROS INDIVIDUAIS, BEM COMO TODOS OS EQUIPAMENTOS NORMAIS DE PRODUÇÃO PERTINENTES AO MODELO E DEMAIS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO.	PÇ	1,00	0,0000	52.700,00	52.700,00
--	----	------	--------	-----------	-----------

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2015 - PR Processo Administrativo: 14/2015 Processo de Licitação: 14/2015 Data do Processo: 19/03/2015
	Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

JOACABA AUTO LTDA. (6331)

2 VEICULO TIPO "HATCH", FABRICAÇÃO NACIONAL, ZERO QUILOMETRO, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2015/2015, COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MINIMAS: - COR BRANCA; - QUATRO PORTAS E CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, INCLUINDO O MOTORISTA; - COMBUSTIVEL: GASOLINA OU GASOLINA/ALCOOL (FLEX); - MOTOR DE 4 (QUATRO) CILINDROS, MINIMO DE 998 CC E POTENCIA MINIMA LIQUIDA DE 72 CV; - TANQUE DE COMBUSTIVEL COM CAPACIDADE MINIMA DE 48 LITROS; - CAMBIO DE TRANSMISSÃO MANUAL COM 06 VELOCIDADES, SENDO 05 À FRENTE E 01 À RÉ; - AIR BAG PARA O MOTORISTA E PASSAGEIRO; - SISTEMA DE FREIOS HIDRAULICO A PEDAL, ABS E CONTROLE ELETRONICO DE FRENAGEM (EBD), FREIOS DIANTEIROS A DISCO VENTILADO E À TAMBOR NAS RODAS TRASEIRAS; - RODAS DE AÇO ESTAMPADO ARO 14, CALOTAS, PNEUS RADIAIS SEM CÂMARA, RODA E PNEU SOBRESSALENTES; - DIREÇÃO HIDRAULICA; - AR CONDICIONADO; - VIDROS ELETRICOS DIANTEIROS; - TRAVAS ELETRICAS COM CONTROLE REMOTO; - PROTETOR DE MOTOR E CARTER; - TEMPORIZADOR PARA LIMPADOR DE PARA-BRISA; - JOGO DE TAPETES EM BORRACHA; - COMPRIMENTO MÁXIMO DO VEICULO DE 4000 MM; - DISTANCIA MINIMA ENTRE EIXO DE 2.370 MM A 2.600 MM; - ALTURA MINIMA DO SOLO DE 160 MM; - VOLUME DO PORTA MALAS DE NO MINIMO 260 LITROS; - EQUIPADO COM TODOS OS ACESSORIOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO VIGENTE. - DEMAIS ITENS DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS PELO CONTRAN; - GARANTIA MINIMA DE 01 (UM) ANO, A CONTAR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO; - POSSUIR ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM UM RAO DE ATÉ 100 KM.	PÇ	1,00	0,0000	33.800,00	33.800,00
--	----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 86.500,00

MOTOCENTER COM. DE MOTOCICLETAS LTDA. (6157)

3 VEICULO TIPO MOTOCICLETA CONFORME DESCRIÇÃO: MODELO/FABRICAÇÃO ANO 2015; COR PRETA; MOTOR OHC 4 TEMPOS, REFRIGERADO A AR; COMBUSTIVEL GASOLINA OU FLEX; CILINDRADAS MINIMO DE 149 CM3; POTENCIA MINIMA EXIGIDA DE 12 CV; TORQUE MINIMO EXIGIDO DE 1,2 KGFM; SISTEMA DE PARTIDA ELÉTRICA; SISTEMA DE IGNIÇÃO ELETRÔNICA; TANQUE DE COMBUSTIVEL COM CAPACIDADE MINIMO PARA 12 LITROS; TRANSMISSÃO PRINCIPAL OU CÂMBIO DE 5 VELOCIDADES; TRANSMISSÃO SECUNDARIA POR CORRENTE; EMBREAGEM MULTIDISCO BANHADO EM ÓLEO; SUSPENSÃO DIANTEIRA TIPO TELESCOPIA; SUSPENSÃO TRASEIRA MONOAMORTECIDA; SISTEMA DE FREIO A DISCO NO MINIMO NA RODA DIANTEIRA. AS MOTOS DEVEM SER ENTREGUES EQUIPADAS COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SÉRIE NÃO ESPECIFICADOS E EXIGIDOS PELO CONTRAN.	PÇ	2,00	0,0000	10.200,00	20.400,00
---	----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 20.400,00

Total Geral: 106.900,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2015 - PR Processo Administrativo: 14/2015 Processo de Licitação: 14/2015 Data do Processo: 19/03/2015
	Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.4.4.90.00.00.00.00.00 (5), 2.061.4.4.90.00.00.00.00.00 (20)

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 02-2015

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

A Prefeitura do Município de Lages, através da Fundação Cultural, torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se disponível o Edital de Credenciamento para a cessão de uso de estruturas temporárias no Recanto do Pinhão.

O prazo para inscrições ao credenciamento e local está disponibilizado no site do Município.

A íntegra do Edital encontra-se disponível na Fundação Cultural de Lages, ou pelo site: www.lages.sc.gov.br

Lages, 27 de abril de 2015.

Maurício Neves de Jesus

Superintendente da FCL

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2014 SMS

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA. B & P CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob n.º 07.052.006/0001-51, estabelecida na Avenida Armando Pereira de Souza, 101 - sala 2 - Bairro Poço Rico, Otacílio Costa/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

Contratação de Empresa de Engenharia para Serviços Complementares/Obras, das Unidades Básicas de Saúde dos Bairros Santa Catarina, Pro morar e São Miguel, com fornecimento de materiais, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica Prorrogado por mais 60 (sessenta) dias

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

Fica Prorrogado por mais 60 (sessenta) dias.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 27 de Fevereiro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages.

PP 54, 56, 57, 58 E 59-2015 PML; PP 27-2015 SMS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 54/2015 PML

Objeto: Aquisição Material Hospitalar

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 19/05/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 96.333,05

Modalidade: PP 27/2015 SMS

Objeto: Confecção de Camisetas

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 20/05/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 101.888,00

Modalidade: PP 56/2015 PML

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 20/05/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 7.307,80

Modalidade: PP 57/2015 PML

Objeto: Aquisição de ferramentas

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 21/05/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 19.788,33

Modalidade: PP 58/2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva dos veículos e motores do 5º Batalhão de Bombeiros Militar de Lages

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 21/05/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 41.458,10

Modalidade: PP 59/2015 PML

Objeto: Aquisição de Areia

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 20/05/2015 às 16:00

Valor Estimado: R\$ 10.604,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 27 de abril de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

PP 61-2015 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 61/2015 PML

Objeto: Aquisição de Artefatos de Cimento

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 12/05/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 1.925.910,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 27 de abril de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.340/15

DECRETO Nº 4.340 DE 27 DE ABRIL DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 e transpostos os valores de dotações orçamentárias no orçamento vigente do Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 17.900,00 (dezessete mil e novecentos reais), na seguinte dotação:

Órgão: 16 - Fundo Municipal Agropecuário
 Unidade: 01 - Fundo Municipal Agropecuário
 Projeto/Atividade: 2.400 - Manutenção da Assistência Pequeno Produtor Rural na Produção Vegetal
 Elemento de Despesa: 5 - 3.3.90.39.00.00.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 17.900,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em somatório de igual valor, recursos da seguinte dotação:

Órgão: 16 - Fundo Municipal Agropecuário
 Unidade: 01 - Fundo Municipal Agropecuário
 Projeto/Atividade: 2.400 - Manutenção da Assistência Pequeno Produtor Rural na Produção Vegetal
 Elemento de Despesa:
 1 - 3.3.50.43.00.00.00.00.0080 - Subvenções Sociais R\$ 500,00
 2 - 3.3.90.30.00.00.00.00.0080 - Material de Consumo R\$ 6.000,00
 4 - 3.3.90.36.00.00.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.900,00
 6 - 4.4.90.52.00.00.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 8.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 EVERALDO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2961/15

Aviso de dispensa da licitação

A Presidente da Comissão de Licitação do Município de Laguna torna público que será adquirido da Empresa Indústria e Comércio de Arroz Fumacense Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 76.828.201/0001-43, por meio de dispensa de licitação, a teor do art. 24, VII, da Lei nº 8.666/93, o item "arroz parboilizado", na quantidade de 8 mil kg, ao preço de R\$ 1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) o quilo. O processo administrativo que tratou da referida dispensa tem o número de 2961/15 e possui o devido e necessário parecer jurídico. Laguna, 27 de abril de 2015. Paula Guedes Fretta.

PORTARIA Nº 487/2015

PORTARIA RH Nº 487/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 1775/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO, pelo período de 02 anos ao Servidor RAFAEL BARBOSA PALMA ocupante do Cargo de provimento efetivo de Odontólogo, lotado na Secretaria de Saúde, com base no Art. 56 da Lei Complementar nº 136/2006, a partir de 02 de Março de 2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 25 de Março de 2015.
 EVERALDO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 489/2015

PORTARIA RH Nº 489/2015

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, FABIANE DIAS FAGUNDES DA SILVA Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 27.03.2015 a 25.04.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Março de 2015.
 RENATO DE OLIVEIRA
 Secretário Municipal

PORTARIA Nº 490/2015

PORTARIA RH Nº 490/2015

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, PAULO ROBERTO LIMAS Auxiliar de Serviços

Gerais, do dia 30.03.2015 a 28.04.2015, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Março de 2015.
RENATO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 491/2015

PORTARIA RH Nº 491/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor IVANDRO ANTÔNIO JOÃO Fiscal Sanitário, do dia 30.03.2015 a 28.04.2015, com lotação na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Março de 2015.
LUIZ FELIPE REMOR
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 492/2015

PORTARIA RH Nº 492/2015

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor MARCOS FIDELIS QUERINO Assistente de Administração, do dia 30.03.2015 a 28.04.2015, com lotação na Secretaria da Fazenda, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Março de 2015.
LUIZ PAULO DE REZENDE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 494/2015

PORTARIA RH Nº 494/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO SANDRO ANTÔNIO BRITO RIBEIRO do Cargo de Motorista, de provimento efetivo, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Março de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 495/2015

PORTARIA RH Nº 495/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 2375/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR A LICENÇA SEM VENCIMENTO, por mais 01 ano ao Servidor JOSIANE ROSA JULIÃO ocupante do Cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, com base no Art. 56 da Lei Complementar nº 136/2006, a partir de 29/03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Março de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 496/2015

PORTARIA RH Nº 496/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 1747/2015;

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO, até 30/09/2015 ao Servidor GISELE NASCIMENTO COSTA CONSTANTINO ocupante do Cargo de provimento efetivo de Assistente de Administração, lotado na Secretaria de Administração e Serviços Públicos, com base no Art. 56 da Lei Complementar nº 136/2006, a partir de 30/03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Março de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 498/2015

PORTARIA RH Nº 498/2015

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER FÉRIAS, LAUDECI SILVEIRA Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 31.03.2015 a 30.04.2015, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Março de 2015.
RENATO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 499/2015

PORTARIA RH Nº 499/2015

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

INTERROMPER as férias, de EDNA CRISTINA DA ROSA CARDOSO Especialista em Assuntos Educacionais, assim o fazendo com base no artigo 47 da Lei complementar nº 136/2006, devendo o mesmo retornar ao serviço, em 31 de Março de 2015, ficando-lhe assegurado o restante do período interrompido, assim que cessar os motivos que o determinaram.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Março de 2015.
LUIS FERNANDO SCHIEFLER LOPES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 500/2015

PORTARIA RH Nº 500/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 5775/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 31 de Março de 2015 a 28 de Junho de 2015, ao Servidor ADALBANIR JERÔNIMO DA SILVA, Monitor, referente ao período 2000/2005, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Março de 2015.
LUIZ FELIPE REMOR
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 501/2015

PORTARIA RH Nº 501/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR ELIZANGELA BUCCI ÂNGELO VIEIRA para exercer o cargo de Secretário Municipal de Governo, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 502/2015

PORTARIA RH Nº 502/2015

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, JOSÉ CARDOSO DO CARMO Operário Braçal, do dia 01.04.2015 a 30.04.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Abril de 2015.
RENATO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 503/2015

PORTARIA RH Nº 503/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 01.04.2015 a 30.04.2015.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Almir Alves	2011/2012
Geovani Venâncio Crescêncio	2009/2010
Rodolfo Michel Godinho	2012/2013

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Abril de 2015.
OLDACIR RECH DOS SANTOS
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 504/2015

PORTARIA RH Nº 504/2015

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 2192/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Abril de 2015 a 29 de Junho de 2015, ao Servidor GRACE MENDONÇA THEODORO MELO, Professor, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, referente ao período 2008/2013, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Abril de 2015.
LUIS FERNANDO SCHIEFLER LOPES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 505/2015

PORTARIA RH Nº 505/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 1948/2015;

RESOLVE:

ADMITIR CAMILA RODRIGUES DOS SANTOS para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família no Bairro Magalhães, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 013/2014, a partir de 01/04/2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 506/2015

PORTARIA RH Nº 506/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 1948/2015;

RESOLVE:

ADMITIR MARILENE MOREIRA CARDOSO para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família de Ribeirão Pequeno - Micro-área 01 - Bananal, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 013/2014, a partir de 01/04/2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 507/2015

PORTARIA RH Nº 507/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 1948/2015;

RESOLVE:

ADMITIR ANDREA SAMARA DUARTE SILVA para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família de Ribeirão Pequeno - Micro-Área 05 - Ribeirão Pequeno, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 013/2014, a partir de 01/04/2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 508/2015

PORTARIA RH Nº 508/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 1948/2015;

RESOLVE:

ADMITIR DAYANA REGINA FURTADO BORGES LOPES para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família de Barranceira - Micro-Área 07 - Mato Alto, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 013/2014, a partir de 01/04/2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 509/2015

PORTARIA RH Nº 509/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 1948/2015;

RESOLVE:

ADMITIR ALESSANDRA DO NASCIMENTO JOAQUIM HOSTINS para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família de Caputera - Micro-Área 01 - Caputera, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 013/2014, a partir de 01/04/2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 510/2015

PORTARIA RH Nº 510/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 1948/2015;

RESOLVE:

ADMITIR MICHELE ANTUNES BIEHL para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família de Passagem da Barra - Micro-Área 03 - Campos Verdes, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 013/2014, a partir de 01/04/2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 511/2015

PORTARIA RH Nº 511/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 1948/2015;

RESOLVE:

ADMITIR BRUNA SANTOS DE SOUZA para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família de Passagem da Barra - Micro-Área 01 - Passagem da Barra, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 013/2014, a partir de 01/04/2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 512/2015

PORTARIA RH Nº 512/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 1948/2015;

RESOLVE:

ADMITIR INGRID ELIAS SPECK para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família de Campo de Fora - Micro-Área 01 - Campo de Fora, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 013/2014, a partir de 01/04/2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 513/2015

PORTARIA RH Nº 513/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 1948/2015;

RESOLVE:

ADMITIR ANA CLÁUDIA SILVEIRA CARDOSO para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família de Passagem da Barra - Micro-Área 02 - Farol, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 013/2014, a partir de 01/04/2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 514/2015

PORTARIA RH Nº 514/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 1948/2015;

RESOLVE:

ADMITIR DENER FIGUEIREDO RAMOS para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família do Portinho - Micro-Área 02 - Portinho, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 013/2014, a partir de 01/04/2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 515/2015

PORTARIA RH Nº 515/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 1948/2015;

RESOLVE:

ADMITIR ANA ALICE ZEFERINO PEREIRA para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família do Portinho - Micro-Área 01 - Portinho, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 013/2014, a partir de 01/04/2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 516/2015

PORTARIA RH Nº 516/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESLIGAR, por motivo de aposentadoria, conforme benefício nº 165.631.654.1, espécie 42, o Sr. EUFRAZIO CLEMENTE FIGUEIREDO, Professor, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 517/2015

PORTARIA RH Nº 517/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 1948/2015;

RESOLVE:

ADMITIR CRISTINA DA SILVA para exercer o Cargo de Odontólogo - Clínico Geral, Nível ANSS 2, 40 horas semanais, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 014/2014, a partir de 01/04/2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 518/2015

PORTARIA RH Nº 518/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 1948/2015;

RESOLVE:

ADMITIR ANA PAULA ROECKER para exercer o Cargo de Odontólogo - Clínico Geral, Nível ANSS 2, 40 horas semanais, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 014/2014, a partir de 01/04/2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 519/2015

PORTARIA RH Nº 519/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 2109/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO, pelo período de 02 anos ao Servidor MARCELO BARRETO SPILLERE DA SILVA ocupante do Cargo de provimento efetivo de Bioquímico, lotado na Secretaria de Saúde, com base no Art. 56 da Lei Complementar nº 136/2006, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 520/2015

PORTARIA RH Nº 520/2015

O SECRETÁRIO DEDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 818/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 02 de Abril de 2015 a 30 de Junho de 2015, ao Servidor ALINE SILVA, Professor, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, referente ao período 2008/2013, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Abril de 2015.
LUÍS FERNANDO SCHIEFLER LOPES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 521/2015

PORTARIA RH Nº 521/2015

O SECRETÁRIO DEDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 1872/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 02 de Abril de 2015 a 30 de Junho de 2015, ao Servidor MARIA DAS DORES ALBINO, Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Abril de 2015.
LUÍS FERNANDO SCHIEFLER LOPES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 522/2015

PORTARIA RH Nº 522/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor LEONARDO AGOSTINHO CAMILO, Profissional de Educação Física, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 523/2015

PORTARIA RH Nº 523/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor KATIE DORIS BENEDET, Enfermeiro, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 524/2015

PORTARIA RH Nº 524/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor ROSANE REGINA FIGUEIREDO FREITAS, Técnico em Enfermagem, do período de 05/03/2012 a 13/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 525/2015

PORTARIA RH Nº 525/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor DANIELA MEDEIROS DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 16/03/2015, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 526/2015

PORTARIA RH Nº 526/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor SILVANA DUARTE VERÔNICA DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 16/03/2015, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 527/2015

PORTARIA RH Nº 527/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor DARLETE DE OLIVEIRA BERTOLINO, Técnico em Enfermagem, do período de 05/03/2012 a 17/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 528/2015

PORTARIA RH Nº 528/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor DAIANA CORRÊA RODRIGUES, Auxiliar de Consultório Dentário, do período de 05/03/2012 a 16/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 529/2015

PORTARIA RH Nº 529/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor GRASIELA LEAL FIRMO, Auxiliar de Consultório Dentário, do período de 05/03/2012 a 19/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 530/2015

PORTARIA RH Nº 530/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor DAIANE MARQUES, Auxiliar de serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 13/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 531/2015

PORTARIA RH Nº 531/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor MARISA AGOSTINHO MEDIEROS, Auxiliar de serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 18/03/2015, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 532/2015

PORTARIA RH Nº 532/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor RALF RODRIGUES BRANDOLT, Médico, do período de 05/03/2012 a 18/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 533/2015

PORTARIA RH Nº 533/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor ELIANE DA CONCEIÇÃO BENTO DUARTE Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 18/03/2015, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 534/2015

PORTARIA RH Nº 534/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor LUANA BRANCO ABREU Psicólogo, do período de 05/03/2012 a 12/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 535/2015

PORTARIA RH Nº 535/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor CONCEIÇÃO OLAVO RICARDO ALBINO Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 31/03/2015, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 536/2015

PORTARIA RH Nº 536/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor MARIA APARECIDA DA SILVA BENTO Auxiliar de Consultório Dentário, do período de 05/03/2012 a 12/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 537/2015

PORTARIA RH Nº 537/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor SOLANGE TEREZINHA FERNANDES Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 538/2015

PORTARIA RH Nº 538/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor ROSÂNGELA FELISBERTO DE SOUZA JUSTINO Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 539/2015

PORTARIA RH Nº 539/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor FRANCIELLE BARBOSA ALFREDO FERNANDES Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 540/2015

PORTARIA RH Nº 540/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor PAULA SOUSA DE MEDEIROS Assistente de Administração, do período de 05/03/2012 a 20/03/2015, lotado na Secretaria de Administração e Serviços Públicos, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 541/2015

PORTARIA RH Nº 541/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor MARIA LUIZA DE ARAÚJO MARTINS Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 542/2015

PORTARIA RH Nº 542/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor EZEQUIEL DE ASSIS Motorista, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Administração e Serviços Públicos, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 543/2015

PORTARIA RH Nº 543/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor FERNANDA CRISTINI DE SOUZA Profissional de Educação Física, do período de 05/03/2012 a 20/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 544/2015

PORTARIA RH Nº 544/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor ROQUE ANTÔNIO RAINICHESKI Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 545/2015

PORTARIA RH Nº 545/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor SANDRA APARECIDA DA SILVA Técnico em Enfermagem, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 546/2015

PORTARIA RH Nº 546/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor FERNANDO DI FRANK ROSA Enfermeiro, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 547/2015

PORTARIA RH Nº 547/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor ELIODETE HERMÍNIO ALVES Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 548/2015

PORTARIA RH Nº 548/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor CRISTIANE QUERINO DOS REIS Auxiliar de Consultório Dentário, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 549/2015

PORTARIA RH Nº 549/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor ALINE RODRIGUES MARTINS Auxiliar de Consultório Dentário, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 550/2015

PORTARIA RH Nº 550/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor JULIANA DA SILVA PALMA Odontólogo, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 551/2015

PORTARIA RH Nº 551/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor MICHELE SILVANO DE SOUZA Auxiliar de Consultório Dentário, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 552/2015

PORTARIA RH Nº 552/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor ROSINEIDE MARIA FIGUEIREDO Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 553/2015

PORTARIA RH Nº 553/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor DIEGO DOZOL ESTÁCIO Fiscal Sanitário, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 554/2015

PORTARIA RH Nº 554/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor ETHEL MARCON MENDES Assistente de Administração, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Administração e Serviços Públicos, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 555/2015

PORTARIA RH Nº 555/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor KÁTIA MATOS CARDOSO Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 556/2015

PORTARIA RH Nº 556/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor OSCAR FRETTE RAMOS Médico, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 557/2015

PORTARIA RH Nº 557/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor SALETE ENEDINA VIEIRA Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 558/2015

PORTARIA RH Nº 558/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor SILVANA PRUDÊNCIO CUSTÓDIA Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 559/2015

PORTARIA RH Nº 559/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor DJONE DA SILVA FORTUNATO Motorista, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 560/2015

PORTARIA RH Nº 560/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 01.04.2015 a 30.04.2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Diego Dozol Estácio	2013/2014
Magda Mara Vieira	2013/2014
Marilene Felipe João	2014/2015
Michel José Bento	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.
LUIZ FELIPE REMOR
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 561/2015

PORTARIA RH Nº 561/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e em conformidade com a Lei Complementar nº 273 de 26 de dezembro de 2013;

RESOLVE:

NOMEAR, MAYCON FRANCISCO para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, DAF 1, com lotação na Fundação Lagunense de Cultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 562/2015

PORTARIA RH Nº 562/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, GETÚLIA JUREMA PEREIRA TORQUATO do Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, HAB 100, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 02/04/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 563/2015

PORTARIA RH Nº 563/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, CÁTIA LORETA MONTREZOR do Cargo de Professor de Artes, 30 horas semanais, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 01/04/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 564/2015

PORTARIA RH Nº 564/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 06.04.2015 a 05.05.2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Cristine da Silva Fernandes	2013/2014
Fabiana Euclides	2013/2014
Ketlyn Sônia de Mello	2013/2014
Maria Luzia de Araújo Martins	2013/2014
Patrícia de Carvalho Custódio	2013/2014
Raquel de Oliveira	2011/2012
Simone Ramos da Silva	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.
LUIZ FELIPE REMOR
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 565/2015

PORTARIA RH Nº 565/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Obras e Saneamento, a partir de 01/04/2015, em conformidade com a Lei nº 217/2010.

- Aldo José Tavares;
- Arilton Purcina Feliciano;
- João Luiz Haslvanter;
- José Carlos Felisberto;
- Pedro Batista Felisberto.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 566/2015

PORTARIA RH Nº 566/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 01/04/2015, em conformidade com a Lei nº 217/2010.

- Alessandra Boni;
- Giselle Mattos Torres;
- Simone de Oliveira Damiani.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 567/2015

PORTARIA RH Nº 567/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 06/04/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

- Bruna de Freitas Roldão Bonifácio - HAB 010 - 40 horas;
- Camila Pires dos Passos - HAB 030 - 40 horas;

- Sérgio de Jesus Almeida Júnior - HAB 030 - 20 horas.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 568/2015

PORTARIA RH Nº 568/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor Auxiliar, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 06/04/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

- Carla Patrício Fernandes de Jesus - HAB 030 - 20 horas;
- Cleide da Conceição Pinto Estevão - HAB 300 - 20 horas;
- Cristina Ribeiro e Silva - HAB 300 - 20 horas;
- Priscila Machado da Silva - HAB 300 - 20 horas.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 569/2015

PORTARIA RH Nº 569/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário JOSIANE COSTA DOLVINO para exercer o Cargo de Professor de Anos Iniciais, HAB 030, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 06/04/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 570/2015

PORTARIA RH Nº 570/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, JÚLIA GUEDES Diretor de Departamento, do dia 06.04.2015 a 05.05.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2015.
OLDACIR RECH DOS SANTOS
Secretário Municipal

PORTARIA Nº493/2015

PORTARIA RH Nº 493/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, VALDIR RODRIGUES DA SILVA Oficial de Administração, do dia 30.03.2015 a 28.04.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Março de 2015.
OLDACIR RECH DOS SANTOS
Secretário Municipal

PORTARIA Nº497/2015

PORTARIA RH Nº 497/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 1874/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 09 de Março de 2015 a 06 de Junho de 2015, ao Servidor MARIA APARECIDA SOUZA, Auxiliar de Enfermagem, referente ao período 2002/2007, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Março de 2015.
LUIZ FELIPE REMOR
Secretário Municipal

PORTARIAS Nº 488/2015

PORTARIA RH Nº 488/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor GIANE BRUNO LOUREGA Agente Comunitário, do dia 20.03.2015 a 18.04.2015, com lotação na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 25 de Março de 2015.
LUIZ FELIPE REMOR
Secretário Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

PORTARIA Nº 083/2015

PORTARIA Nº 083/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, SUELEN PEREIRA MONTEIRO, para a função de Professora I - Professora de Religião, em Caráter Temporário, pelo período de 09 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 084/2015

PORTARIA Nº 084/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CARLA SABRINA DA SILVA, para a função de Professora II - Professora de Ciências, em Caráter Temporário, pelo período de 09 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, sendo 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal Hilário Pescador e 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 085/2015

PORTARIA Nº 085/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, SAMARA TAVARES, para a função de Professora I - Professora de Inglês, em Caráter Temporário, pelo período de 09 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária efetiva Larissa Fernandes Dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 086/2015

PORTARIA Nº 086/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, LAURA DONEDA PURIFICAÇÃO, para a função de Professora I - Professora de Inglês e Português, em Caráter Temporário, com carga horária de 10 (dez) horas semanais de 09 de Fevereiro de 2015 à 18 de Dezembro de 2015, na Escola Municipal Julio Serafim Gonçalves em vaga excedente e 20 (vinte) horas semanais de 09 de fevereiro de 2015 à 11 de março de 2015, na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral, em substituição à funcionária efetiva Daniely Spricigo da Silva.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 087/2015

PORTARIA Nº 087/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, SONIA MARIA ROSSI, para a função de Professora II - Professora de Artes, em Caráter Temporário, pelo período de 09 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal Hilário Pescador e 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal Emília Mamede Soares, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 088/2015

PORTARIA Nº 088/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, SUZILEIA BENEDET DELLA GIUSTINA, para a função de Professora II - Professora de Artes, em Caráter Temporário, pelo período de 09 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Emília Mamede Soares, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 089/2015

PORTARIA Nº 089/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, SAMUEL MARIOT DE OLIVERIO, para a função de Professor II - Professor de Educação Física, em Caráter Temporário, pelo período de 09 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição ao funcionário efetivo Aurimar Motta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 090/2015

PORTARIA Nº 090/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARÍLIA DE BRIDA FONTANELLA, para a função de Professora II - Professora de Educação Física, em Caráter Temporário, pelo período de 09 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Sagrada Família, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária efetiva Flora Gomes da Silva Madeira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 091/2015

PORTARIA Nº 091/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, BRUNO MARTINS LIMA, para a função de Professor II - Professor de Educação Física, em Caráter Temporário, pelo período de 09 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

Leoberto Leal

PREFEITURA**DECRETO N.º 044/2015**

DECRETO Nº 044, DE 27 DE ABRIL DE 2015

"PRORROGA PRAZO DE INSCRIÇÕES COM A FINALIDADE DE CADASTRO DE RESERVA DAS FAMÍLIAS PARA O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV - RESIDENCIAL JARDIM DAS COLINAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o art. 66 da Lei Orgânica Municipal, com fundamento na Lei Municipal nº 966, de 03 de maio de 2013, no Decreto Municipal nº 031 de 1º de abril de 2015 e no Art. 3º da Lei Federal nº 11.977, de 07 de julho de 2009, com redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de inscrições, com a finalidade de cadastro de reserva, das famílias para o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV - Residencial Jardim das Colinas.

Parágrafo único. As famílias interessadas deverão se dirigir ao Setor da Assistência Social de Leoberto Leal, situado na Avenida Adolfo Scheidt, nº 458, durante o período de 28 de abril a 08 de maio de 2015, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 27 de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECISÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO - DARUMA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S/A

Processo de Licitação Nº 58/2013

Inexigibilidade de Licitação Nº 02/2013

Adesão Ata de Registro de Preços nº: 39/2012/P.E. nº 72/2011 - ME/FNDE

PL nº 58/2013 / IL nº 02/2013 / Contrato nº 104/2013

Interessado(a): Daruma Telecomunicações e Informática S/A
DECISÃO

Trata-se de processo administrativo deflagrado contra a empresa Daruma Telecomunicações e Informática S/A, referente à adesão à ata de registro de preços nº: 39/2012/P.E. nº 72/2011 - ME/FNDE, que originou a contratação da referida empresa para com o município de Lindóia do Sul, P.L. nº 58/2013, modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2013, contrato administrativo nº 104/2013.

A processada se obrigou a entregar 03 (três) computadores interativos e não o fez no prazo assinalado.

A Secretaria de Educação, por despacho fundamentado, determinou a abertura de processo administrativo para averiguar a inexecução total do objeto e eventualmente aplicar as penalidades que forem cabíveis em lei (Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993), recomendando, ainda, pela rescisão unilateral do contrato, conforme se depreende pelo documento de fls. 132/133.

O Prefeito Municipal acatou a recomendação e rescindiu unilateralmente o contrato nº 104/2013, conforme decisão de fl. 135 e termo 01/2014 de fls. 137.

A empresa processada foi devidamente notificada do despacho e decisão de rescisão unilateral do contrato, conforme a "NOTIFICAÇÃO 1", fl. 36, abrindo-se o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa escrita e produção de provas.

Apresentou defesa administrativa com documentos em 04/11/2014, sob o protocolo 0542 (fls. 142/160), via correios, conforme envelope anexado aos autos à fl. 141, datado de 31/10/2014 na AGF nove de julho de São Paulo/SP.

No mérito da defesa alegou que o não deferimento do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato foi o que ocasionou a impossibilidade de cumprir o seu objeto.

Juntou documentos com sua defesa.

Adoto, como fundamentos de minha decisão, o parecer do Procurador Municipal, fls. 163/169 e, reconhecendo o inadimplemento total das obrigações contratadas, decido:

1) Aplicar a empresa Daruma Telecomunicações e Informática S/A, referente à adesão à ata de registro de preços nº: 39/2012/P.E. nº 72/2011 - ME/FNDE, que originou a contratação da referida empresa para com o município de Lindóia do Sul, P.L. nº 58/2013, modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2013, contrato administrativo nº 104/2013 a penalidade de multa, no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na forma do que previsto na cláusula décima segunda, item II, alínea "d", do contrato nº 104/2013 (fl. 79).

Deixo de aplicar outras sanções, tendo em vista que não vislumbro razões para sua aplicação, tendo em vista que a aplicação da multa já se mostra proporcional à lesão, o contrato não é de valor vultoso e a sua inexecução não ocasionou suspensão ou paralisação de programa ou serviço afeto a esta secretaria.

Para execução da sanção, determino:

a) Que o setor de compras proceda ao cálculo da multa, retornando os autos para homologação.

b) Após a realização do cálculo, que seja cientificado o setor de tributação, para fins de eventual registro e lançamento.

c) Que o setor de tributos confeccione o documento para arrecadação da multa.

Concedo a empresa processada o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento do valor, tendo em vista a previsão na cláusula décima segunda, parágrafo segundo do contrato nº 104/2013 (fl. 80). Após o prazo (10 dias), não havendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação (cláusula décima segunda, parágrafo terceiro do contrato nº 104/2013, fl. 80).

Transcorrido o prazo (60 dias), com os devidos acréscimos legais, o débito deve ser lançado em dívida ativa do município de Lindóia do Sul, pelos índices oficiais e legais determinados pelo município ou cobrado mediante ação própria, a critério da Secretaria de Administração e Finanças e Procuradoria do Município.

Notifique-se a processada desta decisão, cientificando-se que ela dispõe do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento desta notificação para a interposição de recurso administrativo, na forma do art. 109, I da Lei 8.666/93, informando que os autos estão à disposição para consulta e extração de cópias, se achar necessário, junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul.

Publique-se no D.O.M. Cumpra-se.

Lindóia do Sul/SC, 30 de março de 2015.

SALETE BENELLI

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

HOMOLOGA CÁLCULO DE MULTA COMPENSATÓRIA

Processo de Licitação Nº 58/2013

Inexigibilidade de Licitação Nº 02/2013

Adesão Ata de Registro de Preços nº: 39/2012/P.E. nº 72/2011 - ME/FNDE

Interessado(a): Daruma Telecomunicações e Informática S/A
DESPACHO

Homologo o valor da multa no importe de R\$ 1.095,00 (um mil e noventa e cinco reais), conforme fl. 173.

Expeça-se o documento para pagamento, conforme decisão.

Notifique-se a empresa Daruma, via sedex.

Publique-se.

Cumpra-se.

Lindóia do Sul/SC, 27 de abril de 2015.

Salete Benelli

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Luzerna**PREFEITURA****EXTRATO DE LICITAÇÃO DESERTA - PL 031/2015 - PP 017/2015 - AREIA MÉDIA - PML**

MUNICIPIO DE LUZERNA
EXTRATO – LICITAÇÃO DESERTA
Processo Licitatório 031/2015 – PML
Pregão nº 017/2015 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

Declarar Deserto o Processo Licitatório nº 031/2015, em função da ausência de qualquer empresa interessada no certame, inobstante tenha sido publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na edição do dia 01 de abril de 2015 e no site do Município a partir do dia 01 de abril de 2015, para dar amplo conhecimento aos eventuais interessados.

Luzerna (SC), 24 de abril de 2015.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO EDITAL - PL 036/2015 - PP 022/2015 - EPI'S - PML

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO
Processo Licitatório nº 036/2015 - PML
Tomada de Preço nº 022/2015 - PML

O MUNICIPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados as disposições abaixo:

Devido a necessidade inclusão de novos itens ao certame informa-se que a entrega da documentação; abertura das propostas e sessão pública passa para o dia 11 de maio de 2015, ficam inalterados os demais dizeres do certame.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de equipamento de proteção individual - EPI's, de forma parcelada, para a utilização dos servidores da Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna, conforme descrições em Anexo.
REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 11 de maio de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 11 de maio de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Macieira**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0021/2015**

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0021/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2015
REGISTRO DE PREÇO Nº 0005/2015

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, nº 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0021/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0013/2015, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, REGISTRO DE PREÇO nº 0005/2015 que até 09h00min, do dia 12 de maio de 2015, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3264, de 05 de janeiro de 2015, estará recebendo propostas para o Registro de Preço, REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações futuras, com pedidos parcelados, para os serviços de recauchutagem e recapagem de pneus destinados à manutenção dos veículos e máquinas pertencentes à frota municipal, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 12/05/2015, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0013/2015, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 27 de abril de 2015.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

PORTARIA 3332

PORTARIA N.º 3332, DE 17 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO CENTRAL DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO E ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS PROFISSIONAIS PERTENCENTES AO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Decreto nº 1332 de 19 de novembro de 2013:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros da Comissão Central de Avaliação Especial de Desempenho e Estágio Probatório dos profissionais pertencentes ao magistério público municipal, sendo que a equipe

terá a seguinte composição:

MEMBROS PERMANENTES DA COMISSÃO CENTRAL:

- Ariane Spanholi Vigolo (Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes) PRESIDENTE GERAL
- Giovana Betinelli (Diretora de Apoio Pedagógico)
- Regina Lúcia Telegen (Professora)
- Viviana Lamonatto (Professora)

COMISSÃO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL PEQUENOS BRILHANTES (MEMBROS PROVISÓRIOS):

- Mara Regina Szalyga (Presidente)
- Giovana Betinelli (Diretora de Apoio Pedagógico)
- Franciele Manenti Colaço (professora)

COMISSÃO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA CÂNDIDA BERTOTTO ZUCATTI (MEMBROS PROVISÓRIOS):

- Viviana Lamonatto (Presidente)
- Regina Lúcia Telegen (Professora)
- Vivian Lazarotti (Professora)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e fica revogada a portaria anterior nº3239/2014.

Macieira (SC), 17 de abril de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 037/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para Aquisição de maquina e equipamentos e veículos destinados a Secretaria Municipal de Agricultura com recursos do contrato de repasse nº 1.019,112-48/2014, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 13/05/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 27 de abril de 2015.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 038/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para Contratação de empresa para instalação e prestação de Internet via radio destinado a Estratégia Saúde da Família, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 14/05/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 27 de abril de 2015.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 22/2015

DECRETO Nº 22 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

CONSTITUI A COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA - CCO, DA 25ª FESTA DO COLONO E 5º MARACAJÁFEST E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal 859 de 07 de julho de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Central Organizadora - CCO da 25ª Festa do Colono e 5º MaracajáFest a realizar-se entre os dias 23 à 26 de Julho de 2015.

Art. 2º A Comissão Central Organizadora - CCO será composta pelos seguintes membros:

Diomar de Souza Machado Júnior - Presidente da CCO;

Geraldo Leandro - Tesoureiro da CCO;

Dilnei Fausto Borges - Secretário da CCO;

Art. 3º Compete a Comissão Central Organizadora - CCO, organizar, coordenar, gerir recursos e prestar contas da realização do evento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 01 de Abril de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração em 01 de Abril de 2015.

Valmir Carradore

Secretário de Administração

DECRETO 23/2015

DECRETO Nº 23 DE 14 DE ABRIL DE 2015.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, conferidas no disposto do Inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, que no dia 21 de Abril de 2015 é feriado nacional em comemoração ao dia de Tiradentes;

CONSIDERANDO, a necessidade de contenção de despesas, pois neste período a queda vertiginosa nos repasses financeiros do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, o que compromete o equilíbrio das contas públicas, devendo o Administrador Público tomar as providências para o cumprimento das metas impostas na Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO, que a prática administrativa tem demonstrado que a adoção da medida de que trata esse decreto, em circunstâncias análogas, gera economia ao erário público;

CONSIDERANDO, a necessidade de atender e regulamentar os serviços públicos, notadamente os essenciais;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse da Administração Pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado o Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município de Maracajá, no dia 20 de Abril de 2015, feriado dia de Tiradentes, durante todo o expediente.

Parágrafo único. No dia 22 de Abril de 2015 o expediente retornará a sua normalidade das 8h30min às 12h e das 13h30min às 17h30min.

Art. 2º Excetuam-se os serviços considerados de caráter essencial e de interesse público, dada à natureza dos serviços prestados, serão atendidos na forma e nos horários exigidos, sob a orientação e a responsabilidade dos Diretores dos respectivos Departamentos, tais como:

I - a Coleta Seletiva do Lixo e a Limpeza Pública, vinculados ao Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos;

II - as Escolas da Rede Municipal de Ensino e a Creche Municipal Margareth Maria Tomazi Rocha, vinculada ao Departamento Municipal de Educação;

III - o Parque Ecológico Maracajá, vinculado a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente.

Art. 3º Os Diretores das repartições onde os trabalhos não forem interrompidos organizarão escalas de revezamento entre os respectivos servidores, em seus horários de serviços, de tal forma que todos estes possam gozar do benefício desse ato, sem prejuízo dos trabalhos públicos essenciais.

Art. 4º Este Ponto Facultativo poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 14 de Abril de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 14 de Abril de 2015.

Valmir Carradore

Secretário de Administração

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 14/2015

DECRETO Nº 14, DE 27 DE JANEIRO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.809 de 25 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

08.00 - SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO

08.01 - Depto. da Indústria e Comércio

23 - Comércio e Serviços

23.691 - Promoção Comercial

23.691.0015 - Apoio a Indústria e ao Comércio

23.691.0015.2.051 - MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

08.00 - SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO

08.01 - Depto. da Indústria e Comércio

23 - Comércio e Serviços

23.691 - Promoção Comercial

23.691.0015 - Apoio a Indústria e ao Comércio

23.691.0015.2.051 - MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 27 de janeiro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 22/2015

DECRETO Nº 22, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.809 de 25 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

05.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO

05.01 - Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

10.301 - Atenção Básica

10.301.0010 - Saúde para Todos

10.301.0010.2.132 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA: ESF, SB, NASF, EMAD, PMAQ E ACS

Destinação de Recursos: 0.1.23 - Transferências de Convênios - Saúde

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do Superávit financeiro do exercício de 2014, da unidade gestora Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 10.000,00 (dez Mil Reais).

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 27 de fevereiro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 42/2015

DECRETO Nº 42, DE 24 DE ABRIL DE 2015

Revoga Processo Licitatório nº 1.746/2015 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O disposto no Art. 49, da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como o inserto na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

A necessidade de inclusão de execução de mais 20 metros quadrados de passeio público na Rua Palmitos, no Município de Maravilha;

A necessidade de execução de mais 10 metros corridos de meio

fio;

Que a obra ocorrerá concomitantemente com as demais;

Que não existiu situação jurídica consolidada, pois, não será realizada a Sessão Pública, sendo esta marcada para o dia 07 de maio de 2015.

Que a Autoridade Administrativa após fundamentar o Ato poderá decretar a revogação do procedimento licitatório,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 1.746/2015, na Modalidade de Tomada de Preços nº 006/2015, o qual tem como objeto a contratação de empresa para execução de serviços de ampliação e readequação das redes de distribuição de água na Rua São Santa Catarina, Travessa das Rosas, Rua Silvio Noronha, Rua Princesa Isabel, Rua São Francisco e Rua Independência, na extensão de 2.185 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 24 de abril de 2015.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 025/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 025/2015. Partes: Município de Maravilha - SC e Gaia Rodovias Ltda. Objeto: Execução de Pavimentação asfáltica. Vigência: 120 dias após recebimento da ordem de serviço. Valor: 606.413,36. Data de assinatura do contrato: 27/04/2015. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Renato Adriano Seibt pela Contratada.

Marema

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA N. 001/2015

Município de Marema

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 025/2015 - Modalidade de Concorrência n. 001/2015, para exploração comercial da copa e cozinha nos dias 19 a 21 de junho de 2015, durante a 1ª Expomarema em comemoração ao 27º aniversário do Município. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 01/06/2015, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 01/06/2015 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integral do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 13h30mi, e das 13h30min as 17h30min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 27 de abril de 2015
MARCOS PEDRO BATISTEL
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO N.º 042/2015

DECRETO n.º 042/2015

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.663/2014, de 17 de Novembro de 2014.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionadas fica suplementada no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), nestes termos:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2050 – Manutenção das Ações Básica de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.0004.0 – Aplicações Diretas (12)	R\$ 70.000,00
Total	R\$ 70.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2050 – Manutenção das Ações Básica de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.0004.0 – Aplicações Diretas (09)	R\$ 70.000,00
Total	R\$ 70.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

PORTARIA Nº 174/2015

PORTARIA nº 174/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora SONIA ELZI SARTORI MANFREDINI, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 24/04/2015.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 27 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0111/2015

DECRETO Nº 0111/2015 DE 08.04.2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE LEILA FONTANA PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, nesta data, a Sra. LEILA FONTANA, portadora do CPF nº 010.743.600-01, RG nº 4086030162, para desempenho do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, para atuação no Departamento Municipal de Saúde de Modelo/SC, com dedicação integral.

Art. 2º - A Servidora nomeada através deste decreto perceberá a remuneração do cargo de conformidade com as disposições legais, sendo nível CC - 04, do quadro de Servidores Cargos em Comissão do Município de Modelo - SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 08 de abril de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Contadora

TERMO DE POSSE 011/2015

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0111/2015

Cargo em Comissão: Chefe de Setor

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e quinze, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo - SC, compareceu a Senhora LEILA FONTANA, portadora do CPF nº 010.743.600-01, RG nº 4086030162, a fim de tomar posse no cargo de CHEFE DE SETOR, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0111/2015, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Saúde de Modelo - SC.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão,

disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 08 de abril de 2015.

LEILA FONTANA
Servidora

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0117/2015

DECRETO Nº 0117/2015 de 24.04.2015

DISPÕE SOBRE A EFETIVAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DECORRENTE DE CONCURSO PÚBLICO E APROVAÇÃO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/02, Concurso Público - Edital 001/2011 e demais normas pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a avaliação, aprovado o respectivo Estágio Probatório, arquivado na pasta funcional e declarado efetivos no serviço Público Municipal de Modelo - SC, os Servidores Municipais abaixo nominados:

Nome do Servidor	Cargo	Matrícula	Nº Decreto de Nomeação
Andreia Kath	Agente de Vig. Epid. E Sanitária	1935-6	106/2012
Barbara Milena Geller Baron	Enfermeira PSF	1928-3	094/2012
Cleunice Maria Hoss Schuh	Agente Comunitário de Saúde ESF	1934-8	108/2012
Elisandra Ana Junges	Agente Comunitário de Saúde ESF	1930-5	109/2012
Elizete Pavalicini Rauber	Agente Comunitário de Saúde ESF	1919-4	111/2012
Gleison Donida	Motorista	1929-1	095/2012
Juliana Pavalicini Cesco	Auxiliar Administrativo da Saúde	1921-6	078/2012
Marledi Decker Fritzen	Agente Comunitário de Saúde ESF	1932-1	112/2012
Salete Ragazzon Decker	Agente Comunitário de Saúde ESF	1931-3	110/2012

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 24 de abril de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

ERRATA AO EDITAL 129/2015 FMS

Errata ao Edital 129/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 129/2015 - Modalidade Pregão Presencial
n. 010/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial Nº010/2015, com o seguinte objeto AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE-OBRA PARA CONserto DO AUTOMÓVEL PLACAS MGT 8887, ANO 2009, DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO - SC. Teve sua data de abertura alterada para o dia 12 de maio de 2015, as 08:00. Sendo mantidas as demais condições do edital. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 27 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 044/2015

PORTARIA Nº 044/2015 de 24.04.2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em especial, as de conformidade com o Art.º 95 da Lei Municipal 1.513/02 e demais normas pertinentes,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, a partir de abril de 2015, Gratificação por Grau de Instrução que incidirá sobre o vencimento base na seguinte forma:

SERVIDOR	PERCENTUAL	NÍVEL
Andreia Kath	05% (cinco por cento)	Graduação – Curso de Direito – registrado sob o nº 30782 do livro nº 26-R, folhas nº 157 do Setor de Registro de Diplomas – Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC Joaçaba/SC.
Barbara Milena Geller Baron	05% (cinco por cento)	Especialização – Curso de Pós Graduação – Saúde da Família – registrado sob o nº 51 do livro LCCS00001, folhas nº 17 do Depto de Administração Escolar – Universidade Federal de Santa Catarina, Pólo de Chapecó/SC.

Cleunice Maria Hoss Schuh	03% (três por cento)	Conclusão do Nível Escolar de Ensino Médio (Segundo Grau) – Certificado registrado sob o nº 1559 do livro nº 3, folhas nº 60 de Registro de Diplomas – Secretaria de Estado da Educação e Inovação – Centro de Educação de Jovens e Adultos – Unidade. Desc. De Modelo/SC.
Elisandra Ana Junges	03% (três por cento)	Conclusão do Nível Escolar de Ensino Médio (Segundo Grau) – Certificado registrado sob o nº 114/03 do livro nº 01, folhas nº 14-v de Registro de Diplomas – Secretaria de Estado da Educação e Inovação – 2º Gerência Regional de Educação e Inovação – EEB Prof Silvio Romero – Bom Jesus do Oeste/SC.
Elizete Pavalicini Rauber	03% (três por cento)	Conclusão do Nível Escolar de Ensino Médio (Segundo Grau) – Certificado registrado emitido em 24.08.2006 – Secretaria de Estado da Educação – EEB Dom Helder Câmara, Modelo/SC.
Elizete Pavalicini Rauber	05% (cinco por cento)	Graduação – Curso de Pedagogia – Registrado sob o nº 49 do livro nº A-154, folhas nº 49 da Seção de Registro de Diplomas – Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi.
Elizete Pavalicini Rauber	05% (cinco por cento)	Especialização – Curso de Pós Graduação – Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – registrado sob o nº 13044 do livro nº 04, folhas nº 04 do Registro de Certificados e Atestados – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FACISA – Celer Faculdades.
Gleison Donida	05% (cinco por cento) = (02% (dois por cento) Primeiro Grau + 03% (três por cento) Segundo Grau).	Conclusão do Nível Escolar de Ensino Médio (Segundo Grau) – Certificado registrado sob o nº 09 do Livro D, folhas 21 v de Registro de Diplomas – Secretaria do Estado de Educação – EEB La Salle, Serra Alta/SC.
Marivete Ana Santolin	05% (cinco por cento) = (02% (dois por cento) Primeiro Grau + 03% (três por cento) Segundo Grau).	Conclusão do Nível Escolar de Ensino Médio (Segundo Grau) – Certificado registrado emitido em 13.12.1989 – Secretaria de Educação do RS – Escola Estadual de 1º e 2º Graus São Valentim, São Valentim/RS.
Marledi Decker Fritzen	03% (três por cento)	Conclusão do Nível Escolar de Ensino Médio (Segundo Grau) – Certificado registrado sob o nº 1253 do livro nº 01, folhas nº 41-v 42 de Registro de Diplomas – Secretaria de Estado da Educação – Diretoria de Ensino Supletivo – Centro de Educação de Jovens e Adultos – Unidade. Desc. de Modelo/SC.

Salete Ragazzon Decker	03% (três por cento)	Conclusão do Nível Escolar de Ensino Médio (Segundo Grau) – Certificado registrado sob o nº 1654 do livro nº 3, folhas nº 76 de Registro de Diplomas – Secretaria de Estado da Educação e Inovação – Centro de Educação de Jovens e Adultos – Unidade. Desc. de Modelo/SC.
------------------------	----------------------	--

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 24 de abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

PORTARIA Nº 045/2015

PORTARIA Nº 045/2015 de 27.04.2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2013, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2013 do Município de Modelo - SC homologado pelo Decreto nº 244/2013 em 21.11.2013, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, a Sra. CLECI LUVISON MOREIRA DA SILVA, aprovada no Concurso Público nº 001/2013 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a partir desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 27 de abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Ciente em: _____ / _____ / _____ .

CLECI LUVISON MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 046/2015

PORTARIA Nº 046/2015 de 27.04.2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2015 do Município de Modelo - SC homologado pelo Decreto nº 110/2015 em 06.04.2015, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocado para nomeação e posse no cargo de Operador de Máquinas, o Sr. VOLNEI ALBANI, aprovado no Concurso Público nº 001/2015 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - O aprovado citado nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 27 de abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Ciente em: _____ / _____ / _____ .

VOLNEI ALBANI

PORTARIA Nº 047/2015

PORTARIA Nº 047/2015 de 27.04.2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2015 do Município de Modelo - SC homologado pelo Decreto nº 110/2015 em 06.04.2015, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocado para nomeação e posse no cargo de Operador de Máquinas, o Sr. NELVO ALBANI, aprovado no Concurso Público nº 001/2015 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - O aprovado citado nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 27 de abril de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Ciente em: ____ / ____ / ____ .

NELVO ALBANI

Morro da Fumaça**PREFEITURA****REGISTRO DE PREÇOS FMAS 005/2015**

Fundo Municipal de Assistência Social de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 005/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ENTREGAS EM UNIDADES INDIVIDUALIZADAS, conforme anexo. Data: 04/05/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D. Teixeira - Secretário de Finanças Interino.

Navegantes

PREFEITURA

CARTA DE CONVOCAÇÃO

Navegantes, 27 de abril de 2015.

Ilma Sra.
ROSEMARLI MOHR
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de MONITORA DE ABRIGO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller
Diretoria de Gestão em RH

CARTA DE CONVOCAÇÃO

Navegantes, 27 de abril de 2015.

Ilmo Sr.
ANTENOR HERCILIO DA SILVA
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller
Diretoria de Gestão em RH

CARTA DE CONVOCAÇÃO

Navegantes, 27 de abril de 2015.

Ilmo Sr.
PAULO CARVALHO SILVA
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da CONTRATAÇÃO através do PROCESSO SELETIVO de nº 005/2014, para a função de AGENTE

DE SERVIÇOS GERAIS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller
Diretoria de Gestão em RH

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE 981-1455/2015.

PORTARIA Nº. 981 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. LUCIANA MARGI DA SILVA, matrícula nº. 5029/10, que exerce a função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 10/03/2015 a 05/09/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10/03/2015 a 05/09/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 10 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de março 2015.

PORTARIA Nº. 982 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. LUCIANA MARGI DA SILVA, matrícula nº. 5029/11, que exerce a função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 10/03/2015 a 05/09/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10/03/2015 a 05/09/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 10 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 16 de março 2015.

PORTARIA Nº. 983 DE 16 DE MARÇO DE 2015.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,
RESOLVE:
I. Conceder Licença Gestação, a Sra. FERNANDA SILVIA DOS SANTOS, matrícula nº. 17429/09, que exerce a função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 02/03/2015 a 28/08/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.
II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02/03/2015 a 28/08/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.
III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 16 de março 2015.

PORTARIA Nº. 984 DE 16 DE MARÇO DE 2015.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,
RESOLVE:
I. Conceder Licença Gestação, a Sra. MARILIA MOSER, matrícula nº. 1734/03, que exerce a função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 09/03/2015 a 04/09/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.
II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09/03/2015 a 04/09/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.
III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 09 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 16 de março 2015.

PORTARIA Nº. 985 DE 16 DE MARÇO DE 2015.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,
RESOLVE:
I. Conceder Licença Gestação, a Sra. MARILIA MOSER, matrícula nº. 1734/08, que exerce a função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 09/03/2015 a 04/09/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.
II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09/03/2015 a 04/09/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.
III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 09 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 16 de março 2015.

PORTARIA Nº. 986 DE 16 DE MARÇO DE 2015.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,
RESOLVE:
I. Conceder Licença Gestação, a Sra. MARIANA CRISTINA ORTIZ, matrícula nº. 632660/01, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 13/03/2015 a 08/09/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.
II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 13/03/2015 a 08/09/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.
III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 13 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 16 de março 2015.

PORTARIA Nº. 987 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,
RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. VERA LUCIA DA SILVA, matrícula nº. 62937/03, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 03/03/2015 a 29/08/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03/03/2015 a 29/08/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 03 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de março 2015.

PORTARIA Nº. 988 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,
RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. LUCIANA MICHELON DOS SANTOS, matrícula nº. 62280/02, que exerce a função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 16/03/2015 a 11/09/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16/03/2015 a 11/09/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 16 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de março 2015.

PORTARIA Nº. 1096 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,
RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. SIRLEI TEREZINHA WOLFART, matrícula nº. 16752/03, que exerce a função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 16/03/2015 a 11/09/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16/03/2015 a 11/09/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 16 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de março 2015.

PORTARIA Nº. 1097 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,
RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. RAQUEL WOSNIAK NAUMANN, matrícula nº. 63321/01, que exerce a função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 19/03/2015 a 14/09/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 19/03/2015 a 14/09/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 19 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de março 2015.

PORTARIA Nº. 1105 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,
RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. CASSANDRA DA SILVA CAMPOS, matrícula nº. 3414/13, que exerce a função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 19/03/2015 a 14/09/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 19/03/2015 a 14/09/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 19 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1162 DE 27 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. TAISA CRISTINA PADILHA BENDER, matrícula nº. 62466/01, que exerce a função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 25/03/2015 a 20/09/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 25/03/2015 a 20/09/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativo a partir de 25 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 27 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1163 DE 27 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. CRISTIANA PEREIRA DE SOUZA, matrícula nº. 62988/03, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 25/03/2015 a 20/09/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 25/03/2015 a 20/09/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 25 de março de 2015,

revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 27 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1164 DE 27 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. MARCELLE BONETTI HEUSI ANGONESE, matrícula nº. 16839/01, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 24/03/2015 a 19/09/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 24/03/2015 a 19/09/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 24 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 27 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1201 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. ANA CAROLINA DE ALMEIDA HENN, matrícula nº. 632740/01, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 19/03/2015 a 14/09/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 19/03/2015 a 14/09/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 19 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 01 de abril 2015.

PORTARIA Nº. 1327 DE 13 DE ABRIL DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. EDILENE MARIA DA SILVA, matrícula nº. 17263/10, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 11/04/2015 a 07/10/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 11/04/2015 a 07/10/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 11 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 13 de abril 2015.

PORTARIA Nº. 1345 DE 14 DE ABRIL DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. JOSILENE LOURENÇO, matrícula nº. 4014/06, que exerce a função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 11/04/2015 a 07/10/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 11/04/2015 a 07/10/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 11 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 14 de abril 2015.

PORTARIA Nº. 1350 DE 15 DE ABRIL DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. EDIVANIA OLIVEIRA PINA, matrícula nº. 632778/01, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 13/04/2015 a 09/10/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 13/04/2015 a 09/10/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 13 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 15 de abril 2015.

PORTARIA Nº. 1351 DE 15 DE ABRIL DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. GRAZIELA LUCILA DE SOUZA, matrícula nº. 2059/07, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 13/04/2015 a 09/10/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 13/04/2015 a 09/10/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 13 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 15 de abril 2015.

PORTARIA Nº. 1455 DE 23 DE ABRIL DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. LAILA CAROLINE DE BRITO GIRENZ, matrícula nº. 63055/02, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 22/04/2015 a 18/10/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 22/04/2015 a 18/10/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 22 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de abril 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE CÔNJUGE 172/2015.

PORTARIA Nº. 172 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE CÔNJUGE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001, RESOLVE:

I. Conceder licença para acompanhamento de cônjuge, a Sra. SUZAN CRISTINA LEAL, sob matrícula nº 62781/03 no cargo de Agente de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18 de fevereiro de 2015.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria inicia-se em 19 de fevereiro de 2015 por tempo indeterminado.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 19 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES 15-1360/2015.

PORTARIA Nº. 15 DE 07 DE JANEIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, EDIANA APARECIDA AGUIAR THOME, matrícula nº. 62256/01, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 04 de fevereiro de 2015 á 04 de fevereiro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE JANEIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 07 de janeiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 07 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº. 56 DE 21 DE JANEIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, CRISTIANE ROSA DA COSTA, matrícula nº. 4470/01, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 04 de fevereiro de 2015 á 04 de fevereiro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE JANEIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 21 de janeiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 21 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº. 80 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso

das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, CRISTIANA EMILIA DA SILVA, matrícula nº. 4092/03, que exerce a função de Agente de Serviços Gerais, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 04 de fevereiro de 2015 á 04 de fevereiro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 85 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, GENECI ODETE LARA AZILIERO, matrícula nº. 2186/06, que exerce a função de Agente de Serviços Gerais, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 04 de fevereiro de 2015 á 04 de fevereiro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 91 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, RAQUEL FLORIANO HELLGRENN, matrícula nº. 4485/01, que exerce a função de Agente de Serviços Gerais, carga horária de 40 (quarenta)

horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 04 de fevereiro de 2015 á 04 de fevereiro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 04 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 92 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, HILAIRE MOURA RODRIGUES MARTINS, matrícula nº. 61959/01, que exerce a função de Professora do Ensino Fundamental, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 20 (vinte) horas semanais a partir de 04 de fevereiro de 2015 á 04 de fevereiro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 04 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 99 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, MONICA FERREIRA, matrícula nº. 4463/02, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 18 de fevereiro de 2015 á 18 de fevereiro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 05 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 126 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, SILVIA LETICIA FARIAS GRUMICHE, matrícula nº. 4298/02, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 13 de fevereiro de 2015 á 13 de fevereiro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 155 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, SILVANA DA SILVA CAMARGO, matrícula nº. 16890/02, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 13 de fevereiro de 2015 á 13 de fevereiro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 11 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 159 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, JOSILENE LOURENÇO, matrícula nº. 4014/05, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 13 de fevereiro de 2015 á 13 de fevereiro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 11 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 470 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, SONIA REGINA RODRIGUES BOTELHO, matrícula nº. 3435/05, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 20 de fevereiro de 2015 á 20 de fevereiro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 513 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, ANA MARIA RIBEIRO, matrícula nº. 62100/01, que exerce a função de Agente de Serviços Gerais, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 23 de fevereiro de 2015 à 23 de fevereiro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 514 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, KATIA MARIA BRINNING DA SILVA, matrícula nº. 61938/01, que exerce a função de Agente de Serviços Gerais, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 04 de fevereiro de 2015 à 04 de fevereiro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 515 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, ELISANGELA CIPRIANO, matrícula nº. 3517/04, que exerce a função de Agente de Serviços Gerais, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 04 de fevereiro de 2015 à 04 de fevereiro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 573 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, SHIRLEI FRANCISCO LISBOA, matrícula nº. 3230/04, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 06 de março de 2015 à 06 de março de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 611 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, PAMELA YURIE YAMAWAKI, matrícula nº. 62042/02, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 13 de fevereiro de 2015 á 13 de fevereiro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 637 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, ELISANDRA PINHEIRO VARGAS, matrícula nº. 2246/03, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 02 de março de 2015 á 02 de março de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 26 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 665 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, NAIARA REIS, matrícula nº. 19769/01, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto

do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 02 de março de 2015 á 02 de março de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 02 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 666 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, CIRLEIA JULIANA INACIO, matrícula nº. 19740/01, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 02 de março de 2015 á 02 de março de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 02 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 677 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, JULIA CRISTINA CHIAMULERA GHISI, matrícula nº. 18664/04, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 03 de março de 2015 á 03 de março de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos a partir de 03 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 678 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, ROSIMAR APARECIDA DA SILVA, matrícula nº. 19876/02, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 02 de março de 2015 á 02 de março de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 679 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, FERNANDA ANGIOLETTI INACIO, matrícula nº. 2326/03, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 02 de março de 2015 á 02 de março de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 680 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, ELAINE PEREIRA, matrícula nº. 61951/01, que exerce a função de Agente de Serviços Gerais, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 02 de março de 2015 á 02 de março de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 681 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, MORGANA APARECIDA GONÇALVES, matrícula nº. 61903/01, que exerce a função de Professora do Ensino Fundamental, carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 10 (dez) horas semanais a partir de 02 de março de 2015 á 02 de março de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 03 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 682 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, o servidor, LUIZ ANTONIO RODRIGUES CAMILO, matrícula nº. 2681/03, que exerce a função de Professor do Ensino Fundamental, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 20 (vinte) horas semanais a partir de 02 de março de 2015 á 02 de março de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 03 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 683 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, o servidor, RAFAEL DOS SANTOS, matrícula nº. 4646/06, que exerce a função de Professor do Ensino Fundamental, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 20 (vinte) horas semanais a partir de 02 de março de 2015 á 02 de março de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 03 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 684 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, JULIANA CRISTINA JUTTEL, matrícula nº. 3624/03, que exerce a função de Professora do Ensino Fundamental, carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 10 (dez) horas semanais a partir de 02 de março de 2015 á 02 de março de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 03 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 770 DE 06 DE MARÇO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, o servidor, FERNANDO DO VALLE, matrícula nº. 2430/02, que exerce a função de Professor do Ensino Fundamental, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 20 (vinte) horas semanais a partir de 05 de março de 2015 á 05 de março de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a partir de 05 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 06 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 06 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 989 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, ELIDIANE TAMAGNO, matrícula nº. 4559/02, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 13 de março de 2015 á 13 de março de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a partir de 13 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 16 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 990 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, PAMELLA CRISTINA RIBEIRO, matrícula nº. 61914/01, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 13 de março de 2015 á 13 de março de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a partir de 13 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 16 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1052 DE 18 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, TATIANE DA ROSA MIRANDA, matrícula nº. 3529/06, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 19 de março de 2015 á 19 de março de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 18 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1168 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, ROBERTA DOS SANTOS DE LIMA, matrícula nº. 17414/03, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 01 de abril de 2015 á 01 de abril de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 31 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1194 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, TATIANE CRIVELETTI, matrícula nº. 62533/01, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 01 de abril de 2015 á 01 de abril de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos a partir de 01 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 01 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1195 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, LUCILIA DE SOUZA, matrícula nº. 1706/06, que exerce a função de Professora do Ensino Fundamental, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 20 (vinte) horas semanais a partir de 01 de abril de 2015 á 01 de abril de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 01 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1200 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, VERA LUCIA DA SILVA II, matrícula nº. 61876/03, que exerce a função de Agente de Serviços Gerais, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 01 de abril de 2015 á 01 de abril de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 01 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1328 DE 13 DE ABRIL DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, RUTHE SILVA DOS ANJOS, matrícula nº. 17071/02, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 01 de abril de 2015 á 01 de abril de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 13 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1360 DE 16 DE ABRIL DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, ADAINA TAMIRES PACHECO, matrícula nº. 4918/06, que exerce a função de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 30 (trinta) horas semanais a partir de 20 de abril de 2015 á 20 de abril de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 16 de abril de 2015.

CONCEDE LICENÇA PREMIO 79-1358/2015

PORTARIA Nº. 79 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ROSANE RONCALIO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Supervisora Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 30 (trinta) dias desta licença, pelo período de 04/02/2015 a 05/03/2015, referente ao serviço público prestado entre 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de fevereiro de 2015 a 05 de março de 2015. Fazendo gozo dos 30 (trinta) dias restantes deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 83 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MARIA DE LOURDES ANTUNES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Consultora Educacional, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 04/02/2015 a 04/05/2015, referente ao serviço público prestado entre 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de fevereiro de 2015 a 04 de maio de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 84 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. IVONETE DOS SANTOS DE OLIVEIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 30 (trinta) dias desta licença, pelo período de 04/02/2015 a 05/03/2015, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de fevereiro de 2015 a 05 de março de 2015. Fazendo gozo dos 30 (trinta) dias. Restando 60 (sessenta) dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 96 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. EDICLEIA MONTAGNA DUARTE, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 05/02/2015 a 05/05/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 05 de fevereiro de 2015 a 05 de maio de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 05 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 156 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MERI ROSANE LAURENÇO DA SILVA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Supervisora Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 30 (trinta) dias desta licença, pelo período de 10/02/2015 a 11/03/2015, referente ao serviço público prestado entre 1992/1997.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de fevereiro de 2015 a 11 de março de 2015. Fazendo gozo dos 30 (trinta) dias. Restando 30 (trinta) dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 11 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 157 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. VANUZIA HONORIO GONZAGA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 09/02/2015 a 09/05/2015, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de fevereiro de 2015 a 09 de maio de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 11 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 158 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MARIS STELLA CORREA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/02/2015 a 10/05/2015, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de fevereiro de 2015 a 10 de maio de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 11 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 663 DE 02 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ROSANE RONCALIO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Supervisora Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 06/03/2015 a 03/06/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de março de 2015 a 03 de junho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 02 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 685 DE 03 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MARCIA JULIANA ASSOLARI, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 02/03/2015 a 30/05/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de março de 2015 a 30 de maio de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 686 DE 03 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ANDREIA SCHIMITT PONTALDI, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora do Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 03/03/2015 a 31/05/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de março de 2015 a 31 de maio de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data
Navegantes, 03 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 687 DE 03 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. LEONELA DE SOUSA NASCIMENTO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 02/03/2015 a 30/05/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de março de 2015 a 30 de maio de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 688 DE 03 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. DOROTEIA DE SOUZA BAPTISTA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 03/03/2015 a 31/05/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de março de 2015 a 31 de maio de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 689 DE 03 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. JOSIMARI DA COSTA DO AMARAL, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 03/03/2015 a 31/05/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de março de 2015 a 31 de maio de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 690 DE 03 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ANDREA MARA KRAETZER, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 03/03/2015 a 31/05/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de março de 2015 a 31 de maio de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 691 DE 03 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MISSIONE CLEIA DE BITTENCOURT, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 05/03/2015 a 02/06/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 05 de março de 2015 a 06 de junho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 699 DE 03 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, o Sr. VOLMAR ADRIANO JUNIOR, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professor do Ensino Fundamental, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 03/03/2015 a 31/05/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de março de 2015 a 31 de maio de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 03 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 847 DE 09 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. ALINE SIMONE NARDES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 09/03/2015 a 06/06/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de março de 2015 a 06 de junho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 848 DE 09 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. RENILDE LUZIA CHIAMULEIRA LEAL, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 09/03/2015 a 06/06/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de março de 2015 a 06 de junho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 849 DE 09 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso

de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. MIRIAN DOS SANTOS ANTUNES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 09/03/2015 a 06/06/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de março de 2015 a 06 de junho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 850 DE 09 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. SIMONE BENTO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2015 a 07/06/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2015 a 07 de junho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 851 DE 09 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de

04/12/2001,
"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. ANGELA TREVIZANI CABRAL, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2015 a 07/06/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2015 a 07 de junho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 852 DE 09 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. CRISTIANE DA ROSA LAGUNA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2015 a 07/06/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2015 a 07 de junho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 853 DE 09 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. SABRINA GRACIELA APARECIDA DE SOUZA CARTURANO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2015 a 07/06/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2015 a 07 de junho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 854 DE 09 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. MARIJARA PINTO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2015 a 07/06/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2015 a 07 de junho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 855 DE 09 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. DIRCE MARQUES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2015 a 07/06/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2015 a 07 de junho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 856 DE 09 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. DIRCE MARQUES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2015 a 07/06/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2015 a 07 de junho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 857 DE 09 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. CILMARA BENTO VIEIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2015 a 07/06/2015, referente ao serviço público prestado entre 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2015 a 07 de junho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 858 DE 09 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. NEIDE MARIA BORTOLATO MATHIOLA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 09/03/2015 a 06/06/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de março de 2015 a 06 de junho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 997 DE 16 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. LILIANE APARECIDA ANACLETO PEREIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 60 (sessenta) dias desta licença, pelo período de 16/03/2015 a 14/05/2015, referente ao serviço público prestado entre 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16 de março de 2015 a 14 de maio de 2015. Fazendo gozo dos 60 (sessenta) dias restantes deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 16 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1039 DE 17 DE MARÇO DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. SUELI DORTI DE MELO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 17/03/2015 a 14/06/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 17 de março de 2015 a 14 de junho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 17 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1191 DE 01 DE ABRIL DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. ROSANE APARECIDA PEREZ

CAPELLA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 01/04/2015 a 29/06/2015, referente ao serviço público prestado entre 2000/2005.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de abril de 2015 a 29 de junho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 01 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1192 DE 01 DE ABRIL DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. ROSANE APARECIDA PEREZ CAPELLA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 30/06/2015 a 27/09/2015, referente ao serviço público prestado entre 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 30 de junho de 2015 a 27 de setembro de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 01 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1193 DE 01 DE ABRIL DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. ROSANE APARECIDA PEREZ CAPELLA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal

na função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 28/09/2015 a 26/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 28 de setembro de 2015 a 26 de dezembro de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de dezembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 01 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1213 DE 06 DE ABRIL DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. CLAUDINE DENISE DE SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 60 (sessenta) dias desta licença, pelo período de 06/04/2015 a 04/06/2015, referente ao serviço público prestado entre 2002/2007.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de abril de 2015 a 04 de junho de 2015. Fazendo gozo dos 60 (sessenta) dias. Restando 30 (trinta) dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 06 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1214 DE 06 DE ABRIL DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. CLEONICE MARIA DA SILVA DO NASCIMENTO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público

Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 06/04/2015 a 04/07/2015, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de abril de 2015 a 04 de julho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 06 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1221 DE 06 DE ABRIL DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. DINORA PEREIRA DOS SANTOS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 06/04/2015 a 04/07/2015, referente ao serviço público prestado entre 1999/2004.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de abril de 2015 a 04 de julho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 06 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1222 DE 06 DE ABRIL DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MARIA ELI DA SILVA CYBULSKI, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40

(quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 06/04/2015 a 04/07/2015, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de abril de 2015 a 04 de julho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 06 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1223 DE 06 DE ABRIL DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. GISELE TOLEDO CRUZ, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 30 (trinta) dias desta licença, pelo período de 01/04/2015 a 30/04/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de abril de 2015 a 30 de abril de 2015. Fazendo gozo dos 30 (trinta) dias. Restando 60 (sessenta) dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 06 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1224 DE 06 DE ABRIL DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. CAMILA FERREIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação,

para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 07/04/2015 a 05/07/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 07 de abril de 2015 a 05 de julho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 06 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1233 DE 07 DE ABRIL DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MARLI MAFRA ROSA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 07/04/2015 a 05/07/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 07 de abril de 2015 a 05 de julho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 07 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1300 DE 10 DE ABRIL DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. SALETE TEREZINHA DE SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo

período de 10/04/2015 a 08/07/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de abril de 2015 a 08 de julho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1301 DE 10 DE ABRIL DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. NELIR MOSER, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/04/2015 a 08/07/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de abril de 2015 a 08 de julho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1302 DE 10 DE ABRIL DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. LUCIANA DE SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/04/2015 a 08/07/2015, referente ao serviço público prestado

entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de abril de 2015 a 08 de julho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1303 DE 10 DE ABRIL DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. FABIANE CRISTINA CARVALHO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/04/2015 a 08/07/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de abril de 2015 a 08 de julho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1304 DE 10 DE ABRIL DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MARILEIA DA SILVA MEDEIROS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/04/2015 a 08/07/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de abril de 2015 a 08 de julho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1305 DE 10 DE ABRIL DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MARCIA REGINA COUTO DE SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 30 (trinta) dias desta licença, pelo período de 10/04/2015 a 09/05/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de abril de 2015 a 09 de maio de 2015. Fazendo gozo dos 30 (trinta) dias restantes deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRET

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1306 DE 10 DE ABRIL DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, o Sr. ANDRE LUIZ TAMANINI, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professor do Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/04/2015 a 08/07/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de

abril de 2015 a 08 de julho de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1358 DE 16 DE ABRIL DE 2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. CINTIA SOUZA DA SILVA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 02/03/2015 a 30/05/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de março de 2015 a 30 de maio de 2015. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 16 de abril de 2015.

CONCEDE LICENÇA SAÚDE 3175/2014 E 38-1453/2015.

PORTARIA Nº. 3175 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a CATIA SELENE DA TRINDADE DA COSTA, sob matrícula nº 3457/01, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 02/10/2014 à 30/11/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de outubro de 2014 à 30 de novembro de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 02 de outubro de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 38 DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a FABRICIA GISELE PEREIRA, sob matrícula nº 3143/06, no cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 19/12/2014 à 07/01/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 19 de dezembro de 2014 à 07 de janeiro de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 19 de dezembro de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JANEIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº. 39 DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ANDREA CRISTINA DAS NEVES, sob matrícula nº 637/03, no cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 16/11/2014 à 07/01/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16 de novembro de 2014 à 07 de janeiro de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 16 de novembro de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JANEIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº. 40 DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a SANDRA REGINA CARDOSO DE LIMA ANGIOLETTI, sob matrícula nº 62784/01, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 04/11/2014 à 05/01/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de novembro de 2014 à 05 de janeiro de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de novembro de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JANEIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº. 41 DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a MARCIA TEREZINHA LEAL ROMAO, sob matrícula nº 1716/04, no cargo de Orientadora Educacional, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 26/02/2013 à 07/01/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 26 de fevereiro de 2013 à 07 de janeiro de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 26 de fevereiro de 2013, revogados as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JANEIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de janeiro de 2015.

Benilde Perão
Secretária Municipal de Administração e Logística
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº. 49 DE 19 DE JANEIRO DE 2015.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:
I - Conceder licença de tratamento de saúde, a LEILA REGINA REIS FAVARO, sob matrícula nº 62882/02, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 20/11/2014 à 18/12/2014.
II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 20 de novembro de 2014 à 18 de dezembro de 2014.
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 20 de novembro de 2014, revogados as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JANEIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de janeiro de 2015.

Benilde Perão
Secretária Municipal de Administração e Logística
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº. 50 DE 19 DE JANEIRO DE 2015.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:
I - Conceder licença de tratamento de saúde, a KETILI DOS SANTOS DE ANDRADE, sob matrícula nº 20053/06, no cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 05/11/2014 à 04/01/2015.
II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 05 de novembro de 2014 à 04 de janeiro de 2015.
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 05 de novembro de 2014, revogados as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JANEIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de janeiro de 2015.

Benilde Perão
Secretária Municipal de Administração e Logística
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº. 64 DE 26 DE JANEIRO DE 2015.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:
I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ELY DA LUZ DARRADDA, sob matrícula nº 632767/01, no cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 16/10/2014 à 15/01/2015.
II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16 de outubro de 2014 à 15 de janeiro de 2015.
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 16 de outubro de 2014, revogados as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JANEIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 26 de janeiro de 2015.

Benilde Perão
Secretária Municipal de Administração e Logística
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 26 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº. 621 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:
I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ARLETE MOURA FONSECA, sob matrícula nº 63226/01, no cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 22/09/2014 à 30/01/2015.
II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 22 de setembro de 2014 à 30 de janeiro de 2015.
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 22 de setembro de 2014, revogados as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
Secretária Municipal de Administração e Logística
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 622 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a JUÇARA DE MELLO, sob matrícula nº 2221/09, no cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 18/12/2014 à 10/02/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 18 de dezembro de 2014 à 10 de fevereiro de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 18 de dezembro de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 623 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a MARCIA SACAVERM, sob matrícula nº 479/13, no cargo de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 14/10/2014 à 30/01/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 14 de outubro de 2014 à 30 de janeiro de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 14 de outubro de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 625 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a MARY CLEIA PRZYWITOWSKI, sob matrícula nº 62003/06, no cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 23/10/2014 à 19/02/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 23 de outubro de 2014 à 19 de fevereiro de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 23 de outubro de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 676 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a GIOVANA SOARES DA CUNHA, sob matrícula nº 472/01, no cargo de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 01/04/2014 à 28/02/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de abril de 2014 à 28 de fevereiro de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 01 de abril de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1063 DE 19 DE MARÇO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a MARI JANAINA PASSOS DA LUZ, sob matrícula nº 62488/01, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 06/03/2015 à 17/03/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de março de 2015 à 17 de março de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 06 de março de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de março de 2015.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1091 DE 20 DE MARÇO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a MARIA ANGELICA DE LIMA VIEIRA, sob matrícula nº 4479/01, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 10/07/2014 à 20/03/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de julho de 2014 à 20 de março de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 10 de julho de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1126 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a MARIA DAS NEVES DA SILVA, sob matrícula nº 16803/09, no cargo de Monitora de Educação Especial, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12/08/2014 à 23/03/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 12 de agosto de 2014 à 23 de março de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 12 de agosto de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1308 DE 10 DE ABRIL DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a MARINA DE OLIVEIRA JORGE, sob matrícula nº 3374/03, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 17/06/2014 à 31/03/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 17 de junho de 2014 à 31 de março de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 17 de junho de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1309 DE 10 DE ABRIL DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a JORGE LUIS ALVES LIMA, sob matrícula nº 3555/08, no cargo de Professor do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 15/03/2015 à 28/03/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 15 de março de 2015 à 28 de março de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 15 de março de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1326 DE 13 DE ABRIL DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a EDILENE MARIA DA SILVA, sob matrícula nº 17263/10, no cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 20/02/2015 à 10/04/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 20 de fevereiro de 2015 à 10 de abril de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 20 de fevereiro de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de abril de 2015.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1355 DE 15 DE ABRIL DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ARIANE RONCALIO, sob matrícula nº 632653/02, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 09/03/2015 à 12/04/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de março de 2015 à 12 de abril de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 09 de março de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de abril de 2015.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1361 DE 16 DE ABRIL DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a MARIA MATEUS DA SILVA, sob matrícula nº 3836/06, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 04/02/2015 à 16/04/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de fevereiro de 2015 à 16 de abril de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo

seus efeitos retroativos a partir de 04 de fevereiro de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2015.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1377 DE 17 DE ABRIL DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a NELCI APARECIDA DO NASCIMENTO, sob matrícula nº 632799/01, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 23/03/2015 à 27/03/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 23 de março de 2015 à 27 de março de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 23 de março de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1391 DE 20 DE ABRIL DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a LUCIANA ANDREIA ALMEIDA, sob matrícula nº 62453/02, no cargo de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 28/03/2015 à 13/04/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 28 de março de 2015 à 13 de abril de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 28 de março de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2015.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1392 DE 20 DE ABRIL DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a PRISCILA CRISTINA REGIS, sob matrícula nº 61907/01, no cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 25/03/2015 à 10/04/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 25 de março de 2015 à 10 de abril de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 25 de março de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2015.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1393 DE 20 DE ABRIL DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a PRISCILA CRISTINA REGIS, sob matrícula nº 61907/04, no cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 25/03/2015 à 10/04/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 25 de março de 2015 à 10 de abril de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 25 de março de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2015.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2015.

PORTARIA Nº. 1394 DE 20 DE ABRIL DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ELFI CARMEN BRUKEN, sob matrícula nº 4466/01, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 31/10/2014 à 02/02/2015 e 18/02/2015 à 18/04/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 31 de outubro de 2014 à 02 de fevereiro de 2015 e 18 de fevereiro de 2015 à 18 de abril de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 31 de outubro de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2014.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2014.

PORTARIA Nº. 1453 DE 23 DE ABRIL DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a SUZANA REGINA CUNHA, sob matrícula nº 1812/01, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 24/03/2015, 31/03/2015, 09/04/2015 à 10/04/2015 e 14/04/2015 à 17/04/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 24 de março de 2015, 31 de março de 2015, 09 de abril de 2015 à 10 de abril de 2015 e 14 de abril de 2015 à 17 de abril de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 24 de março de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de abril de 2014.

Benilde Perão

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de abril de 2014.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES 348-1199/2015.

PORTARIA Nº. 348 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga a Portaria Nº 2471/2013 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, a servidora Srª. ELOIZA PINHEIRO, que exerce a função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria, Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença para tratar de interesses particulares de 20 (vinte) horas semanais a partir de 19 de fevereiro de 2015 a 19 de fevereiro de 2017.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 349 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga a Portaria Nº 2472/2013 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, a servidora Srª. ELOIZA PINHEIRO, que exerce a função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria, Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença para tratar de interesses particulares de 20 (vinte) horas semanais a partir de 19 de fevereiro de 2015 a 19 de fevereiro de 2017.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 450 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga a Portaria Nº 780/2013 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, a servidora Srª. CLARINDA PEREIRA, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria, Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença para tratar de interesses particulares de 30 (trinta) horas semanais a partir de 20 de fevereiro de 2015 a 20 de fevereiro de 2017.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 635 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga a Portaria Nº 1141/2013 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, a servidora Srª. CLAUDINEIA PEDRO, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria, Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença para tratar de interesses particulares de 30 (trinta) horas semanais a partir de 09 de março de 2015 a 09 de março de 2017.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 26 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 636 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga a Portaria Nº 1647/2013 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, a servidora Srª. EDNALVA SILVA FRANÇA, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria, Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença para tratar de interesses particulares de 30 (trinta) horas semanais a partir de 12 de março de 2015 a 12 de março de 2017.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 26 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 743 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga a Portaria Nº 738/2013 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, a servidora Srª. ALINE LUISA SOUZA GONZALES, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria, Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença para tratar de interesses particulares de 30 (trinta) horas semanais a partir de 02 de março de 2015 a 02 de março de 2017.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 04 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1108 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga a Portaria Nº 931/2013 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, a servidora Srª. ELIANE DA SILVA UESLER, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria, Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença para tratar de interesses particulares de 30 (trinta) horas semanais a partir de 02 de março de 2015 a 02 de março de 2017.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1109 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga a Portaria Nº 912/2013 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, a servidora Srª. JULIETA JAURET-CHE, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria, Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença para tratar de interesses particulares de 30 (trinta) horas semanais a partir de 02 de março de 2015 a 02 de março de 2017.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1114 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga a Portaria Nº 910/2013 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, a servidora Srª. PAULA RUBIA GAYA, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria, Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença para tratar de interesses particulares de 30 (trinta) horas semanais a partir de 02 de março de 2015 a 02 de março de 2017.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1115 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

“CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga a Portaria Nº 844/2013 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, a servidora Srª. TEREZINHA DE JESUS VALENTIM DE OLIVEIRA, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria, Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença para tratar de interesses particulares de 30 (trinta) horas semanais a partir de 02 de março de 2015 a 02 de março de 2017.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1116 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

“CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga a Portaria Nº 1646/2013 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, a servidora Srª. LEILA REGINA

OIVATTO DOS SANTOS, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria, Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença para tratar de interesses particulares de 30 (trinta) horas semanais a partir de 16 de março de 2015 a 16 de março de 2017.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1117 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

“CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga a Portaria Nº 2192/2013 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, a servidora Srª. FLAVIA MARQUES, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria, Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença para tratar de interesses particulares de 30 (trinta) horas semanais a partir de 05 de abril de 2015 a 05 de abril de 2017.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1118 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

“CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga a Portaria Nº 1893/2013 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, a servidora Srª. MARISTELA COELHO GALVEZ, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria, Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença para tratar de interesses particulares de 30 (trinta) horas semanais a partir de 02 de abril de 2015 a 02 de abril de 2017.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1199 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

“CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga a Portaria Nº 1854/2013 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, a servidora Srª. SUELI SOBIERAI, que exerce a função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria, Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença para tratar de interesses particulares de 20 (vinte) horas semanais a partir de 02 de abril de 2015 a 02 de abril de 2017.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE ABRIL DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 01 de abril de 2015.

CONCEDE READAPTAÇÃO 593-1119/2015.

PORTARIA Nº 593 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

“READAPTA A PEDIDO SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I. Readaptar a pedido a servidora Srª. THABITA PERA MORETI, que exerce o cargo de Professora, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotada na E.M. Profª Badia de Faria.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria dar-se-á pelo período de 23 de fevereiro de 2015 até 23 de fevereiro de 2016.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo

seu efeito a partir de 23 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 631 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

“READAPTA A PEDIDO SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I. Readaptar a pedido a servidora Srª. SUSIMERY MULLER, que exerce o cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria dar-se-á pelo período de 24 de fevereiro de 2015 até 24 de fevereiro de 2016.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito a partir de 24 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de fevereiro de 2015.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 667 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

“READAPTA A PEDIDO SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I. Readaptar a pedido a servidora Srª. ANA MATILDE DA SILVA, que exerce o cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria dar-se-á pelo período de 27 de fevereiro de 2015 até 27 de fevereiro de 2016.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 27 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de março de 2015.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de março de 2015.

PORTARIA Nº 672 DE DE MARÇO DE 2015.

“READAPTA A PEDIDO SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I. Readaptar a pedido a servidora Srª. ANA MATILDE DA SILVA, que exerce o cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria dar-se-á pelo período de 27 de fevereiro de 2015 até 27 de fevereiro de 2016.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 27 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de março de 2015.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de março de 2015.

PORTARIA Nº 1038 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

“READAPTA A PEDIDO SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I. Readaptar a pedido a servidora Srª. MARIA ELIETE SOUZA DA LUZ, que exerce o cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria dar-se-á pelo período de 16 de março de 2015 até 16 de março de 2016.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 16 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015.

PORTARIA Nº 1119 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

“READAPTA A PEDIDO SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I. Readaptar a pedido a servidora Srª. VERANIZ SOMAVILLA, que exerce o cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria dar-se-á pelo período de 17 de março de 2015 até 17 de março de 2016.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 17 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

CONCEDE RETORNO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES 42-931/2015.

PORTARIA Nº 42 DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

“RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES”

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da portaria nº 1462/2014 que Concede Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Sra. JULIANA MELLIES BRAATZ, que exerce função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 16 de janeiro de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito a partir de 16 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JANEIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº 74 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

“RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES”

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de

acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da portaria nº 142/2014 que Concede Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Sra. ADRIANA ALVES CASERES, que exerce função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 03 de fevereiro de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito a partir de 03 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JANEIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº 82 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da portaria nº 2541/2014 que Concede Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Sra. ZENILDA MORO, que exerce função de Agente de serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 18 de fevereiro de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 137 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da portaria nº 92/2015 que Concede Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Sra. HILAIRE

MOURA RODRIGUES MARTINS, que exerce função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 09 de fevereiro de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito a partir de 09 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 467 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da portaria nº 57/2014 que Concede Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Sra. SARITA CARDOSO, que exerce função de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 18 de fevereiro de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 468 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da portaria nº 2513/2014 que Concede Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Sra. KARLA FABIENNE DE ANDRADE MURARA, que exerce função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 18 de fevereiro de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 639 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.
"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da portaria nº 775/2013 que Concede Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Sra. FABRICIA INOCENCIO, que exerce função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 02 de março de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 26 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 26 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 931 DE 11 DE MARÇO DE 2015.
"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da portaria nº 16/2014 que Concede Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Sra. MARISTELA VIEIRA, que exerce função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 11 de março de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito a partir de 11 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de março de 2015.

LEI 2983 ALTERA LEI 2842

	<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br</p>
--	--

LEI N.º 2983 DE 27 DE ABRIL DE 2015.

REVOGA O § 4º DO ARTIGO 4º; ALTERA O INCISO XXX E O § 1º DO ARTIGO 6º E O INCISO I DO ARTIGO 7º DA LEI Nº 2842 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE REGULAMENTA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FUNERÁRIO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O parágrafo 4º do artigo 4º, o inciso XXX do artigo 6º e o inciso I do artigo 7º da lei n.º 2842 de 14 de fevereiro de 2014 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4.º

§ 4.º Revogado

Art. 6.º

XXX - manter sistema informatizado que viabilize a emissão de relatórios mensais ao Poder Concedente relacionados à prestação dos serviços.

§ 1.º Os serviços gratuitos referidos nos incisos VI e VII deste artigo serão prestados por sistema de rodízio quando concedidos a mais de uma concessionária.

Art. 7.º

I - efetuar, acobertar ou remunerar o agenciamento de funerais e de cadáveres, bem como manter plantão e oferecer serviços em hospitais, casas de saúde, asilos, delegacias de polícia e Instituto Médico Legal, por si ou por pessoas interpostas, ou através de funcionários de quaisquer instituições públicas ou privadas, incluindo-se, nesta proibição, os atos de contratação, quaisquer que sejam suas extensões, devendo, tais procedimentos, ocorrer nas empresas, diretamente e por livre escolha dos interessados em sua contratação."

Art. 2.º O parágrafo único do artigo 20 da lei n.º 2842 de 14 de fevereiro de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20 [...]

Parágrafo Único: Os serviços gratuitos previstos neste capítulo serão prestados pelo sistema de rodízio quando concedido a mais de uma concessionária."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 27 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 2984 AUTORIZA RECEBER DOAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2984 DE 27 DE ABRIL DE 2015
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES A RECEBER DOAÇÃO,
COM ENCARGO, DE ACESSÓRIOS INSTALADOS SOBRE IMÓVEL,
TENDO COMO OUTORGANTE DOADORA A UNIÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais.
FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o Município de Navegantes, autorizado a receber, com encargo da União, os acessórios instalados sobre o terreno registrado sob a matrícula nº 10.002 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes, com áreas de 2.360,00m² (unidade de ensino), 500,00m² (pátio coberto), 1.027,50m² (ginásio), 900,00m² (creche), 210,00m² (concha acústica) e 79,36m² (oficina), os quais destinam-se ao funcionamento do Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC).

Art. 2º Em caso de descumprimento do encargo de que trata o art.1º desta lei, as benfeitorias no imóvel devem retornar ao patrimônio da doadora.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a lei n° 949 de 22 de maio de 1992.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI COMPLEMENTAR 239 ALTERA LC 218

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N° 239 DE 27 DE ABRIL DE 2015

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N° 218 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º O artigo 1º da lei complementar n° 218 de 18 de setembro de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O artigo 52 da lei complementar n° 7 de 11 de novembro de 2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 52

§ 1º O comparecimento depois do horário inicial do expediente e/ou a saída antes do horário final resultarão no desconto equivalente a 1 (um) dia de trabalho a cada somatório de 5 (cinco) ocorrências no mês."

§ 2º

§ 3º O desconto a que se refere o § 1º não representa inassiduidade do servidor.

.....

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da lei complementar n° 218 de 18 de setembro de 2014.

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE ABRIL DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1386 PRORROGAÇÕES DE SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1386 DE 17 DE ABRIL DE 2015

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 60 (sessenta) dias os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo instaurada pela Portaria n.º 143 de 10 de fevereiro de 2015 para apurar possível irregularidade no ato da efetivação da servidora Joice Cardoso.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 11/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE SORTEIO DOS MEMBROS DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 002/2015**

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 002/2015

TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE SORTEIO DOS MEMBROS DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de abril de 2015 reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela Portaria do nº 02/2015, conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios, para realização do sorteio dos membros que comporão a Subcomissão Técnica da Tomada de Preços nº 001/2015, cujo objeto é a contratação de agência de propaganda para a prestação de serviços de publicidade à Câmara de Vereadores de Navegantes, nos termos do Edital.

Iniciados os trabalhos foram apresentados para os representantes presentes, os nomes dos indicados, conforme listagem abaixo:

Inscritos com vínculo funcional:

- Maurício André Daleffe
- Louise Cristina Correa
- Ilva Maila dos Santos Gaya

Inscritos sem vínculo funcional

- Eder Gonzalez do Nascimento
- Ariel Silva
- Amanda Weber
- Helen Francine
- Suelen Raquel de Farias
- Tassiana de Carvalho Amaral
- Karonlina Delavi Faria Tussi

Em seguida, os nomes foram colocados em dois envelopes: um contendo os nomes dos membros com vínculo funcional e outro contendo os nomes dos membros sem vínculo funcional. Procedeu-se, primeiramente, ao sorteio do membro que possui vínculo funcional com a Câmara de Vereadores de Navegantes ou com a Prefeitura Municipal e seus respectivos suplentes:

- Titular: Maurício André Daleffe
- Suplente: Louise Cristina Correa

Dando continuidade aos trabalhos, foram sorteados os membros sem vínculo funcional e seus respectivos suplentes:

- Titular: Ariel Silva
- Suplente: Suelen Raquel de Farias
- Titular: Amanda Werner
- Suplente: Eder Gonzalez do Nascimento

Ao final, foi informado aos presentes que serão tomadas todas as providências necessárias para formalização da designação dos membros da Subcomissão Técnica.

Nada mais havendo, a Presidente da Comissão Especial de Licitação determinou o encerramento da sessão pública, sendo lavrada a presente ata, subscrita pela mesma e pelos demais membros da Comissão Especial de Licitação.

Navegantes, 23 de abril de 2015.
Vilsemar Olímpio Duarte
Presidente

Sólon Manoel Costa Vanildo Teles José João de Souza
Membro Membro Membro

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 002/2015

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 002/2015
TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2015

COMUNICAMOS que houve alteração na data do Processo Licitatório / Tomada de Preços nº 01/2015, cujo objeto é a contratação de Agência de Propaganda para prestar serviços de publicidade à Câmara de Vereadores de Navegantes-SC. A NOVA DATA DA SESSÃO PÚBLICA fica redesignada para o dia 05 de maio de 2015, às 10 (dez) horas (horário de Brasília - DF). Outras informações poderão ser obtidas pessoalmente, no endereço constante no cabeçalho ou telefone: (47) 3342-1818.

Navegantes, 27 de abril de 2015.
Vilsemar Olímpio Duarte
Presidente da Comissão de Licitação

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO Nº 059/2015

CONTRATO Nº 059/2015

Origem: Processo Licitatório nº 030/2015. Modalidade: Tomada de Preços nº 002/2015. Homologação: 24/04/2015. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: JV EMPREENDIMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 16.978.577/0001-02, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 122, Sala 02, Bairro Centro, CEP 88240-000, cidade de São João Batista/SC. Objeto do Contrato: Execução de serviços com fornecimento de material para pavimentação, sinalização e drenagem de trecho da rua Felipe Schimitz e trevo de acesso a Ponte Ângelo Cipriani, cidade de Nova Trento/SC, conforme memoriais descritivos, projetos e planilhas quantitativas e orçamentárias, em anexo. O valor total é de: R\$ 241.784,81 (Duzentos e quarenta e um mil setecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e um centavos). Prazo de execução: 90 (noventa) dias.

Nova Trento, 27 de abril de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 002/2015

PROCESSO SELETIVO DE PROFESSORES ADMITIDOS EM
CARÁTER TEMPORÁRIO
EDITAL Nº 002/2015

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento/SC, no uso das atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.533 de 21 de outubro de 2014, torna pública a necessidade de contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário e (CADASTRO RESERVA), para atuar na Educação Básica, Ensino Fundamental (disciplinas específicas): Inglês, Artes, Geografia, Ciências, Ensino Religioso, Professor para atuar como "Contador de Histórias" e Professor de Bandas e Fanfarra, Professor de Educação Física (Futsal), Professor de Educação Física (Projeto PAF Olímpico do SESI), Professor de Educação Física (Basquetebol) na Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2015.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

1.1 O critério de seleção se dará com base na avaliação das notas obtidas nas provas.

1.2 Os atos relativos ao presente procedimento de seleção serão publicados no mural de avisos da Prefeitura e no site www.nova-trento.sc.gov.br, sem prejuízo de divulgação informativa prévia em jornais de circulação regional. O presente edital e seu resultado final do processo também serão publicados no DOM (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

1.3 O processo destina-se a seleção de Professores Admitidos em Caráter Temporário e (CADASTRO RESERVA), em conformidade com a Lei Municipal nº 2.553/2014 que rege a contratação de pessoal por tempo determinado.

1.4 A contratação obedecerá ao prazo máximo correspondente ao tempo de afastamento, ou no caso de vacância, o prazo máximo de 12 (doze) meses, em ambos os casos limitado ao período letivo remanescente no ano de 2015, prorrogável por até mais 12 (doze) meses, a contar do início do ano letivo.

1.5 Os contratos de trabalho poderão ser rescindidos antes desses prazos em caso de vacância, ou em virtude da realização do Concurso Público.

1.6 O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente

de classificação.

2- DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições serão realizadas no período de 27 de abril a 29 de maio de 2015, no horário das 08h30min às 17h30min no setor de Recursos Humanos anexo ao prédio da prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC.

2.2 Na inscrição, o candidato poderá inscrever-se para apenas uma disciplina.

3- DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

3.1 No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

I - Ficha cadastral (Anexo 01) e a Ficha de inscrição (Anexo 02 ou Anexo 03);

II - Carteira de identidade (original e fotocópia);

III- Cartão do CPF (original e fotocópia);

IV- Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral (original e fotocópia);

V- Certificado de Reservista (masculino) (original e fotocópia);

VI- Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (original e fotocópia);

VII - Diploma de curso superior de licenciatura plena, ou carteira do MEC, ou Histórico Escolar (original e fotocópia);

VIII - Diploma ou certificado de curso de pós graduação (original e fotocópia);

IX - Atestado de frequência em curso superior de licenciatura plena compatível com a área de atuação ou disciplina que pretende atuar;

X - Diploma ou histórico escolar do Curso do Magistério (original e fotocópia);

XI - Atestado de tempo de serviço no magistério expresso em anos, meses e dias, contabilizados até dia 30 de novembro de 2014 com os respectivos períodos (Anexo 04), expedidos pelos órgãos competentes;

XII - Curso de Capacitação / Aperfeiçoamento e / ou atualização na área da educação ou disciplina que pretende atuar. Serão aceitos certificados ou declarações a partir janeiro de 2012, com carga horária mínima de 8 (oito) horas, desde que conste o(s) tema(s), data, palestrante e frequência.

OBS: Para cada opção de inscrição realizada, o candidato deverá preencher as fichas e anexar os documentos necessários. (Habilitados- ANEXO 2 e Não Habilitados- ANEXO 3)

4. DA PROVA OBJETIVA

4.1 Para os cargos de Professor de Educação Infantil, Inglês, Artes, Geografia, Ciências, Ensino Religioso, Professor para atuar como "Contador de Histórias" e Professor de Bandas e Fanfarra, Professor de Educação Física (Futsal), Professor de Educação Física Habilitado (Projeto PAF Olímpico do SESI), Professor de Educação Física (Basquetebol), a prova escrita objetiva conterá 30 questões com 05 alternativas cada, distribuídas conforme quadro abaixo:

Tipo de Prova	Quantidade Questões	Valor de Cada Questão	Total da Nota da Prova
Língua Portuguesa	05	0,2	1,0
Matemática	05	0,2	1,0
Conhecimentos Específicos	20	0,4	8,0
Total	30	---	10,00

4.2 As provas de Língua Portuguesa e Matemática visam aferir as noções básicas relacionadas diretamente com a escolaridade exigida;

4.3 As provas de Conhecimentos Específicos visam aferir os conhecimentos generalizados sobre as noções básicas relacionadas

com a formação específica relativa a cada cargo.

4.4 A prova objetiva terá caráter classificatório, para todos os cargos deste edital.

4.5 As provas serão constituídas de 30 questões objetivas, de múltipla escolha, com 5 alternativas cada de "A a E", sendo que, somente uma alternativa estará correta com relação ao enunciado da referida questão.

4.6 As provas objetivas serão realizadas por todos os candidatos inscritos, no dia 07 de junho de 2015, das 09h00min às 12h00min, na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle, na Rua Francisco Dalsenter, nº 36, Bairro Trinta Réis, no Município de Nova Trento/SC.

4.7 Na data prevista para a realização das provas, os candidatos deverão apresentar-se no mínimo 30 (trinta) minutos antes do horário determinado para o início das provas, munido de documento hábil de identificação (original) com foto e com a ficha de inscrição, e de pelo menos, uma caneta esferográfica, de cor azul ou preta.

4.8 Não serão admitidos no local de prova os candidatos que:

- se apresentarem após o horário estabelecido para o início do exame.

- não se identificar nos termos descritos no item 3.7, sendo eliminados do certame.

- Também não será permitido o acesso ao local da prova com qualquer tipo de equipamento eletrônico (celular, pager, tablet, etc).

4.9 Serão considerados como documentos de identificação hábil: Cédula de Identidade (R.G.), a Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com foto) ou carteira de trabalho.

4.10 Após a fase de recursos na data de 12 de junho do corrente ano será publicada a classificação final, homologada pelo Prefeito Municipal.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação será divulgada de duas formas:

5.1.1 Classificação de: Candidatos habilitados e Candidatos não habilitados, sendo divulgadas duas listas, uma para cada situação, no mesmo edital.

5.2 A classificação dos candidatos habilitados ocorrerá por disciplina especificada às áreas de habilitação e opção de inscrição de acordo com os seguintes critérios:

I - Nota obtida na prova objetiva;

II - Habilitação de licenciatura plena e curso de pós - graduação na disciplina específica;

III - Habilitação de licenciatura plena e curso de pós - graduação na área de educação;

IV - Habilitação com licenciatura plena, na área da disciplina específica;

V - Maior tempo de serviço no magistério;

VI - Cursos de capacitação / aperfeiçoamento / atualização (maior número de horas).

5.3 A classificação dos candidatos não habilitados ocorrerá por disciplina especificando as áreas em que está se habilitando e opção de inscrição, de acordo com os seguintes critérios:

I - Nota obtida na prova objetiva;

II - Declaração de frequência por fase em curso de licenciatura plena, na disciplina;

III - Maior tempo de serviço no magistério;

IV - Cursos de capacitação / aperfeiçoamento / atualização (maior número de horas).

V - Diploma do Ensino Médio e Certificado de Curso Técnico na área da Informática (maior número de horas).

5.3.1 Tabelas de classificação e pontos.

TABELA DE PONTUAÇÃO DE PÓS GRADUAÇÃO

Pós Graduação para o cargo de professor	Pontuação
Doutorado	10 pontos
Mestrado	5 pontos

Especialização na área/disciplina específica	3 pontos
Especialização na área da Educação	2 pontos

TABELA DE PONTUAÇÃO PARA CURSOS DE CAPACITAÇÃO/APERFEIÇOAMENTO

Horas de aperfeiçoamento	08 a 40 h	41 a 80 h	81 a 100 h	101 a 200 h	Acima de 201h
Pontos	1	2	3	4	5

TABELA DE PONTUAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

Tempo de Serviço	01 a 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	Acima de 49 meses
Pontos	1	2	3	4	5

5.3.2 Tabelas de classificação e pontos para professores não habilitados

Pontuação para o cargo de professor não habilitado	Pontuação
Acadêmicos a partir do 8º semestre	10 pontos
Acadêmicos do 7º semestre	9 pontos
Acadêmicos do 6º semestre	8 pontos
Acadêmicos do 5º semestre	7 pontos
Acadêmicos do 4º semestre	6 pontos
Acadêmicos do 3º semestre	5 pontos
Acadêmicos do 2º semestre	4 pontos

5.4 Para efeito de pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério não será considerada a sobreposição de tempo nos documentos apresentados, mesmo que em instituições diferentes.

5.5 A Contagem dos pontos deverá ser realizada pelos próprios professores e aplicada ao documento de inscrição, que será conferida pelo responsável da inscrição.

5.6 A Avaliação Final para os Cargos é a nota geral, corresponderá à nota obtida na prova objetiva, somada com a pontuação dos títulos, somada notas de horas de capacitação e aperfeiçoamento e do tempo de serviço, obedecendo a seus respectivos pesos, e será calculada conforme formula abaixo, para habilitados:

Formula: $(NPO * 5) + (NPT * 3) + (NCA * 2) (NTS * 2) = \text{Nota Geral}$
10

- NPO (Nota Prova Objetiva): Peso 05 (cinco);
- NPT (Nota Prova de Título): Peso 03 (três);
- NCA (Nota de Horas de Capacitação e Aperfeiçoamento): Peso: 02 (dois);
- NTS (Nota Tempo de Serviço): Peso 02 (dois).

5.6.1 A Avaliação Final para os Cargos é a nota geral, corresponderá à nota obtida na prova objetiva, somada com a pontuação por frequência em fase em curso em Licenciatura Plena, somada com notas de horas de capacitação e aperfeiçoamento e do tempo de serviço, obedecendo a seus respectivos pesos, e será calculada conforme formula abaixo, para não habilitados:

Formula: $(NPO * 5) + (NPF * 3) + (NCA * 2) (NTS * 2) = \text{Nota Geral}$
10

- NPO (Nota Prova Objetiva): Peso 05 (cinco);
- NPF (Nota Prova Frequência): Peso 02 (três);
- NCA (Nota de Horas de Capacitação e Aperfeiçoamento): Peso:

..... 02 (dois);

- NTS (Nota Tempo de Serviço): Peso 02 (dois).

5.6.2 Para fins de classificação, a nota geral deverá ser igual ou maior que 2.0.

5.7 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.7.1 Se ocorrer empate na nota final, para efeito de desempate, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios:

- considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);
- Maior idade;
- obtiver maior número de pontos na prova prática, quando couber;
- obtiver maior número de pontos na prova escrita de conhecimentos específicos;
- o que possuir maior número de dependentes;
- Sorteio.

6. DA PUBLICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 O resultado da classificação prévia será publicado no dia 09 de junho de 2015 serão publicados no mural de avisos da Prefeitura e no site www.novatreto.sc.gov.br, dispondo ao candidato os dias 10 e 11 de junho 2015, para recorrer de sua classificação.

6.2 O resultado oficial será publicado no dia 12 de junho de 2015, no mural de avisos da Prefeitura e nos sites www.novatreto.sc.gov.br.

6.4 A contratação obedecerá a rigorosa ordem de classificação de acordo com o surgimento de vagas.

6.5 Os casos omissos serão deliberados pela Comissão do Processo Seletivo.

7. DA REMUNERAÇÃO

7.1 A remuneração será realizada de acordo com a tabela abaixo:

Habilitação	Nível	Carga Horária	Remuneração R\$
Habilitados (Licenciatura Plena)	III	40 horas semanais	R\$ 2.304,18
Não Habilitados	-	40 horas semanais	R\$ 1.559,04

Obs.: Para carga horária menor, o valor a ser pago, será fracionado de acordo com o número de horas do contrato.

Nova Trento, 24 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

ANEXO 01 - FICHA CADASTRAL

PROCESSO SELETIVO DE PROFESSORES ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Edital 02/2015

Nome Completo		
Telefone	Residencial:	Celular:
Contato Extra	Nome:	Fone:
Endereço		
Bairro		Cidade:
Nacionalidade		
Data Nascimento	____/____/____	Sexo : () M () F

Nacionalidade		UF
Cart Identidade	Nº	Data da Emissão: ____/____/____
Cart Trabalho	Nº	Série:
Data de Emissão	____/____/____	Órgão Emissor/Estado
Título Eleitor	Nº	Zona: Seção:
Cert. Reserva		
CPF	Nº	
PIS ou PASEP	Nº	
Estado Civil		
E-mail		
Nome da Mãe		
Nome do Pai		

Via Prefeitura

*
.....

Ficha de Inscrição Estado de Santa Catarina Município de Nova Trento Prefeitura Municipal de Nova Trento Inscrição para Processo Seletivo nº 02/2015.
Número da Inscrição: ____/____ (Campo preenchido pela Prefeitura)
Cargo:
Nome do(a) Candidato(a):
Local e Data:
Assinatura do Candidato

ANEXO 02 - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO DE PROFESSORES ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO - EDITAL 02/2015

Nome do Candidato:

HABILITADOS

Ensino Fundamental:

Disciplinas Específicas Habilitação

- () Geografia _____
- () Artes _____
- () Inglês _____
- () Ed Religiosa _____
- () Ciências _____
- () Contador de Histórias _____
- () Professor de Bandas e Fanfarra _____
- () Professor de Educação Física (Futsal) _____
- () Professor de Educação Física (Projeto PAF Olímpico) _____

() Professor de Educação Física (Basquetebol) _____

Esta Tabela deve ser preenchida originalmente pelo candidato e entregue na inscrição para conferência

Candidato: _____

Nº de inscrição: _____ Cargo: _____

Tempo de Serviço: Magistério _____ a _____ m _____ d

Horas de Aperfeiçoamento: _____

O próprio candidato faz o cálculo/análise e preenche

Habilitação	Pontuação
Graduação	
Pós - Graduação	
Cursos de Capacitação/Aperfeiçoamento	
Tempo de Serviço	
TOTAL DE PONTOS	

Assinatura do Candidato Assinatura do Responsável

Nova Trento, ____ de _____ de 20__.

ANEXO 03 - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO DE PROFESSORES ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO - EDITAL 02/2015

Nome do Candidato:

NÃO HABILITADOS

Ensino Fundamental:

Disciplinas Específicas Habilitação

- () Geografia _____
- () Artes _____
- () Inglês _____
- () Ed Religiosa _____
- () Ciências _____
- () Contador de Histórias _____
- () Professor de Bandas e Fanfarra _____
- () Professor de Educação Física (Futsal) _____
- () Professor de Educação Física (Basquetebol) _____

Esta Tabela deve ser preenchida originalmente pelo candidato e entregue na inscrição para conferência

Candidato: _____

Nº de inscrição: _____ Cargo: _____

Tempo de Serviço: Magistério _____ a _____ m _____ d

Horas de Aperfeiçoamento: _____

O próprio candidato faz o cálculo/análise e preenche

Habilitação	Pontuação
Frequência em fase de curso	
Cursos de Capacitação/Aperfeiçoamento	
Tempo de Serviço	
TOTAL DE PONTOS	

Assinatura do Candidato Assinatura do Responsável

Nova Trento, ____ de _____ de 20__.

ANEXO 04- ATESTADO DE TEMPO DE SERVIÇO

(Nome da Instituição Pública ou Privada - papel timbrado, razão social, CNPJ, endereço)

Atestamos para fins de contagem de tempo de serviço, conforme estabelece o Edital 02/2015 do Processo Seletivo para Admissão de Professores em Caráter Temporário para atuação Educação Básica, Ensino Fundamental (disciplinas específicas): Inglês, Artes, Geografia, Ciências, Ensino Religioso, Professor para atuar como "Contador de Histórias" e Professor de Bandas e Fanfarra, Professor de Educação Física (Futsal), Professor de Educação Física (Projeto PAF Olímpico do SESI), Professor de Educação Física (Basquetebol), no ano letivo de 2015 da Secretaria Municipal de Educação de Nova Trento, que _____

_____, nascido (a) em ____/____/____, portador do documento de identidade nº _____ e CPF nº _____, exerceu ou ainda exerce atividades no magistério nesta instituição de ensino, no cargo de _____, conforme especificado abaixo:

Período de : ____/____/____ a ____/____/____

Período de : ____/____/____ a ____/____/____

Período de : ____/____/____ a ____/____/____

Período de : ____/____/____ a ____/____/____

O interessado(a) conta com o tempo de serviço líquido de _____ dias

Correspondente a : _____ anos, _____ meses e _____ dias.

Declaramos, sob penas do artigo 299 do código penal brasileiro que as informações constantes deste atestado são a expressão da verdade.

Local e data: _____, ____/____/____.

Carimbo e Assinatura do responsável pela instituição.

ANEXO 05

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

EDITAL 02/2015

Nome do Candidato:	Tipo de Recurso:
	1 – Contra o edital
	2 – Contra indeferimento de inscrição
	3 – Contra Inscrição
	4 – Contra questão da prova
Nome do Candidato:	5 – Contra o Gabarito preliminar
	6 – Contra a Pontuação Prova
Nome do Candidato:	7 – Contra classificação preliminar
	8 – Outros
N.º de Inscrição:	Cargo:
N.º da Questão:	Data:
Fundamentação:	

Local e data _____. ____ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato

ANEXO 06 CRONOGRAMA

Datas	Etapas
Em 24/04/2015	Publicação do Edital
De 27/04/2015 a 29/05/2015	Período para Inscrições
01/06/2015	Divulgação da Lista de Inscritos
07/06/2015	Aplicação da Prova Objetiva
Em 09/06/2015	Divulgação da Classificação Parcial
10/06/2015 e 11/06/2015	Recurso da Classificação Parcial
Em 12/06/2015	Divulgação da classificação Final

ANEXO 07

Quadro de cargo e vagas

Cargo	Vagas	C/H	Habilitação Profissional	Atribuições
Professor de artes	01	15h	Licenciatura Plena em Artes	<ul style="list-style-type: none"> - Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; - Participar do processo de planejamento das atividades da escola; - Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; - Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola; - Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; - Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; - Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos; - Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento; - Atualizar-se em sua área de conhecimento; - Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; - Zelar pela aprendizagem do aluno; - Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; - Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe; - Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s); - Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; - Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; - Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; - Zelar pela disciplina e pelo material docente; - Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.
Professor de Inglês	01	20h	Licenciatura Plena em Língua estrangeira moderna - Inglês	<ul style="list-style-type: none"> - Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; - Participar do processo de planejamento das atividades da escola; - Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; - Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola; - Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; - Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; - Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos; - Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento; - Atualizar-se em sua área de conhecimento; - Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; - Zelar pela aprendizagem do aluno; - Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; - Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe; - Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s); - Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; - Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; - Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; - Zelar pela disciplina e pelo material docente; - Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Professor de Geografia	01	15h	Licenciatura Plena em Geografia	<ul style="list-style-type: none"> - Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; - Participar do processo de planejamento das atividades da escola; - Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; - Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola; - Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; - Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; - Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos; - Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento; - Atualizar-se em sua área de conhecimento; - Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; - Zelar pela aprendizagem do aluno; - Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; - Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe; - Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s); - Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; - Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; - Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; - Zelar pela disciplina e pelo material docente; - Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.
Professor de Bandas e Fanfarra	01	40h	Ensino Superior em música ou cursando; Ensino Médio Completo com experiência em bandas e fanfarras.	<ul style="list-style-type: none"> - Reger a Fanfarra Municipal. - Criar e reger as fanfarras das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Nova Trento. - Organizar e preparar os ensaios. - Elaborar seu planejamento de atividades. - Registrar sua atuação e a frequência e desempenho dos alunos. - Manter organizado e limpo os equipamentos, sobre sua responsabilidade. - Registrar todos os Instrumentos, catalogando e sistematizando. - Conhecer cada instrumento para orientar os alunos quanto ao seu uso e desenvolvimento no trabalho. - Incentivar os alunos a participarem em apresentações da Fanfarra, dentro e/ou fora do âmbito da escola. - Tornar público os horários de funcionamento dos ensaios afim de que todos tenham conhecimento. - Verificação e controle do estado de conservação do instrumental existente na Unidade Escolar, registrando em relatório mensal e efetuando, quando necessário, pequenos reparos. - Participar em eventos promovidos/organizados pela Secretaria Municipal de Educação.
Professor de Futsal	01	20h	Ensino Superior em Educação Física com registro no CREF	<ul style="list-style-type: none"> - Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; - Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; - Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; - Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento; - Atualizar-se em sua área de conhecimento; - Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; - Zelar pela aprendizagem do aluno; - Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; - Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas e culturais. - Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; - Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; - Zelar pela disciplina e pelo material docente; - Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Professor de Educação Física – Atuar no Projeto PAF Olímpico do SESI	01	20h	Ensino Superior em Educação Física com registro no CREF	<ul style="list-style-type: none"> - Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; - Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; - Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; - Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento; - Atualizar-se em sua área de conhecimento; - Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; - Zelar pela aprendizagem do aluno; - Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; - Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas e culturais. - Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; - Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; - Zelar pela disciplina e pelo material docente; <input type="checkbox"/> -Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.
Professor de Educação Física (Basquetebol) –atuar no núcleo da Federação Catarinense	01	10h	Ensino Superior em Educação Física com registro no CREF	<ul style="list-style-type: none"> - Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; - Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; - Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; - Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento; - Atualizar-se em sua área de conhecimento; - Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; - Zelar pela aprendizagem do aluno; - Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; - Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas e culturais. - Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; - Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; - Zelar pela disciplina e pelo material docente; -Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

LEI COMPLEMENTAR Nº 632/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 632, DE 27 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre as atribuições do cargo Auxiliar Administrativo e vencimentos de cargos e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento/SC, no uso de suas atribuições, em especial da competência que lhe confere o artigo 30, inciso XII e Art. 94, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O cargo de Auxiliar Administrativo previsto no art. 2º, I, da Lei Complementar nº 177/2007, fica alterado quanto às atribuições, passando a ter a seguinte redação:

Atribuições:

- Controlar o acesso e expedição de todos os materiais;
- Receber os materiais entregues pelos fornecedores, exigindo a qualidade especificada nos contratos, ou na nota;
- Manter o registro de todo o patrimônio da Câmara Municipal;
- Prestar serviços de digitação e escrituração;
- Atender pessoal e telefone;
- Receber, controlar e expedir correspondência;
- Desenvolver procedimentos administrativos nas áreas de pessoal e materiais;
- Classificar e arquivar correspondências, relatórios, planilhas, fichas e outros documentos, efetuando triagem, ordenando, grampeando e etiquetando, para fins de controle, facilitar sua localização;
- Receber, registrar e encaminhar correspondências, faturas, ordens de serviços, listagens e outros documentos, separando, conferindo e registrando dados de identificação, para fins de controle de documentação e prosseguimento do processo de trabalho;
- Desenvolver outras atividades relacionadas com o cargo e solicitadas pelos Órgãos Superiores.

Art. 2º - O vencimento dos seguintes cargos efetivos e comissionados, a partir desta lei, passa a ser:

Fls. 02 - Lei Compl. Nº 632/2015

I- Auxiliar Administrativo - R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais);

II- Auxiliar de Serviços Gerais - R\$ 1.000,00 (mil reais);

III- Auxiliar Parlamentar - R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

IV- Assessor da Presidência - R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 3º - Mantêm-se em vigor as Leis Complementares nº 029/2003, nº 177/2007, nº 312/2009 "A" e nº 519/2011, com as alterações

previstas na presente lei.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão atendidas pelo orçamento vigente.

Art. 5º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, em 27 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei Complementar nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

LEI Nº 2.574/2015

LEI Nº 2.574, de 27 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre alterações na lei de pagamento de diária a vereadores e servidores da câmara municipal de nova trento e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento/SC, no uso de suas atribuições e competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 1º da Lei Municipal nº 2.385/2010, de 16 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica Instituído o pagamento de Diária aos Vereadores e aos Servidores da Câmara Municipal de Nova Trento, quando em viagem a Serviço da Câmara, dentro do Estado de Santa Catarina, nos seguintes valores:

a) Presidência da Câmara: Completa: R\$ 319,68

Incompleta: R\$ 127,87

b) Vereadores: Completa: R\$ 255,74

Incompleta: R\$ 102,29

c) Servidores: Completa: R\$ 230,15

Incompleta: R\$ 76,72

Parágrafo único: Quando a viagem a Serviço da Câmara se der fora do Estado de Santa Catarina, o valor da Diária será acrescido de 80%.

Art. 2º - O art. 3º da Lei Municipal nº 2.385/2010, de 16 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.3º - Os valores recebidos a título de diária servirão para custear despesas pessoais de alimentação, hospedagem e serviço de traslado e taxi.

Art. 3º - O art. 6º da Lei Municipal nº 2.385/2010, de 16 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Fls. 02- Lei nº 2.574/2015

Art. 6º - Ocorrendo necessidade de aquisição de passagens aéreas ou terrestres interestaduais e outras despesas que poderão ser liquidadas diretamente pela Câmara de Vereadores, salvo despesas objeto de diária, o pagamento será efetuado pelo órgão diretamente ao fornecedor.

Art. 4º - O art. 7º da Lei Municipal nº 2.385/2010, de 16 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º - Para o recebimento de diária, faz-se necessária a apresentação do roteiro de viagem, bem como a comprovação de presença no destino previsto, por meio de nota fiscal ou recibo emitido pelo fornecedor e ou prestador de serviço, onde deverá estar especificado o produto e ou serviço adquirido.

Art. 5º - Ficam revogados os artigos 4º, 5º, 8º e 9º da Lei Municipal nº 2.385/2010, de 16 de setembro de 2010, mantidas as demais disposições não alteradas por esta Lei.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão atendidas pelo orçamento vigente da Câmara Municipal de Nova Trento.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, em 27 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2015

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 040/2015

A Prefeitura de Nova Trento/SC por meio de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial nº 030/2015, tendo por objeto: Registro de Preços visando contratações eventuais e futuras, de pessoa jurídica prestadora de serviços auxiliares operacionais de limpeza urbana (parques, praças, vias e logradouros públicos), limpeza e manutenção de prédios públicos, copa, cozinha e serviços de vigilância, em caráter complementar ao do Município, teve sua sessão realizada em 27/04/2015, com abertura iniciada às 14:00 horas e encerrada às 14:10, foi considerada DESERTA, face a ausência total de interessados. Outras informações podem ser obtidas na Prefeitura de Nova Trento, sito à Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento/SC, ou pelos fones: 48 3267-3213/3267-3211.

Nova Trento/SC, 27 de abril de 2015.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 1/7
 Processo Nº.: 39/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2015

No dia 27 do mês de Abril do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.025/0001-60, com sede administrativa localizada na RUA SANTO INACIO 126, bairro CENTRO, CEP nº. 88270-000, nesta cidade de Nova Trento/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF sob o nº. 032.953.809-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 25/2015, Processo Licitatório nº. 39/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) O objeto deste pregão é o Registro de Preços para aquisição parcelada de PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, para a frota motorizada da Prefeitura de Nova Trento, para fornecimento conforme a necessidade, de acordo com as especificações constantes deste Pregão.

Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9853	JOACABA PNEUS LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56
8080	MODELO PNEUS LTDA.	6, 8, 16, 19, 20, 22, 46, 52

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JOACABA PNEUS LTDA	84.587.245/0010-48	GILMAR J DAROS	378.587.429-49
MODELO PNEUS LTDA.	94.510.682/0001-26	RICARDO A DA SILVA JR	004.307.569-09

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 O objeto deste pregão é o Registro de Preços para aquisição parcelada de PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, para a frota motorizada da Prefeitura de Nova Trento, para fornecimento conforme a necessidade, de acordo com as especificações constantes deste Pregão.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8080 - MODELO PNEUS LTDA.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	PNEU 19.5L-24 - 12 LONAS-TRASEIRO-RETRO CASE 580L,416E, LB110	UND	FIRESTONE	10,000	2.025,0000	20.250,00
8	PNEU 16-9-28 R4-10 LONAS-TRASEIRO-RETRO MAXION 750	UND	FIRESTONE	4,000	2.065,0000	8.260,00
16	PNEU 1000x20 BORRACHUDO-TRASEIRO-PROF.MIM.20MM	UND	FIRESTONE	32,000	1.175,0000	37.600,00
19	PNEU 225/75 R16	UND	BRIDGESTON	12,000	528,0000	6.336,00
20	PNEU 275/80 R 22.5 - CAÇAMBA LIXO	UND	FIRESTONE	8,000	1.295,0000	10.360,00
22	PNEU 225/75 R16 - L200	UND	BRIDGESTON	8,000	528,0000	4.224,00
46	PROTETOR P/PNEU 215/75 R17.5	UND	ABC C/210MM	12,000	65,0000	780,00
52	PNEU 225/70 R15 - AMBULANCIA	UND	BRIDGESTON	12,000	395,0000	4.740,00

Fornecedor: 9853 - JOACABA PNEUS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PNEU 1400x24 DIAGONAL- 16 LONAS - P/ PATROLA 120-B, PATROLA 120-K, PATROLA CASE 845, CARREGADEIRA MICHIGAN 75III.	UND	G2/L2 PN14 P	20,000	1.760,0000	35.200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 2/7
 Processo Nº.: 39/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2015

Fornecedor: 9853 - JOACABA PNEUS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	PNEU 750x16, 8 LONAS, FRISO - TRATOR 5030 DIANTEIRO/BORRACHUDO	UND	TD500 PIRELI	4,000	360,0000	1.440,00
3	PNEU 18.4-30, 10 LONAS-GARRA MÉDIA - TRATOR 5030	UND	TM95 PIRELL	4,000	1.860,0000	7.440,00
4	PNEU 18.4-34, MINIMO 12 LONAS-TL80 - TRASEIRO	UND	TM95 PIRELL	2,000	2.380,0000	4.760,00
5	PNEU 14.9-24, MINIMO 8 LONAS-TL80 - DIANTEIRO	UND	TM95 PIRELL	2,000	1.210,0000	2.420,00
7	PNEU 10.5/65-16, 10 LONAS-DIANTEIRO-RETRO CASE 580L	UND	RA28 PIRELLI	4,000	445,0000	1.780,00
10	PNEU 12.5/80-18, 10 LONAS-DIANTEIRO-RETRO NEW R, LB110, 416E	UND	PN12 PIRELLI	6,000	879,0000	5.274,00
11	PNEU 1000x20 - 16 LONAS - LISO - ONIBUS/CAÇAMBAS	TUB	CT65 PIRELLI	30,000	770,0000	23.100,00
12	PNEU 1000x20-16 LONAS-BORRACHUDO-ONIBUS/CAÇAMBA	UND	RT59 PIRELLI	50,000	840,0000	42.000,00
13	PNEU 11R 22.5 - BORRACHUDO - ONIBUS E CAÇAMBA	UND	TR85 PIRELLI	20,000	1.340,0000	26.800,00
14	PNEU 11R 22.5 -LISO-ONIBUS E CAÇAMBA	UND	FR85 PIRELLI	16,000	1.230,0000	19.680,00
15	PNEU 1000x20 DIANTEIRO-CAÇAMBA-PROF.MIM. 16,5MM	UND	FG85 PIRELLI	8,000	1.130,0000	9.040,00
17	PNEU 215/75 R17.5 - RADIAL/MICRO ONIBUS	UND	F.DRII PIRELL	12,000	576,0000	6.912,00
18	PNEU 215/76 R16 - 8 LONAS - LISO	UND	CHRONO PIR	12,000	475,0000	5.700,00
21	PNEU 275/80 R22.5 - LISO	UND	F.DRII PIRELL	32,000	970,0000	31.040,00
23	PNEU 235/85 R16 - L200	UND	ATR PIRELLI	8,000	440,0000	3.520,00
24	PNEU 185 - R14 - 102R	UND	CHRONO PIR	12,000	255,0000	3.060,00
25	PNEU 175/70 - R 13 PARA GOL	UND	P400 PIRELLI	34,000	158,0000	5.372,00
26	PNEU 165x70 R13 - UNO MILLE	UND	P4 CINT PIRE	8,000	142,0000	1.136,00
27	PNEU 185/65 R14 - SIENA	UND	P1 CINT PIRE	16,000	215,0000	3.440,00
28	PNEU 175/65 R14- FIESTA- CLIO	UND	P1 CINT PIRE	14,000	185,0000	2.590,00
29	PNEU 185/60 R14 - PARATI	UND	P6000 PIRELL	4,000	200,0000	800,00
30	PNEU 90-90-18 - HONDA 125CG-TRASEIRO	UND	DAKAR LEVO	3,000	94,0000	282,00
31	PNEU 2.75-18 - DIANTEIRO - HONDA 125 CG	UND	DAKAR LEVO	3,000	84,0000	252,00
32	PNEU 80-100-14 - HONDA BIZ 100 - TRASEIRO	UND	MATRIX LEVC	2,000	86,0000	172,00
33	PNEU 2.50-17 - DIANTEIRO - HONDA BIZ 100	UND	DAKAR LEVO	2,000	84,0000	168,00
34	CAMARA DE AR P/ PNEU 1400 X 24	UND	KM24 BBW	20,000	152,0000	3.040,00
35	CAMARA DE AR 18.4-34	UND	PIRELLI	4,000	240,0000	960,00
36	CAMARA DE AR 14-9-24	UND	TR218 BBW	2,000	143,0000	286,00
37	CÂMARA DE AR 1000 x 20	UND	PIRELLI	50,000	74,0000	3.700,00
38	CAMARA DE AR 16.9 X 28	UND	TORTUGA	4,000	248,0000	992,00
39	CAMARA DE AR 900 X 16	UND	TR15 BBW	4,000	58,0000	232,00
40	CAMARA DE AR 16-9-24	UND	PIRELLI	4,000	186,0000	744,00
41	CAMARA DE AR 10-5 / 65-16	UND	TR15 900R16	4,000	58,0000	232,00
43	CAMARA DE AR 750 X 16	UND	HE415 TR441	4,000	39,4000	157,60
44	PROTETORES P/ PNEU 1400 X 24	UND	24L IA CARRE	20,000	47,0000	940,00
45	PROTETORES P/ PNEU 1000 X 20	UND	20L SBN	50,000	20,4000	1.020,00
47	PNEU 175 X 70 R13	UND	P400 PIRELLI	30,000	158,0000	4.740,00
48	PNEU 205x70 R15 - DUCATO	UND	CHRONO PIR	8,000	340,0000	2.720,00
49	PNEU 175x70 R14 - AMBULANCIA DOBLO	UND	CHRONO PIR	8,000	238,0000	1.904,00
50	PNEU 205/75 R16	UND	CHRONO PIR	16,000	415,0000	6.640,00
51	PNEU 215/75 R16 - AMBULANCIA	UND	CHRONO PIR	18,000	475,0000	8.550,00
53	PNEU 2.75-18 - DIANTEIRO - HONDA 125 CG	UND	DAKAR LEVO	2,000	84,0000	168,00
54	PNEU 80-100-14 - HONDA BIZ 100 - TRASEIRO	UND	MATRIX LEVC	2,000	86,0000	172,00
55	PNEU 2.50-17 - DIANTEIRO - HONDA BIZ 100	UND	DAKAR LEVO	2,000	84,0000	168,00
56	PNEU 90-90-18 - HONDA 125CG-TRASEIRO	UND	DAKAR LEVO	6,000	94,0000	564,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 3/7
Processo Nº.: 39/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2015

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 4/7
Processo Nº.: 39/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2015

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 5/7
Processo Nº.: 39/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2015

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis a data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 6/7
Processo Nº.: 39/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2015

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 7/7
Processo Nº.: 39/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2015

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 27 de Abril de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
PREFEITO

Empresas Participantes:

JOACABA PNEUS LTDA

CNPJ: 84.587.245/0010-48 _____

MODELO PNEUS LTDA.

CNPJ: 94.510.682/0001-26 _____

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 049/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 049/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada.: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI - ME
Valor : 9.758,20 (nove mil setecentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 27/04/2015 Término: 26/10/2015
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2015
Recursos : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (93) Saldo: 157.959,57
Objeto : O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A SUBSTITUIÇÃO DO EMBUCHAMENTO DA LANÇA, AJUSTE E LIMPEZA, PARA CONserto DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA PC 130, ANO 2012, FROTA Nº 71, PATRIMÔNIO Nº 4566, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e condições, constantes nos Anexos do Processo Licitação Nº 028/2015.

Novo Horizonte/SC, 27 de Abril de 2015

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PL Nº 072/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2014
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 24/04/2015
OBJETO: O presente Edital tem por objetivo a seleção de propostas para futura e eventual: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS PARA ROMPIMENTO DE ROCHAS COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS EM METROS LINEARES, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS (EXPLOSIVOS) E ACESSÓRIOS NA EXTENSÃO DA ESTRADA GERAL DA COMUNIDADE DE SANTO AGOSTINHO, RUAS DO PERÍMETRO URBANO E OUTRAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC QUE APRESENTAREM NECESSIDADE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
CONTRATADO: ZYDEK E MOCELLIN LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.184,75 (Onze mil cento e oitenta quatro reais e setenta cinco centavos), ref. a 248,55 Metros Lineares.
DATA: 24/04/2015 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 028/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2015
CONVITE Nº 009/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 27/04/2015
CONTRATADO: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na seleção de propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A SUBSTITUIÇÃO DO EMBUCHAMENTO DA LANÇA, AJUSTE E LIMPEZA, PARA CONserto DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA PC 130, ANO 2012, FROTA Nº 71, PATRIMÔNIO Nº 4566, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.758,20 (nove mil setecentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos)
DATA: 27/04/2015 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

RESULTADO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA PL Nº 028/15

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2015 - CONVITE Nº 009/2015 - MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE (SEQUENCIA 01)

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A SUBSTITUIÇÃO DO EMBUCHAMENTO DA LANÇA, AJUSTE E LIMPEZA, PARA CONserto DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA PC 130, ANO 2012, FROTA Nº 71, PATRIMÔNIO Nº 4566, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

Que no dia de sua realização 22/04/2015 às 14:00 horas, que houve a participação das seguintes empresas convidadas: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI ME, S.S. MÁQUINAS LTDA e MAPEL - COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. Após análise da documentação das empresas participantes do certame, constatou-se que as empresas restaram HABILITADAS pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, passando para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data, pela HABILITAÇÃO das empresas participantes do processo e renúncia de recursos desta fase.

Novo Horizonte (SC), em 22 de Abril de 2015
Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2015 - CONVITE Nº 009/2015-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE. (SEQUENCIA 02)

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A SUBSTITUIÇÃO DO EMBUCHAMENTO DA LANÇA, AJUSTE E LIMPEZA, PARA CONserto DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA PC 130, ANO 2012, FROTA Nº 71, PATRIMÔNIO Nº 4566, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, ou seja

no dia 22/04/2015 às 14:30, após análise das propostas, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se vencedora a empresa: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI ME, com valor global de R\$ 9.758,20 (Nove mil setecentos e cinquenta oito reais e vinte centavos), estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura. Os autos seguirão para análise, para posterior homologação e adjudicação pela autoridade competente.

Novo Horizonte (SC), em 22 de Abril de 2.015.
Comissão Permanente de Licitação

Orleans

PREFEITURA

2.598

LEI Nº 2.598 DE 25 DE MARÇO DE 2014.
"AUTORIZA FIRMAR CONVENIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Instituto Francesco Zomer, visando o atendimento de alunos de música, instrumentos musicais, informática e outras atividades culturais.

Art. 2º - O valor do convênio será de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) repassados para a Entidade em 12 doze parcelas de R\$12.000,00(doze mil reais) mensais, sendo que a 1ª parcela será no valor de R\$ 36.000,00(trinta e seis mil reais), correspondente aos meses de janeiro, fevereiro e março.

Art. 3º - A vigência do Convênio será de 12 (onze) meses, podendo ser renovado por igual período através de termo aditivo, desde que manifestado o interesse das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, do término de sua vigência.

Art. 4º - As regras para a prestação de contas dos recursos transferidos será definida no referido Convênio, sendo que não poderá ser transferida a parcela correspondente se a Entidade estiver em débito com a prestação de contas ou deixar de apresentar o relatório das atividades desenvolvidas no correspondente mês.

Parágrafo Único. Além da prestação de contas à que se refere o caput do artigo 4º, deverá ainda ser prestado contas, a cada quadrimestre a Câmara de Vereadores de Orleans.

Artigo 3º - As despesas do presente Convênio correrão por conta do orçamento vigente do município com a seguinte classificação:

ÓRGÃO: Fundo Municipal de Cultura

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Departamento de Cultura

PROJETO/ATIVIDADE: Manutenção das Atividades Culturais

ELEMENTO DE DESPESA: 07.01-2.030 - 3.3.50.00.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Orleans/SC, em 25 de março de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos vinte cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretario de Administração Interino.

2.599

LEI N. 2.599 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

"AUTORIZA REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar recursos financeiros na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em parcela única, para a seguinte entidade:

ENTIDADE	CNPJ	VALOR R\$
Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Boa Vista	80.169.683/0001-44	15.000,00

Parágrafo Único. O valor a ser transferido para a entidade deverá ser depositado em conta específica para este fim, sendo que o objeto é a aquisição de materiais de construção.

Art.2.º A Entidade beneficiada com a presente transferência, tem o prazo de 60 (dias) a contar do recebimento do recurso para apresentar a respectiva prestação de contas, na forma da Legislação, que deverá conter:

- Ofício de encaminhamento, devidamente assinando por seu representante legal;
- Comprovante de despesas;
- Extrato bancário;
- Conciliação bancária;
- Outras informações pertinentes.

Parágrafo Único. O não cumprimento do Caput do Art. 2 desta Lei, ficará a entidade obrigada a devolver em até 48 horas, devidamente corrigidos, os recursos transferidos pelo Município, ficando impedida de celebrar novos convênios pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art.3.º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Projeto Atividade 2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - 3.3.50.00.

Art.4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 25 de março de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos vinte cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interina

2.601

LEI N. 2.601 DE 16 DE ABRIL DE 2015.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE APOIO A SAÚDE DE SANTA CATARINA - AASSC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, faço saber a todos os habitantes, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a ASSOCIAÇÃO DE APOIO A SAÚDE DE SANTA CATARINA - AASSC, entidade civil de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ n. 17.236.080/0001-81, que tem como objetivo a prevenção, promoção e assistência na Atenção Integral em Saúde, para crianças, adolescentes, adultos e idosos, visando à concessão de auxílio financeiro no valor mensal de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) em parcelas durante o exercício de 2015 a iniciar no mês de abril.

Art. 2º. Como condição para recebimento do valor descrito no artigo anterior, a referida associação deverá apresentar plano de trabalho, sendo que a prestação de contas dar-se-á na forma da Lei que deverá conter:

Ofício de encaminhamento, devidamente assinando por seu representante legal;

Comprovante de despesas;

Extrato bancário;

Conciliação bancária;

Outras informações pertinentes.

Art. 3º. As despesas com aplicação da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde - 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas Sem fins Lucrativos.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, SC, 16 de abril de 2015, 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

2.602

LEI Nº 2.602 DE 24 DE ABRIL DE 2015.

"FIXA O PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito do Município de Orleans, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido o Piso Salarial dos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica do Município de Orleans, em R\$ 1.917,78 (um mil, novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos), para a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Artigo 5º da Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão

por conta das dotações orçamentárias constantes do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2015, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Orleans, SC, 24 de abril de 2015, 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte quatro dias do mês do abril do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretario de Administração Interino.

2.603

LEI N. 2.603 DE 24 DE ABRIL DE 2015.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE ORLEANS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar recursos financeiros para a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Orleans, até o montante de R\$ 12.000,00(doze mil reais).

Parágrafo Único. O valor do repasse será de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), repassados para a Entidade em parcelas iguais de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sendo que o primeiro repasse se dará no mês de abril no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e os demais nos meses subsequentes.

Art.2.º A Entidade beneficiada com a presente Lei, fica obrigada a apresentar até o dia 31 de dezembro de 2015, a respectiva prestação de contas dos recursos repassados na forma da Lei, que deverá conter:

- a) Ofício de encaminhamento, devidamente assinando por seu representante legal;
- b) Comprovante de despesas;
- c) Extrato bancário;
- d) Conciliação bancária;
- e) Outras informações pertinentes.

Art.3.º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da dotação orçamentária vigente: - 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art.4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, SC, 24 de abril de 2015, 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte quatro dias do mês do abril do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretario de Administração Interino.

2.604

LEI N.º 2.604 DE 24 DE ABRIL DE 2015.

FIXA O PISO SALARIAL DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O piso salarial profissional municipal dos Agentes Comunitários de Saúde é fixado no valor de R\$ 1.014,00 (hum mil e quatorze reais) mensais.

Parágrafo único. Para a efetividade do disposto no caput deste artigo, fica autorizado o Departamento de Gestão de Pessoas a promover todos os atos administrativos necessários à realização do pagamento de referido valor.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, SC, 09 de abril de 2015, 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte quatro dias do mês do abril do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretario de Administração Interino.

3.834

DECRETO N.º 3.834 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

"DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA ORLEANENSE DE CORTE E COSTURA REALIZANDO SONHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Marco Antonio Bertoncini Cascaes, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 68, incisos VII e XXXIV, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n. 3.780, de 09 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art.1º. O funcionamento da Escola Orleanense de Corte e Costura "Realizando Sonhos" terá a duração de 10 (dez) meses, com sede à Rua João Ramiro Machado, Centro, Orleans, SC, Centro Rafael Silvestre.

Art. 2º. Será concedido ao aluno (a) que participar do curso, com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e receber aprovação do instrutor certificado de participação no curso.

Art. 3º. A escola inicia suas atividades com os seguintes itens abaixo descritos, que compõem o Patrimônio da Prefeitura, sob a responsabilidade direta do Secretário (a) de Assistência Social e Habitação.

- 03 Máquina de Costura Doméstica Multifuncional WD 5024 West Press;
- 01 Máquina de Costura Singer Brilliance 6160;
- 01 Máquina de Costura Singer Confidence Quilter 7469;
- 01 Máquina Singer Tradition 2259;
- 01 Máquina de Costura Singer Facilita Super;
- 02 Máquinas de Costura Galoneira Industrial;
- 02 Máquinas de Costura Reta Industrial;
- 05 Máquinas de Costura Overlook Industrial;
- 01 Ferro Industrial;
- 02 Mesas 0,90 x 2,95;
- 01 Mesa Bancada;
- 16 Banquetas;
- 06 Cortinas;
- 01 Armário Branco com duas Portas;
- 01 Mesa Branca Pequena;
- 01 Quadro;
- 02 Ar Condicionado;
- 01 Porta Linhas.

Art. 4º No início de cada ano letivo, a escola disponibilizará uma quantidade expressiva de cones de linhas com inúmeras cores, pés de máquina extra, agulhas, pinças e demais acessórios necessários para o bom desempenho da escola. Tudo estará a disposição dos alunos devidamente matriculados, sendo que, se por ventura o tecido usado pelo aluno (a) não coincidir com o tom de cor disponibilizado caberá a aluno (a) providenciar para seu uso exclusivo.

Art. 5º O instrutor no início do curso, solicitará ao aluno (a) a lista de materiais que o mesmo deverá adquirir para seu uso exclusivo e deverá levá-lo as aulas, sendo estes materiais como, alfinetes, tesoura, giz de costura, fita métrica, agulhas domésticas para reposição em caso de quebra no uso.

Art. 6º As inscrições terão um limite de 13 alunos (as) por turma, e haverá 3 turmas, sendo que, na falta consecutiva de 3 (três) dias não justificados, perderá sua vaga.

Art. 7º As aulas ocorrerão por três dias na semana, no período noturno, das 19:00 horas as 22:00 horas, sendo cada dia de uma turma específica a ser definida.

Art. 8º As despesas provenientes deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 01 de abril de 2015; 130º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

3.835

DECRETO Nº 3.835 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO - CMDI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MARCO ANTONIO BERTONINI CASCAES, Prefeito de Orleans no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 68 Item VII da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o Artigo 3º da Lei nº 2.415 de 16 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Direitos do Idoso - CMDI, os seguintes membros:

1. 05 (CINCO) REPRESENTANTES INDICADOS PELO PODER PÚBLICO:

a) Representantes da Secretaria de Assistência Social e Habitação
Tatiani Jung Furlan (titular)
Lucizana Lucio (suplente)

b) Representantes da Secretaria Municipal da Educação
Rosilei Carrer Della Justina (titular)
Tania Benedet Mazzuco (suplente)

c) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
Camila Quarezemin Bussolo Pizoni (titular)
Roseane dos Santos (suplente)

d) Representantes do Câmara de Vereadores
Antônio Dias André (titular)
Clésio de Oliveira Souza (suplente)

e) Representantes da Secretaria Municipal de Administração
Ariel Alberton Bernardino Borges (titular)
Tatiana Veran Bussolo (suplente)

2. 05 (CINCO) REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

a) Representantes da Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Orleans
Luiz Legnani (titular)
Albertina Longo (suplente)

b) Representantes do Grupo da Terceira Idade Alegria de Viver
Zuleide Orbem (titular)
Jandira Righeto Zomer (suplente)

c) Representantes da Igreja Católica
Terezinha Almeida dos Santos (titular)
Leonete Canever Librelato (suplente)

d) Representantes da Pastoral do Idoso
Adelaide Pires Alves de Souza (titular)
Terezinha Brighenti (suplente)

e) Representantes do Conselho Pastoral Paroquial
Adelaide Pires Alves de Souza (titular)
Luiz Carminati (suplente)

Art. 2º. Os membros do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, terão mandato de 02 anos, podendo ser reconduzido por igual período.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto n. 3.366 de 11 de maio de 2012.

Orleans/SC, 1º de abril de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, ao primeiro dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

3.836

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.836 DE 09 DE ABRIL.
"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO DELIBERATIVO DO CIACA".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans, etc.

DECRETA:

Art.1.º Ficam nomeadas as servidoras do quadro efetivo desta Prefeitura para compor o Conselho Deliberativo do CIACA, ficando assim constituído:

Titular: Valentim Cesar Alberton - Secretário de Assistência Social e Habitação
Suplente: Tatiane Jung Furlan - Assistente Social

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Orleans/SC, em 09 de abril de 2015, 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

AVISO Nº 32/2015/FMS - MÓVEIS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS E DEMAIS PRODUTOS PARA A SECRETARIA DE SAUDE.

Recebimento das Propostas: até o dia 12/05/2015 às 13h45m.

Abertura das Propostas: dia 12/05/2015, às 14h.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos nos seguintes endereços e horários:

- Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas,
- Telefone (48) 3886.0100,
- Email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou licitacao3@orleans.sc.gov.br
- Site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 27 de Abril de 2015.

ANA REGINA ZOMER
Secretaria de Saúde

Ouro**PREFEITURA****CONCURSO PÚBLICO N° 001/2015 EDITAL
RESPOSTA AOS RECURSOS DE DEFERIMENTO DAS
ISENÇÕES**

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2015

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS ISENÇÕES

O Prefeito do Município de Ouro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar pública o presente Edital de homologação das Isenções, nos seguintes termos:

Art.1º Constan do Anexo I deste Edital a Lista de Candidatos que tiveram suas Isenções Homologadas após o julgamento dos recursos interpostos contra o Edital de Deferimento das Isenções.

Art.2º Constan do Anexo II deste Edital as respostas aos recursos interpostos contra o Deferimento das Isenções.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.mgaconcursospublicos.com.br, e ainda no Diário Oficial dos Municípios.

Ouro/SC, 27 de abril de 2015.

VITOR JOÃO FACCIN

Prefeito Municipal

ANEXO I**LISTA DE ISENÇÕES HOMOLOGADAS**

Nº Inscrição	Nome do Candidato	RG	CARGO	Isenção
48389	DEBORA GIEQUELIN	5182552	Auxiliar Administrativo	Sim
48544	DEBORA TUANY SOARES DE BRITO	14965208	Assistente Social	Sim
48284	DEISI COLOMBO NORA	5239199	Auxiliar de Professor	Sim
48779	FRAYLLIKA TAMARA GOMES DE AZEVEDO	7111575184	Auxiliar Administrativo	Sim
48222	JANAINA CARLA DA LUZ	5212199	Auxiliar de Professor	Sim
48558	LISANDRO CASSIO ANDRIOLI	4488151	Auxiliar Administrativo	Sim
48543	MIRANEIDE DIAS SOARES	9202595	Assistente Social	Sim
48610	MIRIAM JAQUELINE RAMOS MACHAJEWSKI	4289113	Auxiliar de Professor	Sim
49042	RAMONN SOARES PINHEIRO	2,00501E+12	Engenheiro Agrônomo	Sim
48789	ROSMARI BASSANESE DE AZEVEDO	5068387942	Auxiliar de Professor	Sim

ANEXO II**RESPOSTAS AOS RECURSOS CONTRA O DEFERIMENTO DAS ISENÇÕES**

Nº Protocolo: 20150422.110216.48301.109.490.36322

Resposta: A MGA Concursos Públicos esclarece que, em consulta ao SISTAC obtivemos a seguinte resposta: "4 - NIS não cadastrado O NIS não foi identificado na base de dados do Cadastro Único." Sendo assim, recurso indeferido.

Nº Protocolo: 20150422.110703.48879.109.490.36748

Resposta: A MGA Concursos Públicos esclarece que, o prazo do presente recurso se refere a resposta aos recursos contra o deferimento das isenções, e não contra as inscrições.

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0053/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de peças e serviço de mão de obra para manutenção do trator de esteira D-150B. Valor certo e ajustado de R\$:64.964,03 (sessenta e quatro mil novecentos e sessenta e quatro reais e três centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 24 de abril de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0054/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: LEONICE DEDONATTI 60949651915

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados, para execução dos serviços de operacionalização de todas as fases de eleição suplementar do Conselho Tutelar do Município de Ouro Verde/SC. Valor certo e ajustado de R\$:7.570,00 (sete mil quinhentos e setenta reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 24 de abril de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO I DE QUANTITATIVO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 0053/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE.

CONTRATADO: F.VACHILESKE & CIA LTDA

Objeto: Aquisição eventual e futura de serviços de Recapagem, Recauchutagem e Vulcanização de pneus utilizados nos caminhões, ônibus e máquinas da frota municipal. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 23 de abril de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 1209/2015.

PORTARIA Nº. 1209/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR EMANUELLA SPINDOLA DO AMARAL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vó Laura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1210/2015.

PORTARIA Nº. 1210/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR VIVIANE FLORES DE FREITAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) ER Albardão, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 043/2015**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº043/2015 do PREGÃO Nº 17/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa

ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de Kits de Cafés para atender os grupos da 3ª Idade do Centro de Convivência da Pessoa Idosa de Palhoça. VALOR: R\$ 44.757,90 (quarenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos). DATA: 10/04/2015 A 09/04/2016.

Item
Descrição
Unidade
Marca
Qtde. Item
Valor Unitário
Valor Total

1
Kits Café, devidamente embalado, contendo cada Kit os itens abaixo, nas respectivas quantidades:

04 Kg Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação „açúcar refinado.Embalagem: plástica com 01 Kg. Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Prefeitura.

Prazo de validade: de no mínimo 06 (seis) meses

02 Kg Café em pó torrado e moído, de 1ª qualidade, tipo extra forte, embalagem aluminizada a vácuo, com selo de pureza ABIC, top de linha, embalagem de 500g, validade de 01 ano.

02 Pcte Mistura para bolo sabores variados, embalagem plástica contendo 450 gramas cada.

02 Pote Doce de Fruta 400gr „Características: sabor (banana e uva)

Ingredientes: polpa de fruta, açúcar, glicose. Embalagem: potes ou baldes de polietileno resistente ou acetado, tampa hermeticamente fechada com lacre e proteção, intacta. Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Prefeitura.

Prazo de validade: de no mínimo 06 (seis) meses.

04 Pcte Biscoito doce „Ingredientes: farinha de trigo, açúcar cristal, sal refinado, gordura vegetal hydrogenada, lecitina de soja, e amido de milho.

Características: o produto não deverá apresentar umidade, ou biscoitos quebrados (percentual máximo aceito até 10% de biscoitos quebrados).

Embalagem: saco de polietileno atóxico, dupla embalagem, transparente, resistente, lacrado, contendo peso líquido de 400g. Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Prefeitura.

Prazo de validade: de no mínimo 06 (seis) meses.

04 Pcte Biscoito Salgado „Ingredientes: farinha de trigo, gordura vegetal hydrogenada, açúcar, sal, xarope de glicose de milho, bicarbonato de sódio e lecitina de soja. Características: o produto não deverá apresentar umidade, ou biscoitos quebrados (percentual máximo aceito até 10% de biscoitos quebrados).Embalagem:

saco de polietileno atóxico, dupla embalagem, transparente, resistente, lacrado, contendo peso líquido de 400g.

Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Prefeitura.

Prazo de validade: de no mínimo 06 (seis) meses.

24 Litros Leite integral contendo 6 gramas de proteína correspondendo a 12 % do Valor diário.Embalagem: tetra pack de 01 litro.

Data de Fabricação do Produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Prefeitura.

Prazo de Validade: de no mínimo 06 (seis) meses

UN

363,00000
R\$123,3000
R\$44.757,9000

Total do Fornecedor:
R\$44.757,9000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 044/2015**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Palhoça e Secretaria de Educação

ATA Nº044/2015 do PREGÃO Nº 36/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa

IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de divisória naval nas Unidades de Ensino e demais segmentos administrativos. VALOR: R\$ 326.065,0000 (trezentos e vinte e seis mil e sessenta e cinco reais). DATA: 16/04/2015 A 15/04/2016.

Fornecedor: 3603750 - IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Item
Descrição
Unidade
Marca
Qtde. Item
Valor Unitário
Valor Total

2
Vidro liso 3mm, incolor, com colocação
M2
vidrage
300,00000
R\$68,4000
R\$20.520,0000

1
PAREDES DIVISÓRIAS NAVAL. 35m/m, na cor ovo, com mão de obra de colocação.

M2
EUCATEX
4.000,00000
R\$70,0000
R\$280.000,0000

3
Porta Naval Completa, na cor ovo, com colocação
PÇ
EUCATEX
150,00000
R\$170,3000
R\$25.545,0000

Total do Fornecedor:
R\$326.065,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 045/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº045/2015 do PREGÃO Nº 39/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa

BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de pães para atender o Serviço de Conveniência e Fortalecimento de Vínculos para o Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). DATA: 22/04/2015 A 21/04/2016.

Lote 1: LOTE 1

Fornecedor: 989460 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Item
Descrição
Unidade
Marca
Qtde. Item
Valor Unitário
Valor Total

1
Pães de 50 gramas de trigo, tipo frances, deverá ser fabricado com matérias-primas de primeira qualidade, deverá estar de acordo com

a NTA 47 (Decreto 12.342 de 27/07/78) e com a legislação em vigor quanto às normas de higiene. Será rejeitado o pão queimado ou mal assado.

Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico, água e sal.

Aparência: massa cozida, miolo poroso, leve e homogêneo, sem grumos, sabor e odor próprios.

Cor: casca amarelada e miolo branco.

Embalagem: saco de papel pardo, resistente e atóxico, umidade máxima de 15%(g/100g).

KG

GJ

1.000,00000

R\$8,0000

R\$8.000,0000

3
Pães tipo hot-dog de 50 gramas, deverá ser fabricado com matérias-primas de primeira qualidade, deverá estar de acordo com a NTA 47 do Decreto Estadual 12.486 de 20/10/78 e Resolução - RDC nº 12 de 02/01/2001 -

Agência Nacional de Vigilância Sanitária.Será rejeitado o pão queimado e mal cozido, será proibido o emprego de farelo de qualquer espécie, será proibida a fabricação com emprego de matéria corante. Será permitida a fabricação de pão com farinha de trigo enriquecida com vitaminas e sais minerais.

Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico, sal e água, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que mencionadas e aprovadas.

Aparência: massa cozida, miolo poroso, leve, homogêneo, elástico, não aderente aos dedos ao ser comprimido, e não deverá apresentar grumos duros, pontos negros, pardos ou avermelhados.

Cor: próprios de pão de hot-dog, o miolo deverá ser de cor branca, branco-pardo.

Embalagem: saco plástico transparente, atóxico, resistente, fechado, com peso de 200 à 300 gramas. Cada embalagem deverá conter 04 a 06

(quatro a seis) unidades, com peso "per capita" de 50 gramas. A embalagem final deverá ser caixa de papelão reforçado ou caixas plásticas brancas devidamente higienizadas e identificadas. Os pães deverão ser acondicionados em quantidades adequadas para que não se amassem.

Considerar-se-á impróprio para consumo o produto cuja embalagem defeituosa o exponha à contaminação e/ou deterioração.

Rotulagem: deverá constar, de forma clara e indelevel:

- a) identificação do produto, inclusive marca;
- b) nome e endereço do fabricante;
- c) data de validade ou prazo máximo para consumo;
- d) componentes/ingredientes do produto, com informações nutricionais;
- e) peso líquido.

UN

GJ

5.000,00000

R\$0,4000

R\$2.000,0000

2

Pães de 50 gramas do tipo doce com cobertura, deverá ser fabricado com matérias-primas de primeira qualidade, deverá estar de acordo com a NTA 47 (Decreto 12.342 de 27/07/78) e com a legislação em vigor quanto às normas de higiene. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido.

Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, açúcar, margarina e ovos.

Cobertura: açúcar, gema de ovos, água, amido de milho e essência de baunilha.

Aparência: uniformidade no assado, aroma e sabor típico de pão doce, sem incisão na massa, o miolo deverá ter textura macia, de cor branca, aveludado e elástico.

Cor: casca dourada na parte superior e marrom na inferior e macia.

Embalagem: saco de papel pardo, resistente e atóxico, umidade máxima de 15% (g/100g).

UN

GJ

25.000,00000

R\$0,4000

R\$10.000,0000

Total do Fornecedor:

R\$20.000,0000

Total Geral dos Itens:

R\$20.000,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 046/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº046/2015 do PREGÃO Nº 26/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa TRACTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP. OBJETO: Aquisição de uniformes para servidores que desenvolvem trabalhos externos, limpeza e merenda, para as Secretarias de Administração, Saúde, Educação. VALOR: R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais). DATA: 23/04/2015 A 22/04/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtdade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
8	Confecção de Uniformes	PÇ		800,00000	R\$40,0000	R\$32.000,0000
7	Confecção de Uniformes	PÇ	TRACTON	200,00000	R\$29,5000	R\$5.900,0000
6	Confecção de Uniformes	PÇ	TRACTON	200,00000	R\$39,0000	R\$7.800,0000
5	Confecção de Uniformes	PÇ	TRACTON	800,00000	R\$30,0000	R\$24.000,0000
4	Confecção de Uniformes	PÇ	TRACTON	800,00000	R\$ 11,0000	R\$8.800,0000
3	Confecção de Uniformes	PÇ	TRACTON	750,00000	R\$34,0000	R\$25.500,0000
2	Confecção de Uniformes	PÇ	TRACTON	300,00000	R\$30,0000	R\$9.000,0000
1	Confecção de Uniformes	PÇ	TRACTON	800,00000	R\$20,0000	R\$16.000,0000
					Total do Fornecedor	R\$129.000,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 047/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº047/2015 do PREGÃO Nº 26/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa TOWER INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA. OBJETO: Aquisição de uniformes para servidores que desenvolvem trabalhos externos, limpeza e merenda, para as Secretarias de Administração, Saúde, Educação. VALOR: R\$ 11.465,00 (onze mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais). DATA: 23/04/2015 A 22/04/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtdade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Confecção de Uniformes	PÇ	TOWER	200,00000	R\$57,3250	R\$11.465,0000
					Total do Fornecedor	R\$11.465,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 048/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº048/2015 do PREGÃO Nº 26/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de uniformes para servidores que desenvolvem trabalhos externos, limpeza e merenda, para as Secretarias de Administração, Saúde, Educação. VALOR: R\$ 90.400,0000(noventa mil e quatrocentos reais). DATA: 23/04/2015 A 22/04/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtdade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Sapato Ca em couro preto	PAR	CIA DO UNIFORME	800,00000	R\$56,5000	R\$45.200,0000
1	Sapato CA em couro preto	PAR	CARTOM	800,00000	R\$56,5000	R\$45.200,0000
					Total do Fornecedor	R\$90.400,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 049/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº048/2015 do PREGÃO Nº 26/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa DINASTIA DO SOL IND. E COM. LTDA. OBJETO: Aquisição de uniformes para servidores que desenvolvem trabalhos externos, limpeza e merenda, para as Secretarias de Administração, Saúde, Educação. VALOR: R\$ 11.080,00(once mil e oitenta reais). DATA: 23/04/2015 A 22/04/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtdade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Confecção de Uniformes	PÇ	OMSHANTI	800,00000	R\$11,1250	R\$8.900,0000
1	Confecção de Uniformes	PÇ		200,00000	R\$10,9000	R\$2.180,0000
					Total do Fornecedor	R\$11.080,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 050/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ATA Nº050/2015 do PREGÃO Nº 38/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios menos perecíveis para atender ao cardápio das unidades escolares proposto pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça. VALOR: R\$ 12.267,75(doze mil, duzentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos). DATA: 23/04/2015 A 22/04/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtdade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
4	Farinha de Trigo Especial	KG	AURIVERDE	7.435,00000	R\$1,6500	R\$12.267,7500
					Total do Fornecedor	R\$12.267,7500

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 051/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ATA Nº051/2015 do PREGÃO Nº 38/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios menos perecíveis para atender ao cardápio das unidades escolares proposto pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça. VALOR: R\$ 14.803,20 (quartoze mil, oitocentos e três reais e vinte centavos). DATA: 23/04/2015 A 22/04/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtdade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
4	Farinha de Trigo Especial	KG	AURIVERDE	7.435,00000	R\$1,6500	R\$12.267,7500
					Total do Fornecedor	R\$12.267,7500

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 052/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ATA Nº052/2015 do PREGÃO Nº 38/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa COMERCIAL SAFRA DE ALIMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios menos perecíveis para atender ao cardápio das unidades escolares proposto pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça. VALOR: R\$ 95.269,50 (noventa e cinco mil, duzentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos). DATA: 23/04/2015 A 22/04/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtdade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
9	Preparo Liquido para Refresco - Sabor Abacaxi	LTS	GOTAS DA FRUTA	1.642,00000	R\$13,5000	R\$22.167,0000
8	Preparo Liquido Para Refresco - Sabor Maracujá	LTS	GOTAS DA FRUTA	150,00000	R\$13,5000	R\$2.025,0000
7	PREPARO LIQUIDO PARA REFRESCO - SABOR UVA.	LTS	GOTAS DA FRUTA	3.467,00000	R\$13,5000	R\$46.804,5000
6	Preparo Liquido para Refresco - Sabor Pêssego	LTS	GOTAS DA FRUTA	1.798,00000	R\$13,5000	R\$24.273,0000
					Total do Fornecedor	R\$95.269,5000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 053/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ATA Nº053/2015 do PREGÃO Nº 38/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ITAVOL COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios menos perecíveis para atender ao cardápio das unidades escolares proposto pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça. VALOR: R\$ 28.330,25 (vinte e oito mil, trezentos e trinta reais e vinte e cinco centavos). DATA: 23/04/2015 A 22/04/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
15	Biscoito Kuki: Embalagem de 400 gramas. Pode conter traços de leite.Data de fabricação de no máximo 30(trinta) dias.	PCT	ISABELA	8.717,00000	R\$3,2500	R\$28.330,2500
					Total do Fornecedor	R\$28.330,2500

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 054/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ATA Nº054/2015 do PREGÃO Nº 38/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MAYCON WILL ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios menos perecíveis para atender ao cardápio das unidades escolares proposto pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça. VALOR: R\$ 48.101,0400 (quarenta e oito mil, cento e um reais e quatro centavos). DATA: 23/04/2015 A 22/04/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
11	Extrato de Tomate Concentrado	LATA	ELEFANTE	14.846,00000	R\$3,2400	R\$48.101,0400
					Total do Fornecedor	R\$48.101,0400

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 055/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ATA Nº055/2015 do PREGÃO Nº 38/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa JULIANO JAIRO MELO ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios menos perecíveis para atender ao cardápio das unidades escolares proposto pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça. VALOR: R\$ 119.572,24 (cento e dezenove mil, quinhentos e setenta e dois reais e vinte e quatro centavos). DATA: 23/04/2015 A 22/04/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
16	Biscoito Bolo de Mel. Embalagem: 300 gramas	PCT	ZEZÉ	19.127,00000	R\$3,4800	R\$66.561,9600
13	Biscoito Levemente salgado: Contém Glúten. Embalagem de 250 gramas	PCT	ZEZÉ	20.156,0000	R\$2,6300	R\$ 53.010,2800
					Total do Fornecedor	R\$119.572,2400

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 056/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ATA Nº056/2015 do PREGÃO Nº 38/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa LICISUL COMERCIAL LTDA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios menos perecíveis para atender ao cardápio das unidades escolares proposto pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça. VALOR: R\$ 53.301,29 (cinquenta e três mil, trezentos e um reais e vinte e nove centavos). DATA: 23/04/2015 A 22/04/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtdade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
5	Macarrão Sopa Tipo Cabelo de AnjoIngredientes:, pacotes de 500 g	PCT	LIANE	5.740,00000	R\$2,2400	R\$12.857,6000
14	BOLACHA DOCE TIPO MAISENA.. Embalagem plástica. Embalagem de 740 gr	PCT	NINFA	6.972,00000	R\$5,1500	R\$35.905,8000
12	Doce de Fruta-Goiaba	POTE	NATURELL	1.479,00000	R\$1,8900	R\$2.795,3100
10	Doce de Fruta-Uva	POTE	NATURELL	922,00000	R\$1,8900	R\$1.742,5800
					Total do Fornecedor	R\$53.301,2900

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº55/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº55/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.55/2015, no dia 12 de Maio de 2015, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº55/2015 tem como objeto à contratação de empresa especializada em sinalização viária para execução de serviços de implantação e manutenção de sinalização horizontal e vertical, com fornecimento de materiais e dispositivos auxiliares, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 27 de Abril de 2015. Pregoeiro.

PORTARIA Nº. 1204/2015.

PORTARIA Nº. 1204/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MHENNIX BATISTA MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) EB Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Márcia Bruggmann Spricigo, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1205/2015.

PORTARIA Nº. 1205/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ALESSANDRA CAMPOS DE ALMEIDA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) EB Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Márcia Bruggmann Spricigo, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1206/2015.

PORTARIA Nº. 1206/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR AMANDA FONSECA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vida Melhor, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/02/2015 a 19/05/2015, face ao impedimento da titular Simone C. Margarida, que se encontra em LG.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1207/2015.

PORTARIA Nº. 1207/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR KLEBER SULLIVAN RIBEIRO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1208/2015.

PORTARIA Nº. 1208/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDRIZA APARECIDA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vó Laura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 009/2015

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 009/2015 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 17/03/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa GL LISMOTOR RETIFICA DE MOTORES EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ 95.377.990/0001-98, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para o fornecimento de peças originais genuínas e fornecimento de serviços de recuperação do motor, bomba injetora e turbina do motor da escavadeira hidráulica JCB - JS -130 LC- 13 D-0153535505-4, motor ISUZU 119014-108S0037-4JJ1 73/200, com garantia de 12 (doze) meses, conforme itens descritos na relação de itens adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento do objeto licitado somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente ata de registro de preços é de R\$ 53.100,00 (cinquenta e três mil e cem reais), relativos aos itens 01 e 02, objeto do pregão presencial registro de preços 009/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 009/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - A contratada deverá retirar o objeto desta ata de registro de preços para realizar o conserto contratado, bem como realizar a sua entrega diretamente na sede da Secretaria Municipal de Infraestrutura, sito à Rua José Reva, 389, Centro, Papanduva/SC, em até 15 (quinze) dias úteis contados a partir da assinatura desta Ata de Registro de Preços;

4.2 - Não serão aceitos os itens que a vencedora entregar fora da especificação do edital e anexo I;

4.3 - O motor somente poderá ser entregue com o acompanhamento dos servidores municipais designados para isto;

4.4 - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) será(ão) efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução desta Ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 009/2015 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
- 8.1.2 - quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a entrega do objeto decorrentes desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1 - A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal;
- 9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 17 de março de 2015.

_____ - Márcio Wisniewski - Pregoeiro
_____ - Erli Edvina Wunsche Bacellar -
Equipe de Apoio
_____ - Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____ - Sônia Terezinha Mendes Novak
- Equipe de Apoio
_____ - GL - Lismotor Retífica de Motores EIRELI - EPP - Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 010/2015**

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 006/2015 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 24/03/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa MAXIMA PAPELARIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 85.260.164/0001-00, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais de higiene, limpeza e consumo em geral, para a manutenção do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- 1.3 - No caso de impossibilidade no fornecimento do objeto licitado

pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 67.738,75 (sessenta e sete mil, setecentos e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos), relativos aos itens 01, 05, 13, 14, 15, 17, 27, 29, 40, 41, 45, 49, e 55, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 006/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
- 2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
- 2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
- 2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
- 2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
 - a) Edital de Pregão Presencial nº 006/2015 e seus anexos;
 - b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue diretamente na sede do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Jacob Schadeck, nº 1207, Centro, Papanduva/SC, conforme solicitação em até 05 dias úteis após o recebimento da requisição ou pré empenho emitido pelo Fundo Municipal de Saúde, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;
- 4.2 - A disponibilização dos itens adjudicados deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação/requerimento emitida pela Secretaria solicitante.
- 4.3 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

- 5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;
- 5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por

ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.3 - A CONTRATADA deverá cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 006/2015 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência do fornecimento do objeto após a adjudicação da licitação;

b) Não for entregue o objeto no prazo estabelecido nesta Ata de Registro de Preços;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará a contratada a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 - quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 24 de março de 2015.

_____ - Márcio Wisniewski - Pregoeiro

_____ - Erli Edvina Wunsche Bacellar -

Equipe de Apoio

_____ - Otávio Hunka - Equipe de Apoio

_____ - Sonia Terezinha Mendes Novack

- Equipe de Apoio

_____ - Maxima Papelaria EIRELI - Con-

tratada

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2015

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 006/2015 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 24/03/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 07.634.816/0001-16, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais de higiene, limpeza e consumo em geral, para a manutenção do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade no fornecimento do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 61.854,60 (sessenta e um mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos), relativos aos itens 02, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 59, 60 e 61, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 006/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários

em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 006/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue diretamente na sede do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Jacob Schadeck, nº 1207, Centro, Papanduva/SC, conforme solicitação em até 05 dias úteis após o recebimento da requisição ou pré empenho emitido pelo Fundo Municipal de Saúde, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 - A disponibilização dos itens adjudicados deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação/requerimento emitida pela Secretaria solicitante.

4.3 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.3 - A CONTRATADA deverá cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 006/2015 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o objeto no prazo estabelecido nesta Ata de Registro de Preços;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará a contratada a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
- 8.1.2 - quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 24 de março de 2015.

_____ - Márcio Wisniewski - Pregoeiro
_____ - Erli Edvina Wunsche Bacellar -

Equipe de Apoio
_____ - Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____ - Sonia Terezinha Mendes Novack
- Equipe de Apoio

_____ - Papelaria São Bento Ltda ME -
Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAPANDUVA

Dispensa de Licitação nº 034/2015. Objeto Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratado: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL DE SANTA CATARINA. Justificativa: Em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e considerando que essa municipalidade não dispõe de pessoal qualificado para desenvolver as ações do PAT; Considerando que estas ações visam atender a micro e pequenos agricultores do município e que os mesmos não tem como contratar estes serviços devido a um custo que os mesmos não poderiam arcar faz-se necessário a realização desta dispensa de licitação. Valor total: R\$ 38.997,00.

Papanduva, 27 de abril de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Passo de Torres**PREFEITURA****DECRETO 037/2015**

DECRETO Nº. 37, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

“CONSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR PARA A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Municipal, 513/2005;

DECRETA:

Art. 1º- Fica designado os membros da Comissão de processo seletivo 001/2015, para a Contratação de servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social .

Presidente: Andre Cardoso

Membro: Elizandra da Silva Martins

Membro: Angela Luzia Bertoldo Francisco Bauer

Art. 2º- A designação de que trata este Decreto não dá ao designado qualquer direito remuneratório pelo exercício da função.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 27 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 27 de abril de 2014.

Alexandre Angelo Felipe

Secretario Municipal de Administração e Finanças

Passos Maia**CÂMARA DE VEREADORES DE PASSOS MAIA****EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2015**

EXTRATOS DE CONTRATO – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PASSOS MAIA, SC

CONTRATO Nº: 003/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADA: RÁDIO BEBEDOURO FM LTDA

OBJETO: Contratação de empresa prestar serviços de radiodifusão com abrangência de sinal em todo o Município de Passos Maia/SC, para divulgação de atos oficiais e publicidades em geral de interesse do Poder Legislativo Municipal, atendendo aos termos do edital nº 002/2015.

VALOR R\$: 49.200,00 (Quarenta e Nove mil e duzentos reais),
VIGÊNCIA: 14/04/2015 à 14/04/2016.

Passos Maia/SC, 14 de Abril de 2015 – JOSÉ DA ROCHA BUENO
– Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia/SC.

Paulo Lopes**PREFEITURA****PORTARIA Nº 166/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 166/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 20/2015, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Isaura Berto de Oliveira, portadora do CPF nº 075.754.649-80 matrícula 10969, ocupante do Cargo de Médica Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 17 de Abril de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 167/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 167/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposições de motivo nº 24/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Paula Locatelli, brasileira, portadora do CPF nº 075.918.989-73, Ensino Superior Completo, matrícula nº 11130, para atuar no Cargo de Médica Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 17/04/2015 até 17/07/2015, até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 17 de Abril de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 168/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 168/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente resolve:

AMPLIA LICENÇA PARA TRATAMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, Graziela Marly Correia Moises, brasileira, portadora do CPF nº 018.023.129-43, matrícula nº. 688, ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, ate 06/05/2015 conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 17 de Abril de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 169/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 169/2015

EVANDRO JOAO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal vigente, resolve:

CONCEDER AFASTAMENTO REMUNERADO PARA FREQUENTAR CURSO DE DOUTORADO, a Servidora Pública Municipal, Luciana Viera, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 690.376.719-34, matrícula nº 1025, ocupante do Cargo de Professora, a disposição na Secretaria Municipal de Educação a partir no período de 16/04/2015 à 31/12/2015 conforme a Lei nº1329/2009.

Município de Paulo Lopes-SC, em 17 de Abril de 2015.
Evandro Joao dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 170/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 170/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Andressa Bilazio Pereira, brasileira, portadora do CPF nº 063.933.619-13, matrícula nº 11130, classificada em 2º lugar no Chamamento Público nº 001/2015, para atuar no cargo de Professora, no período 17/04/2015 a 23/12/2015 com carga horária de horas 20 horas mensais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 17 de Abril de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 171/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 171/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, Telma Dutra Crescencio, brasileira, portadora do CPF nº 030.344.639-01 matrícula nº. 826, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais à disposição da Secretaria Municipal de Educação, no período de 27/03/2015 á 26/04/2015, que ora regularizamos conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 22 de Abril de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 172/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 172/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Deivit Seiler de Medeiros, brasileiro, portador do CPF nº 890.641.609-10, matrícula nº 11131, classificada em 1º lugar no Processo Seletivo nº 003/2014, para atuar no cargo de Motorista, no período 22/04/2015 a 20/07/2015 com carga horária de horas 30 horas mensais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 22 de Abril de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 173/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 173/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente nº 819/1998 e exposições de motivo nº 06/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORARIO, Rosilene Botega Fernandes, brasileira, portadora do CPF nº 664.896.799-49, matrícula nº 11132, para atuar no Cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, classificada no Processo Seletivo nº 003/2014 em 7º lugar, a disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social, de 22/04/2014 até 23/12/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 22 de Abril de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 174/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 174/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o disposto na Legislação Municipal Vigente, e conforme exposição do motivo nº 14/2015, resolve:

ALTERAR CARGA HORÁRIA, do Servidor Público Municipal, Marcio Vilela de Oliveira, portador do CPF nº 057.991.178-08, matrícula nº 11074, contratada pela portaria nº 059/2015, de 20 horas para 30 horas semanais, com efeito do dia 01/04/2015, disposição da Secretaria Municipal de Educação com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC em 22 de Abril de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 175/2015

PORTARIA Nº 175/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município

Nomeia os Membros da Equipe Técnica e Comissão Coordenadora, para a elaboração e Avaliação do Plano Municipal de Educação do Município de Paulo Lopes/SC.

Art. 1º. Fica nomeada a equipe Técnica e a Comissão Coordenadora responsáveis pela elaboração e avaliação do Plano Municipal de Educação, com as seguintes especificações:

EQUIPE TÉCNICA

I - 1(um) representante da Secretaria Municipal de Educação:
- Titular: Carlos Eduardo Moisés
- Suplente: Jeane Aparecida Santos Martins

II - 1(um) representante do Conselho Municipal de Educação - CME:
- Titular: Rosilei Aparecida Figueredo Pereira
- Suplente: Janaina Florinda da Silveira de Jesus

III - 1(um) representante da Secretaria Municipal de Administração:
- Titular: Sabrina Rodrigues de Souza Eger
- Suplente: Claudia Maria Valentin Nascimento

COMISSÃO COORDENADORA

I - 1(um) representante da Secretaria Municipal de Educação:
- Titular: Carlos Eduardo Moisés
- Suplente: Jeane Aparecida Santos Martins

II - 1(um) representante do Conselho Municipal de Educação - CME:

- Titular: Rosilei Aparecida Figueredo Pereira
- Suplente: Janaina Florinda da Silveira de Jesus

III - 1(um) representante da Secretaria Municipal de Administração:

- Titular: Sabrina Rodrigues de Souza Eger
- Suplente: Claudia Maria Valentin Nascimento

IV - 1 (um) representante dos Gestores da Rede Municipal de Ensino.

- Titular: Vera Lucia da Silva Pires
- Suplente: Osnilda Rodrigues Vieira

V - 1 (um) representante dos Gestores da Rede Estadual de Ensino.

- Titular: Lucélia Firmino Silvano de Sousa
- Suplente: Marize Terezinha Pereira Demétrio

VI - 1 (um) representante dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Ensino.

- Titular: Claudia Cardamone
- Suplente: Maria Constância da Silveira

VII - 1 (um) representante dos Trabalhadores em Educação da Rede Estadual de Ensino.

- Titular: Mileni Aparecida de Souza Cardoso
- Suplente: Silvana Rita Zucchi dos Anjos

VIII - 1 (um) representante de (APP) Associações de Pais e Professores das escolas municipais.

- Titular: Aline Terezinha de Sá Pereira
- Suplente: Rozinete da Silva Inácio Cardoso

IX - 1 (um) representante de (APP) Associações de Pais e Professores das escolas estaduais.

- Titular: Eliziani Santos Oliveira
- Suplente: Jacqueline Lopes Gutterrez

X - 1 (um) representante da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Vereadores.

- Titular: Nadir Carlos Rodrigues
- Suplente: Eliziani Santos Oliveira

XI - 1 (um) representante da APAE - Escola Especial.

- Titular: Silvia Regina Bruschi
- Suplente: Miriã dos Passos

XII - 1 (um) representante do Conselho FUNDEB.

- Titular: Silvani de Oliveira Martins
- Suplente: Márcia Judite Filho dos Santos

XIII - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

- Titular: Djonattan Palhano da Silva Blasius
- Suplente: Maria Isabel de Bona Corrêa

XIV - 1 (um) representante do Conselho Tutelar da Criança e Adolescente.

- Titular: Mirka Stancowick
- Suplente: Roziane Terezinha Fortunato

Art. 2º - A Presidência e a Secretaria serão escolhidas na primeira reunião das comissões.

Art. 3º - Os trabalhos das comissões serão realizados com reuniões ordinárias, a cada 15 (quinze) dias, na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, ou em local designado pela presidência.

Art. 4º - As comissões terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias para apresentarem os resultados finalizados das suas atribuições, podendo ser prorrogado, mediante solicitação e justificativa

apresentadas ao Chefe do Poder Executivo.

Município de Paulo Lopes-SC, em 06 de Abril de 2015.

Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 176/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 176/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a portaria de nº 547/2013 que colocou a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, o Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Lamartine Rocha Junior, brasileiro, portador do CPF nº 045.735.929-38 matrícula nº 10721, ocupante do Cargo de Motorista, que retorna a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social _ RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 22 de Abril de 2015.

Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

CONTRATO 41/2015-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2015 - FMS
CONTRATADO: COMERCIAL STORINNY LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE PA 24 HORAS, CEP, NAM, CEFIR E NASF DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC
VALOR TOTAL: R\$ 3.695,80 (três mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos),
VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015
PENHA, 24 DE ABRIL DE 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

CONTRATO 42/2015-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2015 - FMS
CONTRATADO: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE PA 24 HORAS, CEP, NAM, CEFIR E NASF DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC
VALOR TOTAL: R\$ 1.314,00 (Mil, trezentos e catorze reais centavos),
VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015
PENHA, 24 DE ABRIL DE 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

CONTRATO 43/2015-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2015 - FMS
CONTRATADO: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE PA 24 HORAS, CEP, NAM, CEFIR E NASF DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC
VALOR TOTAL: R\$ 13.440,00 (treze mil, quatrocentos e quarenta reais)
VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015
PENHA, 24 DE ABRIL DE 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

CONTRATO 44/2015-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2015 - FMS
CONTRATADO: P.J SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE PA 24 HORAS, CEP, NAM, CEFIR E NASF DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC
VALOR TOTAL: R\$ 10.464,00 (DEZ MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS),
VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015
PENHA, 24 DE ABRIL DE 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

CONTRATO 45/2015-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 45/2015 - FMS
CONTRATADO: J.P DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE PA 24 HORAS, CEP, NAM, CEFIR E NASF DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC
VALOR TOTAL: R\$ 10.103,00 (DEZ MIL, CENTO E TRÊS REIAS)
VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015
PENHA, 24 DE ABRIL DE 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

CONTRATO 46/2015-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2015 - FMS
CONTRATADO: PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE PA 24 HORAS, CEP, NAM, CEFIR E NASF DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC
VALOR TOTAL: R\$ 2.537,00 (DOIS MIL, QUINHENTOS E TRINTA E SETE REAIS)
VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015
PENHA, 24 DE ABRIL DE 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

CONTRATO 47/2015-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2015 - FMS
CONTRATADO: COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE PA 24 HORAS, CEP, NAM, CEFIR E NASF DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC
VALOR TOTAL: R\$ 12.994,00 (DOZE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS)
VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015
PENHA, 24 DE ABRIL DE 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 56/2015- PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/2015 - PMP
LICITAÇÃO: Processo administrativo nº 12/2015 -PMP, Carta Convite nº 02/2015-PMP.
CONTRATADA: RAFAEL MURILO CELESTINO-ME
OBJETO: Contratação de assessoria e consultoria para auxiliar no departamento de pessoal (SISTEMA BETHA, GFIP, E-SFINGE, RAIS, DIRF, CONECTIVIDADE SOCIAL) e na prestação de contas dos convênios (CEF, SINCOV, SIGEF, SDR) do Município de Penha/SC
VALOR TOTAL: de R\$ R\$: 39.600,00 (TRINTA E NOVE MIL, SEISCENTOS REAIS)
VIGÊNCIA: até 31.12.2015
Penha, 27 de Abril de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes - PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 323/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 323/2015 - RH/PMP

Contratado (A) JULIANA SUZENA DA SILVA, na função de Servente/Merendeira, início em 27/04/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 27 de abril de 2015.

Evandro Eredes Dos Navegantes - Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 324/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 324/2015 - RH/PMP

Contratado (A) ROBERTO ANTONIO LEITE JUNIOR, na função de Professor I, início em 27/04/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 27 de abril de 2015.

Evandro Eredes Dos Navegantes - Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 2294/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2294/2015

EXONERA: a Sra. ANNA PAULA FARIAS NOVAIS, do cargo em comissão de DIRETORA DE ESCOLA, do Centro de Educação Infantil Simone Aparecida Reis de Souza, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogando o Decreto nº 1842/2013, contar desta data.

Penha/SC, 27 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2295/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2295/2015

EXONERA: a Sra. CRISTIANE SORAIA DO NASCIMENTO, do cargo em comissão de DIRETORA DE ESCOLA, do Creche municipal Anjos do Itapocoroi, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogando o Decreto nº 1398/2013, contar desta data.

Penha/SC, 27 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº01/2014 - FMAS - CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a)s candidato(a)s para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 30/04/2015, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme Edital de Processo Seletivo nº 01/2014 - FMAS.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
037	0000201	LAURETE CRESCENCIO
038	0000198	ADELINE BLIHARSKI DE ANDRADE

O(a)s candidato(a)s deverão apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 27 de abril de 2015.
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

**EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº01/2014 -PMP -
CONVOCAÇÃO 2º CHAMADA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 2º CHAMADA

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a)s candidato(a)s para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 30/04/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme Processo Seletivo nº 01/2014 - ACT Educação.

Cargo: SERVENTE-MERENDEIRA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME 45º. 0000026 MARINA ANDRADE DE AVILA
47º. 0000341 WANDERLÉIA J. DE SOUZA ARAÚJO
48º. 0000598 MARIA DE LURDES PEDROSO

O(a)s candidato(a)s deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- i) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- j) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- k) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- l) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;
- m) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- n) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- p) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- q) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- r) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;
- s) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da

documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 27 de abril de 2015.
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

PORTARIA 117

PORTARIA Nº 117/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR: a Comissão do Processo Seletivo nº 02/2015 - PMP - para função de Motorista Categoria D, composta pelos membros abaixo nomeados, encarregados em examinar todas as etapas do processo:

Maikil Gileno dos Santos
Luciano Santana
Maurilio Pedro leite
Juliana Bueno Perciani

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Penha, 27 de abril de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

Petrolândia

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 09/2015 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 08:30h no dia 13/05/2015, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 28 de abril de 2015. JOEL LONGEN - Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 25/2015 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015, tendo por objetivo a CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA, PARA REALIZAR SERVIÇOS DE UMECTAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA - LOCALIDADE DE BARRA NOVA, POR UM PERÍODO DE 08 MESES. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 11/05/2015, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 28 de abril de 2015. JOEL LONGEN - Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 26/2015 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015, tendo por objetivo a LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MULTIFUNCIONAL DE IMPRESSORA, COPIADORA, FAX, SCANNER, INCLUINDO A MANUTENÇÃO E O FORNECIMENTO DE TONNER. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 12/05/2015, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 28 de abril de 2015. JOEL LONGEN - Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO PREGÃO 19/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015 - NOTA DE REVOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra revogado o edital de LICITAÇÃO Nº 22/2015 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015, tendo por objetivo a LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MULTIFUNCIONAL DE IMPRESSORA, COPIADORA, FAX, SCANNER, INCLUINDO A MANUTENÇÃO E O FORNECIMENTO DE TONNER. O mesmo se dá, devido erro de digitação no objeto licitado. Petrolândia, 28 de abril de 2015. JOEL LONGEN - Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 136/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 136/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AÉREOS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 065/2015

EMPRESA CONTRATADA: AERO SALTO FOTOS AÉREAS

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais impressos, no valor de R\$ 5.000,00 (sete mil quatrocentos e cinquenta reais).

DATA DO CONTRATO: 15 DE ABRIL DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

DECRETO Nº 4.214, DE 17 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 4.214, DE 17 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme artigo 6º da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, a abrir crédito adicional suplementar pelo provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 245.850,00 (Duzentos e quarenta e cinco reais e oitocentos e cinquenta reais), vinculada a destinação de recursos na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

Unidade Orçamentária: 2006 - Secretaria de Transportes e Obras

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-estrutura Urbana

Programa: 14 - Urbanização de Vias

Atividade: 1.10 - Pavimentação de Ruas e Passeios

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 01.34

Total Suplementado
..... R\$ 245.850,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior ocorrerão pelo Convênio nº 789741/2013 Processo nº 2623.1007962-28/2013, celebrado entre a União Federal (Ministério das Cidades) e o Município de Pinheiro Preto, para pavimentação em vias públicas urbanas no município de Pinheiro Preto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 17 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.215, DE 17 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 4.215, DE 17 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 71.417,45 (Setenta e um mil reais, quatrocentos e dezessete reais e quarenta e cinco centavos) nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 2006 - Secretaria de Transportes e Obras

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-estrutura Urbana

Programa: 14 - Urbanização de Vias

Atividade: 1.10 - Pavimentação de Ruas e Passeios

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 03.89

Total Suplementado
..... R\$ 71.417,45

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2014, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial. (Alienação de Bens).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 17 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.217, DE 20 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 4.217, DE 20 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo de Assistência Social, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 3.515,75 (Três mil, quinhentos e quinze reais e setenta e cinco centavos) nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 4001 - Fundo de Assistência Social

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 8 - Assistência Comunitária

Programa: 244 - Assistência Comunitária

Atividade: 2.61- Manutenção IGD Suas

Modalidade de Aplicação: 4490-0000 Fonte: 03.35

Total Suplementado
..... R\$ 3.515,75

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo de Assistência Social de Pinheiro Preto de 2014, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial. (IGD - SUAS).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 20 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 167, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 167, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º. Torna público o resultado do processo seletivo referente contratação de servidores em caráter temporário, na forma do quadro abaixo:

PROFISSIONAL DE APOIO

Nome do Candidato	ACERTOS	NOTA	MÉDIA FINAL	COLOCAÇÃO
Juliane Balbinot Gasaniga Gusatto	10	5,00	5,00	1º

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - BACHARELADO

Nome do Candidato	ACERTOS	NOTA	MÉDIA FINAL	COLOCAÇÃO
Dariane Perazzoli Torcatto	16	8,00	8,00	1º
Valdecir Soares dos Santos	10	5,00	5,00	2º

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA

Nome do Candidato	ACERTOS	NOTA	MÉDIA FINAL	COLOCAÇÃO
Viviane Antunes de Lima	11	5,50	5,50	1º

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Nome do Candidato	ACERTOS	NOTA	MÉDIA FINAL	COLOCAÇÃO
Katia Fischer	19	9,50	9,50	1º
Ariana Fracazzo Ciarini	18	9,00	9,00	2º
Mariana Avila Jardim	17	8,50	8,50	3º

Giovani Tonetta	14	7,00	7,00	4º
-----------------	----	------	------	----

OPERADOR BRAÇAL

Nome do Candidato	ACERTOS	NOTA	MÉDIA FINAL	COLOCAÇÃO
Ademir Vargas Zucconelli	17	8,50	8,50	1º
Waldomiro Ozório	13	6,50	6,50	2º
Nelir Ap. da Amaral Gonçalves	12	6,00	6,00	3º
Nelson Antonio dos Santos	10	5,00	5,00	4º
Valdecir Bacher	07	3,50	3,50	5º

OPERADOR DE MOTONIVELADORA

Nome do Candidato	ACERTOS	NOTA	PROVA PRÁTICA	MÉDIA FINAL	COLOCAÇÃO
Reinaldo Pelentir	11	5,5	8,00	6,75	1º
Ademilson Chiossi	13	6,5	3,00	Desclassificado	Desclassificado

OPERADOR DE CARREGADEIRA

Nome do Candidato	ACERTOS	NOTA	PROVA PRÁTICA	MÉDIA FINAL	COLOCAÇÃO
Rogério Gonçalves	14	7,0	8,00	7,5	1º
Adriano José Friebe	14	7,0	7,00	7,0	2º
João da Silva	11	5,5	8,00	6,75	3º

SERVENTE

Nome do Candidato	ACERTOS	NOTA	MÉDIA FINAL	COLOCAÇÃO
Ivonete Zanferrari	20	10,00	10,00	1º
Luciana Zanella	17	8,50	7,50	2º
Marlene da Silva Bottega	16	8,00	8,00	3º
Elisangela Aparecida da Rosa	16	8,00	8,00	4º
Ivanilda Terezinha Del Pizzool	11	5,50	5,50	5º

ATENDENTE DE CRECHE I

Nome do Candidato	ACERTOS	NOTA	MÉDIA FINAL	COLOCAÇÃO
Ana Flavia Delazzari	0,00	0,00	0,00	N/C
Juliane Cendrão	0,00	0,00	0,00	N/C
Fabiana Domingos de Sousa	0,00	0,00	0,00	N/C

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 24 de Abril de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 25, DE 27 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº. 25, DE 27 DE ABRIL DE 2015

"DELEGA PODERES A COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

IVAN BOGONI, Presidente da Câmara Municipal de vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. II, do art. 49, da Lei Orgânica Municipal, e também o inciso XXVIII do art. 28 do seu Regimento Interno e

Considerando a necessidade de se avaliar as servidoras PRISCILA BARONCELLO MAZUTTI E SIRLEI SCARABOTO, para fins de estágio probatório, conforme disposto na Constituição Federal.

Considerando que a Câmara Municipal de Vereadores não possui quadro de pessoal suficiente e nas condições hierárquicas necessárias para promover a referida avaliação da servidora,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica delegado à Comissão Municipal de Avaliação de Estágio Probatório do Poder Executivo Municipal de Pinheiro Preto/SC todos os poderes para efetuar a avaliação de estágio probatório das Servidoras PRISCILA BARONCELLO MAZUTTI E SIRLEI SCARABOTO, ocupante do cargo secretária executiva e servente, respectivamente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DE SESSÕES DE PINHEIRO PRETO - SC, 27 DE ABRIL DE 2015.

IVAN BOGONI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Pomerode

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2015

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 05/2015 TIPO ELETRÔNICO PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2015

AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAMAE CONFORME QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL

Fornecedor: 448176 - CONEXA TUBOS E CONEXÕES LTDA ME

CPF: 05.325.514/0001-30

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
104	CAP SOLD 50MM	UNIDADE	PLASTILIT	10,00000	R\$1,8900	R\$18,9000
103	VASELINA SÓLIDA BRANCA (BALDE DE 3 KG)	UNIDADE	GIENEX	10,00000	R\$107,8000	R\$1.078,0000
72	UNIÃO GALVANIZADA COM ACENTO CÔNICO 2"	UNIDADE	REMADI	10,00000	R\$48,7000	R\$487,0000
71	UNIÃO GALVANIZADA COM ACENTO CÔNICO 1"	UNIDADE	REMADI	5,00000	R\$15,9300	R\$79,6500
68	REGISTRO DE ESFERA MONOBLOCO LATÃO COM ALAVANCA E COM ROSCA (PASSAGEM PLENA) 2"	UNIDADE	REMADI	15,00000	R\$95,9800	R\$1.439,7000
66	LUVA GALVANIZADA 4"	UNIDADE	REMADI	2,00000	R\$52,8000	R\$105,6000
63	LUVA GALVANIZADA 1"	UNIDADE	REMADI	6,00000	R\$4,2000	R\$25,2000
42	LUVA L/R 25X3/4 (PVC AZUL) C/ INSERTO METALICO (NBR 5648)	UNIDADE	PLASTILIT	200,00000	R\$1,7600	R\$352,0000
26	CONEXÕES PARA EXTREMIDADE DE HIDROMETRO CURTO 3/4 EM COBRE OU BRONZE (TUBETE , PORCA) E (ARRUELA/ JUNTA DE BORRACHA)	UNIDADE	DC	50,00000	R\$5,3700	R\$268,5000
25	CONEXÕES PARA EXTREMIDADE DE HIDROMETRO CURTO 1/2 EM COBRE OU BRONZE (TUBETE,PORCA)E ARRUELA / JUNTA DE BORRACHA	UNIDADE	DC	600,00000	R\$6,1700	R\$3.702,0000
19	CAP SOLDAVEL 32MM	UNIDADE	PLASTILIT	10,00000	R\$0,2300	R\$2,3000
8	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 25 X 3/4	UNIDADE	PLASTILIT	50,00000	R\$0,4200	R\$21,0000
106	CAP SOLDÁVEL 110mm	PEÇA	TIGRE	10,00000	R\$17,9600	R\$179,6000
105	JOELHO SOLDAVEL 20 MM	PEÇA	PLASTILIT	200,00000	R\$0,1700	R\$34,0000
92	JUNÇÃO Ø250mm / FLANGE / FoFo	PEÇA	ANGOLINI	1,00000	R\$1.248,9900	R\$1.248,9900
91	REGISTRO GAVETA Ø150mm / FLANGE / FoFo	PEÇA	ANGOLINI	1,00000	R\$639,9900	R\$639,9900
80	REGISTRO FoFo COM CABEÇOTE, COM CUNHA EMBORRACHADA, COM GACHETA, 85 mm	PEÇA	ANGOLINI	10,00000	R\$354,9900	R\$3.549,9000
78	COLAR DE TOMADA FoFo 200 X 3/4"	PEÇA	HIFERSANE	5,00000	R\$35,9900	R\$179,9500
67	NIPEL GALVANIZADO 1	PEÇA	REMADI	5,00000	R\$4,0500	R\$20,2500
65	LUVA GALV 3	PEÇA	REMADI	2,00000	R\$30,9900	R\$61,9800
64	LUVA GALVANIZADA 2	PEÇA	REMADI	10,00000	R\$15,5000	R\$155,0000
62	LUVA GALVANIZADA 1.1/4	PEÇA	REMADI	5,00000	R\$7,7000	R\$38,5000
61	LUVA GALVANIZADA 1/2	PEÇA	REMADI	50,00000	R\$1,9900	R\$99,5000
60	UNIÃO DE COMPRESSÃO P/ TUBO PEAD 20MM (C/ MACANISMO DE TRAVA EM UNICA PEÇA)	PEÇA	HIFERSANE	700,00000	R\$0,9900	R\$693,0000
58	TÊ PVC ROSCÁVEL 1/2" COM ANEL DE REFORÇO METÁLICO	PEÇA	PLASTILIT	200,00000	R\$5,5000	R\$1.100,0000

57	TÊ PVC L/R COM INSERTO METÁLICO 25 X 1/2 X 25 (ABNT - NBR-5648)	PEÇA	PLASTILIT	100,00000	R\$2,7000	R\$270,0000
56	TE 90° PBA C/ BOLSAS 85MM	PEÇA	amanco	5,00000	R\$16,9000	R\$84,5000
55	TE 90° PBA C/ BOLSAS 60MM	PEÇA	amanco	20,00000	R\$11,9000	R\$238,0000
54	TE 90° SOLDAVEL 60MM	PEÇA	PLASTILIT	10,00000	R\$8,1500	R\$81,5000
53	TEE SOLDAVEL 20 MM	PEÇA	PLASTILIT	50,00000	R\$0,2300	R\$11,5000
51	REGISTRO DE ESFERA SOLDÁVEL "VS" 25mm (COM UNIÃO ROSCÁVEL)	PEÇA	PLASTILIT	10,00000	R\$5,9600	R\$59,6000
50	REGISTRO DE ESFERA ROSCÁVEL 3/4" "VS" (COM UNIÃO ROSCÁVEL)	PEÇA	PLASTILIT	20,00000	R\$5,9000	R\$118,0000
48	REGISTRO DE ESFERA COM BORBOLETA 1/2" PVC (NBR - 11306)	PEÇA	TIGRE	800,00000	R\$1,8900	R\$1.512,0000
47	REDUÇÃO PVC/PBA 110X60	PEÇA	amanco	10,00000	R\$5,1200	R\$51,2000
46	LUVA SOLDAVEL 20 MM	PEÇA	PLASTILIT	200,00000	R\$0,1500	R\$30,0000
45	LUVA ROSCAVEL 3/4 COM ANEL DE REFORÇO METÁLICO	PEÇA	HIFERSANE	100,00000	R\$1,4900	R\$149,0000
44	LUVA ROSCAVEL 1/2 COM ANEL REFORÇO METALICO	PEÇA	PLASTILIT	300,00000	R\$2,7000	R\$810,0000
43	LUVA L/R REDUÇÃO 25 X 1/2" (PVC AZUL) COM INSERTO METÁLICO (NBR 5648)	PEÇA	PLASTILIT	200,00000	R\$1,5700	R\$314,0000
41	LUVA L/R 20 X 1/2" (PVC AZUL) COM INSERTO METÁLICO (NBR 5648)	PEÇA	PLASTILIT	500,00000	R\$1,4200	R\$710,0000
40	LUVA DE CORRER VINILFER 150MM C/ JUNTA ELASTICA INTEGRADA	PEÇA	INBRA	20,00000	R\$29,9900	R\$599,8000
39	LUVA DE CORRER VINILFER 100mm COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	PEÇA	INBRA	20,00000	R\$19,9800	R\$399,6000
37	LUVA DE CORRER PARA TUBO PVC/PBA DE-85mm COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (longa - 19 cm de comprimento) - CLASSE 15	PEÇA	amanco	20,00000	R\$14,0500	R\$281,0000
35	LUVA DE CORRER P/ TUBO PVC/PBA DE 40MM COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA - CLASSE 15	PEÇA	HIFERSANE	50,00000	R\$3,9400	R\$197,0000
34	JOELHO SOLD 90 25MM	PEÇA	PLASTILIT	200,00000	R\$0,1900	R\$38,0000
33	JOELHO 90° R/R 1/2 X 1/2 (PVC AZUL) COM INSERTO METÁLICO (ABNT - NBR - 5648)	PEÇA	PLASTILIT	100,00000	R\$3,9900	R\$399,0000
32	JOELHO 90° POLIETILENO R/R 3/4 X 3/4	PEÇA	HIFERSANE	1,00000	R\$4,7500	R\$4,7500
31	JOELHO 90° POLIETILENO R/R 3/4 X 1/2.	PEÇA	HIFERSANE	800,00000	R\$0,7800	R\$624,0000
30	JOELHO 90° L/R 25 X 3/4 (PVC AZUL) COM INSERTO METÁLICO (ABNT- NBR-5648)	PEÇA	PLASTILIT	150,00000	R\$1,7500	R\$262,5000
29	JOELHO 90° L/R 25 X 1/2 (PVC AZUL) COM INSERTO METÁLICO (ABNT -NBR-5648)	PEÇA	PLASTILIT	200,00000	R\$1,6400	R\$328,0000
28	JOELHO 90° L/R 20 X 1/2 E COM INSERTO METÁLICO (ABNT-NBR-5648)	PEÇA	PLASTILIT	500,00000	R\$1,4000	R\$700,0000
27	JOELHO 45° SOLDÁVEL 25mm	PEÇA	PLASTILIT	50,00000	R\$0,4000	R\$20,0000
24	COLAR DE TOMADA DE POLIETILENO C/ TRAVAS C/ SAÍDA ROSCÁVEL C/ INSERTO METÁLICO (60 X 3/4) Conforme NBR 11821	PEÇA	HIFERSANE	1.600,00000	R\$4,7900	R\$7.664,0000
23	COLAR DE TOMADA DE POLIETILENO C/ TRAVAS E C/ SAÍDA ROSCÁVEL C/ ANEL (40 X 3/4) Conforme NBR 11821	PEÇA	IPAL	200,00000	R\$6,9300	R\$1.386,0000
22	CAP SOLD 85MM	PEÇA	TIGRE	10,00000	R\$7,8000	R\$78,0000
21	CAP SOLDAVEL 60MM	PEÇA	PLASTILIT	50,00000	R\$2,5400	R\$127,0000
20	CAP. SOLDAVEL 40 MM	PEÇA	PLASTILIT	20,00000	R\$0,8500	R\$17,0000
18	BUCHA DE REDUCAO SOLDAVEL LONGA 60 X 40	PEÇA	PLASTILIT	20,00000	R\$2,5800	R\$51,6000
17	BUCHA DE REDUCAO SOLD. CURTA 50 X 40	PEÇA	PLASTILIT	20,00000	R\$1,4200	R\$28,4000

16	BUCHA DE REDUCAO SOLDAVEL CURTA 40 X 32	PEÇA	PLASTILIT	20,00000	R\$0,3700	R\$7,4000
15	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 25X20MM	PEÇA	PLASTILIT	20,00000	R\$0,1300	R\$2,6000
14	BUCHA DE REDUCAO ROSCAVEL 3/4 X 1/2	PEÇA	PLASTILIT	100,00000	R\$0,2100	R\$21,0000
12	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 85 X 3	PEÇA	TIGRE	10,00000	R\$5,7500	R\$57,5000
11	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO C/ BOLSA E ROSCA 60 X 2	PEÇA	PLASTILIT	20,00000	R\$2,2000	R\$44,0000
9	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO C/ BOLSA E ROSCA 32 X 1	PEÇA	PLASTILIT	10,00000	R\$0,4400	R\$4,4000
7	ADAPTADOR SOLD. CURTO C/ BOLSA E ROSCA 20X1/2	PEÇA	PLASTILIT	100,00000	R\$0,4000	R\$40,0000
6	ADAPTADOR PVC PBA BOLSA/ROSCA LONGO 110 X 4	PEÇA	INBRA	15,00000	R\$21,6800	R\$325,2000
5	ADAPTADOR PVC PBA BOLSA/ROSCA LONGO 85 X 3	PEÇA	INBRA	20,00000	R\$10,9900	R\$219,8000
3	ADAPTADOR COM REGISTRO BORBOLETA 20 X 3/4 (PVC AZUL) p/ LIGAÇÃO DE RAMAL PREDIAL.	PEÇA	HIFERSANE	200,00000	R\$3,5800	R\$716,0000
1	ADAPTADOR 20 X 1/2 PEAD	PEÇA	IPAL	3.000,00000	R\$0,6900	R\$2.070,0000
94	TUBO PVC/PBA DE-50 BARRA DE 6m - CLASSE 15 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	BARRA	TIGRE	10,00000	R\$74,4500	R\$744,5000
13	ADESIVO PLASTICO PARA TUBOS E CONEXÕES DE PVC - FRASCO 175 G COM PINCEL APLICADOR	FRASCO	PULVITEC	50,00000	R\$6,6900	R\$334,5000
Total do Fornecedor:						R\$37.812,3600
Total Geral dos Itens:						R\$37.812,3600

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 005/2015
Validade: A partir de 15/04/2015 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 14 de Abril de 2015.
MARCIO SCHEIDEMANTEL
Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2015

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 05/2015 TIPO ELETRÔNICO PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2015

AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAMAE CONFORME QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL

Fornecedor: 291595 - C.E. MACEDO E CIA LTDA
CPF: 07.965.552/0001-83

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
70	REGISTRO DE ESFERA MONOBLOCO LATÃO COM ALAVANCA E COM ROSCA (PASSAGEM PLENA) 3"	UNIDADE	MIPEL	5,00000	R\$300,0000	R\$1.500,0000
96	TUBO PVC/PBA DE-75 BARRA DE 6m - CLASSE 15 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	PEÇA	TIGRE	10,00000	R\$80,0000	R\$800,0000
90	REGISTRO GAVETA Ø200mm / FLANGE / FoFo	PEÇA	IVAL	1,00000	R\$1.249,9000	R\$1.249,9000
89	REGISTRO GAVETA Ø250mm / FLANGE / FoFo	PEÇA	IVAL	3,00000	R\$1.790,0000	R\$5.370,0000
87	REGISTRO GAVETA Ø 300mm / FLANGE / FoFo	PEÇA	IVAL	1,00000	R\$2.500,0000	R\$2.500,0000
86	ANEL DE VEDAÇÃO PARA FLANGE Ø125mm	PEÇA	JCM	10,00000	R\$3,0000	R\$30,0000
85	ANEL DE VEDAÇÃO PARA FLANGE Ø150mm	PEÇA	WN	10,00000	R\$2,0000	R\$20,0000
84	ANEL DE VEDAÇÃO PARA FLANGE Ø250mm	PEÇA	WN	100,00000	R\$4,0000	R\$400,0000

83	ANEL DE VEDAÇÃO PARA FLANGE Ø 300mm	PEÇA	WN	10,00000	R\$4,5000	R\$45,0000
82	CURVA 45° (RAIOS CURTO) Ø 250mm / FLANGE / FoFo	PEÇA	ACB	4,00000	R\$830,0000	R\$3.320,0000
81	REGISTRO FoFo COM CABEÇOTE, COM CUNHA EMBORRACHADA, COM GACHETA, 110 mm	PEÇA	IVAL	10,00000	R\$425,0000	R\$4.250,0000
77	COLAR DE TOMADA FoFo 150 X ¾"	PEÇA	FANUEL	10,00000	R\$20,0000	R\$200,0000
76	COLAR DE TOMADA FoFo 125 X ¾"	PEÇA	FANUEL	20,00000	R\$17,0000	R\$340,0000
75	COLAR DE TOMADA FOFO 110 X 3/4	PEÇA	FANUEL	20,00000	R\$14,4000	R\$288,0000
74	VENTOSA PARA TUBULAÇÃO DE ÁGUA SOLDÁVEL ¾" (25mm)	PEÇA	TIGRE	10,00000	R\$16,0000	R\$160,0000
73	VÁLVULA REDUTORA DE PRESSÃO ½" F/F	PEÇA	IVM	10,00000	R\$150,0000	R\$1.500,0000
69	REGISTRO DE ESFERA MONOBLOCO LATÃO COM ALAVANCA E COM ROSCA (PASSAGEM PLENA) 1¼"	PEÇA	MIPEL	5,00000	R\$50,0000	R\$250,0000
52	REGISTRO DE ESFERA SOLDÁVEL "VS" 60mm (COM UNIÃO ROSCÁVEL)	PEÇA	krona	10,00000	R\$36,0000	R\$360,0000
Total do Fornecedor:						R\$22.582,9000
Total Geral dos Itens:						R\$22.582,9000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 006/2015

Validade: A partir de 15/04/2015 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 14 de Abril de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2015

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 05/2015 TIPO ELETRÔNICO PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2015

AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAMAE CONFORME QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL

Fornecedor: 228184 - HIDRO VALVULAS

CPF: 04.338.351/0001-68

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
102	TUBO VINILFER 250MM BARRA 6M	BARRA	TIGRE	2,00000	R\$679,0000	R\$1.358,0000
101	TUBO VINILFER 200 BARRA DE 6m	BARRA	TIGRE	5,00000	R\$325,0000	R\$1.625,0000
99	TUBO PVC/PBA DE-140 BARRA DE 6m - CLASSE 12 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	BARRA	PROVINIL	10,00000	R\$280,0000	R\$2.800,0000
98	TUBO PVC/PBA DE-110 BARRA DE 6m - CLASSE 15 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	BARRA	TIGRE	200,00000	R\$104,0000	R\$20.800,0000
Total do Fornecedor:						R\$26.583,0000
Total Geral dos Itens:						R\$26.583,0000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 007/2015

Validade: A partir de 15/04/2015 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 14 de Abril de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2015

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 05/2015 TIPO ELETRÔNICO PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2015

AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAMAE CONFORME QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL

Fornecedor: 291714 - FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
88	CURVA 90° (RAI0 CURTO) Ø250mm / COM PÉ / FLANGE / FoFo	PEÇA	INAPI	2,00000	R\$1.660,0000	R\$3.320,0000
2	ADAPTADOR P/ TUBO PEAD 20X3/4 COFME NORMA ABNT-BBR9052	PEÇA	amanco	800,00000	R\$ 0,7600	R\$608,0000
Total do Fornecedor:						R\$3.928,0000
Total Geral dos Itens:						R\$3.928,0000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 008/2015

Validade: A partir de 15/04/2015 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 14 de Abril de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2015

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 05/2015 TIPO ELETRÔNICO PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2015

AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAMAE CONFORME QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL

Fornecedor: 302430 - TIGRE S.A. - TUBOS E CONEXOES

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
100	TUBO VINILFER 100 MM BARRA 6 M	UNIDADE	Própria/NBR 7665	10,00000	R\$100,0000	R\$1.000,0000
97	TUBO PVC/PBA DE-85 BARRA DE 6m - CLASSE 15 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	BARRA	Própria/NBR 5647	100,00000	R\$70,0000	R\$7.000,0000
95	TUBO PVC/PBA DE-60 BARRA DE 6m - CLASSE 15 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	BARRA	Própria/NBR 5647	200,00000	R\$35,0000	R\$7.000,0000
93	TUBO PVC 32 BARRA DE 6m - CLASSE 15	BARRA	Própria/NBR 5648	20,00000	R\$15,0000	R\$300,0000
59	TUBO PEAD 20MM COM ESPESSURA 2,3MM ROLO 100 MTRS	ROLO	Própria/NBR 8417	100,00000	R\$128,0000	R\$12.800,0000
Total do Fornecedor:						R\$28.100,0000
Total Geral dos Itens:						R\$28.100,0000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 008/2015

Validade: A partir de 15/04/2015 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 14 de Abril de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2015

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 05/2015 TIPO ELETRÔNICO PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2015

AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAMAE CONFORME QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL

Fornecedor: 420417 - BUGATTI BRASIL VALVULAS LTDA

CPF: 00.469.688/0001-53

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
79	REGISTRO FOFO CABEÇOTE COM CUNHA EMBORRACHADA COM GACHETA 60MM	UNIDADE	BGT	10,00000	R\$250,0000	R\$2.500,0000
Total do Fornecedor:						R\$2.500,0000
Total Geral dos Itens:						R\$2.500,0000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 010/2015

Validade: A partir de 15/04/2015 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 14 de Abril de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2015

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 05/2015 TIPO ELETRÔNICO PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2015

AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAMAE CONFORME QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL

Fornecedor: 448133 - MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS COMERCIAL HIDRÁULICA ME

CPF: 11.230.004/0001-82

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
49	REGISTRO DE ESFERA COM BORBOLETA ¾" PVC (NBR - 11306)	PEÇA	HIFERSANE	400,00000	R\$2,6600	R\$1.064,0000
38	LUVA DE CORRER PARA TUBO PVC/PBA DE -110mm COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA - CLASSE 15	PEÇA	HIFERSANE	40,00000	R\$19,4500	R\$778,0000
36	LUVA DE CORRER P/ TUBO PVC/PBA DE 60MM COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (LONGA - 15,7 CM DE COMPRIMENTO) CLASSE 15	PEÇA	HIFERSANE	300,00000	R\$8,5500	R\$2.565,0000
10	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 40 X 1.1/4	PEÇA	NICOLL	20,00000	R\$0,9600	R\$19,2000
4	ADAPTADOR PVC PBA BOLSA/ROSCA 60 X 2	PEÇA	HIFERSANE	80,00000	R\$4,6900	R\$375,2000
Total do Fornecedor:						R\$4.801,4000
Total Geral dos Itens:						R\$4.801,4000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 011/2015

Validade: A partir de 15/04/2015 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 14 de Abril de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 06/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE POMERODE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 06/2014

Processo Administrativo n.º 17/2014.

Modalidade Pregão Tipo Eletrônico 15/2014

Contratante: SAMAE POMERODE.

Contratada: GRAFTIM SERVIÇOS GRAFICOS LTDA-ME, com sede na RUA GERMANO BRANDES SENIOR - 770 SALA 01, BAIRRO CENTRO - TIMBÓ/SC, inscrita no CNPJ sob n.º 08.656.943/0001-89

Objeto: O objeto do presente contrato: Contratação de empresa(s) especializada(s) para atender ao disposto junto ao Convênio sob número 777851/2012, que possui como objeto "Tal projeto visa capacitar os grupos organizados e a comunidade escolar com informações essenciais para a adoção de uma conduta sustentável, visando a manutenção do meio ambiente protegido e a criação de uma cidade que respeita a sustentabilidade", para ser(em) contratado(s) e entregue(s) na(s) condição(ões) e quantidade(s) estabelecida(s) junto ao ANEXO 01 (Termo Referência).

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA

De acordo com o item 6.1 da Cláusula Sexta, as partes resolvem prorrogar por mais 30 (dias), o prazo de validade do Contrato ora aditado, a partir de 22 de abril de 2015.

Pomerode (SC), 17 de Abril de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE POMERODE

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 07/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE POMERODE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 07/2014

Processo Administrativo n.º 17/2014.

Modalidade Pregão Tipo Eletrônico 15/2014

Contratante: SAMAE POMERODE.

Contratada: RAFAEL DENILSON XAVIER E CIA LTDA ME, com sede na(o) RUA MADRE INÊS Nº 161 BAIRRO ALTO DE MAFRA - MAFRA -SC , sob o CNPJ n.º 08.727.640/0001-00

Objeto: O objeto do presente contrato: Contratação de empresa(s) especializada(s) para atender ao disposto junto ao Convênio sob número 777851/2012, que possui como objeto "Tal projeto visa capacitar os grupos organizados e a comunidade escolar com informações essenciais para a adoção de uma conduta sustentável, visando a manutenção do meio ambiente protegido e a criação de uma cidade que respeita a sustentabilidade", para ser(em) contratado(s) e entregue(s) na(s) condição(ões) e quantidade(s) estabelecida(s) junto ao ANEXO 01 (Termo Referência).

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA.

De acordo com o item 6.1 da Cláusula Sexta, as partes resolvem prorrogar por mais 30 (dias), o prazo de validade do Contrato ora aditado, a partir de 22 de abril de 2015.

Pomerode (SC), 17 de Abril de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE POMERODE

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 10/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE POMERODE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 010/2014

Processo Administrativo n.º 17/2014.

Modalidade Pregão Tipo Eletrônico 15/2014

Contratante: SAMAE POMERODE.

Contratada: LIVRARIA ACADÊMICALTDA ME, com sede na(o) RUA ANTÔNIO DA VEIGA Nº 303 BAIRRO - VICTOR KONDER - BLUMENAU - SC, sob o CNPJ n.º 83.440.529/0001-53

Objeto: O objeto do presente contrato: Contratação de empresa(s) especializada(s) para atender ao disposto junto ao Convênio sob número 777851/2012, que possui como objeto "Tal projeto visa capacitar os grupos organizados e a comunidade escolar com informações essenciais para a adoção de uma conduta sustentável, visando a manutenção do meio ambiente protegido e a criação de uma cidade que respeita a sustentabilidade", para ser(em) contratado(s) e entregue(s) na(s) condição(ões) e quantidade(s) estabelecida(s) junto ao ANEXO 01 (Termo Referência).

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA.

De acordo com o item 6.1 da Cláusula Sexta, as partes resolvem prorrogar por mais 30 (dias), o prazo de validade do Contrato ora aditado, a partir de 06 de Abril de 2015.

Pomerode (SC), 03 de Abril de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE POMERODE

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO 015/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 015/2015 FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2015 FMS

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS válido por 12 meses para possível aquisição de prótese dentárias, reembasamento de próteses e consertos de próteses dentárias em geral, para a distribuição da secretária municipal de saúde de Ponte Serrada.

Recebimento de Envelopes: até as 08:20MIN do dia 11/05/2015.

Abertura: às 08h30min horas do dia 11/05/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 27 de abril de 2015.

EDUARDO COPPINI

EXTRATO 16/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 016/2015 FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2015 FMS

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, válido por 12 meses, para possível aquisição de armações para óculos e lentes diversas, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada.

Recebimento de Envelopes: até as 08:20MIN do dia 12/05/2015.

Abertura: às 08h30min horas do dia 12/05/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 27 de abril de 2015.

EDUARDO COPPINI

Porto Belo

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 019/2015

RESOLUÇÃO Nº 019/2015

"PRORROGA PRAZO DE FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS AMADEU RAULINO, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, na conformidade com o que dispõe o artigo 25, inciso I, alínea "j" do Regimento Interno e artigo 115, §1º da Lei Orgânica Municipal, PROMULGA a presente RESOLUÇÃO resolve:

ART. 1º - Fica prorrogada por 30 (trinta) dias, o prazo de funcionamento da Comissão Especial instituída pela Resolução nº 013/2015, a fim de continuar aos trabalhos de apuração de possível prática de crime de responsabilidade do Prefeito Municipal.

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2015.

Jonas Amadeu Raulino

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 020/2015

RESOLUÇÃO Nº 020/2015

"PRORROGA PRAZO DE FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS AMADEU RAULINO, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, na conformidade com o que dispõe o artigo 25, inciso I, alínea "j" do Regimento Interno e artigo 115, §1º da Lei Orgânica Municipal, PROMULGA a presente RESOLUÇÃO resolve:

ART. 1º - Fica prorrogada por 30 (trinta) dias, o prazo de funcionamento da Comissão Especial de Inquérito instituída pela Resolução nº 015/2015, a fim de continuar aos trabalhos de investigação e apuração de possíveis irregularidades na contratação da empresa EMMEL, ANDREANI, SCHUSTER & MARCHIORI ADVOGADOS ASSOCIADOS

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2015.

Jonas Amadeu Raulino

Presidente

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 705/2015

DECRETO Nº 705, de 23 de abril de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e da Lei Municipal nº 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBL.		
ATIVIDADE	2065 – Manutenção Terminal Rodoviário		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	36	30.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBL.		
ATIVIDADE	2065 – Manutenção Terminal Rodoviário		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	35	30.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 23 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 014/2015 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 014/2015 - FAS

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 048/2014 - FAS

Partes: Município de Porto União e Vilmar Marcos Minski & Cia Ltda - ME.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 2.420,38 (dois mil quatrocentos e vinte reais e trinta e oito centavos) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 23 de abril de 2015.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 056/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 056/2015
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 060/2014
Partes: Município de Porto União e Luis Kaminski -ME.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 811,50 (oitocentos e onze reais e cinquenta centavos) ao aludido contrato superior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 22 de abril de 2015.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 005/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 046/2015- PREFEITURA
Extrato de Edital de Tomada de Preços 005/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por item, para contratação de 02 (dois) maestros para bandas marciais e 01 (um) professor de dança folclórica, com carga horária de 06 (seis) horas semanais. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 14 de maio de 2015 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 27 de abril de 2015.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 365/2015 - RH

PORTARIA Nº 365, de 14 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 14 de abril a 18 de dezembro de 2015, ou até a realização do concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Adilson Rogerio Bardella, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Urbanismo e Limpeza Pública,

vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 366/2015 - RH

PORTARIA Nº 366, de 17 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 17 de abril a 08 de maio de 2015, o Contrato de Trabalho nº 148/2014, de Cleide Rejane Finotello, que exerce as funções do cargo de Assistente Social, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Eduilde Bleichuvel que se encontra em férias.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 367/2015 - RH

PORTARIA Nº 367, de 17 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 11 de março de 2015, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Agenor de Oliveira Santos, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2015.

Porto União - SC, em 17 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 368/2015 - RH

PORTARIA Nº 368, de 17 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 02 de abril a 08 de junho de 2015, a carga horária da professora efetiva Yara Pinto Ferreira Kurutz, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria em substituição à servidora efetiva Giceli Aparecida Gonçalves que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de abril de 2015.

Porto União, SC em 17 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 369/2015 - RH

PORTARIA Nº 369, de 17 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 10 de abril a 08 de junho de 2015, o Contrato de Trabalho nº 085/2015, de Emmanuela de Cássia Freitas Schumann, que exerce as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em substituição à servidora efetiva Giceli Aparecida Gonçalves que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Trem da Alegria, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de abril de 2015.

Porto União - SC, em 17 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 370/2015 - RH

PORTARIA Nº 370, de 17 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor efetivo Remi Przyslak, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Supervisor Administrativo de Obras e Serviços Públicos, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

Porto União - SC, em 17 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 021/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 038/2015- Prefeitura

Pregão Presencial 021/2015

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório, com base no artigo 49 da Lei 8666/93, tendo em vista que a mesma deu-se deserta.

Porto União SC, 23 de abril de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

JULGAMENTO PROPOSTAS CC 02 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

DATA ABERTURA PROPOSTAS EDITAL CC Nº02/2015

Processo Licitatório n.º 05 /2015, Modalidade: Concorrência Pública tipo "menor preço Global"

Objeto: Construção Centro Educacional Infantil Boa Vista, com área de 1.023,62m2, a ser edificada à Rua Augusto Peters, Bairro Boa Vista, Pouso Redondo/SC.

Referente: ABERTURA E JULGAMENTO PROPOSTAS DE PREÇOS CC 02/2015.

Empresas participantes: Wilson Empreendimentos Imobiliários Ltda, Construlacer Com. e Construções Lacerdópolis Ltda; Muller Construtora Ltda, Construtora F&F Ltda Me, Metro Cúbico Engenharia Eireli Ltda Me, Salver Construtora e Incorporadora Ltda.

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, realizara a abertura e julgamento dos das Propostas, das empresas HABILITADAS, no processo licitatório acima destacado, sendo elas: Wilson Empreendimentos Imobiliários Ltda; Muller Construtora Ltda e Salver Construtora e Incorporadora Ltda. as 09:00 Horas do dia 12/05/2015.

Em caso de dúvidas entrar em contato através do e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou (47)3545-1133.

Pouso Redondo, 24 de Abril de 2015.

GUILHERME GOLLE FLORIANI

Presidente Comissão Municipal de Licitações

ERIVALDO EIGEN

Membro

EMERSON FRANCISCO DE SOUZA

Membro

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

CONTRATO NR. 76/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 76/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para o serviço de retirada e relocação de bomba BHF 1012, 04 estágios, CHP trifásica, 220/380 volts, no poço profundo, localizado em Linha São Luiz, interior do Município de Presidente Castello Branco, com profundidade de 138 metros, diâmetro de 150 milímetros.
VALOR R\$:	R\$ 13.685,00 (treze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais).
DATA:	22/04/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

ERRATA DE PREGÃO 24/2015 DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL nº 24/2015

Visando aquisição de materiais de construção, com entrega fracionada conforme especificações e quantidades determinadas no edital para o Município de Presidente Nereu. Onde se lê: que fará realizar no dia 04/06/2015 às 09:00 horas,

Lê-se: que fará realizar no dia 11/05/2015 às 09:00 horas, conforme publicação no DOM (Diário Oficial dos Municípios).

Presidente Nereu, 27 de abril de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4665, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4665, de 23 de abril de 2015.

"NOMEIA LUCIANO XAVIER"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear LUCIANO XAVIER, para a partir de 01/04/2015, exercer o cargo em comissão de Chefe Divisão da Patrulha Mecanizada, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

23 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RESUMO DO ADITIVO 031/2015

2º TERMO ADITIVO Nº 031/2015 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 216/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, REATERRO DOS PASSEIOS E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DA RUA LUIZ PASTEUR, BAIRRO BUDAG EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME.

Aos vinte e três (23) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME., estabelecida na Rua Eufrazia Tomio, 139, Santana, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-274, inscrita no CNPJ sob o nº 19.703.096/0001-82, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio Administrador, Sr. Dalton Borgonovo, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Concorrência nº 152/2014 e Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 216, datado de 19 de novembro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 25 de julho de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME

Sr. Dalton Borgonovo

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO CONTRATO 032/2015

RESUMO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 032/2015

Pregão presencial nº 014/2015

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Curt Schroeder S/A Indústria e Comércio

Objeto: 02 unidades Veículo leve tipo furgão, zero km com ano de fabricação da data de entrega, podendo ser modelo do ano seguinte, com as seguintes especificações mínimas: monobloco ou chassi, teto elevado e com carroceria metálica monobloco com teto elevado;

2.1.2. Motor a diesel com potência mínima de 138 cv, turboalimentado.

2.1.3. Direção hidráulica;

2.1.4. Vidros elétricos, travas elétricos e retrovisor

2.1.5. Ar condicionado com capacidade de refrigeração para a cabine e compartimento da vítima (com garantia da fabricante).

2.1.6. Freio a disco nas 4 (quatro) rodas, sistema antibloqueante (ABS).

2.1.7. Freio de estacionamento.

2.1.8. Tração traseira;

2.1.9. Quatro portas, sendo uma lateral deslizante com degraus de acesso, janela corrediça, largura de 1300 mm e altura de 1600 mm;

2.1.10. Porta traseira que permita ampla abertura.

2.1.11. Porta lateral corrediça com degraus de acesso, com o sistema de trilho corrediço reforçado em aço inoxidável; sistema de suporte da porta resistente de forma a suportar as rígidas manobras de abertura e fechamento da porta, impedindo a queda da

porta.

2.1.11.1. a porta lateral deverá ser posicionada na parte anterior do compartimento de carga, lado esquerdo (tendo como referência o observador de frente para o veículo), a fim de proporcionar uma parede lateral direita na parte traseira, de no mínimo 1,80m de comprimento para montagem de um baú que permita o transporte de uma eventual segunda vítima.

2.1.11.2. a porta traseira deverá possuir duas aberturas de janelas com vidros fixos (uma em cada folha da porta). Não serão aceitas janelas com aberturas de correr.

2.1.12. altura interna do compartimento de carga de 1800 mm, largura de 1600 mm e comprimento de 3100 mm;

2.1.13. Compartimento de carga com capacidade volumétrica mínima de 10m³

2.1.14. Rodado traseiro simples.

2.1.15. Capacidade mínima do tanque de combustível 70 litros.

2.1.16. Protetor de cárter.

2.1.17. Caixa de câmbio com 05(cinco) marchas a frente e uma a ré;

2.1.18. Equipamentos obrigatórios de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro.

2.1.19. A viatura deverá ser pintada na cor vermelha rubi (PADRÃO CBMSC: referência tinta Rener Renodur acrílica vermelho rubi código C00M16921319401).

2.1.20. Os veículos deverão ser entregues limpos e com o tanque de combustível cheio.

2.1.21. Deverá vir com sistema de câmera de ré com tela de no mínimo 4.3", com GPS;

2.1.22. Deverá possuir rádio AM/FM/CD/Cartão SD/BlueTooth/Entrada Auxiliar, original de Fábrica

2.1.23. Deverá estar incluso no preço do veículo o contrato de manutenção paga, sendo todos os itens de revisões pagas pelo prazo de 36 meses".

2.1.24. Garantia mínima de 01 (um) ano, a contar da entrega do veículo.

2.1.25. De acordo com a Lei Federal nº 8.058 de 02 de julho de 1990 o veículo proposto deve ser faturado isento de IPI.

2.1.26. De acordo com o convênio ICMS/06 de 07 de julho de 2006 ratificado pelo Ato Declaratório nº 8, de 28 de julho de 2006, o Corpo de Bombeiros de Militar realizará o requerimento de solicitação para isenção do ICMS, do bem ofertado, junto a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, devendo assim o proponente informar em sua proposta, além do preço total do produto, o valor do imposto ICM/SC incidente sobre o produto. O vencedor do certame, deverá ainda fornecer os documentos necessários para esse fim, bem como, deverá tomar as medidas necessárias para que o desconto seja praticados.

3. KIT DE TRANSFORMAÇÃO EM AMBULÂNCIA

3.1. GERAL

3.1.1. A empresa implementadora responsável pelas alterações deverá zelar pela:

3.1.1.1. Confiabilidade e adequação em estrada do veículo, não tendo efeito negativo sob as características originais de condução;

3.1.1.2. Danos subsequentes, resultantes da fixação ou instalação de componentes, como sistemas elétricos ou eletrônicos exclusivos;

3.1.1.3. Segurança funcional e liberdade de movimento de todas as peças móveis.

3.1.1.4. Todas as instalações e alterações deverão levar em consideração as informações contidas no "Manual do implementador" emitidas pela respectiva montadora.

3.2. CARROCERIA EXTERNA:

3.2.1 Deve ser instalado janela de correr na porta deslizante lateral, construída em perfis de alumínio extrudado, borracha de

vedação, vidros temperados com fundo jateado ou película na cor branca com 03 (três) filetes de 01 cm (um centímetro) que permita visibilidade de dentro para fora.

3.2.2. Manter as portas traseiras de modo original.

3.2.3. Lay Out Padrão Bombeiros de SC, em vinílico auto-adesivo refletivo 3M, de alta qualidade sendo que os detalhes deverão ser seguidos conforme padrão do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. O Lay Out Padrão Bombeiros de SC de plotagem será encaminhado à empresa ganhadora posteriormente.

3.3. CARROCERIA INTERNA:

3.3.1. Divisória da cabine do motorista com acesso livre de comunicação, sem folha de porta, construída em chapa de compensado Naval e revestida em courvim na cor do estofamento original pela parte do compartimento da cabine e em material semelhante ao restante do compartimento da carroceria (atendimento do paciente), na cor branca com reforços estruturais no batente da porta com recuo para trás o suficiente para instalação de suportes atrás dos bancos.

3.3.2. Deve ser substituído o banco duplo (original) do passageiro na cabine do motorista por um banco individual também regulável, mantendo o mesmo padrão, ergonomia e originalidade.

3.3.3 Os cantos onde houver a possibilidade de impacto com a maca e outros equipamentos, tais como, banco baú, armário lateral e compartimento do cilindro, deverão ser arredondados e protegidos com chapa de aço inox ou alumínio de 1,5 mm.

3.3.4. Revestimento interno do teto e laterais em material anti-mofo de fácil assepsia inteira e sem emendas na cor branca, com reforços de perfis de aço na linha automotiva, revestimento nas portas laterais do mesmo material e entre a latria e o revestimento deve ser instalado, em todo o compartimento de atendimento, material de isolamento termo-acústico em estiropor de alta densidade com espessura entre 35 mm e 45 mm e colado com adesivo de alta resistência térmica.

3.3.5. Revestimento do assoalho do veículo em chapas de compensado naval, e deverá ser constituído por uma única peça, sem costura, sem necessidade de ser encerado de linóleo sólido, vinil ou de epóxi vazado e que garanta condições de aderência mesmo quando molhado. O revestimento deverá ter uma espessura mínima de 3,5 mm e de aplicação permanente ao sub-assoalho. O material de revestimento do assoalho deverá cobrir todo o comprimento e largura da área de trabalho do compartimento. O material deverá possuir características de alto tráfego, atendendo a norma europeia EN-685 classe (34), "resistência a desinfetantes de superfície de uso hospitalar" revestido em tecido emborrachado vinílico automotivo antiderrapante em cor neutra que permita perfeita harmonia estética com os demais móveis, a escolha da cor fica condicionada em comum acordo entre a contratada e a contratante, representada pelo comandante da OBM. O material deve ser antiderrapante, inteiriço, sem emendas ou fresta para não haver infiltração de líquidos de modo a obter uma perfeita assepsia. A base dos armários, banco baú, banco giratório, fixadores, todos os equipamentos fixos que tenham contato com o piso, deverá ser aplicado vedante e acabamento com sikaflex total, além de uma barra de metal (alumínio) para maior proteção aos móveis.

3.3.6. Em todos os móveis deve ser utilizado compensado naval de 15mm de espessura com acabamento em fórmica texturizada. A empresa proponente deve fornecer garantia de 2 (dois) anos para os móveis em geral.

3.3.7. O interior do compartimento de atendimento deverá estar isento de cantos vivos. Tudo que constituir obstrução à cabeça e que possa ser perigoso a pessoas no compartimento de atendimento deverá ser almofadado. O acabamento de todo o compartimento de atendimento incluindo o interior do armário de armazenamento deverá ser construído com material liso tipo laminado, fibra ou plástico, impermeável e resistente à água, sabão e desinfetantes. Os painéis deverão ser instalados de maneira que não ocorra flexão, deflexão, empenamento ou vibração.

3.3.8. Deve ser instalado defletor para direcionar o ar condicionado para o compartimento anterior (compartimento da vítima) de forma que mantenha as características originais do ar condicionado do veículo sem a instalação de novo ar condicionado.

3.3.9. Lateral direita (atrás do Carona) deve ser instalado os seguintes móveis:

3.3.9.1. Banco Baú para acompanhantes, com cintos de segurança abdominais, onde sobre a tampa do baú deve ser instalado um assento inteiriço com espuma de espessura mínima de 30 mm, densidade 28, com 03 (três) encostos individuais, fixados na parede interna. Os encostos deverão ser de espuma injetada densidade 28, com espaldar lateral, semelhante ao encosto do banco automotivo e revestido em courvim automotivo, cintos de segurança abdominal, conforme as normas específicas para cinto de segurança o qual possibilitem a fixação adequada quando da condução de vítimas sobre o banco. Sob a tampa do baú (dentro do Banco Baú) deverão ser dimensionados locais para colocação de: 01 (uma) tala para tração de fêmur tamanho adulto e 01 (um) tamanho pediátrico, 01 (um) colete de imobilização dorso-lombar tamanho adulto e 01 (um) tamanho infantil e cobertores. As dobradiças da tampa do banco baú devem ser reforçadas e de preferência diferentes das dobradiças de armários ou de móveis. Na lateral interna do banco baú deverão ser fixados 03 (três) sistemas de travamento de cintos de segurança, para que, em uma eventualidade em que se necessite transportar outra maca em cima do banco baú, esta maca possa ser presa pelos cintos de segurança abdominais. O banco baú deverá ter uma largura máxima de 450mm.

3.3.9.2. Deverá ser instalado no banco baú, lixeiro embutido tipo U, com tampa e trava mecânica e na mesma tampa uma portinhola de acesso para jogar o lixo no compartimento, sem a necessidade de abrir a tampa principal,

3.3.9.3. Logo atrás da divisória do motorista deve ser previsto um nicho adequado para instalação de uma cadeira retrátil de rodas, presa com sistema de soltura rápida. Também deverá ser instalado um pega mão (tipo de ônibus) de aproximadamente 600 mm de comprimento no lado direito da porta lateral, em altura adequada para que uma vítima consiga se segurar e apoiar-se para adentrar a ambulância.

3.3.10. Lateral esquerda (atrás do Motorista) deve ser instalado os seguintes móveis:

3.3.10.1. Armário aéreo dividido em 03 (três) nichos, cada um com 02 (duas) portas de acrílico transparente, com trava mecânica, para acondicionamento de materiais leves (colares cervicais, encostos de cabeça, etc). O armário deverá ocupar comprimento total da lateral esquerdo veículo e ter uma altura aproximada de 300 mm.

3.3.10.3. Bancada inferior, instalada em toda a extensão da via-tura, desde a parede divisória do motorista até o armário para acondicionamento do cilindro de oxigênio. A bancada deverá ter uma altura de aproximadamente 850 mm e borda superior em formato de batente com 50mm para cima, para evitar que objetos rolem e caiam da bancada. Em seu lado direito (logo após a divisória do motorista) deverá ser previsto 02 (dois) compartimentos de fácil acesso com portas e sistemas de travamento sem chave, um em cima do outro, visando o acondicionamento de materiais diversos ou de equipamento de proteção individual para combate a incêndio. Em seguida, ao lado dos dois compartimentos, deverá ser previsto, na parte inferior, 01 (um) compartimento de fácil acesso e com abertura com os cantos arredondados e sem porta, para acondicionamento de garrafas de álcool e iodo, na parte superior deverão ser previstas 02 (duas) gavetas com sistema de travamento também sem chave. Ao longo da bancada inferior, em toda sua amplitude e na parte superior da bancada inferior, deverá conter dois nichos (equidistantes) com altura aproximada de 400 mm, cada um com 02 (duas) portas de acrílico transparente, com trava mecânica, para acondicionamento de materiais.

3.3.10.4. Sobre a bancada, deverá ser dimensionado local específico para o desfibrilador, sugador elétrico e mochila contendo cilindro de oxigênio de 1 m³.

3.3.10.5. Ligando o armário aéreo à bancada deverá ser fixado um mastro para suporte de bomba de infusão no canto esquerdo da bancada, na parte central da bancada na extremidade de fora.

3.3.10.6. Na bancada inferior deve ser embutida a bateria auxiliar de 150 Ah, tendo todos os equipamentos elétricos suplementares ligados nesta, o 01 (um) inversor de potência de 1000 w e um encaixe para acondicionamento de uma maca rígida reserva (tamanho adulto) com os cintos, sendo revestido em fórmica na cor dos demais móveis, com acesso pela parte traseira da viatura. Deverá ser prevista uma abertura (logo abaixo dos nichos com porta de correr), através de porta com sistema de travamento duplo sem chave, para facilitar o acesso à bateria e ao inversor de potência em caso de manutenção. Deverá ser previsto pequenas aberturas para exaustão dos gases da bateria.

3.3.10.7. Sobre a bancada, fixada na lateral da viatura deverá ser instalar a régua de oxigenação equipadas com fluxômetro, frasco aspirador e umidificador com mascara conforme NBR 14.561 e com régua tripla de oxigênio com 03 conexões do tipo rosca normalizada para oxigênio conforme NBR 254, para uso de fluxômetro, aspirador e umidificador, juntamente com o painel de comando da parte elétrica (chaves para iluminação, exaustão e tomadas). Entre a régua de oxigenação e a parede divisória do motorista, deverá ser instalada uma saboneteira com refil de 500 ml. Logo abaixo da régua de oxigenação deverá ser fixada 01 (uma) lanterna recarregável de LED com carregador e suporte de fixação.

3.3.10.8. Logo após a bancada inferior, deverá ser instalado armário com largura aproximada de 380 mm, para acondicionamento do 01 (um) cilindro de oxigênio de 3.5m³ e 01 (um) cilindro de ar comprimido de 3.5m³, com sistema de travamento e contenção do cilindro, com tampa de fecho e trava mecânica e abertura com bordas arredondadas para inspeção do cilindro. O armário será dividido em duas partes, sendo que em sua parte inferior ficará o cilindro de oxigênio e na sua parte superior será confeccionado nicho para armazenagem de materiais diversos através de abertura com bordas arredondadas.

3.3.10.9. Deverá ser fornecido Kit de oxigenação composto por um cilindro de aço ou alumínio com capacidade mínima de 3,5 m³, manômetro ligado ao cilindro de oxigênio e com saída ligada nas mangueiras de oxigênio transadas instaladas na régua com fluxômetro. Deverá ser também fornecido conjunto completo (cilindro, válvulas, registros, manômetros, etc) para instalação do cilindro de ar comprimido à saída do aspirador na régua de oxigenação.

3.3.10.10. Na traseira da viatura, ao lado do acesso à maca rígida reserva, deverá ser instalado extintor de pó químico seco - PQS, de 4kg e com sistema de soltura rápida. Toda a parte traseira (nos locais de entrada da maca, onde há o choque da maca com o piso do veículo) deverá ser revestida por chapa de aço inoxidável de 1,5mm de espessura, dobrada a frio com o formato exato da traseira da viatura de modo que acompanhe todas as curvas e que mantenha as aberturas das luzes.

3.3.11. Centro do veículo deve ser instalado os seguintes móveis:

3.3.11.1. Banco para o socorrista instalado na cabeceira da maca retrátil, com as seguintes características: Encostos de braço móvel, base reforçada e giratória em 360° com o giro por meio de base giratória do tipo disco com trava a cada 90°.

3.3.11.2. Assento e encosto em espuma injetada, densidade 60 Kg/m³, revestidos em courvim automotivo na tonalidade de cor predominante dos móveis. Cinto de segurança abdominal de 04 pontos, com terminal de fixação macho-fêmea na parte frontal e toda a estrutura do cinto deve ser fixada diretamente ao banco.

3.3.11.3. 01 (um) suporte para soro e sangue, construído em aço cromado, fixado no teto.

3.3.11.4. 01 (um) pega mão fixado no teto, em perfil de alumínio com suportes de fixação em polietileno e reforços estruturais em perfil de chapa dobrada.

3.3.11.5. Proteção contra impactos nas saídas das portas, com almofadas especiais, revestidas em courvin de alta resistência.

3.3.11.6. 06 Luminárias sendo 04 (quatro) luminárias de LED com

duas intensidades de luz, no compartimento, com tecla de acendimento no painel de comando de forma a ligar de duas em duas luminárias. 02 (duas) lâmpadas de LED com focos direcionáveis, sobre a maca, no teto do veículo também com tecla de acendimento no painel de comando de forma a ligar.

3.3.12. Maca retrátil deve seguir o seguinte padrão:

3.3.12.1. A alavanca para engate e desengate da Maca Retrátil, deve ser fixada em dois pontos de modo a deixar a maca mais para a direita, onde no piso devem ser instalados parafusos tipo passante com porca auto travante.

3.3.12.2. A maca deve ser fornecida e instalada na viatura pela montadora contratada seguindo as instruções de instalação determinada pelo fabricante da maca.

3.3.12.3. Perfil de montagem:

3.3.12.3.1. A maca retrátil deve apresentar as seguintes características:

a. A maca deve ser montada com perfis de alumínio tubular em seção redonda e dimensionada para suportar pacientes de até 200 kg, apresentando uma capacidade mínima de carga de 300 kg, Deve ter o quadro das pernas e o quadro do leito, construídos em tubos de alumínio, com seção redonda de 25,4 e 31,75 mm de diâmetro, sendo que os tubos da estrutura do leito, das pernas e dos eixos da maca devem possuir uma espessura mínima de 3,00 mm. Os perfis de alumínio devem seguir normas de fabricação da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) nº 6063, 6061 ou 6262, com temperas T5 ou T6 conforme a necessidade. As propriedades mecânicas dos perfis devem seguir a norma ABNT-NBR 7000. Os perfis devem ser encaixados com conexões de alumínio injetadas e estudadas de alta resistência em toda a estrutura da maca, para reduzir o risco de quebra, proporcionando maior segurança e durabilidade ao equipamento. A fixação das conexões aos perfis deverá ser feita com pinos elásticos, não devendo ser utilizada solda, já que a mesma pode comprometer a estrutura da maca causando trincas, rachaduras e consequentemente acidentes. Os pinos elásticos devem ser travados com rebites tipo U, para impedir que os mesmos se movimentem com as torções que a maca sofre em sua utilização.

b. Deve possuir um espaldar regulável para elevação da cabeça, tronco e membros superiores do paciente (Movimento Fowler) com no mínimo 6 (seis) posições que variem de 0 a 90 graus. A base do sistema de elevação deve ser rígida, em material ABS para possibilitar procedimentos de RCP sobre a maca, proporcionando também maior conforto ao paciente.

c. Deve possuir alças laterais basculantes com altura mínima de 150 mm, medida a partir do leito da maca e dispositivos automáticos de acionamento em nylon na cor vermelha, que possibilitem maior agilidade nos procedimentos de resgate.

d. Deve possuir uma alça de transporte traseira basculante, para permitir a colocação de uma prancha de imobilização sobre a maca sem que a alça dificulte este procedimento.

e. Todos os cantos, bordas e cavidades devem ser arredondadas a fim de se evitarem acidentes.

3.3.13.4. Dimensões:

3.3.13.4.1. O leito deve possuir comprimento mínimo de 1900 mm e largura mínima de 560 mm, incluindo as alças laterais basculantes, conforme determinado pela norma ABNT NBR 14.561. A base do leito deve ser rígida em material ABS para proporcionar maior conforto ao paciente. A altura da maca deve ser definida pela montadora da ambulância ou pelo usuário da maca de acordo com a altura da carroçaria do veículo onde será utilizada. A medida do comprimento total mínimo da maca, tomada dos rodízios dianteiros até os rodízios traseiros quando deitada, deverá ser de 1900 mm.

3.3.13.5. Rodízios:

3.3.13.5.1. A maca deve possuir um conjunto de 4 (quatro) rodízios giratórios de material leve, revestidos em borracha, com diâmetro de no mínimo 120 mm, para facilitar seu uso em terrenos irregulares. Os rodízios devem ser dotados de sistema de freios de fácil operação. Deve possuir um conjunto de dois rodízios aéreos

fixos de mesmo diâmetro, revestidos em borracha para apoio durante a colocação e retirada da maca do interior da ambulância. Os rodízios devem estar afastados adequadamente de modo a garantirem uma base estável e uma maior segurança contra tombamentos.

3.3.13.6. Colchonete:

3.3.13.6.1. O Colchonete deve ser confeccionado com espuma densidade 33 e revestido em material impermeável auto extingüível, anti-mofo, na cor preta, selado com costura eletrônica para não permitir a infiltração, a contaminação e que possa ser lavado facilmente. As dimensões do colchonete deverão ser iguais às medidas do leito, com espessura de 70 mm. O colchonete também deve ser bipartido para permitir a passagem dos cintos de segurança sob os ombros do paciente.

3.3.13.7. Cintos de Segurança:

3.3.13.7.1. A maca deve possuir 3 (três) cintos de segurança, sendo um na altura do peito, um na altura da bacia e um para as pernas, de forma a prevenir que o paciente tenha movimentos longitudinais, transversais, ascendentes e descendentes sobre a maca. O cinto localizado no peito do paciente deve contar com 2 (dois) cintos de ombro que deverão ser acoplados em conjunto com o cinto do peito formando um cinto de 4 (quatro) pontas, aumentando a segurança e minimizando o movimento para frente do paciente durante uma frenagem brusca ou em acidente com impacto frontal. As correias de imobilização devem ser fabricadas em nylon ou poliéster de fácil higienização com largura mínima de 48 mm, possuir fivelas metálicas com revestimento em PVC e sistema de engate rápido. Os cintos devem ser na cor vermelha para serem de fácil visualização e confeccionados com uma das extremidades de tal forma que permita ser prendido na maca em forma de laço possibilitando que o cinto seja removido para lavagem ou manutenção e instalado de forma rápida.

3.3.13.8. Capacidade de Carga:

3.3.13.8.1. A maca deve ter uma capacidade de carga mínima de 300 Kg, porém o fabricante deve apresentar laudo executado por profissional qualificado e habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia (CREA) comprovando que o equipamento suporta uma carga, no mínimo o dobro do peso estabelecido como capacidade de carga, distribuída de forma uniforme em toda sua estrutura.

3.3.13.9. Mecanismos de retração das pernas:

3.3.13.9.1. A maca deve possuir um mecanismo na parte inferior do leito, próximo à alça de transporte traseira, que possibilite a retração das pernas. O mecanismo de retração deve ser único, com sistema de segurança anti queda, e nas rodas sistemas de travamento tipo "stop turn". A maca deve ser acionada individualmente e permitir sua utilização por apenas uma pessoa.

3.3.13.10. Sistema de travamento da maca ao veículo:

3.3.13.10.1. Deve ser fornecido juntamente com a maca um sistema central de fixação estável, com sistema de engate rápido de fácil acesso e manipulação. Este sistema deve fixar a maca com rodas à carroçaria do veículo de resgate, sem a necessidade de caneleira guia ou plataforma no interior do veículo. Deve possuir um guia frontal para permitir o perfeito acoplamento da maca e batentes frontais com resistência para suportar o impacto da maca no momento de colocá-la no interior do veículo ou em caso de acidente. O material utilizado no sistema de travamento pode ser de alumínio ou aço, desde que atenda os limites mínimos de resistência e segurança. O dispositivo de fixação instalado para ancoragem da maca com rodas deve ser ensaiado para atender a norma internacional AMD STD 004, como descrito na norma ABNT NBR 14.561. O fabricante deve apresentar um laudo de ensaios de tração longitudinal, lateral e vertical para cima, feitos por profissional qualificado e habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia (CREA) comprovando a resistência do sistema de travamento. O sistema deve suportar uma carga de 1000 kgf nos três sentidos acima especificados. O sistema de travamento deve ser construído com dimensões compatíveis com a maca de forma a não raspar ou bater em nenhuma parte da maca durante sua colocação e retirada da ambulância.

3.3.13.11. Suporte de soro e sangue:

3.3.13.11.1. Deve acompanhar a maca, um suporte de soro e sangue telescópico de fácil manuseio, que possa ser acoplado junto à estrutura da maca durante sua utilização e que possua um compartimento específico para sua armazenagem quando fora de uso.

3.3.13.12. Compartimento para cilindro de oxigênio e suporte de soro:

3.3.13.12.1. A maca deve possuir, na parte dianteira abaixo do espaldar, um compartimento para a colocação de um cilindro de oxigênio de alumínio de 3,9 litros, com orifícios que permitam a visualização do manômetro e a regulação da válvula tipo Yoke, bem como alojar o suporte de soro e sangue de forma que possa ser facilmente manuseado.

3.3.13.11. Certificado de Garantia:

3.3.13.11.1 O equipamento deve possuir um certificado de garantia contra defeitos de fabricação com instruções de procedimento e termos de garantia de 24 meses contados a partir da emissão da nota fiscal de venda, ou garantia de fábrica de 12 meses e mais 12 meses de garantia estendida.

3.3.13.12. Identificação:

A maca deve possuir uma etiqueta de identificação do fabricante com CNPJ, telefone e número serial para rastreabilidade.

3.3.13.13. quantidade: 01 maca retrátil

3.4. SISTEMA ELÉTRICO, SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO:

3.4.1. na parte superior da viatura: Barra sinalizadora de emergência em formato de arco ou similar, de perfil baixo e aparência discreta, com módulo único e lente inteiriça, com comprimento entre 1.000 mm e 1.300 mm, largura entre 250 mm e 500 mm e altura entre 70mm e 110 mm.

3.4.2. Sistema luminoso composto por módulos constituído por 116 ou 164 Led's de alto brilho próprios para iluminação, com potência não inferior de 1 W cada Led, cúpula injetada em policarbonato na cor RUBI, resistente a impactos, descoloração e com tratamento UV, com garantia de 05 anos. Dotado de lente colimadora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, sendo diretiva nos módulos centrais e difusora nos módulos laterais. Alimentados nominalmente com 12 Vcc. Com no mínimo 14 módulos, distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, de forma a permitir total visualização, sem que haja pontos cegos de luminosidade, desde que o "design" do veículo permita.

3.4.3. Cada LED deverá obedecer a especificação a seguir descrita:

3.4.3.1. cor predominante: Vermelho, com comprimento de onda de 620 a 630 nm;

3.4.3.2. intensidade luminosa de cada Led de no mínimo 40 Lumens; e

3.4.3.3. categoria: AlInGaP.

3.4.4. O sinalizador visual deverá ser controlado por controle central único, dotado de micro processador ou micro controlador, que permita a geração de lampejos luminosos de altíssima frequência, com pulsos luminosos de até 25 ms. O circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos Leds através de PWM (Pulse Width Modulator), o PWM devendo garantir também a intensidade luminosa dos Leds, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo assim a eficiência luminosa e a vida útil dos Leds. O consumo máximo da barra nas diversas funções dos Leds, não deverá ultrapassar 5 A, na condição de alimentação nominal.

3.4.5 O módulo de controle deverá possuir capacidade de geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo parado, em deslocamento e em situação de emergência e até mais 05 outros padrões de "flashes" distintos ou outras funções de iluminação a serem definidos/utilizados no futuro, sem custos adicionais, os quais deverão ser acionados separados ou simultaneamente no caso de se utilizar LED e dispositivos de iluminação não intermitentes (luzes de beco e/ou frontais).

3.4.6. O sistema de controle dos sinalizadores visual e acústico deverá ser único, permitindo o funcionamento independente de ambos os sistemas. Deverá ser instalado em local específico quando este for solicitado (console) ou no local originalmente destinado à instalação de rádio possibilitando sua operação por ambos os ocupantes da cabina.

3.4.7. O equipamento deverá possuir sistema de gerenciamento de carga automático, gerenciando a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado desligando o sinalizador se necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor.

3.4.8. O sistema deverá possuir proteção contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios.

3.4.9. dispositivo sonoro de emergência: composta de sirene eletrônica e duas unidades sonofletoras com capacidade individual de 100 (cem) watts e, no mínimo, quatro tipos de sons independentes. As unidades sonofletoras devem ser instaladas o mais à frente possível no veículo, voltadas para a dianteira, e a uma altura adequada do piso. Adicionalmente, deverá ser fornecida uma sirene eletropneumática bitonal, com tons FÁ-DÓ, dotada de compressor e cornetas;

3.4.9.1. o sistema de controle dos sinalizadores visual e acústico deverá ser único, permitindo o funcionamento independente de ambos os sistemas. Deverá ser instalado em local específico quando este for solicitado (console) ou no local originalmente destinado à instalação de rádio possibilitando sua operação por ambos os ocupantes da cabina.

3.4.9.2. o equipamento deverá possuir sistema de gerenciamento de carga automático, gerenciando a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado, desligando o sinalizador se necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor.

3.4.9.3. o sistema deverá possuir proteção contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios.

3.4.9.4. o equipamento não poderá gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios), dentro da faixa de frequência utilizada pela Polícia e/ou Corpo de Bombeiros.

3.4.10. Sinalizador Linear traseiro, posicionado em cima do teto traseiro, com lentes em policarbonato injetado, formato retangular, na cor laranja ou vermelho com dispositivos de iluminação sequenciais.

3.4.11. Farol de embarque direcional, 02 (dois) instalados na traseira superior do veículo e 01 (um) instalado na lateral direita logo acima da porta lateral.

3.4.12. Conjunto de 08 Strobos tipos led's na cor branca, em formato triangular ou retangular, com alta luminosidade, com acabamento protegido a infiltrações, selado e resistente às intempéries, sendo 04 (quatro) localizados na grade frontal ao lado dos faróis dianteiros e 04 (quatro) na traseira localizados ao lado das portas traseiras em meia altura e na parte superior da porta no limite superior, com flashes quádruplos na frequência de 90 flashes por minuto.

3.4.13. Lanternas Sequenciais com lâmpadas de led's, com conjunto de 6 led's em formato linear ou triangular, com alta luminosidade, com acabamento liso preto ou cromado, protegido a infiltrações, selado e resistente às intempéries, na cor vermelha e branca, posicionadas 03 (três) em cada lateral do veículo.

3.4.14. Bateria Auxiliar de 150 Ah tipo selada, de alto ciclo, instalada em ambiente (sob a bancada inferior lado esquerdo) ventilado de fácil acesso para a manutenção e com capacidade suficiente para manter todos os acessórios elétricos funcionando ao mesmo tempo.

3.4.15. Interligação de a bateria auxiliar com o alternador do veículo com sistema de bloqueio da carga da bateria original do

veículo. Todo o sistema elétrico do implemento será ligado na bateria suplementar.

3.4.16. Instalação no compartimento do paciente de um sistema de exaustor forçado exaustores instalados no teto com perfeita vedação forçando a entrada e saída de ar para eliminação de odores no compartimento do paciente composto de 02 (dois) ventiladores, sendo 01 (um), sobre o socorrista entrada de ar e 01 (um) traseiros com a função de exaustão de ar para retirada de odores). O acionamento deve ser por duas chaves de acionamento no painel elétrico principal, sendo que cada chave liga um único exaustor.

3.4.17. Instalação de Painel de Controle Central com sistemas elétricos separados, identificados e corretamente dimensionados através de MAXI fusíveis, Tomadas 220 volts, externa e Tomadas 12 volts. Instaladas na bancada, com identificação das funções.

3.4.18. Cabos elétricos superdimensionados, antichama, com conduítes de fácil acesso para a manutenção, com terminais clipados nas pontas dos fios, de acordo com as normas da ABNT.

3.5. OUTROS EQUIPAMENTOS:

3.5.1. Cadeira de Rodas de Resgate articulada:

3.5.1.1. Fornecimento de cadeira de rodas de resgate, padrão Sit-med, com as seguintes especificações:

3.5.1.2. Deve ser desenvolvida para uso em áreas limitadas como: elevadores, escadarias, corredores estreitos e locais de difícil acesso.

3.5.1.3. A cadeira de rodas deve ser montada com perfis de alumínio tubular em seção redonda e dimensionada para suportar pacientes com capacidade mínima de carga de 160 kg. Cinto de segurança com sistema de engate automotivo de 04 (quatro) pontas.

3.5.1.4. Sistema off road com rodas de 7.5 polegadas de diâmetro, para facilitar o transporte em terrenos irregulares.

3.5.1.5. Deve possuir 04 (quatro) manetas de borracha para facilitar o transporte, 02 (duas) manetas com sistema extensor para transporte em escadarias, com sistema ágil de abertura e fechamento.

3.5.1.6. Deve apresentar sistema completo para ancoragem em veículos de resgate, além de sistema de dobra para armazenamento em espaços limitados. O equipamento deve ser extremamente versátil e prático, para efetuar a abertura e o fechamento, bem com acondicionamento, podendo assim ser aplicado nas mais diversas situações de resgate e remoção.

3.5.1.7. Apoio lateral para braços em PU de alta qualidade.

3.5.1.8. Bolsa para objetos, cintos e compartimento de acessórios que possibilitam uma rápida ação, e maior agilidade no atendimento.

3.5.1.9. quantidade: 01 cadeira de rodas de resgate articulada.

3.5.2. Degrau auxiliar nas portas do caroneiro, lateral direita e traseira do furgão.

3.5.3. Para-choque de Impulsão para o veículo ambulância, confeccionado em tubos de aço na cor preta.

3.5.4. Rádio comunicador

3.5.4.1. A viatura deverá possuir um rádio transceptores móveis VHF/FM, com display alfanumérico de no mínimo 8 caracteres, sintetizado com programação de frequência em memória do tipo EEPROM, ou similar, sendo a programação feita através de microcomputador PC-XT/AT, ou em Kit próprio de programação, o rádio deve ser instalado no painel da viatura com as seguintes especificações:

3.5.4.1.1. ser homologado pela ANATEL.

3.5.4.1.2. faixa de operação mínima entre 148 Mhz a 174 Mhz;

3.5.4.1.3. potência de saída de radiofrequência mínima de 40 watts;

3.5.4.1.4. potência de saída de áudio mínima 1,5 watts;

3.5.4.1.5. códigos silenciadores, programáveis, para evitar transmissões indesejadas;

3.5.4.1.6. funções programáveis: scan, bloqueio de canal ocupado,

temporizador de transmissão;
3.5.4.1.7. sistema de sinalização com capacidade de codificar e decodificar as seguintes funções:
3.5.4.1.8. identificação de rádio (ID);
3.5.4.1.9. chamada seletiva de voz; e
3.5.4.1.10. teste remoto de rádio;
3.5.4.1.11. capacidade de memória mínima de 32 canais programáveis por micro computador PC, ou Kit próprio de programação;
3.5.4.1.12. espaçamento mínimo entre canais de 20 KHz;
3.5.4.1.13. microfone compacto com suporte;
3.5.4.1.14. alto-falante embutido no corpo do rádio;
3.5.4.1.15. cada transceptor deverá acompanhar:
3.5.4.1.16. antena tipo Wip, ¼ onda, com 5 metros de cabo coaxial e conectores compatíveis com o rádio;
3.5.4.1.17. kit de suporte e fiação para instalação em automóveis; e
3.5.4.1.18. manual de operação, programação e manual técnico do rádio escritos em português;
3.5.4.1.19. kit de programação compatível com o rádio (software, interface, cabos e conexões), por lote de rádio adquirido;
3.5.4.1.20. ter garantia de 24 meses.

4 - VISITAS TÉCNICAS

4.1 Deverá ser previsto pela empresa 02 (duas) visitas técnicas, sendo a primeira no início da execução do serviço, a segunda na fase complementar (do acabamento). Esta visita técnica será composta por 03 (três) Bombeiros Militares da 3ª CBM, sendo que todas as despesas (deslocamento aéreo, hospedagem e alimentação), deverão correr por conta da contratada.

4.2 A hospedagem será de no mínimo um pernoite em hotel de conceituado nome e que ofereça conforto, comodidade e segurança aos bombeiros (se houver necessidade de mais de um pernoite a empresa também deverá arcar com esse custo para a conclusão dos trabalhos, de acordo com estas especificações técnicas).

4.3 Deverá ser prevista pelo menos 03 (três) refeições para cada Bombeiro. No caso de deslocamento aéreo, a empresa será responsável pela transferência dos Bombeiros do aeroporto até o hotel e do hotel até o aeroporto quando do término da visita, bem como será responsável pelo deslocamento dos Bombeiros do hotel até a empresa e vice versa quando no final de etapa da visita.

4.4 Caso não tenha linha aérea para a cidade sede da empresa transformadora (onde a viatura estará sendo equipada), o deslocamento poderá ser com viatura BM, sendo que o custo de combustível da ida e da volta correrá por conta da contratada. Obs: no caso de deslocamento com viatura do Corpo de Bombeiros Militar a empresa deverá realizar o depósito antecipado do valor corresponde ao combustível a ser utilizado para o deslocamento

5 - ASSISTÊNCIAS TÉCNICAS:

A contratada deverá possibilitar assistência técnica, durante o período de garantia e que deverá estar explicitada na proposta, em concessionária autorizada, cuja distância entre a referida concessionária e a cidade em que o veículo esteja lotado/vinculado, conforme anexo VI, não seja superior a 150 (cento e cinquenta) quilômetros. Será admitida a participação de empresa cuja distância entre a concessionária e 01 (uma) das cidades dispostas no referido anexo seja superior a 150 (cento e cinquenta) quilômetros, desde que tenha a capacidade técnica-operacional de atendimento através de unidade volante em até 24 (vinte e quatro) horas após acionada pela contratada.

Garantia de atendimento em todas as oficinas autorizadas pela marca no Estado de Santa Catarina, em caráter de urgência.

Valor: R\$ 344.000,00 (trezentos e trinta e quatro mil reais).

Prazo de Execução: 120 (cento vinte) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento. Local para entrega: Corpo de Bombeiros de Rio do Sul, Al. Bela Aliança, bairro Jardim América, correndo o frete, a carga e a descarga por conta e risco da Contratada;

Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias após os seguintes

procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprios/Funrebom

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 07 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

TERMO DE CONVOCAÇÃO - DJANAN HENN FONTANIVE

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DJANAN HENN FONTANIVE estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, BAIRRO BOA VISTA, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014-EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 27 de Abril de 2015.

Ciente: _____ em ____/____/____

Responsável pela Convocação

Departamento de Recursos Humanos

Recrutamento e Seleção

TERMO DE CONVOCAÇÃO - ELISABETH APARECIDA FRONZA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ELISABETH APARECIDA FRONZA estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO TABOÃO, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 27 de Abril de 2015.

Ciente: _____ em ____/____/____

Responsável pela Convocação

Departamento de Recursos Humanos

Recrutamento e Seleção

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1391**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.391, DE 27 DE ABRIL DE 2015

Aprova Contas do Exercício de 2012 da Prefeitura Municipal de Rio do Sul (Processo nº PCP - 13/00356020)

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, nos termos do parágrafo único do artigo 205 da Resolução nº 597, de 13 de dezembro de 2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores - promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Exercício de 2012 da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, referente ao Processo nº PCP - 13/00356020)

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de abril de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA Presidente da Câmara	ZELI DA SILVA Vice-Presidente da Câmara
DIONÍSIO MAÇANEIRO 1º Secretário	MÁRIO MIGUEL 2º Secretário

Salto Veloso**PREFEITURA****PORTARIA Nº. 210/2015**

PORTARIA Nº. 210/2015

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 022 de 09/03/2012.

Resolve:

Artigo 1º. Conceder a Função Gratificada, para o servidor RUDINEI MULLER, para exercer as funções de Diretor Executivo do SIMA - Fundo do Sistema Municipal de Assistência dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, amparado pelo artigo 47 da Lei Complementar nº 022 de 09/03/2012.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 087/2015.

Salto Veloso-SC, 23 de abril de 2015.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº. 211/2015

PORTARIA Nº. 211/2015

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal e.e. de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. ANA CÉLIA DE OLIVEIRA, matrícula funcional nº 1010, do cargo de PSICOLÓGICA 40hrs semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 23 de Abril de 2015.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº. 212/2015

PORTARIA Nº. 212/2015

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. RENATA MAGNANI FOGLIATTO, matrícula funcional nº 1007, do cargo de FISIOTERAPEUTA 30hrs semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 24 de Abril de 2015.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal e.e.

Santa Cecília**PREFEITURA****EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 019/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preços, no dia 12 de Maio de 2015 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de arbitragem, nas diversas modalidades esportivas a serem realizadas pelo Município, através da Fundação Municipal de Esportes. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. OBS: A cópia do Edital deverá ser retirada pessoalmente, pelo interessado junto à prefeitura municipal.

Santa Cecília, 27 de Abril de 2015.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO SAMAE Nº 04 À 07/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2015

Processo de Licitação nº 002/2015-Pregão Presencial.

CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE-SRS

CONTRATADA: SANDRINI & BOTEGA LTDA - ME

OBJETO: EXECUÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA COMERCIAL DO SAMAE DE SANTA ROSA DO SUL.

Base Legal: Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/2006.

VALOR ESTIMATIVO: R\$ 48.000,00(Quarenta e oito mil reais).

VIGÊNCIA: 02/03/2015 até 31/12/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2015

Processo de Licitação nº 003/2015-Pregão Presencial.

CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE-SRS

CONTRATADA: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CONSTRUSHOP LTDA ME

OBJETO: Fornecimento de materiais para manutenção da Rede do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAMAE.

VALOR ESTIMATIVO: R\$ 77.744,50 (Setenta e sete mil setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: 25/03/2015 até 31/12/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2015

Processo de Licitação nº 003/2015-Pregão Presencial.

CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE-SRS CONTRATADA: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO COELHO LTDA ME

OBJETO: Fornecimento de materiais para manutenção da Rede do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAMAE.

VALOR ESTIMATIVO: R\$ 18.782,25 (Dezoito mil, setecentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 25/03/2015 até 31/12/2015

EXTRATO DE CONTRATO NºS 78 À 94/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 078/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REVISÃO CONTRATUAL AO CONTRATO Nº 205/2014

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: REDE FURNAS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

OBJETO: Fica aditado para crescer quantitativos em ocasião de revisão contratual nos termos da Lei nº 8.666/93. Conforme estabelece na Cláusula Sexta e Décima Primeira do contrato e conforme comprovado pelos documentos acostados verifica-se que o acréscimo de preço suportado pela contratada é de 12,66%, resultando o preço por litro de óleo diesel comum acrescido em R\$ 0,28 (vinte e oito centavos), passando de R\$ 2,29 (dois reais e vinte e nove centavos) para R\$ 2,57 (dois reais e cinquenta e sete centavos).

VALOR: Fica acrescido de R\$ 50.483,74 (Cinquenta mil, quatrocentos e oitenta e três reais e setenta e quatro centavos) resultando o valor total em R\$ 508.483,74 (quinhentos e oito mil quatrocentos e oitenta e três reais e setenta e quatro centavos).

Vigência: 01/04/2015 a 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 079/2015

Processo de Licitação 35/2015 - Dispensa de Licitação

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: MARIA REGINA FARIAS LOURENÇO

OBJETO: Locação de 04 (quatro) salas referente imóvel destinado ao Telecentro e a Biblioteca municipal.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais)

Vigência: 01/04/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 080/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: EVERTON BORBA TEIXEIRA

OBJETO: prestação de serviços na área de medicina veterinária para junto ao Departamento de Agricultura e Meio Ambiente atuar no serviço de inspeção municipal-SIM e preparação para instalação futura do Serviço Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária SUASA, com carga horária de 08 (oito) horas semanais.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais)

Vigência: 01/04/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 081/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº 36/2015 - DL

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri.

OBJETO: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 19.927,63 (dezenove mil novecentos e vinte e sete reais e sessenta e três centavos)

Vigência: 01/04/2015 a 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 082/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REVISÃO CONTRATUAL AO CONTRATO Nº 206/2014

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

OBJETO: Fica aditado para crescer quantitativos em ocasião de revisão contratual nos termos da Lei nº 8.666/93. Conforme estabelece na Cláusula Sexta e Décima Primeira do contrato e conforme comprovado pelos documentos acostados, verifica-se que o acréscimo de preço suportado pela contratada é de 7,37%, resultando o preço por litro de óleo diesel S10 acrescido em R\$ 0,1674 (dezesseis seiscentos e setenta e quatro centésimos), passando de R\$ 2,42(dois reais e quarenta e dois centavos) para R\$ 2,58 (dois reais e cinquenta e oito centavos);

Verifica-se também que o acréscimo de preço suportado pela contratada é de 13,49%, resultando o preço por litro de Gasolina Comum, fica acrescido em acrescido em R\$ 0,325 (trezentos e vinte e cinco centésimos), passando de R\$ 2,995(dois reais novecentos e noventa e cinco centésimos) para R\$ 3,32 (dois reais e trinta e quatro centavos).

VALOR: fica acrescido de R\$ 20.741,82 (Vinte e mil, setecentos e quarenta e um reais e oitenta e dois centavos) resultando o valor total em R\$ 346.831,82 (Trezentos e quarenta e seis mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos).

Vigência: 01/04/2015 a 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 083/2015

Processo de Licitação nº 30/2015- Carta Convite nº 30/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: SUL GRÁFICA LTDA EPP

OBJETO: Fornecimento de Materiais Tipográficos para as Secretarias de Saúde e do Bem Estar Social e Administração e Finanças.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 25.473,00 (Vinte e cinco mil quatrocentos e setenta e três reais).

Vigência: 01/04/2015 a 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 084/2015

Processo de Licitação nº 28/2015 - PR nº 28/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Fornecimento de materiais de consumo hospitalar, medicamentos injetáveis e equipamentos para as unidades de saúde do município e SAMU, durante o exercício 2015.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 47.356,16 (Quarenta e sete mil, trezentos e cinquenta e seis reais e dezesseis centavos).

Vigência: 01/04/2015 a 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 085/2015

Processo de Licitação nº 28/2015 - PR nº 28/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES EIRELI - EPP

OBJETO: Fornecimento de materiais de consumo hospitalar, medicamentos injetáveis e equipamentos para as unidades de saúde do município e SAMU, durante o exercício 2015.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 12.461,00 (doze mil, quatrocentos e sessenta e um reais).

Vigência: 01/04/2015 a 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 086/2015

Processo de Licitação nº 28/2015 - PR nº 28/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ISAMED MAT. MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME

OBJETO: Fornecimento de materiais de consumo hospitalar, medicamentos injetáveis e equipamentos para as unidades de saúde do município e SAMU, durante o exercício 2015.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 49.308,20 (quarenta e nove mil, trezentos e oito reais e vinte centavos).

Vigência: 01/04/2015 a 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 087/2015

Processo de Licitação nº 28/2015 - PR nº 28/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

OBJETO: Fornecimento de materiais de consumo hospitalar, medicamentos injetáveis e equipamentos para as unidades de saúde do município e SAMU, durante o exercício 2015.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 8.050,00 (Oito mil e cinquenta reais).

Vigência: 01/04/2015 a 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 088/2015

Processo de Licitação nº 28/2015 - PR nº 28/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP

OBJETO: Fornecimento de materiais de consumo hospitalar, medicamentos injetáveis e equipamentos para as unidades de saúde do município e SAMU, durante o exercício 2015.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 4.889,35 (Quatro mil oitocentos e oitenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

Vigência: 01/04/2015 a 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 089/2015

Processo de Licitação nº 031/2015 - PR nº 31/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: GOLD COMPUTADORES LTDA EPP

OBJETO: Fornecimento de Materiais de expediente e artesanato para uso do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes, do Município de Santa Rosa do Sul/SC.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 11.152,10 (Onze mil cento e cinquenta e dois reais e dez centavos).

Vigência: 07/04/2015 a 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 090/2015

Processo de Licitação nº 032/2015 - Pregão nº 032/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: TRUCAR EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS EIRELI

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) carroceria prancha fixa fabricada em perfil "U", medindo 7.000 mm comprimento x 2.600mm de largura externa, traseira rebaixada, assoalho em chapa com revestimento de dois trilhos de madeira, apoio traseiro manual (sapatas niveladoras), malhal na parte dianteira, para-lamas, apara-barro. Jateamento, aplicação de fundo anti-corrosivo pintura em tinta P.U. na cor de veículo. Sinalização lateral, faixas refletivas, para-choque conforme normas CONTRAN Resolução 152/03, protetores laterais conforme RES. 323/2009. Caixa de ferramentas e corote d'água. Alongamento do chassi e documentação (alteração de características) com vistoria no órgão competente.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 33.000,00 (Trinta e três mil reais)

VIGÊNCIA: 07/04/2015 a 07/05/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 091/2015

Processo de Licitação nº 033/2015-PR

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: PAULO SILVEIRA DE MATOS-ME

OBJETO: Fornecimento de alimentícios, materiais de limpeza e higiene para o Setor de Administração e Saúde, durante o exercício de 2015.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 16.919,90 (Dezesseis mil novecentos e dezenove reais e noventa centavos).

VIGÊNCIA: 07/04/2015 a 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 092/2015

Processo de Licitação 37/2015 - Dispensa de Licitação 37/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: RUDI ADALBERTO WINCK

OBJETO: Consultor Técnico em Planejamento, que consiste em diagnosticar, qualificar, orientar, planejar, organizar, propor, elaborar, apresentar, defender e acompanhar projetos nas diversas esferas de governo e/ou de instituições financeiras ou não de fomento ao desenvolvimento integrado, sustentável e sistêmico do município de Santa Rosa do Sul-SC.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 28.080,00 (Vinte e oito mil e oitenta reais)

VIGÊNCIA: 10/04/2015 a 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 093/2015

Processo de Licitação nº 044/2015 - Dispensa de Licitação 044/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-AMESC

OBJETO: Fornecimento de Medicamentos, para atendimento nas Unidades de Saúde do Município, para o primeiro semestre de 2015, através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMESC.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 34.331,20 (trinta e quatro mil trezentos e trinta e um reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: 15/04/2015 à 30/06/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 094/2015

Processo de Licitação nº 39/2015 - PR 39/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: FC BUS LTDA-ME

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para reforma com chapeação e pintura geral de gabine, chassi e rodas do Caminhão Ford Cargo Truck 1419, ano 1990/1990, PL LZF6933, incluindo o fornecimento de materiais.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 5.135,00(Cinco mil, cento e trinta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 23/04/2015 a 23/05/2015

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 37/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 47/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 37/2015.
Objeto: Serviço de coleta de lixo no interior do município de Santiago do Sul-SC.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 11 de maio de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 11 de maio de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 24 de abril de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL 38/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 48/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 38/2015.
Objeto: Aquisição de parque infantil estilo playground e cavalo em madeira tratada para instalação no pátio da Creche Municipal Cantinho da Alegria.
Entrega dos Envelopes: 10:00 horas do dia 11 de maio de 2015.
Abertura dos Envelopes: 10:00 horas do dia 11 de maio de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 24 de abril de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL 39/2015**EDITAL DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL N. 39/2015**

Processo Administrativo Nº 49/2015

Pregão Presencial Nº. 39/2015

1.004.4490.00 - 100 - 13/2015 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS

1 - DA LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede à Rua Angelo Toazza, 600, centro, SANTIAGO DO SUL, SC - CEP 89854-000, através de seu PREGOEIRO, designado pelo Decreto Nº. 185/2014 de 31 de julho de 2014, comunica aos interessados que está realizando o Processo Licitatório nº. 49/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 39/2015, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de conformidade com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, com vencimento previsto para a entrega dos envelopes nº.01, contendo os documentos para proposta e envelope nº.02 para habilitação, para o dia 11/05/2015 às 13:30 horas, iniciando-se a sessão pública no dia 11/05/2015 às 13:30 horas, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Angelo Toazza, nesta cidade de SANTIAGO DO SUL-SC.

2 - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto aquisição de armários para instalação no setor de recepção do Centro Administrativo, de acordo com as especificações e quantidades constantes no Anexo I - Lista de Itens, do presente Edital.

3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os envelopes contendo as propostas e os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados ao pregoeiro no dia, hora e local da sessão pública designados no preâmbulo deste Edital, em envelopes distintos e fechados.

3.2. O credenciamento dos licitantes deverá ser feito através de apresentação de procuração ou carta de credenciamento dos representantes conforme modelo (Anexo II), cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante, Declaração de requisitos de habilitação (Anexo III) e apresentação de documento de identificação do representante (original e com foto). Os referidos documentos deverão ser entregues ao Pregoeiro sendo que os dois primeiros serão arquivados no processo e o documento de identificação será devolvido ao licitante.

3.3 A autenticação da cópia do contrato social ou documento constitutivo do licitante, de que trata o item anterior, poderá ser feita por Servidor Público da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL, mediante apresentação do original ou cópia autenticada por cartório.

3.4. Toda empresa que apresentar proposta deverá apresentar cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante e Declaração de requisitos de habilitação (Anexo III) sob pena de inabilitação sendo que a ausência dos demais documentos estabelecidos no item 3.2, para o credenciamento, não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o impedimento.

3.5. Cada representante poderá representar um único licitante.

3.6. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, enquadradas

de acordo com a Lei Complementar Federal nº.123/2006, que tiverem interesse de gozar dos direitos constantes nos artigos 42 a 49 da referida Lei, deverão apresentar, fora dos envelopes nº.01 e 02, Certidão Comercial ou Registro Civil de Pessoa Jurídica emitido pela Junta Comercial de sua comarca.

4 - DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº01)

4.1. A proposta deverá ser apresentada por item em papel timbrado da Empresa, datilografada, manuscrita ou por impressão em sistema eletrônico de processamento de dados, podendo ainda ser utilizado o formulário pré-impresso anexo I do presente edital, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou estrelinhas, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº.01

DA: (EMPRESA)

AO: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 49/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2015

ABERTURA: às 13:30 horas do dia 11/05/2015.

ENVELOPE "PROPOSTA"

4.2. A proposta deverá ser feita por item, indicando valores unitários e totais conforme discriminado na Lista de Itens (ANEXO I) deste Edital.

4.3. O prazo de validade da proposta deverá ser no mínimo de 60 dias, contados do dia da entrega do envelope contendo a mesma.

4.4. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.

4.5. O preço deverá ser cotado em moeda nacional.

4.6. O preço ofertado será líquido, já inclusos todos os impostos fretes, e demais encargos, devendo ser discriminado numericamente e preferencialmente por extenso.

4.7. Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros.

4.8. Deverá ser indicada a marca, quando houver e outros elementos necessários a perfeita identificação do Objeto licitado.

5 - DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº2)

5.1. A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

CERTIDÃO NEGATIVA DE INSS

CERTIDÃO NEGATIVA DE FGTS

CERTIDÃO NEGATIVA FEDERAL

CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL

DECLARAÇÃO-INCISO V, ART.27 LEI 8666/93 E 9854/99

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

CARTÃO CNPJ

5.2. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº.02

DA: (EMPRESA)
AO: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 49/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2015.
ABERTURA: às 13:30 horas do dia 11/05/2015
ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

5.3. Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial, exceto os documentos extraídos através da internet, que poderão ser consultados e verificados através dos "sites" dos quais foram expedidos.

5.4. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

6 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Declarada a abertura da Seção pelo Pregoeiro e concluída a fase de credenciamento dos licitantes, os licitantes apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação deste Edital (ANEXO III), a referida declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes nº 01 e 02, em seguida proceder-se-á o encaminhamento dos envelopes de propostas e documentação às mãos dos licitantes presentes, para que constatem a inviolabilidade dos mesmos.

6.2. O critério de julgamento deste pregão será o de MENOR PREÇO POR ITEM. O pregoeiro analisará a aceitabilidade das propostas.

6.2.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item.

6.3. Serão classificadas a proposta de menor preço e aquelas que apresentarem preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço.

6.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate no preço, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

6.5. No curso da sessão pública o Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial e por item, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e assim sucessivamente, até a proclamação do vencedor.

6.6. Na ocorrência de empate dentre os classificados para participarem dos lances verbais, participará da etapa de lances as duas propostas empatadas e em ordem sequencial para esses lances, será definida por meio de sorteio.

6.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante na ordem decrescente dos preços, sendo vedada a oferta de lances com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula.

6.8. O pregoeiro poderá:

I - definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, podendo alterar os parâmetros

durante a sessão;

II - estabelecer o tempo para oferecimento dos lances verbais;
III - permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros.

6.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das etapas futuras de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante excluído, para efeito de ordenação das propostas.

6.9.1. A Exclusão do licitante dentro do estabelecido no subitem anterior o impedirá para novos lances verbais, mas não o excluirá do certame, podendo inclusive em caso de inabilitação do licitante vencedor, vir a ser consultado pelo pregoeiro para negociação, desde que o segundo menor preço seja o seu e assim sucessivamente.

6.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

6.11. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.12. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.13. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

6.14. Sendo considerada aceitável a proposta do licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

6.15. Em caso do licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor.

6.16. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. A intenção de recorrer e motivos apresentados pelo recorrente, deverá ser registrada na ata da Sessão Pública. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

6.17. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá

ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1. Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

7.2. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

7.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

7.4. O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5. O(s) recurso(s) será(ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso.

8. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

8.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

9 - DA ENTREGA E/OU CONTRATO

9.1. Fica dispensada a assinatura de contrato pois o objeto de que trata está licitação é de pronta entrega.

9.2. A entrega do objeto de que trata esta licitação deverá ser efetuada em até 10 (dez) dias após a data de recebimento da Autorização de Fornecimento/Nota de Compra.

10 - DO PAGAMENTO

10.1. O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL compromete-se a efetuar o pagamento no prazo em até 7 dias após a entrega dos produtos, pelo proponente.

10.2 O Pagamento será efetuado através de ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, condicionado à apresentação de documento fiscal e produtos definitivamente aceitos e recebidos pelo Município, através de seu responsável.

10.3 Não haverá reajuste, nem atualização dos valores.

11 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

11.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o compromisso, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações:

11.2.1. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, associação do licitante vencedor com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

d) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) dissolução da empresa;

h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

l) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

11.2.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

11.2.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

12 - PENALIDADES

12.1. A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

12.1.1. Advertência;

12.1.2. Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

12.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

12.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

12.1.5. Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

12.2. Se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar

ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.2. A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.3. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.4. Faz parte integrante deste Edital:

13.4.1. ANEXO I - Lista de Itens com os preços máximos admitidos por item/Modelo da proposta.

13.4.2. ANEXO II - Minuta de Carta de Credenciamento;

13.4.3. ANEXO III - Minuta de Declaração Requisitos de Habilitação;

13.4.4. ANEXO IV - Minuta de Contrato

13.5. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

13.6. É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

13.7. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, situada à Rua Angelo Toazza, de segundas à sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone Nº (49) 3345-3000 ou pelo site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 24 de Abril de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

PREFEITO MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO

O presente edital, preenche os requisitos da Legislação Vigente, em especial a Lei 8.666/93 e 10.520/2002 e suas alterações. Publique-se conforme determinações legais.

Este é o entendimento Salvo Melhor Juízo.

Santiago do Sul ____/____/ ____ .

ANEXO I

LISTA DE ITENS COM PREÇO MÁXIMO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2015.

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para atendimento ao objeto do presente edital referente à aquisição de armários para instalação no setor de recepção do Centro Administrativo, modalidade de licitação Pregão Presencial Nº. 39/2015, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: Aquisição de armários para instalação no setor de recepção do Centro Administrativo.

Os valores deverão ser cotados por preços unitários

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total	Marca	Preço Unitário	Preço Total Item
1	Armário em MDF cinza cristal, com fitas de borda em PVC, fundo eucaplaç anti mofo, com puxadores em ABS, corrediças telescópica, dobradiças caneco 35, articulador a gás, com medidas de 225cm de comprimento, 67,3cm de altura, 48cm de profundidade, com 5 gavetas arquivo e 5 portas basculantes.	un	1,00	1.000,00	1.000,00			
2	Armário em MDF cinza cristal, com fitas de borda em PVC, fundo eucaplaç anti mofo, com puxadores em ABS, dobradiças caneco 35, articulador a gás, com medidas de 75cm de comprimento, 67,3cm de altura, 42cm de profundidade, com 2 portas basculantes.	un	1,00	450,00	450,00			
3	Armário em MDF cinza cristal, com fitas de borda em PVC, fundo eucaplaç anti mofo, com puxadores em ABS, dobradiças caneco 35, com 1 prateleira inteira, com medidas de 80cm de comprimento, 67,3cm de altura, 66cm de profundidade, 2 portas.	un	1,00	300,00	300,00			

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 60 dias.

PRAZO DE ENTREGA: 10 dias.

Local e Data

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO II

CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2015

OBJETO: Aquisição de armários para instalação no setor de recepção do Centro Administrativo.

ABERTURA: 11/05/2015 - 13:30 h.

A _____ (nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, na cidade de _____, Telefone _____, E-mail _____ credencia como seu representante o Sr. _____

(nome e qualificação), CPF Nº _____ e CI Nº _____ para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

Dados bancários: Banco, Agência e Conta corrente. (para cadastro)

_____, em ____ de _____ 2015.

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL DO CREDENCIANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO III

DECLARAÇÃO requisitos de Habilitação

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2015
OBJETO: Aquisição de armários para instalação no setor de recepção do Centro Administrativo.

A _____ (nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, na cidade de _____, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

_____, em ____ de _____ 2015.

NOME E ASSINATURA
REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 115/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 13 de maio de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O 23º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR E AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2015.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

DEBORAH CINTIA DE QUADROS
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 119/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:30 horas do dia 13 de maio de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO CAVALO MECÂNICO COM CARRETA TIPO PRANCHA, PARA TRANSPORTE DE MÁQUINAS DA SEMOB, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2015.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

CARLA ELOISE MÜLBAUER
Pregoeira

DECRETO Nº 942/2015

DECRETO Nº 0942, DE 27 DE ABRIL DE 2015

CONVOCA A X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ETAPA MUNICIPAL DA X CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Etapa Municipal da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente a realizar-se no período de 14 a 18 de dezembro de 2015 em Brasília/DF.

Art. 2º O tema central da Conferência será: "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Art. 3º A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada nos dias 28 e 29 de maio de 2015, tendo sua abertura no dia 28 de Maio de 2015 a partir das 19h:30min no auditório do Centro Administrativo Leopoldo Zschoerper e sua continuação no dia 29 de maio de 2015 nas dependências da Universidade Regional de Joinville - Campus São Bento do Sul, das 08hs às 17hs.

Art. 4º A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será presidida e coordenada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de Abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 102/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 102/2015

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 317/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA, em 30 de SETEMBRO de 2013, conforme Pregão Presencial nº 203/2013. Considerando o Contrato nº 317/2013 que consiste na contratação de licença de uso de solução para gestão pública informatizada de acordo com o detalhamento técnico, quantitativos e serviços correlatos descritos no pré-orçamento em anexo para prefeitura, fundações, autarquias e câmara municipal de São Bento do Sul pelo período de 12 meses, e demais especificações conforme Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 203/2013; Considerando a necessidade de maior gerenciamento do fluxo de entradas e saídas de materiais nos almoxarifados da SECAD e da SEMOB, faz-se necessária a contratação de Licença de uso do Sistema Estoque, que oferece os mais modernos recursos para facilitar a administração de almoxarifados, o que o torna uma relevante

ferramenta de apoio a gestão, à tomada de decisão e à prestação de contas. Além de gerenciar o fluxo de materiais que entram e saem do estoque, o sistema indica quais itens precisa ser repos- tos, evitando a falta de produtos, integrado ao Betha Compras; Diante do exposto, faz-se necessário aditivar o referido contrato conforme proposta da Contratada em anexo, com base no Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluso o valor de R\$ 1.419,50 (um mil quatrocentos e de- zenove reais e cinquenta centavos) para pagamento à vista, referen- te à implantação do sistema e treinamento. Fica incluso também o valor de R\$ 2.340,00 (dois mil trezentos e quarenta reais) para pagamentos mensais de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) referente a 02 (dois) usuários, por seis meses, totalizando o valor a ser aditivado em R\$ 3.759,50 (três mil setecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos).

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 25 de março de 2015.

Ass: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administra- ção do Município.

BETHA SISTEMAS LTDA, como Contratada.

RESOLUÇÃO Nº 04 - CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 04/2015

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal 1.242, de 16 de fevereiro de 2005 e, de acordo com a deliberação da reunião plenária deste Conselho realizada no dia 16 de abril de 2015, resolve:

Art. 1o - Nomear o Presidente da Comissão da X Conferência Mu- nicipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Paragrafo Único. Fica eleita a conselheira Ana Maria Del Olmo Hil- lesheim como Presidente desta Comissão.

Art. 2º - A presidência terá suas atribuições definidas de acordo com a Resolução nº 02 de 2015 do CMDCA.

Art. 4o - A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de abril de 2015

Otto Müller

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 05 - CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 05/2015

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ELEITORAL PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE SÃO BENTO DO SUL PARA A GESTÃO 2016-2020.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal 1.242, de 16 de fevereiro de 2005 e, de acordo com a deliberação da reunião plenária deste Conselho realizada no dia 16 de abril de 2015, resolve:

Art. 1o - Nomear a mesa diretora Presidente e o Vice Presidente da Comissão Eleitoral para a Eleição do Conselho Tutelar de São Bento para a gestão 2016-2020.

Paragrafo Único. Presidente Tiago Rogério Hilgenstieler e Vice Presidente Otto Müller.

Art. 2º - A mesa diretora terá as seguintes atribuições:

- I - Dirigir o processo eleitoral, acompanhando o processo de inscrição, votação e apuração, responsabilizando-se pelo bom andamento de todos os trabalhos e resolvendo os eventuais incidentes que venham a ocorrer;
- II - Adotar todas as providências necessárias para organização e realização do pleito;
- III - Analisar e encaminhar ao CMDCA para homologação das candidaturas
- IV - Receber denúncias contra candidatos, nos casos previstos nesta Lei, bem como adotar os procedimentos necessários para apurá-los;
- V - Publicar a lista dos mesários e dos apuradores de votos;
- VI - Analisar e julgar eventuais impugnações apresentadas contra mesários, apuradores e a apuração;
- VII - Lavar a ata de apuração, anotando todas as ocorrências;
- VIII - Realizar a apuração dos votos;
- IX - Processar e decidir, em primeiro grau, as denúncias referentes à impugnação e cassação de candidaturas;
- X - Processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, nos prazos previstos em tópicos próprios deste edital.

Art. 3º - A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de abril de 2015
Otto Müller
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 06 - CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 06/2015

APROVAR LIBERAÇÃO DE RECURSOS PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS REFERENTE AO EDITAL Nº 01/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BENTO DO SUL - CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal 1.242, de 16 de fevereiro de 2005,

CONSIDERANDO:

- A competência do CMDCA para deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA;
- A Resolução nº 007/2014 que dispõe sobre a aprovação do plano de ação do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente de São Bento do Sul para 2015;
- A Resolução nº 008/2014 dispõe sobre a aprovação do plano de aplicação do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente de São Bento do Sul para 2015;
- A Resolução nº 009/2014 que dispõe sobre a aprovação do Edital nº 001/2014/CMDCA de Seleção Pública de Projetos para Financiamento no ano de 2015;
- O Edital nº 01/2015 com o resultado do Edital 01/2014 do CMDCA sobre a seleção pública de projeto para financiamento;

- A Reunião Plenária deste Conselho realizada no dia 16 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a liberação de R\$ 53.710,12 dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência para financiamento dos projetos aprovados em conformidade com o Edital nº 01/2014, homologado pelo Edital nº 01/2015, sendo:

I - Projeto: Formando atletas por amor, no valor de R\$ 6.000,00. Entidade Proponente: São Bento Handebol Clube;

II - Projeto: Fazendo arte no tratamento, no valor de R\$ 6.000,00. Entidade Proponente: Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE;

III - Projeto: Oficinas esportivas, no valor de R\$ 6.000,00. Entidade Proponente: Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE;

IV - Projeto: Natação de base, no valor de R\$ 6.000,00. Entidade Proponente: São Bento Clube de Natação;

V - Projeto: Desenvolvendo cidadãos através da prática da natação, no valor de R\$ 6.000,00. Entidade Proponente: São Bento Clube de Natação;

VI - Projeto: Promovendo cidadania, no valor de R\$ 5.960,00. Entidade Proponente: Associação São Bento de Futebol;

VII - Projeto: Debate nas escolas, no valor de R\$ 6.000,00. Entidade Proponente: JCI de São Bento do Sul;

VIII - Projeto: A alfabetização através do uso da tecnologia em sala de aula, no valor de R\$ 3.993,33. Entidade Proponente: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;

IX - Projeto: A utilização do lúdico nas terapias, no valor de R\$ 1.756,79. Entidade Proponente: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE; e

X - Projeto: Aluno na quadra é aluno longe das drogas, no valor de R\$ 6.000,00. Entidade Proponente: Associação São Bento de Futsal.

Paragrafo único. Os projetos acima, contemplados com recursos financiados pelo FIA receberam os valores em conta única, devendo sua Prestação de contas ser efetuado de acordo com o Decreto Municipal nº 98/2013, exceto os incisos IV e V deste artigo que farão sua prestação de contas ao final quando da execução dos Projetos.

Art. 2º - Os projetos acima serão disponibilizados no site oficial da Prefeitura de São Bento do Sul na aba dos Conselhos Municipais da Secretaria Municipal de Assistência Social, no campo Conselho da Criança e Adolescente, publicações com o nome "Projeto aprovados pelo CMDCA" para consulta e conferência da população.

Art. 3º - Deverá constar no termo de convênio que:

I - Todos os projetos que recebem recursos do FIA deverão ser oferecidos a população de forma gratuita.

II - Os projetos deverão atender as demandas encaminhadas pelo Conselho Tutelar, Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social a fim de garantir o cumprimento das metas de atendimento.

III - Equipamentos considerados bens duráveis, adquiridos com recursos do FIA, deverão ser devolvidos ao FIA, em funcionamento

se as atividades que levaram a aquisição deixarem de ser praticadas pela entidade, em período inferior a cinco anos da aquisição, conforme legislação, passado este prazo poderá ser incorporado ao patrimônio da entidade.

Art. 4º - A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de abril de 2015.

Otto Müller

Presidente do CMDCA

RESULTADO DO PREGÃO Nº 7/2015 FC

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

PROCESSO Nº 7/2015

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2015

A Fundação Cultural de São Bento do Sul torna público o resultado do Pregão Presencial nº 7/2015, tendo como objeto FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO TIPO LANCHE PARA VIAGEM PARA OS INTEGRANTES DOS GRUPOS FOLCLÓRICOS DE SÃO BENTO DO SUL, REFERENTE CONVÊNIO 789346/2013 FIRMADO COM O IPHAN, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO Nº 7/2015, homologado em 27 de abril de 2015.

Item	Vencedora	Valor R\$
1	Bomboniere Bom Bocado Ltda	9.264,00

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA, Pregoeira Municipal
BRAULIO HANTSCHER, Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 36/2015

Pregão Eletrônico nº 36/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 36/2015

MENOR PREÇO POR LOTE

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que se encontra aberto o Processo Licitatório 36/2015, e o envio das propostas será das 18:00hrs do dia 28/04/2015 até as 08:00hrs do dia 12/05/2015 pelo site www.bll.org.br. Início da sessão pública virtual será às 09:30hrs do dia 12/05/2015 (Horário de Brasília).

DO OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais educativos (gibis, adesivos, folders), cuja especificação e quantitativo encontram-se descritos no Termo de Referência (ANEXO I) do edital, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo no site www.bll.org.br e também no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, na Rua Marechal Floriano, nº 214, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 27 de abril de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Carlos**PREFEITURA****ATA REG PREÇOS N17/2015**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T Compo Nº.:017/2015
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada...:IMPERIAL LUZ COM E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA
Objeto :AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO E SERVIÇOS PARA MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO
Valor :R\$151.765,00
PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 35/2015
Vigência : Orçamento vigente

SAO CARLOS,27 DE ABRIL DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO N.48/2015 - DISPENSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm nº048/2015
Edital .:Dispensa de licitação. N.048/2015
Tipo: Preço compatível ao praticado no mercado
Objeto: AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA E EMULSÃO - E PINTURA DE RUAS DIVERSAS
Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENV INF ROD.
Valor: R\$66.906,32(sessenta e seis mil novecentos e seis reais e trinta e dois centavos)
Justificativa: Fundamentada no art. 24-inciso XXVI da Lei n.8666/93
Vigência: 31.12.2015

São Carlos-SC, 27 de abril de 2015-
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

São João do Oeste**PREFEITURA****RETIFICAÇÃO PE 01-2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃOJOÃO DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2015
PREGÃO ELETRÔNICO Nº001/2015
AVISO DE RETIFICAÇÃO

Com a presente retificação do edital fica excluído o item 18.4 do edital do PE 01/2015, objeto Aquisição de equipamentos de ginástica para academia, conforme contrato de repasse nº 1.012.751-23/2013/ME/Caixa - Município de São João do Oeste.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por lote.

Recebimento das propostas: com a retificação fica alterado o recebimento das propostas para às 08:30 horas do dia 11/05/2015
Início da Sessão: dia 11/05/2015, às 08:45 horas, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.cidadecompras.com.br e <http://www.saojoao.sc.gov.br/>.

Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações ou pelo fone/fax (49) 3636-1122.

São João do Oeste - SC., 27 de abril de 2015.
Sérgio Luis Theisen
Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

EDITAL N.º 001/2015 – CMDCA DE SÃO JOÃO DO SUL

EDITAL N.º 001/2015 - CMDCA DE SÃO JOÃO DO SUL

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de São João do Sul-SC torna público o Processo de Escolha Unificado para membros do Conselho Tutelar para quadriênio 2016/2019, de acordo com o art. 139 da Lei n.º 8.069/90 (ECA), com a Lei n.º 12.696/2012, a Resoluções n.º 139/2010 alterada pela Resolução n.º 170/2014, e a Resolução n.º 152, todas do CONANDA, a Lei Municipal n.º 1.749, de 25 de março de 2015, a Resolução n.º 001/2015 do CMDCA e a Lei Orgânica Municipal, sendo realizado sob a responsabilidade deste e a fiscalização do Ministério Público da Comarca de Santa Rosa do Sul/SC, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO CARGO E DAS VAGAS

- 1.1. A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas 05 (cinco) vagas para conselheiros tutelares titulares, ficando todos os demais candidatos aprovados, classificados como suplentes, ressalvado que o processo de escolha ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados, podendo ser prorrogado o prazo de inscrição para cumprimento desta norma.
- 1.2. Os 05 (cinco) candidatos mais votados e aprovados serão os Conselheiros Tutelares eleitos e, assumirão efetivamente o cargo de Conselheiros Tutelares durante o período de 04 (quatro) anos.

2. DA REMUNERAÇÃO, DE CARGA HORÁRIA E DO MANDATO

2.1. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante, e a remuneração conforme a Lei Municipal n.º 1749/2015, corresponde:

- I - Vencimento de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) com reajuste na mesma data e no mesmo percentual em que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;
- II - Gratificação natalina;
- III - Férias anuais remuneradas acrescidas do terço constitucional;
- IV - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Social;
- V - Licença-maternidade;
- VI - Licença-paternidade;
- VII - Licença por falecimento de cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filho, enteados, irmãos, avós e netos, pelo período de 05 (cinco) dias;
- VIII - Licença para tratamento de saúde.

2.2. O servidor público municipal que vier exercer mandato de Conselheiro Tutelar ficará licenciado do seu cargo, emprego ou função, podendo, entretanto optar pela respectiva remuneração, uma vez que a função, de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva.

2.3. O tempo de serviço prestado no exercício do mandato de Conselheiro Tutelar será computado para todos os efeitos legais.

2.4. Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como, aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, onde cada membro deve cumprir 24 (vinte e quatro) horas corridas, a cada 05 (cinco) dias, sendo vedado qualquer tratamento desigual, o que não impede divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de suas atividades.

2.5. O mandato dos Conselheiros Tutelares eleitos no presente pleito será exercido por 04 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições para a Candidatura a Conselheiro Tutelar será feita no período de 06/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público, das 8h:00min às 12h:00min e das 13h:00min às 17h:00min, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, localizada na Rua Anselmo Borba, n. 574, centro, telefone (48) 35390230, São João do Sul/SC. (Secretaria Municipal de Assistência Social).

3.2. Poderão submeter-se à eleição os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato de inscrição:

I - Idoneidade moral, comprovada por meio de Certidão de Antecedentes para Fins Criminais (disponível no site: www.tjsc.jus.br/certidoes) e Certidão emitida pelo Delegado de Polícia local, afirmando que o candidato não é indiciado em nenhum Inquérito Policial ou Termo Circunstanciado;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - Residir no município de São João do Sul há no mínimo 02 (dois) anos;

IV - possuir Ensino Médio Completo, mediante a apresentação de certificado de conclusão do curso;

V - Possuir Carteira Nacional de Habilitação - CNH - Categoria "B", podendo ser postergada a comprovação de habilitação para o ato da posse;

VI - Estar no gozo de seus direitos políticos;

VII - Submeter-se a 01 (uma) sessão psicológica (entrevista) de caráter eliminatório.

VIII - Assinar Termo de Compromisso do Anexo III, assumindo a responsabilidade quanto ao cumprimento do horário de funcionamento e de Plantão do Conselho Tutelar.

3.2.1. O candidato no ato da inscrição deverá trazer:

I - Ficha de Inscrição, devidamente preenchida e assinada, conforme modelo do Anexo II, deste edital;

II - Fotocópia do CPF e do RG;

III - Comprovante de residência atualizado;

IV - Comprovante do nível de escolaridade exigido;

V - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais e Certidão emitida pelo Delegado de Polícia, afirmando que o candidato não é indiciado em nenhum Inquérito Policial ou Termo Circunstanciado;

VI - Fotocópia do Título de Eleitor e Certidão de quitação Eleitoral;

VII - Fotocópia do Certificado de Reservista para os candidatos do sexo masculino;

VIII - Fotocópia da Carteira Nacional de Habilitação, para aqueles que já a possuírem, de acordo com alínea "V" do item 3.2.

3.2.2. Além dos documentos comprobatórios das condições acima estabelecidas no item 3.1, serão exigidos outros documentos pelo Setor de Recursos Humanos para contratação que deverão ser entregues no ato da convocação.

3.2.3. Concluído o prazo de inscrição, será publicado Edital no mural da sede do CMDCA e no sítio eletrônico do Município de São João do Sul: saojoaodosul.sc.gov.br, contendo a relação dos inscritos, cabendo impugnações, que poderá ser apresentada por qualquer cidadão ou entidade de atendimento, defesa ou promoção dos direitos de crianças e adolescentes, no prazo de 05 (cinco) dias a partir da publicação, o qual será processada de acordo com as normas previstas neste Edital e na Lei n.º 1.749 de 25 de março de 2015.

3.2.4. No mesmo prazo, será dado vista ao Promotor de Justiça da Comarca, de todos os requerimentos de inscrição, para os fins do art. 139 da Lei Federal n.º 8.069/90.

3.2.5. Havendo impugnação, o candidato será notificado da mesma, podendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias.

3.2.6. A Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha decidirá sobre o mérito, no prazo de 03 (três) dias, podendo, se necessário, ouvir as testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documento e a realização de outras diligências. Dessa decisão, publicar-se-á em murais públicos do Município e caberá recurso à Plenária do CMDA.

3.2.7. Vencidas as fases de impugnação e recurso, o CMDCA

publicará edital no mural da sede do CMDCA e no sítio eletrônico do Município de São João do Sul: saojoaodosul.sc.gov.br, com os nomes dos habilitados a participarem do processo eleitoral.

3.3. Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3.4. No requerimento de inscrição por procuração deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, relacionados acima, o instrumento de procuração com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.5. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.6. O servidor público municipal que pretender se inscrever candidato ao Conselho Tutelar deverá comprovar, até a inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.7. O conselheiro titular, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

3.8. O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, terá como consequência a nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como serão nulos todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.9. Nenhuma inscrição será admitida fora do período estabelecido no Anexo I.

4. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

4.1. O Processo de Escolha de que trata este Edital será realizado em 02 (duas) etapas, sendo:

Primeira etapa - Sessão Psicológica;

Segunda etapa - Eleição dos candidatos, de forma direta e facultativa.

5. DA PRIMEIRA ETAPA - DA PROVA PSICOLÓGICA

5.1. Os candidatos com inscrição deferida passarão por uma avaliação psicológica, de caráter eliminatório, que os declararão aptos ou não a seguir no processo de seleção, a realizar-se no dia 27/07/2015 na Secretaria Municipal de Assistência Social, no horário compreendido das 08h:30min às 11h:30min e das 13h:00min às 17h:00min, segundo ordem de inscrição deferida e para cujas sessões (horários) serão os candidatos previamente convocados.

5.2. O profissional que fará a avaliação psicológica não pertence ao quadro de servidores do Município.

5.3. O resultado da prova psicológica será fornecido diretamente ao candidato no dia 30/07/2015, que terá a obrigação de assinar Termo de ciência das normas estabelecidas neste edital sobre a etapa restante do processo eleitoral.

6. DA SEGUNDA ETAPA - DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS E DO PLEITO:

6.1. A candidatura será individual, não sendo admitida a composição de chapas e, cada eleitor apto a participar do processo poderá votar em apenas 01 (um) dos candidatos.

6.2. O CMDCA publicará no Mural da sua sede e no sítio eletrônico oficial as candidaturas registradas.

6.3. Cada candidato poderá credenciar na sede do CMDCA, por meio de requerimento escrito, até 1 (um) fiscal para acompanhar processo de eleição e apuração, no ato de registro de sua candidatura.

7. DA PROPAGANDA ELEITORAL

7.1. No processo de escolha do Conselho Tutelar é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

7.2. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por

seus simpatizantes.

7.3. Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

7.4. Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

7.5. Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, o oferecimento ou a promessa de dinheiro, dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza, mediante apoio para candidaturas.

7.6. Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

7.7. É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, ou quaisquer outros tipos de mídia eletrônica, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

7.8. Fica proibida a realização de debates nos três dias que antecedem a eleição.

7.9. É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

7.10. No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

7.11. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

7.12. Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

7.13. Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

7.14. Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul, no prazo de 05 (cinco) dias.

7.15. O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul.

7.16. É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

7.17. É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedada aos mesmos, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

8. DA ELEIÇÃO

8.1. A eleição será realizada no dia 04/10/2015, no horário de 9h:00min às 16h:00min (horário de Brasília), na Escola de Educação Básica Professora Maria Solange Lopes de Borba, localizada na Rua Jaime Grundler, n.º 468, Bairro Centro, desta cidade.

8.2. A eleição será divulgada pela Comissão Eleitoral.

8.3. No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

8.4. O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, o título de eleitor, ou outro documento equivalente a este, com foto.

8.5. Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a

feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

8.6. A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

8.7. A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados pelo mesmo, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

8.8. O eleitor votará uma única vez em 01 (um) candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

8.9. O sigilo do voto é assegurado mediante isolamento do eleitor em cabine apenas para efeito de votação do candidato.

8.10. A eleição será presidida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através da Comissão Eleitoral e fiscalizada pelo Promotor de Justiça da Comarca de Santa Rosa do Sul/SC.

9. DA SEÇÃO ELEITORAL

9.1. Será instalado apenas 01 (um) local de votação, qual seja a Escola de Educação Básica Professora Maria Solange Lopes de Borba, localizada a Rua Jaime Grundle, n.º 468, centro, desta cidade.

10. DO VOTO

10.1. Os Conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados junto ao Tribunal Regional Eleitoral que compõem as seções eleitorais do Município de São João do Sul, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público Estadual.

10.2. O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

10.3. O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do candidato escolhido.

11. DA CÉDULA OFICIAL

11.1. A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul/SC, com indicação do número e nome do candidato.

11.2. Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

11.3. O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

11.4. Constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número, na cabine indevassável.

12. DAS MESAS RECEPTORAS

12.1. A seção eleitoral corresponde a uma mesa receptora de votos.

12.2. Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outras pessoas escolhidas pela Comissão Eleitoral;

12.3. Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

12.4. O Primeiro Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda assinar a ata da eleição, e na falta ou impedimento destes, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

12.5. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, juntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

12.6. Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

III - Proceder à apuração dos votos, através da contagem manual.

12.7. Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

12.8. Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

a) Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

b) O cônjuge ou o (a) companheiro (a) do candidato;

c) As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

12.9. Não será permitido o acesso a cabine eleitoral, ao eleitor que estiver portando celulares, câmeras fotográficas ou afins.

13. DA APURAÇÃO

13.1. A apuração dar-se-á manualmente pela contagem, no próprio local de votação, através dos membros das Mesas Receptoras de Votos, com a presença do Ministério Público ou representante do mesmo e da Comissão Eleitoral.

13.2. Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público.

13.3. Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

13.4. Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

13.5. Serão considerados eleitos os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados, ficando os seguintes como suplentes, de acordo com o número de sufrágios recebidos.

13.6. Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato que obteve melhor desempenho na avaliação psicológica.

13.6.1. Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

14. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

14.1. O resultado preliminar da eleição será publicado imediatamente após a apuração, no dia 04/10/2015, no local de votação e sítio eletrônico oficial do Município no primeiro dia útil seguinte à realização da eleição, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de sufrágios recebidos.

14.2. Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul.

14.3. A posse dos 05 (cinco) primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será no dia 10/01/2016.

14.4. Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

14.5. Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul, sendo os suplentes também convidados a participar.

15. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

15.1. Ter cumprido integralmente todas as etapas do processo de eleição dos membros do Conselho Tutelar e preencher os requisitos constantes neste edital e na Lei n.º 1.749/2015.

15.2. Ter sido eleito Conselheiro Tutelar entre os 05 (cinco) candidatos mais votados e em caso de vacância do cargo, os suplentes serão convocados na ordem crescente de classificação.

15.3. Assinar o termo de posse e exercício de cargo.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei n.º 8.069/1990 e na Lei Municipal n.º 1.749/2015, sem prejuízo das demais leis afetas.

16.2. O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

16.3. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência, apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

16.4. As datas e locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral constantes neste edital poderão sofrer alterações em casos especiais, o que será oportunamente publicado em novo edital.

16.5. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul, sob a fiscalização do Ministério Público.

16.6. Após a posse, os candidatos eleitos deverão apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente um Plano de Trabalho para acompanhamento e integração das atividades do Conselho Tutelar.

16.7. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul.

16.8. É de inteira responsabilidade de o candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

16.9. O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

16.10. Os candidatos a conselheiros tutelares devem seguir os prazos constantes do Anexo I - Cronograma Referente ao Edital CMDCA n.º 01/2015.

16.11. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Rosa do Sul/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Sul, 31 de março de 2015.

Edilene dos Santos

Presidente do CMDCA/SJS

ANEXO I

CRONOGRAMA REFERENTE AO EDITAL CMDCA n.º 001/2015

ITEM	CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	DATA
1.	Publicação do edital	Até 04/04/2015
2.	Prazo para as inscrições	06/04/2015 a 03/06/2015
3.	Análise das inscrições	05/06/2015 a 11/06/2015
4.	Publicação da relação dos candidatos	12/06/2015
5.	Impugnação de candidatura	13/06/2015 a 18/06/2015
6.	Notificação dos candidatos impugnados para defesa	22/06/2015 a 26/06/2015
7.	Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	29/06/2015 a 03/07/2015
8.	Análise e decisão das impugnações	Até 08/07/2015
9.	Interposição de recurso	09/07/2015 a 13/07/2015
10.	Publicação da relação dos candidatos habilitados	17/07/2015
11.	Aplicação da Sessão Psicológica	27/07/2015
12.	Publicação da relação dos candidatos aprovados	30/07/2015
13.	Eleição	04/10/2015
14.	Divulgação do Resultado da Eleição	04/10/2015
15.	Posse dos eleitos	10/01/2016

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO

Inscrição Nº: _____

Nome do Candidato: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Sexo: () masculino () feminino

Estado Civil: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Telefones: _____

Eu, _____, declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e assumo total responsabilidade pelo preenchimento deste cadastro de inscrição, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos em anexo, certificando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital nº 001/2015, e todas as disposições nele contidas.

São João do Sul, ____/____/____.

Assinatura do Candidato (a)

Assinatura do Membro da Comissão Especial

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO

Eu _____, cadastrado no

CPF: _____

(nacionalidade)

e RG: _____, Órgão Expedidor: _____, residente e domiciliado em/na _____

_____ em São João do Sul - SC; Candidato a Conselheiro(a) Tutelar, sob o Número de Inscrição: _____ tenho ciência das obrigações e responsabilidades inerentes a função de Conselheiro(a) Tutelar de acordo com os Arts. 28, 29 e 54 da Lei Municipal nº 1.749, de 25 de março de 2015.

São João do Sul, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do candidato

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____, portador(a) do RG n.º _____ e CPF n.º _____, declaro, sob as penas da Lei, e para fins de participação no Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de São João do Sul, quadriênio 2016/2019, que resido no município de São João do Sul há mais de 02 (dois) anos, no

seguinte endereço _____
_____, n.º _____, Complemento _____, Bair-
ro: _____.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

São João do Sul, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato

EXTRATO DE CONTRATO Nº 061/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 061/2015

OBJETO: EXECUÇÃO (MATERIAIS E SERVIÇOS) DA OBRA DE "CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE PARA ESCOAMENTO E PRODUÇÃO AGRÍCOLA SOBRE O RIO MAMPITUBA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC", A REFERIDA PONTE TERÁ 90M DE COMPRIMENTO, 6,20M DE LARGURA E CAPACIDADE DE CARGA DE 45T.

CONTRATADO: EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS S/A

VIGÊNCIA: 27/04/2015 á 31/12/2015.

VALOR: R\$ 1.242.261,41 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 032/2015 - Tomada de Preços nº 003/2015 de 06/04/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0901 - 26.782.0135.1052
- 4.4.90.51.98.00.00.00.0024; 0901 - 26.782.0135.1052
- 4.4.90.51.98.00.00.00.0080; 0901 - 26.782.0135.1052 -
4.4.90.51.98.00.00.00.3080.

São João do Sul, 27 de Abril de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

São Joaquim

PREFEITURA

PROCESSO 56/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 56/2015

Concorrência 04/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia sanitária e ambiental para realizar a gestão dos resíduos sólidos domiciliares produzidos pelo Município, compreendendo Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final em Aterro Sanitário Licenciado de Resíduos Sólidos Compactáveis, com fornecimento de coletores plásticos e metálicos; Coleta, Transporte e Destino Final Adequado dos Resíduos do Serviço de Saúde dos Ambulatórios de Responsabilidade deste Município.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 28/05/2015 às 09:30 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 27 de abril de 2015

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015 - PR 073/2014 - Processo 223/2014 - Fornecedor: ANA CAROLINY DE LIMA QUEIROZ. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de mão de obra diversas, destinadas à manutenção preventiva e corretiva nas instalações da Fundação Municipal de Esporte e Lazer do Município de São José/SC. Valor Total: R\$450.000,00 - quatrocentos e cinquenta mil reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 04 de fevereiro de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2015 - PR 188/2014 - Processo 444/2014 - Fornecedor: ALDO AZEVEDO ALVES ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de lousas de vidro, com serviço de instalação, destinadas às unidades escolares do ensino fundamental da Secretaria de Educação de São José/SC. Valor Total: R\$833.500,00 - oitocentos e trinta e três mil e quinhentos reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 18 de fevereiro de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2015 - PR 175/2014 - Processo 424/2014 - Fornecedor: CANTUR TURISMO LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para eventual locação de 01 (um) veículo micro-ônibus, com no mínimo 24 (vinte e quatro) lugares para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde (atenção básica), no transporte de pessoas para tratamento de saúde em diversos municípios do estado. Valor Total: R\$135.000,00 - cento e trinta e cinco mil reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 10 de março de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2015 - PR 162/2014 - Processo 392/2014 - Fornecedor: MB CONFEITARIA LTDA ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de coffee break a serem consumidos nos eventos

da Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC. Valor Total: R\$68.000,00 - sessenta e oito mil reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 09 de março de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 014/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Contrato de Prestação de Serviços nº 014/2015 - DL 030/2014 - Processo 285/2014 - Contratado: SEBRAE/SC. Objeto: Dispensa de licitação para contratação da empresa SEBRAE - Serviços De Apoio às Micro e Pequenas Empresas, para prestação de serviços de consultoria junto a ações de mercado, consultoria e capacitação em gestão, consultoria entre outros. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato inicia-se na data de sua assinatura e finda-se em 30/03/2015. Valor Total: R\$150.000,00 - cento e cinquenta mil reais. Data da Assinatura do Contrato: 23 de janeiro de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 009/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 009/2015 - PR 132/2014 - Processo 344/2014 - Contratado: NOVA ERA CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de limpeza e lavagem de abrigos de passageiros de transporte coletivo no Município de São José/SC, com fornecimento de materiais. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 01 (um) ano, contados a partir da data de sua assinatura. Valor Total: R\$78.000,00 - setenta e oito mil reais. Data da Assinatura do Contrato: 25 de fevereiro de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 029/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 029/2015 - TP 036/2014 - Processo 367/2014 - Contratado: TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços com fornecimentos de materiais para pátio coberto, área de recreação e playground - recreação do CEI Vila Formosa, bairro Forquilha, São José/SC. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Valor Total: R\$92.668,54 - noventa e dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos. Data da Assinatura do Contrato: 02 de março de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 036/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 036/2015 - IN 022/2014 - Processo 416/2014 - Contratado: PARADIGMA BUSINESS SOLUTIONS S/A. Objeto: Prestação de serviços de suporte técnico, manutenção,

atualizações legal e tecnológica e integração do Sistema de Compras Eletrônicas WBC utilizado pela Prefeitura Municipal de São José. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Valor Total: R\$217.731,96 - duzentos e dezessete mil, setecentos e trinta e um reais e noventa e seis centavos. Data da Assinatura do Contrato: 09 de março de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 040/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 040/2015 - PR 157/2014 - Processo 387/2014 - Contratado: GISIANE METILDE VIEIRA - ME. Objeto: Aquisição de cadeiras para uso dos funcionários da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua assinatura. Valor Total: R\$6.698,00 - seis mil, seiscentos e noventa e oito reais. Data da Assinatura do Contrato: 17 de março de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 049/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 049/2015 - PR 008/2015 - Processo 027/2015 - Contratado: SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças e mão de obra para manutenção das roçadeiras da Secretaria de Infraestrutura do Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Percentual de desconto: 2% (dois por cento). Valor Máximo (mão de obra/peças e acessórios): R\$20.464,00 (vinte mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais)/ R\$60.000,00 (sessenta mil reais) Data da Assinatura do Contrato: 30 de março de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 050/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 050/2015 - PR 004/2015 - Processo 016/2015 - Contratado: GMC - GERSON MATOS CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de empresa para locação de 01 (uma) escavadeira hidráulica (com operador), 01 (uma) miniescavadeira hidráulica sobre esteiras (com operador) e 01 (um) caminhão truck basculante (com motorista) de no mínimo 10 (dez) m³, para serem utilizadas pela Secretaria de Infraestrutura do Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Valor Total: R\$661.320,00 - seiscentos e sessenta e um mil, trezentos e vinte reais. Data da Assinatura do Contrato: 30 de março de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 051/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 051/2015 - PR 004/2015 - Processo 016/2015 - Contratado: MAIS ENGENHARIA e CONSTRUÇÕES LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa para locação de 01 (uma) escavadeira hidráulica (com operador), 01 (uma) miniescavadeira hidráulica sobre esteiras (com operador) e 01 (um) caminhão truck basculante (com motorista) de no mínimo 10 (dez) m³, para serem utilizadas pela Secretaria de Infraestrutura do Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Valor Total: R\$315.480,00 - trezentos e quinze mil, quatrocentos e oitenta reais. Data da Assinatura do Contrato: 30 de março, de 2015.

DECRETO Nº 4344/2015

DECRETO Nº 4344/2015

ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, e pela Lei Complementar Municipal N.º 021, de 20 de dezembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a composição dos Membros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José, que passará a ser composto pelos membros abaixo nominados, aos quais são conferidos todos os poderes previstos pela Lei Complementar Municipal N.º 021, de 20 de dezembro de 2005:

§ 1º - MEMBROS EFETIVOS:

I - Presidente: CLÓVIS RENATO SQUIO;
II - Secretário Geral: ROZANA MARIA KUSTER
III - Conselheiro Representante da Prefeitura Municipal: WALMOR DOS SANTOS JUNIOR;
IV - Conselheiro Representante da Prefeitura Municipal: MÁRIO ANTÔNIO VIEIRA;
V - Conselheiro Representante dos Contribuintes: NADIR TEREZINHA KOERICH, indicada pela AEMFLO;
VI - Conselheiro Representante dos Contribuintes: JOSÉ MATEUS HOFFMANN, indicado pelo Conselho Regional de Contabilidade;

§ 2º - MEMBROS SUPLENTE:

I - Presidente: FERNANDO ARTUR RAUPP;
II - Conselheiro Representante da Prefeitura Municipal: LÂNEA APARECIDA MADEIRA;
III - Conselheiro Representante da Prefeitura: THAÍS FARIAS DE SOUSA;
IV - Conselheiro Representante dos Contribuintes: TADEU PEDRO VIEIRA, indicado pelo Conselho Regional de Contabilidade;
V - Conselheiro Representante dos Contribuintes: SÉRGIO MURILO DA SILVA, indicado pela AEMFLO.

Art. 2º - Na forma do art. 170 do Código Tributário Municipal, fica designada a participar das sessões na qualidade de Representante da Fazenda a Procuradora Municipal KARINA DA SILVA GRACIOSA.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de abril de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

*repblicado por incorreção

DECRETO Nº 4380/2015

DECRETO Nº 4380/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor JULIO CESAR MEDEIROS do cargo de Assessor Administrativo II - CCM 2, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de abril de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LEI N.º 5.478 DE 24 DE ABRIL DE 2015

DENOMINA DE RUA LAURA SILVEIRA GONÇALVES, VIA PÚBLICA, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica denominada de Rua LAURA SILVEIRA GONÇALVES, a via pública localizada no Bairro Ipiranga, neste Município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 24 de abril de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 008, DE 27 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 008, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Regulamenta o procedimento administrativo e o trâmite dos processos de licenciamento/autorização ambiental da Fundação de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José - FMADS.

O Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ - FMADS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 13 da Lei Municipal nº 3.048, de 04 de setembro de 1997, faz saber e tornar público pela presente que:

CONSIDERANDO que os novos servidores aprovados no concurso público para o quadro de funcionários da FMADS assumirão em 27 de abril de 2015;

RESOLVE:

I- DA ABERTURA DO PROCESSO

Art. 1º A análise dos processos de licenciamentos a partir da data

da publicação desta Portaria obedecerão a ordem cronológica de protocolo, salvo, os casos declarados de utilidades pública e/ou interesse social devidamente motivados.

Parágrafo único. Para processos já protocolizados e que pendem de análise, devendo ser observado o seguinte critério: para cada processo analisado do ano de abertura deverão sê-lo, ainda, um de cada ano anterior a fim de garantir e respeitar o princípio da legalidade e da isonomia.

Art. 2º Somente serão abertos processos que atendam as exigências constantes em suas normativas que deverão ser previamente visadas por servidor público, devendo este verificar se toda documentação exigida encontra-se atendida, sob pena de não recebimento.

Parágrafo primeiro. entende-se como documentação exigida a constante nas Instruções Normativas correspondentes para cada atividade.

Parágrafo segundo. Após instaurado o processo e sendo-lhe emitido o boleto, o interessado tem um prazo de até 72 (setenta e duas horas), a contar do recebimento para fazer a juntada do comprovante de quitação e até 05(cinco) dias úteis para comprovar a publicação do pedido de licenciamento da atividade.

Parágrafo terceiro. O não atendimento dos itens constantes nos Parágrafos Primeiro e Segundo impedirão o prosseguimento da análise, suspenderão o prazo legal para emissão do ato e sujeitarão o arquivamento do processo por inércia da parte.

Art. 3º Instaurado o processo administrativo este receberá uma numeração e será encaminhado ao setor administrativo para paginação, com posterior envio ao Superintendente e na sua ausência ou seu Adjunto para providências.

Parágrafo único. O processo somente tramitará após sua completa paginação.

Art. 4º Após o recebimento o Superintendente ou o Diretor Operacional, se ele assim determinar, fará uma análise preliminar e encaminhará aos servidores designados por despacho no próprio processo para que estes após análise, vistoria e emissão de parecer técnico deliberem quanto a viabilidade e/ou requisição de exigência documental com vias a proceder a correção do procedimento, com envio por ofício ao empreender ou seu procurador do relatório de vistoria para providências dentro do prazo determinado.

Art. 5º A análise do procedimento deverá levar em consideração a atividade a ser licenciada e deverá ser assinada por no mínimo dois servidores públicos, sendo que um deste obrigatoriamente será sempre servidor efetivo, sob pena de nulidade dos atos posteriores.

Parágrafo primeiro. Caso seja necessário a participação de mais servidores, a depender da complexidade da atividade a ser licenciada, o número de servidores efetivos participantes do processo não poderá ser inferior ao número de servidores comissionados envolvidos a fim de garantir paridade, transparência e celeridade na análise.

Parágrafo segundo. Objetivando dar mais transparência aos atos de gestão e também criando uma base de dados e, assim, possibilitar futura migração quando da implantação da plataforma eletrônica, os novos processos abertos a partir desta data deverão ser digitalizados assim como todos os atos administrativos posteriores, como os pareceres, folhas de rotina, licenças e autorizações.

II- DO PRAZO DE ANÁLISE DOS CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS

Art. 6º Recebido o processo o mesmo poderá aguardar, de acordo com a demanda existente, por até 30 (trinta) dias na sala do Superintendente quando então deverá após despacho ser encaminhado as equipes designadas.

Parágrafo único. As equipes ora definidas deverão guardar relação de equivalência com o objeto da atividade a ser licenciada.

Art. 7º Uma vez definidas as equipes técnicas e sua composição, estas terão o prazo de até 60 (sessenta) dias para emitir um parecer técnico, devendo, neste, estar contido todas as exigências necessárias ao prosseguimento da atividade e o seu licenciamento

em cumprimento ao Art. 14, parágrafos 1º e 2º, da Lei Complementar nº 140/2011.

Parágrafo primeiro. Constatadas pela equipe técnica responsável pela análise a falta e/ou a necessidade de complementação de informações, estas serão encaminhadas ao superintendente que, por meio de ofício, dará ciência a parte interessada das exigências sendo fixado prazo para tal não inferior a 30(trinta) dias.

Parágrafo segundo. Durante o prazo de encaminhamento e o prazo de recebimento da documentação o processo administrativo ficará sob guarda do setor administrativo, devendo lá permanecer pelo período definido, salvo, se houver determinação expressa do Superintendente ou de seu Adjunto e na ausência de ambos o Diretor Operacional, sendo vedado ao servidor responsável pela análise ou servidor não pertencente a equipe de análise requerer o prosseguimento do feito.

Parágrafo terceiro. O respeito ao prazo acima definido permitirá com que a equipe técnica tenha tempo para dar azo a análise de novas demandas.

Parágrafo quarto. Uma vez constituída a equipe técnica esta será responsável pelo processo até sua fase final, salvo em casos específicos, quando a alteração da nominata será decidida após determinação expressa do Superintendente ou de seu Adjunto e na ausência de ambos o Diretor Operacional.

Parágrafo quinto. O descumprimento do parágrafo acima sujeitará ao servidor público que desobedecer a decisão as sanções administrativas previstas no estatuto do servidor, devendo seu superior hierárquico, por meio de requisição oficial o Superintendente e/ou seu Adjunto para instauração de processo disciplinar.

III- DA VISTORIA PRELIMINAR E DO PARECER TÉCNICO

Art. 8º Recebido aos autos, os servidores designados deverão realizar vistoria no local, devendo o acervo fotográfico da vistoria ser parte integrante e obrigatória do relatório, sob pena de invalidação dos atos posteriores.

Art. 9º Se em vistoria for constatada qualquer início de atividade, está deverá ser imediatamente comunicada ao Superintendente e ao Setor de Fiscalização Ambiental (SFA) e a Guarda Municipal Ambiental (GMA) para adoção das devidas providências, sob pena de responsabilização civil administrativa e criminal dos servidores que tiveram ciência do fato, nos termos do Art. 70, parágrafo 3º, da Lei Federal nº 9.605/98.

IV- DA EMISSÃO DA LICENÇA OU ATO ADMINISTRATIVO REQUERIDO OU NEGAÇÃO

Art. 10º Constatado cumprimento das exigências documentais os responsáveis pela análise deverão, após emissão do parecer técnico, elaborar a licenças e/ou ato administrativo correspondentes para posterior assinatura do Superintendente e ou Adjunto.

Art. 11 Não havendo o atendimento das exigências, os servidores deverão cientificar quais as exigências não foram atendidas e reencaminhar ao Superintendente para nova requisição documental, cujo andamento deverá seguir o rito acima.

Parágrafo único. Na eventualidade de não atendimento as demandas o processo será arquivado, desde que devidamente motivado.

Art. 12 O prazo para emissão deste atos será o mesmo fixado na Resolução CONAMA nº 237, ressalvada as hipóteses de retardo documental por parte do empreendedor.

Art. 13 Em não sendo deferido o licenciamento ou autorização requerida a negativa deverá estar tecnicamente motivada e constará do processo administrativo correspondente.

V- DA SUSPENSÃO DO PRAZO DE ANÁLISE

Art. 14 Serão suspensos os prazos de análise durante o período em que o processo estiver aguardando a complementação das informações sendo retomados após o fiel atendimento das mesmas.

Parágrafo único. Os prazos também poderão ser suspensos ou dilatados por ato do Superintendente ou Adjunto, desde que devidamente motivados.

Art. 15 Ocorrerá, ainda, a suspensão do prazo se constadas no

curso da análise eventual omissão do estudo, laudo falso ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso que possam comprometer a análise e ou resultado final do procedimento licenciatório.

Parágrafo único. Em sendo observado tal fato deverá constar em processo e deverá ser concedida uma oportunidade ao empreendedor para sanar/dirimir o ato, sendo advertido que em persistindo tal conduta será encaminhado cópia do processo ao Ministério Público para apuração de crime ambiental capitulado no Art. 69-A da Lei n. 9.605/98.

VI- DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES AO PROCESSO DE LICENCIAMENTO

Art. 16 Em se tratando de atividades licenciadas nas quais envolvam a necessidade de supressão de corte e/ou fragmento florestal a licença de instalação apenas será emitida após o cumprimento de todas as medidas exigíveis quando da emissão da autorização, ficando suspenso todo e qualquer prazo enquanto não equacionado este ato.

VII- DA REVOGAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Art.17 Serão revogados os atos administrativos, conferindo ao administrado o direito ao contraditório e ampla defesa, sempre que: I- contrariarem as condicionantes previstas nas licenças e ou autorizações;

II- por fatos supervenientes e de graves riscos ambientais e a saúde;

III- omissão, falsa descrição de informações relevantes que subsidiarem a expedição da licença.

Parágrafo Único. Uma vez revogada a licença ou autorização, em razão do item II acima, deverá ser formalizada representação perante o Ministério Público para apuração de crime ambiental.

VIII- DO PARECER JURÍDICO

Art.18 Havendo dúvidas e ou necessidades relacionadas a questionamentos legais no curso do processo de licenciamento os processos deverão ser submetidos a Assessoria Jurídica (ASSEJUR), que no prazo máximo de 30(trinta) dias, emitirá seu posicionamento.

VIII- DAS ATIVIDADES DE ROTINA APÓS A EMISSÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS- FISCALIZAÇÃO.

Art.19 Após a emissão das licenças e autorizações incumbirá ao Setor de Fiscalização e/ou a Guarda Municipal Ambiental verificarem o estrito cumprimento das condicionantes impostas e, em caso de desobediência, instaurar procedimento previsto no Decreto Municipal nº 4054/2015.

Art. 20 Após a devida autuação o processo gerado deverá seguir apensando ao processo de licenciamento para atender aos princípios da segurança jurídica, celeridade, economia processual, não estando, contudo a decisão de licenciar vinculada efetivamente a decisão administrativa derradeira final no processo que apura infração ambiental.

IX- DO PRAZO PARA RENOVAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E DAS CONSEQUENCIAS

Art. 21 Nos processos de licenciamento pleno, aqueles compreendidos, quando da emissão das Licenças Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação, estas deverão ser requerida pelo interessado no prazo de até 120 (cento e vinte) dias antes do seu vencimento.

Art. 22 Nos processos licenciamento não abrangidos pelo licenciamento pleno, o pedido de renovação das autorizações deverá ser requerido, pelo interessado, no prazo de até 90 (noventa dias) dias antes do seu vencimento.

Art. 23 Quando a renovação da licença/autorização não for requerida nos prazos acima, a atividade deverá ser autuada e o interessado deverá providenciar abertura de novo processo administrativo com vistas a regularização da atividade.

X- DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24 Em atendimento ao princípio do direito à informação ambiental e assim de forma extensiva permitir ao interessado amplo conhecimento da base de informações e dados que a Fundação Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável utiliza, caso requerido, deverá ser disponibilizado ao interessado as informações básicas sobre quais bases de dados e/ou documentos que se baseiam os servidores para definir, analisar, aprovar ou recusar a emissão dos atos administrativos.

Art. 25 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrários.

Publique-se, comunique-se e cumpra-se.

São José, 27 de abril de 2015.

EDUARDO BASTOS MOREIRA LIMA

Superintendente da FMADS/SJ

Decreto Municipal nº 696/2013

São José do Cedro**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 041/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 041/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, de 18 de dezembro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346/2014, de 11 de fevereiro de 2014, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

DENTISTA - ESF

DAIANE ROSSETTI

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 27 de Abril de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2015, TP Nº 006/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR o MEMORIAL ARQUITETÔNICO especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 006/2015, (PUBLICADO NO DOM/ EDIÇÃO Nº 1722, DIA 13/04/2015 - PAG. 428), OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO EM EDIFICAÇÃO (PRÉDIO DO ANTIGO BESC), ONDE SERÁ INSTALADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COM ÁREA TOTAL DE 900,70 M², CONFORME PROJETOS ANEXOS AO EDITAL. Em especial nos seguintes tópicos: PORCELANATO (pg. 08), PISO CERÂMICO (pg. 08), REVESTIMENTO (pg. 10) e PINTURA (pg. 12) do referido memorial; que estará sendo disponibilizado com as devidas retificações destaque, no site do município, reabrindo-se o prazo legal para abertura das propostas, designando-se nova data para o dia 14/05/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de abril de 2015.
DANIEL HIPPLER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 5.082, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 5.082, DE 27 DE ABRIL DE 2015.
Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 15.316,77 (quinze mil, trezentos e dezesseis reais e setenta e sete centavos), na seguinte dotação orçamentária:

11.00	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
11.01	FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
08.244.4509.2.029 .3.3.9.0.00.00.00 .00.00.0.1.0000	145	Aplicação Direta	R\$ 15.316,77	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º,

do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

11.00	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
11.01	FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
08.244.4509.2.029 .3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	141	Aplicação Direta	R\$ 15.316,77	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de abril de 2015.
DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 5.083, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 5.083, DE 27 DE ABRIL DE 2015.
Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 15.316,77 (quinze mil, trezentos e dezesseis reais e setenta e sete centavos), na seguinte dotação orçamentária:

11.00	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
11.01	FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
08.244.4509.2.029 .3.1.9.0.00.00.00 .00.00.0.3.0035	198	Aplicação Direta	R\$ 15.316,77	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

11.00	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
11.01	FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
08.244.4509.2.029 .3.3.9.0.00.00.00.00.0.3.0035	191	Aplicação Direta	R\$ 15.316,77	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de abril de 2015.
DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 5.084, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 5.084, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Designa Comissão de Avaliação, responsável pela avaliação técnica de veículo micro-ônibus, a ser adquirido pelo Comitê Desportivo Municipal, mediante a realização de processo licitatório, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII;

CONSIDERANDO a iminente realização do Processo Licitatório nº 005/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 004/2015, cujo objeto consiste na "aquisição de um veículo micro-ônibus ano mínimo 2011, modelo 2012, a ser utilizado no transporte de atletas do Comitê Desportivo Municipal de São Lourenço do Oeste - SC", se torna necessária a designação de uma Comissão de Avaliação, responsável pela emissão de Parecer Técnico, anteriormente à adjudicação do item licitado, acerca do estado de conservação do veículo a ser adquirido pelo Comitê Desportivo Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Designar os membros a seguir relacionados, para comporem a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, responsável pela avaliação técnica de veículo micro-ônibus, a ser adquirido pelo Comitê Desportivo Municipal, mediante a realização do Processo Licitatório em epígrafe:

I - Adirlei Carlos Santian, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Presidente do Comitê Desportivo Municipal, matrícula nº 14201 - Presidente;

II - Lauri Alberto Centenaro, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, matrícula nº 374/01 - Membro;

III - Paulo Drei, empresário, inscrito no CPF sob o nº 022.879.209-60 - Membro.

Art. 2º Os membros da Comissão de Avaliação, designados no art. 1º, anteriormente à adjudicação do item no processo licitatório em comento, deverão confeccionar Parecer Técnico atestando o estado de conservação do micro-ônibus a ser adquirido pelo Comitê Desportivo Municipal, verificando também a regularidade do veículo, as condições de trafegabilidade, segurança e o cumprimento da legislação de trânsito.

Art. 3º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros da Comissão de que trata o presente Decreto não receberão remuneração pelos serviços realizados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

LEI Nº 2.212, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 2.212, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza a cessão de uso de um botijão de sêmen para a Associação de Moradores da Comunidade de Linha Santa Clara, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

firmar termo de cessão de uso, a título gratuito, pelo prazo de 05 (cinco) anos, de 01 (um) botijão de sêmen, com capacidade para 20 (vinte) litros de nitrogênio, avaliado em R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), de propriedade do município de São Lourenço do Oeste, registro patrimonial nº 16354, com a Associação de Moradores da Comunidade de Linha Santa Clara, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 07.724.424/0001-48.

Art. 2º A cessão de uso, prevista no artigo 1º desta Lei, deverá observar as seguintes regras:

I - a manutenção, guarda e conservação decorrentes da utilização do botijão de sêmen, será de exclusiva responsabilidade da Associação de Moradores, que responderá por todo e qualquer dano decorrente da utilização do mesmo;

II - a restituição do bem ao Município poderá se dar a qualquer tempo, bastando que a parte interessada comunique a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cujo bem deverá ser entregue em condições ideais de uso, vistoriado por profissional indicado pelo município de São Lourenço do Oeste;

III - caberá à Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura a fiscalização da utilização do bem cedido, bem como da forma de atendimento dos agricultores, reservando-a o direito de intervir junto à Associação, se constatado o uso do bem móvel, objeto da presente Lei, para promoção pessoal, má operação do mesmo ou discriminação no atendimento dos associados;

IV - os responsáveis pela Associação deverão prestar contas da totalidade das doses de sêmen fornecidas e dos agricultores atendidos, na forma disposta no respectivo termo de cessão de uso a ser firmado;

V - ao final da cessão, o botijão deverá ser devolvido em condições ideais de uso, sob pena de ressarcimento aos cofres públicos pelos danos causados;

VI - o termo de cessão de uso a ser firmado regulará o uso do bem e demais disposições omissas nesta Lei.

Art. 3º Os responsáveis pela Associação de Moradores deverão zelar pela integridade do patrimônio público que estará sob sua guarda, sob pena de responderem penal, civil e administrativa-mente, nas hipóteses de causarem lesão ao patrimônio público ou a terceiros.

Art. 4º Para cobrir as despesas decorrentes da execução desta Lei, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

LEI Nº 2.213, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 2.213, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Revoga dispositivo da Lei nº 2.197, de 26 de dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o art. 8º da Lei Municipal nº 2.197, de 26 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 08/2015 FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2015 FMS.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item, na modalidade Pregão Presencial, para aquisição de PROTESES DENTÁRIAS, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 8:45 horas do dia 12/05/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de compras e Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 7:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 24 de abril de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH - Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 34/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2015.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item, para contratação de empresa/profissional em Educação Física e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 11/05/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta - Feira, horário de expediente, das 07:00 as 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 24 de abril de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH - Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 35/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para aquisição de peças e serviços de mecânica para os veículos e máquinas da Municipalidade e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 13/05/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 24 de Abril de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH - Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 1/7
 Processo Nº.: 28/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015

No dia 27 do mês de Abril do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.124/0001-82, com sede administrativa localizada na RUA SÃO LUIZ, 210, bairro Centro, CEP nº. 89879-000, nesta cidade de São Miguel da Boa Vista/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). GILNEI ANTONIO GUTH, inscrito no CPF sob o nº. 469.398.579-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 21/2015, Processo Licitatório nº. 28/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Aquisições de gêneros alimentícios e gás de cozinha para as secretarias, com as quantidades estimadas, para entrega no período de um ano após a assinatura do, conforme requisição. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
2878	ALINE FATIMA KOCH ME	1, 8, 15
621	POSTO CHARNOSKI LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALINE FATIMA KOCH ME	19.376.012/0001-43	JOSÉ KOCH	430.341.879-04
POSTO CHARNOSKI LTDA	04.408.359/0001-53	ELENA SCHARNOSKI	942.247.819-72

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Aquisições de gêneros alimentícios e gás de cozinha para as secretarias, com as quantidades estimadas, para entrega no período de um ano após a assinatura do, conforme requisição.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 2878 - ALINE FATIMA KOCH ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Amendoim - cru, tipo 1, acondicionado em embalagem plástica de 500 gramas, de 1º qualidade.	un	pinuca	40,000	4,0000	160,00
8	Pimentão - verde, vermelho e amarelo novo, inteiro, de tamanho médio, de 1ª qualidade e inteiro, devem estar bem formados, limpo, com coloração uniforme, livre de danos mecânicos, de pragas.	Kg	real	15,000	4,9500	74,25
15	RECARGA DE GAS DE COZINHA 13KG, C/ CERTIFICADO DO IMETRO.	un	supergasbras	95,000	49,9000	4.740,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 2/7
Processo Nº.: 28/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2015

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 3/7
Processo Nº.: 28/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2015

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 4/7
Processo Nº.: 28/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2015

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SE TA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 5/7
Processo Nº.: 28/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2015

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO LOCAL E PRA O DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 6/7
Processo Nº.: 28/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2015

CLÁUSULA NONA - DOS ACR SCIMOS E SUPRESS ES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA D CIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA D CIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 7/7
Processo Nº.: 28/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2015

CLÁUSULA D CIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA D CIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel da Boa Vista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Miguel da Boa Vista, 27 de Abril de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ALINE FATIMA KOCH ME

CNPJ: 19.376.012/0001-43

POSTO CHARNOSKI LTDA

CNPJ: 04.408.359/0001-53

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 56/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2015

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Sr. Prefeito Municipal o Sr. João Carlos Valar, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinado para a drenagem de águas pluviais rua Plácido de Castro, Bairro Andreatta e o Projeto de ampliação de pontilhão com galerias pré-moldadas, Rio Guamirim, Bairro Sagrado Coração cfe Contrato de Repasse n. 806324/2014/Ministério das Cidades/Caixa Processo n. 2623.1018717-74/2014, de acordo com o Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 22 de maio de 2015.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 27 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 41.2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 41/2015

MODALIDADE: Chamada Pública -

OBJETO: O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, para o atendimento à alimentação escolar das Unidades de Ensino do Município de São Pedro de Alcântara, conforme especificado no Anexo II.

TIPO: Menor Preço por Item DATA DE ABERTURA: 01/06/2015 às 09:00h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos emails:

licitacoes@pmspa.sc.gov.br ou licitacoespmspa@gmail.com

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203.

São Pedro de Alcântara, 27/04/2015

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 09/2015-FMS (SEQUÊNCIA 02)

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para abertura da licitação conforme marcado anteriormente pela segunda vez.

E para fornecer conhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo pela segunda vez, no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/ SC.

Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta.

Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2015-PMS

PROCESSO Nº. 85/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de treinamento, consultoria e execução de serviços de identificação, levantamento e estudos sobre a folha de pagamento para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finança do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 15 de maio de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 15 de maio de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 28 de abril de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2015-FMS

PROCESSO Nº. 32/2015-FMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para dedetização das Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde e nas Unidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 18 de maio de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 18 de maio de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 28 de abril de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2011-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JENIFER CAMPESTRINI, inscrita no CPF sob nº. 086.351.009-48, aprovada em 7º lugar no Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 06 de maio de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 24 de abril de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2011-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ANDREIA NASS FRIEDEMANN, inscrita no CPF sob nº. 003.769.879-60, aprovada em 8º lugar no Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 07 de maio de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 27 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal**CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2011-GAB/PMS**

Convocação Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CAROLINE LUCIA ODIM CARVALHO, inscrita no CPF sob nº. 347.057.788-98, aprovada em 6º lugar no Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 06 de maio de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 24 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal**DECRETO Nº 3.301/2015, DE 27 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº3.301/2015, de 27 de abril de 2015.

REGULA O PLANO DE GRATIFICAÇÃO DO MÉDICO CLÍNICO GERAL, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº164/2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no Art. 4º, da Lei Complementar Municipal nº 164/2015, que autoriza a gratificação de até R\$1.500,00 para o Médico Clínico Geral;

Considerando, não obstante, que à parte das dificuldades em se manter os médicos no quadro funcional, é dever constitucional do Poder Público oferecer aos cidadãos assistência médica de qualidade;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável, e que o profissional médico é um dos componentes

desse direito que deve ser garantido;

Decreta:

Art. 1º A gratificação do médico Clínico Geral será paga conforme tabela, Anexo I, que dispõe sobre os critérios de avaliação.

Art. 2º Os efeitos do referendado Decreto retroagem ao dia 22 de março de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 27 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicado na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças**ANEXO I**

Parâmetro de avaliação	Pontuação	Descrição do parâmetro	Período de avaliação/ Fonte	Observação
1) Assiduidade	25	01 (uma) ocorrência de falta injustificada. Neste parâmetro não são incluídas faltas justificadas (atestado, ausência do local de trabalhos para realização de cursos autorizados pela chefia).	Período: Mensal Fonte: Setor de Recursos Humanos	Se o profissional apresentar 01 (uma) falta injustificada não receberá o valor referente a este item.
2) Pontualidade	25	Atrasos, saídas antecipadas ou ausências de registro no ponto biométrico, tolerância de até 01 (uma) ocorrência por semana.	Período: Mensal Fonte: Setor de Recursos Humanos	O profissional deverá ter no máximo 04 (quatro) ocorrências de atrasos ou saídas antecipadas ou ausência de registro.
3) Número de consultas médicas realizadas	50 pontos	Três (03) consultas / hora mínimo, indiferente da carga horária médica.	Período: Mensal Fonte: Sistema Municipal de Saúde.	Três (03) consultas / hora; Parâmetro de acordo com o estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde.

OBS.: 10 pontos = R\$ 15,00.

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 06/2015 - FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 06/2015 - FAS

Processo de licitação nº. 06/2015 - FAS - Modalidade Tomada de Preço nº. 01/2015 - FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: DIEGO GUILHERME LASTA, inscrito no CPF sob o nº. 073.034.579-33, residente e domiciliado na Rua Rosa Safaneli Tepasse nº 73, Bairro Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: contratação de prestador de serviço com graduação em Direito para atuar junto ao CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, com carga horária de 4 horas semanais, totalizando 180 horas, para o ano de 2015, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Valor total do contrato: R\$ 5.922,00 (cinco mil novecentos e vinte e dois reais)

Data da Assinatura: 27/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 37/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 37/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 33/2015-FMS - Dispensa de Licitação nº. 18/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.612.312/0001-44, estabelecida Rua Professor Serafim Orlandi nº 356, Bairro Vila Mariana, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.115-090.

Objeto: contrato consiste na aquisição de suplemento fornecido pelo Município através de Ação Civil Pública de nº 0900017-65.2015.8.24.60026 para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	PREGOMIN PEPTI 400mg LATA (ORDEM JUDICIAL)	11	LATA	75,00	825,00
VALOR R\$ TOTAL					825,00

Valor do contrato: R\$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais),

Data da Assinatura: 27/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2015-PMS

PROCESSO Nº. 78/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e item referente ao Edital de Pregão Presencial nº. 38/2015-PMS, tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de tela soldada revestida, malha 5cm x 10cm para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado:

Leiam-se:

1.1 Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 14 de abril de 2015.
b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.
Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.
c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h.
d) Abertura do processo: às 14h15min.

3.1.3 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 14 de abril de 2015 às 14h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.1-b.

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2015-PMS - PROCESSO Nº 78/2015-PMS
PROPOSTA COMERCIAL

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELA SOLDADA REVESTIDA, MALHA 5CM X 10 CM, MAIS AMARRAÇÕES COM ARAME LISO Nº 16 2,30MM (INCLUSO) E MÃO DE OBRA	1.000	M²		
TOTAL R\$					

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2015-PMS
TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
01	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELA SOLDADA REVESTIDA, MALHA 5CM X 10 CM, MAIS AMARRAÇÕES COM ARAME LISO Nº 16 2,30MM (INCLUSO) E MÃO DE OBRA	1.000	M²	19,20	19.200,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					19.200,00

Schroeder, 27 de abril de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2015-FAS
MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2015-FAS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Tomada de Preços nº. 01/2015-FAS, Processo de licitação nº. 06/2015-FAS, adjudicando em favor do senhor abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço item, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de prestador de serviço com graduação em Direito para atuar junto ao CREAS - Centro de Referencia Especializado de Assistência Social, com carga horária de 4 horas semanais, totalizando 180 horas, para o ano de 2015, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Vencedor: DIEGO GUILHERME LASTA, inscrito no CPF sob o nº. 073.034.579-33, residente e domiciliado na Rua Rosa Safaneli Tepasse nº 73, Bairro Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Valor total da proposta vencedora: R\$ 5.922,00 (cinco mil novecentos e vinte e dois reais),

Schroeder, 27 de abril de 2015.
Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 32/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 1/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2015**Número do Registro de Preços: 23/2015 Data do Registro: 27/04/2015 Válido até: 27/04/2016****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de iluminação pública para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 03 metros, soquete E - 40. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 250 W. Produto Homologado pela Celesc. Desempenho aprovado pelo Inmetro e Procel	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	90,5000	1
2	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 01 metros, soquete E - 27. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 70 W. Produto Homologado pela Celesc. Desempenho aprovado pelo Inmetro e Procel	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	61,0000	1
3	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 01 metros, soquete E - 40. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 250 W. Produto Homologado pela Celesc. Desempenho aprovado pelo Inmetro e Procel	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	65,0000	1
4	Reator vapor sódio - 250W, 250V, baixa perda, (24) , uso externo, galvanizado, com ignítore capacitador incorporado, fator de energia maior que 0,92, demais características conforme especificações na E/3130001/MP/21 e NBR 13593 com garantia de 5 anos. Homologado pela Celesc. Desempenho aprovado pelo Inmetro e Procel	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	79,0000	1
5	Reator vapor sódio - 70W, 250V, baixa perda, (10) , uso externo, galvanizado, com ignítore capacitador incorporado, fator de energia maior que 0,92, demais características conforme especificações na E/3130001/MP/21 e NBR 13593 com garantia de 5 anos. Homologado pela Celesc. Desempenho aprovado pelo Inmetro e Procel	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	43,0000	1
6	Lâmpada vapor sódio, alta pressão, 250 W, tubular, base E - 40, garantia de fluxo luminoso de no mínimo 33.000 lumens, vida útil aproximadamente de 32.000 horas de funcionamento em condições normais. Homologado pela Celesc. Desempenho aprovado pelo Inmetro e Procel	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	20,0000	1
7	Lâmpada vapor sódio, alta pressão, 70 W, tubular, base E - 27, garantia de fluxo luminoso de no mínimo 6.500 lumens, vida útil aproximadamente de 28.000 horas de funcionamento em condições normais. Homologado pela Celesc. Desempenho aprovado pelo Inmetro e Procel	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	12,5000	1
8	Conector tipo cunha, tipo II - (Homologado pela Celesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	1,8400	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 23/2015**

Página: 2/5

Número do Registro de Preços: 23/2015		Data do Registro: 27/04/2015		Válido até: 27/04/2016		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de iluminação pública para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
9	Conector tipo cunha, tipo A - (Homologado pela Celesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	2,8400	1	
10	Conector tipo cunha, tipo B - (Homologado pela Celesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	2,8400	1	
11	Fio flexível 1,5 mm nas cores preto, vermelho e branco (rolo de 100 metros) - (Homologado pela Celesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	56,0000	1	
12	Fio flexível 2,5 mm nas cores preto, vermelho e branco (rolo de 100 metros) - (Homologado pela Celesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	73,0000	1	
13	Cinta circular galvanizada a fogo 190 mm - (Homologado pela Celesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	24,5000	1	
14	Cinta circular galvanizada a fogo 200 mm - (Homologado pela Celesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	26,0000	1	
15	Cinta circular galvanizada a fogo 220 mm - (Homologado pela Celesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	27,0000	1	
16	Cinta circular galvanizada a fogo 230 mm - (Homologado pela Celesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	29,0000	1	
17	Cinta circular galvanizada a fogo 250 mm - (Homologado pela Celesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	30,0000	1	
18	Cinta circular galvanizada a fogo 300 mm - (Homologado pela Celesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	31,0000	1	
19	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 190 mm com porca quadrada - (Homologado pela Celesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	6,0000	1	
20	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 200 mm com porca quadrada - (Homologado pela Celesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	7,0000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2015

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 23/2015		Data do Registro: 27/04/2015		Válido até: 27/04/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de iluminação pública para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 220 mm com porca quadrada - (Homologado pela Calesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	8,2000	1
22	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 250 mm com porca quadrada - (Homologado pela Calesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	9,1000	1
23	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 300 mm com porca quadrada - (Homologado pela Calesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	10,0000	1
24	Conector complexo - (Homologado pela Calesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	2,8000	1
25	Cubetas para volume 25 mL com tampa para análises de dor e fllor no aparelho DR890 Marca Hach.Caixa com 06 unidades A referência da cubeta é CAT. No.24019	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	2,1500	1
26	Conector tipo cunha, tipo II - (Homologado pela Calesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	2,0000	1
27	Base para relé fotoeletrônico - (Homologado pela Calesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	5,1000	1
28	Braco de iluminação pública 01 metro, galvanizado a fogo, com sapata larga e nome do fabricante gravado no mesmo. (Homologado pela Calesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	16,0000	1
29	Braco de iluminação pública 03 metro, galvanizado a fogo, com sapata larga e nome do fabricante gravado no mesmo. (Homologado pela Calesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	82,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2015

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 23/2015		Data do Registro: 27/04/2015		Válido até: 27/04/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de iluminação pública para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	Relé fotoeletrônico para comando de iluminação pública, de corrente alternada 220v, Frequência 50/60Hz. Constituído de tampa em policarbonato estabilizado contra o raio ultravioleta. Pinos de contato em latão fixados na parte inferior e selados. Contatos de carga de alta durabilidade, superior a 15.000 operações. Tipo NF em operação. Sensor fotoeletrônico fototransistor de alta sensibilidade. Faixa de operação 3 a 20 Lux para desligar. Relação desligaliga 1,2 a 4 de acordo com a ABNT NBR 5123/98. Tensão de operação 105 A 305 V automático. Temperatura de trabalho -5°C A 50°C. Consumo máximo 0,9W IP 67. Deverá ser apresentado laudo de ensaio do relé comprovando o grau de proteção IP 67, realizado em laboratório oficial reconhecido por órgãos nacionais/ou internacionais. Acondicionamento com retardor de 5 segundos. Garantia mínima: 10 anos, gravado no corpo de relé (produto homologado pela CELESC) (enviar amostras e laudos em 05 (cinco) dias úteis, no Departamento de Compras).	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)		0	22,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2015

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 23/2015							Data do Registro: 27/04/2015		Válido até: 27/04/2016	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de iluminação pública para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2015
PROCESSO Nº 65/2015

(10470) - SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

Schroeder, 27 de Abril de 2015.

DISPENSA Nº 18/2015-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 18/2015 - DL**Processo Nr.: 33/2015
Data: 27/04/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.

Código: 12939

Endereço: R PROFESSOR SERAFIM ORLANDI, 356

Cidade: São Paulo - SP

CNPJ: 03.612.312/0001-44

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de suplemento fornecido pelo Município através de Ação Civil Publica de nº 0900017-65.2015.8.24.60026 para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	11,00	PREGOMIN PEPTI 400mg LATA (ORDEM JUDICIAL)	LATA	75,00	825,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Paciente portadora de Síndrome de Down (CID 10.Q90.9) com cardiopatia congênita (CID 10.151) e intolerância a lactose (CID 10E73), por conta desta enfermidade a paciente necessita fazer uso do referido suplemento.

Schroeder, 27 de Abril de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 18/2015 - DL**

Processo Nr.: 33/2015
Data: 27/04/2015

Folha: 2/2

24/4/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 24 de Abril de 2015

Valor da Despesa: 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Serra Alta**PREFEITURA****DECRETO Nº 085/2015**

DECRETO Nº 085/2015 DE 27 DE ABRIL DE 2015.

"Dispõe sobre a nomeação de membros para compor o Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica da Assistência Social e Lei Municipal n.º 978/2013 de 04/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social:

Representantes Governamentais:

1. Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: VOLNEI FICAGNA

Suplente: ALLISSON MAURICIO MONTEIRO

2. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: NILDA CUOCHINSKI

Suplente: ÁUREA PERUZZO

3. Secretaria Municipal de Saúde

Titular: CRISTINA SCHMITZ

Suplente: VILSON PAULETTO

Representantes Não Governamentais

1. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e Programa de Atendimento integral à Família - PAIF

Titular: JUCELENE SCHMITZ

Suplente: LUCÉLIA BARBOSA

Titular: ENJUCILAINE MARCIA JACOSKI FLECK

Suplente: CLARICE JULKOSKI

Titular: LAURECI ESCHER

Suplente: EDLA PAGLIARINI

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogando o Decreto n.º 066/2013 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 27 de abril de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Timbé do Sul**PREFEITURA****DECRETO 81/2015**

DECRETO Nº. 81, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

INSERE DESPESA, FONTE DE RECURSO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam inseridas na Unidade/Orçamentária e Projeto/Atividade abaixo identificada, a despesa e a fonte de recursos que passam a integrar o Orçamento do Município de Timbé do Sul com a seguinte estrutura orçamentária:

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes

1.016 - Pavimentação de Vias Urbanas

170 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0152

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior, na conta corrente 56.500-8; Banco do Brasil, Agência 5.300-7, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), na dotação abaixo especificada:

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes

1.016 - Pavimentação de Vias Urbanas

170 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0152 - Aplicações Diretas

..... R\$ 24.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 27 de Abril de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO 38/2015

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 38/2015

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Bigotur Transporte e Turismo Ltda

Objeto: Prestação de serviço de socorro no transporte escolar da rede municipal de ensino e das linhas universitárias, do Município de Timbé do Sul, quando houver necessidade e/ou quebra dos ônibus.

Valor: R\$ 44.596,80 (quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais e oitenta centavos) global estimado.

Vigência: de 17/04/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONVENIO 04/2015

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbó do Sul

Termo de Convenio nº 04/2015

Contratante: Município de Timbó do Sul

Contratado: Cooperativa Escola dos Alunos do Centro de Educação Profissional Caetano Costa

Objeto: Pagamento, pelo MUNICÍPIO de 50% (cinquenta por cento) do valor necessário para a manutenção, moradia e alimentação de 07 (sete) alunos, por ele indicados, regularmente matriculados no Curso Técnico em Agropecuária em concomitância com o ensino médio, ministrado pelo CEDUP CAETANO COSTA durante o ano de 2015.

Valor: R\$ R\$ 9.242,10 (nove mil, duzentos e quarenta e dois reais e dez centavos) global estimado.

Vigência: de 01/04/2015 até 31/12/2015.

Timbó**PREFEITURA****ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TOMADA DE PREÇO N.º 171 2014 PMT - RETIFICADA I**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA - CONCORRÊNCIA Nº 171/2014 - PMT - RETIFICADA

Às oito horas, do vigésimo sétimo dia do mês de abril de dois mil e quinze, na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os Membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, com a finalidade de proceder a retificação da Ata de Julgamento das Propostas exarada no dia 24/04/2015, nos seguintes termos: Após análise da ata, a Comissão verificou erro de digitação, no parágrafo onde declarou vencedora a empresa ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA no valor total global de R\$ 18.344.841,65 (dezoito milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e um reais e sessenta e cinco centavos), haja vista que referido valor refere-se apenas ao item nº 1.1, restando acrescentar o correspondente ao item nº 1.2 (R\$ 554.595,42).

Diante do exposto, a Comissão procede a retificação da Ata de Julgamento das Propostas de 24/04/2015, para constar que, declara-se vencedora a empresa ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA, porém com o valor apontado no parecer técnico do engenheiro civil, em conformidade com o item 8.8.1 do Edital, ou seja, no valor total global de R\$ 18.899.437,07 (dezoito milhões, oitocentos e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais e sete centavos).

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento de habilitação para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame.

Nada mais havendo a Presidente encerrou a sessão, lavrando a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pela mesma e demais membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 04 2015 FMS - SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS DE RAIOS XESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 04/2015 FMS

OBJETO: registro de preços destinado à contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de laudos de raios x, através de imagem disponibilizada pelo sistema de telemedicina ou similar, e/ou imagem impressa em película, para atendimento de toda a demanda do Fundo Municipal de Saúde - FMS. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 11 de maio de 2015. ABERTURA: dia 11 de maio de 2015 as 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 27/04/2015
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Saúde**AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 37 2015 PMT - SERVIÇOS DE JARDINAGEM**ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 37/2015 - PMT

OBJETO: contratação de empresa especializada em serviços de jardinagem (conforme descrição constante no Anexo I) para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 13 de maio de 2015. ABERTURA: dia 13 de maio 2015 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 27/04/2015
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração**PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 169 2014 PMT - GRAMA, FLORES E HÚMUS**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 169/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de grama tipo esmeralda, flores, adubo e húmus, para manutenção e revitalização dos canteiros do Município de Timbó, atendendo as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Disk Grama Comercial Ltda - Me; Hibiscus Ornamentações Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 322.100,00 (trezentos e vinte e dois mil e cem reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 29/01/2016

Timbó, 30/01/2015
MÁRCIA DA ROCHA
Secretária de Desenvolvimento Econômico**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO MD Nº 5/2015**

Resolução MD Nº 5/2015

Antecipa o pagamento do subsídio aos vereadores da Câmara Municipal de Timbó.

A Mesa da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição conferida pelo art. 48, I, do Regimento Interno e art. 18. Parágrafo único, da Lei Orgânica,

Considerando que o dia previsto para pagamento do subsídio aos vereadores da Câmara Municipal - 1º de Maio de 2015 - feriado alusivo ao Dia do Trabalho, Resolve:

Art. 1º Realizar o pagamento do subsídio aos vereadores da Câmara Municipal, relativo ao mês de Abril de 2015, no dia 30 de Abril de 2015, quinta-feira.

Art. 2º Esta Resolução MD entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 27 de Abril de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari

Presidente

Reimar Raddatz

Vice-Presidente

Rubens Borchardt

Secretário

RETIFICAÇÃO - PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2015

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei Complementar nº 3/2015 - Acresce vaga de cargo de provimento efetivo de Arquiteto, no Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo do Poder Executivo e extingue o cargo de Engenheiro Civil-Trânsito.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior
Relator do Parecer: Vereador Rubens Borchardt**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei Complementar que pretende acrescentar 01 (uma) vaga ao cargo de Contador do Quadro Geral de Cargos do Provimento Efetivo do Poder Executivo, estatuído pela Lei Complementar n.º 137, de 02 de julho de 1998.

Respectivo projeto foi protocolizado na Secretaria Legislativa desta Casa no dia 30 de março corrente. O Presidente o despachou a esta Comissão no dia 24 de abril após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, cujo parecer fora republicado no dia 23 de abril na forma regimental.

No dia 24 de abril a presente Comissão teve o presente como pauta em sua reunião, exarando o parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisando o Projeto em comento, observa-se que o mesmo visa alterar a estrutura da administração pública municipal, com acrescentando 1 vaga ao cargo de provimento efetivo de Arquiteto bem como extinguir dos mesmos o cargo de Engenheiro Civil-Trânsito. Nesse sentido, há que se observar o disposto nos artigos 16 e 17, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que exigem a apresentação da estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

No caso concreto, verifica-se o preenchimento dos requisitos legais, uma vez que ao projeto foi anexada declaração de adequação da despesa criada com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual (documento de fls. 07), bem como da estimativa de impacto financeiro referente aos exercícios de 2015, 2016 e 2017 (documento de fls. 08). Ademais, cabe ressaltar que o impacto financeiro será praticamente nulo, uma vez que na medida em que um cargo é acrescentado à estrutura do Poder Executivo, outro será extinto. Sendo assim, em respeito às atribuições técnicas do Poder Executivo e em atendimento à atribuição de fiscalização do Poder Legislativo, este Relator ante a análise do acima exposto, verifica a legitimidade do presente para a sua aprovação.

III- CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 03/2015. Este é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Jorge Augusto Krüger
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 24 de Abril de 2015.

Jorge Augusto Krüger	
Presidente	
John Adriano Schwartz	Rubens Borchardt
Membro	Relator

RETIFICAÇÃO - PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 15/2015 COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 15/2015 - Autoriza a abertura de Crédito Suplementar de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2015, da Administração Direta.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.
Relator: Vereador Rubens Borchardt

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que Autoriza a anulação, suplementação de valores e abertura de crédito suplementar em dotações orçamentárias no orçamento-programa

2015, da Administração Direta.

O projeto foi protocolizado nesta Secretaria Legislativa no dia 09 de abril corrente, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 14 de abril em sessão ordinária. No dia 17 de abril a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião, exarando o parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Como bem salientado na exposição de motivos, se fazem necessários ajustes para adequar à Lei Orçamentária Anual a fim de possibilitar o empenhamento correto das despesas. No caso concreto, a proposição visa proceder com a anulação de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) nas dotações orçamentárias da Secretaria da Fazenda e Administração Municipal (na ação manutenção da administração geral). A conta de tal anulação, será aberto crédito especial no valor de até R\$ 500.000,00 (cinquenta mil reais) nas dotações da Secretaria já referida (ação equipamentos, móveis e utensílios).

As alocações pretendidas neste projeto não encontram óbice quando se destaca a fonte e consequente destinação de recursos, estando em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Timbó e, por conseguinte, com a Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, que rege a contabilidade pública e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de maio de 2000.

III) CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria. Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Jorge Augusto Krüger
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 17 de Abril de 2015.

Jorge Augusto Krüger	
Presidente	

John Adriano Schwartz	Rubens Borchardt
Membro	Relator

Três Barras

PREFEITURA

LEI Nº 3.173 DE 23 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 3.173 DE 23 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE O CONSELHO TUTELAR NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Esta lei dispõe sobre o Conselho Tutelar do Município de Três Barras do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 3º. O Conselho Tutelar do Município de Três Barras será composto por cinco (05) membros, eleitos pelo voto direto para o mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução.

Capítulo II

Das Atribuições do Conselho

Art. 4º. São atribuições da função pública de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Três Barras as definidas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e:

I - atender as crianças e os adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, do Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII do mesmo Estatuto;

II - atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar a autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimentos dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, 3º, inciso II da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar.

Art. 5º. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

Capítulo III

Da Escolha dos Conselheiros

Art. 6º. O processo eleitoral para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizada sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.

Art. 7º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

Art. 8º. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 9º. São requisitos mínimos indispensáveis para o exercício das funções de Conselheiro Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no município;

IV - estar em pleno gozo da aptidão física e mental para o exercício da função de Conselheiro Tutelar;

V - Reconhecida e comprovada experiência de no mínimo 02 (dois) anos, no trato direto com criança e adolescente, atestado por entidade cadastrada junto a Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - Escolaridade - Ensino médio completo;

VII - Carteira Nacional de Habilitação - CNH categoria "B".

VIII - aprovação em teste de conhecimentos gerais e específicos.

Art. 10. Caso o candidato seja servidor público, além dos requisitos a que faz referência o art. 9º, deverá ser apresentada autorização de dispensa do órgão a que é subordinado.

Art. 11. Os Conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público competente.

§ 1º Podem votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município.

§ 2º A eleição será organizada por meio de Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na qual seja estabelecida eleição individual, vedada a inscrição de chapas completas, seguindo as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente e desta Lei.

§ 3º Com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará, através de edital a ser afixado na sede da Prefeitura Municipal de Três Barras, da Câmara de Vereadores e em outros locais públicos, que informará a data de realização das eleições e demais atos para sua realização.

§ 4º Expedido o edital de convocação, ficam automaticamente abertas às inscrições encerrando-se este prazo 45 (quarenta e cinco) dias antes da realização da eleição.

§ 5º O pedido de registro de candidatura será protocolizado na Secretaria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhado de documentos que comprovem o preenchimento dos requisitos estabelecidos nesta lei e endereçado ao próprio Conselho.

§ 6º Expirado o prazo para o registro da candidatura, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mandará publicar edital na imprensa de circulação local, como também o fixará em local público de costume, informando o nome dos candidatos que protocolarem o pedido de registro da candidatura, estabelecendo prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação, para o recebimento de impugnação.

§ 7º Os pedidos de registro das candidaturas receberão numeração de ordem crescente e, impugnados ou não, deverão ser submetidos ao representante do Ministério Público para apreciação e eventual impugnação no prazo de 05 (cinco) dias, decidindo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em igual prazo, por voto da maioria simples.

§ 8º Das decisões relativas à impugnação caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 05 (cinco) dias, decidindo através do voto de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 9º Vencidas as fases de impugnação e recursos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mandará publicar edital com os nomes dos candidatos habilitados no processo de escolha.

§ 10 É vedada a propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, por meio de anúncios, luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer lugar público ou particular, admitindo-se apenas a realização de debates e entrevistas estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 11 A votação será realizadas nas escolas municipais perante mesa eleitoral.

§ 12 Encerrada a votação, a mesa eleitoral passará a funcionar como escrutinadora, devendo apurar os votos, lavrar a ata dos trabalhos realizados, nela declarando eleitos aqueles com maior número de votos. O ato será assinado pelo presidente da mesa, pelos mesários e pelos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo constar a nominata dos candidatos eleitos.

Capítulo IV

Dos Impedimentos

Art. 12. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado e todo aquele que foi penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar:

§ 1º A união estável está equiparada ao casamento para fins de impedimentos de que trata o caput.

§ 2º Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

Capítulo V

Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

Art. 13. Concluída a apuração dos votos, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado da escolha, mandando publicar o nome dos candidatos eleitos e o número de sufrágios recebidos.

§ 1º Os 05 (cinco) primeiros candidatos com o maior número de votos serão considerados escolhidos, ficando os demais, pela ordem de votação, como suplentes.

§ 2º Havendo empate na votação, será considerado eleito o mais idoso.

Art. 14. O início do exercício da função far-se-á mediante ato de nomeação e posse firmado pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na data de 10 de janeiro do ano subsequente a escolha.

Parágrafo único. Ao iniciar o exercício da função, o Conselheiro Tutelar deverá assinar termo no qual constarão as suas responsabilidades, seus direitos e deveres, além de comprovar pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de Conselheiro Tutelar.

Art. 15. O Conselheiro Tutelar fica sujeito à jornada de quarenta horas semanais de trabalho e a realização de plantões ininterruptos, em escala de revezamento.

§ 1º A função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva.

§ 2º O regimento interno definirá os critérios para o regime de plantão a que estão sujeitos os Conselheiros.

§ 3º Além do cumprimento do estabelecido no caput, o exercício da função exigirá que o Conselheiro Tutelar se faça presente sempre que solicitado, ainda que fora da jornada normal a que está sujeito.

Capítulo VI

Dos Direitos

Art. 16. São direitos do Conselheiro Tutelar, no exercício de sua função:

I - remuneração mensal na importância equivalente a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do Padrão 07 do quadro de Pessoal Efetivo do Município de Três Barras.

II - gratificação natalina;

III - adicional de férias, em 1/3 a mais no valor do vencimento mensal;

IV - férias de 30 (trinta) dias a cada período de 12 (doze) meses de exercício efetivo da função;

V - os Conselheiros Tutelares receberão diárias, fixadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, obedecendo aos mesmos critérios e limites estabelecidos pelo Poder Executivo aos servidores municipais.

§ 1º Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

§ 2º A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

Art. 17. A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Três Barras.

Capítulo VII

Das Licenças

Art. 18. Será concedida licença ao Conselheiro Tutelar nas seguintes situações:

I - para concorrer a cargo eletivo;

II - para exercer função pública comissionada;

III - em razão de maternidade pelo prazo de 120 (cento e oitenta) dias, a partir do oitavo (8º) mês de gestação;

a) Ocorrendo nascimento prematuro, a licença terá início no dia do parto.

b) No caso de natimorto, a Conselheira será submetida a exame médico quando completar 30 (trinta) dias do fato e, se considerada a apta, retornará ao exercício da função.

IV - em razão de paternidade pelo prazo de 05 (cinco) dias;

V - em razão de seu casamento, por 05 (cinco) dias consecutivos;

VI - em razão do falecimento de cônjuge, companheiro, pais ou filhos, pelo prazo de 03 (três) dias;

VII - para tratamento de saúde conforme o Regime Geral da Previdência Social;

VIII - por acidente em serviço conforme o Regime Geral da Previdência Social.

§ 1º Serão remuneradas as licenças constantes nos incisos III, IV, V, VI e VII.

§ 2º Para tratamento de saúde, será observado o Regime Geral da Previdência Social, quanto à sua forma de remuneração.

Art. 19. É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período da licença, remunerada ou não, sob pena de cassação da licença e destituição da função.

Art. 20. A licença paternidade será concedida ao Conselheiro pelo nascimento do filho, pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do nascimento.

Capítulo VIII

Do Tempo de Serviço

Art. 21. O exercício efetivo da função pública de Conselheiro Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei, sendo obrigado à contribuição para o regime oficial de previdência social.

Parágrafo único - Sendo o Conselheiro Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de serviço na função será contado para todos os efeitos, exceto para promoção por merecimento.

Art. 22. Serão considerados como efetivo exercício os afastamentos em virtude de férias e licença remunerada.

Capítulo IX

Dos Deveres

Art. 23. São deveres do Conselheiro Tutelar:

I - exercer com zelo e dedicação as suas atribuições, conforme Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

II - observar as normas legais e regulamentares;

III - atender com presteza ao público, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

IV - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

V - manter conduta compatível com a natureza da função que desempenha;

VI - guardar, quando necessário, sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento;

VII - ser assíduo e pontual;

VIII - tratar as pessoas com urbanidade.

Capítulo X

Das Proibições

Art. 24. Ao Conselheiro Tutelar é proibido:

I - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante os expedientes, salvo por necessidade do serviço;

II - recusar fé a documentos públicos;

III - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

IV - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

V - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VI - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

VII - proceder de forma desidiosa;

VIII - exercer outras atividades remunerada, ou, atividades que, embora não remuneradas, sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

IX - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

X - fazer propaganda político-partidária no exercício de suas funções;

XI - aplicar medida de proteção sem prévia discussão e decisão do Conselho Tutelar de que faça parte, salvo em situações emergenciais que serão submetidas em seguida ao Colegiado.

Capítulo XI

Da Responsabilidade

Art. 25. O Conselheiro Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de sua função.

Capítulo XII

Das Penalidades

Art. 26. São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

I - advertência;

II - suspensão;

III - destituição da função.

Art. 27. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, os agravantes e as atenuantes.

Art. 28. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de descumprimentos aos dispostos nos incisos I, II e XI do art. 24 e de inobservância de dever funcional previsto em Lei, regulamento ou norma interna do Conselho Tutelar que não justifique penalidade mais grave.

Art. 29. A suspensão será aplicada nos casos de reincidência das faltas punidas com advertência, não podendo exceder 30 (trinta) dias, implicando no não pagamento da remuneração pelo prazo que durar.

Art. 30. O Conselheiro Tutelar será destituído de sua função nos seguintes casos:

I - incorrer na prática de crime contra a administração pública ou contra a criança e o adolescente;

II - deixar de prestar a escala de serviços ou qualquer atividade atribuída a ele, por 3 (três) vezes consecutivas ou 6 (seis) vezes alternadas, dentro de 1 (um) ano, salvo justificativa aceita pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - faltar, por 3 (três) vezes consecutivas ou 6 (seis) alternadas, no espaço de 1 (um) ano, as reuniões do Conselho;

IV - incorrer em caso comprovado de inidoneidade moral;

V - praticar ofensa física em serviço, salvo em legítima defesa

própria ou de outrem;

VI - transgredir aos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do art. 24.

Art. 31. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Capítulo XIII

Do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 32. O Conselheiro Tutelar está sujeito à fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que, tomando ciência de irregularidades supostamente praticadas pelo Conselheiro Tutelar, procederá à sua apuração mediante sindicância ou sua apuração mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa e contraditório.

Art. 33. Da sindicância, que se concluirá no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, se necessário, poderá resultar:

I - o arquivamento;

II - a aplicação da penalidade de advertência ou suspensão;

III - instauração do processo disciplinar

Art. 34. Como medida cautelar e a fim de que o Conselheiro não venha a interferir na apuração de irregularidade, poderá a autoridade competente determinar o seu afastamento do exercício da função, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Capítulo XIV

Da Vacância

Art. 35. A vacância da função decorrerá de:

I - renúncia;

II - falecimento;

III - destituição.

Art. 36. Os Conselheiros Titulares serão substituídos pelos suplentes nas hipóteses de:

I - vacância da função;

II - férias do titular;

III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 20 (vinte) dias.

§ 1º - O Suplente, no efetivo exercício da sua função de Conselheiro Tutelar, perceberá remuneração proporcional ao exercício e terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

§ 2º - Inexistindo suplentes para a ocupação dos cargos que restarem vagos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, convocará eleições suplementares para a ocupação dos cargos vagos e das suplências.

Capítulo XV

Das Disposições Gerais

Art. 37. O Conselheiro Tutelar perderá:

I - a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, sem justificativa;

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a trinta minutos, sem justificativa.

Art. 38. Poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, até o limite de 30% da remuneração, mediante autorização do Conselheiro Tutelar.

Art. 39. As reposições e indenizações ao erário serão descontadas em parcelas mensais não excedentes a décima parte da remuneração ou provento, em valores atualizados.

Parágrafo único. O Conselheiro em débito com o erário e que, de qualquer modo, venha a se desvincular do Conselho Tutelar, terá o prazo de 30 (trinta) dias para quitar o débito, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Art. 40. Aplica-se aos Conselheiros Tutelares, naquilo que não for contrário ao disposto nesta Lei ou incompatível com a natureza temporária do exercício da função, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e da legislação correlata referentes ao direito de petição e ao processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente coordenar e executar as atividades relativas à disciplina dos Conselheiros Tutelares.

Art. 41. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 30 de março de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 06 de abril de 2015.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

LEI Nº 3.174 DE 23 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 3.174 DE 23 DE ABRIL DE 2015

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DOS PACIENTES ONCOLÓGICOS DA REGIÃO DE CANOINHAS - APOCA, NO EXERCÍCIO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal firmar convênio com a Associação dos Pacientes Oncológicos da Região de Canoinhas - APOCA, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.613.939/0001-57, estabelecida à Rua Benjamin Constant, nº 902, Canoinhas - SC, com finalidade de promoção à saúde no exercício de 2015.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução do convênio ficam limitadas ao valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) e correrão por

conta de elemento específico do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 23 de abril de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

LEI Nº 3.175 DE 23 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 3.175 DE 23 DE ABRIL DE 2015

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR CONVÊNIO COM À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TRÊS BARRAS, NO EXERCÍCIO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três Barras, entidade assistencial sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 83.529.305/0001-12, estabelecida à Av. Rigesa, nº 1310, Três Barras - SC, com objetivo de colaboração no atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, no exercício de 2015.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução do convênio ficam limitadas ao valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e correrão por conta de elemento específico do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 23 de abril de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

LEI Nº 3.176 DE 23 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 3.176 DE 23 DE ABRIL DE 2015

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE DEFICIENTES, NO EXERCÍCIO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal firmar convênio com a Associação Catarinense de Deficientes, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 79.366.662/0001-30, estabelecida à Rua Almeida Cardoso, nº 703, Centro, Canoinhas - SC, com finalidade de promoção à saúde e assistência social, no exercício de 2015.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução do convênio ficam limitadas ao valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e correrão por conta de elemento específico do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 23 de abril de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

LEI Nº 3.177 DE 23 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 3.177 DE 23 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE REAJUSTE ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015 NO VENCIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido reajuste no vencimento dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo e da Administração Indireta, no percentual de 6,31% (seis vírgula trinta e um por cento), referente a reposição inflacionária do ano de 2014.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor em 1º de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC., em 23 de abril de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

LEI Nº 3.178 DE 23 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 3.177 DE 23 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE REAJUSTE ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015 NO VENCIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido reajuste no vencimento dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo e da Administração Indireta, no percentual de 6,31% (seis vírgula trinta e um por cento), referente a reposição inflacionária do ano de 2014.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor em 1º de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC., em 23 de abril de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

LEI Nº 3.179 DE 23 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 3.179 DE 23 DE ABRIL DE 2015

REAJUSTA SUBSÍDIO DOS VEREADORES DE TRÊS BARRAS - SC

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O subsídio dos Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, fica reajustado em 6,31% (seis vírgula trinta e um por

cento), referente a reposição inflacionária do ano de 2014, obedecendo ao previsto no art. 6º da Lei nº 3.010, de 22 de fevereiro de 2012.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC., em 23 de abril de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

LEI Nº 3.180 DE 23 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 3.180 DE 23 DE ABRIL DE 2015

REAJUSTA SUBSÍDIO DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS - SC

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os subsídios do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito Municipal e dos Secretários Municipais de Três Barras, Estado de Santa Catarina, ficam reajustados em 6,31% (seis vírgula trinta e um por cento), referente à reposição inflacionária do ano de 2014, obedecendo ao previsto no art. 3º da Lei nº 3.011, de 22 de fevereiro de 2012.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC., em 23 de abril de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

CÂMARA MUNICIPAL

LEI 3.181 DE 27 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 3.181, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

PROPÕE A LEITURA BÍBLICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, GILSON HIDEAKI NAGANO, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decretou, o Prefeito Municipal sancionou nos termos do § 2º do art. 54 da Lei Orgânica Municipal e eu promulgo, de acordo com o inciso V do art. 46 e do § 7º do art. 54, também da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º. Propõe a "Leitura Bíblica" nas escolas públicas e privadas do Município de Três Barras-SC, visando proporcionar conhecimento cultural, geográfico, científico e histórico dos textos Bíblicos às crianças e os tornar familiares.

Art. 2º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário

Câmara de Vereadores de Três Barras - SC,
em 27 de Abril de 2015.
Gilson Hideaki Nagano
Presidente

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Câmara, na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 28 de Abril de 2015.

Joel da Cruz
Gerente de Patrimônio e Informática

Treze Tílias

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DE EDITAL 31-2015

PREGÃO PRESENCIAL 31/2015 - RETIFICAÇÃO Nº 01

Levamos ao conhecimento dos interessados a alteração do item 11 do edital do Pregão Presencial 21/2015.

Onde se lê;

10.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

10.2. O atraso na execução dos serviços, observado o prazo estipulado, sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) por dia de atraso.

10.2.1. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

10.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto implicará na multa de 10% (dez por cento), do valor do contrato.

10.4. Quando comprovados que os serviços não correspondem ao especificado na proposta, fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de exigir a substituição sem qualquer ônus, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, bem como o ressarcimento de eventuais prejuízos que o fato ocasionar.

10.4.1. O não cumprimento do disposto no tópico acima, implica na aplicação, a partir do 6º (sexto) dia, de multa de 0,06%, por dia, calculada sobre o preço proposto, limitado a 30 dias após o pedido de substituição, quando então o Município deverá adotar as providências legais pertinentes.

10.5. O Município, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela proponente adjudicada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

10.6. As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

10.7. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê o contraditório e a ampla defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

Leia-se;

10.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

10.2. Advertência verbal ou escrita. A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis,

quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas e, quando forem consideradas faltas leves;

10.3. Multas;

10.4. 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços solicitados;

10.5. A multa referida neste inciso poderá ser descontada de imediato sobre o pagamento das parcelas devidas.

10.6. 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato nos casos considerados faltas leves;

10.7. A multa deste inciso será descontada por ocasião do último pagamento;

10.8. 2,0% (dois por cento) sobre valor contratual restante, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir as perdas e danos que der causa;

10.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

10.10. Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

10.11. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o CONTRATANTE por prazo não superior a dois anos;

10.12. Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior a contratante será isentada de responsabilidade, não incorrendo a aplicação das multas previstas.

10.13. De qualquer sanção imposta a CONTRATADA poderá oferecer recurso à CONTRATANTE, devidamente fundamentado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato;

Treze Tílias, 27 de Abril de 2015.

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 1690/2015

Decreto nº 1690/2015 de 24 de abril de 2015.

Designa os servidores responsáveis pelas Assinaturas nas Transações Bancárias do Município de Tunápolis e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Todas as transações bancárias realizadas nas contas correntes/aplicações junto a entidade financeira Banco do Brasil, terão no mínimo 02 (duas) assinaturas, sendo os responsáveis pelas mesmas, o Prefeito Municipal Enoí Scherer; Vice-Prefeito Volmir Pedro Lawisch; Secretária de Administração: Elisabeth Inês Heberle Scherer; e Tesoureira Adriana Rodrigues da Silva.

Art. 2º As combinações de assinaturas autorizadas (indiferente da ordem) serão as seguintes: Enoí Scherer e Volmir Pedro Lawisch; Enoí Scherer e Elisabeth Inês Heberle Scherer; Enoí Scherer e Adriana Rodrigues da Silva; Volmir Pedro Lawisch e Elisabeth Inês Heberle Scherer; Volmir Pedro Lawisch e Adriana Rodrigues da Silva; Elisabeth Inês Heberle Scherer e Adriana Rodrigues da Silva.

Art. 3º Os servidores designados pelas assinaturas terão os seguintes poderes:

1. Abrir contas de depósito;
2. Autorizar cobrança;
3. Solicitar saldos e extratos;
4. Requisitar talonários de cheques;
5. Autorizar débitos em conta;
6. Retirar cheques devolvidos;
7. Endossar cheques;
8. Movimentar conta corrente e aplicação financeira;
9. Cancelar cheques;
10. Baixar cheques;
11. Efetuar resgates/aplicações financeiras;
12. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas de acesso;
13. Efetuar saques de conta corrente e poupança;
14. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
15. Solicitar movimentação de contas;
16. Efetuar movimentação financeira;
17. Consultar saldos das contas correntes e aplicações financeiras;
18. Liberar arquivos de pagamentos;
19. Receber e enviar arquivos;
20. Emitir comprovantes;
21. Efetuar transferências eletrônicas para terceiros e para contas da própria entidade;
22. Encerrar contas de depósito.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis, aos 24 de abril de 2015.

Enoí Scherer
Prefeito Municipal

Este Decreto foi
Publicada em data supra

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2015

Edital de Pregão Presencial nº 12/2015

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma

da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, para a aquisição de aquisição de Material Médico Cirúrgico e Ambulatório, e medicamentos destinados para o Fundo Municipal da Saúde.

Entrega das propostas até às 14h30min do dia 12/05/2015

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015 MATERIAL DENTÁRIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2015

Edital de Pregão Presencial nº 13/2015

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma

da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de Material de Uso Odontológico de consumo, utilizado na manutenção dos gabinetes odontológicos do Fundo Municipal da Saúde.

Entrega das propostas até às 8h15min do dia 11/05/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

Urussanga**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2015**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: 04/2015

Data da Assinatura: 20/04/2015

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Eliane Steinbach Gil

CPF da Contratada: 041.830.949-33

Base Legal: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Contratação de serviços de consultoria quanto ao Plano de Telefonia firmado com a Operadora Claro S.A. (Termo de Contratação nº 5948, de 05 de fevereiro de 2014)

Valor Global: R\$1.030,00 (um mil e trinta reais)

Término do Contrato: 30/04/2015

Dotação Orçamentária: Despesa 2.001 / Elemento 3.3.90.36.99.00.00.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física)

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.932/15

DECRETO Nº 11.932/15, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.220/15, de 08 de abril de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação

01 - Departamento de Educação

2.031 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 230.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 90.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 350.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação

01 - Departamento de Educação

2.031 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 230.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 90.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 350.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.948/15

DECRETO Nº 11.948/15, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.609/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 6591/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.609/15, que nomeou JOCIANE KOKOWIC, para exercer o cargo de Auxiliar Operacional, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.949/15

DECRETO Nº 11.949/15, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Exonera, a pedido, Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, bem como no art. 31, §4º, da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 6527/2015,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, DALEISE APARECIDA TESSARI, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, nomeada pelo Decreto nº 11.568/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 09 de abril de 2015.

Videira, 24 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.950/15

DECRETO Nº 11.950/15, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.696/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 6687/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.696/15, que nomeou IRACI IRIA CERBATO, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.951/15

DECRETO Nº 11.951/15, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CRISTIANE BRANCALEONE, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.952/15

DECRETO Nº 11.952/15, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, ao servidor JORGE JACÓ, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 009/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentado por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, o servidor JORGE JACÓ, inscrito no CPF sob o nº 338.429.227-87, no RG nº 5.060.879 e no PIS/PASEP nº 106.71206.38-6, detentor

da matrícula funcional nº 5430, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 3.991,26 (três mil, novecentos e noventa e um reais e vinte e seis centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 130/12 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.953/15

DECRETO Nº 11.953/15, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora ELSA COELHO BASEGGIO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 007/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora ELSA COELHO BASEGGIO, inscrita no CPF sob o nº 489.935.499-15, no RG sob nº 1.686.570 e no PIS/PASEP nº 170.25251.73-7 detentora da matrícula funcional nº 1664, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 5.770,77 (cinco mil, setecentos e setenta reais e setenta e sete centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 130/12 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.954/15

DECRETO Nº 11.954/15, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora JEAN HELENA FEYH, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 008/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora JEAN HELENA FEYH, inscrita no CPF sob o nº 498.113.049-04, no RG sob o nº 1.337.510 e no PIS/PASEP nº 170.07935.24-7, detentora da matrícula funcional nº 1205, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 4.543,90 (quatro mil, quinhentos e quarenta e três reais e noventa centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 130/12 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.955/15

DECRETO Nº 11.955/15, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora EDITE PERETTI, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 012/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora EDITE PERETTI, inscrita no CPF sob o nº 498.123.009-53, no RG sob o nº 1.339.455 e no PIS/PASEP nº 108.77460.32-6, detentora da matrícula funcional nº 2125, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 2.846,29 (dois mil, oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e nove centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 03 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.956/15

DECRETO Nº 11.956/15, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, ao servidor VOLNEI GRANETTO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 010/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentado por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor VOLNEI GRANETTO, inscrito no CPF sob o nº 346.640.929-20, no RG sob o nº 2.970.798 e no PIS/PASEP

nº 105.82773.94-3, detentor da matrícula funcional nº 807, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Agrícola, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 4.559,81 (quatro mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta e um centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 01 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.957/15

DECRETO Nº 11.957/15, DE 27 DE ABRIL DE 2015

Homologa a relação final dos contemplados no Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo - Ano 2015, instituída pela Lei Municipal nº 2.879/13, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.879/13, no Decreto nº 10.374/13 e alterações, no Edital nº 001/15 - EDU, à vista do contido no Processo Administrativo nº 7.018/15 e considerando a existência de impetração de recursos pelos candidatos;

DECRETA

Art. 1º Fica homologada a relação final dos contemplados no Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo - Ano 2015, instituído pela Lei Municipal nº 2.879/13, constante do Anexo Único, que faz parte integrante do presente Decreto.

Parágrafo único - Os recursos a serem empregados no Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo, para o exercício de 2015, correspondem o valor de R\$ 395.980,70 (trezentos e noventa e cinco mil e novecentos e oitenta reais e setenta centavos), pagos em 10 (dez) parcelas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 11.957/15, DE 27 DE ABRIL DE 2015

RELAÇÃO FINAL DOS ALUNOS CONTEMPLADOS COM A BOLSA DE ESTUDOS - ANO: 2015

A Comissão Especial de Análise para Concessão de Bolsa de Estudo divulga a lista final dos contemplados no Programa de Concessão de Bolsas de Estudo a estudantes economicamente carentes, instituído pela Lei Municipal nº 2.879/2013:

CONTEMPLADOS COM 40% (QUARENTA POR CENTO)						
Nº	NOME	CURSO	INSTITUIÇÃO	PONTUAÇÃO TOTAL ICB	VALOR DA BOLSA	PORCENTAGEM
1	Vanessa Colombo	Farmácia	UNOESC-Vda	770	R\$ 386,41	40%
2	Jorge Felipe Panisson	Administração	UNOESC-Vda	770	R\$ 266,46	40%
3	Joseanny Dreger Neves	Enfermagem	UNIARP-Caçador	770	R\$ 444,98	40%

4	Stewie Marck Moccelini	Eng. de Prod. Mecânica	UNOESC-Joaçaba	740	R\$ 400,00	40%
5	Taisa Piacentini Cagnin	Engenharia Civil	UNIARP-Caçador	740	R\$ 573,55	40%
6	Lauana Scalabrin	Farmácia	UNOESC-Vda	720	R\$ 386,40	40%
7	Leandro Rosa	Engenharia de Automação	UNIARP-Caçador	720	R\$ 532,45	40%
8	Franciane Zager	Psicologia	UNIARP-Caçador	720	R\$ 420,43	40%
9	Marilene Sovrani	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	690	R\$ 155,47	40%
10	Rodrigo Suzin Albuquerque	Direito	UNOESC-Vda	690	R\$ 315,64	40%
11	Aline Rocha Norlak	Farmácia	UNOESC-Vda	690	R\$ 386,41	40%
12	Guilherme Paulo Prebitz	Engenharia Prod.Mecânica	UNOESC-Joaçaba	690	R\$ 545,95	40%
13	Iane Correa dos Santos Zapela	Serviço Social	UNIARP-Caçador	690	R\$ 111,40	40%
14	Daniele Castilho da Silva	Nutrição	UNOESC-Vda	680	R\$ 353,94	40%
15	Ketlin Andressa Moraes	Educação Física	UNOESC-Vda	680	R\$ 269,47	40%
16	Fabricio Ascari	Engenharia Mecânica	UNIARP-Caçador	680	R\$ 573,55	40%
17	Raquel Kucinski	Administração	UNOESC-Vda	650	R\$ 158,58	40%
18	Alessandro Eger	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	640	R\$ 259,12	40%
19	Barbara Aparecida da Silva	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	640	R\$ 159,99	40%
20	Jacson Andrei Cardozo	Educação Física	UNIARP-Caçador	640	R\$ 313,80	40%
21	Natalia Brando	Nutrição	UNOESC-Vda	640	R\$ 257,41	40%
22	Ronaldo Luiz Buss	Engenharia Mecânica	UNOESC-Joaçaba	640	R\$ 330,88	40%
23	Rosangela Rodrigues de Moraes	Direito	UNOESC-Vda	640	R\$ 265,31	40%
24	Alexandre de Souza Scuzziato	Direito	UNOESC-Vda	630	R\$ 416,09	40%
25	Claudia Barivieira	Engenharia Civil	UNOESC-Joaçaba	630	R\$ 360,00	40%
26	Iago Scapinello Soares	Engenharia S.e Ambiental	UNOESC-Vda	600	R\$ 432,43	40%
27	Adriana Magalhães	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	600	R\$ 205,29	40%
28	Camila Araujo	Administração	UNOESC-Vda	600	R\$ 259,12	40%
29	Deiviti Rissardi	Educação Física	UNOESC-Vda	600	R\$ 218,14	40%
30	Guilherme Alves Chaves	Administração	UNOESC-Vda	600	R\$ 207,30	40%
31	Mateus Pedro Rossete	Engenharia de Produção	UNOESC-Joaçaba	600	R\$ 397,06	40%
32	Natiara Castro	Administração	UNOESC-Vda	600	R\$ 181,38	40%
33	Rafael Krombauer	Administração	UNOESC-Vda	600	R\$ 259,12	40%
34	Tatiane Reinheimer	Administração	UNOESC-Vda	600	R\$ 259,12	40%
35	Vanessa Kelly Alves Farias	Educação Física	UNOESC-Vda	600	R\$ 225,60	40%
36	Wagner Campos	Ciência da Computação	UNOESC-Vda	600	R\$ 155,33	40%
37	Anderson Antonio de Souza	Engenharia Elétrica	UNOESC-Joaçaba	600	R\$ 446,40	40%
38	Daniela Pereira da Silva	Engenharia Química	UNOESC-Vda	590	R\$ 397,06	40%
39	Bruna L.Alebrandt Kowalski	Farmácia	UNOESC-Vda	590	R\$ 562,05	40%
40	Ana Carolina Alves da Veiga	Educação Física	UNOESC-Vda	590	R\$ 205,31	40%

CONTEMPLADOS COM 30% (TRINTA POR CENTO)

Nº	NOME	CURSO	INSTITUIÇÃO	PONTUAÇÃO TOTAL ICB	VALOR DA BOLSA	PORCENTAGEM
41	Felipe Correa de Queiróz	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	590	R\$ 295,62	30%
42	Daniela Baldissera	Psicologia	UNOESC-Joaçaba	590	R\$ 270,27	30%
43	Pricila Tomalak	Administração	UNOESC-Vda	590	R\$ 194,34	30%
44	Yuri Schultz	Administração	UNOESC-Vda	590	R\$ 116,60	30%
45	Bianca Luiza Soares da Silva	Direito	UNOESC-Vda	580	R\$ 269,03	30%
46	Fabiola Longhi	Agronomia	UNIARP-Caçador	580	R\$ 418,27	30%
47	Mariana Luiza Meloto	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	570	R\$ 194,34	30%
48	Alisson Camilo	Direito	UNOESC-Vda	560	R\$ 290,55	30%
49	Edson Girardi	Eletrotécnica	SENAI	560	R\$ 119,03	30%
50	Kaliana Zanelatto	Engenharia Civil	UNOESC-Vda	560	R\$ 322,61	30%
51	Sabrina Perazzoli	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	560	R\$ 306,99	30%
52	Alysson Moreira da Silva	Engenharia Elétrica	UNOESC-Joaçaba	550	R\$ 322,61	30%

53	Angela Oliveira Rosseto	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	550	R\$ 111,88	30%
54	Carolina Pereira Neves	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	550	R\$ 181,92	30%
55	Kelin Scolaro	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	550	R\$ 194,34	30%
56	Raquel Trindade Dias	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	550	R\$ 254,34	30%
57	Sandra Carling	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	550	R\$ 194,34	30%
58	Thais Peretti Perondi	Educação Física	UNOESC-Vda	550	R\$ 279,10	30%
59	Giovana Campolin da Silva	Odontologia	UNOESC-Joaçaba	550	R\$ 564,00	30%
60	Carla Antunes Carneiro	Engenharia S.e Ambiental	UNOESC-Vda	550	R\$ 384,38	30%
61	Franciele Gianello	Direito	UNOESC-Vda	550	R\$ 236,74	30%
62	Wagner Serafini	Engenharia de Produção	UNOESC-Joaçaba	550	R\$ 235,75	30%
63	Maicon Domingues Duarte	Educação Física	UNOESC-Vda	550	R\$ 202,10	30%
64	Silmar Coldebela	Engenharia Mecânica	UNIARP-Caçador	550	R\$ 245,81	30%
65	Talisi Denardi Dalanhhol	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	550	R\$ 194,34	30%
66	Elisiane Rodrigues dos Santos	Administração	UNOESC-Vda	540	R\$ 252,64	30%
67	Joselaine Tesk	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	540	R\$ 147,81	30%
68	Renato Sthinghi	Administração	UNOESC-Vda	540	R\$ 291,51	30%
69	Inyethy Darold	Direito	UNOESC-Vda	540	R\$ 333,59	30%
70	Estevão Piccoli Junior	Engenharia Elétrica	UNOESC-Joaçaba	540	R\$ 310,20	30%
71	Tayne Novello Paganini	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	540	R\$ 194,34	30%
72	Marraly Hortência da Silva	Nutrição	UNOESC-Vda	540	R\$ 146,10	30%
73	Larissa dos Reis	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	540	R\$ 194,34	30%
74	Gabriela Woitke	Nutrição	UNOESC-Vda	540	R\$ 265,45	30%
75	Wagner Perazzoli	Engenharia Mecânica	UNIARP-Caçador	540	R\$ 276,53	30%
76	Camila Testolin	Direito	UNOESC-Vda	530	R\$ 247,50	30%
77	Vanderlei Luiz Bondan	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	510	R\$ 213,77	30%
78	Ana Cristina Santos	Psicologia	UNOESC-Vda	510	R\$ 249,48	30%
79	Andressa Deon	Direito	UNOESC-Vda	510	R\$ 236,44	30%
80	Elisangela Candiago Fracanabia	Administração	UNOESC-Vda	510	R\$ 97,17	30%
81	Geovane Cardoso de Oliveira	Biotecnologia Industrial	UNOESC-Vda	510	R\$ 194,16	30%
82	Gustavo Tischer	Mecatrônica	UNIARP-Caçador	510	R\$ 228,19	30%
83	Josivana Raldi	Ciências Contábeis	UNOESC-SC	510	R\$ 198,23	30%
84	Luciele Aparecida Wolff	Psicologia	UNOESC-Vda	510	R\$ 124,74	30%
85	Michele da Veiga Pitt	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	510	R\$ 194,34	30%
86	Monica Manica Tischer	Administração	UNOESC-Vda	510	R\$ 194,34	30%
87	Tatiane Pires	Administração	UNOESC-Vda	510	R\$ 252,64	30%
88	Wesley Bridi Rigo	Design	UNOESC-Vda	510	R\$ 195,00	30%
89	Andreza de Avila	Direito	UNOESC-Vda	510	R\$ 258,26	30%
90	Gilson Abatti	Administração	UNOESC-Vda	510	R\$ 136,04	30%
91	Karoline Aparecida Botega	Eng. Sanitária e Ambiental	UNOESC-Vda	510	R\$ 228,23	30%
92	Tatiana Claudia A. Moreira	Administração	UNOESC-Vda	510	R\$ 199,85	30%
93	Enayle Djulian de Oliveira	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	510	R\$ 250,14	30%
94	Janine Rigo	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	510	R\$ 318,15	30%
95	Adiel Garcia Farias	Direito	UNOESC-Vda	510	R\$ 215,22	30%
96	Karine stirma Bevilaqua	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	510	R\$ 194,34	30%
97	Maiara Dreher Scortegagna	Direito	UNOESC-Vda	510	R\$ 196,55	30%
98	Nicolý Pereira Velho	Farmácia	UNOESC-Vda	510	R\$ 289,81	30%
99	Débora Cardoso da Silva	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	500	R\$ 155,47	30%
100	Gabriela de Proencio	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	500	R\$ 318,16	30%
101	Jacson Tramontin	Administração	UNOESC-Vda	500	R\$ 194,34	30%
102	Lucas Nodari	Engenharia Civil	UNOESC-Joaçaba	500	R\$ 322,61	30%
103	Sidnei Piccoli	Eng.Ambiental e Sanitária	UNOESC-Vda	500	R\$ 300,30	30%
104	kaithy Alves Moreira	Engenharia Química	UNOESC-Vda	500	R\$ 297,79	30%
105	Mauricio Lamonato	Ciência da Computação	UNOESC-Vda	500	R\$ 213,58	30%

106	Naiane Dambróz	Direito	UNOESC-Vda	500	R\$ 204,46	30%
107	Adriana Salete Remus	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	500	R\$ 163,03	30%
108	Vinicius Parolin	Direito	UNOESC-Vda	500	R\$ 290,55	30%
109	Willian Antunes de Lima	Administração	UNOESC-Vda	500	R\$ 194,34	30%
110	Tiago Elias Polo	Engenharia Mecânica	UNIARP-Caçador	500	R\$ 430,16	30%
111	Laisa Pilonetto	Direito	UNOESC-Vda	490	R\$ 258,26	30%
112	Daniel Castilho da Silva	Educação Física	UNOESC-Vda	490	R\$ 240,60	30%
113	Rivaldo Pistore	Educação Física	UNOESC-Vda	490	R\$ 194,34	30%
114	Vanderléia Pistore	Administração	UNOESC-Vda	490	R\$ 194,34	30%
115	Josiane Cristina Sambonin	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	490	R\$ 272,88	30%
116	Raphael Suyta Dias Ribeiro	Direito	UNOESC-Vda	490	R\$ 290,55	30%
117	Janiara Rita Kniecik	Administração	UNOESC-Vda	490	R\$ 136,04	30%
118	Camila Comunello	Engenharia da Computação	UNOESC-Vda	490	R\$ 285,38	30%
119	Paulo Roberto de Souza Junior	Administração	UNOESC-Vda	470	R\$ 118,94	30%
120	Ronaldo Castanha	Técnico em Eletrotécnica	SENAI	470	R\$ 119,03	30%
121	Andressa Morgana Abati	Psicologia	UNOESC-Joaçaba	470	R\$ 311,85	30%
122	Jordana Ariotti	Direito	UNOESC-Vda	470	R\$ 312,07	30%
123	Andressa Arnoldo	Administração	UNOESC-Vda	470	R\$ 252,64	30%
124	Bruna Eduarda Perazzoli	Administração	UNOESC-Vda	470	R\$ 155,47	30%
125	Cyrus Zanon Filho	Design	UNOESC-Vda	470	R\$ 195,00	30%
126	Eduardo Rosa	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	460	R\$ 135,90	30%
127	Gregory Rosa	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	460	R\$ 213,77	30%
128	Willian Felipe Mengatto	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	460	R\$ 213,77	30%
129	Larissa Aparecida Crivilatti	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	460	R\$ 194,34	30%
130	Ana Paula S.Montibeller	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	460	R\$ 317,00	30%
131	Andressa Bianchin	Educação Física	UNOESC-Vda	460	R\$ 163,61	30%
132	Mayara Thibes de Campos	Administração	UNOESC-Vda	460	R\$ 252,64	30%
133	João Cesar Gandin	Eletrotécnica	SENAI	460	R\$ 119,03	30%
134	Adriana Viergutz	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	460	R\$ 231,71	30%
135	Daiana Batista Viergutz	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	460	R\$ 231,71	30%
136	Marcia Regina Vanz	Administração	UNOESC-Vda	460	R\$ 194,34	30%
137	Monandra Barbacovi	Farmácia	UNOESC-Vda	460	R\$ 158,08	30%
138	Thais Elias	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	460	R\$ 163,03	30%
139	Tatiane Patricia Rosseto	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	460	R\$ 172,08	30%
140	Mariana Araldi	Engenharia Química	UNOESC-Vda	450	R\$ 297,79	30%
141	Tayonara Dutra	Engenharia Química	UNOESC-Vda	450	R\$ 297,79	30%
142	Natalie Pirolli	Direito	UNOESC-Vda	450	R\$ 132,70	30%
143	Aline Kirst	Administração	UNOESC-Vda	450	R\$ 194,34	30%
144	Daniella Fuá de Lima	Direito	UNOESC-Vda	450	R\$ 107,61	30%
145	Mauricio Teles Rezende	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	450	R\$ 194,34	30%
146	Kamila Pelizzaro Debastiani	Psicologia	UNOESC-Vda	450	R\$ 207,90	30%
147	Rosilaine Fátima da Silva	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	450	R\$ 194,34	30%
148	Samara Rampon Bolzan	Nutrição	UNOESC-Vda	450	R\$ 265,45	30%
149	Amanda Seriguelli Pertusatti	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	420	R\$ 194,34	30%
150	Caroline Bavaresco Spader	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	420	R\$ 213,77	30%
151	Laiane Moreira	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	420	R\$ 118,94	30%
152	Mariana Martinazzo Manenti	Educação Física	UNOESC-Vda	420	R\$ 207,20	30%
153	Wellinton Centofanti Pereira	Direito	UNOESC-Vda	420	R\$ 215,10	30%
154	Vinicius Perazzoli Queiróz	Direito	UNOESC-Vda	420	R\$ 258,26	30%
155	Eduardo Deon	Engenharia de Produção	UNOESC-Joaçaba	420	R\$ 290,00	30%

LISTA DE ESPERA

Nº	NOME	CURSO	INSTITUIÇÃO	PONTUAÇÃO TOTAL ICB	VALOR DA BOLSA	PORCENTAGEM
1	Magno Valkarenghi Ozório	Eng. Sanitária e Ambiental	UNOESC-Vda	420	Lista de espera	30%
2	Sibele Schultz	Direito	UNOESC-Vda	420	Lista de espera	30%
3	Thais Renata Terci	Direito	UNOESC-Vda	420	Lista de espera	30%
4	Amanda Schuller	Nutrição	UNOESC-Vda	420	Lista de espera	30%
5	Neocemar Delazari	Agronomia	UNIARP-Caçador	420	Lista de espera	30%
6	Luiz carlos Spanholi	Educação Física	UNOESC-Vda	420	Lista de espera	30%
7	Edjani Godoy da Silva	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	420	Lista de espera	30%
8	Everton Godoy da Silva	Administração	UNOESC-Vda	420	Lista de espera	30%
9	Rafaela Nesi Balena	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	420	Lista de espera	30%
10	Elides Rissardi	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	420	Lista de espera	30%
11	Ruana Sopelsa Buratto	Direito	UNOESC-Vda	420	Lista de espera	30%
12	Carlos Miguel Souza Oliveira	Eletrotécnica	SENAI	420	Lista de espera	30%
13	Andressa Grifante	Direito	UNOESC-Vda	420	Lista de espera	30%
14	Sander Tiago Demori	Engenharia Elétrica	UNIARP-Caçador	420	Lista de espera	30%
15	Daniela Toniazzo	Engenharia S.e Ambiental	UNOESC-Vda	420	Lista de espera	30%
16	Deisi Ribeiro de Campos	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	420	Lista de espera	30%
17	Tiago Caon Ribeiro	Design	UNOESC-Vda	420	Lista de espera	30%
18	Pamela Debastiani	Engenharia Química	UNOESC-Vda	420	Lista de espera	30%
19	Lucas Moresco	Direito	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	30%
20	Geovani Thibes de Almeida	Administração	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	30%
21	Harielli Cristine Burzanello	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	30%
22	Ketlyn Staelke	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	30%
23	Liana dos Santos da Silva	Administração	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	30%
24	Jéssica Cristine Trentin	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	30%
25	Katia Tais Rossi	Biotechnology Industrial	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	30%
26	Leonardo Nunes da Silva	Engenharia Química	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	30%
27	Vigando Landsteiner Neto	Direito	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	30%
28	Paula Taine Zago	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	30%
29	Ana Paula Cesco	Administração	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	30%
30	Débora Eduarda Domingues	Psicologia	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	30%
31	Fernanda Vencentin	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	30%
32	Gian da Silva	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	30%
33	Kamille Pereira de Souza	Direito	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	30%
34	Maira Canonica	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	30%
35	Bruna Tomazi	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	30%
36	Felipe Cherobin	Engenharia de Produção	UNOESC-Joaçaba	410	Lista de espera	30%
37	Ellen Passold	Design	UNOESC-Vda	400	Lista de espera	30%
38	Morgana Jane Zago	Direito	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	30%
39	Angela Kelin Zago	Direito	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	30%
40	Gregory Maiki Pagliarini	Ciência da Computação	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	30%
41	Rafaela Volpato	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	30%
42	Cassia Moreira Quadros	Administração	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	30%
43	Cristhiny de Freitas Teo	Direito	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	30%
44	Felipe Tedesco Bonetti	Direito	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	30%
45	Flávio Strauss Junior	Direito	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	30%
46	Tatiana Bruna Fabian	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	30%
47	Willian Dionatan da Silva	Engenharia S.e Ambiental	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	30%
48	Everton William P. Dias	Direito	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	30%

49	Felipe Heusy	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	30%
50	Guilherme Konzler	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	30%
51	Camila Maurer Rodrigues	Direito	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	30%
52	Diogo Xavier Ribeiro	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	30%
53	Taise Sartori	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	360	Lista de espera	30%
54	Alissa Veluma Viecei	Administração	UNOESC-Vda	330	Lista de espera	30%
55	Anderson Ogliari	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	330	Lista de espera	30%
56	Beatriz Viecei	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	330	Lista de espera	30%
57	Camila da Silva	Direito	UNOESC-Vda	330	Lista de espera	30%
58	Felipe Lourenço de Mello	Administração	UNOESC-Vda	330	Lista de espera	30%
59	Jodacir André Rigo	Administração	UNOESC-Vda	330	Lista de espera	30%
60	Eduarda Felquilquer	Direito	UNOESC-Vda	330	Lista de espera	30%
61	Francieli Bianchin	Direito	UNOESC-Vda	330	Lista de espera	30%
62	Mayelle Silva dos Santos	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	330	Lista de espera	30%
63	Tayla Diana Parise	Nutrição	UNOESC-Vda	330	Lista de espera	30%
64	Felipe Mengatto	Ciência da Computação	UNOESC-Vda	330	Lista de espera	30%
65	Daiane Mezaroba	Direito	UNOESC-Vda	320	Lista de espera	30%
66	Gustavo de Costa Machado	Engenharia Química	UNOESC-Vda	320	Lista de espera	30%
67	Jaqueline Helle Bordignon	Psicologia	UNOESC-Vda	320	Lista de espera	30%
68	Nicole Carmem Bordignon	Design	UNOESC-Vda	320	Lista de espera	30%
69	Gabriela Savaris	Direito	UNOESC-Vda	280	Lista de espera	30%
70	Rosana Maria Tedesco	Administração	UNOESC-Vda	240	Lista de espera	30%
71	João Guilherme Corso	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	190	Lista de espera	30%
72	Adrieli do Amaral	Direito	UNOESC-Vda	150	Lista de espera	30%
	INDEFERIDOS					
1	Maiara Perosa					
2	Gilberto de Oliveira Moraes					
3	Adriano Fantin					
4	Lizandra Dall Agnol					
5	Rubiane Baronecelo					
6	Taiany Ribeiro da Silva					
7	Evilaine dos Santos Lazzari					
8	Élin Martins					
9	Murilo Henrique Acadroli					
10	Jaqueline Masson	PROUNI-UNOESC				
11	Flávia Baldissera	PROUNI-UNOESC				
12	Rosane Araújo Correa	PROUNI-UNOESC				
13	Adriel Dreher Rodrigues	PROUNI-UNOESC				
14	Leonardo A.de Almeida	PROUNI-UNOESC				
15	Juliana Cristina Petri	PROUNI-UNOESC				
16	Amanda Moriggi	PROUNI-UNOESC				

Videira, 27 de abril de 2015.

Integrantes da Comissão Especial de Análise:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Videira

Representante da Associação Comercial de Videira

Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas

Assistente Social representante da Secretaria da Saúde e Ação Social

LEI Nº 3.227/15

LEI Nº 3.227/15, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DÁ DENOMINAÇÃO DE RUAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam denominadas as Ruas conforme memorial descritivo a seguir:

NOME DO LOGRADOURO	LOTEAMENTO	NOME DA RUA
Rua "A", com área de 1.941,97m², inicia no entroncamento com a Rua "J", seguindo no sentido norte/sul por uma extensão aproximada de 110,00 metros encontrando com a Rua Luiz Viecelli	Poente do Sol	Eleotherio Burlin
Rua "B", com área de 2.332,31m², inicia no entroncamento com a Rua "I" seguindo no sentido norte/sul por aproximadamente 160,00 metros, depois no sentido oeste/leste por aproximadamente 35,00 metros até encontrar-se com a Rua Luiz Viecelli	Poente do Sol	Vidalcyr Paulo Scopel
Rua "C", com área de 1.106,41m², inicia no entroncamento da Rua "J" seguindo no sentido norte/sul por uma extensão aproximada de 75,00 metros até o entroncamento com a Rua "I"	Poente do Sol	Vitório Gemelli
Rua "D", com área de 1.106,41m², inicia no entroncamento com a Rua "J" seguindo no sentido norte/sul por uma extensão aproximada de 75,00 metros até o entroncamento com a Rua "I"	Poente do Sol	Pedro Dalmolin
Rua "F", com área de 5.180,58m², inicia no balão de retorno seguindo no sentido norte/sul por uma extensão aproximada de 175,00 metros até a Rua "I", seguindo no mesmo sentido por aproximadamente 160,00 metros até a Rua Alfeo Schwaiga	Poente do Sol	Raymundo Formighieri

Rua "G", com área de 5.321,17 m², inicia no balão de retorno seguindo no sentido norte/sul por uma extensão aproximada de 175,00 metros até o encontro com a Rua "I", seguindo no mesmo sentido por uma extensão aproximada de 170,00 metros até o encontro com a Rua Alfeo Schwaiga	Poente do Sol	Egon Engen Sinzker
Rua "H", com área de 676,21m², inicia no entroncamento da Rua "B", seguindo no sentido oeste/leste, por uma extensão aproximada de 40,00 metros até a Rua Luiz Viecelli	Poente do Sol	Maria Sinzker
Rua "I", com área de 8.635,87m², inicia no balão de retorno seguindo no sentido por uma extensão aproximada de 293,00 metros até o encontro com a Rua "A"	Poente do Sol	Cristiano Moriggi
Rua "J", com área de 2.2821,46m², inicia no entroncamento com a Rua Luiz Orlando Finger, seguindo no sentido oeste/leste por aproximadamente 220,00 metros até o encontro com a Rua Luiz Viecelli	Poente do Sol	Guerino Andreazza
Rua "K", com área de 2.625,99m², inicia no balão de retorno seguindo no sentido oeste/leste por uma extensão aproximada de 170,00 metros, seguindo no sentido norte/sul por uma extensão aproximada de 75,00 metros deste ponto, seguindo no sentido oeste/leste por uma extensão aproximada de 40,00 metros até o encontro com a Rua "I"	Poente do Sol	Hettore Andreazza

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0315/15

PORTARIA nº 0315/15

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, na Portaria nº 0752/01 e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 6644/2015;

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA, SILVANA TOCCOLINI, SANTINA OLGA SCHNEIDER, VIVIAN BRINIAK MOREIRA, ROGÉRIO ANTONIO KUNZE e SONIA RITA GHELLER, para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados para o Departamento de Ação Social.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0598/14.

Videira, 24 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0316/15

PORTARIA nº 0316/15

Remove servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº 129/12, e ainda à vista do contido no Processo Administrativo nº 5687/2015;

RESOLVE

Art. 1º Remover, a partir de 1º de abril de 2015, o servidor EDISON DE OLIVEIRA BITENCOURT, ocupante do cargo efetivo de Chefe de Escritório, da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus

efeitos a 1º de abril de 2015.

Videira, 24 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0317/15

PORTARIA nº 0317/15

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, brasileira, solteira, inscrito no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no cargo efetivo de ENGENHEIRA CIVIL, matrícula nº 15.603, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT 77/2015, Processo Licitatório Tomada de Preços nº 02/2015-FMAS, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA PARA UTILIZAÇÃO DO CRAS, COM ÁREA DE 29,78 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, nesta cidade de Videira, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0318/15

PORTARIA nº 0318/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6243/2015,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor JOELCI DA SILVA, Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, de 1º de junho de 2015 até 1º de setembro de 2015, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2015.

Videira, 24 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0319/15

PORTARIA nº 0319/15

Concede licença para tratar de assuntos particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 194 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6587/2015,

RESOLVE

Art. 1º Conceder, a pedido, licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a CARLOS ROBERTO FERREIRA, Trabalhador Braçal, a partir de 1º de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2015.

Videira, 24 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0320/15

PORTARIA nº 0320/15

Autoriza o Uso de Bem Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, bem como no Processo Administrativo nº 6572/2015;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso de 04 (quatro) passarelas, de posse da

Secretaria Municipal de Infraestrutura, pela Gennius - Escola de Educação infantil e Ensino Fundamental Ltda, dos dias 07 a 11 de maio de 2015, a fim de realizar homenagem alusiva ao Dia das Mães.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a) É de inteira responsabilidade da entidade o uso, conservação e transporte dos bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas;
- b) A entidade não poderá ceder o uso dos bens a terceiros, nem utilizá-los para fins diversos do ora estipulado;
- c) Em caso de qualquer dano ao bem público utilizado a entidade obriga-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes;
- d) Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Infraestrutura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições dos bens públicos quando da devolução dos mesmos.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 011/2015

PORTARIA Nº 011/2015

Estabelece horário de trabalho à ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Jornalista, BRUNA WERLE DE OLIVEIRA

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Estabelecer o horário de trabalho da servidora ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Jornalista BRUNA WERLE DE OLIVEIRA, nas segundas, terças, quintas e sextas-feiras das 15:00 às 19:00 horas e nas quartas-feiras das 13:00 às 17:00 horas.

Art. 2º. As horas trabalhadas que ultrapassarem o horário previsto no artigo 1º desta Portaria, para realização de sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, reuniões de comissões e audiências públicas serão compensadas pela servidora conforme carga horária elencada na portaria de nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira, 27 de abril de 2015.

CHRISTIANE ZIMMER
Presidente

JACSON DARCI LOCATELLI
Vice-Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI
1º Secretário

PORTARIA Nº 012/2015

PORTARIA Nº 012/2015

Nomeia LEEDY MARI PAZIN para exercer a Função Gratificada criada através da Lei Municipal nº 3229/2015.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Nomear LEEDY MARI PAZIN, servidora ocupante de Cargo de Provimento Efetivo de Contadora da Prefeitura Municipal para exercer a função Gratificada Símbolo FG-1, a partir do dia 27 de abril de 2015 até 27 de outubro de 2015 ou até a realização de concurso público para o cargo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira (SC) 27 de abril de 2015.

CHRISTIANE ZIMMER
Presidente

JACSON DARCI LOCATELLI
Vice-Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI
1º Secretário

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 077/2015

PORTARIA Nº 077/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ROSANE TEREZINHA FISTAROL FRAZÃO

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 22/04/2015 a 06/05/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 22 de abril de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 27 DE ABRIL DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 172

DECRETO Nº. 172/2015

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações Lei Complementar Nº. 81/2011, de 20 de julho de 2011 e posteriores alterações; Lei Complementar Nº. 082/2011, de 20 de julho de 2011 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, o servidor municipal ADJOVAR UDILAR DALLA CORT, matrícula 6040, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete do Secretário, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para a partir de 01 de abril de 2015, atuar como ASSESSOR DE PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim - SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de abril de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Decreto 175

DECRETO Nº. 175/2015.

Exonera servidor municipal a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 29 de abril de 2015, a servidora municipal KALINE FILIPPI CHIELLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de MÉDICO, portadora da matrícula 5924, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, desta Prefeitura Municipal de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Decreto 176

DECRETO Nº. 176/2015.

Exonera servidor municipal a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 20 de abril de 2015, o servidor municipal VALDECIR ANDRE LAMEGO, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, portador da matrícula 6324, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, desta Prefeitura Municipal de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27 de abril de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Associações

AMMVI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº DL – 16/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº DL - 16/2015

Contrato que entre si celebram a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. JOÃO RICARDO CAVICHIOILLI, brasileiro, solteiro, programador, inscrita no CPF sob nº 051.331.899-23, com endereço à Rua Luiz Maske, 142, Bairro Itoupavazinha, cidade de Blumenau - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, mediante as cláusulas e condições que mutuamente aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto:

O presente contrato tem por objeto o desenvolvimento, pelo CONTRATADO, do curso de Treinamento em Linux nos módulos Básico, Intermediário e Avançado, abaixo relacionado, a ser ministrado no endereço do CONTRATANTE.

CALENDÁRIO DE AULAS PARA O 1º SEMESTRE DE 2015:

Módulo 1 - Básico:

14 de março - 8h às 17h
21 de março - 13h às 19h
28 de março - 8h às 17h
11 de abril - 14h às 20h

Módulo 2 - Intermediário:

25 de abril - 13h às 19h
09 de maio - 14h às 20h
16 de maio - 8h às 17h
23 de maio - 13h às 19h

Módulo 3- Avançado:

13 de junho - 14h às 20h
20 de junho - 8h às 17h
27 de junho - 13h às 19h
04 de julho - 8h às 17h
18 de julho - 8h às 17h
25 de julho - 13h às 19h

Carga Horária Total: 100 horas;

Numero de participantes: 18;

Quantidade de Turmas: 01;

Modulos: 03;

Material didático: 19 livros;

Valor Global: R\$ 5.831,000 (cinco mil oitocentos e trinta e um reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Preço :

2.1 - O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, para o desenvolvimento e execução do curso, o valor global de R\$ 5.831,000 (cinco mil oitocentos e trinta e um reais);

2.2 - Para o cálculo do preço global considerou-se a inscrição do empregado RICARRO SORROCHE (R\$ 250,00), o fornecimento de 19 livros (R\$ 1.881,00), e o curso em si (R\$ 3.500,00) cabendo ao Contratado o cumprimento integral do objeto previsto no presente Instrumento de Contrato;

2.3 - O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a conclusão de cada módulo ou entrega e aceitação dos serviços, materiais e/ou equipamentos;

2.4 - Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s), os tributos decorrentes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte;

2.5 - A CONTRATANTE arcará com os encargos da contribuição social patronal incidente sobre o serviço tomado, na forma da Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da dotação orçamentária:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão às contas da seguinte rubrica:

Código Dotação	Descrição
01	AMMVI
01002	Secretaria Geral e Administrativo Financeiro
004.122.0003.2002	Secretaria Geral e Administrativo Financeiro
3390000000000	Aplicação Direta
1000000000015	RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA QUARTA - Dos deveres do CONTRATADO:

4.1 - A ministrar o curso proposto de acordo com a metodologia e carga horária:

- Elaborar, reproduzir ou disponibilizar o material didático aos participantes do curso;
- Supervisionar e realizar o acompanhamento didático-pedagógico da turma;
- Fornecer os insumos e materiais aos alunos indispensáveis à prática e
- Fornecer certificação aos participantes aprovados, de acordo com as suas normas.

4.2 Assessorar e/ou disponibilizar informações relativas aos serviços, por meio de endereço eletrônico (info@ammvi.or.br) ou por telefone, conforme as necessidades da CONTRATANTE;

4.3 Apresentar relatórios administrativos, quando solicitado, decorrentes dos serviços prestados.

4.4 Fica delegado atribuição ao empregado da CONTRATANTE, Sr. RICARDO SORROCHE, para acompanhar a execução deste contrato, inclusive procedendo ao controle das atividades no atendimento do objeto deste instrumento.

4.5 A CONTRATANTE não será responsável por eventual prejuízo sofrido pelo CONTRATADO em decorrência deste contrato;

4.6 Os serviços deverão ser executados com presteza, pontualidade, qualidade, eficiência, de forma a atender integralmente aos objetivos esperados, devendo corrigir e/ou refazer, conforme o caso, por sua inteira responsabilidade, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou quaisquer incorreções derivadas de execução inadequada.

CLÁUSULA QUINTA - Das Penalidades :

A parte que infringir quaisquer das cláusulas ou condições deste contrato ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, bem como perdas e danos e correção monetária

com base no INPC ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA SEXTA - Da Vigencia :

O prazo de vigência do presente instrumento terá seu início na data de sua assinatura e término no dia 26 de julho de 2015, podendo ser prorrogado para conclusão dos trabalhos, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA Inexistencia de Vinculo empregatício:

O presente contrato não gera vínculo empregatício, não tendo o CONTRATADO qualquer dever de subordinação aos agentes da CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - Do Dever de Ressarcimento:

7.1 - A CONTRATANTE não responde, subsidiária ou solidariamente, tanto na esfera civil, trabalhista, tributária, securitária, penal, entre outras, pelos atos e omissões, dolosas e culposas praticadas pelo CONTRATADO, resguardado àquela o direito de regresso em caso de eventual condenação.

7.2 - O CONTRATADO responderá por eventuais prejuízos causados ao patrimônio e aos bens da CONTRATANTE, inclusive daqueles colocados à disposição para o atendimento dos serviços de que trata este contrato.

CLAUSULA OITAVA - DO FUNDAMENTO LEGAL

8.1 - A presente contratação fundamenta-se no artigo 24, Inciso II e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, observando-se as disposições próprias estabelecidas no artigo 54 e seguintes do mesmo dispositivo legal.

CLAUSULA NONA - Da Rescisão:

9.1 O presente Instrumento de Contrato será rescindido, a critério da CONTRATANTE, independente de Interpelação Judicial ou Notificação Judicial/Extrajudicial, em qualquer fase de execução, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização de qualquer espécie quando:

9.1.1 Descumprir das obrigações contratuais, salvo se a CONTRATANTE optar pela aplicação de multa prevista na cláusula oitava item 8.1 subitem 1, alínea "a" deste instrumento.

9.1.2 Transferir a terceiros no todo ou em parte, a execução dos fornecimentos objeto do presente Instrumento de Contrato sem prévio consentimento por escrito da CONTRATANTE.

9.1.3 Dissolução ou liquidação ou ter sido decretado à falência da CONTRATADA, uma vez consumada a impossibilidade de recuperação judicial.

9.2 Reserva-se, ainda, à CONTRATANTE, o direito de rescindir o presente Instrumento de Contrato, no todo ou em parte, mediante aviso prévio por escrito com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sem que lhe seja imposta quaisquer multas e/ou indenização.

9.3 Convindo as Partes, poderá o presente Instrumento de Contrato ser rescindido por mútuo acordo, desde que esta rescisão não traga prejuízo à CONTRATANTE.

9.4 Qualquer que seja a hipótese de rescisão do presente Instrumento de Contrato fica a CONTRATADA responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias/sociais dela decorrentes.

9.5 Havendo pendências, as Partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Contrato, as responsabilidades de cada uma das Partes pelo cumprimento do objeto do presente Instrumento de Contrato.

CLAUSULA decima - Da Propriedade Intelectual:

10.1 Os direitos à propriedade intelectual pertinente ao presente Instrumento de Contrato observarão a legislação específica Lei Federal nº 9610/1998.

10.2 Os estudos, projetos, relatórios e demais trabalhos e informações desenvolvidas pelo Contratado, ainda que inacabados, serão integralmente de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, que poderá registrá-los nos órgãos competentes e utilizá-los ou cedê-los sem qualquer restrição ou custo adicional Lei Federal nº 9609/1998 e Lei Federal nº 9610/1998, renunciando a Contratada, de maneira irrevogável e irretratável, a todos e quaisquer direitos sobre os mesmos.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Do Foro:

11.1 - As partes elegem o foro da comarca de Blumenau/SC, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer litígios envolvendo este contrato.

Por ser vontade das partes e prova de assim haverem contratado, fizeram este instrumento particular, impresso em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 13 de março de 2015.

PAULO ROBERTO WEISS CONTRATANTE	JOÃO RICARDO CAVICHIOLLI CONTRATADO
------------------------------------	--

RESOLUÇÃO Nº 06/15

RESOLUÇÃO nº 06/15

Declara inservíveis diversos bens registrados no patrimônio da AMMVI, autorizando a baixa dos registros e sua doação para a CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFº ADÉLIO CARLINI entidade civil sem fins lucrativos.

PAULO ROBERTO WEISS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e Considerando-se que alguns bens estão obsoletos e não apresentam condições de uso para os fins da Associação, e nem mesmo alienação ou reaproveitamento;

Considerando-se que estes bens estão registrados no patrimônio contábil da Associação, necessitando da baixa para fins de correção dos registros, e que podem ser doados para entidade sem fins lucrativos que já se habilitou para seu recebimento, conforme deliberação da diretoria;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis para uso da AMMVI os seguintes bens:

Patrimônio	Descrição	Situação
Nº 145	Ar Condicionador 15000 Btus Consul Frio Cc115	Obsoleto
Nº 238	Ar Condicionador 21000 Btus Consul Frio Ccf21 C/ suporte de ferro janeleiro	Obsoleto
Nº 189	Quadro 120X150 Branco STALO	Obsoleto
Nº 578	Quadro 120x150 Apagador 150 Pilot	Obsoleto
S/n	Mesa Branca 4 pés PVC	Obsoleto

Art. 2º - Fica autorizada a baixa nos registros patrimoniais dos bens móveis declarados inservíveis para Associação, na forma do artigo anterior, efetuando-se a respectiva baixa nos registros contábeis.

Parágrafo Único - Fica autorizado à doação dos bens declarados inservíveis para o CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFº ADÉLIO CARLINI, CNPJ nº 03.932.267/0001-05 sediada na Rua dos Trabalhadores, nº44 - Velha Grande, CEP: 89095-400, na cidade de Blumenau/SC, na forma requerida pelas Entidades mencionadas mediante termo de recebimento de cada um dos donatários.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 06 de abril de 2015; 45º Ano de Fundação.
PAULO ROBERTO WEISS
Presidente da AMMVI

Consórcios

CIGA

EXTRATO CONTRATO 278 - DOM - BOM JARDIM DA SERRA

Extrato de Contrato nº 278/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Bom Jardim da Serra

CONTRATANTE: Município de Bom Jardim da Serra

CNPJ: 82.844.754/0001-92

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 061/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Bom Jardim da Serra no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 295,00 (Duzentos e noventa e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 08 de abril de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 279 - DOM - SUL BRASIL

Extrato de Contrato nº 279/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Sul Brasil

CONTRATANTE: Município de Sul Brasil

CNPJ: 95.990.107/0001-30

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 571/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Sul Brasil no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 295,00 (Duzentos e noventa e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 14 de abril de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CIM-AMAVI**EXTRATO CONVITE Nº 001/2015**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI
CIM-AMAVI

CONVITE Nº 001/2015

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, CNPJ nº 14.695.989/0001-00, estabelecido na Rua XV de Novembro, 737, na cidade de Rio do Sul/SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade CARTA CONVITE, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos e que realizará às 15 horas do dia 06 de maio de 2015, na sede do CIM-AMAVI, junto a AMAVI, na Rua XV de Novembro, 737, na cidade de Rio do Sul/SC, recebimento e abertura de propostas objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e materiais de uso diverso para a manutenção do Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock situado na Rua Walter Rohde, 02, na cidade de Vidal Ramos/SC, conforme quantidades previstas e preços unitários estimados, contantes do objeto. A documentação completa do Edital poderá ser retirada na sede do Consórcio ou no endereço eletrônico www.amavi.org.br/cim. Rio do Sul, 28 de abril de 2015. Nilson Francisco Stainsack - Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 11/03/2015

RESOLUÇÃO nº 02, de 11/03/2015.

Aprova a formalização de Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina para repasse de auxílio financeiro ao CIM-AMAVI visando a contratação dos projetos básico e executivo e respectivo plano de negócios para implantação do Parque de Processamento e Tratamento de Resíduos Sólidos dos Municípios do Alto Vale do Itajaí.

NILSON FRANCISCO STAINSACK, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho de Administração em reunião realizada nesta data e:

CONSIDERANDO:

A solicitação de apoio financeiro, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), apresentada ao Governo do Estado de Santa Catarina através do Ofício nº 003/2015, objetivando a contratação dos projetos básico e executivo de engenharia, nas especialidades mecânica, civil, elétrica, sanitária, biológica, entre outras, bem como do plano de negócios para implantação do Parque de Processamento e Tratamento de Resíduos Sólidos dos Municípios do Alto Vale do Itajaí;

Considerando o despacho favorável do Governo do Estado conforme processo SCC 00000625/2015 autuado e encaminhado a DSUST/DSMA;

O disposto no inciso XV, § 3º da Cláusula Décima Segunda c/c inciso I da Cláusula Sexta e inciso VII da Cláusula Décima Oitava do Contrato de Consórcio Público;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a formalização de Convênio de Cooperação

Financeira com o Governo do Estado de Santa Catarina, para repasse de auxílio financeiro ao CIM-AMAVI, visando a contratação dos projetos básico e executivo de engenharia, nas especialidades mecânica, civil, elétrica, sanitária, biológica, entre outras, bem como do plano de negócios para implantação do Parque de Processamento e Tratamento de Resíduos Sólidos dos Municípios do Alto Vale do Itajaí;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de março de 2015.

Nilson Francisco Stainsack
Presidente do CIM-AMAVI

Agostinho Senem
Diretor Executivo

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 31/03/2015

RESOLUÇÃO nº 03, de 31/03/2015.

Autoriza realização de Chamamento Público, institui a Comissão Especial de Seleção e dá outras providências.

NILSON FRANCISCO STAINSACK, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais,

1. CONSIDERANDO:

1.1. A demanda apresentada pela 1ª Promotoria de Justiça e Juízo da Infância e Juventude da Comarca de Ituporanga no Inquérito Civil SIG/MP: 06.2011.002784-4 aos Municípios de Atalanta, Chapadão do Lageado, Imbuia, Ituporanga, Petrolândia, Vidal Ramos e Leoberto Leal visando a garantia de serviço socioassistencial de alta complexidade, na modalidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes que tenham seus direitos ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e em razão da sua conduta;

1.2. Que referida demanda foi atendida através do CIM-AMAVI e que, expirado o prazo legal para contratação temporária de profissionais para manutenção das atividades, apesar de aprovada a prorrogação em Assembleia dos Prefeitos, não foi ratificada a alteração do Contrato de Consórcio Público pelas 28 (vinte e oito) Câmaras Legislativas dos Municípios Consorciados, demonstrando inclusive a inviabilidade da perpetuação das atividades pelo CIM-AMAVI, pois que citado instrumento de constituição do consórcio demanda ratificação das alterações mediante lei de todos os entes consorciados;

1.3. Que o Conselho de Administração do CIM-AMAVI, em reunião do dia 11/03/2015, decidiu pela impossibilidade de manutenção das atividades de acolhimento institucional, por força dos argumentos expendidos no item anterior, tendo autorizado a realização de processo de Chamamento Público para os Municípios da Comarca de Ituporanga, visando a seleção de entidade não governamental apta a assumir os serviços de acolhimento;

1.4. Que os Prefeitos dos Municípios que compõem a Comarca de Ituporanga pretendem manter a continuidade dos serviços prestados, tendo deliberado, em reunião realizada no dia 26/02/2015, pelo repasse de recursos à entidade filantrópica devidamente constituída para tal fim, oportunidade em que pelo Município de Vidal Ramos foi disponibilizado o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Walter Rohde, nº 02, Centro, para concessão de uso à entidade filantrópica que firmar convênio com os Municípios da Comarca de Ituporanga;

1.5. Que os Municípios que compõem a Comarca de Ituporanga pretendem efetuar doação, ao Município de Vidal Ramos, dos móveis que guarnecem o imóvel onde atualmente são oferecidos os serviços de acolhimento pelo CIM-AMAVI, para que o imóvel a ser concedido para prestação de serviços de acolhimento mantenha a mobília e utensílios tal qual a situação atual;

1.6. Que os Municípios que compõem a Comarca de Ituporanga pretendem manter o repasse de recursos para manutenção da entidade de acolhimento, no montante previsto no Contrato de Rateio nº 01/2015, atualmente em vigor, garantida a atualização anual do valor no mesmo índice estabelecido;

1.7. Que os Municípios que compõem a Comarca de Ituporanga apresentaram requerimento para que o CIM-AMAVI realize procedimento de Chamamento Público para seleção de entidade filantrópica apta à prestação de serviço socioassistencial de alta complexidade, na modalidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes que tenham seus direitos ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e em razão da sua conduta, requerendo especialmente:

1.7.1. Que o referido Chamamento Público respeite as mesmas condições para funcionamento da entidade previstas no Contrato de Rateio nº 01/2015, a ser automaticamente rescindido com a entrada em vigor dos convênios a serem firmados com a entidade selecionada;

1.7.2. Que o Chamamento Público estipule a seleção de entidade para formalização de convênio com os Municípios da Comarca de Ituporanga, inclusive o Município de Leoberto Leal que, apesar de não consorciado ao CIM-AMAVI, possui convênio para a manutenção da entidade de acolhimento e pretende manter o repasse do recurso, sendo imprescindível sua participação no certame, por conta do rateio dos recursos a serem garantidos para a entidade a ser selecionada;

1.7.3. Que seja previsto no certame o repasse financeiro mensal para a entidade a ser selecionada de R\$ 48.465,44 (quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) para subsidiar as despesas de manutenção, sendo os valores atualizados anualmente, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor □ INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística □ IBGE, ou na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado □ IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas □ FGV;

1.7.4. Que o valor de repasse previsto poderá ser majorado, mediante circunstâncias devidamente justificadas e comprovadas que demandem o aporte maior de recursos, a depender de decisão conjunta dos Municípios da Comarca de Ituporanga e alteração do convênio, o mesmo ocorrendo quando da necessidade de repasse de recursos para substituição dos móveis que guarnecem a entidade de acolhimento, quando os recursos de outras fontes não forem suficientes à tal intento;

1.7.5. Que seja previsto no Edital que a entidade deverá prestar contas dos recursos recebidos nos moldes da IN nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e, eventual saldo financeiro compreenderá fonte de recursos individualizada do Município, e a seu critério, o valor do repasse mensal poderá ser postergado até a utilização completa do saldo individual disponível.

1.7.5.1. Eventuais saldos financeiros individualizados no final do exercício serão reprogramados para o exercício seguinte, conforme preconiza a Lei 4.320/64.

1.7.5.2. Caso a entidade venha a ser beneficiária de recursos do governo do Estado ou da União, ou ainda de terceiros, destinados às despesas de manutenção, estes deverão ser descontados

proporcionalmente do valor mensal repassado pelos Municípios da Comarca de Ituporanga;

1.7.6. Que seja estabelecido que as 20 (vinte) vagas disponíveis na entidade de acolhimento sejam utilizadas exclusivamente pelos Municípios da Comarca de Ituporanga o que só poderá ser alterado se no decorrer da execução do convênio houver alteração do cenário de demanda de acolhimento atual, a depender de decisão conjunta dos Municípios da Comarca de Ituporanga, alteração do convênio e revisão dos valores repassados ou mediante determinação judicial.

1.7.7. Que os critérios de escolha da entidade sejam previstos no Edital na seguinte ordem:

1.7.7.1. Adequação da entidade participante às Orientações Técnicas de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, previstas na Resolução Conjunta nº 1, de 18 de Junho de 2009, o que comprovará mediante apresentação do Regimento Interno, do Projeto Político Pedagógico e do corpo de funcionários;

1.7.7.2. Parecer favorável do Relatório de Fiscalização/Avaliação dos Programas de Acolhimento emitido pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

1.7.8. Que seja constituída Comissão Especial de Seleção formada pelos(as) Assistentes Sociais dos Municípios da Comarca de Ituporanga e pela Assistente Social da Amavi para definição da pontuação dos critérios de escolha acima elencados, elaboração do Termo de Referência do Edital de Chamamento e para o processamento do certame, cuja comissão será responsável pela escolha da entidade, podendo inclusive realizar vistoria técnica para averiguação dos itens pontuados, podendo ser requerida a colaboração e participação da Assistente Social Forense da Comarca de Ituporanga.

2. RESOLVE:

2.1. Autorizar a realização de Chamamento Público para seleção de entidade filantrópica apta à prestação de serviço socioassistencial de alta complexidade, na modalidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes que tenham seus direitos ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e em razão da sua conduta, nos moldes requeridos pelos municípios que compõem a comarca de Ituporanga.

2.2. Fica instituída Comissão Especial de Seleção formada pelas Assistentes Sociais dos Municípios da Comarca de Ituporanga e pela Assistente Social da Amavi, abaixo nominadas, para definição da pontuação dos critérios de escolha elencados, elaboração do Termo de Referência do Edital de Chamamento e para o processamento do certame, cuja comissão será responsável pela escolha da entidade, podendo inclusive realizar vistoria técnica para averiguação dos itens pontuados, podendo ser requerida a colaboração e participação da Assistente Social Forense da Comarca de Ituporanga:

2.2.1. Denise Garcial Dolejal, Assistente Social da Amavi;

2.2.2. Lilian Sebold Maciel, Assistente Social do Município de Atalanta;

2.2.3. Marlise Neuhaus, Assistente Social do Município de Chapadão do Lageado;

2.2.4. Alflávia K. Boing, Assistente Social do Município de Imbuia;

2.2.5. Alessandra Hoffmann Moratelli, Assistente Social do Município de Ituporanga;

2.2.6. Rejane Kuster, Assistente Social do Município de Leoberto Leal;

2.2.7. Márcia S. Schmitt, Assistente Social do Município de Petrolândia;

2.2.8. Amanda Clara R. Dobke, Assistente Social do Município de

Vidal Ramos;

2.3. A Comissão Especial de Seleção trabalhará em conjunto com a Comissão Permanente de Licitações do CIM-AMAVI, cabendo ao Presidente dessa a presidência dos trabalhos.

2.4. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de março de 2015.

Nilson Francisco Stainsack

Presidente do CIM-AMAVI

Agostinho Senem

Dir. Executivo

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 13/04/2015

RESOLUÇÃO nº 04, de 13/04/2015.

Autoriza a prorrogação do prazo de vigência dos contratos de trabalho em vigor e dá outras providências.

NILSON FRANCISCO STAINSACK, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho de Administração,

CONSIDERANDO:

Que a estrutura de pessoal necessária ao funcionamento do "Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock", prevista no Contrato de Rateio e no Contrato de Consórcio Público, foi definida em decorrência de amplos estudos formalizados pelos entes envolvidos na instalação da entidade, quais sejam, Municípios, CIM-AMAVI, Ministério Público e Poder Judiciário;

Que não houve deliberação favorável da Assembleia à realização de concurso público e preenchimento de empregos públicos, dada a impossibilidade de avaliar, pelo curto prazo de atividades desenvolvidas e sua perspectiva inovadora, a perpetuidade ou não da entidade de acolhimento na configuração originária, com gestão sob responsabilidade de 28 (vinte e oito) municípios congregados em consórcio multifinalitário, justamente porque as atividades apesar de destinadas à parcelas destes, requerem, quando necessária alteração do instrumento contratual, aprovação em todos os municípios consorciados, o que pode prejudicar a celeridade de ações imprescindíveis;

Que a realização de processo seletivo visando a contratação de profissionais e preenchimento de cadastro de reserva para as funções do quadro da entidade depende da ratificação pelas Câmaras Municipais dos entes consorciados da Resolução nº 05/2014 eis que esta, ao alterar o Contrato de Consórcio Público, promoveu alterações no regime jurídico dos profissionais tornando-o regime jurídico administrativo especial e permitiu que o prazo para contratações temporárias fundadas na implantação e execução de programas em fase inicial ou período experimental seja prorrogado por mais dois anos;

Que expirado o prazo para contratação temporária de profissionais para manutenção das atividades, não foi ratificada a alteração do Contrato de Consórcio Público pelas 28 (vinte e oito) Câmaras Legislativas dos Municípios Consorciados, ficando comprometida a continuidade das ações de acolhimento institucional;

Que o Conselho de Administração do CIM-AMAVI, em reunião do dia 11/03/2015, decidiu pela impossibilidade de manutenção das atividades de acolhimento institucional, por força dos argumentos expendidos no item anterior, tendo autorizado a realização de

processo de Chamamento Público para os Municípios da Comarca de Ituporanga, visando a seleção de entidade não governamental apta a assumir os serviços de acolhimento;

Que o referido edital de chamamento está em fase de elaboração, não havendo prazo definido para sua conclusão, a variar de acordo com os acontecimentos que se sucederem no seu processamento (impugnações, recursos, diligências, etc);

Que até a formalização de convênio entre os Municípios e a entidade não governamental as atividades de acolhimento institucional não podem ser interrompidas, a fim de não causar prejuízo aos atuais acolhidos e os porventura vindouros;

Que os Contratos de Rateio atualmente em vigor serão automaticamente rescindidos com a entrada em vigor dos convênios a serem firmados;

Que deixar de alocar o pessoal necessário à continuidade das atividades até a formalização de convênio importará em desatendimento da demanda apresentada pela 1ª Promotoria de Justiça e Juízo da Infância e Juventude da Comarca de Ituporanga no Inquérito Civil SIG/MP: 06.2011.002784-4;

Que o Contrato de Consórcio Público prevê no § 20 da Cláusula Décima Sétima que ☐ Os casos omissos serão decididos pelo Conselho de Administração ☐.

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a formalização de aditivo aos contratos de trabalho atualmente em vigor, para fazer constar cláusula alterando o prazo de vigência contratual, estendendo-a até a data de entrada em vigor de convênio a ser formalizado com organização não governamental para prestação de serviços de acolhimento institucional.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de abril de 2015.

Nilson Francisco Stainsack

Presidente do CIM-AMAVI

Agostinho Senem

Diretor Executivo

CIMVI**1ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2015/006 - TRATAMENTO CHORUME**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

1ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2015/006
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
CONTRATADO: Preserve Ambiental Ltda
OBJETO: Prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final ambientalmente adequada do líquido percolado/chorume gerado no Aterro Sanitário do CIMVI
VALOR: R\$ 44,90 (quarenta e quatro reais e noventa centavos) por tonelada
PRAZO: até 27 de maio de 2015

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos

Timbó, 27 de abril de 2015.
Sergio Almir dos Santos
Presidente

CIS/AMARP**EXTRATO CONTRATO 76 2015**

EXTRATO DE CONTRATO 76/ 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e INTEGRAL ASSISTÊNCIA A SAÚDE LTDA, CNPJ 20.606.341/0001-12, situada na Rua Santos Dumont nº. 339, Centro, Porto União - SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Consultas Especializadas e Exames.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 76/2015.

Prazos: inicia-se em 09 de Abril de 2015, encerrando-se em 31 de dezembro de 2015.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 09/04/2015

Signatários: Prefeito Gilberto Amaro Comazzetto contratante e Paulo de Freitas Peixoto contratado.

RESOLUÇÃO 06 2015 CPL

Resolução nº. 06/2015-CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa o Credenciamento de INTEGRAL ASSISTÊNCIA

A SAÚDE LTDA, CNPJ 20.606.341/0001-12, situada na Rua Santos Dumont nº. 339, Centro, Porto União - SC, em conformidade com o edital 01/2010 para Credenciamento de procedimentos em:

Cardiologia (Consulta)	0.30.10.10.07-2	60,00
Monitoramento pelo sistema holter 24 hs (3 canais)	0.21.10.20.04-4	80,00
Teste de esforço/teste ergométrico	0.21.10.20.06-0	100,00
Ecocardiograma com doppler	0.20.50.10.03-2	150,00
MONITORIZACAO AMBULATORIAL DE PRESSAO ARTERIAL	02.11.02.005-2	140,00
Eletrcardiograma (ECG)	0.21.10.20.03-6	30,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC

Videira, 09 de Abril de 2015.

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CIS-AMARP

RESOLUÇÃO 16 2015

Resolução nº 16/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços de PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS, a seguir:

INTEGRAL ASSISTÊNCIA A SAÚDE LTDA, CNPJ 20.606.341/0001-12, situada na Rua Santos Dumont nº. 339, Centro, Porto União - SC, em conformidade com o edital 01/2010, Termo de credenciamento 76/2015.

Cardiologia (Consulta)	0.30.10.10.07-2	60,00
Monitoramento pelo sistema holter 24 hs (3 canais)	0.21.10.20.04-4	80,00
Teste de esforço/teste ergométrico	0.21.10.20.06-0	100,00
Ecocardiograma com doppler	0.20.50.10.03-2	150,00
MONITORIZACAO AMBULATORIAL DE PRESSAO ARTERIAL	02.11.02.005-2	140,00
Eletrcardiograma (ECG)	0.21.10.20.03-6	30,00

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 09 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Presidente CIS-AMARP

CIGAMERIOS**RESULTADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 002/2015**

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS

RESULTADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público e Privado, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Dilair Menin, no uso de suas atribuições legais, torna público o RESULTADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 002/2015, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015, pelo "SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS".

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futuras, eventuais e parceladas aquisições de pneus, câmaras de ar e protetores pelos seguintes MUNICÍPIOS PARTICIPANTES: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Saudades e Tigrinhos, para o exercício financeiro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 3555 de 08 de agosto de 2000, Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

CONSUMO ESTIMADO PARA O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE/SC

Ata de Registro de Preços nº 016/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
41	Und	10	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	1.624,00

Ata de Registro de Preços nº 017/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JK PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
30	Und	8	PNEU 185/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE MULTIHAWK	206,00
52	Und	32	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE MULTIHAWK	148,00

Ata de Registro de Preços nº 018/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JOAÇABA PNEUS LTDA

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
37	Und	2	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI TM95	3.700,00
57	Und	40	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI P6000	240,00
59	Und	16	PNEU 205/75R16, TIPO A, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI CHRONO	490,00
79	Und	2	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI TM95	1.370,00
85	Und	12	PNEU 1400R24 G2 16 LONAS RADIAL COM CARÇAÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 25,5 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI RM100 E3 169B	4.940,00

96	Und	4	PNEU 195/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI P7	220,00
----	-----	---	---	------------	--------

Ata de Registro de Preços nº 019/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
32	Und	2	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/AT UTILITY	1.944,00
47	Und	14	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TG-85	1.540,00
49	Und	4	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 14 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE-SUP. TRACT. LOADER	1.215,00
58	Und	16	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE/DURAVIS	399,95
65	Und	8	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/RA-45	480,00
80	Und	6	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/RM-95	4.448,00
91	Und	4	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, INDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONES/SRG LD L-3	2.938,00
92	Und	8	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/F-900 88H	275,00

CONSUMO ESTIMADO PARA O MUNICÍPIO DE CAIBI/SC

Ata de Registro de Preços nº 020/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JK PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
30	Und	12	PNEU 185/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE MULTIHAWK	206,00
52	Und	8	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE MULTIHAWK	148,00
53	Und	26	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE F580	223,00

Ata de Registro de Preços nº 021/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JOAÇABA PNEUS LTDA

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
48	Und	8	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10/12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI PN12	1.020,00
50	Und	12	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI G2/L2 PN14	1.780,00
57	Und	8	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI P6000	240,00
60	Und	10	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI FG85	815,00
69	Und	12	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI CT65	945,00
72	Und	38	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI TG85	1.475,00
96	Und	10	PNEU 195/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI P7	220,00
100	Und	4	PNEU 205/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI PHANTOM	290,00
101	Und	20	PNEU 205/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI CHRONO	430,00
112	Und	4	PNEU 750R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI CT52	506,00
128	Und	12	PNEU 1000-20 COMUM, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI CT65	785,00

Ata de Registro de Preços nº 022/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS

Vigência: 10/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
33	Und	20	PNEU 19.5-24 TIPO A, PARA RETRO, 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/ AT UTILITY	2.329,00
44	Und	10	PNEU 9x17,5 TIPO A, PARA TRATOR, 6 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 850KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR/ G-2	619,00
91	Und	4	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/ SRG LD L-3	2.938,00
92	Und	4	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/ F-900 88H	275,00

CONSUMO ESTIMADO PARA O MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC

Ata de Registro de Preços nº 023/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
41	Und	6	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	1.624,00

94	Und	10	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRACÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	4.660,00
----	-----	----	---	-----------	----------

Ata de Registro de Preços nº 024/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JK PNEUS

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
26	Und	8	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE MULTIHAWK	178,00
28	Und	10	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE SUPER AT 23G	2.055,00
29	Und	10	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE SUPER AT 23G	2.610,00
30	Und	20	PNEU 185/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE MULTIHAWK	206,00
31	Und	20	PNEU 185/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE MULTIHAWK	188,00
34	Und	12	PNEU 195/80R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 106 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE DURAVIS	355,00
52	Und	38	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE MULTIHAWK	148,00
53	Und	20	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE F580	223,00

Ata de Registro de Preços nº 025/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JOAÇABA PNEUS LTDA.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
1	Und	40	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	BBW	86,00
2	Und	12	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	BBW	119,00
3	Und	36	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	BBW TR218	92,00
6	Und	10	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA	BBW TR218	166,00
8	Und	100	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	BBW KM24 TR218	158,00
10	Und	12	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	BBW TR220	210,00
11	Und	12	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	BBW TR220	222,00
12	Und	10	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34 AGRÍCOLA	BBW TR218	251,00
13	Und	10	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	BBW TR218	222,00
14	Und	6	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-26 AGRICOLA	BBW TR218	358,00
15	Und	30	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5	BBW TR462D	75,50
16	Und	80	CÂMARA DE AR PARA PNEU 295/80R22,5	BBW TR462D	90,00
18	Und	30	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16	BBWTR75	40,00
19	Und	28	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO	BBW TR15	39,00
20	Und	10	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO	BBW TR75	42,00
21	Und	32	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	BBW	76,00
22	Und	30	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA	BBW TR15	62,00
23	Und	30	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMOVEL	BBW FR13/14	24,00
24	Und	12	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMOVEL	BBW FR13/14	24,00
25	Und	30	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI TM05	1.210,00

38	Und	10	PNEU 23.1-26 TIPO A, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI MB39	3.990,00
50	Und	100	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI G2/L2 PN14	1.780,00
51	Und	20	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI P400	137,00
57	Und	20	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI P6000	240,00
59	Und	28	PNEU 205/75R16, TIPO A, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI CHRONO	490,00
60	Und	8	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI FG85	815,00
62	Und	50	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI FG85	1.360,00
78	Und	10	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI TM95	1.280,00
95	Und	12	PNEU 195/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI P7	276,93
106	Und	8	PNEU 225/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI ATR	330,00
107	Und	4	PNEU 225/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI STR	480,00
113	Und	24	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI CT52	506,00
114	Und	24	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE E CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI FG85	1.050,00
118	Und	50	PROTETOR 1000 - 20	SBN 20L	19,20
120	Und	60	PROTETOR 1400 - 24	24L IA CARRETEIRO	41,20
121	Und	20	PROTETOR 750 -16	SBN 16L	15,00
122	Und	20	PROTETOR 900- 20	189SBN 20L	19,00
123	Und	10	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25	19025L IA CARRETEIRO	112,00

Ata de Registro de Preços nº 026/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
27	Und	10	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE SAT-23G	2.340,00
32	Und	6	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/ AT UTILITY	1.944,00
33	Und	10	PNEU 19.5-24 TIPO A, PARA RETRO, 16 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/ AT UTILITY	2.329,00
39	Und	8	PNEU 235/70R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/DESTINATION AT 104/1015	442,00

47	Und	106	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TG-85	1.540,00
49	Und	50	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 14 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE SUP TRACT. LOADER	1.215,00
58	Und	4	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE/DURAVIS	399,95
64	Und	100	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/FG-85	1.673,00
66	Und	20	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI RA-45	480,00
92	Und	8	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/F-900 88H	275,00
93	Und	8	PNEU 185/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	FIRESTONE MULTIHAWK	237,00
99	Und	4	PNEU 195/75R16, TIPO A, INDICE DE CARGA 107, INDICE DE VELOCIDADE, R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO	BRIDGESTONE/DURAVIS	380,00

CONSUMO ESTIMADO PARA O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ/SC

Ata de Registro de Preços nº 027/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
41	Und	10	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	1.624,00
86	Und	6	PNEU 1400R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	5.039,00

Ata de Registro de Preços nº 028/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JK PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
35	Und	10	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE FS 557	680,00
52	Und	26	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE MULTIHAWK	148,00
53	Und	36	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE F580	223,00

Ata de Registro de Preços nº 029/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JOAÇABA PNEUS LTDA.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
1	Und	15	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	BBW	86,00
2	Und	6	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	BBW	119,00
6	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA	BBW TR218	166,00
8	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	BBW KM24 TR218	158,00
11	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	BBW TR220	222,00
12	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34 AGRÍCOLA	BBW TR218	251,00
13	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	BBW TR218	222,00
14	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-26 AGRICOLA	BBW TR218	358,00
19	Und	10	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO	BBW TR15	39,00
20	Und	10	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO	BBW TR75	42,00
21	Und	30	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	BBW	76,00
24	Und	10	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMOVEL	BBW FR13/14	24,00
25	Und	6	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI TM 95	1.210,00
38	Und	6	PNEU 23.1-26 TIPO A, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI MB39	3.990,00
70	Und	20	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI TR85	1.315,00
79	Und	6	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 16 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI TM95	1.370,00
97	Und	12	PNEU 195/65R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI P7	268,00
101	Und	12	PNEU 205/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI CHRONO	430,00
111	Und	16	PNEU 750-16 TIPO A, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI RT59	405,00
118	Und	10	PROTETOR 1000 - 20	SBN 20L	19,20
120	Und	2	PROTETOR 1400 - 24	24L IA CARRETEIRO	41,20
121	Und	10	PROTETOR 750 -16	SBN 16L	15,00
122	Und	10	PROTETOR 900- 20	SBN 20L	19,00
125	Und	6	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI TM95	1.970,00
129	Und	8	PNEU 205/60R16 TIPO A, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI ATR	386,00

Ata de Registro de Preços nº 030/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
49	Und	10	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 14 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE SUP. TRACT. LOADER	1.215,00
71	Und	20	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 24MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TG-85	1.389,00
77	Und	4	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/COMPACTOR C-1	2.933,00
119	Und	2	PROTETOR 1300 - 24	RALFLEX	41,25

124	Und	2	PNEU 15-6.00 - 6 NHS, PARA CORTADOR DE GRAMA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	TRELLEBORG/T-510	390,00
126	Und	8	PNEU 19.5/80/24 TIPO A, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE AT UTILITY	2.174,00
131	Und	2	PNEU AGRÍCOLA 5.60 R/15 PARA ENFARDADEIRA DE FENO	MAFFION MILITAR	245,00

CONSUMO ESTIMADO PARA O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO/SC

Ata de Registro de Preços nº 031/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
41	Und	4	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	1.624,00

Ata de Registro de Preços nº 032/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JK PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
26	Und	4	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE MULTIHAWK	178,00
29	Und	2	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE SUPER AT 23G	2.610,00
35	Und	8	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE FS 557	680,00
46	Und	4	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE T819	1.070,00
52	Und	16	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE MULTIHAWK	148,00
53	Und	8	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE F580	223,00
54	Und	32	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA AUTOMÓVEL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE B250	185,00

Ata de Registro de Preços nº 033/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JOAÇABA PNEUS LTDA.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
1	Und	10	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	BBW	86,00
3	Und	2	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	BBW TR218	92,00
8	Und	2	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	BBW KM24 TR218	158,00
10	Und	2	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	BBW TR220	210,00
11	Und	2	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	BBW TR220	222,00
12	Und	2	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34 AGRÍCOLA	BBW TR218	251,00
15	Und	2	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5	BBW TR462D	75,50

25	Und	3	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI TM95	1.210,00
50	Und	4	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI G2/L2 PN14	1.780,00
51	Und	10	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI P400	137,00
56	Und	4	PNEU 185/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI P7	255,00
59	Und	10	PNEU 205/75R16, TIPO A, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI CHRONO	490,00
60	Und	4	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI FG85	815,00
62	Und	4	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI FG85	1.360,00
67	Und	2	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI ASS22	480,00
100	Und	4	PNEU 205/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI PHANTOM	290,00
113	Und	2	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI TG85	1.300,00
114	Und	2	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE E CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI FG85	1.050,00
118	Und	30	PROTETOR 1000 - 20	SBN 20L	19,20
120	Und	3	PROTETOR 1400 - 24	24L IA CARRETEIRO	41,20
121	Und	3	PROTETOR 750 -16	SBN 16L	15,00
122	Und	3	PROTETOR 900- 20	SBN 20L	19,99
123	Und	3	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25	25L IA CARRETEIRO	112,00

Ata de Registro de Preços nº 034/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
4	Und	2	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRICOLA	TORTUGA/AD-1916	95,00
27	Und	2	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE SAT-23G	2.340,00
33	Und	2	PNEU 19.5-24 TIPO A, PARA RETRO, 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/AT UTILITY	2.329,00
45	Und	16	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/RT-59	1.038,00
47	Und	20	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TG-85	1.540,00
49	Und	2	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE SUPER TRACT. LOADER	1.215,00

65	Und	2	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/RA-45	480,00
66	Und	2	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI RA-45	480,00
73	Und	2	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, 14 LONAS, INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/PN-16	784,00
75	Und	4	PNEU 12R16,5 R-4 12 LONAS RADIAL COM CARÇAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	MICHELIN ALL TERRAIN 137A8	1.985,00
80	Und	4	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/RM-95 E-3	4.448,00
91	Und	2	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, INDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/SRG LD L-3	2.938,00
105	Und	4	PNEU 225/65R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR/G-32	770,00
116	Und	1	PNEU MOTO 2.75-21. 4 LONAS 45 R	RINALDI/WH-21	185,00
117	Und	1	PNEU 4.10X18 . 4 LONAS 60 R	RINALDI/WH-21	245,00
119	Und	5	PROTETOR 1300 - 24	RALFLEX	41,25

CONSUMO ESTIMADO PARA O MUNICÍPIO DE IRACEMINHA/SC

Ata de Registro de Preços nº 035/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
41	Und	8	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	1.624,00
94	Und	6	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRAÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	4.660,00

Ata de Registro de Preços nº 036/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JK PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
26	Und	4	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE MULTIHAWK	178,00
53	Und	20	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE F580	223,00
54	Und	5	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE B250	185,00
55	Und	8	PNEU 175/80R14 TIPO A PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE F570	255,00

Ata de Registro de Preços nº 037/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JOAÇABA PNEUS LTDA.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
1	Und	64	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	BBW	86,00
3	Und	6	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	BBW TR218	92,00

5	Und	7	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1300 - 24	BBW KM24 TR218	158,00
8	Und	16	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	BBW KM24 TR218	158,00
13	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	BBW TR218	222,00
18	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16	BBW TR75	40,00
19	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO	BBW TR15	39,00
21	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	BBW	76,00
40	Und	4	PNEU 235/75R15 TIPO A, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI ATR	375,00
50	Und	16	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI G2/L2 PN14	1.780,00
51	Und	4	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI P400	137,00
56	Und	8	PNEU 185/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI P7	255,00
57	Und	12	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI P6000	240,00
59	Und	5	PNEU 205/75R16, TIPO A, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI CHRONO	490,00
61	Und	5	PNEU 235/75R15 TIPO A, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI ATR 415,00	
70	Und	12	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI TR85	1.315,00
76	Und	7	PNEU 1300-24 TIPO A, 8 LONAS COMPACTADOR LISO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI PN14	1.700,00
97	Und	8	PNEU 195/65R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI P7	268,00
101	Und	16	PNEU 205/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI CHRONO	430,00
108	Und	5	PNEU 235/75R15 TIPO A PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI ATR	455,00
113	Und	9	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI TG85	1.300,00
118	Und	64	PROTETOR 1000 - 20	SBN 20L	19,20
120	Und	16	PROTETOR 1400 - 24	24L IA CARRETEIRO	41,30
121	Und	4	PROTETOR 750 -16	SBN 16L	15,00
122	Und	4	PROTETOR 900- 20	SBN 20L	19,00

Ata de Registro de Preços nº 038/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS LTDA.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
33	Und	4	PNEU 19.5-24 TIPO A, PARA RETRO, 16 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/ AT UTILITY	2.329,00
44	Und	17	PNEU 9x17,5 TIPO A, PARA TRATOR, 6 LONAS, INDICE DE CARGA 850KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR/G-2	619,00
45	Und	25	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/RT-59	1.038,00

49	Und	6	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE SUPER TRACT. LOADER	1.215,00
65	Und	9	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/RA-45	480,00
71	Und	30	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 24MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TG-85	1.389,00
115	Und	4	PNEU 900R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 11,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/T-545	923,00

CONSUMO ESTIMADO PARA O MUNICÍPIO DE MODELO/SC

Ata de Registro de Preços nº 039/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JOAÇABA PNEUS LTDA.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
83	Und	14	PNEU 1400-24 COM 20 LONAS	PIRELLI	3.999,00

Ata de Registro de Preços nº 040/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JK PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
28	Und	4	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE SUPER AT 23G	2.055,00
29	Und	2	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE SUPER AT 23G	2.610,00
30	Und	8	PNEU 185/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE MULTIHAWK	206,00
35	Und	12	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE FS 557	680,00
46	Und	18	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE T819	1.070,00
54	Und	8	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE B250	185,00

Ata de Registro de Preços nº 041/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JOAÇABA PNEUS LTDA.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
25	Und	4	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TM95	1.210,00
42	Und	10	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TG85	1.880,00
51	Und	16	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/P400	137,00

56	Und	4	PNEU 185/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/P7	255,00
59	Und	20	PNEU 205/75R16, TIPO A, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/CHRONO	490,00
68	Und	20	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/CT52	425,00
70	Und	16	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TR85	1.315,00
76	Und	2	PNEU 1300-24 TIPO A, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/PN14	1.700,00
97	Und	16	PNEU 195/65R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/P7	268,00
98	Und	8	PNEU 195/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/CHRONO	345,00
102	Und	12	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, PRE-DOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/FG85	818,00
109	Und	6	PNEU 265/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/ATR	730,00
113	Und	8	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TG85	1.300,00
114	Und	4	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE E CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/FG85	1.050,00

Ata de Registro de Preços nº 042/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
32	Und	8	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/AT UTILITY	1.944,00
45	Und	16	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/RT-59	1.038,00
49	Und	4	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 14 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/SUP. TRACT. LOADER	1.215,00
64	Und	4	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/FG-85	1.673,00
71	Und	20	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TG-85	1.389,00
90	Und	4	PNEU 17.5-25 TIPO A, 20 LONAS, SULCO COM NO MÍNIMO 25MM DE PROFUNDIDADE, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/SRG LD L-3	3.150,00

92	Und	8	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/F-900 88H	275,00
127	Und	4	PNEU 165/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/MULTIHAWK 81T	229,00

CONSUMO ESTIMADO PARA O MUNICÍPIO DE PALMITOS/SC

Ata de Registro de Preços nº 043/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS LTDA.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
41	Und	16	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	1.624,00

Ata de Registro de Preços nº 044/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JK PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
46	Und	30	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/T819	1.070,00
52	Und	22	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE MULTIHAWK	148,00

Ata de Registro de Preços nº 045/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JOAÇABA PNEUS LTDA.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
1	Und	40	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	BBW	86,00
2	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	BBW	119,00
3	Und	14	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	BBW TR218	92,00
5	Und	16	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1300 - 24	BBW KM24 TR218	158,00
8	Und	16	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	BBW KM24 TR218	158,00
10	Und	12	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	BBW TR220	210,00
11	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	BBW TR220	222,00
13	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	BBW TR218	222,00
14	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-26 AGRICOLA	BBW TR218	358,00
15	Und	10	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5	BBW TR462D	75,50
16	Und	10	CÂMARA DE AR PARA PNEU 295/80R22,5	BBW TR462D	90,00
18	Und	6	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16	BBW TR75	40,00
21	Und	30	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	BBW	76,00
25	Und	6	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TM95	1.210,00
38	Und	2	PNEU 23.1-26 TIPO A, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/MB39	3.990,00
43	Und	10	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TG85	1.765,00

62	Und	16	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/FG85	1.360,00
76	Und	16	PNEU 1300-24 TIPO A, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/PN14	1.700,00
118	Und	30	PROTETOR 1000 - 20	SBN 20L	19,20
120	Und	20	PROTETOR 1400 - 24	24L IA CARRETEIRO	41,20
122	Und	30	PROTETOR 900- 20	SBN 20L	19,00

Ata de Registro de Preços nº 046/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
4	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRICOLA	TORTUGA/AD-1916	95,00
9	Und	8	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 28 AGRÍCOLA	TORTUGA/AT-2730	280,00
27	Und	4	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 14 LONAS, INDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/SAT-23G	2.340,00
33	Und	2	PNEU 19.5-24 TIPO A, PARA RETRO, 16 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/AT UTILITY	2.329,00
45	Und	30	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/RT-59	1.038,00
49	Und	14	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 14 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/SUP. TRACT. LOADER	1.215,00
63	Und	14	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE/M-840	1.423,00
64	Und	10	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/FG-85	1.673,00
66	Und	14	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 16 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/RA-45	480,00
73	Und	4	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, 14 LONAS, INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/PN	784,00
80	Und	8	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/RM-95 E-3	4.448,00
81	Und	12	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 16 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/SGG RB G-2	1.997,00
82	Und	30	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 12 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/SGG RB G-2	2.050,00
87	Und	4	PNEU 16.9-28, PARA RETROESVADEIRA (R4) 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/AT UTILITY	2.730,00
89	Und	14	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 14 LONAS, INDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/SRG LD L-3	2.935,00
115	Und	30	PNEU 900R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 11,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/T-545	923,00

CONSUMO ESTIMADO PARA O MUNICÍPIO DE RIQUEZA/SC

Ata de Registro de Preços nº 048/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JK PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
52	Und	10	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE MULTIHAWK	148,00
53	Und	12	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE F580	223,00

Ata de Registro de Preços nº 049/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JOAÇABA PNEUS LTDA.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
1	Und	20	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	BBW	86,00
3	Und	6	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	BBW TR218	92,00
10	Und	2	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	BBW TR220	210,00
17	Und	20	CÂMARA DE AR PARA PNEU 700-16	BBW TR75	39,00
21	Und	20	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	BBW	76,00
22	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA	BBW TR15	62,00
23	Und	5	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMOVEL	BBW FR13/14	24,00
24	Und	5	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMOVEL	BBW FR13/14	24,00
37	Und	2	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TM95	3.700,00
69	Und	30	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/CT65	945,00
70	Und	10	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TR85	1.315,00
112	Und	40	PNEU 750R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/CT52	506,00
118	Und	30	PROTETOR 1000 - 20	SBN/20L	19,20
120	Und	10	PROTETOR 1400 - 24	24L IA CARRETEIRO	41,20
121	Und	15	PROTETOR 750 -16	SBN/16L	15,00

Ata de Registro de Preços nº 050/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
32	Und	2	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/AT UTILITY	1.944,00
33	Und	2	PNEU 19.5-24 TIPO A, PARA RETRO, 16 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/AT UTILITY	2.329,00
49	Und	4	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 14 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/ SUP TRACT. LOADER	1.215,00
81	Und	10	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 16 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/SGG RB G-2	1.997,00
91	Und	2	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, INDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/SRG LD L-3	2.938,00

CONSUMO ESTIMADO PARA O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA/SC

Ata de Registro de Preços nº 051/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
41	Und	18	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	1.624,00
94	Und	4	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRAÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	4.660,00

Ata de Registro de Preços nº 052/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JK PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
29	Und	2	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE SUPER AT 23G	2.610,00
35	Und	24	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/FS 557	680,00
53	Und	24	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE F580	223,00

Ata de Registro de Preços nº 053/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JOAÇABA PNEUS LTDA.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
1	Und	10	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	BBW	86,00
3	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	BBW/TR218	92,00
7	Und	6	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA	BBW/TR218	174,00
8	Und	12	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	BBW/KM24 TR218	158,00
10	Und	2	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	BBW/TR220	210,00
12	Und	2	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34 AGRÍCOLA	BBW/TR218	251,00
15	Und	8	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5	BBW/TR462D	75,50
16	Und	10	CÂMARA DE AR PARA PNEU 295/80R22,5	BBW/TR642D	90,00
21	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	BBW	76,00
24	Und	6	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMOVEL	BBW/FR13/14	24,00
25	Und	4	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TM95	1.210,00
38	Und	2	PNEU 23.1-26 TIPO A, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/MB39	3.990,00
42	Und	20	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TG85	1.880,00
50	Und	15	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/G2/L2 PN14	1.780,00
51	Und	12	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/P400	137,00
57	Und	12	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/P6000	240,00
78	Und	6	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TM95	1.280,00

Ata de Registro de Preços nº 054/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
27	Und	2	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/SAT-23G	2.340,00
33	Und	2	PNEU 19.5-24 TIPO A, PARA RETRO, 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/AT UTILITY	2.329,00
45	Und	20	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/RT-59	1.038,00
49	Und	4	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/SUP. TRACT. LOADER	1.215,00
58	Und	8	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE/DURAVIS 106/204R	399,95
89	Und	4	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/SRG LD L-3	2.935,00

CONSUMO ESTIMADO PARA O MUNICÍPIO DE SAUDADES/SC

Ata de Registro de Preços nº 055/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JOAÇABA PNEUS LTDA.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
84	Und	24	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS	PIRELLI	4.639,00
95	Und	12	PNEU 195/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/P7	276,93

Ata de Registro de Preços nº 056/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JK PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
30	Und	8	PNEU 185/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE MULTIHAWK	206,00
52	Und	50	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE MULTIHAWK	148,00
53	Und	12	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE F580	223,00

Ata de Registro de Preços nº 057/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JOAÇABA PNEUS LTDA.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
1	Und	40	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	BWW	86,00
3	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	BWW/TR218	92,00
8	Und	30	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	BWW/KM24 TR218	158,00
10	Und	6	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	BWW/KM24 TR218	210,00
13	Und	24	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	BWW/ TR218	222,00
21	Und	10	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	BWW	76,00

23	Und	10	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMOVEL	BWW/FR13/14	24,00
38	Und	2	PNEU 23.1-26 TIPO A, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/MB39	3.990,00
43	Und	10	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TG85	1.765,00
50	Und	36	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/G2/L2 PN14	1.780,00
51	Und	10	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/P400	137,00
57	Und	10	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/P6000	240,00
59	Und	24	PNEU 205/75R16, TIPO A, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/CHRONO	490,00
70	Und	10	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TR85	1.315,00
72	Und	32	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TG85	1.475,00
88	Und	2	PNEU 16.9-30 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 2000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TM95	1.830,00
101	Und	24	PNEU 205/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/CHRONO	430,00
110	Und	2	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/RT59	320,00
113	Und	20	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TG85	1.300,00
114	Und	10	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE E CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/FG85	1.050,00
122	Und	10	PROTETOR 900- 20	SBN/20L	19,00
123	Und	10	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25	25L IA CARRETEIRO	112,00

Ata de Registro de Preços nº 058/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
4	Und	12	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRICOLA	TORTUGA/AD-1916	95,00
32	Und	12	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/ AT UTILITY	1.944,00
45	Und	10	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/ RT-59	1.038,00
49	Und	4	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 14 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/SUPER TRACT. LOADER	1.215,00

71	Und	10	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TG-85	1.389,00
73	Und	12	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/PN-16	784,00
74	Und	4	PNEU 12R16,5 R-4 10 LONAS RADIAL COM CARÇAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	MICHELIN/ALL TERRIAN 137ª8	1.985,00
80	Und	24	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/RM-95 E-3	4.448,00
91	Und	4	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/SRG LD L-3	2.938,00
92	Und	28	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/F-900 88H	275,00
103	Und	36	PNEU 215/80R16 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/DESTINATION AT 1075	400,00
115	Und	10	PNEU 900R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 11,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/T-545	923,00
130	Und	2	PNEU 20.5-25 L3 (ROLO)	FIRESTONE/SRG BL LD L-3	5.650,00

CONSUMO ESTIMADO PARA O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC

Ata de Registro de Preços nº 059/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
41	Und	4	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	1.624,00

Ata de Registro de Preços nº 060/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JK PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
26	Und	8	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/ MUULTIHAWK	178,00
35	Und	16	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/ FS557	680,00
52	Und	12	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/ MUULTIHAWK	148,00
53	Und	20	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE F580	223,00

Ata de Registro de Preços nº 061/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa JOAÇABA PNEUS LTDA.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
36	Und	6	PNEU 225/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/CHRONO	425,00
38	Und	1	PNEU 23.1-26 TIPO A, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/MB39	3.990,00
48	Und	5	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10/12 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/PN12	1.020,00
50	Und	4	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESE- NHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/G2/L2 PN14	1.780,00
51	Und	12	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/P400	137,00
57	Und	28	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/P6000	240,00
68	Und	2	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/CT52	425,00
72	Und	12	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 24MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TG85	1.300,00
101	Und	8	PNEU 205/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/CHRONO	430,00
111	Und	2	PNEU 750-16 TIPO A, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/RT59	405,00
112	Und	2	PNEU 750R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/ CT52 CONVEN- CIONAL	506,00

Ata de Registro de Preços nº 062/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MODELO PNEUS.

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
33	Und	2	PNEU 19.5-24 TIPO A, PARA RETRO, 16 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/ AT UTILITY	2.329,00
49	Und	2	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/SUPER TRACT. LOADER	1.215,00
71	Und	12	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/TG-85	1.389,00
91	Und	8	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, INDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE/ SRG LD L-3	2.938,00
104	Und	4	PNEU 225/70R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI/SCORPION ATR 102T	565,00

Maravilha/SC 24 de ABRIL de 2015

DILAIR MENIN

RESIDENTE DA AMERIOS

